REVISTA ORBIS LATINA

ISSN 2237-6976



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237-6976
VOLUME 15, NÚMERO 3
JULHO - DEZEMBRO, 2025

INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:

Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Conselho Editorial

Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Drª. Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dr. Dirceu Basso (UNILA)
Dr. Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Dr. Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Dr. Gilson Batista de Oliveira, **Editor** (UNILA)
Drª. Janine Padilha Botton (UNILA)
Dr. Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Dr. Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Dr. Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Dr. Regis Cunha Belém (UNILA)
Dr. Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina
web site: https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis
Volume 15, Número 3, Julho - Dezembro de 2025.
Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil
Periodicidade Semestral
Multidisciplinar. Interdisciplinar. Planejamento Urbano e Regional.
ISSN 2237-6976

I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento, fronteiras, políticas públicas, planejamento urbano e regional.
II. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.

Endereço para correspondência:
Revista Orbis Latina – **Editor** Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Avenida Tancredo Neves, nº 3147/Bloco B, Sala A131
CEP 85867-000 / Porto Belo - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil
E-mail: orbislatina@gmail.com e ou gilson.oliveira@unila.edu.br

DE VOLTA A ESSÊNCIA: VINTE BONS MOTIVOS PARA LER O VOLUME 15, NÚMERO 3, DA REVISTA ORBIS LATINA

A publicação de um periódico científico, sem cobrança de taxas e acesso livre, é um grande desafio. Esse ano, a Revista Orbis Latina conseguiu levar ao público três números do volume 15, sendo dois números regulares e um número especial, em formato de *dossiê*.

Com a publicação do número 3, do volume 15, a revista volta a essência e traz vinte excelentes trabalhos, sendo dezessete artigos científicos e três resenhas de renomados livros. São, portanto, vinte bons motivos para ler a Revista Orbis Latina em sua plenitude.

O primeiro bom motivo, ou melhor, o primeiro artigo traz resultados da pesquisa sobre a pobreza no Peru. O segundo, debate os impactos da Covid-19 no cultivo da mandioca em Porto Nacional – Tocantis.

Na sequência, vem um trabalho mostrando como a inovação é primordial para promoção do desenvolvimento. O quarto artigo traz uma discussão sobre o papel da comercialização na geração de renda na agricultura familiar na Costa Oeste do Paraná.

O quinto bom motivo para leitura é o artigo sobre a transformação das feiras livres em equipamentos de turismo, em Foz do Iguaçu. Depois, vem um trabalho sobre a viabilidade do cajueiro anão precoce no Ceará, seguido de uma discussão sobre a centralidade da família e o familismo na política de assistência social.

Um estudo sobre as limitações e possibilidades da implementação de mecanismos de combate ao assédio na Itaipu Binacional é o oitavo motivo para leitura da revista.

Os próximos trabalhos trazem reflexões sobre a interpretação dos impactos do processo de desenvolvimento, um tratando o giro natural – decolonial, outro sobre o sistema centro-periferia de Raúl Prebisch e um debate sobre os impactos da virada territorial na América Latina.

Como décimo segundo motivo, ou artigo, tem-se uma análise dos conflitos e da jurisprudência do STF sobre a Itaipu Binacional. Seguindo a indicação dos bons motivos, o próximo trabalho faz uma análise dos dados sobre a união consensual no estado de São Paulo.

Os quatro últimos artigos científicos discutem: i) o uso de técnicas de criatividade no rompimento de bloqueios criativos; ii) os sistemas sociais e as implicações na inteligência competitiva/colaborativa; iii) os estilos cognitivos e escolhas estratégicas em pequenas empresas e; iv) a utilização das fábulas e dos contos de fadas como mediadores na formação das virtudes no ensino fundamental.

Por fim, como três últimos bons motivos para leitura tem-se resenhas de obras renomadas no ambiente acadêmico. As resenhas dos livros “Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”, “Nosso Futuro Comum” e “Desenvolvimento como Liberdade” finalizam o número 3, volume 15, e nos brindam com questões essenciais para se debater o desenvolvimento.

Aproveitem os bons motivos e boa leitura!
Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira (Editor)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

DE VOLTA A ESSÊNCIA: VINTE BONS MOTIVOS PARA LER O VOLUME 15, NÚMERO 3, DA REVISTA ORBIS LATINA
Gilson Batista de Oliveira ……..…02

ARTIGOS CIENTÍFICOS

POBREZA NO PERU: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL
Adrian Choy Flores, Emelyn Glorys Herasme Henríquez e Paulo José Miguel.....…..05

ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19 NO CULTIVO DA MANDIOCA PARA A INCLUSÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO POLO SÃO JOÃO (PORTO NACIONAL/TO) EM MERCADOS
Diego Neves de Sousa, Palloma Rosa Ferreira, Andrea Elena Pizarro Muñoz e Gustavo Azevedo Campos.....24

A INOVAÇÃO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO
Marcos Antonio de Souza Lima.....….41

COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E RENDA EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA OESTE PARANAENSE
Valdir Serafim Junior, Adriana Maria de Grandi, Sandra Maria Coltre, Fabíola Graciele Besen e Tércio Vieira de Araújo.....….62

A DINÂMICA DA TRANSFORMAÇÃO DE FEIRAS LIVRES EM EQUIPAMENTOS DE TURISMO COMUNITÁRIO: O CASO DA FEIRINHA DA JK DE FOZ DO IGUAÇU - PR
Elisa Angela Dal Moro de Medeiros, Daniel Ribeiro do Vale de Medeiros, Hayrton Francis Ximenes de Andrade e Amarildo Jorge da Silva.....….89

VIABILIDADE ECONÔMICA DO CAJUEIRO ANÃO PRECOCE NO ESTADO DO CEARÁ
Domingos Isaias Maia Amorim e Ítalo Emerson Trindade Viana.....….106

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA E O FAMILISMO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: IMPLICAÇÕES PARA O ACOLHIMENTO FAMILIAR
Roseli Spielmann e Maria Geusina da Silva.....….121

LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE COMBATE AO ASSÉDIO NA ITAIPU BINACIONAL: UM ENFOQUE BRASIL-PARAGUAI
Maria Eduarda Fagundes de Oliveira.....…136

O GIRO NATURAL – DECOLONIAL E O (RE)ENCONTRO COM NOSSA HERANÇA: (RE)CONSTRUINDO A ENCRUZILHADA HUMANOS/NATUREZA/AGRICULTURAS
Rodrigo Ozelame da Silva e Josimeire Aparecida Leandrini.....…155

O SISTEMA CENTRO-PERIFERIA DE RAÚL PREBISCH E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Eduardo de Pintor.....…180

VIRADA TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
Daniele Aparecida Pariz Trintinalia e Suellen Paola Martins Pedrosa.....195

TRATADOS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS E DA JURISPRUDÊNCIA DO STF SOBRE A ITAIPU BINACIONAL
Pedro Henrique Contreira Castro.....206

UNIÃO CONSENSUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2010: UMA ANÁLISE BIVARIADA
José Alderir Silva e Ricardo Monteiro de Carvalho.....220

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: O USO DE TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE NO ROMPIMENTO DE BLOQUEIOS CRIATIVOS
Liliane De Alcantara Bordignon Michuel, Claudio Alexandre de Souza e Eliane Nascimento Pereira...238

SISTEMAS SOCIAIS E AS IMPLICAÇÕES NA INTELIGÊNCIA COMPETITIVA/COLABORATIVA E NA GESTÃO DO CONHECIMENTO NOS ARRANJOS DA SOCIEDADE DIGITAL
Amarildo Jorge da Silva, Elisa Angela Dal Moro de Medeiros, Daniel Ribeiro do Vale de Medeiros, Hayrton Francis Ximenes de Andrade e Weimar Freire da Rocha Júnior.....263

ESTILOS COGNITIVOS E ESCOLHAS ESTRATÉGICAS: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS EM PEQUENAS EMPRESAS
Olivia Regina Dotto Sotelo, Elói Junior Damke e Gabrielle Ribeiro Rodrigues da Silva.....283

AS FÁBULAS E CONTOS DE FADAS COMO MEDIADORES NA FORMAÇÃO DAS VIRTUDES EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
Wallesa Dayana Martinek Queiroz dos Santos e Claudio Alexandre de Souza.....298

RESENHAS

RESENHA DO LIVRO "CHUTANDO A ESCADA: A ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA" DE HA-JOON CHANG
Giovanna Rocha Cristofoli e Pietra Regina de Oliveira Vacarin.....310

RESENHA CRÍTICA: "NOSSO FUTURO COMUM"
Rebecca Cañete de Farias.....317

RESENHA DO LIVRO "DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE" DE AMARTYA SEN
Pietra Regina de Oliveira Vacarin e Giovanna Rocha Cristofoli.....324

ORIENTAÇÕES AOS COLABORADORES

ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....334

POBREZA NO PERU: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

Adrian Choy Flores[1]
Emelyn Glorys Herasme Henríquez[2]
Paulo José Miguel[3]

Resumo:
Entre 2002 e 2013, o Peru consolidou-se como uma nação de renda média alta, com redução significativa da pobreza, de 60% para 24%, e crescimento econômico anual médio de 6,2%, sustentado por políticas macroeconômicas ortodoxas. Contudo, a partir de 2016, a instabilidade política, marcada pela sucessão de sete presidentes, impactou negativamente o crescimento, reduzido para 2,4% entre 2015 e 2024, e dificultou a implementação de políticas públicas eficazes. Este contexto contribuiu para o estancamento da queda da pobreza monetária, que passou a apresentar oscilações desde 2017. Diante disso, o presente estudo analisa a evolução da pobreza no Peru entre 2014 e 2024, combinando a abordagem tradicional monetária com uma análise da pobreza multidimensional em 2024, baseada em dados oficiais do Instituto Nacional de Estadística e Informática. A pobreza multidimensional é destacada como uma ferramenta essencial para compreender as múltiplas dimensões da exclusão social, ultrapassando a mera insuficiência de renda e considerando fatores como educação, saúde e condições de vida. Metodologicamente, o estudo utiliza uma abordagem mista, integrando revisão bibliográfica e análise quantitativa descritiva, buscando evidenciar como a incorporação da perspectiva multidimensional enriquece a análise da pobreza ao revelar vulnerabilidades que a abordagem monetária tradicional não capta.
Palavras-chaves: Pobreza monetária e multidimensional; Cesta básica; Necessidades básicas não atendidas; zonas urbanas e rurais.

POVERTY IN PERU: A MULTIDIMENSIONAL APPROACH

Abstract:
Between 2002 and 2013, Peru established itself as an upper-middle-income country, with a significant reduction in poverty from 60% to 24%, and an average annual economic growth rate of 6.2%, supported by orthodox macroeconomic policies. However, beginning in 2016, political instability—marked by the succession of seven presidents—negatively impacted economic growth, which declined to an average of 2.4% between 2015 and 2024, and hindered the implementation of effective public policies. This context contributed to the stagnation of monetary poverty reduction, which has shown fluctuations since 2017. In this light, the present study analyzes the evolution of poverty in Peru from 2014 to 2024, combining the traditional monetary approach with an analysis of multidimensional poverty in 2024, based on official data from the National Institute of Statistics and Informatics (INEI). Multidimensional poverty is highlighted as an essential tool for understanding the multiple dimensions of social exclusion, going beyond mere income insufficiency to consider factors such as education, health, and living conditions. Methodologically, the study adopts a mixed-methods approach, integrating a literature review and descriptive quantitative analysis, aiming to demonstrate how the incorporation of a multidimensional perspective enriches poverty analysis by revealing vulnerabilities that the traditional monetary approach fails to capture.
Keywords: Monetary and Multidimensional poverty; Basic consumption basket; Unmet basic needs; Urban and rural areas.

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Ciência Política e Sociologia. Sociedade, Estado e Política pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: adrianchoy04@gmail.com.
[2] Mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Especialista em Direitos Humanos. Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas pela Universidade Federal da integração Latinoamericana (UNILA). E-mail: emelynherasme@gmail.com.
[3] Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Humanidades pela Universidade Internacional da Integração Afro-Brasileira. E-mail: paulomiguel11@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Em um período de vinte anos, o Peru conseguiu se consolidar como uma nação de renda média alta. Entre 2002 e 2013, a pobreza foi reduzida de 60% para 24%, enquanto a renda per capita passou de USD 2.126 em 2003 para USD 8.458 em 2024. Esse avanço foi sustentado por um crescimento contínuo da economia peruana, que entre 2005 e 2014 cresceu a uma média de 6,2%, acompanhado por uma gestão ortodoxa das políticas monetária, fiscal e financeira, o que resultou em inflação controlada, baixo endividamento público, reservas internacionais sólidas e um sistema financeiro estável (Banco Mundial, 2025).

No entanto, a partir de 2018, houve um ponto de inflexão na política peruana com a destituição do presidente Pedro Pablo Kuczynski[4] por incapacidade moral, determinada pelo Congresso da República. Desde então, o sistema político peruano tem sido caracterizado por uma profunda instabilidade institucional. Entre 2018 e 2025, houve seis chefes de Estado, dos quais apenas um foi eleito por sufrágio: Pedro Castillo (2021-2022), que também foi destituído sob a mesma justificativa após uma tentativa fracassada de autogolpe de Estado em 2022 (García, 2024; Escobedo, 2023).

Esse cenário de instabilidade política gerou múltiplas repercussões na economia nacional, que começou a desacelerar. Entre 2015 e 2024, o crescimento econômico médio caiu para 2,4% (Banco Mundial, 2025). A constante troca de chefes de Estado impediu a consolidação de políticas eficazes para enfrentar os problemas estruturais do país. Um desses problemas é a pobreza, que, embora tenha sido significativamente reduzida durante as primeiras décadas do século XXI, desde 2017 deixou de apresentar uma tendência de queda contínua, entrando em um ciclo de pequenos aumentos e reduções.

Esse estancamento e até retrocesso na redução da pobreza nos últimos anos obriga a repensar o próprio conceito de pobreza, tradicionalmente associado exclusivamente à falta de renda. Essa limitação conceitual também tem impactos na forma como a pobreza é medida e enfrentada. Diante disso, a adoção de abordagens que considerem as múltiplas dimensões da pobreza tem ganhado importância como ferramenta para captar de forma mais precisa as privações vividas pela população. A partir da década de 2010, observa-se na América Latina uma tendência crescente de incorporação de medições multidimensionais da pobreza, refletindo uma maior preocupação dos Estados com as diversas expressões da exclusão social. Países como México, Chile, Colômbia e Costa Rica implementaram oficialmente o Índice de Pobreza Multidimensional, que passou a orientar não apenas o monitoramento da pobreza, mas também a formulação das políticas públicas mais integradas às realidades locais.

[4] Pedro Pablo Kuczynski foi economista e presidente do Peru entre 2016 e 2018, do partido Peruanos por el Kambio (PPK) de centro-direita. Seu governo destacou-se pela instabilidade política, intensificada pelas denúncias de envolvimento no escândalo da Operação Lava-Jato (investigação de alcance internacional que revelou esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a construtora brasileira Odebrecht e diversos governos latino-americanos). No caso peruano, vieram à tona pagamentos da Odebrecht a empresas ligadas a Kuczynski durante seu período como ministro de Estado (2004-2006), fatos que enfraqueceram sua legitimidade política e mostraram sua limitada capacidade de articulação com o Congresso Nacional, levando à sua renúncia antes do término do mandato.

O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução da pobreza no Peru entre 2014 e 2024, utilizando a abordagem monetária para todo o período e incorporando uma análise pontual da pobreza multidimensional referente ao ano de 2024. No mesmo sentido, busca examinar outros modos de pensar a pobreza, para além da visão estritamente monetária, discutindo os limites dessa abordagem tradicional e analisando como a perspectiva multidimensional tem sido aplicada no contexto peruano.

Este estudo, se alinha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, especialmente ao ODS 1 (erradicação de pobreza) e a ODS 10 (redução das desigualdades). O ODS 1 visa eliminar a pobreza em todas as suas formas, enquanto a ODS 10 busca reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. A análise da pobreza multidimensional no Peru não apenas permite identificar as vulnerabilidades econômicas, mas também evidencia disparidades estruturais associadas a fatores como acesso desigual à educação, saúde, e infraestrutura básica.

Em termos metodológicos, o presente estudo se fundamenta em um desenho de pesquisa misto, que combina uma revisão da literatura sobre pobreza, com ênfase na abordagem multidimensional, e uma análise quantitativa de caráter descritivo. Esta última é desenvolvida a partir de fontes oficiais de acesso público, sendo os principais insumos empíricos os relatórios técnicos e bases de dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática.

Na primeira seção deste estudo, será realizada uma revisão conceitual sobre pobreza, com especial ênfase na abordagem multidimensional. Em seguida, examina-se como essa abordagem foi adotada na América Latina. Finalmente, analisa-se a evolução da pobreza monetária e multidimensional no Peru, por meio de uma análise descritiva dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática.

2. ABORDAGENS CONCEITUAIS DA POBREZA

Segundo Sartori (1987), os filósofos costumam classificar as definições em dois tipos: definições estipulativas e definições lexicais. As definições estipulativas correspondem a concepções subjetivas e arbitrárias que uma pessoa formula com base em seu nível educacional, ambiente cultural ou classe social. As definições lexicais, por outro lado, são aquelas que encontramos em dicionários, organismos internacionais ou instituições públicas e destinam-se a estabelecer o significado padrão de um conceito.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2023) pobreza é a condição na qual uma pessoa carece de recursos monetários suficientes para adquirir uma cesta básica de alimentos. Essa definição se concentra primordialmente nas condições econômicas do indivíduo como critério para determinar o que é a pobreza. No entanto, sendo um fenômeno complexo e multidimensional, é importante não o reduzir apenas à falta de recursos monetários. Diversos autores propuseram definições mais amplas, permitindo compreender a pobreza a partir de múltiplas perspectivas, o que é essencial para pensar em soluções mais integradas e eficazes para sua erradicação.

Um autor que se afastou da abordagem puramente econômica é Amartya Sen (2000), que introduziu o conceito de capacidades essenciais como parâmetro para medir se uma pessoa vive em condições de pobreza. Essas capacidades podem ser entendidas

como elementos fundamentais que permitem aos indivíduos levar uma vida digna e funcional. Embora muitas dessas capacidades possam ser supridas por meio do dinheiro —como acesso a alimentos, moradia ou serviços básicos—, Amartya Sen argumenta que existem outras condições fundamentais que não podem ser garantidas exclusivamente pelo poder aquisitivo.

Por exemplo, o desejo de uma pessoa de viajar não depende apenas de sua capacidade econômica, mas também da existência de infraestrutura adequada, como estradas, aeroportos e serviços públicos de qualidade, que somente o Estado pode fornecer (Sen, 2000). Da mesma forma, aspectos não materiais, como a saúde mental, são essenciais para o bem-estar geral e podem ser afetados por fatores que não são resolvidos apenas com dinheiro, como insegurança pública, insatisfação com as políticas públicas, descontentamento com o governo ou o nível educacional oferecido pelo Estado (Sen, 2000).

Outra perspectiva relevante para entender e medir a pobreza é a exclusão social. Segundo Udaya Wagle (2002), podem ser considerados pobres aqueles indivíduos que, apesar de terem empregos bem remunerados e acesso a bens básicos, como alimentação, moradia e vestuário, são privados de participar plenamente das principais atividades políticas, cívicas e culturais. A exclusão social representa uma restrição ao direito humano de se desenvolver integralmente dentro da sociedade, limitando suas liberdades fundamentais.

Para Wagle (2002), quando determinado grupo social é impedido de integrar partidos políticos, ocorre uma concentração de poder nas mãos de uma elite, reduzindo a representação e a participação dos setores mais vulneráveis. Essa falta de inclusão política constitui uma desvantagem significativa, pois impede que esses grupos influenciem os processos de tomada de decisão que afetam diretamente suas vidas. Da mesma forma, a restrição do acesso a atividades cívicas e culturais também gera pobreza, ao limitar o desenvolvimento intelectual e humano, reduzindo o capital social e cultural dos indivíduos.

Em síntese, tanto Amartya Sen (2000) quanto Udaya Wagle (2002) concordam que a pobreza não pode ser compreendida apenas a partir de uma perspectiva econômica centrada na escassez de renda. Ambos propõem abordagens alternativas que buscam capturar a complexidade e multidimensionalidade do fenômeno, expandindo o debate para dimensões mais estruturais, sociais e humanas. Amartya Sem (2000), por meio de sua abordagem das capacidades essenciais, redefine a pobreza como a privação de liberdades fundamentais necessárias para uma vida digna. Para ele, o foco central não é quanto uma pessoa possui em termos monetários, mas quão capaz ela é de exercer suas liberdades básicas: alimentar-se adequadamente, receber educação, participar ativamente da vida social e desfrutar de saúde física e mental, entre outras.

Por sua vez, Udaya Wagle (2002) contribui com uma perspectiva centrada na exclusão social, argumentando que, mesmo aqueles que possuem recursos materiais suficientes podem estar em situação de pobreza se forem impedidos de participar plenamente das esferas política, cívica, econômica e cultural. Sob essa ótica, a pobreza é concebida como uma manifestação da desigualdade estrutural, restringindo o acesso de determinados grupos aos espaços de decisão, representação e desenvolvimento pessoal ou coletivo. Essa forma de exclusão limita as oportunidades dos indivíduos de

exercer seus direitos e alcançar seu potencial, criando condições de desvantagem que vão além do aspecto estritamente econômico.

Ambas as perspectivas concordam que a erradicação efetiva da pobreza requer garantir o acesso pleno aos direitos humanos e aos meios necessários para a participação ativa na vida social. Essa compreensão está alinhada com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece a erradicação da pobreza como um objetivo central do desenvolvimento sustentável, baseado nos princípios de dignidade humana, inclusão e igualdade de oportunidades (Organização das Nações Unidas, 2015) A pobreza, nessa ótica, deve ser entendida como uma condição de privação de oportunidades fundamentais para o desenvolvimento humano integral, e não apenas como a ausência de recursos financeiros.

2.1 GOVERNANÇA, CAPACIDADE ESTATAL E POBREZA MULTIDIMENSIONAL

A pobreza multidimensional, longe de ser apenas o resultado da escassez de recursos econômicos, é profundamente condicionada pela capacidade dos Estados de formular, implementar e sustentar políticas públicas eficazes e inclusivas (Wagle, 2002). A literatura sobre governança e desenvolvimento institucional tem reiteradamente demonstrado que a qualidade das instituições públicas é um determinante central na capacidade dos países de enfrentar a pobreza em todas suas formas (Grindle, 2010; Fukuyama, 2013; Evans, 1995).

A literatura sobre desenvolvimento e governança tem mostrado de forma consistente que a eficácia das instituições públicas é um dos pilares para enfrentar a pobreza em suas múltiplas dimensões. Grindle (2010), por exemplo, alerta que, em países marcados por fragilidade institucional, como é o caso do Peru, nem sempre é realista esperar uma “boa governança[5]” nos moldes ideias propostas por organismos internacionais. O desafio, muitas vezes, é alcançar uma governança suficientemente boa, capaz de assegurar a continuidade de políticas públicas básicas, garantir serviços essenciais e criar condições para reduzir as desigualdades. No entanto, a instabilidade política recorrente e a elevada rotatividade ministerial no Peru acabam prejudicando até mesmo os níveis mais básicos de governança, afetando diretamente as estruturas responsáveis por prover os serviços que sustentam cada dimensão da pobreza multidimensional.

Fukayama (2013) argumenta que discutir governança não é apenas discutir democracia, transparência ou participação, mas essencialmente avaliar se o Estado possui capacidade operacional para funcionar. Isso significa gerir orçamentos, planejar políticas, garantir sua implementação e prestar serviços públicos de forma eficiente. Quando essa capacidade é frágil, os impactos são visíveis e mensuráveis: sistemas de saúde colapsados, redes educacionais insuficientes, falta de acesso a água tratada e saneamento, informalidade laboral elevada e uma proteção social limitada. Todos esses fatores não são abstratos; eles compõem os indicadores que medem a pobreza multidimensional.

[5] A boa governança implica processos de tomada de decisão transparentes, responsáveis, participativos e regidos por normas e instituições legítimas, orientados ao bem comum e ao respeito ao Estado de Direito (Rhodes, 1996; Pierre; Peters, 2000).

Para Evans (1995), os Estados que conseguem articular uma burocracia relativamente autônoma, mas conectada à sociedade, são mais bem-sucedidos na formulação e na execução de políticas inclusivas. No entanto, quando há descontinuidade administrativa, como ocorre no caso peruano, em que sucessivas trocas de governo e de ministros, desde 2018 até a atualidade, comprometem a estabilidade institucional, isso resulta na perda, por parte do Estado, da capacidade de articulação e planejamento de longo prazo. Isso se reflete diretamente na dificuldade em enfrentar as privações estruturais que caracterizam a pobreza em suas múltiplas dimensões.

A persistência da pobreza multidimensional no Peru não pode ser explicada apenas por choques externos, crises econômicas ou problemas conjunturais. Ela está enraizada em uma estrutura institucional fragilizada, em modelos de governança que falham em oferecer continuidade, equidade e eficiência na gestão pública. A superação desse quadro exige uma transformação estrutural do Estado, baseada no fortalecimento da capacidade burocrática, na estabilidade institucional e na formulação de políticas públicas integradas, capazes de atender de forma simultânea e articulada às múltiplas privações que caracterizam a pobreza multidimensional (Evans,1995; Sen, 2000).

2.2 MEDIÇÃO DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, a definição predominante de pobreza continua sendo a abordagem monetária tradicional. Para medi-la, geralmente são utilizados os parâmetros estabelecidos por organismos internacionais, como o Banco Mundial. Essa instituição emprega diferentes linhas para quantificar a pobreza monetária. A mais reconhecida é a linha internacional de pobreza, atualizada em 2022, que estipula que toda pessoa que dispõe de menos de USD 2,15 por dia vive em situação de pobreza extrema. Segundo o Banco Mundial (2022), essa linha foi projetada principalmente para países de baixa renda. Além disso, o Banco Mundial propõe limites diferenciados de acordo com o nível de renda dos países. Para os países de renda média baixa, a linha de pobreza é fixada em USD 3,65 por dia, enquanto para os países de renda média alta, o limite sobe para USD 6,85 por dia.

Embora no século XXI tenha prevalecido a abordagem econômica na conceituação e medição da pobreza, esse nem sempre foi o paradigma dominante na América Latina. Segundo Boltvinik (2013), no final do século XX prevaleciam dois métodos para medir a pobreza: o primeiro, denominado Linha de Pobreza, utilizado por organismos internacionais como o Banco Mundial, e o segundo, conhecido como Necessidades Básicas Não Atendidas.

A abordagem da Linha de Pobreza se baseia na capacidade econômica das pessoas, estabelecendo um limite monetário específico abaixo do qual se considera que um indivíduo está em situação de pobreza. Esse método enfatiza principalmente métricas financeiras e frequentemente é utilizado com indicadores econômicos para avaliar os níveis de pobreza em diferentes populações.

Por outro lado, a abordagem das Necessidades Básicas Não Atendidas busca identificar se as pessoas têm acesso a condições mínimas de vida, como educação, atendimento médico, água potável ou moradia digna. Esse método não se limita à renda, mas incorpora dimensões sociais, proporcionando uma visão mais abrangente da pobreza e suas múltiplas manifestações.

Apesar de os países desenvolvidos e organismos como o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) terem oficialmente adotado a abordagem da Linha de Pobreza, na prática, muitos países latino-americanos inicialmente optaram pela abordagem das Necessidades Básicas Não Atendidas (Boltvinik, 2013). O Chile foi pioneiro na adoção dessa metodologia na década de 1970, e seu uso se expandiu gradualmente pela região.

Entretanto, a partir de 1992 começaram a surgir críticas dentro da própria CEPAL ao método das Necessidades Básicas Não Atendidas. Uma das principais objeções era sua integração limitada com outros indicadores socioeconômicos relevantes. Embora oferecesse uma visão mais humanista da pobreza, não conseguia captar aspectos estruturais relacionados à renda monetária, emprego ou produtividade, dificultando sua aplicação em análises comparativas mais amplas (Boltvinik, 2013).

Essas críticas, junto com a crescente necessidade de padronizar indicadores e facilitar comparações entre países e regiões, levaram a uma diminuição no uso da abordagem das Necessidades Básicas Não Atendidas na década de 1990. Paralelamente, o método da Linha de Pobreza foi se consolidando como a ferramenta mais utilizada na América Latina. Essa transição também respondeu a critérios técnicos: a medição baseada na renda era percebida como mais simples de implementar, mais objetiva em termos estatísticos e mais alinhada às metodologias promovidas por organismos multilaterais.

A mudança para a abordagem da Linha de Pobreza também foi influenciada pelo contexto ideológico, político e econômico da região. Durante a década de 1990, o neoliberalismo ganhou ampla aceitação na América Latina. Nesse contexto, muitos países adotaram reformas estruturais e políticas sociais promovidas ou condicionadas por organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses mesmos organismos impulsionaram a abordagem monetária como a mais eficaz para quantificar a pobreza, incentivando sua adoção nos sistemas estatísticos nacionais.

No entanto, nos últimos anos tem havido um interesse crescente em incorporar a análise multidimensional da pobreza na região. Embora a medição oficial ainda seja centrada na abordagem monetária, diversos países começaram a reconhecer a importância de considerar dimensões não monetárias, como saúde, educação, moradia e participação social. Em muitos casos, a abordagem multidimensional tem sido adotada como um complemento à medição monetária da pobreza, com o objetivo de oferecer diagnósticos mais completos e formular políticas públicas mais integradas.

A seguir, apresenta-se a Quadro 1, na qual foram selecionados sete países latino-americanos para examinar as abordagens utilizadas oficialmente na medição da pobreza em cada um deles. Essa revisão comparativa permitirá evidenciar o grau de avanço e adoção de medições multidimensionais na região.

Quadro 1: Comparativo Regional sobre a Medição Oficial da Pobreza e o Uso do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

País	Definição institucional de pobreza	Medição oficial	Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é complementar ou principal?	Instituição responsável
México	Pobreza é a insuficiência de renda para adquirir uma cesta básica e/ou carências em direitos sociais (educação, saúde, etc.).	Mista (Monetária + IPM)	Ambos, abordagem integrada	Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) / Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)
Colombia	Pobreza é a privação de condições mínimas de bem-estar ou rendas inferiores à linha de pobreza.	Mixta (Monetária + IPM)	Complementar	Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE)
Chile	Pobreza é falta de recursos monetários e carências em condições mínimas de vida.	Mixta (Monetária + IPM)	Complementar	Ministerio de Desarrollo Social y Familia (MDSF)
Peru	Pobreza é a insuficiência de recursos monetários para acessar a cesta básica de alimentos e serviços.	Mixta (Monetária + IPM)	Complementar	Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)
Argentina	Pobreza é não alcançar a renda necessária para cobrir a cesta básica alimentar e não alimentar.	Monetária (única oficial)	Não se aplica	Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC)
Brasil	Pobreza é a insuficiência de renda para superar a linha de pobreza definida nacionalmente.	Monetária; IPM em processo de adoção	Complementar (não oficial)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Costa Rica	Pobreza é a privação em dimensões-chave do bem-estar humano além da renda.	Mista (Monetária + IPM)	Complementar	Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com informações do Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (2019); Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2025); Ministerio de Desarrollo Social y Familia de Chile (2015); Instituto Nacional de Estadística e Informática (2025, 2023); Instituto Nacional de Estadística y Censos (2016); Serra, Maia, Yalonetzky (2023).

A análise apresentada no Quadro 1 permite observar que vários países latino-americanos, como México (desde 2009), Chile (desde 2015) e Colômbia (desde 2011), adotaram oficialmente o Índice de Pobreza Multidimensional como ferramenta complementar na definição de suas políticas sociais. Essa adoção antecipada não apenas indica uma evolução metodológica, mas também demonstra um compromisso político desses países com abordagens mais integradas e centradas nas necessidades básicas das pessoas.

O Peru, no entanto, seguiu um caminho mais lento. Embora desde 2010 tenha reconhecido formalmente a necessidade de incorporar uma abordagem multidimensional, demorou mais de uma década para produzir e publicar seus primeiros indicadores oficiais. Esse atraso revela as limitações da capacidade do Estado peruano para inovar em matéria de política social, um cenário que só tem piorado devido à instabilidade política dos últimos anos, causando uma falta de planejamento adequado na formulação e implementação de políticas.

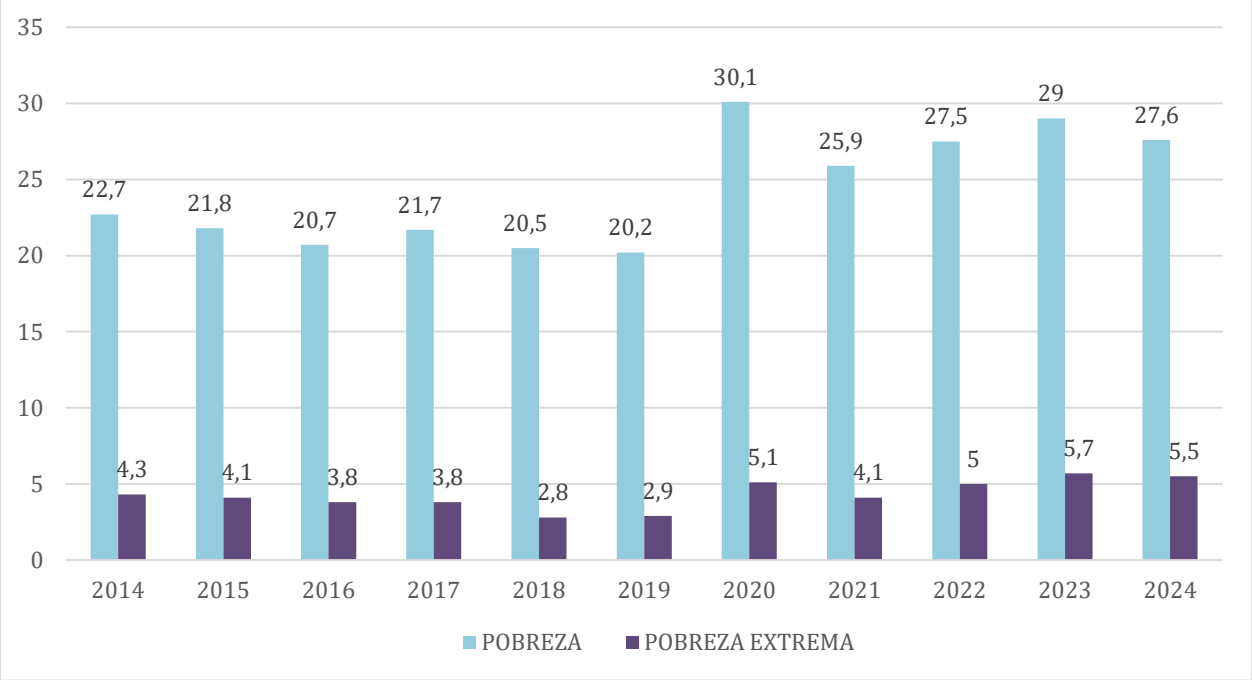
3. EVOLUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA NO PERU (2014-2024)

No Peru, a pobreza é definida e medida institucionalmente pelo Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI). Desde 1997, esse órgão aplica a abordagem da pobreza monetária, segundo a qual se considera pobre toda pessoa cujo gasto econômico individual mensal não atinge o limite da pobreza, o que significa que seus recursos são insuficientes para cobrir o valor de uma cesta básica que inclui tanto alimentos quanto bens e serviços essenciais (como moradia, vestuário, atendimento médico, educação, transporte, entre outros). No caso da pobreza extrema monetária, o INEI (2024) a define como a situação em que o gasto per capita mensal é insuficiente para cobrir a cesta básica alimentar.

Para analisar a evolução da pobreza no Peru durante o período de 2014-2024, serão utilizados como fonte principal os relatórios técnicos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática do Peru, complementados por outras fontes secundárias que possibilitem um aprofundamento da análise dos dados compilados.

A seguir, na Figura 1, apresenta-se a evolução dos níveis de pobreza e pobreza extrema monetária.

Figura 1: Evolução da incidência da pobreza e da pobreza extrema monetária no Peru, 2014-2024



Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com informações do Instituto Nacional de Estadística e Informática (2025).

Ao analisar a Figura 1, podemos observar que, durante o período de 2014-2019, houve uma redução progressiva da pobreza e da pobreza extrema monetária, com a pobreza caindo de 22,7% para 20,2% e a pobreza extrema de 4,3% para 2,9%. Essa

diminuição foi atribuída ao crescimento sustentado do PIB, que, durante esse período, cresceu a uma taxa média anual de 3% (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2021). Outro fator importante que contribuiu para a redução da pobreza foi a relevância dos programas sociais, especialmente aqueles baseados em transferências monetárias, que desempenharam um papel fundamental na diminuição da pobreza extrema (Correa, 2021).

O ano de 2020 marcou um ponto de inflexão devido ao impacto socioeconômico da pandemia de COVID-19. As medidas de confinamento, a interrupção das cadeias produtivas e o medo do contágio provocaram uma drástica queda nos rendimentos das famílias. Como consequência, a pobreza monetária subiu para 30,1%, e a pobreza extrema monetária alcançou 5,1%. Segundo Huamán (2021), a pandemia de COVID-19 afetou de maneira desproporcional os trabalhadores informais —que representam mais de 70% da força de trabalho no Peru—, os quais dependem de seus rendimentos diários para subsistir.

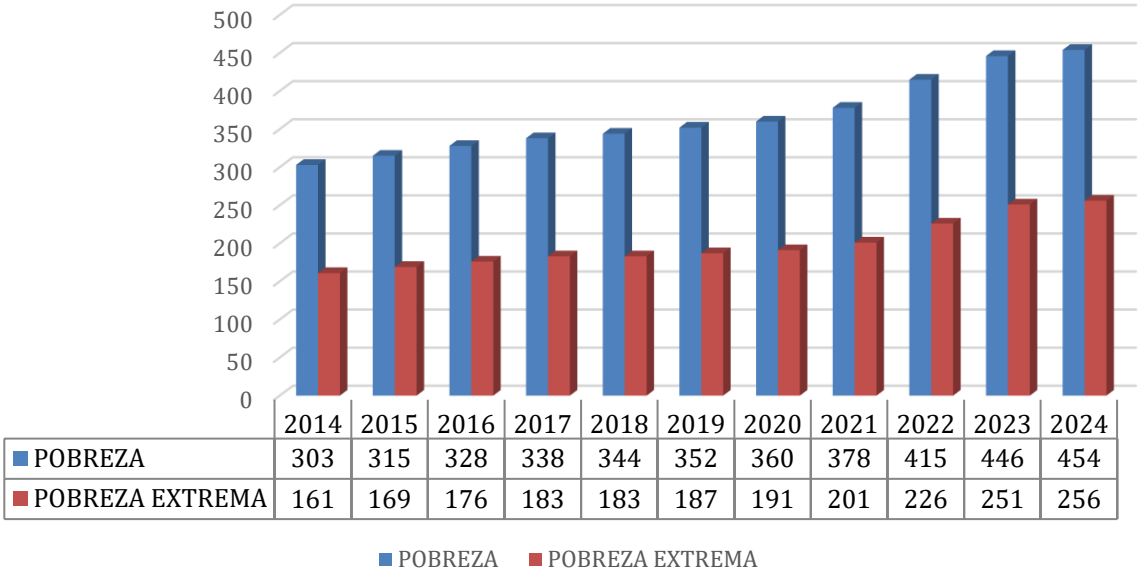
Em 2021, foi registrada uma leve redução nos níveis de pobreza e pobreza extrema, com uma diminuição de 4,2 pontos percentuais e 1 ponto percentual, respectivamente. Esse avanço positivo foi impulsionado pela retomada da economia, pelo levantamento gradual das restrições sanitárias e pela distribuição de auxílios emergenciais em nível nacional, bem como pela entrega de cestas básicas de alimentos (Correa, 2021). No entanto, a partir de 2022, os níveis de pobreza voltaram a aumentar: a incidência da pobreza cresceu 3,1 pontos percentuais, e a pobreza extrema subiu 1,6 pontos percentuais entre 2021 e 2023.

Segundo García (2024), esse aumento representou o primeiro crescimento consecutivo da pobreza em mais de duas décadas. Entre os fatores que explicam essa tendência estão a instabilidade política, que gerou constantes mudanças ministeriais e impediu a continuidade de políticas públicas destinadas ao combate da pobreza. A alta rotatividade de funcionários no Executivo nem sempre foi acompanhada da nomeação de profissionais mais capacitados. Outro fator determinante foi a queda nos preços internacionais dos commodities minerais, como o cobre —um dos principais produtos de exportação do país—, impactando diretamente a economia nacional.

Em 2024, foi registrada uma leve melhora na pobreza monetária, que caiu de 29% para 27,6%, enquanto a pobreza extrema diminuiu apenas 0,2 pontos percentuais, passando de 5,7% em 2023 para 5,5% em 2024. Segundo o INEI (2025), em 2024, a pobreza monetária afetou 9 milhões e 395 mil pessoas, o que representa 39,8% da população rural e 26,4% da população urbana. Quanto à pobreza extrema, foram registrados 1 milhão e 872 mil indivíduos, afetando 16,2% da população rural e 3,2% da população urbana.

A seguir, apresenta-se a Figura 2, que ilustra a evolução do valor da cesta básica correspondente aos patamares de pobreza e pobreza extrema no período compreendido entre os anos de 2014 e 2024.

Figura 2: Evolução do valor da cesta básica correspondente aos patamares de pobreza e pobreza extrema, 2014-2024 (expressa em soles peruanos)



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
POBREZA	303	315	328	338	344	352	360	378	415	446	454
POBREZA EXTREMA	161	169	176	183	183	187	191	201	226	251	256

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com informações do Instituto Nacional de Estadística e Informática (2025).

Como mostrado na Figura 2, o valor da cesta básica, tanto para a linha de pobreza quanto para a linha de pobreza extrema, seguiu uma tendência de alta entre 2014 e 2024, exceto nos anos de 2017 e 2018, quando o valor da cesta básica da linha de pobreza extrema permaneceu em S/ 183. Segundo o INEI (2025), o custo da cesta associada à linha de pobreza passou de S/ 303 em 2014 para S/ 454 em 2024. Já o valor da cesta básica de alimentos correspondente à linha de pobreza extrema aumentou de S/ 161 para S/ 256 no mesmo período. Esses aumentos representam uma variação acumulada aproximada de 49,8% e 59%, respectivamente.

Diversos estudos indicam que o aumento do valor da cesta básica se deve a vários fatores, como as rupturas na cadeia de abastecimento causadas pela pandemia de COVID-19 em 2020, que geraram um aumento de 14% nos preços globais dos alimentos (Banco Mundial, 2021). Além disso, a invasão da Rússia à Ucrânia em 2022 provocou um aumento significativo nos preços de alimentos, fertilizantes e petróleo, considerando que ambos os países são grandes produtores de produtos agrícolas (trigo e milho) e energia (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2022).

O crescimento contínuo do valor da cesta básica nos últimos dez anos evidencia que, apesar do crescimento econômico, o acesso a bens essenciais se tornou progressivamente mais caro. Como observa Streeten et al. (1981), o crescimento do PIB não garante necessariamente melhorias nas condições de vida. Entre 1950 e 1970, conhecido como o período da “era dourada do capitalismo”, houve um crescimento econômico expressivo, sem que isso resultasse em uma redução significativa das desigualdades ou da pobreza.

Seguindo essa reflexão, o crescimento econômico não deveria ser um fim em si mesmo, mas um meio para garantir o acesso a direitos e necessidades fundamentais. Segundo Streeten et al., é mais importante priorizar a satisfação das necessidades básicas das pessoas, como educação, saúde e alimentação adequada, pois isso não apenas melhora o bem-estar humano, mas também fortalece o desenvolvimento do capital humano e, consequentemente, a produtividade econômica como um todo.

3.1 A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO PERU

Desde sua criação, o INEI tem priorizado a medição da pobreza a partir de uma abordagem monetária, atribuindo pouca relevância a outras metodologias alternativas. No entanto, a partir de 2010, o Estado peruano reconheceu oficialmente que a pobreza não pode ser compreendida nem combatida apenas com indicadores econômicos. Por isso, propôs a incorporação de uma abordagem multidimensional que permitisse intervir de forma integrada em diversas carências que afetam a população, como saúde, educação, moradia, conectividade viária, inclusão econômica e justiça.

Essa mudança de paradigma foi institucionalizada com a promulgação da Resolução Suprema N° 097-2010-PCM, que levou à criação de uma comissão consultiva encarregada de incorporar na agenda estatal a discussão metodológica sobre a medição da pobreza multidimensional.

Posteriormente, em 2023, foi promulgado o Decreto Supremo N° 002-2023-MIDIS, que declarou como prioridade nacional a elaboração e aprovação de uma medição oficial da pobreza multidimensional, complementando a medição monetária da pobreza. Esse decreto atribuiu ao INEI a responsabilidade de gerar e publicar indicadores estatísticos que evidenciassem a natureza multidimensional da pobreza. Pode-se interpretar que essa medida também representou uma pressão institucional sobre o INEI e a comissão consultiva, já que, desde sua criação em 2010, haviam se passado 13 anos sem a publicação de um relatório oficial. Finalmente, em novembro de 2023, foi apresentado o primeiro relatório técnico sobre a pobreza multidimensional no Peru, baseado em dados referentes ao ano de 2022. Neste contexto, este estudo analisará o relatório publicado em 2025, construído com base nos dados coletados em 2024.

Em seus relatórios técnicos, o INEI adotou uma metodologia fundamentada na abordagem das capacidades de Amartya Sem (2000) e no método Alkire-Foster[6] (2011), desenvolvido pela Iniciativa sobre Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford, amplamente utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na formulação do Índice de Pobreza Multidimensional.

O sistema proposto para a avaliação da pobreza multidimensional é estruturado em torno de dois pilares: um conjunto de indicadores de privação apresentados em um painel de controle e uma métrica de pobreza multidimensional que segue a abordagem de Alkire e Foster (2011), denominada Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Essa

[6] O método de Alkire e Foster é uma metodologia para medir a pobreza multidimensional que identifica indivíduos ou domicílios com base em um limite de privação simultânea em múltiplas dimensões. Ele calcula uma medida agregada, comumente o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), multiplicando a incidência da pobreza multidimensional pela intensidade média das privações entre os pobres.

medida considera o domicílio como a unidade para identificar a pobreza, mas utiliza o indivíduo como unidade de análise.

O painel de controle é composto por 8 dimensões e 25 indicadores. As dimensões consideradas são: Saúde (6 indicadores), Educação (2 indicadores), Moradia (2 indicadores), Água e saneamento (2 indicadores), Energia (2 indicadores), Emprego e previdência social (5 indicadores), Segurança e conectividade (4 indicadores) e Condições do ambiente populacional (2 indicadores). A seguir, na Tabela 1, apresentam-se as taxas de incidência das oito dimensões e seus indicadores. As informações são fornecidas tanto para o total nacional quanto para a distinção entre áreas urbanas e rurais.

Tabela 1: Painel de controle da pobreza multidimensional (2024)

DIMENSÃO	INDICADOR	NACIONAL	ZONA	
			URBANO	RURAL
Saúde	População com carência de atenção médica	32,4%	31,5%	36,6%
	Pressão arterial alta na população de 15 anos ou mais	14,2%	14,8%	11,2%
	População com doenças crônicas	43,5%	44,7%	38,3%
	Prevalência de anemia em crianças de 6 a 35 meses de idade	43,7%	40,2%	51,9%
	Prevalência de desnutrição crônica em menores de 5 anos	12,1%	8,5%	20,9%
	População de 15 anos ou mais com obesidade	25,7%	27,9%	15,6%
Educação	Taxa líquida de ausência escolar da população de 3 a 16 anos	11,5%	11,4%	12,1%
	Carência no nível educacional em pessoas de 17 anos ou mais	20,5%	15,9%	43,1%
	Alunos do quarto ano do ensino fundamental com nível insatisfatório em leitura	67,2%	64,2%	82,7%
	Alunos do quarto ano do ensino fundamental com nível insatisfatório em matemática	70,5%	67,9%	84,3%
	Alunos do segundo ano do ensino médio com nível insatisfatório em leitura*	80,9%	76,9%	94,6%
	Alunos do segundo ano do ensino médio com nível insatisfatório em matemática*	87,3%	84,8%	95,9%
	Avaliação negativa da infraestrutura da escola de ensino básico frequentada	15,6%	14,4%	19,5%
	Avaliação negativa dos equipamentos da escola de ensino básico frequentada	19,2%	18,1%	22,9%
Habitação e entorno	População em residências com superlotação	6,3%	5,5%	10,1%
	População em residências com piso predominantemente de terra	20,9%	11,6%	59,8%
	População urbana exposta a algum tipo de desastre	–	17,2%	–
Serviços básicos	População sem água gerenciada de maneira segura	72,7%	66,9%	96,5%
	População sem rede de esgoto ou outras formas de disposição sanitária de excretas	20,4%	11,9%	56,5%
	População urbana sem acesso ou insatisfeita com serviço de coleta domiciliar de resíduos sólidos	–	29,9%	–
Energia	População sem acesso à energia elétrica pela rede pública ou com acesso inadequado	45,2%	40,3%	66,5%
	População que utiliza combustíveis sólidos poluentes para cozinhar	43,9%	32,3%	92,7%
Emprego e previdência social	Taxa de subemprego na população de 14 a 60 anos de idade	42%	36,1%	70,2%
	População em desemprego aberto e oculto	7,4%	8,4%	3%
	População em idade de trabalhar não afiliada a um sistema de pensões	65,4%	61,3%	86,6%
	População ocupada com emprego informal	70,9%	65,4%	94,5%
Segurança	População urbana de 15 anos ou mais vítima de algum crime	27,1%	–	–
	Violência contra a mulher de 15 a 49 anos, exercida pelo cônjuge ou companheiro nos últimos 12 meses	33,9%	34,1%	33,2%
Conectividade	População de 6 anos ou mais que não faz uso da internet	20,6%	15,8%	41,6%

* Nesses indicadores, o Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) só tem dados disponíveis até o ano 2022.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com informações do Instituto Nacional de Estadística e Informática (2025).

Para a presente análise, foram selecionadas cinco das oito dimensões apresentadas na Tabela 1: Saúde, Educação, Habitação e ambiente, Serviços básicos e Emprego e previdência social. Embora as demais dimensões sejam relevantes, a escolha dessas se baseia em seu papel fundamental na reprodução estrutural da pobreza no Peru, bem como em sua capacidade de oferecer uma representação abrangente da pobreza multidimensional. Vale destacar que, dentro de cada dimensão, serão analisados apenas dois indicadores específicos.

3.1.1 Dimensão Saúde

Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Informática (2025), a carência de atendimento médico refere-se às pessoas que, tendo enfrentado algum problema de saúde nas últimas quatro semanas, receberam atendimento inadequado ou optaram por não buscar assistência médica por razões distintas da percepção de que o problema não era grave ou urgente. Em 2024, 32,4% da população nacional apresentou essa carência, sendo mais elevada na zona rural (36,6%) do que na zona urbana (31,5%). A privação afeta especialmente as mulheres (34,3%), os idosos (36,9%) —considerados aqueles com 60 anos ou mais— e pessoas com deficiência (43,6%).

O segundo indicador, referente à população com doenças crônicas, abrange pessoas que sofrem de alguma enfermidade ou condição crônica (artrite, hipertensão, asma, reumatismo, diabetes, tuberculose, HIV, colesterol elevado, etc.). O INEI informa que 43,5% da população peruana sofre de alguma dessas condições. Ao desagregar esse indicador por faixa etária, destaca-se o grupo entre 18 e 59 anos, que apresenta um alto nível de afetados (46,1%). Esse grupo é especialmente relevante, pois inclui jovens e adultos que compõem uma parcela significativa da População Economicamente Ativa (PEA). Sua importância reside no fato de que, geralmente, têm maior energia e capacidade física para desempenhar atividades laborais, tornando-se um pilar essencial para o desenvolvimento econômico do país.

3.1.2 Dimensão Educação

O primeiro indicador analisado é a taxa líquida de ausência escolar da população de 3 a 16 anos. Considera-se em situação de carência aqueles que não frequentam nenhuma instituição educacional ou que não estão matriculados no nível adequado à sua idade. A nível nacional, essa taxa é de 11,5%, com valores semelhantes nas áreas urbanas (11,4%) e rurais (13,6%).

O segundo indicador refere-se à carência no alcance educacional, abrangendo indivíduos de 17 anos ou mais que não concluíram pelo menos o ensino médio e que atualmente não frequentam nenhuma instituição de ensino ou programa educacional. Segundo os dados do INEI, 20,5% da população nacional encontra-se nessa situação. Essa privação é particularmente grave em algumas regiões da serra, como Huánuco, Cajamarca, San Martín e Ayacucho, onde mais de 30% da população não completou o ensino secundário.

3.1.3 Dimensão Habitação e Entorno

Quanto ao indicador de população em moradias superlotadas, considera-se em carência a população que vive em residências onde há mais de três pessoas por cômodo, sem contar banheiro, cozinha, corredores ou garagem. No nível nacional, 6,3% da população vive em habitações superlotadas, com uma incidência maior nas áreas rurais (10,1%) em comparação às urbanas (5,5%), representando uma diferença de 4,6 pontos percentuais.

Já o indicador de exposição da população urbana a desastres naturais considera em situação de carência aqueles que vivem em áreas expostas a riscos como inundações, encostas instáveis, deslizamentos de terra, desmoronamentos ou avalanches. Nacionalmente, 17,2% da população urbana encontra-se vulnerável a esses perigos.

3.1.4 Dimensão Serviços Básicos

Nesta dimensão, são analisados os indicadores de população sem acesso a água gerida de forma segura e sem sistema de saneamento adequado. O primeiro indicador classifica como carentes os lares onde a água não provém de uma rede pública, é obtida de fontes comunitárias, não está disponível 24 horas por dia ou não atende aos padrões de cloração. Em 2024, 72,7% da população peruana não tinha acesso a água gerida de maneira segura. Em 15 dos 24 departamentos do país, 90% da população encontra-se nessa condição (Instituto Nacional de Estatística e Informática, 2025).

O segundo indicador inclui os lares que não possuem banheiro ou sistema sanitário conectado a uma das seguintes estruturas: fossa séptica, tanque séptico ou biodigestor; poço cego ou negro; corpos de água como rios, canais ou acequias; espaços abertos ao ar livre ou qualquer outro tipo de disposição inadequada. No nível nacional, 20,4% da população encontra-se nessa situação, sendo muito mais grave nas zonas rurais, onde o percentual sobe para 56,5%, evidenciando a grande deficiência de infraestrutura de saneamento fora dos centros urbanos.

3.1.5 Dimensão Emprego e Previdência Social

O primeiro indicador analisa a taxa de subemprego na população entre 14 e 60 anos, medindo a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) que está subempregada, seja por insuficiência de horas trabalhadas ou baixa remuneração. No nível nacional, 42% da PEA encontra-se subempregada. Essa situação afeta mais as mulheres (51,9%) do que os homens (33,7%). Nas áreas rurais, o índice chega a 70,2%, comparado a 36,1% nas áreas urbanas.

O segundo indicador trata da ausência de filiação a um sistema de previdência entre a população em idade produtiva. Em 2024, 65,4% da população nacional não estava afiliada a nenhum sistema de previdência. Essa carência afeta 61,3% da população urbana e 86,6% da população rural. Mesmo entre os idosos, 62,2% não possuem filiação previdenciária, refletindo um sistema de aposentadoria com cobertura limitada e excludente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um fenômeno social persistente, abordado historicamente a partir de múltiplas perspectivas, sendo a econômica a mais dominante. Durante décadas,

assumiu-se que o crescimento do Produto Interno Bruto levaria automaticamente à erradicação da pobreza. No entanto, a experiência histórica demonstrou que, mesmo em períodos de alto crescimento econômico, como na era dourada do capitalismo, a pobreza não se resolve apenas com melhorias na renda nacional.

A abordagem estritamente econômica tem invisibilizado dimensões fundamentais da pobreza. As propostas teóricas de autores como Amartya Sem (2000) e Udaya Wagle (2002) oferecem uma visão mais ampla, abordando conceitos como necessidades básicas, capacidades humanas e exclusão social. A abordagem multidimensional permite compreender a pobreza não apenas como privação de renda, mas como uma restrição de liberdades e oportunidades essenciais para o desenvolvimento humano. Elementos como educação, participação política e acesso a serviços básicos nem sempre estão condicionados exclusivamente à renda monetária.

Esse enfoque tem ganhado relevância em organismos internacionais e governos latino-americanos, que começaram a incorporar o Índice de Pobreza Multidimensional em seus marcos normativos. No Peru, apesar de o Instituto Nacional de Estatística e Informática, criado na década de 1990, tenha inicialmente adotado uma abordagem monetária para definir e medir a pobreza, desde 2010 o Estado peruano tem reconhecido a necessidade de uma abordagem mais ampla, iniciando assim o desenvolvimento de uma metodologia oficial para sua medição multidimensional.

Os resultados analisados mostram que as taxas de privação em cada uma das oito dimensões que compõem o Índice da Pobreza Multidimensional são significativamente mais elevadas na população rural em comparação com a urbana. Essa disparidade evidencia uma orientação persistente das políticas públicas majoritariamente voltada para as áreas urbanas, em detrimento das regiões rurais. Como consequência, amplos setores da população que vivem fora dos centros urbanos continuam enfrentando dificuldades substanciais no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento e outros serviços básicos. Enfrentar essas desigualdades requer uma atuação mais equitativa e territorialmente inclusiva por parte do Estado peruano, voltada para o fortalecimento das capacidades humanas e sociais, sobretudo nos territórios rurais mais vulneráveis.

O alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, referente a erradicação da pobreza, e 10, que trata da redução das desigualdades requer a incorporação consistente e transversal da abordagem multidimensional no ciclo das políticas públicas nacionais, desde a formulação até a implementação e avaliação. As elevadas taxas de pobreza multidimensional, particularmente nas zonas rurais, não apenas evidenciam as limitações das abordagens tradicionais baseadas exclusivamente na renda, como também revelam falhas sistêmicas na provisão de serviços públicos e na distribuição equitativa de oportunidades. Dessa forma, a adoção efetiva de um enfoque multidimensional não é apenas uma necessidade técnica, mas também um imperativo ético e político para que o Peru avance no cumprimento dos compromissos assumidos com a comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, v. 95, p. 476-487, 2011.

ARGENTNA. Instituto Nacional de Estadística y Censos. **La medición de la pobreza y la indigencia en la Argentina**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2016. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/EPH_metodologia_22_pobreza.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Perú Panorama general**. World Bank, 2025. Disponível em: https://www.bancomundial.org/es/country/peru/overview. Acesso em: 05 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Ajuste en las líneas mundiales de pobreza**. World Bank, 2022. Reseña. Disponível em: https://www.bancomundial.org/es/news/factsheet/2022/05/02/fact-sheet-an-adjustment-to-global-poverty-lines. Acesso em: 5 jun. 2025.

BOLTVINIK, J. Medición multidimensional de la pobreza. AL de precursora a rezagada. **Revista Sociedad y Equidad**, *[S. l.]*, n. 5, 2013. Disponível em: https://sye.uchile.cl/index.php/RSE/article/view/26337. Acesso em: 2 jun. 2025.

CORREA, A. Protección social y lucha contra la pobreza. In: TELLO, K (coord.). **Proyecto Perú Debate 2021: propuestas hacia un mejor gobierno**. 1. ed. Lima: 2021. p. 3-28.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. **Panorama Social de América Latina 2021**. Santiago: 2022. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/47718-panorama-social-america-latina-2021. Acesso em: 5 jun. 2025.

Comisión Económica para América Latina. **Metodología de la Canasta Básica Alimentaria (CBA) para la construcción de líneas de pobreza**. 2023. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/cepal-metodologia-cbs-medicion-pobreza-2023.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 6 jun. 2025.

COLOMBIA. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Formas de medir la pobreza en Colombia**. 2025. Disponível em: https://dane70.dane.gov.co/los-hitos/operaciones-estadisticas/formas-de-medir-la-pobreza-en-colombia. Acesso em: 5 jun. 2025.

CHILE. Ministerio de Desarrollo Social. **Nueva Metodología de Medición de la Pobreza por Ingresos y Multidimensional**. 2015. Disponível em: https://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/storage/docs/casen/2013/Nueva_Metodologia_de_Medicion_de_Pobreza.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

Costa Rica. Instituto Nacional de Estadística y Censos. **Encuesta Nacional de Hogares Julio 2024**. Resultados Generales. San José: 2024. Disponível em: https://online.fliphtml5.com/mweex/pasi/#p=1. Acesso em: 5 jun. 2025.

ESCOBEDO, I. Inestabilidad en Perú: seis presidentes en seis años. **Deutsche Welle**, 30 jan. 2023. Disponível em: https://www.dw.com/es/inestabilidad-pol%C3%ADtica-en-per%C3%BA-seis-presidentes-en-seis-a%C3%B1os/a-64561587. Acesso em: 5 jun. 2025

EVANS, Peter. **Embedded autonomy: states and industrial transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FUKUYAMA, Francis. What is governance? **Governance**, v. 26, n. 3, p. 347-368, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1111/gove.12035. Acesso em: 5 jun. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food security and nutrition in the world**. Roma: 2022. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/67b1e9c7-1a7f-4dc6-a19e-f6472a4ea83a/content. Acesso em: 5 jun. 2025.

GARCÍA, O. Puntoedu. **En el 2023, la pobreza en el Perú llegó a 29% ¿por qué se ha dado este incremento y qué debió hacerse?. 2024.** Disponível em: https://puntoedu.pucp.edu.pe/coyuntura/2023-pobreza-29-por-que-incremento-y-que-debio-hacerse/. Acesso em: 5 jun. 2025.

GRINDLE, Merilee S. Good governance: the inflation of an idea. **HKS Faculty Research Working Paper Series**, John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2010. Disponível em: https://www.hks.harvard.edu/publications/good-governance-inflation-idea. Acesso em: 03 jun. 2025.

HUAMAN, J. R. Impacto económico y social de la COVID-19 en el Perú. **Revista de Ciencia e Investigación en Defensa-CAEN**, v. 2, n1, p. 31-42, 2021. Disponível em: https://recide.caen.edu.pe/index.php/recide/article/view/51/38. Acesso em: 5 jun. 2025.

MÉXICO. Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. **Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México**. Ciudad de México: Consejo Nacional de Evaluación de Política de Desarrollo Social. 2019. Disponível em: https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Metodologia.aspx. Acesso em: 5 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**. 2015. Disponível em: https://sdgs.un.org/es/2030agenda. Acesso em: 10 jun. 2025.

PERU. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Evolución de la Pobreza Monetaria 2015-2024**. Lima, mai. 2025. Disponível em: https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/8037677/6749463-evolucion-de-la-pobreza-monetaria-2015-2024.pdf?v=1746719510. Acesso em: 5 jun. 2025.

PERU. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Perú: Medición de la Pobreza Multidimensional, Dimensiones e Indicadores (Revisión 2023)**. Lima, nov. 2023. Disponível em: https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/5402872/4833930-informe-tecnico-medicion-de-la-pobreza-multidimensional-revision-2023(2).pdf?v=1712328912%20. Acesso em: 5 jun. 2025.

PERU. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Evolución de los indicadores de pobreza multidimensional, 2015-2024**. Lima, 2025. Disponível em: https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/8150471/6823750-informe-tecnico-evolucion-de-los-indicadores-de-pobreza-multidimensional-2015-2024.pdf?v=1748714450. Acesso em: 5 jun. 2025.

PERU. Presidencia del Consejo de Ministros. Resolución Suprema N° 097-2010 PCM, de 13 de abril de 2010. **Diário Oficial da República do Peru**, Lima, 3 abr. de 2010.

PERU. Ministerio de Inclusion y Desarrollo Social. Decreto Supremo N° 002-2023, de 27 de julho de 2023. Decreto Supremo que declara de prioridad nacional la elaboración y aprobación de la medición oficial de la pobreza multidimensional y establece disposiciones para su aprobación e implementación. **Diário Oficial da República do Peru**, Lima, 27 jul. de 2023.

PIERRE, Jon; PETERS, B. Guy. **Governance, politics and the state**. Londres: Macmillan, 2000.

RHODES, R. A. W. **The new governance: governing without government**. Political Studies, v. 44, n. 4, p. 652–667, 1996.

SERRA, A.S; MAIA, A.G; YALONETZKY, G. **Mensuração da pobreza no Brasil: uma abordagem multidimensional. Relatório Final**. 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_297.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

SARTORI, G. **The Theory of Democracy revisited**. New Jersey: Chatham House Publishers, 1987.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000.

WAGLE, U. Rethinking poverty: definition and measurement. **International Social Science Journal**, v.54, n.1, p. 155-165, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1468-2451.00366. Acesso em: 5 jun. 2025.

Recebido em: 07/07/2025

Aprovado em: 25/08/2025

ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19 NO CULTIVO DA MANDIOCA PARA A INCLUSÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO POLO SÃO JOÃO (PORTO NACIONAL/TO) EM MERCADOS

Diego Neves de Sousa[1]
Palloma Rosa Ferreira[2]
Andrea Elena Pizarro Muñoz[3]
Gustavo Azevedo Campos[4]

Resumo:
Este artigo analisa os impactos da pandemia da Covid-19 na cadeia produtiva da mandioca, com foco na inclusão produtiva dos agricultores familiares do Polo São João (Porto Nacional/TO) nos mercados. A pesquisa, baseada em entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo temática, identificou desafios e oportunidades para o desenvolvimento da atividade e a segurança alimentar local. Os resultados indicam que, durante a pandemia, os produtores intensificaram o uso das mídias digitais para comercialização, especialmente pelo WhatsApp, sem, contudo, ampliar para outras plataformas digitais. A demanda por mandioca de polpa amarela, aliada ao uso de variedades geneticamente melhoradas, destacou o papel das instituições de pesquisa e assistência técnica no aprimoramento da produção. No entanto, o acesso restrito às políticas públicas, limitou a inserção dos agricultores em mercados institucionais. A comercialização manteve-se concentrada nos canais tradicionais, como atravessadores, empresas processadoras e venda direta ao consumidor final, sem diversificação significativa. Essa dependência reduz o poder de negociação dos produtores e os expõe a riscos econômicos. A limitação dos canais de venda pode comprometer a estabilidade da renda das unidades familiares em períodos de baixa demanda. A pesquisa evidencia ainda a necessidade de políticas públicas voltadas à diversificação dos canais de comercialização, agregação de valor à produção e fortalecimento das redes de cooperação. Investimentos em infraestrutura, capacitação e formalização dos empreendimentos coletivos são fundamentais para ampliar a autonomia e a segurança econômica dos agricultores familiares. Estratégias integradas entre políticas públicas, inovação tecnológica e cooperação são essenciais para garantir a inclusão produtiva e a segurança alimentar na região.
Palavras-chave: Políticas Públicas; Segurança Alimentar; Desenvolvimento Rural; Comercialização; Tecnologias da Informação e Comunicação.

SOCIOECONOMIC STUDY ON THE INFLUENCE OF THE COVID-19 PANDEMIC ON CASSAVA CULTIVATION FOR THE INCLUSION OF FAMILY FARMERS FROM THE SÃO JOÃO HUB (PORTO NACIONAL/TO) IN MARKETS

Abstract:
This article analyzes the impacts of the Covid-19 pandemic on the cassava production chain, focusing on the productive inclusion of family farmers from the São João Hub (Porto Nacional/TO) in markets.

[1] Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura. Bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq - Nível 2. E-mail: diegocoop@hotmail.com.
[2] Graduada em Gestão de Cooperativas, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre em Extensão Rural (UFV) e Doutorado em Economia Doméstica (UFV). Realiza atualmente pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (UFT), atuando na disciplina Inovação e Inclusão Produtiva Rural. E-mail: palloma.rosa.ferreira@gmail.com.
[3] Economista graduada pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e mestre em Desenvolvimento Econômico - Economia Regional e Urbana pela Universidade Estadual de Campinas (2008). Pesquisadora na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Pesca e Aquicultura na área de transferência de tecnologia em Palmas, Tocantins. E-mail: andrea.munoz@embrapa.br.
[4] Possui graduação em Engenharia Agronômica, mestrado em Fitotecnia e doutorado em Produção Vegetal com ênfase em análise genômica e melhoramento. Atualmente é Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em Palmas - TO. E-mail: gustavo.campos@embrapa.br.

The research, based on semi-structured interviews and thematic content analysis, identified challenges and opportunities for the development of the activity and local food security. The results indicate that, during the pandemic, producers intensified the use of digital media for commercialization, especially via WhatsApp, without, however, expanding to other digital platforms. The demand for yellow-fleshed cassava, combined with the use of genetically improved varieties, highlighted the role of research institutions and technical assistance in improving production. However, restricted access to public policies limited farmers' inclusion in institutional markets. Commercialization remained concentrated in traditional channels, such as middlemen, processing companies, and direct sales to final consumers, without significant diversification. This dependence reduces producers' bargaining power and exposes them to economic risks. The limitation of sales channels may compromise the income stability of family farming units during periods of low demand. The research also highlights the need for public policies aimed at diversifying commercialization channels, adding value to production, and strengthening cooperation networks. Investments in infrastructure, training, and the formalization of collective enterprises are essential to expanding the autonomy and economic security of family farmers. Integrated strategies between public policies, technological innovation, and cooperation are crucial to ensuring productive inclusion and food security in the region.
Keywords: Public Policies; Food Security; Rural Development; Commercialization; Information and Communication Technologies.

1. INTRODUÇÃO

A disseminação do vírus Sars-COV-2, popularmente denominado como novo coronavírus, se espalhou rapidamente por todo o território nacional. Com isso, a pandemia da Covid-19 provocou alterações significativas em todos os setores econômicos, ocasionando impacto direto também sobre o funcionamento dos mercados. Como atitudes iniciais, em quase todo território nacional, foram decretados pelos governos municipais e estaduais a paralisação das aulas, o que prejudicou imediatamente os agricultores familiares, devido a interrupção progressiva da entrega de produtos alimentícios para escolas públicas e dos recursos advindos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sobretudo dos produtores que dependiam dessa fonte de recurso, proveniente dos mercados institucionais. Soma-se a isso, o impedimento de funcionamento das feiras livres, que devido às regras sanitárias, restringiu a circulação de pessoas, provocando variações sobre a situação socioeconômica dos produtores e perda da dinamização na economia dos municípios (Singulano; Viana; Inácio, 2023; Moura; Uliana; Arana, 2023).

Nesta conjuntura, não é surpresa que durante o período pandêmico a produção e comercialização da agricultura tenham sido diretamente impactadas, por vezes com perdas econômicas significativas, atingindo, de modo especial, as famílias mais vulneráveis. Diante deste contexto repleto de instabilidades, coube aos produtores buscarem alternativas, como o acesso a novos mercados mediados por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), de forma a continuar atendendo os consumidores e manter o escoamento da produção (Leite *et al.*; 2023).

Como argumentam Sousa, Jesus e Beraldo (2021) no estado do Tocantins, as feiras livres representam um mercado tradicional, em que ocorre a comercialização da produção dos agricultores familiares, além de garantir a inclusão em outros mercados, o que permite movimentar as cadeias curtas agroalimentares. Assim, no período pandêmico, após protestos dos agricultores, houve a liberação para funcionamento das feiras no mês seguinte ao fechamento, desde que respeitada as medidas protetivas de segurança impostas pelas instâncias públicas.

Conforme destacado por Galizoni *et al.* (2022, p.5) os agricultores familiares possuem “a ‘resiliência’ para enfrentar as dificuldades e, dentro do possível, reinventar estratégias produtivas e reprodutivas”. Nesta direção, a comercialização da produção é determinante para o abastecimento e segurança alimentar de expressiva parte da população, que por intermédio dos circuitos curtos de comercialização de alimentos, aproxima consumidores dos produtores rurais (Barra; Martins, 2022).

Diante desta conjuntura imposta pela disseminação do vírus, este artigo pretende especificamente analisar os impactos da pandemia da Covid-19 na cadeia produtiva da mandioca, com ênfase na inclusão produtiva de agricultores familiares do Polo São João (Porto Nacional/TO) em mercados, buscando identificar desafios e oportunidades para o desenvolvimento da atividade e a garantia da segurança alimentar local, por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos produtores da área estudada.

O Polo de irrigação São João é localizado no município de Porto Nacional, na divisa com Palmas, capital do Tocantins. Uma das principais vantagens desse grupo de reassentados é a proximidade com a capital, que representa um mercado consumidor estratégico com alta demanda por alimentos. Estabelecido em 2001, o projeto é composto por possui uma área total de 5.129 hectares, sendo 3.654 hectares de área irrigável. A área compreende 328 lotes para pequenos produtores e 32 lotes empresariais, cuja principal atividade econômica é a produção agrícola, com destaque para o cultivo da mandioca, essencial para a segurança alimentar e geração de renda local (Governo do Tocantins, 2025).

A mandioca é um cultivo tradicional em diversas regiões do Brasil e desempenha papel essencial na alimentação da população brasileira, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Sua relevância vai além do aspecto cultural e nutricional, sendo um fator estratégico para a segurança alimentar da população em situação de vulnerabilidade. No entanto, a produção da mandioca ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo em relação à adoção de tecnologias que possam aumentar sua produtividade e eficiência no manejo (Fialho; Vieira, 2013).

Grande parte dos cultivos ocorre de maneira rudimentar, sem a aplicação de práticas fundamentais, como a seleção adequada de manivas-semente, a definição estratégica dos arranjos de plantio e o controle eficiente de plantas daninhas. Embora existam tecnologias acessíveis, de baixo custo e fácil aplicação, essas inovações nem sempre chegam ao conhecimento dos produtores, limitando o potencial produtivo da cultura (Alves; Modesto Júnior; Andrade, 2008).

Diante desse cenário, o acesso às políticas públicas e a participação em organizações coletivas de produtores, como associações e cooperativas, podem desempenhar papel central na transferência de conhecimentos e no acesso a tecnologias apropriadas. Programas de assistência técnica, incentivos à pesquisa e desenvolvimento, bem como a integração dos produtores a mercados institucionais, podem contribuir significativamente para a modernização do cultivo da mandioca, promovendo a inclusão produtiva e fortalecendo a segurança alimentar e nutricional no país.

2. METODOLOGIA

Para subsidiar o estudo socioeconômico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez agricultores do Polo São João, localizado no município de Porto Nacional, Tocantins. A escolha desse grupo se deu pela relevância da mandioca

na economia local e pelo interesse em compreender os desafios e potencialidades da inclusão produtiva desses agricultores em mercados formais e viáveis. As entrevistas buscaram captar percepções sobre práticas de cultivo, acesso a políticas públicas e tecnologias, organização da produção e comercialização, além das principais dificuldades enfrentadas para a inserção em cadeias produtivas estruturadas via mercados.

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, que possibilita uma análise aprofundada dos fenômenos sociais e econômicos que influenciam a produção e comercialização da mandioca na região. A escolha desse método justifica-se pela necessidade de compreender não apenas os aspectos objetivos da produção, mas também as percepções, motivações e experiências dos agricultores, proporcionando uma visão holística do contexto estudado.

Para a análise dos dados coletados, recorreu-se à análise de conteúdo do tipo temática, conforme proposta por Bardin (2012). Esse método permite organizar e interpretar informações de forma sistemática, garantindo maior rigor analítico. A análise seguiu três etapas fundamentais:

a) Pré-análise – fase inicial em que se realizou a leitura dos dados, permitindo uma familiarização com o material coletado e a definição de categorias preliminares de análise.

b) Exploração do material – etapa na qual os dados foram organizados e codificados, seguindo critérios estabelecidos previamente. A categorização temática possibilitou identificar padrões, recorrências e particularidades nos relatos dos agricultores, conferindo maior estrutura ao estudo.

c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação – fase em que os dados foram analisados de forma crítica, considerando as relações entre as categorias identificadas, o referencial conceitual e o contexto socioeconômico dos entrevistados. Essa etapa permitiu a formulação de reflexões e conclusões acerca dos desafios e oportunidades da inclusão produtiva dos agricultores do Polo São João.

Dessa forma, o procedimento metodológico adotado buscou garantir rigor científico à pesquisa, permitindo compreender de maneira estruturada a realidade dos produtores e subsidiar propostas que possam contribuir para a inserção desses agricultores em mercados formais, motivados pela influência da pandemia da Covid-19, promovendo o fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca na região e segurança alimentar à população em situação de vulnerabilidade.

3. ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PERÍODO PANDÊMICO: POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A pandemia de Covid-19 revelou que os impactos da crise sanitária não se limitaram à saúde pública, mas também afetaram profundamente a segurança alimentar de milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, a crise expôs fragilidades estruturais nos sistemas de saúde e evidenciou as dificuldades dos

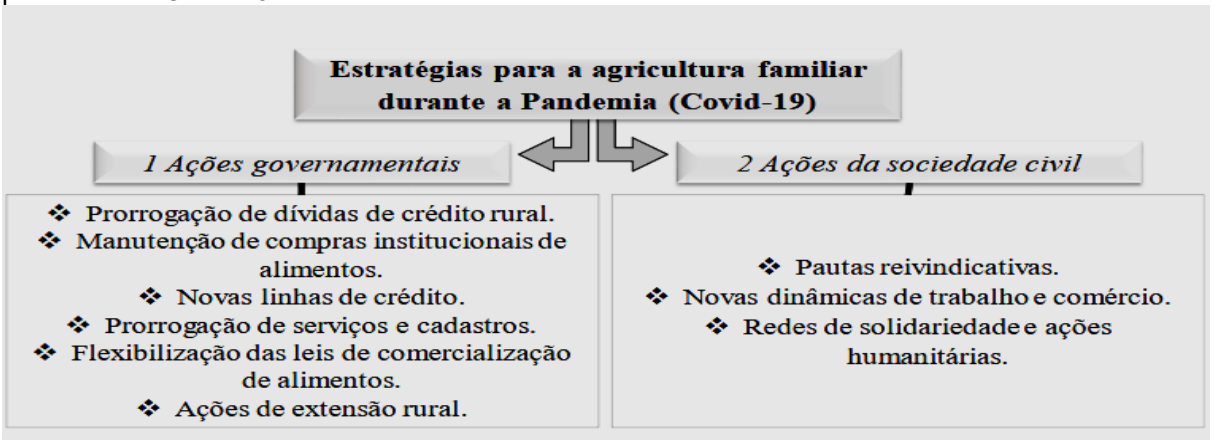
sistemas alimentares em lidar com situações extremas, demonstrando o quão vulneráveis esses sistemas podem ser diante de perturbações severas. Esse contexto ressaltou a necessidade de maior atenção, por parte do poder público e da sociedade civil, aos mecanismos que garantem a segurança alimentar e nutricional da população (Béné, 2021).

A crise sanitária teve repercussões imediatas na cadeia produtiva dos alimentos, afetando seus diversos elos – desde a produção até o consumo. O fechamento de mercados, a interrupção das atividades comerciais e a queda na renda familiar alteraram significativamente os padrões de consumo, levando famílias a priorizar alimentos de baixo custo e menos nutritivos. Embora o abastecimento alimentar tenha sido mantido, os impactos foram desiguais entre os diferentes segmentos do setor agroalimentar, sendo mais severos para os pequenos produtores, que enfrentaram desafios ainda maiores para escoar sua produção e manter sua viabilidade econômica (Jales, 2021).

No Brasil, a imposição de quarentenas e o fechamento de escolas e estabelecimentos comerciais afetaram diretamente a agricultura familiar e suas organizações coletivas. Muitos desses agricultores, que tradicionalmente utilizam parte da própria produção para suprir suas necessidades básicas de alimentação, viram-se diante da necessidade de minimizar deslocamentos e reduzir sua exposição ao vírus. Entretanto, a falta de diversificação da produção tornou essa estratégia inviável para muitos, deixando-os dependentes de reservas financeiras anteriores à pandemia ou de apoio externo. Além disso, os mercados agroalimentares foram fortemente impactados, gerando desestabilização em toda a cadeia produtiva – afetando produtores, comerciantes e consumidores de maneira abrangente (Siegloch, 2023).

Embora a agricultura familiar e suas cadeias produtivas tenham sido consideradas atividades essenciais durante a pandemia, o funcionamento ininterrupto da produção, processamento e distribuição de alimentos enfrentou inúmeros desafios. Estudos indicam que foram necessárias diversas adaptações para garantir que os alimentos chegassem até a população, evidenciando a importância da resiliência e da inovação no setor agroalimentar (Malanski, 2021). Nesse contexto, estratégias emergenciais foram adotadas para mitigar os impactos da crise, como apontado por Breitenbach (2021) e demonstrado na Figura 1 a seguir.

Figura 01 – Estratégias governamentais e da sociedade civil direcionadas a AF no decorrer da pandemia de Covid-19.



Fonte: Breitenbach (2021).

Diante dessas constatações, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas e incentivar formas organizativas mais eficazes para garantir a segurança alimentar e nutricional, especialmente para a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ações voltadas à agricultura familiar, como o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, o incentivo à diversificação produtiva e a ampliação do acesso a mercados institucionais, podem contribuir significativamente para a resiliência dos sistemas alimentares, reduzindo a vulnerabilidade de pequenos produtores e garantindo o acesso equitativo a alimentos saudáveis e de qualidade.

A implementação dessas estratégias durante a pandemia de Covid-19 buscou garantir a continuidade do escoamento da produção agrícola, assegurar a remuneração dos agricultores e evitar o desabastecimento de itens essenciais, como alimentos in natura, para a população (Breitenbach, 2021). No entanto, apesar dos esforços, a comercialização dos produtos da agricultura familiar enfrentou dificuldades ainda maiores do que a produção em si, devido à necessidade de distanciamento social e à interrupção de canais de venda tradicionais. A ausência de contato presencial comprometeu o fluxo comercial, mas, mesmo diante dessas incertezas, os agricultores conseguiram escoar sua produção, ainda que em menores volumes, por meio de políticas públicas e organizações coletivas, utilizando tanto canais presenciais quanto remotos (Futemma *et al.*, 2021).

Entretanto, as políticas públicas estaduais e municipais não foram suficientemente eficazes para garantir a segurança alimentar e nutricional, especialmente nas regiões com maiores índices de vulnerabilidade social, como Norte e Nordeste. Além disso, houve dificuldades em minimizar os impactos sobre a produção, a rentabilidade dos agricultores e a conservação ambiental (Moura; Uliana; Arana, 2023). Nesse cenário, produtores e suas organizações coletivas precisaram adaptar-se rapidamente às novas circunstâncias, reinventando suas formas de acesso aos mercados e canais de comercialização.

Uma das estratégias adotadas foi a incorporação das TICs para facilitar a comercialização, favorecendo a formação de novas cadeias curtas de abastecimento (Gazolla; Aquino, 2021). Entre as ferramentas mais utilizadas, destacou-se o telefone celular e o aplicativo de mensagens WhatsApp, que se tornou o principal meio de comunicação entre produtores e consumidores, viabilizando transações comerciais mesmo em um período de restrições severas (Futemma *et al.*, 2021).

A experiência da pandemia de Covid-19 reforçou uma característica histórica da agricultura familiar no Brasil: sua resiliência. Ao combinar força de trabalho, recursos territoriais e conhecimento tradicional, os agricultores familiares conseguiram, mesmo diante de desafios extremos, manter o abastecimento alimentar de boa parte da população urbana. Além disso, evidenciou-se o papel fundamental das organizações coletivas na estruturação e consolidação desses mercados, promovendo maior estabilidade e articulação entre os diferentes atores do setor agroalimentar. No entanto, a participação do Estado foi pontual e fragmentada, com algumas ações em diferentes níveis territoriais, mas sem uma política pública estruturada voltada à digitalização da comercialização para os agricultores familiares (Gazolla; Aquino, 2021).

Nesse contexto, torna-se essencial incorporar a inclusão produtiva rural na pauta das agendas públicas, reconhecendo sua natureza sistêmica e multidimensional, como argumentam Favareto *et al.* (2022). Isso significa não apenas

melhorar as condições de vida das populações rurais, mas também fortalecer a segurança alimentar e nutricional por meio de políticas intersetoriais. Para alcançar esse objetivo, para Favareto *et al.* (2022), é necessário um conjunto de ações coordenadas, que envolvam:

- Maior articulação entre agendas sociais, ambientais e produtivas;
- Aprimoramento das capacidades dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade;
- Criação de oportunidades que favoreçam um ambiente econômico inclusivo;
- Promoção de ações conjuntas entre setores governamentais e não governamentais;
- Consideração das diversidades culturais, territoriais e regionais do Brasil, valorizando os distintos modos de vida e a vasta heterogeneidade das zonas rurais.

Além disso, as ações de inclusão produtiva estão diretamente relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente aos ODS 1 (“Erradicação da Pobreza”) e ODS 8 (“Trabalho Decente e Crescimento Econômico”), reforçando a necessidade de ações estratégicas que garantam a sustentabilidade econômica e social do setor agroalimentar (ONU, 2009).

Por fim, redes sociotécnicas podem desempenhar papel estratégico na mobilização de esforços entre empresas privadas, organizações sociais e entes governamentais, promovendo iniciativas de inclusão produtiva voltadas ao aprimoramento tecnológico e à inovação. Essas redes são fundamentais para minimizar vulnerabilidades estruturais, aprimorar processos produtivos e fortalecer canais de comercialização, garantindo a resiliência do setor e a segurança alimentar da população, especialmente em tempos de crise.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todos os agricultores entrevistados relataram ter acesso à internet, principalmente por meio de dispositivos móveis, dado o uso constante dos celulares. No entanto, algumas propriedades também contam com conexões via fibra óptica ou rádio. Embora alguns produtores utilizem computadores, o celular é o principal meio de acesso à informação, sendo amplamente utilizado para pesquisas sobre procedimentos técnicos relacionados à produção da mandioca. Além disso, a interação por meio de grupos de WhatsApp tem se mostrado uma ferramenta essencial para a troca de informações e a organização da comercialização da produção.

O tempo de dedicação à cultura da mandioca varia entre os produtores, com a maioria envolvida na atividade há um período de um a três anos. Apenas dois entrevistados declararam possuir uma experiência mais longa na área, sendo um com 13 anos e outro com 14 anos de produção. Esses dados indicam que, para a maioria dos agricultores familiares do Polo São João, o cultivo da mandioca é uma atividade relativamente recente. Muitos ingressaram nesse setor durante o período da pandemia de Covid-19, enfrentando desafios tanto na produção quanto na comercialização, em um contexto marcado por instabilidades e pela necessidade de adaptação às novas condições de mercado.

Nesse cenário, os relatos dos entrevistados revelam diferentes experiências vivenciadas durante a pandemia, especialmente no que se refere à quantidade

produzida e às estratégias adotadas para a comercialização da mandioca, conforme ilustrado nas narrativas ilustradas a seguir.

> a produção continuou, mas a venda caiu. No nosso caso específico, 95% das nossas vendas eram para a merenda escolar, as escolas fecharam, estavam com a verba em caixa, mas não comprava porque simplesmente não comprava, né? Nem distribuiu cesta para os pais, nem nada, né? Quase não foi comprado da agricultura familiar (Entrevistado 2).

> ..... o custo de produção no período aumentou demais, aumentava o valor era quase que por semana, por dia, então como a gente não tinha um plantio já profissional acabou que eu tive que migrar para outro ramo, no período da pandemia e para poder a gente manter. Na verdade, eu fui trabalhar para os outros mesmo (Entrevistado 6).

> Olha para mim, não mudou muita coisa, não sabe. Tanta a produção e a comercialização, não mudou muito (Entrevistado 10).

Durante a pandemia, os agricultores familiares da cadeia da mandiocultura vivenciaram diferentes realidades e desafios. Para alguns, houve rupturas significativas tanto na produção quanto na comercialização, enquanto outros não perceberam mudanças expressivas em suas atividades. Um dos entrevistados destacou que o principal obstáculo enfrentado não foi necessariamente a crise sanitária, mas sim a falta de acesso a tecnologias, fator essencial para aumentar a produtividade e, consequentemente, ampliar as oportunidades de venda.

Além disso, alguns agricultores relataram que, além do cultivo da mandioca, também diversificavam sua produção, adotando estratégias que lhes permitiram maior resiliência frente às dificuldades do período, como é evidenciado no relato a seguir.

> E é igual assim no verão, a gente não mexe com as vacas de leite todo tempo, mas como no verão a gente não planta milho, por que não é irrigáveis nem a mandioca, a gente já no verão, nosso foco mais é as vacas de leite. E vender silagem, porque a gente faz silagem da mandioca e do milho, aí a gente vende a ração, aí os sacos de silagem tudo ensacado e foca no leite. Hoje mesmo a gente já entregou queijo, toda semana a gente entrega queijo aqui em Palmas, entrega queijo e leite (Entrevistado 1).

A maioria dos entrevistados destacou que sua produção era voltada exclusivamente para a mandioca, sem diversificação significativa de culturas. Apesar das dificuldades enfrentadas durante a pandemia de Covid-19, a ampliação da divulgação dos produtos no ambiente digital não foi uma estratégia amplamente adotada pelos agricultores familiares. Embora alguns já participassem de grupos de mandiocultores no WhatsApp ou nas redes sociais, utilizando essas plataformas para troca de informações e comercialização, não houve relatos de iniciativas mais amplas em outras mídias, como Instagram, sites, aplicativos ou plataformas especializadas em comercialização. Essas limitações na adoção de ferramentas digitais para ampliar o alcance da produção pode ser observada no relato abaixo.

> Na pandemia a gente usou o WhatsApp, enfim, grupos, né? Principalmente, né? Em grupos, que é muito importante, né? Tem alguns grupos específicos, né, que tem compradores e produtores, né? Tudo junto. Aí foi mais ou menos, isso o grosso, foi a forma mais abrangente que a gente teve para divulgar o produto (Entrevistado 2).

Embora o uso de ferramentas digitais tenha sido fundamental para a articulação, comunicação e mediação entre os agricultores familiares e diferentes agentes sociais, facilitando interações que antes ocorriam predominantemente de forma presencial (Zuñiga; Zuñiga; Montilla, 2020), o estudo em questão não identificou uma ampliação significativa no uso de novas plataformas digitais. Os produtores continuaram utilizando os mesmos meios já empregados anteriormente, sem explorar outras possibilidades tecnológicas para divulgação e comercialização da produção.

Quando questionados sobre o acesso a políticas públicas, os agricultores relataram diversas dificuldades que limitaram sua participação nessa instância. Entre os principais desafios mencionados estavam a falta de CNPJ do empreendimento, a não filiação a associações ou cooperativas, a ausência do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e, sobretudo, as dificuldades em reunir a documentação exigida para cada tipo de política voltada ao meio rural. Apenas um dos entrevistados conseguiu acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra Direta, enquanto três obtiveram financiamento pelo Pronaf A para melhorias na infraestrutura da propriedade.

De acordo com Silva *et al.* (2023), a pandemia impactou consideravelmente o acesso às políticas públicas, tanto pelas dificuldades enfrentadas pelos agricultores para obter informações sobre programas como o PAA e o PNAE, quanto pelos desafios relacionados à adequação das normativas sanitárias. Além disso, diversos municípios enfrentaram obstáculos para a implementação do PNAE durante o período pandêmico, refletindo a lentidão do Estado no apoio à formulação e execução de políticas emergenciais voltadas à agricultura familiar (Futemma *et al.*, 2021).

No que diz respeito às variedades de mandioca cultivadas pelos produtores da região, os entrevistados destacaram principalmente as variedades Cacau e BRS 397, ambas resultantes de melhoramento genético conduzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Essas variedades apresentam polpa amarela, característica bem aceita pelos mercados local e regional, tanto para consumo in natura quanto para processamento e comercialização como farinha. Outra variedade mencionada foi a Najazinha, de polpa branca, que também é valorizada, mas com uso predominante na produção de farinha. A seguir, apresentam-se os relatos dos agricultores sobre as variedades de mandioca mais cultivadas na região.

> É a cacau, e agora, BRS 397, todas duas, porque são muito parecidas, e sim o pessoal é muito acostumado aqui com a cacau, que é amarelinha e tal, mais a BRS 397, ela é amarelinha também é saborosa e a gente vai estar procurando ver se insere mais ela porque é mais produtiva (Entrevistado 10).

> A BRS 397 pelo que eu já vi na questão de produtividade, ela é boa desde que você trabalha com manejo correto, seguindo todos os métodos do Trio Produtividade da Embrapa, seguindo ela, responde

> bem, adubação, a limpeza e o carregamento dela por questão de carga é tem bastante mandioca no pé (Entrevistado 03).
>
> Aqui na nossa região nós temos uma demanda por mandiocas de mesa que seja polpa amarela e cacau é a principal (Entrevistado 04).

A adoção do Trio da Produtividade (Alves, 2007), desenvolvido e transferido pela Embrapa junto aos agentes multiplicadores que atendem os agricultores familiares do Polo São João, tem sido um fator determinante para o aprimoramento da produção de mandioca na região. Essa abordagem envolve três práticas essenciais: seleção criteriosa de manivas-semente, plantio com espaçamento adequado e capinas regulares nos primeiros 150 dias após o plantio, garantindo, assim, um aumento significativo na produtividade da cultura (Alves, 2007; Alves; Modesto Júnior; Andrade, 2008; Campos *et al.*, 2022).

Anualmente, a Embrapa (2023) avalia suas tecnologias para subsidiar a elaboração do Balanço Social, principal documento de prestação de contas da empresa pública à sociedade. No processo de avaliação de impactos do Trio da Produtividade na cultura da mandioca, aplicado em quatro estados da região Norte que possuem unidades da Embrapa atuando em ações de transferência de tecnologia com o Trio:Tocantins, Pará, Amazonas e Amapá, foram verificados os efeitos da solução tecnológica nos segmentos de insumos produtivos, produção agrícola, na agroindústria, no atacado, no varejo e para os consumidores. Conforme se pode observar nos resultados do Quadro 1, a solução tecnológica proporcionou impacto positivo principalmente nos segmentos primários da cadeia. Ressalta-se que todos os elos da cadeia foram impactados, contudo o maior destaque está nos elos da produção agrícola, atacado, varejo e consumidor final.

Quadro 1 – Nível de impactos gerados nos segmentos da cadeia produtiva da mandioca pela adoção do Trio da Produtividade.

Segmentos	Nível de Impacto*	Descrição
Insumos produtivos	B	A adoção da solução tecnológica tem baixo impacto na aquisição de insumos.
Produção agrícola	A	A solução tecnológica facilita práticas de manejo como adubação e capinas e promove aumento de produção de raiz com impactos na produtividade.
Produto Industrializado	B	O processamento da grande maioria da produção é realizado na propriedade e de maneira artesanal.
Atacado	M	Com o aumento significativo da produção cresceu a participação do intermediário atacadista.
Varejo	M	Com o aumento significativo da produção cresceu a participação do intermediário varejista.
Consumidor	M	Com o incremento da produção aumentou a oferta de mandioca para os consumidores finais.

*Legenda: A – Alto; B – Baixo; M - Médio.
Fonte: Embrapa (2023).

A avaliação dos impactos da tecnologia, foi realizada sob as óticas econômica, social e ambiental, utilizando-se a abordagem incremental, ao se comparar os resultados “com” e “sem” a solução tecnológica

De modo geral, o Trio da produtividade tem apresentado desempenho positivo, principalmente nos aspectos econômicos e sociais. Do ponto de vista econômico, em 2024, o benefício gerado foi de R$82,288 milhões, um crescimento expressivo comparado ao ano anterior. Esse resultado deve-se, sobretudo, ao aumento da produtividade da solução tecnológica, comparativamente à situação sem a tecnologia; à expansão da taxa de adoção da solução tecnológica nos estados e também ao aumento significativo do preço médio da raiz de mandioca pago ao produtor nesse ano.

Na perspectiva social, no mesmo ano, o Trio também apresenta desempenho positivo, quando se compara com o desempenho do sistema tradicional. Os benefícios estão relacionados principalmente à elevação da renda do produtor, à geração de empregos e, principalmente, à segurança alimentar, visto que o aumento da produção proporciona maior disponibilidade de alimento (farinha e raízes) para os consumidores.

Do ponto de vista ambiental, os efeitos positivos estão relacionados à mudança no uso direto da terra, que além de promover a elevação da produtividade, contribui com um benefício indireto importante, que é o de evitar a abertura de novas áreas para plantio (efeito poupa terra). Com isso é possível reduzir os efeitos negativos de uso do fogo no sistema tradicional de preparo da terra na região (sistema de derruba e queima). Os benefícios são observados gradativamente, com o favorecimento da recuperação dos solos e da estrutura dos ecossistemas alterados nas áreas de produção de mandioca.

A interação entre a Embrapa, agentes multiplicadores e os produtores não apenas viabilizou inovações técnicas, mas também promoveu melhorias no sistema produtivo local, conforme evidenciado nos relatos dos agricultores entrevistados. A introdução de novas metodologias e tecnologias fortaleceu a resiliência da produção diante dos desafios enfrentados, como os decorrentes da pandemia de Covid-19. Além disso, a entrada de novos atores no processo produtivo e organizacional pode ampliar ainda mais as possibilidades de inovação e desenvolvimento no meio rural. Como destaca Silva (2020, p. 192), as parcerias estabelecidas por meio de redes sociotécnicas favorecem a produção e disseminação de conhecimento, criando arranjos e vínculos sociais que fortalecem o setor agrícola.

Outro aspecto fundamental apontado pelos agricultores familiares entrevistados diz respeito à importância da filiação junto à associações e cooperativas. Os produtores reconhecem que essa organização coletiva traz múltiplos benefícios, tais como: acesso facilitado a políticas públicas, apoio na comercialização da produção, aquisição conjunta de insumos, e uso compartilhado de equipamentos e maquinários, que contribuem diretamente para o fortalecimento e a sustentabilidade da atividade produtiva. Como ressaltam Alves, Santana e Contini (2016, p.83), a cooperação entre os agricultores fortalece os processos produtivos e amplia as oportunidades de inclusão produtiva, promovendo um ambiente mais favorável ao desenvolvimento socioeconômico no meio rural. Desse modo, as organizações coletivas

> exercem papel importante nos esforços para a redução das imperfeições de mercado, que afetam diferentes grupos de

> produtores, em especial os ligados à pequena produção, que, isoladamente, recebem – em várias circunstâncias – preços menores pelos seus produtos e pagam valores mais elevados na compra de insumos (Alves; Santana; Contini, 2016, p.83).

Embora a filiação a associações e, em menor número, a cooperativas seja uma realidade entre os agricultores entrevistados, a participação ativa e o maior envolvimento nessas organizações ainda demandam esforços adicionais. Um dos entrevistados, por exemplo, afirmou não ter interesse em se associar a uma organização coletiva, pois não acredita que a adesão traga benefícios concretos em termos de geração de renda. Esse cenário evidencia um desafio na formação e capacitação dos associados, que poderia contribuir para um maior engajamento dos membros e um fortalecimento das relações dentro dessas organizações sociais por meio de ações de educação cooperativista (Ferreira; Sousa, 2019).

Além disso, é fundamental que associações e cooperativas ampliem suas estratégias de sensibilização e fortalecimento institucional, garantindo que seus membros percebam os benefícios da participação ativa, como acesso a mercados diferenciados, crédito facilitado e suporte técnico. O aprimoramento da governança interna dessas organizações pode favorecer a criação de um ambiente mais participativo e colaborativo, impulsionando a competitividade dos agricultores familiares via mercados. No que se refere à comercialização da mandioca e seus derivados, os agricultores utilizam diferentes canais de escoamento da produção, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2: Canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares do Polo São João.

ENTREVISTADOS	CANAIS
Entrevistado 1	Consumidor final e atravessadores
Entrevistado 2	Atravessadores e Escolas (PNAE)
Entrevistado 3	Mercados
Entrevistado 4	Empresa de processamento
Entrevistado 5	Empresa de processamento
Entrevistado 6	Consumidor final
Entrevistado 7	Atravessadores
Entrevistado 8	Empresa de processamento
Entrevistado 9	Atravessadores
Entrevistado 10	Consumidor final, mercado informal e PAA – Compra Direta

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A comercialização da mandioca no Polo São João - TO ocorre por diferentes canais, sendo os atravessadores os principais compradores. Esses agentes desempenham papéis distintos no escoamento da produção: alguns processam, embalam a vácuo e distribuem para supermercados e pequenos comércios; outros

revendem em feiras e restaurantes. Já quando a venda é feita diretamente ao consumidor final, acontece em feiras, por entregas domiciliares ou na própria propriedade rural. Esta última opção é vista pelos produtores como vantajosa, pois elimina a necessidade de deslocamentos e investimentos em logística.

O direcionamento da produção para empresas de processamento também representa uma estratégia adotada por alguns agricultores, garantindo mercado certo para sua produção. No entanto, essa dinâmica muitas vezes resulta em compromissos informais de entrega da produção, limitando a diversificação dos canais de comercialização. Conforme a classificação de tipologias de mercado apresentado por Deggerone e Schneider (2022), os canais de comercialização podem ser exclusivos, diversificados ou super-diversificados, sendo que, no contexto do Polo São João, predominam os canais exclusivos, o que restringe a autonomia dos produtores e os torna mais dependentes de intermediários.

Embora haja uma demanda estável pela mandioca na região, essa estrutura de comercialização revela desafios para a ampliação dos mercados e a busca por melhores condições de venda. De acordo com Schneider e Cenci (2024), o acesso a múltiplos canais de mercado pode oferecer vantagens competitivas aos agricultores, tornando-os menos vulneráveis às oscilações do mercado e ampliando suas possibilidades de negociação. Contudo, a inserção em mercados formais, como supermercados e programas institucionais como o PAA e o PNAE, impõe desafios adicionais, como exigências sanitárias, investimentos em estruturas mínimas para processamento, além da necessidade de formalização do empreendimento coletivo.

Durante a pandemia, apesar das restrições de circulação e do aumento dos custos de produção, os produtores não observaram variações significativas nos preços de venda da mandioca. A demanda pelo produto permaneceu relativamente estável, com reajustes pontuais de preços em função da oferta e da procura. Entretanto, a produtividade da mandiocultura foi mais impactada pela escassez de água para irrigação do que pelos efeitos diretos da crise sanitária.

Em termos de assistência técnica, os agricultores relataram apoio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), enquanto a atuação do poder municipal restringiu-se ao empréstimo de tratores para preparo do solo, uma ação já existente antes da pandemia. Não houve, portanto, a implementação de políticas ou programas específicos para mitigar os impactos da crise sobre a produção e a comercialização da mandioca.

Nesse contexto, como apontam Sousa e Niederle (2021), a atuação dos extensionistas (ou dos agentes multiplicadores) pode ser determinante para facilitar a tradução de informações técnicas e a adequação das políticas públicas às realidades locais, promovendo maior articulação entre os diferentes grupos de agricultores e as ações governamentais. A ausência de políticas estruturadas voltadas ao fortalecimento dos canais de comercialização e à modernização da produção evidencia a necessidade de uma abordagem mais integrada para promover a inclusão produtiva rural e a segurança alimentar e nutricional.

5. CONCLUSÃO

A trajetória da cultura da mandioca no Polo São João-TO, do campo à mesa, reflete os desafios estruturais enfrentados pelos agricultores familiares na

comercialização e no acesso às políticas públicas. Durante a pandemia de Covid-19, houve uma intensificação do uso das mídias digitais para a comercialização da produção, especialmente por meio do WhatsApp. No entanto, não houve diversificação significativa das plataformas digitais utilizadas, limitando as possibilidades de ampliação dos mercados.

A preferência dos consumidores pela mandioca de polpa amarela, aliada à adoção de variedades geneticamente melhoradas, evidencia o impacto positivo da pesquisa e da assistência técnica, com destaque para o papel de organizações como a Embrapa, Ruraltins e Senar. Esse cenário reforça a importância das redes sociotécnicas, compostas por empresas privadas, instituições públicas e sociedade civil, na promoção do desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares.

Entretanto, o acesso restrito às políticas públicas ainda é um fator limitante para a expansão da produção e inserção em mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. Diante dessa realidade, os produtores mantiveram os canais de comercialização pré-pandemia, direcionando sua produção a empresas processadoras, atravessadores e consumidores finais, sem ampliar a oferta direta ao consumidor. Essa dependência dos canais exclusivos reduz o poder de negociação dos agricultores e os torna vulneráveis a oscilações do mercado.

A especialização na produção de mandioca e a concentração em canais exclusivos trazem riscos diante de instabilidades econômicas, pois uma possível redução na demanda poderia comprometer a comercialização e afetar a renda das unidades familiares. Essa limitação reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a diversificação dos canais de comercialização e agregação de valor à produção, permitindo maior autonomia, geração de renda e segurança econômica aos produtores (e suas famílias).

Apesar das adversidades enfrentadas durante a pandemia, os agricultores conseguiram manter sua produção e comercialização, mas a falta de suporte governamental e de infraestrutura adequada nas propriedades restringiu oportunidades de crescimento. Investimentos em capacitação, equipamentos para o beneficiamento da mandioca e apoio à formalização dos empreendimentos coletivos poderiam fortalecer a competitividade desses produtores, ampliando seu acesso a mercados e melhorando suas condições de vida.

Diante desse contexto, estratégias integradas que articulem políticas públicas, inovação tecnológica e fortalecimento das redes de cooperação são essenciais para garantir a segurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva dos agricultores familiares no Polo São João-TO, bem como de outras realidades como esta relatada neste artigo.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins (Fapt) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio na realização deste trabalho por meio Chamada FAPT/CNPq nº 01/2022 - Programa de apoio à fixação de jovens doutores no Tocantins.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. N. B. **O trio da produtividade na cultura da mandioca**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. 16p. (Série Documentos, 284). Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/409440. Acesso em 02 abr. 2025.

ALVES, R. N. B.; MODESTO JÚNIOR, M. de S.; ANDRADE, A. C. da S. O trio da produtividade na cultura da mandioca: estudo de caso de adoção de tecnologias na região no Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: **Anais** ... CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA, 2008, Campina Grande. Os desníveis regionais e a inovação no Brasil: os desafios para as instituições de pesquisa tecnológica. Brasília, DF: ABIPTI, 2008.

BARRA, G. M. J.; MARTINS, C. M. F. Políticas públicas de agricultura e alimentos na pandemia da COVID-19 em cadeias de suprimentos agrícolas. **Anais** ... SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS – SIMPOI, 23, on-line, 2022.

BÉNÉ, C. Resilience of local food systems and links to food security – A review of some important concepts in the context of COVID-19 and other shocks. **Food Security**, v.12, n.1, p. 805–822, 2021.

BREITENBACH, R. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na Agricultura Familiar. **Desafio Online**, v.9, n.1, p.188-211, 2021.

CAMPOS, G. A; JESUS, L. F.; OLIVEIRA, M. O. S; PANDA, A. P. P; COLLICCHIO, E; SOUZA, J. C. M. **Adoção de tecnologias e lucratividade da produção de mandioca de mesa na região de Palmas-TO**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2022. 25p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 27). Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1144350/1/bpd-27-2022.pdf. Acesso em 05 abr. 2025.

DEGGERONE, Z. A.; SCHNEIDER, S. Os canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares em Aratiba – RS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 24, p. e1892, 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Balanço Social 2023**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1163847/1/BS-2023.pdf

FAVARETO, A; VAHDAT, V; FAVARÃO, C; FERNANDES, B. **Relatório inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano**. São Paulo: CEBRAP, 2022. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Relatorio-Inc-Produtiva_2022.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

FERREIRA, P. R.; SOUSA, D. N. de. **Educação cooperativista**: aprofundando o conceito. **Cooperativismo & Desarrollo**, Bogotá, v.27, n.2, p.1-32, 2019.

FIALHO, J. de F.; VIEIRA, E. A. **Mandioca no cerrado**: orientações técnicas. Brasília, DF: Embrapa Cerrados, 2013. 212p. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/981357/mandioca-no-cerrado-orientacoes-tecnicas. Acesso em 02 abr. 2025.

FUTEMMA, C., TOURNE, D. C. M., ANDRADE, F. A. V., SANTOS, N. M., MACEDO, G. S. S. R., PEREIRA, M. E. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v.16, n.1, e20200143, 2021.

GAZOLLA, M., AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v.29, n.2, p.427-460, 2021.

GALIZONI, F. M; RIBEIRO, E. M; RODRIGUES, R. N; LIMA, V. M. P; AYRES, V. F; FAGUNDES, J. S; SIMAO, E. J. P. Covid-19 e agricultura familiar no vale do Jequitinhonha mineiro: notas sobre os efeitos da pandemia na circulação de alimentos. In: Seminário de Diamantina, 19, 2022, Diamantina. **Anais** ... Seminário de Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/60085. Acesso em: 02 abr. 2025.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Governo do Tocantins cria comissão para apresentar recomendações ao Projeto de Irrigação São João, em Porto Nacional**. 2025. Disponível em: https://www.to.gov.br/noticias/governo-do-tocantins-cria-comissao-para-apresentar-recomendacoes-ao-projeto-de-irrigacao-sao-joao-em-porto-nacional/70il9llxyjyg. Acesso em: 02 abr. 2025.

JALES, M. El impacto de la pandemia de Covid-19 en la oferta y la demanda de productos alimentarios en América Latina y El Caribe. SILVA, J.G. da, *et al (*Orgs). **Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe**: Desafíos en un escenario pospandemia. Panamá, FAO y CIDES, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cb5441es. Acesso em: 02 abr. 2025.

LEITE, M. D. S; QUEIROZ, M. M. F; FERREIRA, A. C; MARINHO, M. A. O; QUEIROZ, J. G; SANTOS, K. L. de A; BELCHIOR, V. C. S; SOUSA, R. M. E. de F; MOREIRA, A. R; GURJÃO, T. A; ALMEIDA, F. G; BATISTA, E. D; ARAÚJO, W. A; CAVALCANTI, D. V. A. Impacts of Covid-19 on the lives of farmers and family producers. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, p. e15312440360, 2023.

MALANSKI, P. D; CHAVES, P. T. T; SOUZA, J. P. S; SCHIAVI, S. M. A. Impactos da covid-19 sobre o trabalho na agricultura e em cadeias produtivas na perspectiva da grande mídia. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v.7, n.17, p.171-189, 2021.

MOURA, M. A. de; ULIANA, M. R.; ARANA, A. R. A. Fragilidades das políticas públicas voltadas a agricultura familiar no Brasil: reflexos sobre o fornecimento de alimentos para a segurança alimentar na pandemia. **Caderno de Geografia,** v.33, n.73, p.630-657, 2023.

NEPOMOCENO, T. A. R. Efeitos da pandemia de Covid-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 21, p. 86–96, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos humanos**. 2009. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

SOUSA, D. N; NIEDERLE, P. A. Extensão rural e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Brasil: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas. **Desenvolvimento em Debate,** v.9, n.2, p.11-29, 2021.

SINGULANO, M. A., VIANA, F. D. F., INÁCIO, I. L. E. Efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o acesso aos canais de comercialização dos agricultores familiares: estudo qualitativo no município de Mariana - MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.61, n.4, p.1-19, 2023.

SILVA, K. B. da; SILVA, C. J. SIQUEIRA, J. I. S. de; XAVIER FILHO, J. L. J. A importância das políticas públicas no contexto da agricultura familiar em meio a pandemia no Brasil: uma revisão narrativa. **Revista GeSec**, v.14, n.8, p.13336-13347, 2023.

SILVA, P. M. da. **Protagonismo humano-não-humano nas práticas pedagógicas**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2020.

SCHNEIDER, S., CENCI, A. Towards more and better markets for farmers: The case of family Farming Agri-processing in Rio Grande do Sul, Brazil. **Italian Review of Agricultural Economics,** v.79, n.3, p. 43-55.

SOUSA, D. N.; JESUS, M. E. R.; BERALDO, K. A. Impactos da pandemia da covid-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na Cooprato. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v.10, p.1-15, 2021.

ZUÑIGA, E. C. C.; ZUÑIGA, N. C.; MONTILLA, I. A. L. Agricultura familiar e plataformas digitais no contexto da COVID-19. Departamento de Política Científica e Tecnológica Instituto de Geociências – UNICAMP. **Boletim Covid-19 - DPCT/IG n.º 15** - 14 de julho de 2020. Campinas: 2020. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/coronavirus/agricultura-familiar-e-plataformas-digitaisno-contexto-da-covid-19. Acesso em: 25 jan. 2025.

Recebido em: 05/07/2025

Aprovado em: 25/08/2025

A INOVAÇÃO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO

Marcos Antonio de Souza Lima[1]

Resumo:
A pesquisa analisa o papel da inovação como fator de produção na sociedade capitalista contemporânea, especialmente diante das transformações impulsionadas pela Quarta Revolução Industrial. Após apresentar os cinco fatores tradicionais da produção — recursos naturais, capital, trabalho, tecnologia e capacidade empresarial —, o texto propõe a inovação como elemento fundamental e propulsor de desenvolvimento. Amparando-se em autores como Schumpeter, Mill, Marx, Adam Smith e Klaus Schwab, procura demonstrar que a inovação não apenas influencia os meios produtivos, mas reconfigura relações econômicas, sociais e jurídicas, exigindo respostas regulatórias compatíveis com a velocidade das transformações. O trabalho destaca ainda os impactos disruptivos da inovação nos demais fatores de produção, enfatizando a necessidade de proteção jurídica e incentivo estatal como instrumentos fundamentais para canalizar a criatividade humana em favor do bem comum.
Palavras-chave: Inovação; Fatores de produção; Desenvolvimento; Indústria 4.0; Direito empresarial.

INNOVATION AS THE DRIVING FORCE OF DEVELOPMENT

Abstract:
This research examines the role of innovation as a factor of production in contemporary capitalist society, particularly in light of the transformations brought about by the Fourth Industrial Revolution. After presenting the five traditional factors of production — natural resources, capital, labor, technology, and entrepreneurial capacity — the text proposes innovation as a fundamental and driving force of development. Drawing on authors such as Schumpeter, Mill, Marx, Adam Smith, and Klaus Schwab, the study seeks to demonstrate that innovation not only influences productive means but also reshapes economic, social, and legal relations, demanding regulatory responses compatible with the pace of technological change. The research also highlights the disruptive impacts of innovation on the other factors of production, emphasizing the need for legal protection and state incentives as essential tools for channeling human creativity toward the common good.
Keywords: Innovation; Factors of production; Development; Industry 4.0; Business law.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o ser humano aprimorou a capacidade de usar os recursos do ambiente em seu benefício para facilitar a obtenção de itens necessários à sua sobrevivência, proteção, conforto, lazer e outras demandas.

Do domínio do fogo à computação quântica, a humanidade progrediu acumulando experiência e conhecimento. Todavia, o progresso não foi obtido de maneira uniforme por todos os povos durante o curso da história - não por motivos inerentes às características desses povos, mas sim, segundo Jared Diamond, em virtude da disparidade de seus ambientes (2017, p. 405).

Seja “a preguiça a mãe do progresso”, frase frequentemente atribuída a Mario Quintana, seja “a necessidade a mãe da invenção”, como diz o ditado popular refutado por Jared Diamond, para quem “a invenção é quase sempre a mãe da necessidade” (2017, p. 243), verdade é que a inovação põe em movimento engrenagens com potencial de alterar o modo de vida das pessoas, às vezes em âmbito mundial.

[1] Mestrando em Justiça, Empresa e Sustentabilidade na UNINOVE - Universidade Nove de Julho. E-mail: maslimabr@gmail.com.

Algumas inovações têm o potencial de acarretar alterações muito mais significativas do que delas se poderia esperar e, ainda que a princípio pudessem se destinar a enfrentar um problema específico, “uma vez que entram em circulação, acabam provocando outras mudanças que teriam sido difíceis de prever” (JOHNSON, 2015).

Esses resultados aparentemente dissociados das causas, que Steven Johnson chama de “efeito beija-flor”, segundo o qual inovações em determinado campo podem causar mudanças em setores bastante diversos, demonstram a importância da inovação. O autor ilustra a sua tese com a relação improvável entre a imprensa e o conhecimento moderno sobre a escala celular: a prensa de Gutemberg permitiu a impressão de livros que fizeram os europeus constatarem que enxergavam mal, acarretando uma grande demanda por óculos; diante dessa demanda, cresceu o interesse na pesquisa de lentes, o que levou à invenção do microscópio; este por sua vez permitiu a descoberta da célula (JOHNSON, 2015).

Por isso, a tecnologia constitui um bem de valor econômico, desfruta de prestígio na sociedade que a domina e deve receber proteção jurídica, pois ninguém sabe hoje as consequências que poderão advir das mais modestas descobertas.

Neste artigo pretendemos analisar como a inovação se insere entre os fatores de produção na sociedade capitalista, sem pretensão de esgotar o tema, e em especial diante de inovações tecnológicas disruptivas como a inteligência artificial, e a necessidade jurídica de resguardá-la no âmbito de discussão do Direito Empresarial como fator determinante do desenvolvimento nacional.

1. OS FATORES DE PRODUÇÃO

Para avaliar como a inovação se insere entre os fatores de produção na sociedade capitalista é preciso abordar o que é capitalismo.

Ocorre que capitalismo é um termo que possui muitas definições, sendo inclusive evitado por muitos estudiosos que acham o termo polêmico demais porque, segundo Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, “o capitalismo é ao mesmo tempo um instrumento de percepção e de crítica social”, e objeto de abordagens interdisciplinares na medida em que interessa simultaneamente a vários campos do conhecimento humano. Por isso, o autor aborda as definições de capitalismo como sistema econômico, modo de produção, sistema cultural, sistema de mundo e sistema de governança. (PAULA, 2020, p. 8).

Aqui nos interessa observá-lo como sistema econômico, ou seja, o modo como determinada sociedade organiza e estrutura a sua economia (SANDRONI, 2000, *apud* PAULA, 2020, p. 15).

> Os economistas definem o capitalismo como um sistema econômico assentado na iniciativa privada e no livre mercado. Ou seja, o tipo de propriedade dominante é a particular; a gestão da economia é feita predominantemente por empresas organizadas burocraticamente, com sistemas contábeis e administrativos racionais e eficientes cujo objetivo é o lucro; a produção e o consumo são feitos em grandes escalas e padronizados; o processo de circulação das mercadorias é coordenado pelo livre jogo da oferta e demanda dos mercados; o desenvolvimento tecnológico é determinado pela acumulação de capital, sendo os investimentos feitos de forma constante, que por sua vez determina novos padrões de produção, de consumo, posições de setores e empresas no mercado, portanto, novos padrões de acumulação de capital. Por fim, a divisão do trabalho baseia-se

> na separação entre trabalhadores juridicamente livres e os respectivos proprietários dos meios de produção. (PAULA, 2020, P. 15/16).

Neste ponto, Adam Smith no clássico Riqueza das Nações, citado por Paula, sustenta que a sociedade comercial é composta por dois setores econômicos, a agricultura e a manufatura, compreendendo o capital os meios de produção que empregam o trabalho, de modo que a sociedade comercial na visão de Smith tem três fatores de produção principal: a terra, o capital e o trabalho (SMITH, 2003, *apud* PAULA, 2020, p. 33).

Os fatores de produção, segundo Domingos de Gouveia Rodrigues, consistem no "conjunto de recursos disponíveis no sistema econômico e que podem ser mobilizados para a produção de bens e serviços". Os principais fatores de produção são os recursos naturais, o capital, o trabalho, a tecnologia e a capacidade empresarial (RODRIGUES, 2018).

1.1 Os recursos naturais

A noção de recursos naturais, ainda segundo o autor, engloba "o conjunto dos recursos naturais disponíveis para a produção", sejam eles renováveis ou não renováveis, presentes no solo, nos rios, nos mares, incluindo o potencial enérgico natural (RODRIGUES, 2018).

De acordo com o Dicionário de ecologia e ciências ambientais, citado por Celso Antonio Pacheco Fiorillo, "está vinculado aos recursos naturais (...) 'qualquer material fornecido por um ambiente que é utilizado pelos homens, como os combustíveis (madeira, carvão, etc.), recursos minerais ou ainda madeira de corte'" (ART, 1998, *apud* FIORILLO, 2025, p. 873).

John Stuart Mill já os associava aos requisitos para a produção quando afirmava que "dois são os requisitos para a produção: o trabalho e os objetos naturais apropriados". Os *objetos naturais apropriados* nada mais são que os recursos naturais, não apenas os frutos da natureza, como os vegetais, os animais domésticos e selvagens, os minerais, mas também a energia (MILL, 2019, p. 113/114).

Quando escreveu sobre o assunto em meados do século dezenove, Mill obviamente sequer poderia cogitar do poder dos átomos dos minerais radioativos (urânio, polônio, rádio, tório), cujas propriedades foram conhecidas e descobertas posteriormente, tampouco dos elementos químicos conhecidos como terras raras, difíceis de serem produzidos, cujas características especiais "fazem com que sejam usadas numa infinidade de aplicações tecnológicas, como lâmpadas de LED, lasers, superímãs presentes nos discos rígidos de computadores e motores de carros elétricos, e na separação de componentes do petróleo" (BERNARDES, 2021).

No contexto brasileiro, os recursos naturais possuem proteção constitucional, na medida em que grande parte deles constituem bens da União (artigo 20 da Constituição da República), são objeto de legislação concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal (artigo 24, VI), são do interesse do Conselho de Defesa Nacional (artigo 91, III), sua utilização adequada é condição para cumprimento da função social da propriedade rural (artigo 186) e constituem bem ambiental (artigo 225).

Celso Fiorillo ressalta que os bens ambientais constituem categoria própria estabelecida pelo Constituição da República, distinta dos bens públicos e particulares, de uso comum do povo, essenciais à sadia qualidade de vida, protegidos no interesse da presente e das futuras gerações, que podem ser usados "por toda e qualquer

pessoa, dentro dos limites fixados no texto constitucional e particularmente no plano da ordem econômica capitalista estruturada em nossa Lei Maior (art. 1º, IV, e 170 e s. da CF)". (FIORILLO, 2025, p. 11-13 e 143).

1.2 O capital

Por capital entende-se "os bens produzidos que são utilizados para produzir outros bens e serviços" (RODRIGUES, 2018).

De acordo com a obra *Biblioteca: os livros que mudaram a história do mundo – parte 1* (SYMBIO BOOKS, 2025, p. 143), para Adam Smith, o capital "não é apenas dinheiro, mas qualquer tipo de bem ou equipamento que possa ser utilizado para produzir riqueza".

John Stuart Mill menciona que capital nada mais é que "um estoque, previamente acumulado, dos produtos do trabalho anterior", ressaltando que não se deve confundir capital com dinheiro, uma vez que todos os recursos que contribuem para assegurar os pré-requisitos necessários ao trabalho produtivo constituem capital (MILL, 2019, 163).

Prossegue John Stuart Mill:

> O que o capital faz para a produção é proporcionar cobertura, proteção, ferramentas e materiais que o serviço requer, bem como alimentar e manter os trabalhadores durante o processo. Esses são os serviços que o trabalho presente exige do trabalho passado e do produto do trabalho passado. Todas as coisas que são destinadas para isso — destinadas a assegurar esses vários pré-requisitos ao trabalho produtivo — constituem capital. (MILL, 2019, 163-164)

Karl Marx aponta que a "a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital" e que este inicialmente se apresenta na forma de dinheiro, pois "todo capital novo, para começar, entra em cena, isto é, no mercado, seja de mercadorias, trabalho ou dinheiro, mesmo em nossos dias, na forma de dinheiro que por um processo definido deve ser transformado em capital" (MARX, 2021). Não podemos perder de vista que na visão de Marx, segundo ensina Paula, o capital não se resume a coisas, configurando uma relação social (PAULA, 2020, p. 58).

Os exemplos são vários, a começar pelo fato de que o conceito de capital é objeto de várias subdivisões: capital físico, capital financeiro, capital humano (RODRIGUES, 2018).

Para John Stuart Mill, estão abrangidos no conceito de capital construções, máquinas, matéria prima, dinheiro, enfim, "aquela parte de suas posses, quaisquer que sejam, que se destina a constituir seu fundo para efetuar nova produção". Aliás, para o autor clássico, o que distingue os recursos que são capital e os que não são é a intenção do capitalista em empregá-los em determinada atividade (MILL, 2019, p. 164/166).

Certamente nenhum dos grandes vultos do passado da economia estava preparado para os bens de capital que se anteveem em virtude da revolução da indústria 4.0 e da era da inteligência artificial como, para ficar apenas nas quatro principais categorias físicas das megatendências tecnológicas, os veículos autônomos, a impressão em 3D, a robótica avançada e os novos materiais (SCHWAB, 2016, p. 23/26).

Também o capital é protegido no contexto jurídico brasileiro, na medida em que a Constituição da República expressamente fundamenta a República Federativa do

Brasil na livre iniciativa (art. 1º, IV, e art. 170), garantindo a propriedade privada (art. 5º, XXII; e art. 170, II), prevendo fomento à aquisição de bens de capital (artigo 156-A, §5º, V), além de sua disciplina infraconstitucional nas leis do país.

1.3 O trabalho

O trabalho é outro pilar em que se escora o modelo de produção capitalista, integrando junto com o capital e a terra (recursos naturais), o trio dos principais meios de produção apontados por Adam Smith, conforme sintetizado por Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (SMITH, 2003, *apud* PAULA, 2020, P. 33).

Para Adam Smith, de acordo com a obra *Biblioteca: os livros que mudaram a história do mundo – parte 1* (SYMBIO BOOKS, 2025, p. 146/148), o trabalho desempenhava função crucial na economia, uma vez que a verdadeira riqueza não vinha da acumulação de ouro ou prata, como se defendia na visão mercantilista, mas sim "da produção eficiente de bens e serviços, impulsionada pela divisão do trabalho e pela especialização". A divisão do trabalho, conceito formulado pelo autor, permitiria não apenas o aumento da produção mediante a especialização do trabalhador, mas também o desenvolvimento por parte deste de habilidades especializadas, redução de desperdício e economia de tempo.

Segundo Paula, a divisão do trabalho na visão de Adam Smith instituiria uma dependência mútua entre os detentores dos meios de produção (proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores) mediante a necessidade de trocarem os seus produtos no mercado de trocas guiados pela "mão invisível do mercado" (SMITH, 2003, *apud* PAULA, 2020, p.33/34).

Já Mill explicitava que o trabalho poderia ser corporal ou mental, incluindo no conceito não apenas atividade, mas também sentimentos desagradáveis bem como incômodos físicos ou mentais decorrentes do emprego do corpo ou da mente em uma determinada ocupação, alertando que estava "longe de ser uma ação simples calcular o trabalho do qual resultou uma determinada mercadoria" em razão dos números itens envolvidos na operação, "e, para alguns, esse número pode parecer infinito" (MILL, 2019, p. 113 e 123).

Karl Marx apresenta a força de trabalho como uma mercadoria vendida por um trabalhador livre para um capitalista. Para Marx, "o trabalho é, em primeiro lugar, um processo no qual o homem e a Natureza participam, e no qual o homem por si mesmo inicia, regula e controla as reações materiais entre ele e a Natureza". (MARX, 2021, p. 182, 192).

Os conceitos clássicos de trabalho como fator de produção convivem com a realidade do Século XXI, que traz áreas do conhecimento e profissões improváveis, que sequer poderiam ser imaginadas na época em que foram traçados – algumas delas de difícil compreensão, mesmo nos dias atuais -, como tecnologia da informação, robótica, nanotecnologia, inteligência artificial, já mencionadas no item 1.2 deste artigo, assim como novas formas de interação, como o *home office* e os nômades digitais.

Os valores sociais do trabalho constituem um dos pilares em que a Constituição assenta a República Federativa do Brasil (art. 1º, IV), ao elencá-los entre os fundamentos da República. Seu íntimo relacionamento com outro fundamento, a dignidade da pessoa humana, garante ao trabalho uma abordagem constitucional ampla, cuidando o legislador constituinte de resguardar a liberdade do seu exercício (art. 5º, XIII), defini-lo como direito social (art. 6º), estabelecer os direitos dos trabalhadores urbanos, rurais e servidores públicos (art. 7º e 37), autorizar os direitos

de associação sindical e greve (art. 8º e 9º), instituir um ramo especializado da justiça para resolver os litígios trabalhistas (artigo 111) e apontá-lo como fundamento da ordem econômica (artigo 170), entre outras abordagens trazidas na Constituição.

1.4 A tecnologia

Para Rodrigues o fator de produção tecnologia pode ser conceituado como "estoque de conhecimentos e habilidades acumulados no tempo pela sociedade empresarial (...) e pelos centros de pesquisa". Segundo o autor, este estoque seria resultado da soma do capital humano com o capital fixo e as patentes não utilizadas (RODRIGUES, 2018).

Na visão do autor, tecnologia é um termo usado para representar um conjunto de conhecimentos, habilidades, métodos e técnicas aplicadas na atividade econômica para promoção do desenvolvimento, com criação e aplicação de ferramentas com vistas de melhorar a produtividade e a qualidade de vida (RODRIGUES, 2018).

A tecnologia é caracterizada pela integração de conhecimentos científicos multidisciplinares para resolver problemas específicos, pela presença constante de inovação, pela criação e utilização de ferramentas e máquinas que facilitam a execução de tarefas, por envolver sistemas e processos intangíveis, pela interação com os anseios da sociedade e pela evolução contínua (RODRIGUES, 2018).

Marx escreveu que "os fatos elementares do processo de trabalho são 1, a atividade pessoal do homem, ou seja, o próprio trabalho, 2, o sujeito desse trabalho, e 3, seus instrumentos". Esses instrumentos de trabalho, que servem de condutor da atividade do trabalhador, refletem o estado da técnica no momento, a ponto de o autor comparar as relíquias de antigos instrumentos de trabalho aos fósseis, como instrumentos de identificação e estudo de formas econômicas já extintas (MARX, 2021, p. 193/195).

Por isso, tais instrumentos estão sujeitos ao avanço tecnológico:

> Mas a cada ano uma parte desses instrumentos de trabalho perece ou atinge o limite de sua função produtiva. Chega, portanto, naquele ano, a época de sua reprodução periódica, para sua substituição por outras da mesma espécie. Se a produtividade do trabalho tem, ao longo do uso desses instrumentos de trabalho, aumentado (e se desenvolve continuamente com o avanço ininterrupto da ciência e da tecnologia), mais eficiente e (considerando sua maior eficiência), máquinas, ferramentas, aparelhos mais baratos, etc., substitua o antigo (MARX, 2021, p. 667).

O conceito de divisão do trabalho enunciado por Adam Smith, abordado no item 1.3 deste artigo, conforme a obra *Biblioteca: os livros que mudaram a história do mundo – parte 1* (2025, p. 154/155), acabou desempenhando papel importante na evolução tecnológica, pois a lógica do conceito foi empregada por Henry Ford quando este revolucionou a indústria criando a linha de montagem.

> Ainda assim, a lição fundamental da fábrica de alfinetes permanece válida: a especialização e a organização eficiente do trabalho são essenciais para o aumento da produtividade e para o crescimento econômico. O conceito de divisão do trabalho foi aplicado em praticamente todas as áreas da economia moderna, desde a fabricação de produtos até a prestação de serviços, tornando-se um dos pilares do desenvolvimento industrial e tecnológico que moldou o mundo contemporâneo. (SYMBIO BOOKS, 2025, p. 154).

A importância da ciência não passou despercebida por Stuart Mill (2019, p. 141-147), que dedicou uma parcela de seu estudo para analisar o trabalho dos inventores de processos industriais, concluindo, a partir da análise dos resultados (nacionais e universais), que a "especulação intelectual" não só deve ser encarada pela sociedade como um componente de grande influência no trabalho produtivo, como também os custos de sua manutenção devem ser vistos como investimento altamente válido.

> Em uma perspectiva nacional ou universal, o trabalho do sábio ou do pensador especulativo representa uma parte da produção no sentido estritíssimo da palavra, tanto quanto o do inventor de uma arte prática; sabe-se, com efeito, que muitas dessas invenções foram consequências diretas de descobertas teóricas, e cada ampliação do conhecimento das forças da Natureza é fecunda em aplicações para os fins da vida externa. (MILL, 2019, p. 143-144).

O estágio atual da tecnologia nos coloca na linha de frente de grandes descobertas, que se sucedem com velocidade cada vez maior, cada uma delas abrindo um leque de possibilidades e de riscos associados, a caminho de um futuro imaginado em cenários distópicos em que as máquinas alcançarão o potencial humano de verdadeiramente aprender (inteligência artificial geral, AGI).

Vivenciamos o alvorecer da Quarta Revolução Industrial, também conhecida por Indústria 4.0, marcada pelos avanços da tecnologia da informação, na qual os equipamentos voltados à indústria são dotados de algoritmos de inteligência artificial que permitem a tomada de decisões semiautônomas a partir de dados e em conexão com outros equipamentos. (OLIVEIRA, 2020, p. 92/95).

Se a Terceira Revolução Industrial, a Revolução Digital, já havia trazido grandes mudanças na sociedade, a Quarta supera qualquer expectativa, na medida em que promove transformações em escala sem precedentes. A Quarta Revolução Industrial é "marcada pela fusão de tecnologias que desfazem as fronteiras entre os mundos físico, digital e biológico" (PORTO; ARAÚJO; GABRIEL, 2024, p. 39/40).

A tecnologia também é objeto de proteção pelo Direito, em especial pela Constituição da República, na medida em que constitui fator essencial ao desenvolvimento nacional (art. 1º, IV; art. 3º, II). Por consequência, o artigo 5º, XXIX, estabelece que a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País. Além disso, a partir do artigo 218 a Constituição trata da promoção e incentivo por parte do Estado do desenvolvimento científico, da pesquisa, da capacitação científica e tecnológica e da inovação.

Ocorre que a dinâmica da Revolução 4.0 impõe desafios enormes ao Direito, tendo em vista que o direito normalmente é reativo e as mudanças tecnológicas, como vimos, estão ocorrendo num ritmo sem precedentes, o que leva a necessidade de o próprio Direito se adaptar, tornar-se um Direito 4.0.

A respeito do assunto, Fábio Ribeiro Porto, Valter Shuenquener de Araújo e Anderson de Paiva Gabriel afirmam:

> No contexto do Direito 4.0, surge a necessidade de reinterpretar e de reestruturar as normas jurídicas para que considerem essa nova realidade. As leis, na maioria das vezes concebidas em uma era pré-digital, podem não ser suficientes para regular as complexas interações e os fenômenos emergentes deste novo mundo. Portanto, o Direito 4.0 deve considerar a natureza dinâmica e interconectada da sociedade atual, abordando questões

> como privacidade de dados, segurança cibernética, propriedade intelectual e responsabilidade no uso de tecnologias autônomas e inteligentes, dentre inúmeras outras (PORTO; ARAÚJO; GABRIEL, 2024, p. 39/40).

1.5 A capacidade empresarial

Por fim, vamos ao fator de produção capacidade empresarial. Para RODRIGUES, capacidade empresarial seria sinônimo de empreendedorismo, ou "o dinamismo da elite empresarial do país", consistente no potencial de empreender, inovar, competir, qualificar profissionais, ou seja, de organizar os demais fatores de produção e direcioná-los para o resultado empresarial perseguido. (RODRIGUES, 2018).

Conforme podemos conferir na obra *Biblioteca: os livros que mudaram a história do mundo – parte 1* (SYMBIO BOOKS, 2025, p. 215), foram os princípios introduzidos por Adam Smith que acarretaram a valorização do empreendedorismo, pois antes da Revolução Industrial a riqueza era associada à aristocracia ou à propriedade rural.

Diz Rodrigues (2018) sobre a descrição da capacidade empresarial:

> Refere-se à capacidade e disposição de indivíduos para organizar os outros fatores de produção e assumir riscos na criação de novos negócios. Os empreendedores são responsáveis pela inovação e pela criação de novos produtos e serviços.

Joseph Schumpeter, para quem o risco não integra o conceito de empreendedor (SOBEL e CLEMENS, 202), ao tempo em que vaticinava o obsoletismo da função de empresário, ressaltava que a função do empresário essencialmente consiste em produzir resultados, sendo que, para produzir resultados, o empresário reforma ou revoluciona o sistema de produção mediante uma invenção ou explorando uma nova possibilidade tecnológica (SCHUMPETER, 2020, 199/200).

Enquanto ainda não chegamos ao tempo da previsão de Schumpeter, o papel do empresário continua importantíssimo. É ele o mago que coordena os demais fatores de produção e os direciona em função da produção do melhor resultado, que obviamente é o lucro. Aliás, esse seria o papel histórico da burguesia segundo o pensamento de Marx: "tornar os meios de produção mais eficientes" (MARX, 1848, *apud* PAULA, 2020, p. 59). Quanto melhor for o empresário, tanto melhor o resultado obtido, que em última análise concorrerá para o crescimento da própria sociedade.

A resiliência da capacidade empresarial brasileira – e do mundo – será posta à prova pelo advento da indústria 4.0 e suas características (velocidade de inovação, intangibilidade etc.) e pela intervenção estatal. Enquanto escrevemos, o Governo Trump nos Estados Unidos da América promove a demolição dos princípios da globalização, prenunciando uma reorganização do mercado mundial (LYNCH, 2025).

Sobre o nosso empreendedorismo, o SPC Brasil cita em seu site 9 dos principais tipos de empreendedorismo do Brasil, que são os empreendedorismos individual, digital, social, corporativo, de negócios, feminino, verde, cooperativo e informal. Cada um deles com suas características próprias e todos eles desempenhando um papel relevante no desenvolvimento social (SPC, 2024).

Por tais razões, a nossa Constituição também se preocupou em proteger a capacidade empresarial do país, o empresário, o empreendedor. Ela assim o faz ao estabelecer a livre iniciativa como pilar da República (art. 1º, IV), ao fixar como direito individual do cidadão o privilégio de invenção, a proteção à propriedade intelectual,

criações industriais, nomes empresariais etc. (art. 5º, XXIX), além de toda a disciplina da ordem econômica fundada nos valores sociais da livre e na valorização do trabalho (art. 170). Esta preocupação está refletida no ordenamento infraconstitucional que, ao exemplo do Código Civil que dedica um livro inteiro ao Direito de Empresa, procura resguardar os interesses sociais de existência digna e justiça social por intermédio da ordem econômica.

Com isto, concluímos a enumeração dos cincos principais fatores de produção (recursos naturais, o capital, o trabalho, a tecnologia e a capacidade empresarial), apontando quando possível um conceito, sua importância para o desenvolvimento e a existência de proteção jurídica. Escapa dos limites deste artigo verificar como estes fatores se inserem nas diferentes teorias econômicas, nem temos a pretensão de analisá-los sistematicamente.

2. A INOVAÇÃO

Atuando sobre estes fatores de produção, e sobre praticamente todos os aspectos da sociedade, encontramos um outro fator que decorre da capacidade humana de sonhar, de imaginar, de vislumbrar o desconhecido a partir dos elementos que possui. Esse fator chamamos de inovação.

Inovação é um substantivo feminino derivado de inovar, que por sua vez significa “tornar novo”, “renovar”, “introduzir novidade em”, conforme o consagrado Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, verbetes “inovação” e “inovar”). A inovação pode consistir tanto em criar novas ferramentas (invenção de novas tecnologias), quanto melhorar as existentes, mas não só isso, também pode consistir em modificar a própria forma de conceber a realidade circundante.

Segundo Jordão:

> Esta inovação geradora do impacto, no entanto, pode consistir em duas coisas diferentes. Normalmente quando se fala em inovações, tem-se em mente o uso ou criação de novas tecnologias (item 2.1). Mas também é possível que a inovação consista simplesmente em novas ideias, ou superação de antigos dogmas (item 2.2) (JORDÃO, 2018).

Fischer (2006) nos permite ver claramente esta segunda, mas não menos importante, forma de inovação ao comentar sobre o poeta Petrarca, que inovou quando lançou o livro *De viris illustribus*, uma coletânea de textos, numa época em que todo texto era concebido para ser grandioso e por consequência indivisível, contribuindo para modificar para sempre o comportamento da sociedade em relação à leitura. Escreve o autor:

> Mas Petrarca, como leitor autoral prototípico, recusava-se a ser um receptor imparcial e passivo – tornou-se um intérprete subjetivo e ativo. Dessa forma, ele libertou, de modo simbólico, a leitura de seu pedestal medieval monolítico, demonstrando que a literatura escrita podia ser cortada, fatiada e servida em diversas formas por qualquer mente criativa. E quando outras pessoas começaram a aderir a essa inovadora abordagem, uma nova espécie de intelectual passou a surgir. Daí em diante, um livro passaria para sempre a representar um repositório de números fatos e frases que podiam ser saboreados, assimilados, retidos ou descartados conforme conviesse a cada leitor, de acordo com a habilidade e a inclinação (...). A atitude da sociedade em relação à leitura alterava-se para sempre e de uma forma profunda e fundamental (FISCHER, 2006, p. 172).

Este ímpeto de criar algo novo teve início muito cedo, ele acompanha a história da humanidade, sendo que o domínio do fogo talvez tenha representado a primeira inovação do *Homo sapiens* (JOHNSON, 2015, p. 55) e cada inovação, cada invenção, cada novo uso, cada atividade criativa serve de degrau, de suporte, para uma nova inovação, gerando uma corrente que nos trouxe à era da inteligência artificial e à antessala da quarta revolução industrial.

De fato, Johnson explica que “as ideias são fundamentalmente redes de outras ideias. Tomamos ferramentas, metáforas, conceitos e compreensão científica do nosso tempo e os recombinamos em algo novo” (JOHNSON, 2015. p. 57) de sorte que de certa maneira todos os inovadores estão com Sir Isaac Newton em sua célebre frase: “se vi mais longe foi por estar sobre ombros de gigantes”.

Por falar em Newton, Joshua Walker nos traz um exemplo interessante da coexistência de inovadores que chegam ao mesmo resultado em curto espaço de tempo, apesar de distantes no espaço (talvez porque que partam da mesma conjuntura existente), quando lembra que Sir Isaac e Gottfried Wilhelm Leibniz coinventaram o cálculo infinitesimal (WALKER, 2021, p. 28).

Leibniz, que foi filósofo, advogado, juiz, matemático, diplomata, conselheiro, bibliotecário, foi também um inovador. A partir do sonho de resolver as disputas de forma objetiva, razoável e prévia, vislumbrou uma máquina para processar os argumentos conflitantes e a partir dos pressupostos jurídicos aplicáveis entregar uma solução adequada. O gênio de Leibniz não só concebeu tal máquina, mas também a linguagem capaz de movê-la, lançando fundamentos que resultaram no binário moderno e vários outros conceitos da ciência da computação e da teoria da informação: “De Leibniz à *blockchain* é uma linha reta” (WALKER, 2021, capítulo 1).

Schumpeter, como relatam Sobel e Clemens (2024) na obra *O essencial de Joseph Schumpeter*, eleva a inovação a uma posição central na explicação do progresso econômico. Na visão de Schumpeter, inovação não é sinônimo de invenção, pois, em uma visão prática, a inovação seria “a aplicação econômica das invenções”. Para ele, o crescimento econômico e o progresso “acontecem quando os benefícios de novas inovações, tais como chip de computador, são difundidos na economia” (SOBEL e CLEMENS, 2021, p. 20 e 53).

Para Schumpeter, a inovação exerce o seu papel dentro da *tempestade eterna da destruição criadora* (ou criativa) na medida em que solapa o alicerce em que se apoiava às vezes todo um setor industrial, o qual vem a ruir, para dar lugar a uma nova estrutura, “*novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento, novo tipo de organização*”, que acarreta o crescimento econômico e o progresso até que o ciclo se repita (SCHUMPETER, 2020).

Porém, não podemos perder de vista a lembrança de SCHWAB de que “inovar é um processo social complexo e não algo que devemos aceitar como inevitável”, de forma que o processo de inovação deve ser orientado teleologicamente para os melhores resultados possíveis, em especial para a promoção do bem comum (SCHWAB, 2016, p. 32).

Em cumprimento a Constituição (artigos 218), o Brasil possui uma lei de incentivo à inovação editada no ano de 2004 (Lei nº10.973/2004), alterada em substancialmente em 2016 (Lei 13.243/2016), regulamentada em 2018 (Decreto 9.283/2018). Além dela, há também a chamada Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), que concede uma série de benefícios fiscais relacionados à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, atualmente “*a principal ferramenta pública de incentivo à inovação*” (BRASIL, 2025).

Vejamos algumas interações da inovação com os fatores de produção.

2.1 A inovação e os recursos naturais

Já vimos que os recursos naturais são os bens fornecidos pela natureza que podem ser utilizados ou apropriados pelos homens para emprego na produção. Não é nosso objetivo traçar a história da relação humana com os recursos naturais, mas sim realçar como a inovação figura como motor para o incremento também desse fator de produção.

Na era dos clássicos, quando o capitalismo foi alçado à ciência por Adam Smith e John Stuart Mill, os recursos naturais basicamente eram constituídos por florestas, fazendas, animais selvagens, animais domésticos, acidentes geográficos, recursos minerais e potenciais energéticos.

E isto já se devia à inovação, algumas com milhares de anos, como a agricultura (11000 a.C), a domesticação dos animais e plantas (o trigo teria sido domesticado no Crescente Fértil em 8500 a.C; a ovelha no Sudoeste da Àsia em 8000 a.C; a vaca no Sudoeste da Ásia, Índia e norte da África em 6000 a.C; o cavalo na Ucrânia em 4000 a.C), instrumentos agrícolas como foices, cestas, pilões, tábuas de moer encontrados em sítios arqueológicos datados depois de 11000 aC (DIAMOND, 2017), e outras decorrentes do acúmulo constante de conhecimento por parte da humanidade.

Atualmente, por força da inovação, cuidamos de conceitos como "*lesão ao patrimônio genético de espécimes vegetal, fúngico, microbiano ou animal, e sua indenização*" (FIORILLO e FERREIRA, 2021, p. 83), que parte do conceito de patrimônio genético, o qual só existe porque um monge (Gregor Johann Mendel) deu asas à imaginação no cultivo de ervilhas criando o campo que hoje é conhecido por genética.

Por conta da inovação acumulada, temos hoje o potencial – e os riscos – de expandir a produção de alimentos mediante sementes geneticamente modificadas, produzindo plantas imunes à certas doenças, resistentes a certos defensivos agrícolas, com vantagens produtivas, ensejando campos como a biossegurança e a biotecnologia.

A biotecnologia, ramo da ciência que desenvolve produtos a partir da manipulação de seres vivos, explica Fiorillo que:

> (...) vai da inseminação artificial à engenharia genética, merecendo destaque a denominada manipulação genética ou tecnologia de ADN recombinante, que nada mais é que alteração de genes ou material genético para produzir novos traços desejáveis nos organismos ou para eliminar os indesejáveis; cuida-se aqui da transferência artificial de genes de um organismo para outro semelhante ou inteiramente diferente (FIORILLO, 2025, p. 416).

Interessante notar que isso só é possível, dentre outros inúmeros fatores precedentes, porque a estrutura da molécula do DNA foi descoberta em 1953, ensejando várias outras inovações a partir daí, como sequenciamento genético, clonagem, modificação celular e a transgenia.

Hoje, devido a técnicas inovadoras como a da seleção artificial, talvez Schumpeter tivesse dificuldades para reconhecer um frango – Adam Smith certamente passaria maus bocados -, pois em 50 anos o tamanho médio de uma ave de corte aumentou 400%. Em 1957 um frango de 56 dias pesava em média 905 gramas, enquanto em 2005 pesava 4,2 kg. Na época de Schumpeter o frango levava quatro meses para crescer, enquanto agora atinge 2kg com 35 dias (AVILA-CLAUDIO, 2022).

No campo do cultivo, a inovação possibilitou a implementação de ideias concebidas no passado, como a agricultura de precisão, “conjunto de técnicas que permitem o gerenciamento localizado dos cultivos”, mediante o uso de ferramentas como GPS (sistema de posicionamento global), GIS (sistema de informação geográfica), sistema de mapeamento de colheitas, sensores remotos embarcados em aviões e satélites, técnica de taxas variáveis de aplicação de insumos, sensores no solo etc (LAMPARELLI, 2022).

O *agro* hoje é *tech*. Na esteira da Revolução 4.0, já antevemos a agricultura 4.0 e seu potencial. Já contamos com pulverização agrícola realizada por drones, colheitadeiras operadas remotamente por GPS, implementos agrícolas que erradicam ervas daninhas mediante utilização de laser unindo robótica e inteligência artificial, entre outras novidades (AGEVOLUTION, 2021).

A inovação não atuou apenas na agricultura e na pecuária. Hoje utilizamos recursos minerais que sequer eram conhecidos por ocasião quando Adam Smith escreveu “A riqueza das nações”. De fato, depois publicação do clássico em 1776 foram descobertos dezenas de elementos químicos, como manganês (1780), tungstênio (1783), titânio (1797), potássio (1807), sódio (1807), lítio (1817), silício (1823), alumínio (1825), rádio (1898), sendo estes apenas uma amostra de cerca de quatro dezenas de elementos (WIKIPÉDIA, 2023).

Para ficar em um só exemplo, o alumínio é o segundo metal mais utilizado no planeta. O alumínio é “um dos metais mais importantes para o país e o mundo e seus usos são primordiais para garantir o suprimento de vários setores da economia, além de ser essencial para a cadeia produtiva da transição energética” (BRASIL, 2023).

Hoje o mundo se volta para as chamadas terras raras, um conjunto de 17 elementos de difícil exploração, cujo potencial de uso na produção de tecnologias sensíveis desperta grandes interesses. O Brasil está entre os países com as maiores reservas, embora não tenha atualmente produção relevante no cenário mundial e precise urgentemente reverter essa situação. Estes elementos são utilizados para produção de aparelhos eletrônicos a sistemas de mísseis, passando por cabos de fibras óticas e painéis solares. (MING, 2025).

A apropriação do potencial energético também evoluiu enormemente. Hoje não apenas falamos de domar o potencial energético dos rios (como moinhos, rodas d´água, ou até mesmo hidrelétricas), mas de aproveitar os potenciais do sol mediante a produção de energia solar (cujas placas dependem de terras raras), do vento (usinas eólicas), das marés (usinas maremotrizes, o Brasil possui uma usina-teste no Ceará), do calor do centro da terra (geotérmicas), do potencial do átomo (usinas nucleares) e da biomassa (usinas termelétricas de biomassa). Isto sem dizer de potenciais ainda não dominados, como a fusão nuclear. (BRASIL, 2023).

2.2 A inovação e o capital

A inovação também atua no incremento do capital enquanto fator de produção. Por meio de desenvolvimento tecnológico, novos objetos surgem com potencial para serem empregados na produção de novos bens e serviços.

Aliás, é desnecessário mencionarmos a evolução dos bens de capital físico desde o início do capitalismo até hoje, até mesmo porque já mencionamos vários deles quando abordamos o fator de produção recursos naturais (drones, implementos à laser etc.). Melhor tratarmos daquilo que podemos encontrar pela frente.

Sobre isso, Lima e Gomes (2020), baseados em um estudo do Massachusetts Institute of Technology (MIT) referenciado por De Weck *et al*. (2013), relatam a existência de 24 áreas tecnológicas promissoras:

> As tecnologias associadas à manufatura avançada foram divididas em sete categorias, que englobam 24 áreas tecnológicas: (1) nanoengenharia de materiais e superfícies ("eletrônica impressa", "materiais leves", "revestimentos de substratos", "materiais compósitos" e "meta materiais"); (2) manufatura aditiva e de precisão ("prototipagem rápida" e "manufatura de precisão"); (3) robótica e automação adaptativa ("manufatura de simulação", "manufatura flexível", "robótica", "metrologia avançada", "automação inteligente", "TI para manufatura" e "sensoriamento avançado"); (4) eletrônica de próxima geração ("eletrônica flexível", "eletrônica ótica e fotônica" e "semicondutores"); (5) fabricação contínua de produtos farmacêuticos e biomanufatura ("manufatura médico-farmacêutica" e "genoma de materiais"); (6) design e gestão de cadeias de fornecimento distribuídas ("supply chain e logística" e "controle de processos"); e (7) manufatura sustentável ("eficiência energética", "manufatura com reciclados" e "produção e refino de biocombustíveis"). (De Weck *et. al*, 2013, *apud* LIMA e Gomes, 2020).

Como já vimos, capital não se resume a dinheiro, mas, "entra em cena inicialmente na forma de dinheiro" (MARX, 2021), portanto é um bom ponto de partida observar como a inovação atua também nesta forma básica do fator de produção capital.

Do bom e velho "vil metal" das moedas cunhadas em ouro e prata, o dinheiro passou para cédulas de papel que observavam o padrão ouro ("uma libra esterlina deveria ser convertida por uma quantia fixa e imutável de ouro"). Este padrão posteriormente foi sendo abandonado, uma vez que engessa a possibilidade de crescimento da economia, pois a quantidade de metais preciosos é sempre limitada. O último prego do caixão foi batido pelo presidente americano Richard Nixon em 15 de agosto de 1971, quando não mais permitiu a troca de dólares por ouro (FERGUSON, 2009, cap. 1).

Isto representou de vez a migração do dinheiro para o campo da confiança, lugar onde, segundo Ferguson, ele sempre pertenceu:

> O que os conquistadores não conseguiram entender é que o dinheiro é uma questão de confiança, talvez de fé: confiança na pessoa que está nos pagando, confiança na pessoa que emite o dinheiro que ele usa, ou na instituição que honra os seus cheques ou suas transferências. O dinheiro não é metal. É a confiança registrada. (FERGUSON, 2009, p. 32/33).

Esta *confiança registrada* inovadora, que os conquistadores não conseguiram entender, é que permite às crianças de hoje depositar suas mesadas em *fintechs*, gerenciar seus saldos por *smartphones*, fazer pagamentos por cartões de crédito ou por aproximação nas carteiras digitais, movimentar dinheiro por *Pix*, entre outras inúmeras possibilidades decorrentes do dinheiro eletrônico.

Segundo Ferguson, Adam Smith teria dito que "'a operação criteriosa dos negócios bancários, substituindo pelo papel grande parte de... ouro e prata... provê ... uma espécie de caminho de vagão através do ar'" (FERGUSON, 2009, p. 54).

Já meu filho, quando tentei explicar para ele sobre as economias poupadas de sua mesada depositadas numa *fintech* constituírem moeda escritural, sintetizou a essência do conceito ao me responder que "sabia que seu dinheiro no Nubank era *espiritual*".

O dinheiro, amarrado ao padrão ouro, desvinculado dele, em metal ou papel moeda, escritural ou eletrônico, em regra, ao menos nos últimos quinhentos anos, sempre teve por trás dele a figura do Estado. O rei de Portugal ou da Espanha, o Banco da Inglaterra, o Banco do Brasil, o Departamento do Tesouro Americano, o Federal Reserve. No Brasil, é competência da União emitir moeda (artigo 21, VII) exercida exclusivamente pelo Banco Central (artigo 164).

Mas como diz Ferguson (2009), dinheiro é confiança registrada, e não necessariamente esta confiança precisa estar depositada nos governos das nações soberanas. Aliás, o governo é uma instituição que atualmente não goza de muita confiança, apenas 51% da população confia no governo (IPECa, 2024). Já o Banco Central tem uma taxa de confiança melhor, de 73% (IPECb, 2024).

Em virtude disso, na era da Revolução 4.0 vivenciamos a inovação da tecnologia *blockchain* e das moedas digitais, as quais prescindem dos Governos ou Bancos para sustentar a credibilidade das moedas, transações monetárias e outras aplicações.

Schwab explica que o *blockchain* "é um protocolo seguro no qual uma rede de computadores verifica de forma coletiva uma transação antes de registrá-la e aprová-la. A tecnologia que sustenta o blockchain cria confiança", uma vez que qualquer um colabore para a credibilidade sem demandar a intervenção de uma autoridade central (SCHWAB, 2016).

A principal inovação da *blockchain* seria a confiança (parafraseando Ferguson (2009), *confiança compartilhada*), na medida em que as operações são baseadas em cadeias de nós compartilhados por toda a rede, que podem auditados por toda a rede, de modo que se os componentes da rede em sua maioria trabalharem para o benefício dela, todo o sistema será confiável sem a necessidade de um fiador externo (DA CONCEIÇÃO; ROCHA, 2020, p. 10).

Dizem os autores:

> Assim, a confiança não está em um nó, mas na rede de nós como um todo; ou seja, a confiança está no comportamento coletivo. Por isso é possível criar aplicações sem uma entidade central confiável (trusted third party ou TTP); pois a confiança é depositada na rede, no comportamento confiável do sistema, e não em entidades, empresas ou TTPs específicos (DA CONCEIÇÃO; ROCHA, 2020, p. 10).

Klaus Schwab lembra que as megatendências que se apresentam na Quarta Revolução Industrial parecem abstratas quando discutidas em termos gerais, porém, em virtude da existência de projetos e aplicações em andamento, é importante apontar *pontos de inflexão*, "momentos em que certas mudanças tecnológicas que chegaram à sociedade irão moldar um futuro hiper conectado e digital". No caso do *Bitcoin* e *Blockchain*, o Fórum Econômico Mundial, em 2015, identificou esse ponto de inflexão como o momento em que 10% do PIB mundial estivesse armazenado em blockchain e previu que ocorreria em 2025 (SCHWAB, 2016, p.33 e 145).

Essa previsão não se concretizou, pois o valor de mercado de todo o ecossistema de ativos digitais está por volta de 3 trilhões de dólares (BOLDRINI, 2024), muito longe dos mais de 100 trilhões de dólares do PIB mundial (WORLDOMETER, 2023).

2.3 A inovação e o trabalho

Também o fator trabalho sofreu e sofre a influência da inovação. Modelos e paradigmas como a escravidão e a servidão foram superados e quebrados no decorrer dos séculos, cedendo espaço a divisão de trabalho enunciada por Adam Smith (SMITH, 2003, *apud* PAULA, 2020, p.33/34). Este processo de inovação por destruição criativa continua a operar e setores inteiros desabam sob o peso de novas concepções disruptivas, levando consigo toda a cadeia interconectada àquela operação econômica, inclusive a força de trabalho nela empregada (SCHUMPETER 2020).

Embora seja esperado que as inovações disruptivas da quarta revolução industrial criem novas demandas de trabalho ao substituir as antigas atividades, o ritmo desta substituição talvez não crie postos em número compatível com as extinções, sendo que até o momento ela parece estar criando menos postos de trabalho nas novas indústrias do que as revoluções anteriores. Na verdade, o que tem se visto é a inovação tem obrigado as empresas a substituírem o trabalho por capital (SCHWAB, 2016, p. 20/21 e 43/44).

Poderíamos falar dos empregos do futuro, relacionados às 24 áreas promissoras, profissões que dominarão os assuntos nos próximos anos – algumas que ainda hoje não existem, outras que já estão na vanguarda -, como engenheiro de dados, especialista em felicidade corporativa, especialista em IOT (Internet das Coisas), especialista em *business inteligence* etc. (FORBES BRASIL, 2023); ou da substituição de postos de trabalho pela automação e inteligência artificial; ou da dinâmica do trabalho à distância.

Porém, acredito que atualmente a inovação disruptiva nas relações de trabalho impostas pela economia sob demanda é um assunto mais relevante dentro dos limites deste artigo. A economia sob demanda, ou economia compartilhada, como relatada Klaus Schwab é viabilizada pela existência de plataformas tecnológicas de fácil uso, operadas a partir de smartphones, que emparelham oferta e procura com baixo custo, como a plataforma UBER. Segundo o autor, o fenômeno está modificando fundamentalmente a nossa relação com o trabalho e o próprio tecido social ao transferir as relações de contratação da interação empregador-empregado para a “nuvem humana” (SCHWAB, 2016, p. 28 e 53).

Sobre a “nuvem humana”, diz o autor:

> As atividades profissionais são separadas em atribuições e projetos distintos; em seguida, elas são lançadas em uma nuvem virtual de potenciais trabalhadores, localizados em qualquer lugar do mundo. Essa é a nova economia sob demanda, em que os prestadores de serviços não são mais empregados no sentido tradicional, mas são trabalhadores bastante independentes que realizam tarefas específicas (SCHWAB, 2016, p. 53/54).

Esta realidade gera uma série de possibilidades e de riscos associados, como a precarização dos direitos do trabalhador, perda de sentimento de pertencimento e propósito, hiperespecialização e falta de realização pessoal com o trabalho (SCHWAB, 2016), isto sem falar do descompasso natural do idoso em relação às novas tecnologias, em especial no serviço público, onde normalmente não há treinamento nem estímulos ao seu aprimoramento (ARAUJO, 2018).

Seja como for, as inovações e o futuro do trabalho como fator de produção não podem perder de vista o papel central do ser humano e, na medida em que a inovação é o motor do desenvolvimento, é papel do Estado atuar de forma a equilibrar as

consequências da “destruição criativa”, sob pena de paralisar a inovação ou perder o sentido para o qual ela deve ser orientada.

2.4 A inovação e a tecnologia

Inovação e tecnologia andam de braços dados, como observamos de seus conceitos e características já discutidos no item 1.4. Por todo este trabalho temos falado da inovação atuando em todos os fatores de produção, viabilizando a introdução de novas tecnologias que ao fim ensejam aumento de produção e progresso.

Por isso, quando falamos que a tecnologia constitui o “estoque de conhecimentos e habilidades acumulados no tempo pela sociedade empresarial (...) e pelos centros de pesquisa” (RODRIGUES, 2018), é importante apontar a velocidade atual de incremento desse estoque.

E a velocidade atual é impressionante. Todo conhecimento humano produzido desde os primórdios da civilização até o ano de 2003 totalizaram 5 exabytes de informação, volume que em 2019 era criado a cada dois dias. Este volume absurdo de informação constitui um bem de valor econômico que, a partir de técnicas de coleta, tratamento adequado de dados e aprendizado de máquina (*Big Data, data analytics, machine learning*), pode levar a humanidade a um desenvolvimento tecnológico ainda mais rápido e disruptivo com o incremento da inteligência artificial (ARAÚJO *et al.*, 2019).

Obviamente não podemos perder de vista que a tecnologia é uma ferramenta à serviço do desenvolvimento nacional e aos objetivos sociais da República Federativa do Brasil. Deve ser fomentada, incentivada, protegida e orientada teleologicamente de forma a não brecar o progresso e a servir ao desenvolvimento sustentável. O norte dessa bússola deve ser a promoção da dignidade da pessoa humana.

2.5 A inovação e a capacidade empresarial

Voltamos então ao papel do maestro que rege a orquestra dos fatores de produção e sua relação com a inovação. No turbilhão da tempestade da destruição criativa, ele está sempre no centro, seja na condição de empreendedor como Schumpeter o compreende, isto é, o agente que enseja uma inovação disruptiva, seja como proprietário, administrador ou investidor de um negócio demolido nesse processo (SOBEL e CLEMENS, 2021).

Assim, em geral as inovações e tecnologias que abordamos estão relacionadas com a capacidade empresarial, pois, para terem utilidade econômica e ingressarem no mercado de bens e serviços, dependeram em algum momento da intervenção do empresário, de modo que não há necessidade de enumerá-las.

Diante da dinâmica incrivelmente rápida da inovação atual, é possível imaginar que a característica que marcará o empresário da Quarta Revolução Industrial será a resiliência, talvez ser um líder *translacional* conectando campos do conhecimento, “entretecendo interesses e interligando diferentes redes, perspectivas, sistemas de conhecimento e programas”, promovendo governança adaptativa (ZOLLI; HEALY, 2013, p. 12).

Como aponta Klaus Schwab, o que irá distinguir a próxima geração de líderes bem-sucedidos será “a capacidade do líder de continuamente aprender, adaptar-se e

desafiar seus próprios modelos conceituais e operacionais de sucesso (SCHWAB, 2016, p. 56).

Essa resiliência, além da adaptação, pressupõe a capacidade de desafiar as possibilidades de fracasso e, se necessário, enfrentá-lo e superá-lo. Sobre o assunto, Galloway explica que o "gene da tolerância ao fracasso ocupa o centro do sucesso da Amazon e da economia norte-americana em geral", atribuindo à indulgência das leis de falências americanas e ao apreço daquela sociedade pela volta por cima a preferência dos super-ricos residirem naquele país (GALLOWAY, 2019, p. 42).

De forma semelhante, Schwab ao tratar dos novos modelos operacionais aponta a necessidade de as empresas atuarem com maior velocidade e agilidade, retendo os melhores talentos e implementando estruturas colaborativas e em rede. Ressalta o autor que "as empresas capazes de combinar múltiplas dimensões – digitais, físicas e biológicas – muitas vezes conseguem descontinuar uma indústria inteira e seus sistemas de produção, distribuição e consumo relacionados" (SCHWAB, 2016, p. 63/66).

Relata o autor:

> As inovações tangíveis que resultam da interdependência entre tecnologias distintas não são mais ficção científica. Hoje, por exemplo, as tecnologias de fabricação digital podem interagir com o mundo biológico. Alguns *designers* e arquitetos já estão misturando o *design* computacional, a fabricação aditiva, a engenharia de materiais e a biologia sintética para criar sistemas pioneiros que envolvem a interação entre micro-organismos, nossos corpos, os produtos que consumimos e até mesmo os edifícios onde moramos". ((SCHWAB, 2016, p. 19).

Assim, o empresário inovador precisará se apoiar na multidisciplinariedade, o que na verdade não é nenhuma novidade. Johnson, ao tratar das descobertas científicas que nos trouxeram até aqui, fala dos "viajantes do tempo", pessoas que fizeram descobertas desconcertantes muito à frente do seu tempo, e aponta que um traço comum a eles, além da genialidade, era o fato de trabalharem "à margem dos seus campos oficiais ou no ponto de intersecção de disciplinas muito diferentes", transitando por diferentes áreas de especialização (JOHNSON, 2015, p. 216/217).

Alguém como Leibniz, já mencionado neste artigo, com formação acadêmica em Direito e Filosofia, autodidata em matemática, cujos feitos o alçaram à condição de patrono da cibernética (WIENER, 1948, *apud* WALKER, 2021, p. 105), ou um garoto em sua garagem com seus hobbies e redes ecléticas de interesses intelectuais (JOHSON, 2015, p. 218).

CONCLUSÃO

O presente artigo se propôs a analisar a inovação como motor do desenvolvimento na sociedade capitalista, a forma como ela se relaciona com os principais meios de produção (recursos naturais, capital, trabalho, tecnologia e capacidade empresarial), e a importância da sua proteção como um recurso valioso, patrimônio do nosso país.

A Quarta Revolução Industrial precipita sobre nós como um turbilhão e o domínio das suas tecnologias disruptivas é o que ditará os rumos do desenvolvimento no futuro que se avizinha. Neste trabalho de parto em que nascerá o futuro, modelos de negócios como conhecemos serão extintos, outros que sequer imaginamos nascerão, profissões se tornarão obsoletas, enquanto outras surgirão.

Devemos estar preparados para lidar com as consequências da ruína de antigas estruturas e ao mesmo tempo com os desafios das novas. Modelos, estruturas, cadeias produtivas, empresas, redes... Por trás desses nomes existem pessoas reais com problemas reais, para estas devemos voltar nossa atenção. Por outro lado, não podemos ceder à tentação de manter o *status quo* e matar a inovação, ou no futuro 4.0 defenderemos as charretes contra o advento do automóvel.

Cultivar a inovação, incentivá-la, preservá-la, protegê-la juridicamente é uma necessidade deste século e nosso país precisa preocupar-se em fazê-lo. Quem sabe algum brasileiro, empreendedor, cientista ou técnico, em seu escritório, laboratório ou oficina, não descobrirá uma inovação que mudará o mundo. O poder do "efeito beija-flor" não pode ser desprezado.

REFERÊNCIAS

AGEVOLUTION. **Lasers no combate às ervas daninhas**. *Sistema FAEMG*, 20 abr. 2021. Disponível em: https://www.faemg.org.br/noticias/lasers-no-combate-as-ervas-daninhas. Acesso em: 12 abr. 2025.

ARAUJO, Valter Shuenquener de. **Efeitos da Inovação no Direito Administrativo brasileiro. Queremos saber o que vão fazer com as novas invenções.** REVISTA QUAESTIO IURIS, [*s. l.*], v. 11, n. 3, 2018. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/32568. Acesso em: 11 abr. 2025.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de; ZULLO, Bruno Almeida.; TORRES, Maurílio. **Big Data, algoritmos e inteligência artificial na Administração Pública: reflexões para a sua utilização em um ambiente democrático**. A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional, [*s. l.*], v. 20, n. 80, 2019.

ÁVILA-CLAUDIO, Ronald. **Como o frango que você come aumentou 5 vezes de tamanho em 50 anos**. *BBC News Brasil*, 26 jun. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-61865233. Acesso em: 12 abr. 2025.

BERNARDES, Júlio. **Valiosas e versáteis: pesquisas com terras raras mostram caminho para criar cadeia produtiva no Brasil**. Jornal da USP, 19 nov. 2021. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/valiosas-e-versateis-pesquisas-com-terras-raras-mostram-caminho-para-criar-cadeia-produtiva-no-brasil/. Acesso em: 3 abr. 2025.

BOLDRINI, Gustavo. **Euforia e expectativa por mais recordes: o que esperar das criptomoedas em 2025**. Investalk, 17 dez. 2024. Disponível em: https://investalk.bb.com.br/noticias/mercado/visao-mercado-cripto-2025. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL**.** Ministério de Minas e Energia. **Alumínio: o metal estratégico responsável por gerar empregos e dar apoio à transição energética**. 13 mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/aluminio-o-metal-estrategico-responsavel-por-gerar-empregos-e-dar-apoio-a-transicao-energetica. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. **Fontes de energia renováveis representam 83% da matriz elétrica brasileira.** 10 jan. 2023. Disponível em https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-

minerais-e-combustiveis/2020/01/fontes-de-energia-renovaveis-representam-83-da-matriz-eletrica-brasileira. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Lei do Bem é a principal ferramenta pública de incentivo à inovação, revela Pintec Semestral**. 10 abr. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/04/lei-do-bem-continua-como-instrumento-publico-de-apoio-a-inovacao-mais-utilizado-aponta-pintec-semestral. Acesso em: 15 abr. 2025.

DIAMOND, Jared M. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. Tradução de Sílvia de Souza Costa, Cynthia Cortes e Paulo Soares. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

FERGUSON, Niall. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo**. Tradução de Cordelia Magalhães. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIORILLO, Celso A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

FIORILLO, Celso A. P; FERREIRA, Renata M. **O agronegócio em face do direito ambiental constitucional brasileiro: as empresas rurais sustentáveis**. 2. ed. ver. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

FISCHER, Steven R. **História da Leitura**. Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FORBES BRASIL. ***28 profissões do futuro que devem dominar o mercado já em 2024***. Forbes Brasil, 11 dez. 2023. Disponível em: https://forbes.com.br/carreira/2023/12/28-profissoes-do-futuro-que-devem-dominar-o-mercado-ja-em-2024/. Acesso em: 13 abr. 2025

GALLOWAY, Scott. **Os quatro: Apple, Amazon, Facebook e Google**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

IPEC – INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA ESTRATÉGICA. **Índice de confiança social – ICS 2024**. São Paulo: Ipec, 2024a. Disponível em: https://www.ipec-inteligencia.com.br/Repository/Files/2251/240270_ICS_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2024.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

IPEC – INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA ESTRATÉGICA. **Índice de confiança social – ICS 2024: relatório de tabelas**. São Paulo: Ipec, 2024b. Disponível em: https://ipec-inteligencia.com.br/Repository/Files/2250/Job_24_0270_ICS_Relatorio_de_tabelas_BC.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

JOHNSON, Steven. **Como chegamos até aqui: seis inovações que fizeram o mundo moderno** [livro digital]. Tradução de Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. Edição digital. ISBN 978-85-378-1423-9. Disponível em: Amazon Kindle. Acesso em: 3 abr. 2025.

JORDÃO, E. A relação entre inovação e controle da administração pública. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, [*s. l.*], v. 18, n. 72, p. 133–146, 2018.

LAMPARELLI, Rubens Augusto Camargo. Agricultura de Precisão. 22 fev. 2022. Disponível em https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/cana/producao/avanco-tecnologico/agricultura-de-precisao. Acesso em 12 abr. 25.

LIMA, Faíque Ribeiro; GOMES, Rogério. Conceitos e tecnologias da Indústria 4.0: uma análise bibliométrica. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 19, e0200023, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.20396/rbi.v19i0.8658766. Acesso em 06/04/2025.

LYNCH, David J. As tarifas de Trump marcam o fim da era da globalização e levantam dúvidas sobre o papel dos EUA. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 abr. 2025. Publicado originalmente por The Washington Post. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/tarifas-trump-fim-era-globalizacao/. Acesso em: 9 abr. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: Obra Completa**. Tradução de Patricia Francisco. Edição Kindle. [S.l.]: Vic Books, 2021. Disponível em: https://www.amazon.com.br/dp/B09FC1Q9W8. Acesso em: 6 abr. 2025.

MILL, John Stuart**. Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. 1. ed. [S.l.]: LeBooks, 2019. E-book. ISBN 978-85-8386-365-6. Disponível: https://play.google.com/books/reader?id=qaSoDwAAQBAJ&pg=GBS.PA1806. Acesso em: 5 abr. 2025.

MING, Celso; SANTANA, Pablo. **O xadrez das terras raras: o papel estratégico do Brasil na nova geopolítica dos minerais críticos**. *O Estado de S. Paulo*, 12 abr. 2025. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/celso-ming/terras-raras-oportunidades-brasil-geopolitica/. Acesso em: 12 abr. 2025.

OLIVEIRA, Vinnie de. **Economia criativa 4.0: o mundo não gira ao contrário**. 1. ed. [S.l.]: Vinnie de Oliveira, 2020. Livro eletrônico. Disponível em: https://www.amazon.com.br/dp/B085T72WBM. Acesso em: 7 abr. 2025.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de**. Capitalismo: definições**. São Luís: EDUFMA, 2020. E-book Kindle. Disponível em: https://www.amazon.com.br/dp/B089HN1GLX. Acesso em: 6 abr. 2025.

PORTO, Fábio Ribeiro; ARAÚJO, Valter Shuenquener De; GABRIEL, Anderson De Paiva. **Inteligência artificial generativa no Direito: um guia de como usar os sistemas (ChatGPT, Google Gemini, Claude, Mistral e Bing) na prática jurídica**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2024

RODRIGUES, Domingos de Gouveia. **Conceitos Econômicos Básicos: Entendendo o Funcionamento da Economia.** [S.l.]: Independente, 2018. E-book Kindle. Disponível em: https://www.amazon.com.br/dp/B07FDHS2NZ. Acesso em: 5 abr. 2025.

SCHUMPETER, Joseph A**. Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: LeBooks Editora, 2020. E-book Kindle. Disponível em: https://www.amazon.com.br/dp/B087M2PQ1D. Acesso em: 8 abr. 2025.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

SOBEL, Russell S; CLEMENS, Jason (org.). **O essencial de Joseph Schumpeter.** Tradução de Mathus Paccini. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

SOBEL e CLEMENS

SPC BRASIL. **Conheça 9 dos principais Tipos de Empreendedorismo**. SPC BRASIL, 2024. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/blog/tipos-de-empreendedorismo. Acesso em: 8 abr. 2025.

SYMBIO BOOKS, **Biblioteca**: **os livros que mudaram a história do mundo – parte 1**. 1. ed. [S.l.: s.n.], [20--]. E-book Kindle. Disponível em: https://www.amazon.com.br/dp/B0DZ318FD8. Acesso em: 6 abr. 2025.

WALKER, Joshua. **On legal AI: um rápido tratado sobre a Inteligência Artificial no Direito**. Coord. Alexandre Zavaglia Pereira Coelho, Marina Feferbaum, Alexandre Pacheco da Silva; tradução: José Ignacio Coelho Mendes Neto. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021

WIKIPÉDIA. **Descoberta dos elementos químicos**. Última atualização em: 24 de setembro de 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Descoberta_dos_elementos_qu%C3%ADmicos. Acesso em: 12 abr. 2025.

WORLDOMETER - Estatísticas do mundo em tempo real. **PIB por País**, 2023. Disponível em: https://www.worldometers.info/gdp/gdp-by-country/. Acesso em 10 abr. 2025.

ZOLLI, Andrew; HEALY, Ann Marie. **Adapte-se: resiliência: como pessoas, sociedade e organizações podem enfrentar mudanças e adaptar-se a elas.** Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Recebido em: 14/06/2025

Aprovado em: 25/08/2025

COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E RENDA EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA OESTE PARANAENSE

Valdir Serafim Junior[1]
Adriana Maria de Grandi[2]
Sandra Maria Coltre[3]
Fabíola Graciele Besen[4]
Tércio Vieira de Araújo[5]

Resumo:
O objetivo do estudo foi identificar dentre as suas múltiplas formas de produção, como são constituídos os processos de comercialização da produção e os níveis de renda em unidades familiares localizadas na região da Costa Oeste do Paraná. A pesquisa caracterizou- se como um estudo exploratório descritivo, com abordagem quantitativa. As informações de 200 unidades de agricultura familiar foram extraídas do banco de dados e relatórios do "Projeto de Agricultura Orgânica na BP3", trabalho conduzido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional. Identificou-se que os mercados locais (feiras e vendas diretas), os mercados institucionais (compras governamentais) e os mercados convencionais (laticínios e cooperativas) constituem a rede de comercialização destas unidades, com produção convencional e oriundos de práticas agroecológicas (orgânicos e em conversão), destacando-se a atividade leiteira, produção de *commodities* e olericultura como principais atividades geradoras de renda agrícola, existindo a probabilidade de que os maiores níveis de renda tem relação com o número de atividades exercidas, com o tamanho da área em ha, tamanho das famílias e diversificação de canais e cadeias de comercialização.
Palavras – chave: Mercados; Diversificação; Práticas Agrícolas.

MARKETING OF PRODUCTION AND INCOME IN FAMILY AGRICULTURE UNITS IN THE WEST COAST OF PARANAENSE

Abstract:
The objective of the study was to identify, among its multiple forms of production, how the production commercialization processes are constituted and the income levels in family units located in the region of the West Coast of Paraná. The research was characterized as a descriptive exploratory study, with a quantitative approach. The information on 200 family farming units was extracted from the database and reports of the "Organic Agriculture Project at BP3", work carried out by Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, together with Itaipu Binacional. It was identified that local markets (fairs and direct sales), institutional markets (government purchases) and conventional markets (dairy products and cooperatives) constitute the commercialization network of these units, with

[1] Bacharel em Ciências Contábeis. Mestre em Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável. Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professor do Curso de Ciências Contábeis da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: jr_valdir@hotmail.com.
[2] Graduação em Engenharia Agrícola - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1996). Mestrado em Engenharia Agrícola - Universidade Federal de Viçosa (1999). Doutorado em Engenharia Agrícola - Universidade Federal de Viçosa (2003). E-mail: adrianadegrandi@gmail.com.
[3] Bacharel em Administração. Mestre em Engenharia da produção. Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: sandracutu1@gmail.com.
[4] Bacharel em Ciências Contábeis. Mestre em Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável. Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professora do Curso de Ciências Contábeis da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: fabiolagracielebesen@gmail.com.
[5] Bacharel em Ciências Contábeis. Mestre em Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável. Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professor do Curso de Ciências Contábeis da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: professortercio@hotmail.com.

conventional production and derived from agroecological practices (organic and in conversion), highlighting the dairy activity, production of commodities and olericulture as the main activities that generate agricultural income, with the probability that the highest levels of income are related to the number of activities carried out, with the size of the area in ha, family size and diversification of marketing channels and chains.
Keywords: Markets; Diversification; Agricultural Practices.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar apresenta enorme importância na produção de alimentos e segurança alimentar com produção diversificada e com menos intensidade no uso de agrotóxicos, além de sustentar economias locais ou regionais ou contribuir intensamente na economia brasileira pela geração de emprego e renda, auxiliando o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos territórios rurais.

Tendo em vista as múltiplas formas e processos de adequação e inclusão no mercado e/ou na conservação de estratégias não capitalistas de reprodução social e sua preservação no ambiente produtivo do espaço rural, se faz necessário ampliar os estudos e conhecimentos acerca da produção familiar na agricultura (PRANKE, 2016).

Alentejano (2000), relata em sua pesquisa que não se aponta uma trajetória drástica no processo de transformação do meio rural brasileiro, existindo indicativos de alternativas de construção de um novo modelo de desenvolvimento no campo, destacando processos como a valorização da agricultura familiar, o aumento da pluriatividade, a propagação de práticas ambientalmente mais salubres, criando-se um setor reformado, fruto do aumento dos assentamentos rurais e regularização fundiária, porém, também evidenciaram-se sinais opostos como a permanência da concentração fundiária, êxodo rural, império do grande capital agroindustrial e empobrecimento dos agricultores familiares.

De acordo com De Souza Filho e Bonfim (2013), a complexidade na comercialização de produtos agrícolas vem crescendo, em razão das mudanças de hábitos de consumo e as imposições de qualidade, padronização, escala, aparência, sabor, segurança e transferência de informações entre os agentes das cadeias produtivas. Para satisfazer esses vários requisitos, muitos relacionados a questões sanitárias, os métodos de comercialização também se diferenciam do tradicional, estabelecendo obstáculos para os produtores rurais, sendo substancialmente maiores para os pequenos produtores, que na maioria das vezes comercializa seus produtos pela venda direta.

A partir das considerações acima, torna-se importante pesquisas sobre as estratégias de comercialização e geração de renda dos agricultores familiares, desse modo o presente estudo tem como questão de pesquisa: *Como são constituídos os processos de comercialização da produção e os níveis de renda em unidades de agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense?*

Este artigo está estruturado em cinco seções, sendo esta, a primeira, em que consta o problema, objetivo, justificativa e estrutura da pesquisa. Em seguida, na segunda seção, são apresentados os conceitos relacionados à agricultura familiar e renda, sua inserção econômica nos mercados e seus canais de comercialização; na terceira, é destacada a metodologia utilizada; na quarta, são expostos os resultados do estudo; e por fim, na última seção, apresenta-se as considerações finais, além das referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar e renda

O Artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 define o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, pelo tamanho de sua propriedade, pelo tipo de mão de obra empregada, renda e gestão, havendo a necessidade de atendimento a alguns requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A definição de agricultura familiar por alguns critérios possibilita inserir desde famílias mais pobres com pequenos lotes de terra, como também agricultores que possuem valor considerável de recursos e que usam meios modernos de produção, incluídos em cadeias produtivas do agronegócio. Assim a simbologia do pequeno produtor rural não reflete a diversidade estrutural dos produtores rurais que usam trabalho familiar, seja em tamanho de área, sistemas de produção ou geração de renda, ou mesmo ser significado de pequena produção ou de pequeno estabelecimento (BUAINAIN e GARCIA, 2013).

A relação com o sistema capitalista e o alto grau de associação com o mercado também estão relacionados com a sustentação da agricultura familiar, porém, este tipo de agricultura é fundamentado na família e no seu bem estar, há mais pontos que influem na sua administração, resguardando-a do furor capitalista, mantendo sua importância na produção de alimentos e no abastecimento interno, com produção nacional agropecuária bruta total de 38%, ocupando apenas um quarto da área total em terras (SIMONETTI et al., 2011).

Um fator determinante para a geração de renda agrícola e não agrícola dos produtores de pequeno porte é a economia local. Economias dinâmicas oferecem oportunidades que não são geradas em ambientes econômicos estáticos, também oferecem oportunidades economias locais mais densas, organizadas em clusters e, ou arranjos produtivos locais ou em cooperativas bem estruturadas, facilitando a superação de obstáculos como a produção em escala e a adoção de inovações. Assim, as estratégias são determinadas pelas características da economia local, tanto pela oferta de renda rural não agrícola ou por articulações entre rural e urbano (BUAINAIN e GARCIA, 2013).

Para Simonetti et al. (2011), a diversificação de atividades possibilita ao agricultor uma gama de oportunidades, contribuindo em maior número de rendas, porém, com a diversificação, exige-se o conhecimento nas atividades, mão de obra disponível e hábil para as tarefas, que quanto mais qualificada permite mais de uma atividade principal como geradora de renda. Dessa forma, a capacidade de diversificação depende da composição e da estrutura de cada família.

2.2 Inserção econômica da agricultura familiar

A relação ou inserção nos mercados é observada no cotidiano dos agricultores, é raro a existência de agricultores que vivem de forma primitiva que não façam trocas simples ou se relacionem com mercados mais complexos. Essas relações fazem parte

dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das próprias unidades familiares, tem influência na vida das pessoas, em seus valores e sua cultura, formam e alteram instituições e estimulam conflitos, protestos e disputas (SCHNEIDER, 2016).

Buscar entender como as relações entre agricultores familiares e mercado acontece é de grande importância, principalmente quando não se inserem em mercados convencionais.

> Entender os mercados e como os agricultores de relacionam com eles é uma tarefa importante do desenvolvimento rural e dos estudiosos do "mundo" rural. Ainda mais em uma conjuntura em que a viabilidade, a manutenção e a reprodução social dos agricultores dependem, claro que em graus diferenciados de integração, das relações que os agricultores estabelecem com estes, em diferentes locais, contextos e conjunturas socioeconômicas (GAZOLLA e PELEGRINI, 2010, p.1).

Para Navarro e Campos (2013), em suas análises em pesquisas sobre a inserção econômica de pequenos produtores rurais, identificaram relatos da existência de oportunidades, independentemente dos obstáculos a serem vencidos, sendo que alguns produtores têm capacidade de reconhecê-las e conquistá-las, porém, muitos preferem não se arriscar, comportamento que pode ser de ordem familiar ou estrutural, sendo necessária a geração de estratégias e políticas de acesso a crédito rural, educação e assistência técnica, proporcionando a um maior número de produtores a possibilidade de entrada em novos canais de comercialização e ampliação de níveis e renda.

Segundo Guanziroli (2013), a especialização produtiva pode ser considerado um fator de sucesso em algumas unidades de agricultura familiar, elevando seu nível de renda, havendo a necessidade de preparação dos agricultores familiares para competir de maneira sustentável em relação aos mercados, identificando oportunidades e capacitando-os para investir em suas potencialidades, pois o problema não está na falta de técnica agropecuária dentro da realidade de cada produtor, mas na compreensão do funcionamento dos mercados e suas formas de negociação e administração do processo produtivo.

Os debates sobre a construção social de mercados, de acordo com Schneider (2016), geraram grande interesse no campo dos estudos rurais, principalmente relacionados à agricultura familiar, sobre a possibilidade dos pequenos produtores acessarem mercados sem perder suas características, ou ficarem subordinados as trocas mercantis e dependentes do mercado, e atualmente com a intenção de entender como se dão essas relações, em termos de construção e interação e quais os fatores que limitam ou contribuem para essas relações ocorrerem.

No Quadro 1, de acordo com o estudo de Schneider (2016), estão dispostos os quatro tipos genéricos de mercados em que a agricultura familiar está inserida.

Uma das formas de ligação da agricultura familiar com o restante da sociedade é instituída através dos mercados, existindo duas visões: a primeira de que há dependência total dos agricultores aos mercados e a segunda de que os mercados são construções sociais, constituindo essas perspectivas, a tese e a antítese, sendo necessário um diálogo para evoluir à uma síntese que contemple pontos importantes nas duas abordagens, que compreenda o peso das instituições e a competência dos atores no funcionamento dos mercados. Considera-se também que o mercado não é uma criação do capitalismo, pois sempre houve troca de mercadorias e serviços

entre as pessoas, assim, o capitalismo e mercado não são sinônimos (PLEIN, 2010).

Quadro 1 – Tipos genéricos de mercado onde está inserida a agricultura familiar

Tipos de mercado	Características
Mercados de proximidade	Predominam relações de trocas interpessoais, pode acontecer via relações de parentesco, interconhecimento e reciprocidade, valorizam aspectos valorativos e a qualidade dos bens trocados, mais do que o próprio lucro, atuam com base em trocas diretas, valorizam a autogestão ou formas auxiliadas.
Mercados locais e territoriais	As trocas passam a ser monetizadas, situação de intercâmbio cada vez mais orientada pela oferta e demanda, assim como critérios e indicadores quantitativos, ainda persistam valores e elementos da forma anterior, são mercados em que os agentes passam a produzir para vender ou trocar para ganhar, configurando-se uma economia mercantil simples, a distribuição e a circulação dos produtos deixa de ser feita por quem produz, passa a existir a figura do intermediário, podendo ocorrer mecanismos de controle e regulação.
Mercados convencionais	Esses mercados de produtos, bens e mercadorias se orienta pela oferta e demanda e é comandado por poderosos agentes privados, que realizam negócios e comercializam nos mais diversos níveis e modos, com o objetivo de vender para comprar e vice-versa, apresentam alto risco e incertezas, os agricultores neles inseridos são dependentes de contratos do início ao fim, principalmente na produção de *commodities.*
Mercados públicos e institucionais	São os espaços de troca em que o principal agente passa a ser o Estado ou algum organismo público ou não governamental, funcionam com alto grau de regulamentação e controle formal e tem particularidade de serem fortemente dirigidos pela demanda, os agricultores apresentam grande interesse pelos preços pagos pela demanda dirigida serem maiores do que os mercados convencionais e apresentam garantia de recebimento, representando efetivamente o resultado de construção social e política.

Fonte: Adaptado de Schneider, 2016.

2.3 Canais de comercialização

Segundo Waquil, Miele e Schultz (2010), os compradores e vendedores são representados por pessoas e suas famílias, empresas cooperativas agropecuárias e agroindustriais, empresas atacadistas e varejistas, empresas de outros setores da economia, prestadores de serviços e governos em todas as esferas. Quanto a oferta nos mercados e os tipos de vendedores, são destacados pelos autores:

> Existe um grande contingente de famílias que vendem produtos da lavoura e da pecuária, assim como serviços. Esse grupo inclui não apenas os chamados agricultores familiares (que utilizam predominantemente sua própria mão de obra e a de sua família), mas também os chamados agricultores patronais (que predominantemente contratam mão de obra). Além dos produtos da agropecuária, essas famílias vendem fatores de produção (mão de obra, arrendamento de terras e capital por via da poupança) e serviços (assistência, turismo, serviços ambientais etc.). As empresas e cooperativas agropecuárias e agroindustriais também vendem produtos da lavoura e da pecuária, assim como insumos de produção (adubos, sementes, defensivos etc.) e serviços (assistência técnica, crédito, seguro etc.) (WAQUIL et al., 2010, p.14).

Para Sepulcri e Trento (2010), os agricultores familiares somente alcançam

seus objetivos de melhoria de qualidade de vida se obtiverem êxito na venda de seus produtos e serviços, sendo um dos principais obstáculos o acesso ao mercado e a comercialização, a escolha de como comercializar prevê ações que se adaptem à pequena escala, a qualificação do trabalho, relacionamento com clientes e fornecedores e estratégias competitivas.

A comercialização agrícola é uma atividade realizada entre a produção e o mercado consumidor, exerce o papel de adequação da produção às preferencias e necessidades dos consumidores. Em resumo, a comercialização agrícola procura traduzir as particularidades do grupo de atividades e arranjos institucionais essenciais para que os produtos cheguem até o mercado (WAQUIL et al., 2010).

Schneider (2016), detalhou uma tipologia dos mercados da agricultura familiar que se distinguem entre si pelo tipo de agricultor que os acessa, o *locus* e/ou alcance espacial, a natureza ou características de mercados, as formas de regulação ou controles existentes e os canais de comercialização utilizados, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Tipologia de mercados e seus canais de comercialização

Tipos de mercado	**Tipo de agricultor familiar**	***Locus* e/ou alcance espacial**	**Natureza das trocas / modelo de negócios**	**Forma de regulação**	**Canais de comercialização**
Mercados de proximidade	Camponês; Produtor de excedentes	*Spot*; Venda Direta; omente Local	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	- Na propriedade (colhe-pague); No domicílio/casa; Beira estrada; Entrega direta; Feira local; Grupos Consumo
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadoria	*Spot*; Local, regional e territorial	Diversificado + Complementa-riedade	Reputação/ Confiança + Procedência	Feira regional; Feira nacional; Redes de Venda; Eventos;
				+ Preços	Loja especializada; Restaurantes; Associação vendas Sacolão
Mercados convencionais	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido; *Placeless/ Unbond*	Concorrencial	Contratos + Preços	Atravessadores; Cooperativa; Agroindústria; Empresa privada; Internet; Supermercados
Mercados públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	citatório, Seleção Pública	Contratos públicos + Leis	Alimentação Escolar; Fair trade; Órgãos internacionais; ONGs; - Hospitais, Universidades, Forças Armadas Entidade Assistencial; Estoques governo

Fonte: Schneider, 2016.

Em relação as cadeias curtas, um primeiro modelo ocorre através de relações face a face, como feiras livres, vendas a domicílio, casa do produtor, rotas temáticas, seguido por outro modelo de proximidade espacial, relacionados a produtos de pequenas agroindústrias rurais familiares, reconhecidos produtos coloniais, com comercialização local e regional em pequenos varejos, mercearias, restaurantes e quando a cadeia curta espacialmente se estende, refere-se a produtos certificados, geralmente orgânicos que apresentam redes em processo de crescimento (SCHNEIDER e FERRARI, 2015).

Para Pranke (2016), a distância percorrida pelos produtos a serem comercializados diminui nos circuitos curtos, ocorrendo a valorização dos produtos locais pertencentes ao mesmo território, assim a definição de circuito longo ou circuito curto não está somente atrelada à distância entre o produtor e consumidor, mas com a quantidade de intermediários que influenciam na chegada do produto ao consumidor, sendo os canais curtos de comercialização de grande importância para a agricultura familiar, pois além de garantir renda monetária, permitem a sua reprodução como categoria social.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo e analítico das informações extraídas dos relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional.

A BP3 - Bacia do Paraná 3, está localizada no extremo Oeste do Paraná, onde a Biolabore, através de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, durante o período de 04/2015 a 04/2018, através do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, atendeu 535 unidades de agricultura familiar com potencialidade agroecológica em vários municípios da região, representando a população da pesquisa, as informações de produção e renda referem-se ao período de safra de 2015, representando a população da pesquisa.

Para a amostra do estudo, fizeram parte 200 unidades de agricultura familiar distribuídas por vários municípios da BP3, na Costa Oeste do Paraná, esse agrupamento apresenta proximidade geográfica, características climáticas, tipos de solo similares e semelhanças nos sistemas produtivos. Segundo a Águas Paraná (2014) não há distinções significativas de solo e clima na região estudada, conforme demonstrado no relatório ‘Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características gerais da bacia’, realizado em conjunto pela Unioeste, Itaipu, Águas Paraná e Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, assim optou-se por esta amostra aleatória.

Os resultados são baseados nas 200 unidades familiares estudadas, o que representa 95% de confiança numa margem de erro de 5,5%, conforme a Fórmula 1 como base para cálculo amostral, onde **n** é a amostra calculada, **N** é a população, **Z** a variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança, **p** a verdadeira probabilidade do evento e o erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1-p) + e^2 \cdot (N-1)} \qquad (1)$$

Todas as análises se efetivaram por meio de resultados alcançados pela estatística descritiva, onde foram utilizadas tabelas de frequências, tabelas de

referências cruzadas, teste de homogeneidade das variâncias de Levene e Teste-t de diferença de médias para grupos relacionados a área, produção ou não de *commodities*, com ou sem atividade leiteira e olericultura como variáveis dependentes.

O teste de Levene foi utilizado para testar a homogeneidade das variâncias, visando identificar se há variâncias significativas entre os grupos, sendo considerado α = 0,05, e tendo como hipóteses:

H0: as variâncias são homogêneas para p-valor ≥ 0,05
H1: as variâncias não são homogêneas para p-valor < 0,05

Para avaliar a existência e significância das diferenças existentes entre os grupos de testes foi utilizado o teste-t de diferença de médias, para as observações dos resultados foram consideradas as seguintes hipóteses, para α = 0,05:

H0: a média dos grupos são iguais para p-valor ≥ 0,05
H1: a média dos grupos são diferentes para p-valor < 0,05

O teste-t foi aplicado para identificar se os grupos em que a Renda agrícola e a Renda agrícola por área, podem apresentar médias significativamente diferentes, bem como para avaliar a intensidade dessa diferença.

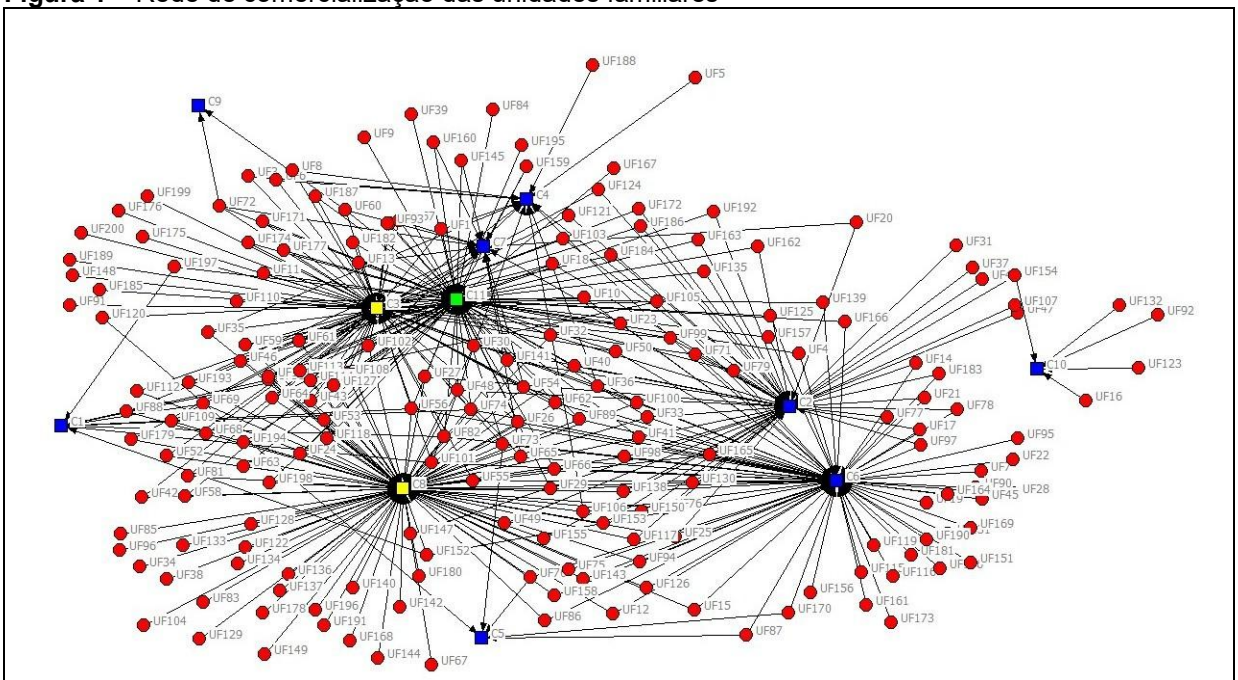
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As diferentes formas ou possibilidades de acesso aos mercados pela agricultura familiar, além de definir parcela de renda e ganho aos agricultores, também tem influência tanto nos aspectos produtivos e suas especializações como na maneira que será feito o seu escoamento.

Na Figura 1, encontra-se a rede de comercialização das unidades familiares estudadas, considerando os canais mencionados pelos agricultores com os quais eles estabelecem relações comerciais, sem a identificação dos produtos que são destinados a eles. Identificou-se na rede vários canais fortes de comercialização, representados pelas (C3) Feiras e (C8) Venda direta como mercados locais, os mercados convencionais representados pelas (C2) Cooperativas e (C6) Laticínios e os mercados institucionais relacionados às (C11) Compras institucionais.

De acordo com os dados levantados na pesquisa e expostos anteriormente, verifica-se a grande importância dos mercados locais, estes circuitos curtos são representados pelas feiras e vendas diretas, onde a entrega do produto é feita diretamente ao consumidor, eliminando a figura do atravessador e tem como característica o favorecimento da inserção de pequenos produtores no mercado. Se destacam também os mercados institucionais, representados pelas compras governamentais, como exemplo o PAA e PNAE e os mercados convencionais relacionados as cooperativas e laticínios.

Figura 1 – Rede de comercialização das unidades familiares



Mercados Locais	Mercados convencionais
Mercados institucionais	Unidades familiares – UF1 A UF 200
Canais de comercialização – C1 a C11	C6 – Laticínios
C1 – Cerealistas	C7 – Supermercados
C2 – Cooperativas	C8 – Vendas Diretas
C3 – Feiras	C9 – Ceasa
C4 – Indústrias	C10 – Autoconsumo
C5 – Integradoras	C11 – Compras institucionais

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para Cavalheiro (2010), são nos canais curtos que ocorrem os processos de consolidação das potencialidades locais, na recuperação dos elementos étnicos culturais, na reciprocidade, nas ligações de confiança e forma tradicional de se produzir alimentos, permitindo a busca de um novo sentido para as atividades de comercialização e para o termo mercado. É na busca pelos canais de comercialização que se fortalecem e se constroem as relações sociais entre produtores-produtores, produtores-órgãos públicos e produtores- consumidores.

Na Tabela 1, estratificou-se os canais apontados, onde um mesmo produto pode ser distribuído em vários canais, assim pode-se analisar a distribuição das atividades desenvolvidas nestas unidades e seus respectivos destinos, analisando as suas reais possibilidades, como exemplo identificar atividades que tem canais similares ou distribuição entre vários canais. Exemplo disso, são os produtos oriundos da olericultura, da agroindústria e da fruticultura e distribuídos basicamente nos canais de compras institucionais, feiras e vendas diretas, identificando-se que existe nestas unidades um fortalecimento de relações entre os produtores e os consumidores e essas relações comerciais locais são baseadas em confiança, amizade e reciprocidade.

Quanto a comercialização de hortaliças e frutas, as feiras se apresentam como atrativo aos consumidores por ser um espaço social, cultural e educativo, fortalecendo as relações entre produtores e consumidores, sustentando a diversidade, resgatando crenças e valores e proporcionando a transferência de informações sobre alimentação,

saúde e qualidade de vida (DAROLT, 2012).

Tabela 1 – Canais de comercialização das atividades agropecuárias e serviços das unidades familiares

Atividades	Canais de comercialização														
	Abatedouros	Autoconsumo	Cerealistas	Compras institucionais	Cooperativas	Feiras	Indústrias	Laticínios	Restaurantes	Supermercados	Turismo rural	Vendas diretas	Ceasa	Integradora	TOTAL
Olericultura	0	15	0	48	0	65	6	0	2	2	0	47	2	0	**187**
	0,0%	8,0%	0,0%	25,7%	0,0%	34,8%	3,2%	0,0%	1,1%	1,1%	0,0%	25,1%	1,1%	0,0%	**100%**
Agroindústria	0	0	0	39	0	59	0	0	0	3	0	44	0	0	**145**
	0,0%	0,0%	0,0%	26,9%	0,0%	40,7%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%	0,0%	30,3%	0,0%	0,0%	**100%**
Bovinocultura leiteira	0	2	0	2	10	3	0	72	0	0	0	8	0	0	**97**
	0,0%	2,1%	0,0%	2,1%	10,3%	3,1%	0,0%	74,2	0,0%	0,0%	0,0%	8,2%	0,0%	0,0%	**100%**
Fruticultura	0	3	0	21	1	21	0	0	0	0	0	21	0	0	**67**
	0,0%	4,5%	0,0%	31,3%	1,5%	31,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	31,3%	0,0%	0,0%	**100%**
Milho	0	0	8	4	23	5	0	0	0	0	0	1	0	0	**41**
	0,0%	0,0%	19,5%	9,8%	56,1%	12,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,4%	0,0%	0,0%	**100%**
Avicultura de corte	2	8	0	2	0	14	0	0	0	1	0	14	0	0	**41**
	4,9%	19,5%	0,0%	4,9%	0,0%	34,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,4%	0,0%	34,1%	0,0%	0,0%	**100%**
Soja	0	0	8	0	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**39**
	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	79,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	**100%**
Mandioca	0	0	0	9	6	10	2	0	0	2	0	6	0	0	**35**
	0,0%	0,0%	0,0%	25,7%	17,1%	28,6%	5,7%	0,0%	0,0%	5,7%	0,0%	17,1%	0,0%	0,0%	**100%**
Bovinocultura de corte	1	3	0	5	0	0	0	0	1	1	0	19	0	0	**30**
	3,3%	10,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,3%	3,3%	0,0%	63,3%	0,0%	0,0%	**100%**
Avicultura de postura	0	2	0	1	0	7	0	0	1	0	1	12	0	0	**24**
	0,0%	8,3%	0,0%	4,2%	0,0%	29,2%	0,0%	0,0%	4,2%	0,0%	4,2%	50,0%	0,0%	0,0%	**100%**
Suinocultura	2	3	0	0	5	1	0	0	0	0	0	6	0	2	**19**
	10,5%	15,8%	0,0%	0,0%	26,3%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	31,6%	0,0%	10,5%	**100%**
Piscicultura	5	2	0	1	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	**12**
	41,7%	16,7%	0,0%	8,3%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	**100%**
Apicultura	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	6	0	0	**9**
	0,0%	0,0%	0,0%	22,2%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	**100%**
Feijão	0	0	0	2	0	4	0	0	0	0	0	2	0	0	**8**
	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	**100%**
Feno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	**4**
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	**100%**
Turismo rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	**2**
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%	0,0%	0,0%	0,0%	**100%**
Fumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	**1**
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	**100%**
Caprinos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**
	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	**100%**
TOTAL	**10**	**39**	**16**	**136**	**76**	**192**	**8**	**72**	**4**	**9**	**3**	**192**	**2**	**3**	**762**
	1,3%	**5,1%**	**2,1%**	**17,8**	**10,0%**	**25,2%**	**1,0%**	**9,4%**	**,5%**	**1,2%**	**,4%**	**25,2%**	**,3%**	**,4%**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para as agroindústrias, seu processo de comercialização é um cenário diversificado, onde cada uma participa do canal que apresenta maior possibilidade de solidificação, as estratégias de vendas diretas como feiras, a domicílio e na propriedade se mostram mais vantajosas pela construção de relações mais sólidas e direta com o consumidor final (CAVALHEIRO, 2010).

Quanto aos mercados institucionais, estes colaboram para a proteção da comercialização e manutenção de preços mínimos dos produtos, em conjunto com

demais canais curtos de comercialização, garantem o escoamento da produção dos agricultores familiares e sustentam a sua geração de renda, sendo necessária a implementação de políticas públicas de apoio à comercialização e inserção ao mercado desta categoria, promovendo sua inclusão social e produtiva (PRANKE, 2016).

Os mercados convencionais apresentam-se bem demarcados nas unidades estudadas, estas comercializam basicamente os produtos originários da atividade leiteira na grande maioria dos casos com cooperativas e laticínios, sendo essa atividade uma especialização produtiva característica de unidades familiares na região estudada; com relação as *commodities* representadas pelas culturas de milho e soja a comercialização se dá predominantemente com cerealistas e cooperativas, salvo poucas unidades que inserem o milho em canais curtos como feiras ou compras institucionais.

Escher (2013), contribui para essa análise, evidenciando que a atividade leiteira tem grande importância socioeconômica para os agricultores familiares como estratégia de reprodução, pelo uso da força de trabalho familiar, pela utilização de terras não nobres para pastagem, pela integração entre lavoura e pecuária e na diversificação das atividades, além de representar uma fonte de receita mensal de maneira estável.

Em relação a comercialização dos *commodities,* por serem produtos praticamente uniformes tem base de preços regionais. Segundo Schneider e Ferrari (2015), o mercado de *commodities* ou a integração dos agricultores em cadeias agroindustriais especializadas diminuem as linhas estratégicas, colocando-os como tomadores de preços de empresas que se apropriam das fases pós-produção.

A Tabela 2 fortalece as análises anteriores, porém, com um enfoque voltado para a categorização das atividades das unidades familiares em: convencionais, conversão para orgânicos, orgânicos e turismo rural como prestação de serviços. Em sua grande maioria, os produtos comercializados são oriundos de atividades agrícolas convencionais e esta categoria apresenta-se relacionada com todos os canais de comercialização identificados e todos os tipos de mercados (locais e territoriais, convencionais e institucionais), porém, como contribuição desse desmembramento pode-se identificar o direcionamento da produção orgânica ou em conversão para as cadeias curtas representadas pelas feiras e para o mercado institucional, bem como a existência de conversão agroecológica da atividade leiteira na região.

A reconexão das relações entre produtor e consumidor surgem a partir de criação de cadeias curtas, gerando valor agregado e trabalho mediante interações mercantis mais autônomas a partir de uma base de recursos autocontrolada. A diversificação dos canais de comercialização é regularmente utilizada para produtos “in natura” e/ou processados nas agroindústrias familiares, indicando que os circuitos curtos têm competência para reespacializar e ressocializar os alimentos (SCHNEIDER e FERRARI, 2015).

Na produção orgânica, os canais diretos de comercialização tem como característica o retorno financeiro rápido, devido o pagamento imediato, esses recursos são revertidos para a aquisição de insumos, assim a produção não é interrompida, sem necessidade de auxílios financeiros para que a produção fique ativa; já os canais indiretos de comercialização dos produtores orgânicos são os programas governamentais para destinação da sua produção; onde há iniciativas públicas de diversas formas, seja por facilidade de crédito, quanto para a aquisição de alimentos da agricultura familiar (RODRIGUES; BITTENCOURT; MACEDO, 2019).

Tabela 2 – Categoria das atividades e seus respectivos canais de comercialização das unidades familiares

	Canais de comercialização														
ategoria da Atividades	Abatedouros	Autoconsumo	Cerealistas	Compras institucionais	Cooperativas	Feiras	Indústrias	Laticínios	Restaurantes	Supermercados	Turismo rural	Venda direta	Ceasa	Integradora	Total
Convencional	10	29	16	71	67	97	4	50	4	4	1	170	2	3	**528**
	1,9%	5,5%	3,0%	13,4%	12,7%	18,4%	,8%	9,5%	,8%	,8%	,2%	32,2%	,4%	,6%	**100%**
Conversão	0	6	0	25	5	39	3	21	0	4	0	9	0	0	**112**
	0,0%	5,4%	0,0%	22,3%	4,5%	34,8%	2,7%	18,8%	0,0%	3,6%	0,0%	8,0%	0,0%	0,0%	**100%**
Orgânico	0	4	0	40	4	56	1	1	0	1	0	13	0	0	**120**
	0,0%	3,3	0,0%	33,3%	3,3%	46,7%	,8%	,8%	0,0%	,8%	0,0%	10,8%	0,0%	0,0%	**100%**
Turismo rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	**2**
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%	0,0%	0,0%	0,0%	**100%**
TOTAL	**10**	**39**	**16**	**136**	**76**	**192**	**8**	**72**	**4**	**9**	**3**	**192**	**2**	**3**	**762**
	1,3%	**5,1%**	**2,1%**	**17,8%**	**10,0%**	**25,2%**	**1,0%**	**9,4%**	**,5%**	**1,2%**	**,4%**	**25,2%**	**,3%**	**,4%**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Considerando as atividades e seus respectivos canais de comercialização, partiu-se para uma segunda análise relacionada aos valores brutos unificados gerados na comercialização com esses canais. A Tabela 3 retrata por ordem decrescente esses valores, identificando-se como principal canal de comercialização em termos monetários os laticínios e o mercado convencional que absorve a produção leiteira, que é uma especialização produtiva regional.

A venda direta aponta como sendo a segunda fonte de renda, valores que em grande parte são gerados pelas atividades de olericultura, produtos da agroindústria familiar, fruticultura, avicultura de corte e postura, mandioca, bovinocultura de corte, suinocultura, apicultura, entre outras. Demonstra-se um potencial produtivo direcionado as cadeias curtas de comercialização com alta geração de renda e o canal que mais absorve produtos de diversas atividades. A relação com as cooperativas também apresenta valor expressivo, mercado convencional que absorve a produção de *commodities* (milho e soja), presentes nestas unidades e que possuem valor expressivo de comercialização, porém as cooperativas também absorvem parte da produção leiteira, de suínos e mandioca destas unidades.

Quanto as feiras, apresentam as mesmas características demonstradas na venda direta, geram valores expressivos e absorvem grande parte da produção da olericultura, da agroindústria, fruticultura entre outros, apresentam-se como um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar, além de representar um espaço de sociocultural e preservar a identidade regional.

As compras institucionais também apresentaram valores consideráveis, abaixo dos demais, mas representam mais uma opção de escoamento da produção regional, principalmente relacionado à agroindústria, olericultura e fruticultura, contribuído para a segurança alimentar e nutricional voltadas a políticas públicas.

Vários outros canais compõem esta análise, mais relacionados a mercados convencionais que ora absorvem a produção de *commodities*, ora demais produtos oriundos das várias atividades das unidades familiares, porém, analisando os principais, pôde-se verificar a predominância de canais de comercialização curtos representados pelas feiras e vendas diretas, que se unificados representam os principais geradores de renda no conjunto do estudo, seguido pelos mercados

convencionais relacionados com os laticínios e cooperativas.

Tabela 3 – Renda agrícola bruta anual da propriedade, seus respectivos canais de comercialização e categoria da atividade

Canais	Renda propriedade	%	Canais	Renda propriedade	%
Laticínios	2.904.422,00	**26,4%**	Abatedouros	237.868,00	**2,2%**
Vendas diretas	2.242.434,50	**20,4%**	Supermercados	169.355,00	**1,5%**
Cooperativas	2.219.203,00	**20,2%**	Restaurantes	120.800,00	**1,1%**
Feiras	1.504.581,10	**13,7%**	Integradoras	91.250,00	**0,8%**
Compras institucionais	574.569,40	**5,2%**	Indústrias	63.650,00	**0,6%**
Cerealistas	475.250,00	**4,3%**	Autoconsumo	52.804,00	**0,5%**
Ceasa	335.520,00	**3,0%**	Turismo rural	20.000,00	**0,2%**
TOTAL				**11.011.707,00**	**100%**

Categoria	Renda propriedade	%	Categoria	Renda propriedade	%
Convencional	9.526.212,00	**86,5%**	Orgânico	468.381,10	**4,3%**
Conversão	997.113,90	**9,1%**	Turismo rural	20.000,00	**0,2%**
TOTAL				**11.011.707,00**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação a categoria dos produtos comercializados, a renda predominante é proveniente das atividades convencionais, ou seja, agricultura pautada em métodos tradicionais, que inclui a produção de *commodities,* que em muitos casos, apresentam a necessidade de recursos externos para a sua produção.

O que chama atenção é a renda significativa relacionada aos produtos e atividades com base em conversão agroecológica e orgânicos, além de importantes sob os aspectos relacionados com a segurança alimentar, esse tipo de produção agrega valor à produção e pode ser considerado como uma estratégia para o aumento da renda destes agricultores.

Segundo Campanhola e Valarini (2001), a agricultura orgânica é uma opção de inclusão de pequenos agricultores ao mercado, incialmente em relação as *commodities* devido a escala de produção, variação de preços e custos crescentes. Os produtos orgânicos são nichos de mercado, seus consumidores estão dispostos a pagar mais pelos produtos; possibilita a inserção dos produtores em redes de comercialização, que é facilitada pela organização associativa ou cooperativa; oferta produtos especializados que não são de interesse de grandes empreendedores agropecuários, como as hortaliças e plantas medicinais e por fim, a diversificação da produção orgânica que reduz a subordinação de insumos externos. Na Tabela 4, foi ranqueada a geração de renda bruta de cada produto encontrado nas unidades familiares, sendo o leite in natura o principal, além de servir de matéria prima para produtos das agroindústrias familiares. Em seguida, tem-se a soja e a olericultura como fortes geradores de renda e uma constatação importante é a diversidade de produtos existentes nas unidades, inclusive com agregação de valor pela modificação agroindustrial.

Tabela 4 – Produtos geradores de renda agrícola anual das unidades familiares

Rk	Produto	Valor	%	Rk	Produto	Valor	%
1º	Leite	3.637.308,00	33,0%	**26º**	Ovos	59.575,00	0,5%
2º	Soja	1.442.052,00	13,1%	**27º**	Conservas Caseiras	55.400,00	0,5%
3º	Olericultura	1.296.394,10	11,8%	**28º**	Mel	41.541,00	0,4%
4º	Milho	515.463,00	4,7%	**29º**	Nata	40.560,00	0,4%
5º	Suínos	395.147,00	3,6%	**30º**	Queijo muçarela fatiado	34.000,00	0,3%
6º	Queijo colonial	335.990,00	3,1%	**31º**	Feno de Tifton	29.400,00	0,3%
7º	Frutas	291.579,00	2,6%	**32º**	Esfihas	28.800,00	0,3%
8º	Carne Bovina	276.182,00	2,5%	**33º**	Peixe filé	27.000,00	0,2%
9º	Pães	238.312,28	2,2%	**34º**	Bolos	25.760,00	0,2%
10º	Melado	228.650,00	2,1%	**35º**	Requeijão	20.160,00	0,2%
11º	Carne de Frango	224.870,00	2,0%	**36º**	Turismo rural	20.000,00	0,2%
12º	Peixe vivo	194.291,00	1,8%	**37º**	Feijão	17.470,00	0,2%
13º	Mudas de hortaliças	190.000,00	1,7%	**38º**	Doce de Frutas	13.730,00	0,1%
14º	Bolachas	170.580,00	1,5%	**39º**	Vassoura	12.000,00	0,1%
15º	Mandioca fécula	157.400,00	1,4%	**40º**	Fumo	11.250,00	0,1%
16º	Milho verde	153.255,00	1,4%	**41º**	Queijo Nozinho	9.600,00	0,1%
17º	Mandioca descascada	123.240,00	1,1%	**42º**	Manteiga	8.784,00	0,1%
18º	Cachaça	119.000,00	1,1%	**43º**	Frango Vivo - Granja	8.250,00	0,1%
19º	Queijo muçarela	90.000,00	0,8%	**44º**	Iogurte	7.200,00	0,1%
20º	Mandioca	85.218,00	0,8%	**45º**	Tapioca	7.200,00	0,1%
21º	Cucas	83.330,62	0,8%	**46º**	Polpa de frutas	5.360,00	0,05%
22º	Açúcar mascavo	76.400,00	0,7%	**47º**	Vinho	1.500,00	0,01%
23º	Gado de corte em pé	68.800,00	0,6%	**48º**	Carne Caprina	1.200,00	0,01%
24º	Macarrão	66.030,00	0,6%	**49º**	Fubá	650,00	0,01%
25º	Frango	65.475,00	0,6%	**50º**	Vinagre	350,00	0,003%
TOTAL						**11.011.707,00**	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para Schneider (2015), a agroindústria familiar, o artesanato, o turismo rural e a prestação de serviços são processos de agregação de valor, quando há abundância de empreendimentos de agregação de valor e a correspondente constituição de redes de cooperação, demonstra-se a capacidade de geração de trabalho e renda dos agricultores familiares, refletindo na manutenção e fortalecimento do tecido social das comunidades rurais.

Quanto a diversificação encontrada nestas unidades, pode-se reconhecer como fator importante para a geração e manutenção de renda dessas famílias.

> A diversificação da renda traz maior segurança às unidades produtivas quanto às oscilações de determinada atividade e do mercado. Juntamente com a agregação de valor é a alternativa que proporciona o maior aumento de renda. Quanto mais a diversificação é distribuída entre diferentes ramos de atividades maior estabilidade financeira proporciona a família. A diversificação está condicionada ao acesso dos meios de vida (SIMONETTI, et al., 2011, p.8).

Partindo da renda agrícola das unidades familiares que é a principal fonte, de acordo com a Tabela 5, representando 79,8% do total da renda, foram também identificadas outras fontes de renda, proveniente de aposentadorias e outras rendas não relacionadas com as atividades agrícolas.

Tabela 5 – Composição da renda total anual das unidades familiares

Tipos de renda	R$	%
Renda agrícola anual	11.011.707,00	79,8%
Renda de aposentadoria anual	1.437.744,00	10,4%
Renda extra agrícola anual	1.349.945,00	9,8%
Total	**13.799.396,00**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Devido a significância dos valores levantados correspondentes a renda não relacionada as atividades rurais, foram identificadas na Tabela 6 as suas tipologias, identificando-se que em 34% das unidades familiares não se apresenta qualquer outro tipo de renda a não ser proveniente da propriedade.

Identificou-se que a aposentadoria é renda relevante encontrada em um número expressivo de unidades e que há indícios de pluriatividade nestas unidades pela identificação de inúmeras atividades extra agrícolas desempenhadas pelas pessoas residentes nas propriedades, outro ponto que merece destaque é que talvez algumas propriedades tenham modificado sua função social de reprodução da agricultura familiar, tornando-se apenas um lugar de moradia com maior qualidade de vida.

Em relação a renda previdenciária, além de sua função social, pode-se citar o estudo de Delgado e Cardoso Jr (1999) que sustenta a existência de uma nova realidade no campo brasileiro, pela importância do segmento familiar que tem na aposentadoria uma fonte complementar à pequena produção, ora sendo fonte de financiamento ou investimento ou garantindo uma melhoria na qualidade de vida.

Tabela 6 – Tipos de renda extra agrícola das unidades familiares

Tipo da renda	Quantidade	%	% acumulado	% dos casos
Não possui renda extra agrícola	68	34,0%	34,0%	34,0%
Possui uma fonte de renda extra agrícola	116	58,0%	92,0%	58,0%
Possui duas fontes de renda extra agrícola	16	8,0%	100,0%	8,0%
Total	**200**	**100%**		
Aposentadoria	76	35,2%	35,2%	38,0%
Não possui renda extra agrícola	68	31,5%	66,7%	34,0%
Possuem renda extra agrícola (assalariados, autônomos)	72	33,3%	100,0%	36,0%
Total	**216**	**100%**		

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 7, pode-se identificar a influência das rendas de aposentadoria e extra agrícolas ao serem incorporadas a renda agrícola compondo a renda bruta total anual das unidades familiares, elevando de 35,5% para 50% o número de unidades familiares com renda maior ou igual a R$ 50.000,00 anuais.

Observou-se uma diminuição de forma expressiva de unidades com renda anual inferior a R$ 10.000,00 anuais, indicando que a possibilidade de geração de outras rendas ou a renda de aposentadoria acaba por complementar os recursos provenientes da produção agrícola, que em alguns casos pode ser insuficiente, garantindo um ingresso econômico à essas famílias e sua reprodução social no meio rural.

Tabela 7 – Faixas de renda bruta anual das unidades familiares

Renda total anual	Qtde	%	Renda agrícola anual	Qtde	%
Renda < 5.000	3	1,5%	Renda < 5.000	21	10,5%
Renda > = a 5.000 e < 10.000	2	1,0%	Renda > = a 5.000 e < 10.000	21	10,5%
Renda > = a 10.000 e < 15.000	15	7,5%	Renda > = a 10.000 e < 15.000	18	9,0%
Renda > = a 15.000 e < 25.000	24	12,0%	Renda > = a 15.000 e < 25.000	29	14,5%
Renda > = a 25.000 e < 50.000	56	28,0%	Renda > = a 25.000 e < 50.000	40	20,0%
Renda > = a 50.000	100	50,0%	Renda > = a 50.000	71	35,5%
Total	**200**	**100%**	**Total**	**200**	**100%**
Renda extra agrícola anual	**Qtde**	**%**	**Renda de aposentadoria anual**	**Qtde**	**%**
Renda < 5.000	2	3,3%	Renda < 5.000	0	0%
Renda > = a 5.000 e < 10.000	6	9,8%	Renda > = a 5.000 e < 10.000	0	0%
Renda > = a 10.000 e < 15.000	19	31,1%	Renda > = a 10.000 e < 15.000	30	37%
Renda > = a 15.000 e < 25.000	12	19,7%	Renda > = a 15.000 e < 25.000	44	54%
Renda > = a 25.000 e < 50.000	18	29,5%	Renda > = a 25.000 e < 50.000	7	9%
Renda > = a 50.000	4	6,6%	Renda > = a 50.000	0	0%
Total	**61**	**100,0%**	**Total**	**81**	**100%**
% de unidades com renda extra agrícola		**30,5%**	**% de unidades com renda aposentadoria**		**40,5%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme Buainain e Garcia (2013), os agricultores estão inseridos em diferentes contextos, onde buscam destinar por meios eficientes seus recursos na atividade agrícola e/ou em atividades não-agrícolas dentro ou fora da propriedade, ou mesmo na migração, que não necessariamente acarreta abandono da atividade agrícola ou da propriedade rural, pois atividades ou estratégias podem ser associadas para que possibilitem diferentes possibilidades de geração de renda, viabilizando a permanência do produtor na área rural.

Em relação a renda agrícola, identificou-se que em 2 unidades ela não está presente, assim das 198 unidades restantes, podem outras variáveis ter significância em relação à renda. Na Tabela 8 identificou-se que atividades únicas específicas podem gerar ou não níveis de renda satisfatórios, porém, identificou-se que a partir do aumento do número de atividades, o aumento dos níveis de renda agrícola apresenta a mesma probabilidade, diminuindo a concentração na faixa de renda agrícola anual inferior a R$ 5.000,00.

Na pesquisa de Perondi (2007), identificou-se que na estratégia de diversificação agrícola, são gerados menos benefícios quando relacionados somente com *commodities* agrícolas, ao contrário de se incluir outras atividades, por existir várias formas de se diversificar, é necessário que se debata sobre a qualidade deste processo, comprovando que famílias com diversificação endógena com produtos diferenciados possuem maiores níveis de renda e um meio de vida mais sustentável.

Tabela 8 – Número de atividades e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Número de atividades		Renda agrícola classe							
		Renda menor a 5.000	Renda >=a 5.000 e < que 10.000	Renda >=a 10.000 e < que 20.000	Renda >=a 20.000 e < que 30.000	Renda >=a 30.000 e < que 40.000	Renda >=a 40.000 e < que 50.000	Renda >=a 50.000	TOTAL
Contagem		9	7	9	5	4	7	13	**54**
1 Atividade	% Atividades	16,7%	13,0%	16,7%	9,3%	7,4%	13,0%	24,1%	**100,0%**
Contagem		6	3	8	8	4	5	13	**47**
2 Atividades									
	% Atividades	12,8%	6,4%	17,0%	17,0%	8,5%	10,6%	27,7%	**100,0%**
Contagem		3	8	9	4	4	3	18	**49**
3 Atividades									
	% Atividades	6,1%	16,3%	18,4%	8,2%	8,2%	6,1%	36,7%	**100,0%**
Contagem		1	1	5	2	4	1	12	**26**
4 Atividades									
	% Atividades	3,8%	3,8%	19,2%	7,7%	15,4%	3,8%	46,2%	**100,0%**
Contagem		0	2	1	1	1	2	15	**22**
5 Atividades									
	% Atividades	0,0%	9,1%	4,5%	4,5%	4,5%	9,1%	68,2%	**100,0%**
Contagem		**19**	**21**	**32**	**20**	**17**	**18**	**71**	**198**
TOTAL									
	% Atividades	**9,6%**	**10,6%**	**16,2%**	**10,1%**	**8,6%**	**9,1%**	**35,9%**	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 9, a referência cruzada foi construída a partir do tamanho das propriedades, entre as propriedades de até 11 ha, existe uma distribuição entre as várias faixas de renda, sendo impreciso definir que dentro desta faixa o tamanho da área exerça uma grande influência sobre a renda, mesmo que apresentado um quantitativo expressivo de unidades que declararam renda agrícola superior R$ 50.000,00 anuais. Há necessidade de um estudo mais aprofundado sobre quais são as atividades escolhidas por essas pequenas propriedades, sua renda extra agrícola ou função social da propriedade.

As propriedades com área a partir de 11 ha, apresentam uma tendência de renda crescente, eventualmente apresentando renda inferior a R$ 5.000,00 anuais, presumindo-se que o tamanho da área pode estar relacionado aos níveis de renda em unidades a partir de 11 ha, porém com influência significativa ao tipo e ao número de atividades nela encontradas, principalmente em áreas de até 11 ha.

Tabela 9 – Tamanho das áreas e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Faixas de renda agrícola		Grupos de área		
		Área menor ou igual a 11 ha	Área acima de 11 ha	Total
Renda inferior a 5.000	Contagem	14	5	**19**
	% dentro de Renda	73,7%	26,3%	**100,0%**
Renda maior ou igual a 5.000 e menor	Contagem	21	0	**21**
que 10.000	% dentro de Renda	100,0%	0,0%	**100,0%**
Renda maior ou igual a 10.000 e menor	Contagem	21	11	**32**
que 20.000	% dentro de Renda	65,6%	34,4%	**100,0%**
Renda maior ou igual a 20.000 e menor	Contagem	12	8	**20**
que 30.000	% dentro de Renda	60,0%	40,0%	**100,0%**
Renda maior ou igual a 30.000 e menor	Contagem	12	5	**17**
que 40.000	% dentro de Renda	70,6%	29,4%	**100,0%**
Renda maior ou igual a 40.000 e menor	Contagem	12	6	**18**
que 50.000	% dentro de Renda	66,7%	33,3%	**100,0%**
Renda maior ou igual a 50.000	Contagem	32	39	**71**
% dentro de Renda		45,1%	54,9%	**100,0%**
TOTAL	**Contagem**	**124**	**74**	**198**
% do Total		**62,6%**	**37,4%**	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Tabela 10 – Relação entre membros residentes e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Membros residentes		Renda agrícola classe							
		Renda menor a 5.000	Renda >= a 5.000 e < que 10.000	Renda >= a 10.000 e < que 20.000	Renda >= a 20.000 e < que 30.000	Renda >= a 30.000 e < que 40.000	Renda >= a 40.000 e < que 50.000	Renda >= a 50.000	TOTAL
1 membro	Contagem	3	1	2	0	1	1	2	**10**
	% Família	30,0%	10,0%	20,0%	0,0%	10,0%	10,0%	20,0%	**100,0%**
2 membros	Contagem	7	13	14	9	7	5	22	**77**
	% Família	9,1%	16,9%	18,2%	11,7%	9,1%	6,5%	28,6%	**100,0%**
3 membros	Contagem	5	2	6	6	6	3	21	**49**
	% Família	10,2%	4,1%	12,2%	12,2%	12,2%	6,1%	42,9%	**100,0%**
4 membros	Contagem	1	4	6	5	2	4	13	**35**
	% Família	2,9%	11,4%	17,1%	14,3%	5,7%	11,4%	37,1%	**100,0%**
5 membros	Contagem	3	1	3	0	1	4	9	**21**
	% Família	14,3%	4,8%	14,3%	0,0%	4,8%	19,0%	42,9%	**100,0%**
6 membros	Contagem	0	0	1	0	0	1	4	**6**
	% Família	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	16,7%	66,7%	**100,0%**
TOTAL	**Contagem**	**19**	**21**	**32**	**20**	**17**	**18**	**71**	**198**
	% Família	**9,6%**	**10,6%**	**16,2%**	**10,1%**	**8,6%**	**9,1%**	**35,9%**	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O tamanho da família é um dos fatores determinantes para a reprodução da

agricultura familiar, representa a força de trabalho que junto com os fatores terra e capital movimentam a unidade de produção da família. Na Tabela 10, estão identificadas as informações sobre a quantidade de membros residentes nas unidades familiares e relacionadas com as faixas de renda agrícola das respectivas unidades. Identificou-se que há predominância de propriedades com 2 e 3 membros residentes, e que em unidades com até 2 membros residentes há uma visível distribuição nas escalas de renda entre < e > que R$ 30.000,00, a partir de 3 membros existe uma tendência de concentração nas escalas superiores a R$ 30.000,00.

De acordo com Schneider (2003), as condições econômicas gerais aparecem localmente e são norteadoras para os processos de divisão do trabalho familiar, na fase em que a família possui filhos pequenos ou quando somente permanecem o casal idoso, por vezes com um filho que os cuida, diminuindo a demanda por trabalhos extra agrícolas, porém, amplia-se a capacidade de trabalho agrícola a partir da aptidão dos filhos, tornando-se a atividade não agrícola como uma alternativa, que pode variar de acordo com os ciclos demográficos, assim não pode-se dizer que o tamanho da família seja o único critério para a divisão do trabalho familiar.

Neste contexto de utilização da mão de obra dos próprios membros nas atividades agrícolas, antes de relacionar a renda, a Tabela 11 indica que parte considerável dos membros residentes não dedicam mão de obra a propriedade, principalmente os mais jovens conforme demonstrado anteriormente no capítulo 3. Verificou-se que, quando há dedicação de mão de obra, habitualmente dedicam-se ao trabalho acima de 5 dias semanais na propriedade, com grande frequência de dedicação total semanal por parte dos membros das unidades familiares independentemente do tamanho da propriedade.

Tabela 11 – Tamanho de área e número de atividades relacionados a quantidade de dias semanais dedicados pelos membros residentes a propriedade

		Dias dedicados a propriedade na semana					
TAMANHO DA ÁREA / NÚMERO DE ATIVIDADES		**Não dedica mão de obra à propriedade**	**De 1 a 2 dias na semana**	**De 3 a 4 dias na semana**	**De 5 a 6 dias na semana**	**Dedica os 7 dias da semana**	**TOTAL**
Área menor ou igual a 11 ha	Contagem	83	38	33	60	150	**364**
	% área	22,8%	10,4%	9,1%	16,5%	41,2%	**100,0%**
Área acima de 11 ha	Contagem	53	17	19	23	123	**235**
	% área	22,6%	7,2%	8,1%	9,8%	52,3%	**100,0%**
TOTAL	**Contagem**	**136**	**55**	**52**	**83**	**273**	**599**
	% área	**22,7%**	**9,2%**	**8,7%**	**13,9%**	**45,6%**	**100,0%**
1 Atividade	Contagem	49	20	12	13	66	**160**
	% atividades	30,6%	12,5%	7,5%	8,1%	41,3%	**100,0%**
2 Atividades	Contagem	31	9	11	18	64	**133**
	% atividades	23,3%	6,8%	8,3%	13,5%	48,1%	**100,0%**
3 Atividades	Contagem	27	14	16	20	77	**154**
	% atividades	17,5%	9,1%	10,4%	13,0%	50,0%	**100,0%**
4 Atividades	Contagem	19	6	4	14	40	**83**
	% atividades	22,9%	7,2%	4,8%	16,9%	48,2%	**100,0%**
5 Atividades	Contagem	10	6	9	18	26	**69**
	% atividades	14,5%	8,7%	13,0%	26,1%	37,7%	**100,0%**
Contagem TOTAL	**% atividades**	**136** **22,7%**	**55** **9,2%**	**52** **8,7%**	**83** **13,9%**	**273** **45,6%**	**599** **100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A mesma distribuição ocorre quando se compara a dedicação de mão de obra

dos membros residentes com o número de atividades existentes na propriedade, geralmente com alto nível de dedicação total semanal a propriedade ou de 5 a 6 dias por semana, sendo necessário uma análise de culturas dessas unidades para um confronto direto em relação ao tipo de mão de obra empregada e identificação de demais fatores relacionados ao emprego da força de trabalho destas unidades.

Quanto a mão de obra contratada, na Tabela 12, foi identificado que as unidades com maior renda são as que mais contratam, com maior incidência em até 60 dias no ano. Dessa maneira, conclui-se que a mão de obra familiar é predominante nestas propriedades e que esporadicamente existe a necessidade de contratação externa.

Tabela 12 – Mão de obra contratada e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Faixa de renda	Quantidade de MOB contratada em dias por ano									TOTAL
	Até 10 dias por ano	De 11 a 20 dias por ano	De 21 a 30 dias por ano	De 41 a 60 dias por ano	De 61 a 90 dias por ano	De 91 a 120 dias por ano	De 121 a 180 dias por ano	De 181 a 240 dias por ano	De 241 a 300 dias por ano	
Renda inferior a 5.000	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	**3** **100,0%**
Renda maior ou igual a 5.000 e	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	**1** **100,0%**
Renda maior ou igual a 10.000 e	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	**1** **100,0%**
Renda maior ou igual a 20.000 e	0 0,0%	2 50,0%	1 25,0%	0 0,0%	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	**4** **100,0%**
Renda maior ou igual a 30.000 e	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	2 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	**4** **100,0%**
Renda maior ou igual a 40.000 e	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	**2** **100,0%**
Renda maior ou igual a 50.000	2 14,3%	3 21,4%	2 14,3%	2 14,3%	0 0,0%	0 0,0%	2 14,3%	1 7,1%	2 14,3%	**14** **100,0%**
TOTAL	**7** **24,1%**	**5** **17,2%**	**4** **13,8%**	**3** **10,3%**	**1** **3,4%**	**1** **3,4%**	**4** **13,8%**	**1** **3,4%**	**3** **10,3%**	**29** **100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para Redin (2013), pequenos agricultores não desejam manter funcionários o ano todo nas propriedades, devido aos custos trabalhistas em conjunto com a burocracia para contratação, sendo que devido à sazonalidade das culturas ou atividades agrícolas, na maioria do período a própria família consegue manter-se com a própria mão de obra de seus membros. O alto custo da mão de obra pode ser fator determinante nas escolhas e quantificações das atividades para as safras anuais.

Quanto aos canais de comercialização, na Tabela 13, os resultados identificam uma menor concentração de renda em unidades que apresentam somente um canal de comercialização, abaixo de R$ 30.000,00 anuais, sendo que a medida em que a quantidade desses canais aumenta, há um respectivo aumento na concentração de faixas de renda mais altas.

Na análise dos tipos de cadeias de comercialização dessas unidades, observou-se evolução semelhante, onde somente há comercialização por meio de cadeias curtas e a concentração ficou abaixo de R$ 30.000,00 anuais, porém é também representativa a quantidade de unidades que usam somente esta cadeia com faixa de rendas superiores; quanto as cadeias longas e o consórcio entre curtas e longas, a concentração é bem mais evidente em faixa de renda superior a R$ 30.000,00/ano. Nesse caso, as informações apontam que a diversificação de canais e cadeias de

comercialização proporcionou incremento aos níveis de renda nestas propriedades de agricultura familiar estudadas.

Tabela 13 – Quantidade de canais e tipos de cadeias de comercialização em relação as faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Quantidade de canais de comercialização / Tipos de cadeias de comercialização		Renda menor a 5.000	Renda >= a 5.000 e < que 10.000	Renda >= a 10.000 e < que 20.000	Renda >= a 20.000 e < que 30.000	Renda >= a 30.000 e < que 40.000	Renda >= a 40.000 e < que 50.000	Renda >= a 50.000	TOTAL
1 canal	Contagem	13	11	15	4	2	5	12	**62**
	% Canais	21,0%	17,7%	24,2%	6,5%	3,2%	8,1%	19,4%	**100,0%**
2 canais	Contagem	5	6	12	11	7	5	28	**74**
	% Canais	6,8%	8,1%	16,2%	14,9%	9,5%	6,8%	37,8%	**100,0%**
3 canais	Contagem	1	4	3	5	6	6	14	**39**
	% Canais	2,6%	10,3%	7,7%	12,8%	15,4%	15,4%	35,9%	**100,0%**
4 canais	Contagem	0	0	1	0	2	1	11	**15**
	% Canais	0,0%	0,0%	6,7%	0,0%	13,3%	6,7%	73,3%	**100,0%**
5 canais	Contagem	0	0	1	0	0	1	6	**8**
	% Canais	0,0%	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%	12,5%	75,0%	**100,0%**
TOTAL	**Contagem**	**19**	**21**	**32**	**20**	**17**	**18**	**71**	**198**
% Canais		**9,6%**	**10,6%**	**16,2%**	**10,1%**	**8,6%**	**9,1%**	**35,9%**	**100,0%**
Curta	Contagem	12	15	13	6	8	4	12	**70**
	% Cadeia	17,1%	21,4%	18,6%	8,6%	11,4%	5,7%	17,1%	**100,0%**
Longa	Contagem	2	2	7	2	1	2	17	**33**
	% Cadeia	6,1%	6,1%	21,2%	6,1%	3,0%	6,1%	51,5%	**100,0%**
Curta/longa	Contagem	5	4	12	12	8	12	42	**95**
% Cadeia		5,3%	4,2%	12,6%	12,6%	8,4%	12,6%	44,2%	**100,0%**
TOTAL	**Contagem**	**19**	**21**	**32**	**20**	**17**	**18**	**71**	**198**
	% Cadeia	**9,6%**	**10,6%**	**16,2%**	**10,1%**	**8,6%**	**9,1%**	**35,9%**	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 14 demonstra as médias das variáveis de acordo com grupos relacionados ao tamanho da propriedade (Área <= 11 ha) e (Área > 11 ha), com as produções agrícolas que mais geraram renda nas propriedades, sendo o milho e soja (Com *commodities*) e (Sem *commodities*), a atividade leiteira (Com ativ. leiteira) e (Sem ativ. leiteria) e por final a olericultura (Com olericultura) e (Sem olericultura).

Considerando os grupos mencionados, foi levantado a média em relação as variáveis número de atividades, renda agrícola, tamanho da família, quantidades de mão de obra contratada, quantidade de dias/ano de mão de obra contratada e quantidade de canais de comercialização e sobre essas médias foram calculadas e levantadas as informações para a aplicação dos testes de Levene e Teste-t, sendo que quanto menor o coeficiente de variação (CV), maior é a constância na distribuição dos dados dentro do próprio grupo.

Na Tabela 15, foram identificadas a existência de variâncias significativas (Teste de Levene) entre os vários grupos, onde as variáveis podem apresentar comportamentos distintos aos seus respectivos valores absolutos. A existência de homogeneidade habilita o uso de testes paramétricos para comparação da diferença de médias entre os grupos (Teste-t), e a existência de heterogeneidade habilita o uso de testes não-paramétricos.

Tabela 14 – Estatística dos grupos testados com base no tamanho de área, produção de commodities, produção leiteira e olericultura

Variáveis	Grupos	N	Média	Desvio padrão	CV	Grupos	N	Média	Desvio padrão	CV
Número de Atividades	Área <= 11 ha	126	2,33	1,271	54,48%	Com *commodities*	61	3,62	1,003	27,68%
	Área > 11 ha	74	2,99	1,277	42,75%	Sem *commodities*	139	2,12	1,155	54,62%
Renda agrícola	Área <= 11 ha	126	43.148,286	57.545,990	133,37%	Com *commodities*	61	81.773,738	68.072,591	83,25%
	Área > 11 ha	74	75.338,149	69.459,251	92,20%	Sem *commodities*	139	43.334,597	58.592,825	135,21%
Tamanho da Família	Área <= 11 ha	126	2,84	1,169	41,14%	Com *commodities*	61	3,31	1,205	36,38%
	Área > 11 ha	74	3,26	1,261	38,73%	Sem *commodities*	139	2,86	1,201	42,06%
MOB Contratada	Área <= 11 ha	12	1,83	1,337	72,93%	Com *commodities*	13	1,15	0,376	32,55%
	Área > 11 ha	17	1,41	,712	50,45%	Sem *commodities*	16	1,94	1,237	63,82%
MOB dias/ano	Área <= 11 ha	12	97,67	97,509	99,84%	Com *commodities*	13	45,38	72,671	160,12%
	Área > 11 ha	17	61,76	79,214	128,25%	Sem *commodities*	16	102,00	92,264	90,46%
Canais de comercialização	Área <= 11 ha	126	2,01	,992	49,40%	Com *commodities*	61	2,52	1,163	46,08%
	Área > 11 ha	74	2,38	1,179	49,56%	Sem *commodities*	139	1,98	0,996	50,35%
Variáveis	**Grupos**	**N**	**Média**	**Desvio padrão**	**CV**	**Grupos**	**N**	**Média**	**Desvio padrão**	**CV**
Número de Atividades	Com ativ. leiteira	112	2,69	1,369	50,94%	Com olericultura	76	2,82	1,334	47,37%
	Sem ativ. leiteira	88	2,43	1,220	50,19%	Sem olericultura	124	2,43	1,276	52,58%
Renda agrícola	Com ativ. leiteira	112	59.217,893	68.611,438	115,86%	Com olericultura	76	49.382,263	65.691,360	133,03%
	Sem ativ. leiteira	88	49.764,807	57.486,140	115,52%	Sem olericultura	124	58.537,540	62.913,246	107,48%
Tamanho da Família	Com ativ. leiteira	112	3,13	1,227	39,14%	Com olericultura	76	2,84	1,317	46,34%
	Sem ativ. leiteira	88	2,82	1,189	42,21%	Sem olericultura	124	3,09	1,148	37,16%
MOB Contratada	Com ativ. leiteira	13	1,46	0,967	66,19%	Com olericultura	9	1,89	1,364	72,22%
	Sem ativ. leiteira	16	1,69	1,078	63,89%	Sem olericultura	20	1,45	,826	56,94%
MOB dias/ano	Com ativ. leiteira	13	37,85	40,655	107,42%	Com olericultura	9	86,67	96,274	111,09%
	Sem ativ. leiteira	16	108,13	102,890	95,16%	Sem olericultura	20	72,10	85,405	118,45%
Canais de comercialização	Com ativ. leiteira	112	2,29	1,211	52,99%	Com olericultura	76	2,09	,969	46,30%
	Sem ativ. leiteira	88	1,97	0,850	43,25%	Sem olericultura	124	2,18	1,141	52,40%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Tabela 15 – Teste de Levene e teste-t para igualdade de médias de amostras independentes com α=0,05

Variáveis	Grupos: (1) Área <= a 11 ha / (2) Área > que 11 ha						Grupos: (1) Com commodities / (2) Sem commodities					
	Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias				Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias			
	F	p-valor	t	df	p-valor	Dif. média	F	p-valor	t	df	p-valor	Dif. Média
Nº atividades	,302	,583	-3,503	198	,001	-21,87%	,340	,560	8,835	198	,000	71,29%
Renda agrícola	5,519	,020	-3,366	131,261	,001	-42,73%	6,053	,015	3,831	100,729	,000	88,70%
Tam. Família	,780	,378	-2,357	198	,019	-12,76%	,008	,930	2,466	198	,015	15,94%
MOB contratada	2,713	,111	1,102	27	,280	29,86%	9,167	,005	-2,402	18	,027	-40,45%
MOB dias/ano	1,375	,251	1,093	27	,284	58,13%	3,960	,057	-1,802	27	,083	-55,51%
Canais comerc.	2,808	,095	-2,376	198	,018	-15,58%	4,309	,039	3,189	100	,002	27,61%
Variáveis	**Grupos: (1) Com ativ. leiteira / (2) Sem ativ. leiteira**						**Grupos: (1) Com olericultura / (2) Sem olericultura**					
	F	p-valor	t	df	p-valor	Dif. média	F	p-valor	t	df	p-valor	Dif. Média
Nº atividades	1,542	,216	1,374	198	,171	10,51%	,233	,630	2,053	198	,041	16,00%
Renda agrícola	0,354	,552	1,037	198,000	,301	19,00%	,000	,996	-0,982	198	,327	-15,64%
Tam. Família	,005	,945	1,831	198	,069	11,20%	2,598	,109	-1,394	198	,165	-7,98%
MOB contratada	0,062	,805	-0,587	27	,562	-13,39%	1,927	,176	1,077	27	,291	30,27%
MOB dias/ano	18,523	,000	-2,502	20	,021	-65,00%	0,537	,470	0,409	27	,686	20,20%
Canais comerc.	15,473	,000	2,190	196	,030	16,27%	1,886	,171	-0,543	198	,588	-3,92%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os resultados do teste de Levene demonstram que não existem homogeneidade de variância na renda agrícola nos grupos tamanho da propriedade ((1)Área <= 11 ha) e (2)(Área > 11 ha), onde (Renda agrícola: F = 5,519; p < 0,05), reforçando o indicativo de que em áreas menores que 11 ha a renda média bruta anual é menor (-42,73%) do que em propriedades maiores que 11 ha, já no grupo de propriedades que apresentaram as culturas de milho e soja ((1)Com commodities) e ((2)Sem commodities) onde (Renda agrícola: F = 6,053; p < 0,05) evidenciou-se uma influência positiva dessas culturas na renda médias das unidades do grupo (1) em relação as unidades do grupo (2) que não apresentam estas culturas, indicando que a produção de *commodities* contribui para aumento de renda média bruta destas unidades.

Quanto à variável mão de obra anual contratada, a não homogeneidade de variância ocorreu no grupo ((1)Com commodities) e ((2)Sem commodities) onde (MOB contratada: F
= 9,167; p < 0,05), indicando que a contratação anual de mão de obra em propriedades que tem atividades relacionadas a *commodities* é menor (-40,45%) que as demais, fato que pode estar relacionado aos processos de mecanização empregados nessas atividades; porém em relação a quantidade de dias de mão de obra contratada ocorreu no grupo ((1)Com ativ. leiteira) e ((2)Sem ativ. leiteira) onde (MOB dias/ano: F = 18,523; p < 0,05), demonstrando evidência significativa de que é menor a contratação anual de mão de obra em dias para as unidades com a atividade leiteira, sugerindo que fica a cargo da família a sua operacionalização.

A variável canais de comercialização indicou não homogeneidade de variância nos grupos ((1)Com commodities) e ((2)Sem commodities) onde (Canais comerc.: F = 4,309; p < 0,05) e ((1)Com ativ. leiteira) e ((2)Sem ativ. leiteira) onde (Canais comerc.: F = 15,473; p < 0,05) sinalizando na comparação entre os grupos que há maior quantidade canais de comercialização quando as respectivas atividades analisadas estão presentes nas unidades familiares, sendo necessário uma análise complementar sobre quais a diversificação da produção e seus respectivos canais de comercialização.

Os resultados do teste-t dos grupos ((1) Área <= 11 ha) e (2) (Área > 11 ha), demonstram que há diferenças significativas de médias em relação as variáveis Nº atividades (t(198); -3,503; p < 0,05)), Renda agrícola (t(131,261); -3,366; p < 0,05)), Tam. família (t(198); -2,357; p < 0,05)) e Canais comer. (t (198); -2,376; p < 0,05)), revelando que em média, propriedades até 11 há possuem menos atividades agrícolas (-21,87%), menor renda agrícola (-42,73%), menos membros residentes (-12,76%) e canais de comercialização (- 15,58%), do que as propriedades acima de 11 ha.

Nos grupos ((1) Com commodities) e ((2) Sem commodities) as diferenças significativas de médias foram encontradas nas variáveis Nº atividades (t (198); 8,835; p < 0,05), Renda agrícola (t (100,729); 3,831; p < 0,05)), Tam. família (t (198); 2,466; p < 0,05)), MOB contratada (t (18); -2,402; p < 0,05)) e Canais comer. (t (100); 3,189; p < 0,05)), revelando que em média, propriedades que cultivam *commodities* possuem em média mais atividades agrícolas (71,29%), maior média de renda agrícola (88,70%), mais membros residentes (15,94%) e canais de comercialização (27,61%), porém com média menor de contratação de mão de obra (-40,45%) que propriedades que não se relacionam com *commodities*.

As diferenças de médias significativas dos grupos ((1) Com ativ. leiteira) e ((2) Sem ativ. leiteira) estão relacionadas a MOB dias/ano (t (20); -2,502; p < 0,05)) e Canais comer. (t(196); 2,190; p < 0,05)), sinalizando que em unidades com atividade leiteira se contrata mão de obra em um montante médio de dias menor (-65,00%) que

propriedades sem essa atividade, porém a quantidade média de canais de comercialização é maior (16,27%). Por fim, quando analisados os grupos ((1) Com olericultura) e ((2) Sem olericultura) a única diferença de média significativa é em relação ao número de atividades nas propriedades (16,00%), onde Nº atividades ($t(198); 2,053; p < 0,05$)), atestando a probabilidade de estar consorciada com outras atividades produtivas nas propriedades estudadas.

Após todas as análises, obteve-se a resposta para o problema de pesquisa, identificando as várias redes fortes de comercialização, nos mercados locais representadas pelas feiras e vendas diretas, nos mercados institucionais pelas compras governamentais e nos mercados convencionais pelos canais relacionados com cooperativas e laticínios, onde algumas atividades apresentam similaridade de canais de comercialização, exemplo da olericultura, agroindústria e fruticultura que tem forte relação com as feiras, vendas diretas e compras governamentais e na atividades leiteira, relação forte com os laticínios e as *commodities* com as cooperativas.

A grande maioria dos produtos comercializados são oriundos de práticas agrícolas convencionais e se relacionam com os mercados locais e territoriais, convencionais e institucionais, porém, os produtos que apresentam relação com práticas agroecológicas (orgânicos e em conversão) tem um forte direcionamento para as feiras e compras governamentais.

Na análise dos valores de venda agrícola bruta, unificados de acordo com os canais de comercialização, indicou-se que em termos monetários gerais, os laticínios apresentam o maior montante de movimentação entre os canais, seguidos pelas vendas diretas, cooperativas e feiras como principais, vendas estas primordialmente relacionadas as categorias convencionais, em vista disso, os principais produtos geradores de renda têm origem da atividade leiteira, *commodities* e olericultura.

Em relação a composição de renda das unidades familiares, constatou-se que é principalmente gerada pelas atividades agrícolas, porém, é relevante as rendas provenientes de aposentadorias e atividades extra agrícolas, inclusive com importante papel de ingresso econômico e aumento dos níveis de faixa de renda total destas propriedades.

Quanto aos demais fatores com probabilidade de constituir aumento dos níveis de renda, identificou-se a provável relação com o maior número de atividades agrícolas exercidas, com propriedades que dispõem de área superior a 11 ha, que apresentam maior quantidades de membros residentes, mesmo que dentre os membros parte considerável não dedica ou dedica poucos dias de trabalho da semana a propriedade, que apresentam disposição para contratação de mão de obra e por fim que diversificam seus canais e cadeias de comercialização.

Nos testes estatísticos foram analisadas algumas das variáveis que mais se destacaram, ressaltando que os menores níveis de renda, a menor quantidade de atividades agrícolas, a menor quantidade de membros residentes e canais de comercialização estão relacionadas as propriedades com menos de 11 ha. Revelou-se que as propriedades que apresentam a existência de *commodities*, possuem maior número de atividades agrícolas, maior quantidade de canais de comercialização, seus níveis de renda são maiores, com maior número de membros residentes e dispensam mais contratação de mão de obra em relação aos demais que não produzem *commodities*.

Unidades com a atividade leiteira, comprovou-se pelos testes que a menor necessidade de contratação de mão de obra e sua diversidade em relação a quantidade maior de canais de comercialização, fato este, último, também identificado em unidades

com olericultura, possivelmente reflexos das interações produtivas existentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a grande importância da agricultura familiar, principalmente em economias locais e regionais, tanto pela produção de alimentos e geração de emprego e renda, são necessários estudos sobre suas múltiplas formas de produção, comercialização e renda. Assim se cumpriu o objetivo do estudo, onde foi constatado que em unidades familiares situadas na região da Costa Oeste do Paraná existem várias redes fortes de comercialização vinculadas a mercados locais (feiras e vendas diretas), a mercados institucionais (compras governamentais) e mercados convencionais (laticínios e cooperativas).

A grande maioria dos produtos comercializados tem origem de práticas agrícolas convencionais, contudo, foi constatada a presença de práticas agroecológicas nas unidades através de cultivos orgânicos e em conversão, estes direcionados as cadeias curtas de comercialização. A atividade leiteira, a produção de *commodities* e a olericultura foram apontadas como as principais atividades geradoras de renda agrícola, além disso, as rendas extra agrícolas e de aposentadoria também foram encontradas, com importante papel na renda total dessas unidades. Identificou-se que os maiores níveis de renda agrícola têm relação com o maior número de atividades exercidas, com o tamanho de área mais elevado, com a maior quantidade de membros residentes e que possuem diversificação de canais e cadeias de comercialização.

Para novos estudos, sugere-se uma análise específica em relação a produção e renda agrícola de maneira analítica, para que se encontre os níveis produtivos e a composição detalhada das atividades e produtos encontrados nas unidades familiares da Costa Oeste Paranaense.

REFERÊNCIAS

ÁGUAS PARANÁ – Instituto das Águas do Paraná**. Plano de Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características Gerais: Produto 1**. 2014. Disponível em: http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_3/plano_de_bacia/Produto_01_Caracteristicas_Gerais_da_Bacia_BP3_2014_v07_Final.pdf. Acesso em: 16 dez. 2019.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, 87-112, 2000.

BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná. **Projeto de Agricultura Orgânica na BP3**, 2018.

BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores**. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível, Brasília: CGEE, 2013, p. 29-70.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores**. A pequena produção rural e as

tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível, Brasília: CGEE, 2013, p.133-175.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

CAVALHEIRO, E. M. **A Construção Social de Mercados para os produtos da agroindústria familiar**. 2010. 214p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_95ad5d4f88164a8666aa13f8721ccee3. Acesso em 15 ago 2020.

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. IAPAR, Instituto Agronômico do Paraná, 2012.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JR, J. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. **Texto para Discussão**. IPEA. Brasília, 1999.

DE SOUSA FILHO, H. M.; BONFIM, R. M. **Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos**. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? – Brasília: CGEE, 2013, p. 71- 100.

ESCHER, F. A evolução institucional do sistema de cooperativas de leite da agricultura familiar com interação solidária-SISCLAF: atores sociais, mercados e ação coletiva no sudoeste do Paraná. *In:* CONTERATO, Marcelo Antonio [et al.] (Org.). **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos /. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013, p. 36-60.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. A construção social dos mercados pelos agricultores: o caso das agroindústrias familiares. **Anais...** Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 48, 2010, Porto de Galinhas/PE.

GUANZIROLI, C. **Mercados viáveis para a inserção econômica dos agricultores familiares**. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro – Brasília: CGEE, 2013, p. 101-132, 2013.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. **A "pequena produção rural" no Brasil**. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro – Brasília: CGEE, 2013, p. 13-28, 2013.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRS, 237 p., 2007.

PLEIN, C. Instituições e enraizamento nos mercados da agricultura familiar. **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 15, p. 95-118, 2010.

PRANKE, L. V. **Mercados, organizações sociais e agricultura familiar: os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS**. Dissertação de Mestrado. UFPEL. Pelotas, 2016.

REDIN, E. Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da Agricultura Familiar. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 6, n. 12, p. 111-151, 2013.

RODRIGUES, B. A.; BITTENCOURT, J. V. M.; MACEDO, L. M. Canais de

comercialização para os alimentos orgânicos: um estudo no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 36, n. 2, p. 26441, 2019.

SIMONETTI, D.; PERONDI, M. A.; KIYOTA, N.; OLIVEIRA, J. R.; VALANDRO, K. Os processos de diversificação da agricultura familiar: uma revisão literária. **Synergismus scyentifica UTFPR**, Pato Branco, v. 6, n. 1, 2011.

SEPULCRI, O.; TRENTO, E. J. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas**. Curitiba: Instituto Emater, 2010.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar–o processo de relocalização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, 2015.

SCHNEIDER, S. **Mercados e agricultura familiar**. Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 93-140, 2016.

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Plageder, 2010.

Recebido em: 14/06/2025

Aprovado em: 25/08/2025

A DINÂMICA DA TRANSFORMAÇÃO DE FEIRAS LIVRES EM EQUIPAMENTOS DE TURISMO COMUNITÁRIO: O CASO DA FEIRINHA DA JK DE FOZ DO IGUAÇU - PR

Elisa Angela Dal Moro de Medeiros[1]
Daniel Ribeiro do Vale de Medeiros[2]
Hayrton Francis Ximenes de Andrade[3]
Amarildo Jorge da Silva[4]

Resumo:
O objetivo do artigo é abordar a implicação cultural existente entre o alimento, a comida, as feiras livres e o turismo comunitário e os desdobramentos de como essas práticas alimentares representam o patrimônio cultural de uma localidade. A construção teórica pauta-se na revisão de literatura sobre turismo, gastronomia, feiras livres e na análise documental de legislações relacionadas ao turismo. Trata-se de um estudo de caso analítico-descritivo de natureza qualitativa reflexiva. Argumenta-se que, se as Feiras Livres forem devidamente apropriadas pela população autóctone, podem orientar políticas públicas benéficas para a sociedade, estimular a economia e promover o desenvolvimento sustentável no local. Essas feiras livres, ao serem assistidas devidamente pelo poder público atuam como importantes instrumentos e equipamentos turísticos, fundamentais para fomentar o turismo comunitário. Os resultados apontam que as feiras livres representam a cultura local e regional de um povo, portanto caracteriza se como um importante equipamento para o desenvolvimento do turismo comunitário. Pode-se inferir que as feiras livres permitem a comunhão dos povos por meio do alimento, da comida e da bebida e fortalece as boas práticas de gestão do turismo comunitário.
Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Turismo e gastronomia. Política pública.

THE DYNAMICS OF TRANSFORMING STREET MARKETS INTO COMMUNITY TOURISM EQUIPMENT: THE CASE OF THE JK AVENUE MARKET IN FOZ DO IGUASSU - PR

Abstract:
The aim of this article is to discuss the cultural implications of food, open-air markets, and community tourism, as well as how these food practices represent the cultural heritage of a locality. The theoretical framework is based on a literature review on tourism, gastronomy, and open-air markets, along with a documentary analysis of tourism-related legislation. This is an analytical-descriptive case study of a reflective and qualitative nature. It is argued that, if properly appropriated by the local population, open-air markets can guide public policies that benefit

[1] Graduanda do Curso de Turismo do CCSA da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu - PR. Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade Paulista (2006). Tecnóloga em Gastronomia pela FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) São Paulo - SP (2009). Possui extensão em Gastronomia Hospitalar pelo Instituto de Educação e Ciências do Hospital Alemão Oswaldo Cruz (2010). Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas - UDC (2012). E-mail: elisa.medeiros1@unioeste.br.
[2] Graduando do Curso de Turismo do CCSA da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu - PR. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Paulista (2005). Pós-graduado em Influência Digital pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC - RS, 2021). Possui extensão em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2012) e em Marketing Turístico pelo Senac (2024). E-mail: danielribeiro1@gmail.com.
[3] Professor Assistente do CCSA da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu - PR. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catariana (UFSC). ORCID 0009-0006-8482-0445. E-mail: hayrton.andrade@unioeste.br
[4] Professor Aposentado do CCSA da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu - PR. Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Docente de Administração. Membro Externo do GEOS. E-mail: rizomapoiesi@gmail.com.

society, stimulate the economy, and promote sustainable development in the region. When adequately supported by public authorities, these markets serve as important tourism tools and facilities, essential for the promotion of community tourism. The results indicate that open-air markets reflect the local and regional culture of a people and are, therefore, an important instrument for the development of community-based tourism. It can be inferred that such markets foster social interaction through food and drink and strengthen sound management practices in community tourism.
Keywords: Open-air markets; Community tourism; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação é uma das manifestações culturais mais significativas do mundo hodierno, refletindo a identidade, a história e os valores de um povo (BELUZZO, 2004; CASCUDO, 2004). Nesse sentido, a alimentação cumpre papel fundamental na construção da identidade sociocultural e econômica de uma comunidade. A comida e a bebida mostram uma visão para além da nutrição e tem grande potencial para se tornar elemento fundamental de pertencimento e de memória afetiva (TUAN, 1983).

A gastronomia praticada nas feiras livres tem os elementos basilares para converter e transformar estes espaços em equipamentos de turismo comunitário a incentivar a geração de trabalho e renda de modo humanizado, democrático, divertido, sustentável e politicamente inclusivo. Além de ser tornar também espaços de lazer e entretenimento. Corroborando com a hipótese de que o ato de se comer e beber cumprem papéis básicos na construção e reconstrução da identidade sociocultural, ambiental e economicamente viável e sustentável. Territórios estes democráticos, humanizado e totalmente inclusivo e educativo.

Neste artigo explora-se o papel cultural e socioeconômico das feiras livres como patrimônios imateriais de uma localidade. Discute-se também como essas feiras podem promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e turismo comunitário. Toma-se como contexto e objeto de análise o caso da Feirinha da Avenida JK de Foz do Iguaçu -PR.

Os objetivos do estudo são: destacar a dimensão sociocultural intrínseca ao alimento e à comida; associar os alimentos às feiras livres, vistas como patrimônios socioculturais; mostrar como a valorização das feiras livres pode fomentar a economia local e o turismo comunitário.

Nas seções 2 e 3 indicam-se o arcabouço teórico e metodológico utilizado para produzir o artigo. Na seção 4 discute-se os achados da pesquisa bibliográfica e documental, além de analisar as normativas aplicadas ao turismo e ao turismo comunitário. Na seção 5 apresenta-se as considerações finais e finaliza-se o artigo com as referências utilizadas.

2 A IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS LIVRES E DA GASTRONOMIA NA CRIAÇÃO DE TOPOFILIA COMUNITÁRIA

Nesta seção discute-se as implicações das feiras livres e da gastronomia no desenvolvimento do turismo comunitário e no desenvolvimento local e regional. As implicações relacionam-se com a proposta de Bohm (2009) sobre a ordem implicada e a ordem explicada. Esta díade tem o potencial para converter saberes tácitos (conhecimentos procedurais e práticos) da comunidade autóctone em saberes coletivos explícitos enriquecendo a relação de todas as

formas de saber. Pode-se afirmar que a díade corrobora no sentido de permitir aos homines o devir de tornar-se sábios e sapientes.

Sustenta os autores deste artigo que as feiras livres e a gastronomia desempenham um papel central na construção de laços afetivos entre as pessoas e os espaços onde vivem, fenômeno que é frequentemente descrito como *topofilia* comunitária, ou "**amor ao lugar**" (VIOLANTE; DASILVA, 2009). Esses elementos culturais não apenas promovem o senso de pertencimento, mas também fortalecem as relações comunitárias, contribuindo para a coesão social e para a valorização dos territórios (DELEUZE; GUATTARI, 2001).

Para eles, a gastronomia, na condição de expressão da cultura e da história, tem a capacidade única de narrar e preservar tradições por meio dos sabores e dos saberes (BELUZZO, 2004). O ato de compartilhar uma refeição, seja ela um prato típico vendido em uma feira ou preparado com ingredientes locais, promove conexões afetivas e experiências coletivas que transcendem diferenças individuais (TUAN, 1980, 1983). A culinária local não apenas expressa a riqueza de um lugar, mas também conecta os indivíduos a ele de maneira emocional e sensorial (CASCUDO, 2004).

Ao unir esses três elementos - feiras livres, gastronomia e turismo - emerge um cenário no qual os moradores e os visitantes se sentem mais ligados ao espaço e à comunidade. Essa conexão estimula o orgulho local, fortalece a economia regional e promove práticas sustentáveis, como o consumo de produtos frescos e sazonais. Além disso, contribui para uma urbanidade mais humanizada e solidária, acolhedora e inclusiva, resgatando valores que muitas vezes se perdem no ritmo acelerado das cidades modernas. Naturalmente as implicações dessa tríade corrobora de modo significativo para o turismo comunitário (CASTELLS,1999; TUAN, 1980).

2.1 FEIRAS LIVRES COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Autores como Beluzzo (2004), Cascudo (2004) e Carvalho (2011) expressam que as feiras livres são mais que espaços de comercialização; são ambientes que traduzem a cultura, a gastronomia e as práticas sociais de um povo. Representam um patrimônio imaterial que reforça a identidade local e fortalece laços comunitários, em outras palavras sua topofilia (TUAN, 1983).

A topofilia é uma palavra nova e funcional quando definida de modo dinâmico, inclui todos as conexões emocionais do indivíduo com o ambiente material em que está inserido (TUAN 1980). Para cada nova experiência da pessoa com um ambiente diferente, as características deste ambiente são percebidas sob nova perspectiva, o que leva o sujeito a traduzir essas interpretações de forma diferente dependendo do momento e do lugar, criando assim uma experiencia lúdica e única (TUAN 1983).

A experiencia é a ação do indivíduo, sua percepção de mundo em relação ao meio social em que está inserido (CASTELLS,1999). Os autores precedentes indicam que a interpretação do ambiente vivido pelo indivíduo é influenciada pelo espaço e pelo tempo. Assim, a percepção pessoal também pode ser influenciada pelos costumes, paisagens e tradições do ambiente em que o indivíduo está inserido.

Para Crippa (1975, p. 128-129):

> A localização do espaço é vital. Nada pode o homem entender, nem realizar, sem sentir-se localizado. Fora do espaço tudo se dilui em distâncias imperceptíveis e todas as significações perdem-se num além indeterminável. O espaço exerce uma função insubstituível no estabelecimento das categorias com as quais nos entendemos e com as quais tentamos compreender as demais realidades. Tudo se sustenta e se relaciona nos limites de um espaço determinado. Não importa, para validar esta afirmação, se o espaço mensurável é uma condição da própria realidade ou um dimensionamento inteligível e sensível da realidade externa [...] As realidades como que assentam num "hic", num "illic", num "ubi" permanente. A consistência dessa localização garante a ordenação das coisas dentro de um mundo estável e inteligível.

Neste trecho nota-se que o conceito de localização no tempo e no espaço é capital para que o ser humano se sinta pertencente a um determinado lugar e a uma determinada comunidade. As representações especificas de cada cultura traz subjacente significado para cada indivíduo, como espaço geográfico, tradições e seus lugares sagrados (VIOLANTE; DASILVA, 2009; MATURANA, 1997, 1998).

A identidade provém do pertencimento e quando o indivíduo se encontra inserido em uma determinada comunidade, empenha-se individual e coletivamente para que ela se desenvolva, visando alcançar a justiça social, fazendo com que os indivíduos se tornem mais indagadores e reflexivos (MATURANA, 1997). Esse processo representa o ato de educar e se auto educar por excelência.

Nesta pegada, Arruda (2009, p. 132-134) argumenta que "educar a intuição [ecologia profunda] é um dos desafios centrais da educação da práxis". O autor expressa que "na esfera das relações interpessoais, o sentimento, mais que a razão, é o atributo mais bem posicionado para analisar [e compreender] a validade de uma intuição". Ainda sobre o ato de educar, para o autor em tela, "quando a vontade é inspirada pelo egoísmo, individual ou coletivo, ela tende a decisões voltadas para a competição, a adversidade e a guerra. A vontade solidária nos permite superar os instintos que fazem parte da nossa natureza animal, e fazer-nos um caminho de consciência e intencionalidade. Através dela é possível nos educarmos, quebrarmos as gaiolas em que amarras instintivas, atávicas ou culturais nos aprisionam e irmos sempre mais além de nós mesmos" (ARRUDA, 2009, p. 136). Arruda (2009) acrescenta que o mundo animal é um mundo emocional, e o ser humano é o animal emocional por excelência. Sobre o emocionar Maturana (1997, p. 193-195) expressa que os seres humanos criam sistemas sociais. Literalmente aponta que:

> Um ser humano não é um indivíduo senão no contexto de sistemas sociais onde ele se integra, e sem seres humanos individuais não haveria fenômenos sociais humanos. Nós, seres humanos, somos seres sociais: vivemos nosso ser cotidiano em contínua imbricação com o ser de outros. Ao mesmo tempo nós, seres humanos, somos indivíduos: vivemos nosso ser cotidiano como um contínuo devir de experiências individuais intransferíveis.

Pode-se inferir e afirmar que qualquer que seja a forma de aprendizagem num sistema social (comunidade humana e de prática) o indivíduo caracteriza-se como o ponto de partida e o elo dinamizador do processo de aprendizado e de melhoria contínua.

O desafio básico da educação que leva em conta a Práxis é educar o sentimento e a emoção. Maturana (1997, p. 170-171) ao expor sobre a relação **razão-sentimento** e **emoção** define com propriedade que emoção é a disposição corporal que especifica "a cada instante o domínio de ações em que se encontra um animal (humano ou não), e o emocionar, como o fluir de uma emoção a outra, é o fluir de um domínio de ações a outro". Educação da práxis, segundo Arruda (2009), é a maneira mais precisa e completa de referir-se à educação que emancipa e liberta o ser humano. A síntese da Filosofia da Práxis, conforme Antônio Gramsci, é "o desenvolvimento dialético das contradições entre o ser humano e a matéria".

Morin (2002a) expressa com propriedade que o amor é complexo. Pode-se dizer que o modo de governabilidade nas Feiras Livres é uma forma de educação amorosa e de economia solidária. Assim, a epistemologia sistêmica e da complexidade, permeiam a construção teórica, metodológica e empírica deste artigo sobre a dinâmica da transformação de Feiras Livres em equipamentos de Turismo Comunitário no processo de conversão do Conhecimento Tácito (procedural, prático) em Conhecimento Coletivo Explícito (elaborado, científico, filosófico, consensual, mitológico, espiritual etc.).

A noção Freireana de vocação ontológica e histórica de **ser mais** do ser humano e a convicção de que todo o saber já acumulado é insignificante em relação aos saberes desconhecidos do mundo e de si próprio, haja vista que ambos estão em contínuo processo de mutação, serviram de âncoras para o desenvolvimento e a produção deste artigo sobre gastronomia, turismo, turismo comunitário e topofilia comunitária (pertencimento e identidade). Identidade é o produto de um trabalho de constante renovação social, política e dos fatores ambientais, que levam em consideração a movimentação dos agentes sociais (MATURANA, 1998).

A identidade não é algo permanente, mas um modo relacional do convívio social, a identidade é sistêmica e está relacionada com o ser, à medida que a dinâmica do sistema envolvido sofre alterações, a identidade do sujeito também se altera (MATURANA; REZEPKA, 2003).

Sabe-se que na diáspora natural somos seres evolutivos, portanto, somos **seres educativos,** por excelência seres de linguagem. Maturana (1997) expõe que o humano somente existe na linguagem, e que o ser humano se torna um indivíduo no contexto de sistemas sociais. Sobre valores e crenças que permeiam estes sistemas, a abordagem autopoiética de Maturana (1997, p. 42-43, grifo do autor) pode facilitar o entendimento dessas questões.

Maturana (1997, p. 43) explica que "o ponto é que se é indivíduo na medida em que se é social, e o social surge na medida em que seus componentes são indivíduos". A teoria da auto-organização tem como pressuposto fundamental de que a vida renova a si própria. Quando isto deixa de ocorrer, conforme Maturana (1998), o ser vivo morre.

Pode se argumentar que em cidades multiculturais como Foz do Iguaçu - PR, em que diferentes etnias e nacionalidades coexistem, a gastronomia evidencia a diversidade de sua comunidade e fortalece laços sociais e identitários. Por meio da pesquisa documental pôde-se constatar que "A Feira das Nações da Avenida JK de Foz do Iguaçu – PR" se destaca como um espaço de intercâmbio cultural, cuja culinária tradicional se mantém viva por meio da prática comunitária e da transmissão de saberes e sabores alimentares. A transmissão destes saberes se dá por meio do conhecimento consensual.

No contexto do Turismo Comunitário, a Feira da Nações da Avenida Juscelino Kubistchek de Foz do Iguaçu - PR (Lei Municipal nº 3.427/2008), vulgarmente conhecida como Feirinha da Avenida JK, representa um modelo dinâmico de atividade turística, que valoriza a participação ativa da comunidade. Além de servir a comunidade autóctone também serve a toda Região Transfronteiriça do Iguaçu como importante equipamento turístico situado no principal corredor da comunidade de Foz do Iguaçu – PR.

A recente regulamentação do Turismo Comunitário em Foz do Iguaçu - PR, por meio da Lei Nº 5.405/2024, surge como oportunidade para fortalecer iniciativas comunitárias e impulsionar pequenos empreendedores do setor gastronômico. O turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista (SAMPAIO, 2005).

Considerando este contexto e sua regulamentação o artigo propõe analisar como as políticas públicas municipais podem contribuir para a valorização econômica e sociocultural e o desenvolvimento sustentável da Feirinha da JK. Indica-se também conceitos como *comfort food*[5], memória afetiva e políticas públicas voltadas ao turismo comunitário.

O Quadro 1 indica as principais Feiras Livres do Brasil, algumas já tombadas como patrimônio histórico e cultural e outras encontram-se em processo de tombamento. Significa que essas feiras são potenciais equipamentos e atrativos turísticos, trazendo recursos econômicos para a localidade, trocas culturais, inclusão social, envolvimento social e político, desenhando um panorama propício e agradável para a implantação das políticas de Turismo Comunitário.

[5] *Comfort food*. alimentos valorizados por associações culturais ou nostálgicas em detrimento da adequação nutricional.

Quadro 1 – Principais Feiras Culturais Populares do Brasil por Capitais

Nome da Feira	Cidade (Capital)	Origem / Histórico	Tipos de Atividades	Destaques
Feira de São Cristóvão (Centro Luiz Gonzaga)	Rio de Janeiro – RJ	Década de 1940; migrantes nordestinos se reuniam para confraternizar	Música ao vivo, gastronomia nordestina, artesanato	Cultura nordestina, forró, cordel, comidas típicas
Feira Hippie de Ipanema	Rio de Janeiro – RJ	Desde 1968, iniciativa de artistas plásticos	Artes, pintura, moda alternativa, artesanato	Exposição de arte a céu aberto aos domingos
Feira da Liberdade	São Paulo – SP	Iniciada na década de 1970 por imigrantes japoneses	Gastronomia oriental, artesanato, eventos culturais	Cultura japonesa, chinesa e coreana
Feira do Ver-o-Peso	Belém – PA	Fundada em 1625 como entreposto colonial	Comércio de peixes, frutas, ervas, produtos amazônicos	Patrimônio histórico, produtos da floresta, cheiro do tucupi
Feira da Torre de TV	Brasília – DF	Desde 1979, organizada por artesãos locais	Artesanato, roupas, objetos decorativos, gastronomia	Diversidade cultural brasileira em um só lugar
Feira do Largo da Ordem	Curitiba – PR	Anos 1970, em frente à Igreja do Rosário	Antiguidades, artesanato, gastronomia local e música	Atração turística no centro histórico
Feirinha de Tambaú	João Pessoa – PB	Consolidada nos anos 1990 na orla da cidade	Artesanato, roupas, comidas típicas, apresentações culturais	Produtos regionais e ambiente à beira-mar
Feira da Praça da República	São Paulo – SP	Desde 1956, iniciada por artistas plásticos	Pinturas, esculturas, comida de rua, artesanato	Referência cultural e artística paulistana
Feira do Guará	Brasília – DF	Criada em 1983 como espaço comunitário	Alimentos, eletrônicos, moda, cultura popular	Ponto tradicional da periferia do DF
Feira de Arte e Cultura da Praça da Estação	Belo Horizonte – MG	Realizada esporadicamente desde 2000	Música, arte urbana, cultura periférica	Ocupação cultural do espaço público
Feira de Artesanato da Praça do Carmo	Recife – PE	Parte das festas tradicionais locais	Artesanato regional, música, literatura de cordel	Referência cultural no bairro de Olinda
Feira do Acarajé e do Artesanato	Salvador – BA	Inspirada nas tradições afro-baianas	Acarajé, roupas, religiões de matriz africana, música	Cultura afro, axé, samba-reggae

Fonte: IPHAN, 2024; MENDES, 2021; SANTOS, 2020; PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2024; BRASIL DE FATO RJ, 2023; MULTIRIO, 2024.

2.1.1 *Caracterização da cidade de Foz do Iguaçu - PR e de suas Feiras Livres*

O município de Foz do Iguaçu encontra-se no bioma Mata Atlântica, situado na região oeste do estado do Paraná, delimitado pelo rio Iguaçu, rio Paraná e pelo Lago de Itaipu. O município faz parte da região Transfronteiriça do Iguaçu que une Brasil, Paraguai e Argentina. Durante a década de 1970, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o município perdeu uma significativa

porção de suas terras devido ao represamento das águas e à criação do Lago de Itaipu.

Antes desse evento, Foz do Iguaçu era considerado um dos maiores municípios em extensão territorial do estado do Paraná. De acordo com Paiva (2014, p. 22-23), em um estudo sobre o plano de desenvolvimento econômico local, o município possuía cerca de 30 mil habitantes na época, abrangia uma área correspondente a 15% do território do Paraná. Após a construção da usina, tornou-se um dos menores municípios em extensão com aproximadamente 618,352 km². Atualmente, segundo o censo populacional de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Foz do Iguaçu - PR conta com 256.088 habitantes, enfrentando um expressivo aumento populacional.

A Feira Livre das Nações foi oficializada por meio da Lei n° 3.427, sancionada em 28 de fevereiro de 2008. Essa legislação consolidou a união entre a feira de agricultores e a Feira do Antiquarium, além de instituir normas que atualmente são aplicadas às demais feiras livres da cidade. A regulamentação estabelece a venda direta de produtos comuns e o comércio de produtos artesanais por moradores do município, proibindo, de forma definitiva, a comercialização de itens provenientes de fontes informais.

Nota-se que devido à ausência de fiscalização eficaz, é possível observar a presença de produtos informais comercializados nestas feiras. Além disso, a lei organiza aspectos como a disposição física dos espaços, a higienização das barracas e a gestão de resíduos, prevendo penalidades, como multas e até o cancelamento de matrículas, em casos de descumprimento das normas.

A responsabilidade pela fiscalização dos produtos e dos espaços de venda, bem como pela emissão dos documentos necessários para o comércio de determinados itens, é da Secretaria da Fazenda. Salienta-se que a feira livre de Foz do Iguaçu - PR apresenta um caráter aberto e diversificado, comercializando uma ampla variedade de produtos, o que não é comum a todas as feiras livres.

Embora as feiras livres tenham começado a ser realizadas em Foz do Iguaçu - PR apenas a partir de 1986, existem registros de eventos de feira anteriores, como a Feira de Artesanato e Alimentos (FARTAL), realizada até os dias de hoje anualmente. A primeira edição deste evento aconteceu em 1977, fruto de uma colaboração com o poder público do município de Foz do Iguaçu - PR (BRASIL, PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2017).

Conforme o regulamento da Feira Livre das Nações, Arte, Artesanato, Antiguidades e Alimentos de 2016, a Fundação Cultural tem como função promover o empreendedorismo e valorizar a cultura local. Entre suas atribuições estão o incentivo à compra, venda e troca de antiguidades; artigos colecionáveis e semelhantes; peças produzidas por pequenas empresas, associações e entidades; geração de renda para artesãos, artistas e microempresários; e a implementação de espaços culturais que contribuam para a animação e dinamização dos locais.

Além disso, o regulamento estipula que a administração da feira deve convocar reuniões sempre que necessário, organizar apresentações artísticas, realizar inspeções nos produtos a serem expostos e elaborar relatórios mensais das atividades realizadas características fundamentais do turismo comunitário.

De acordo com informações disponíveis na página oficial da Secretaria de Turismo de Foz do Iguaçu - PR, as feiras de caráter cultural realizadas na cidade são descritas no Quadro 2.

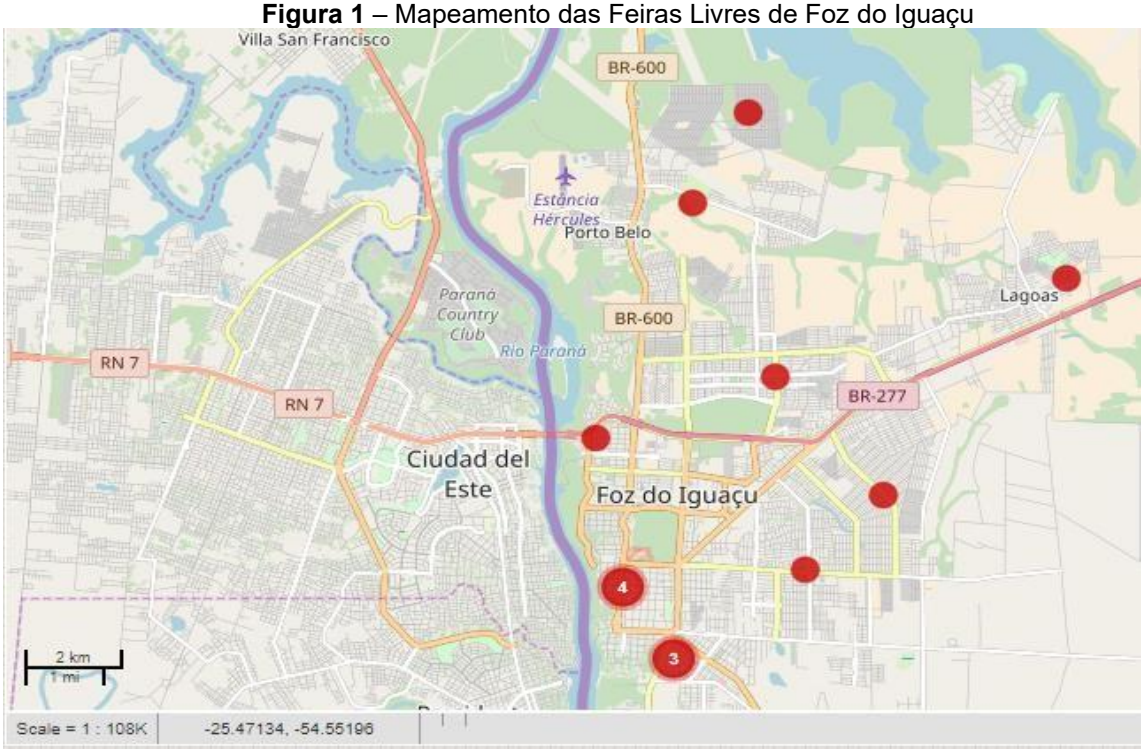
Quadro 2 – Outras Feiras e Mercados de Caráter Cultural em Foz do Iguaçu, segundo dados da Secretária de Turismo de Foz do Iguaçu - PR

FEIRA	HISTÓRICO
Feira Iguaçu	Originalmente situada à rua Engenheiro Rebouças, a Feira Iguaçu existe desde 1992 e até o ano de 2005 permaneceu no mesmo local, quando então se mudou para a avenida Brasil. Atualmente tem funcionado no antigo endereço. Conta com boxes que comercializam diversos produtos como roupas, calçados, brinquedos, artesanatos, bijuterias, além de produtos típicos e lembranças da região.
Feira do Peixe Vivo	A feira acontece tradicionalmente na Semana Santa, época em que o consumo de peixe aumenta em razão dos costumes católicos. É realizada no estacionamento do Mercado Público Barrageiro, antiga Cobal da Vila A de Itaipu. Os piscicultores têm a oportunidade de fazer a venda direta do produto para o consumidor e a população têm a possibilidade de adquirir produtos frescos e de qualidade com origem comprovada. Participam da feira aproximadamente vinte produtores rurais incluindo os piscicultores, que oferecem espécies como pacu, tambacu, carpa, tilápia, entre outros.
Feira da Agricultura Familiar	Organizada pela Associação dos Produtores Familiares de Foz do Iguaçu (APROFFOZ), funciona de terça a quinta no Centro de Comercialização da Agricultura Familiar ao lado do Centro Municipal de Turismo. Na feira são comercializados frutas, verduras, legumes, geleias, compotas, cachaças, pães, bolachas caseiras, diversos tipos de produtos *in natura* e transformados, produzidos pela agricultura familiar de forma convencional, e ainda produtos orgânicos e artesanatos.
Feira Antiquarium	Feira de artesanato, antiguidades, objetos de colecionadores, gastronomia, troca, compra e venda de produtos diversos. A feira é realizada na terceira pista da avenida Juscelino Kubitschek, aos domingos, das 8h às 13h, e reúne artesãos, artistas, músicos, além dos feirantes que expõem diversos produtos como verduras, mudas de plantas e produtos caseiros (pães, queijos, salames, conservas, mel, entre outros).
Feira de Sabores Coloniais	A Feira de Sabores é uma promoção conjunta da Prefeitura de Foz do Iguaçu - PR, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Instituto Emater, Sindicato Rural e Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária (COOAFAS). Com aproximadamente seiscentos produtos trazidos diretamente da agroindústria de toda região, o evento reúne mais de quarenta produtores de Foz, São Miguel, Missal, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Prudentópolis, além de ONGs e entidades assistenciais na parte gastronômica. Entre a variedade de produtos e sabores são oferecidos, ainda, panificados, queijos, embutidos, defumados, mel e derivados, licores e sucos, frutas desidratadas, frutas cristalizadas, derivados da cana e outros.

Fonte: Extraído de http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=1230

Na sequência apresenta-se o mapeamento das Feiras Livres, conforme Figura 1.

Figura 1 – Mapeamento das Feiras Livres de Foz do Iguaçu



Fonte: Extraído de https://feiraslivresdefozdoiguacu.crowdmap.com.

A formalização das feiras livres no município de Foz do Iguaçu foi regulamentada pela Lei nº 3.427/2008, que define os órgãos responsáveis pela fiscalização e gestão dessas feiras. A Fundação Cultural é encarregada de realizar o cadastro e a administração, enquanto a Secretaria da Fazenda assume a tarefa de fiscalizar.

Esta última também emite os documentos necessários para que feirantes e ambulantes possam comercializar em pontos de feira, exigindo deles uma declaração assinada detalhando os produtos a serem vendidos, além de um termo de compromisso relacionado à legislação de exploração do trabalho infantil. Para participar das feiras, os feirantes precisam apresentar o Documento Único de Cadastro (DUC) e o Cadastro Municipal de Contribuinte (CMC), conforme descrito no Decreto nº 22.831, de 17 de janeiro de 2014 (FOZ DO IGUAÇU, 2014).

Desde 1997, o Serviço de Inspeção Municipal de Alimentos e Produtos de Origem Animal (SIMA-POA), vinculado à Secretaria de Agricultura, realiza inspeções sanitárias e industriais de produtos de origem animal. Segundo o responsável Thérbio Moreira, melhorar a interpretação das leis aplicáveis aos agricultores poderia reduzir a burocracia e beneficiar as feiras livres, permitindo maior integração dos produtores rurais.

Embora a Secretaria do Meio Ambiente não seja citada diretamente na lei, ela desempenha um papel relevante ao executar políticas ambientais que incluem ações voltadas para a limpeza urbana, o combate à poluição e a preservação de áreas verdes, segundo diretrizes do plano diretor.

De modo geral, a organização das feiras livres em Foz do Iguaçu - PR envolve colaboração entre secretarias municipais, como a Secretaria da Fazenda, do Meio Ambiente, da Agricultura e Abastecimento, e da Fundação

Cultural. Cada uma possui funções específicas relacionadas à prestação de serviços, planejamento e fiscalização, conforme previsto na legislação.

2.2 IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

A apropriação das feiras livres pela comunidade autóctone possibilita:

a) **políticas públicas:** apoiar a gestão de espaços urbanos e projetos que valorizem a cultura local;
b) **economia:** criar oportunidades de trabalho e geração de renda;
c) **desenvolvimento local:** promover a inclusão social e econômica da população.

Pode-se inferir que as políticas públicas do turismo comunitário em Foz do Iguaçu-PR já existem (Lei Municipal nº 3.427/2008; Lei Municipal nº 5.405/2024), resta a sua implementação. Salienta-se que, para que isso ocorra, deve haver a participação ativa e efetiva da comunidade envolvida.

As feiras livres são importantes equipamentos turísticos de geração de trabalho, renda e lazer. Nesse sentido, pode-se afirmar que o turismo comunitário, as feiras livres e a gastronomia corroboram para o empoderamento social melhorando a vida de qualidade de todos os participantes intrínsecos e extrínsecos.

A participação e envolvimento efetivo da comunidade valoriza a inclusão do indivíduo na coletividade, trazendo enriquecimento social, econômico, cultural, educacional, sustentável e conforto dos partícipes.

2.3 TURISMO COMUNITÁRIO E FEIRAS LIVRES

Segundo Professor Sampaio (2008, p. 05), “o turismo comunitário oportuniza que visitantes conscientes - estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes - tomem contato com temas relacionados à preservação da natureza (sistemas ecológicos) e, ao mesmo tempo, a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais)”.

As feiras livres podem ser incorporadas como atrativos turísticos, ampliando o alcance do turismo comunitário. Por meio delas, visitantes podem imergir na cultura local, experimentar a culinária e entender a história da localidade.

As feiras livres, por sua natureza vibrante e acessível, são centros de convivência em que diferentes gerações, culturas e histórias se encontram. Mais do que simples espaços comerciais, elas servem como plataformas de interação social, fomentando a troca de experiências, saberes e tradições. O contato direto entre produtores, consumidores e turistas cria um senso de confiança e autenticidade, valorizando os alimentos locais e reforçando a identidade cultural da região. Esta comunhão dos partícipes cria naturalmente a topofilia comunitária de gostar e amar a Feirinha da JK (TUAN, 1980, 1983).

O quadro 3 indica a evolução do Turismo Comunitário no Brasil, um recorte de vários autores especificados no quadro.

Ano de Surgimento	Termo	Obra-Chave Autor	Contexto de Surgimento	Evolução Recente	Situação Atual	Autores Críticos Observações
1987	Turismo Sustentável	KRIPPENDORF, Jost (1987); OMT (2005)	Crítica ao turismo de massa e busca por uma abordagem ambientalmente responsável	Fortalecimento com Agenda 21, Rio+20, ODS; institucionalização pela OMT	Consolidado e amplamente aceito, mas com riscos de *greenwashing*	BUTLER (1999) alerta para o uso superficial da sustentabilidade no turismo de massa
2001	Turismo de Base Comunitária (TBC)	WEARING, Stephen (2001); ZAMPIERI, Patricia (2017)	Alternativa ao turismo convencional com foco em comunidades e protagonismo local	Ganhou corpo em políticas públicas, mas com institucionalização limitada no Brasil	Valorizado, mas sob cooptação e descaracterização conceitual	ZAPATA et al. (2011) discutem a fragilidade de experiências TBC mal estruturadas
2010	Sensibilização Turística	BRITO, Vivian Aparecida; DIAS, Rayan Alves (2022)	Ações educativas no contexto de extensão universitária e valorização cultural	Reforço em políticas públicas municipais com a Lei nº 5.405/2024 e projetos locais	Em alta, especialmente nas ações de base escolar e mapeamentos locais	FALCÃO & SILVA (2018) apontam a baixa solidez nos projetos
2014	Empoderamento Comunitário	SCHEYVENS, Regina (2010); LIMA & CASTRO (2016)	Importado de teorias sociais e feministas, voltado à autonomia e voz ativa das comunidades	Ligado ao TBC e às práticas de gestão participativa e emancipatória	Termo em alta, mas ainda pouco sistematizado	BATLIWALA (2007) aponta que o empoderamento é muitas vezes simbólico
2016	Turismo como Direito Constitucional	BRASIL. Constituição Federal de 1988	Reconhecimento jurídico do turismo como direito social no ordenamento interno nacional	Importante marco jurídico para mobilizações sociais e formulação de políticas públicas	Importante marco normativo para reivindicações sociais e elaboração de políticas públicas	GÂNDARA (2008) aponta fragilidades no uso político do direito ao turismo

Quadro 3 - Evolução do Turismo Comunitário no Brasil

Fonte: Pesquisa hipertexto

2.4 LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

O dispositivo Constitucional que trata sobre turismo é o Art.180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido observa-se na práxis de feiras livres, a caracterização dos elementos basilares para o desenvolvimento do Turismo Comunitário e da Gastronomia na região Transfronteiriça do Iguaçu.

A Lei Geral do Turismo que o define, Lei nº 11.771/2008, traz em seu artigo 5º e incisos II, VI, VII e IX, a Política Nacional de Turismo, voltadas a temática em tela. Os incisos mencionados foram alterados pela Lei nº 14.978/2024, na sequência apresentam-se os incisos alterados,

> a) II - contribuir para a redução das disparidades sociais e econômicas de ordem regional e promover a inclusão social por meio do crescimento da oferta de trabalho e da melhor distribuição de renda; (Redação dada pela Lei nº 14.978, de 2024);

> b) VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, para estimular os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a planejar, ordenar e monitorar, em seus territórios, as atividades turísticas, de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a participação das comunidades beneficiadas pela atividade econômica; (Redação dada pela Lei nº 14.978, de 2024);
> c) VII - estimular a implantação de empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, de entretenimento e de lazer e a implantação de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nessas localidades; (Redação dada pela Lei nº 14.978, de 2024);
> d) IX - estimular a participação e o envolvimento das comunidades e populações tradicionais no desenvolvimento sustentável da atividade turística, para promover a melhoria de sua qualidade de vida e a preservação de sua identidade cultural; (Redação dada pela Lei nº 14.978, de 2024).

Corrobora na mesma direção a legislação Estadual, Lei nº 15.973/2008, que estabelece a Política Estadual para o Turismo Regional, e que também define, altera, e aprova a regionalização turística e estabelece critérios para definir as regiões turísticas do estado.

A legislação local que versa sobre Turismo Comunitário é recente (Lei Municipal 5.404/2024), e regulamenta as políticas públicas voltadas a esse segmento turístico. Essa lei define o Turismo Comunitário em Foz do Iguaçu - PR como:

> I - turismo comunitário: aquele que incorpora valores do bem viver, do bem comum, da economia solidária e do comércio justo, orientando um processo sustentável de organização do turismo no âmbito dos territórios de povos e comunidades tradicionais do campo, da cidade, da floresta, das águas e no âmbito do município como um todo [sic], em consonância com o desenvolvimento em escala local e regional, de modo a promover a participação dos munícipes na cadeia produtiva do turismo, por meio da valorização cultural, conservação ambiental e geração de emprego, renda e inclusão social.

Acredita-se que a partir dessa definição começa o entendimento e o planejamento de ações em prol do Turismo Comunitário. O que se propõe é: como existem alguns equipamentos turísticos (Feirinha da JK) no município de Foz do Iguaçu - PR que podem servir para fomentar o turismo comunitário local, deveriam os governantes locais e a comunidade implementarem aquilo que já existe e que muitas vezes não são nem observadas e nem valorizadas como potencial de desenvolvimento econômico sociocultural na criação de trabalho, renda e espaço de lazer e entretenimento comunitário.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para produção do artigo utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica de textos acadêmicos e publicações sobre alimentos, feiras livres e turismo comunitário; análise documental estudando as seguintes normativas:

a) Artigo 180 da Constituição Federal (CF);
b) Lei Federal nº 11.771/2008: Política Nacional de Turismo;
c) Lei Federal nº 14.978/2024: Regulamentação de turismo comunitário;

d) Leis estaduais sobre feiras livres e turismo;
e) Lei Municipal nº 5.405/2024 e Lei Municipal nº 3.427/2008 de Foz do Iguaçu.
f) Decreto Municipal nº 16.786/2005: Regulamentação das feiras livres em Foz do Iguaçu.

Reafirma-se que se trata de um estudo de caso com abordagem qualitativa reflexiva (TRIVINÕS, 1987; YIN, 2001), ancorando a sua produção na revisão de literatura e na análise documental para compreender a relação entre gastronomia, identidade cultural e Turismo Comunitário na Feira das Nações da Avenida da JK de Foz do Iguaçu - PR. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas:

a) revisão bibliográfica: gastronomia e identidade cultural; exploração da alimentação como marcador identitário e elemento de pertencimento; *comfort food* e memória afetiva; análise do papel dos alimentos na construção da memória e das emoções coletivas; turismo comunitário e feiras gastronômicas, estudo sobre a importância das feiras na preservação das tradições e na geração de renda; políticas públicas para o turismo comunitário, investigação sobre a Lei Nº 5.405/2024 e seus reflexos na Feirinha da JK.
b) Análise documental, examinando relatórios institucionais, legislações e diretrizes governamentais para avaliar o impacto da regulamentação sobre iniciativas comunitárias.

Utilizou-se do método de análise de conteúdo e de análise fenomenológica (MERLEAU-PONTY, 1999; VAN MANEN, 1990) para interpretar os dados e as informações organizando as seguintes temáticas:

a) gastronomia como expressão cultural e memória afetiva;
b) feiras gastronômicas e Turismo Comunitário;
c) desafios e oportunidades da Lei nº 5.405/2024 para a Feira das Nações da Avenida JK de Foz do Iguaçu - PR.

Infere-se que essa abordagem metodológica permite conectar teoria e prática, evidenciando o papel da gastronomia na estruturação da identidade local e no fortalecimento do turismo comunitário.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados da análise bibliográfica e documental demonstram que feiras gastronômicas comunitárias exercem um papel essencial na preservação da identidade cultural e no fortalecimento do Turismo Comunitário. Na Feira da Avenida JK de Foz do Iguaçu - PR, a presença de pratos típicos preparados por moradores reforça o conceito de *comfort food*, conectando passado e presente e fortalecendo laços sociais (topofilia comunitária). Além disso, verifica-se que a gastronomia não mantém apenas tradições, mas também impulsiona a economia local ao gerar oportunidades para pequenos empreendedores da comunidade implicados com comercialização de produtos e serviços ligados a gastronomia.

A pesquisa aponta que, embora a referida feira já desempenhe um papel relevante na economia e na cultura local, sua consolidação como referência em turismo comunitário enfrenta desafios estruturais. Entre os principais entraves identificados estão a falta de infraestrutura adequada, a necessidade de capacitação dos feirantes e a dificuldade no acesso a incentivos financeiros.

A Lei Nº 5.405/2024 representa um avanço importante, porque estabelece diretrizes para a valorização da cultura alimentar e do turismo comunitário, prevendo incentivos fiscais, acesso a crédito e melhorias estruturais. No entanto, os documentos analisados indicam que sua implementação ainda encontra barreiras burocráticas e falta de divulgação. Para que seus benefícios sejam efetivos, é necessário um esforço conjunto entre poder público, feirantes e instituições parceiras para facilitar o acesso aos recursos e estruturar estratégias de profissionalização dos empreendedores da Feirinha da JK e outras feiras locais e regionais.

Diante desses achados, este estudo recomenda ações como fortalecimento de parcerias institucionais, digitalização dos negócios locais, maior divulgação da Feira das Nações da Avenida JK de Foz do Iguaçu - PR e simplificação do acesso a crédito para pequenos empreendedores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo reafirmou que a alimentação é um elemento essencial da identidade cultural e do patrimônio imaterial das comunidades. A Feirinha da JK exemplifica como a gastronomia pode ser um elo entre tradição e inovação, conectando moradores e visitantes por meio da experiência alimentar.

Infere-se que as feiras livres e a gastronomia não são apenas componentes da vida cotidiana, mas sim catalisadores de uma relação profunda e emocional com o lugar que chamamos de lar. Elas fortalecem os vínculos comunitários, celebram a diversidade e garantem que cada pessoa tenha a oportunidade de viver e amar os espaços que habitam.

A regulamentação do turismo comunitário em Foz do Iguaçu, por meio da Lei nº 5.405/2024, representa um passo importante para fortalecer iniciativas como a Feirinha da JK, mas desafios ainda precisam ser superados. A ampliação do acesso ao crédito, a capacitação dos feirantes e a melhoria da infraestrutura são aspectos fundamentais para consolidar esse espaço como um modelo sustentável de turismo comunitário.

Ao promover o turismo comunitário como estratégia de desenvolvimento, Foz do Iguaçu - PR pode consolidar a Feirinha da JK como um exemplo de valorização sociocultural e de inclusão social, bem como de desenvolvimento econômico e ambiental. Comer na Feirinha da JK não é apenas uma experiência gastronômica, mas um ato de pertencimento e celebração da identidade local.

Pode-se inferir que as feiras livres são patrimônios culturais essenciais para o fortalecimento de uma identidade local. Ao promover seu reconhecimento e valorização, é possível implementar políticas públicas eficazes, estimular o turismo comunitário e fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS

BELUZZO, R. A. Valorização da Cozinha Regional. In: **1º Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar**, Brasília - DF. Coletânea de palestras. Brasília, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Art. 180. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso 15 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

BRASIL. **Lei nº 14.978**, de 5 de julho de 2024. Regulamenta o turismo comunitário.

BRASIL. **Lei nº 5.405**, de 2 de maio de 2024. Diário Oficial da União, 2024.

BRASIL. **Ministério do Turismo.** Turismo comunitário e inclusão econômica. Brasília, 2022.

BRASIL DE FATO RJ. **Saiba mais sobre a Feira de São Cristóvão, principal reduto da cultura nordestina no Rio.** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.brasildefatorj.com.br. Acesso em: 15 abr. 2025.

BOHM, D. **A totalidade e a ordem implicada.** Tradução Mauro de Campos Silva. Revisão Técnica: Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2009.

CARVALHO, M. C.; LUZ, M. T. Simbolismo sobre "natural" na alimentação. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 16, n. 1, pp. 147-154, 2011.

CASCUDO, L.C. **História da Alimentação no Brasil.** São Paulo: Global, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRIPPA, Adolpho. **Mito e Cultura.** São Paulo: Convívio, 1975.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

FISCHLER, Claude. **O (h)omnívoro:** o gosto, a cozinha e o corpo. São Paulo: Edusp, 1998.

FOZ DO IGUAÇU. **Decreto Municipal nº 16.786/2005**.

FOZ DO IGUAÇU. **Decreto nº 22.831, de 17 de janeiro de 2014**.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Municipal nº 3.427/2008**.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Municipal nº 5.405/2024**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo de 2010.** Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=0, Acesso em: 25 de abril de 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio imaterial das feiras populares brasileiras.** Brasília: IPHAN, 2024. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2025.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** 2. ed. São Paulo: Martins Fonte, 1999.

MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima Nisis de. **Formação humana e capacitação.** Human development and training. Petrópolis, RJ: Vozes, 4 ed; 2003.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MATURANA, H. Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. In: MATURANA, R. Humberto. **A ontologia da realidade.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MENDES, Jéssica Aparecida. Feiras livres e turismo cultural no Brasil: entre o popular e o patrimônio. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 10, n. 2, p. 45-63, 2021.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura.** São Paulo: Senac, 2013.

MULTIRIO. **Feira Hippie de Ipanema:** um patrimônio do Rio. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.multirio.rj.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2025.

PAIVA, Carlos Águedo. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu.** Foz do Iguaçu, PR. 2014.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 15.973/2008.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **História da Feira da Liberdade.** São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2025.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano.** Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Pensando o conceito de turismo comunitário.** V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte, MG, 2008.

SANTOS, Fabiano. Feiras culturais e identidades urbanas nas capitais brasileiras. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, v. 32, n. 1, p. 88-107, 2020.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VAN MANEN, M. **Researching lived experience:** human science for an action sensitive pedagogy. New York: State of New York Press, 1990.

VIOLANTE; A. C.; DASILVA, A. J. Turistas e Ilhéus: a difícil convivência de diferentes grupos sociais**. Congresso Internacional de Administração**. Anais de 2009. Disponível em: admpg.com.br. Acesso em: 15 abr. 2025.

YIN, R. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WIKIPEDIA. **Confort food**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org›wiki›Comfort_food. Acesso em: 15 abr. 2025.

Recebido em: 30/04/2025

Aprovado em: 25/08/2025

VIABILIDADE ECONÔMICA DO CAJUEIRO ANÃO PRECOCE NO ESTADO DO CEARÁ

Domingos Isaias Maia Amorim[1]
Ítalo Emerson Trindade Viana[2]

Resumo:
O cajueiro (*Anacardium occidentale* L.) é uma planta que engloba todo o Brasil e possui grande importância social e econômica pela exploração comercial da castanha e do pseudofruto. Este trabalho propõe-se a realizar uma análise de viabilidade econômica da produção observada de clones de cajueiro anão com foco na venda da castanha, do pseudofruto para indústria e para o consumo *in natura*. Foi utilizado indicadores de acordo com os métodos de avaliação econômica que levam em considerações a variação do capital no tempo como o Valor Presente Líquido [VPL], a Taxa Interna de Retorno [TIR], Relação Benefício/Custo [B/C], o Tempo de Recuperação do Capital [TRC] e a Remuneração da Mão de Obra no Período [RMOP]. Para o cultivo de 1 hectare, foi estimado um valor de R$ 8.596,67 e o custo operacional da cultura na despesa com mão de obra, no ano 8, representa 83,43% do valor total gasto. O principal gasto com mão de obra é no modelo 3, responsável por 68,71% do custo de operação. Quando ocorre no modelo 2, o custo com mão de obra cai para 39,26%. Os modelos 2 e 3 obtiveram maior incremento de renda que o modelo 1 em 184% e 238%, respectivamente, demostrando que a cultura é viável economicamente para os moldes da agricultura familiar. O modelo de negócio 3, demonstrou ser o mais rentável para o agricultor familiar, onde a RMOP foi de R$ 78,75, bem acima do valor pago na diária demonstrando que a cultura é vantajosa nesses moldes.
Palavras-chave: *Anacardium occidentale*; Análise econômica; Agricultura familiar.

ECONOMIC VIABILITY OF EARLY DWARF CASHEW TREES IN THE STATE OF CEAR

Abstract:
The cashew tree (Anacardium occidentale L.) is a plant that encompasses the whole of Brazil and has great social and economic importance due to the commercial exploitation of the nut and pseudofruit. This work proposes to carry out an economic viability analysis of the observed production of dwarf cashew clones with a focus on the sale of the nut, the pseudofruit for industry and for fresh consumption. Indicators were used in accordance with economic evaluation methods that take into consideration the variation of capital over time such as Net Present Value [NPV], Internal Rate of Return [IRR], Benefit/Cost Ratio [B/C], the Capital Recovery Time [TRC] and Labor Remuneration in the Period [RMOP]. For the cultivation of 1 hectare, a value of R$8,596.67 was estimated and the operational cost of the crop in labor expenses, in year 8, represents 83.43% of the total amount spent. The main expense with labor is in model 3, responsible for 68.71% of the operating cost. When it occurs in model 2, the labor cost drops to 39.26%. Models 2 and 3 obtained a greater increase in income than model 1, 184% and 238%, respectively, demonstrating that the crop is economically viable within the family farming model. Business model 3 proved to be the most profitable for the family farmer, where the RMOP was R$78.75, well above the daily amount paid, demonstrating that the crop is advantageous in this way.
Keywords: anacardium occidentale; economic analysis; family farming.

[1] Doutor em Economia Aplicada (ESALQ/USP). Pesquisador de Pós-doutorado (PPGER/UFC/FUNCAP). E-mail: domingos_isaias@usp.br.
[2] Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: italovians@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O cajueiro (*Anacardium occidentale* L.) é uma planta que pode ser encontrada na zona tropical, entre as faixas de latitude 27° N e 28° S, que engloba todo o Brasil e, em especial, o litoral nordestino (Pessoa e Leite, 2013). Nas regiões semiáridas, a cajucultura possui grande importância social e econômica pela exploração comercial da castanha e do pseudofruto (Macêdo, 2018).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura [FAO] (2020), os maiores produtores de castanha do mundo são a Costa do Marfim, Índia e o Vietnã, onde o Brasil, que já foi o maior produtor, ocupa a décima primeira posição. A região nordeste do país é responsável por 99% da produção nacional e o Ceará é o Estado que mais produz seguido do Piauí e Rio Grande do Norte (IBGE, 2022).

Em função do porte do cajueiro, este pode ser dividido em dois grupos: o comum e o anão (Oliveira, 2008). O comum ainda é o mais cultivado, apresentando altura de 8 a 15 m e 20 m de copa, mas a produtividade é muito variável de 1 a 180 kg de castanha por planta (Oliveira, 2008). Já o anão apresenta altura abaixo dos 4 m, precocidade etária, florescimento inferior aos 18 meses, e apresenta clones de aptidão dupla, tanto para exploração da castanha quanto do caju (Oliveira, 2008).

O cultivo do cajueiro se dá, tradicionalmente, em regime de sequeiro, ou seja, um método em que a lavoura é totalmente dependente do clima para suprir as necessidades hídricas pelo histórico de escassez de água da região (Agência Nacional de Águas [ANA], 2020). De acordo com Macêdo (2018), o lançamento de cultivares que apresentam novas características de frutos e pseudofrutos justificam os custos do cultivo em regime irrigado, pois há um incremento na produtividade do caju.

Diversos são os produtos que podem ser explorados da cajucultura, mas a comercialização da castanha, da qual são extraídos a amêndoa da castanha de caju [ACC] e o líquido da casca da castanha de caju [LCC] são os que ocorrem com mais frequência (EMBRAPA, 2020). Para o pseudofruto, conhecido como caju, tem-se como destaque a fabricação de bebidas, como a cajuína, de doces e o consumo in natura, porém, com o baixo preço pago ao produtor, muitos não o aproveitam (Figueiredo Junior, 2006).

A queda da produção brasileira pode ser apontada por diversos fatores, como a implantação dos pomares via sementes sem procedência genética e sem seleção nas décadas de 60, 70 e 80 (Viana, 2019), o declínio natural desses pomares, o prolongamento do período de estiagem (Alencar, 2018), o ataque de pragas e doenças (Vidal, 2013) e o surgimento de novos concorrentes no mercado que apresentam alta produtividade (Souza, 2016).

De acordo com Meus (2022), pode-se diferenciar a agricultura empresarial ou patronal da familiar, em relação a mão de obra utilizada, assalariado e a própria família, respectivamente, ao objetivo e gestão da propriedade, onde o primeiro é formado por grandes propriedades, a produção se destina a exportação e se prioriza o lucro, e no segundo as propriedades são pequenas e médias, os objetivos são bastante variados e vão desde a produção de subsistência, abastecimento do mercado interno ou externo, maximização da força de trabalho, preservação da propriedade, dentre outros.

Grande parte dos produtores de castanha de caju são de pequenas (até 10 ha) e médias propriedades (de 10 a 100 ha), representando 95% dos produtores (Leite, 2013). Na agricultura familiar o cultivo do cajueiro ocorre, geralmente, em regime de sequeiro, pois representa uma alternativa de renda e ocupação no período mais seco do ano e entressafra de diversas culturas (Macêdo, 2018). Segundo Figueiredo (2010), elevados custos e encargos pela utilização da mão de obra rural fez com que grandes produtores saíssem do mercado.

Este trabalho propõe-se a realizar uma análise de viabilidade econômica da produção observada em campo em clones de cajueiro anão. O estudo será voltado para plantios em sequeiro, com foco na venda da castanha, do pseudofruto para indústria e para o consumo *in natura*, o caju de mesa, com a finalidade de verificar se o plantio de clones de cajueiro anão precoce é viável economicamente.

Será analisado os custos de implantação e manutenção de um hectare de cajueiro anão precoce em sequeiro, a rentabilidade financeira de um plantio de um hectare de cajueiro anão, através da comercialização da castanha de caju para indústria, do pseudofruto para indústria e do caju para o consumo *in natura*, em um horizonte temporal de 20 anos, verificar o fluxo de caixa em dois modelos diferentes, o empresarial e o da agricultura familiar e, em seguida, verificar os indicadores financeiros: Relação Benefício/Custo [RBC], Taxa Interna de Retorno [TIR], Tempo para Recuperação do Capital [TRC], Valor Presente Líquido [VPL] e Remuneração da Mão de Obra, este apenas para o modelo da agricultura familiar.

2. METODOLOGIA

2.1 CUSTOS E RECEITAS

Foram levantados os custos de produção e receitas dos 20 anos de vida útil do projeto. Os custos de produção foram divididos em dois grupos: implantação e manutenção. E para análise do fluxo de caixa, foram contabilizadas todas as atividades desde a implantação à colheita do pomar.

Os dados utilizados para realizar o estudo da análise de viabilidade econômica foram obtidos de estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [EMBRAPA] Agroindústria Tropical e levantamento de valores com produtores da região apenas para o cultivo em sequeiro, com a exploração, principalmente, da castanha de caju e do pseudofruto, onde foi obtido o valor de R$ 5,00/kg para a venda da castanha à indústria, de R$ 0,50/kg para a venda do pseudofruto para a indústria e R$ 1,20 a venda do fruto para o consumo *in natura*. Para melhorar a rentabilidade, principalmente de pequenos agricultores, foi destinada uma pequena parcela da produção do caju para o consumo *in natura*.

Com o objetivo de poupar gastos desnecessários ao longo do projeto, o uso de máquinas agrícolas foi terceirizado, com o valor médio de R$ 160,00 hora/máquina do trator mais o implemento, preço médio praticado na região do Acaraú – Ceará. Para efeito de cálculo, considerou o valor da diária o salário-mínimo de R$ 1.320,00, ano base de 2023, adicionado de todos os encargos salariais de R$ 888,51, equivalendo a 40,23% do salário mensal, para uma empresa optante pelo simples nacional (Tabela 1), rateado por 30 dias de serviço trabalhado, contabilizando R$ 73,62.

Para o cálculo da disponibilidade de mão de obra familiar, foi considerado que uma família rural tradicional de 5 pessoas, onde 4 dessas trabalham diretamente na produção tem a disposição 88 H/d, levando em conta que o mês tem 22 dias úteis. No período da safra, que ocorre de setembro a dezembro, há o trabalho exclusivo na atividade da colheita da castanha e do pedúnculo.

Os tributos que incidiram no projeto foram a Contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural [FUNRURAL], na alíquota de 2,3% para produtor rural pessoa jurídica e 1,5% produtor rural pessoa física e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural [ITR], com a alíquota de 0,03%, sobre o valor da terra nua de R$ 4.000,00 ha, considerando a área total do imóvel, inferior a 50 ha, o grau de utilização, maior que 80%, e a área para tributação, cinco hectares.

Tabela 1: Cálculo do valor do trabalho homem por dia de uma empresa optante pelo simples nacional

Descriminação	**Valores (R$)**
Salário base	R$ 1.320,00
Férias1/12 avos	R$ 110,00
13° Salário 1/12 avos	R$ 110,00
1/3 sobre Férias	R$ 36,67
FGTS	R$ 105,60
INSS Patronal (Contribuição mínima)	R$ 264,00
Aviso prévio	R$ 110,00
FGTS Multa Rescisão (Contribuição mínima)	R$ 42,24
Trabalhador Substituto (Período de férias)	R$ 110,00
Total	**R$ 2.208,51**

Fonte: Dados originais da pesquisa

A depreciação foi calculada dividindo a necessidade de investimento do projeto pela vida útil, a qual foi estimada em 20 anos. As receitas foram estimadas a partir dos dados de produção do cajueiro anão precoce, disponibilizado pela EMBRAPA, com os coeficientes técnicos disponíveis nas publicações.

Para o fluxo de caixa foram consideradas receitas e despesas constantes, onde as estimativas financeiras não incluem a correção de preços devido a inflação (Filho, 2017). Para à análise econômica do projeto, foi considera a Taxa Mínima de Atratividade Real [TMA] de 7,96% a.a., calculada pela taxa de juros nominal o Sistema Especial de Liquidação e Custódia [SELIC] de 13,75% a.a., descontada pela taxa de Inflação de 5,79% medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo [IPCA] (BCB, 2022).

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Para realizar a análise de viabilidade econômica, foi utilizado indicadores de acordo com os métodos de avaliação econômica que levam em considerações a variação do capital no tempo como o Valor Presente Líquido [VPL], a Taxa Interna de Retorno [TIR], Relação Benefício/Custo [B/C], o Tempo de Recuperação do Capital [TRC] e a Remuneração da Mão de Obra no Período [RMOP].

2.2.1 *Valor Presente Líquido (VPL)*

A medição do valor do investimento a ser feito é realizado pelo VPL do fluxo de caixa, considerando um determinado custo de oportunidade. Consiste no valor

presente das receitas menos o valor dos custos, conforme eq. (1). Se o VPL apresentar valores positivos, o projeto será economicamente viável, mas se apresentar valores negativos, o projeto é inviável economicamente (Resende e Oliveira, 2013).

$$VPL = \sum_{j=0}^{n} R_j\,(1+i)^{-j} - \sum_{j=0}^{n} C_j(1+i)^{-j} \quad (1)$$

onde, VPL é o Valor Presente Líquido; Rj é o valor atual das receitas; Cj é o valor atual dos custos; i é a taxa de juros; j é o período em que a receita ou o custo ocorrem; n é o número máximo de períodos.

2.2.2 *Taxa Interna de Retorno (TIR)*

É a taxa que mostra a remuneração de retorno do capital investido (eq. (2)). Expressa a remuneração que o empreendimento deve receber, para que se possa comparar com outras opções disponíveis no mercado. Se a TMA for menos que a TIR o projeto deve ser aceito, caso contrário, se a TIR for menor que a TMA, o projeto deve ser recusado (Lapponi, 2007).

$$\sum_{j=0}^{n} R_j\,(1+TIR)^{-j} = \sum_{j=0}^{n} C_j\,(1+TIR)^{-j} \quad (2)$$

onde, TIR é a taxa interna de retorno; Rj é o valor atual das receitas; Cj é o valor atual dos custos; j é o período em que a receita ou o custo ocorrem; n é o número máximo de períodos.

2.2.3 *Relação Benefício/Custo (B/C)*

É o resultado da divisão entre o valor total das receitas brutas no período e o valor total dos custos de implantação e produção (eq. (3)). O projeto se apresentará economicamente viável quando apresentar um valor B/C maior que 1, sendo mais viável quanto maior seu valor (Resende; Oliveira, 2013).

$$\frac{B}{C} = \frac{\sum_{j=0}^{n} R_j(1+i)^{-j}}{\sum_{j=0}^{n} C_j(1+i)^{-j}} \quad (3)$$

onde, B/C é a Razão benefício/custo; Rj é o valor presente à taxa i da sequência de benefícios; Cj é o valor presente à taxa i da sucessão de custos.

2.2.4 *Tempo de Recuperação do Capital (TRC)*

O Tempo de Retorno do Capital ou *Payback* se baseia nas informações de fluxo de caixa acumulado e mostra o ano em que o empreendimento obteve resultado positivo após gastos com implantação, manutenção e colheita (Souza e Clemente, 2008). Esse método refere-se ao TRC Simples.

2.2.5 *Remuneração da Mão de Obra no Período (RMOP)*

Reflete a remuneração da mão de obra do pequeno produtor ou agricultor familiar por cada dia de trabalho efetivo no campo na área de produção do caju. Seu

cálculo resulta da diferença da entrada e saída rateada pelos dias de trabalho efetivos. Será positiva se o valor for superior ao valor da diária paga na região (Souza, 2016).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o cultivo de 1 hectare de cajueiro anão precoce em sequeiro, foi estimado um valor de R$ 8.596,67, conforme a Tabela 2. Os custos com mão de obra são os mais onerosos contabilizando 74,50% do custo total. O item destocamento contribui com 29,97% e a aquisição de mudas enxertadas de cajueiro com 20,94%, fazendo com que esses dois custos sejam responsáveis por 50,81% do custo de implantação da cultura. Para Pessoa (2020), os custos de destocamento e desmatamento aparecem como os principais, representando 37,30% e 21,31%, respectivamente.

No custo operacional da cultura (Tabela 3), a despesa com mão de obra, no ano 8, representa 83,43% do valor total gasto. O principal gasto com mão de obra é na colheita da castanha, do pedúnculo e do caju de mesa responsável por 68,71% do custo de operação. Quando a colheita é apenas da castanha e do pedúnculo para indústria, o custo com mão de obra cai pra 39,26%.

Por fim, tem-se os custos menos expressivos: adubos químicos e orgânicos (12,24%), calcário (7,0%), Inseticidas/fungicidas/formicidas (3,0%), roçagem e gradagem (5,6%), adubação de cobertura (1,72%), coroamento (6,91%), desbrota (2,59%), controle fitossanitário (1,72%).

Considerou-se, para efeito de cálculo, que o aproveitamento do pedúnculo para indústria seria de 50% e para o consumo *in natura* de 25% da produção. Um homem colhe em média, durante o ciclo da safra, cerca de 50 kg de castanha/dia, 250 kg de caju para ciclo industrial e 80 kg para o caju de mesa.

No horizonte do projeto, foi contabilizado 1.215,5 H/d, sendo elas distribuídas na implantação, com 89,5 H/d, no custo operacional, com 331 H/d, na colheita da castanha, com 325H/d, na colheita do pedúnculo e 470 H/d para a colheita do fruto para o mercado de mesa.

Tabela 2: Estimativa de investimento para a implantação de um hectare de cajueiro anão precoce (espaçamento 7 m x 7 m)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor (R$)	Valor Total (R$)
Desmatamento	H/d	20	R$ 73,62	R$ 1.472,34
Coivara e queima	H/d	8	R$ 73,62	R$ 588,94
Destocamento	H/d	35	R$ 73,62	R$ 2.576,59
Acabamento	H/d	3	R$ 73,62	R$ 220,85
Aração, calagem e gradagem	H/t	2,5	R$ 160,00	R$ 400,00
Marcação, abertura e adubação de covas	H/d	9	R$ 73,62	R$ 662,55
Mudas enxertadas de cajueiro (com 10% de replantio)	unid.	224	R$ 8,00	R$ 1.792,00
Recepção e distribuição das mudas	H/d	2	R$ 73,62	R$ 147,23
Plantio e tutoramento das mudas de cajueiro	H/d	10	R$ 73,62	R$ 736,17
Total	**-**	**-**		**R$ 8.596,67**

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Oliveira, (2008).

Tabela 3: Estimativa do custo operacional ou de manutenção de um hectare de cajueiro anão precoce até a estabilização na produção no oitavo ano

Discriminação	Unidade	Valor (R$)	Quantidade/Ano				
			1	2	3	4	5
1. Manutenção							
Adubação de cobertura	H/d	R$ 73,62	1	2	2	2	2
Coroamento/cobertura morta	H/d	R$ 73,62	4	4	8	8	8
Desbrota/poda	H/d	R$ 73,62	1	1	2	2	2
Roçagem	H/t	R$ 160,00	2	2	1	2	1
Gradagem	H/t	R$ 160,00	2	0	2	0	2
Controle fitossanitário	H/d	R$ 73,62	2	2	2	2	2
Subtotal (R$)			*R$ 1.229,94*	*R$ 983,55*	*R$ 1.439,02*	*R$ 1.279,02*	*R$ 1.439,02*
2. Insumos							
Adubo orgânico	t	R$ 200,00	2	0	2	0	2
Calcário	t	R$ 600,00	1	0	1	0	1
Adubo químico	Kg	R$ 3,06	132,76	93,84	155,04	210	210
Inseticidas/Fungicidas	Kg ou L	R$ 70,00	2	3	4	4	4
Formicidas	Kg	R$ 30,00	2	0	0	0	0
Subtotal (R$)			*R$ 1.606,25*	*R$ 497,15*	*R$ 1.754,42*	*R$ 922,60*	*R$ 1.922,60*
3. Colheita de castanha	H/d	R$ 73,62	0	2	4	10	15
Subtotal (R$)			*R$ 0,00*	*R$ 147,23*	*R$ 294,47*	*R$ 736,17*	*R$ 1.104,25*
Total Parcial (R$) sem comercialização do caju			R$ 2.836,18	R$ 1.627,94	R$ 3.487,91	R$ 2.937,79	R$ 4.465,87
4. Colheita de pedúnculo para indústria	H/d	R$ 73,62	0	1	2	7	15
Subtotal (R$)			*R$ 0,00*	*R$ 73,62*	*R$ 147,23*	*R$ 515,32*	*R$ 1.104,25*
Total Parcial (R$) sem comercialização do caju de mesa			R$ 2.836,18	R$ 1.701,55	R$ 3.635,14	R$ 3.453,11	R$ 5.570,13
5. Colheita do caju de mesa	H/d	R$ 73,62	0	1	2	7	15
Subtotal (R$)			*R$ 0,00*	*R$ 73,62*	*R$ 147,23*	*R$ 515,32*	*R$ 1.104,25*
Total Geral			**R$ 2.836,18**	**R$ 1.775,17**	**R$ 3.782,38**	**R$ 3.968,42**	**R$ 6.674,38**

...continuação da tabela 3.

Discriminação	Unidade	Valor (R$)	Quantidade/Ano		
			6	7	8
1. Manutenção					
Adubação de cobertura	H/d	R$ 72,61	2	2	2
Coroamento/cobertura morta	H/d	R$ 72,61	8	8	8
Desbrota/poda	H/d	R$ 72,61	2	3	3
Roçagem	H/t	R$ 160,00	2	1	2
Gradagem	H/t	R$ 160,00	0	2	0
Controle fitossanitário	H/d	R$ 72,61	2	2	2
Subtotal (R$)			*R$ 1.265,97*	*R$ 1.426,97*	*R$ 1.409,20*
2. Insumos					
Adubo orgânico	T	R$ 200,00	0	2	0
Calcário	T	R$ 600,00	0	1	0
Adubo químico	Kg	R$ 3,06	210	210	210
Inseticidas/Fungicidas	Kg ou L	R$ 70,00	4	4	4
Formicidas	Kg	R$ 30,00	0	0	0
Subtotal (R$)			*R$ 922,60*	*R$ 1.922,60*	*R$ 922,60*
3. Colheita de castanha	H/d	R$ 72,61	20	20	20
Subtotal (R$)			*R$ 1.452,26*	*R$ 1.452,26*	*R$ 1.452,26*

...conclusão da tabela 3

Total Parcial (R$) sem comercialização do caju			R$ 3.640,83	R$ 4.801,83	R$ 3.784,06
4. Colheita de pedúnculo para indústria	H/d	R$ 72,61	20	20	20
Subtotal (R$)			*R$ 1.452,26*	*R$ 1.452,26*	*R$ 1.452,26*
Total Parcial (R$) sem comercialização do caju de mesa			R$ 5.093,09	R$ 6.254,09	R$ 5.236,32
5. Colheita do caju de mesa	H/d	R$ 72,61	25	30	30
Subtotal (R$)			*R$ 1.815,33*	*R$ 2.178,39*	*R$ 2.178,39*
Total Geral			**R$ 6.908,42**	**R$ 8.432,48**	**R$ 7.414,71**

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Oliveira (2008).

Nas Tabelas 4, 5 e 6 estão apresentados os fluxos de caixas para a exploração de 1 hectare de cajueiro anão precoce em sequeiro em empreendimento empresarial, em três modelos diferentes. O modelo 1 visando apenas a exploração de 100% da castanha para indústria (Tabela 4), o modelo 2 visando a exploração de 100% da castanha e 50% pedúnculo para indústria (Tabela 5) e o modelo 3 visando a exploração de 75% da castanha e 50% do pedúnculo para indústria e de 25% da venda do caju *in natura* (Tabela 6).

Tabela 4: Fluxo de caixa para a exploração de 1 hectare de cajueiro anão precoce em sequeiro, no sistema empresarial visando a comercialização de castanhas para indústria

Tempo (Anos)	Produção de castanha (Kg)	Entrada de caixa (R$)	Saída de caixa (R$)	Fluxo de caixa (R$)	Depreciação (R$)	Fluxo de caixa acumulado (R$)
1	0	0,00	11337,48*	-11432,85	-429,83	-11862,68
2	100	500,00	1627,94	-1127,94	-429,83	-13420,45
3	350	1750,00	3487,91	-1737,91	-429,83	-15588,20
4	600	3000,00	2937,79	62,21	-429,83	-15955,82
5	900	4500,00	4465,87	34,13	-429,83	-16351,52
6	1000	5000,00	3673,96	1326,04	-429,83	-15455,32
7	1100	5500,00	4834,96	665,04	-429,83	-15220,11
8	1200	6000,00	3819,19	2180,81	-429,83	-13469,13
9	1200	6000,00	4834,96	1165,04	-429,83	-12733,92
10	1200	6000,00	3819,19	2180,81	-429,83	-10982,95
11	1200	6000,00	4834,96	1165,04	-429,83	-10247,74
12	1200	6000,00	3819,19	2180,81	-429,83	-8496,76
13	1200	6000,00	4834,96	1165,04	-429,83	-7761,55
14	1200	6000,00	3819,19	2180,81	-429,83	-6010,58
15	1200	6000,00	4834,96	1165,04	-429,83	-5275,37
16	1200	6000,00	3819,19	2180,81	-429,83	-3524,39
17	1200	6000,00	4834,96	1165,04	-429,83	-2789,18
18	1200	6000,00	3819,19	2180,81	-429,83	-1038,21
19	1200	6000,00	4834,96	1165,04	-429,83	-303,00
20	1200	6000,00	3819,19	2180,81	-429,83	1447,98
Total	**19650**	**98250,00**	**76772,50**			

Fonte: Elaborado pelos autores.
* Custo de implantação mais custeio do primeiro ano.

Tabela 5: Fluxo de caixa para a exploração de 1 hectare de cajueiro anão precoce em sequeiro, no sistema empresarial visando a exploração de 100% da castanha e 50% do pedúnculo para a indústria

Tempo (Anos)	Produção de castanha (Kg)	Produção de pedúnculo (kg)	Entrada de caixa (R$)	Saída de caixa (R$)	Fluxo de caixa (R$)	Depreciação (R$)	Fluxo de caixa acumulado (R$)
1	0	0	0,00	11337,48*	-11432,85	-429,83	-11862,68
2	100	360	680,00	1701,55	-1021,55	-429,83	-13314,07
3	350	1575	2537,50	3635,14	-1097,64	-429,83	-14841,55
4	600	2700	4350,00	3453,11	896,89	-429,83	-14374,49
5	900	4050	6525,00	5570,13	954,87	-429,83	-13849,45
6	1000	4500	7250,00	5146,30	2103,70	-429,83	-12175,58
7	1100	4950	7975,00	6307,30	1667,70	-429,83	-10937,70
8	1200	5400	8700,00	5291,53	3408,47	-429,83	-7959,07
9	1200	5400	8700,00	6307,30	2392,70	-429,83	-5996,19
10	1200	5400	8700,00	5291,53	3408,47	-429,83	-3017,56
11	1200	5400	8700,00	6307,30	2392,70	-429,83	-1054,69
12	1200	5400	8700,00	5291,53	3408,47	-429,83	1923,95
13	1200	5400	8700,00	6307,30	2392,70	-429,83	3886,82
14	1200	5400	8700,00	5291,53	3408,47	-429,83	6865,46
15	1200	5400	8700,00	6307,30	2392,70	-429,83	8828,33
16	1200	5400	8700,00	5291,53	3408,47	-429,83	11806,97
17	1200	5400	8700,00	6307,30	2392,70	-429,83	13769,84
18	1200	5400	8700,00	5291,53	3408,47	-429,83	16748,48
19	1200	5400	8700,00	6307,30	2392,70	-429,83	18711,35
20	1200	5400	8700,00	5291,53	3408,47	-429,83	21689,99
Total	**19650**	**88335**	**142417,5**	**100697,99**			

Fonte: Elaborado pelos autores.
* Custo de implantação mais custeio do primeiro ano.

Tabela 6: Fluxo de caixa para a exploração de 1 hectare de cajueiro anão precoce em sequeiro, no sistema empresarial visando a exploração de 75% da castanha, 50% do pedúnculo para a indústria e 25% do caju para comércio *in natura*

Tempo (Anos)	Produção de castanha (Kg)	Produção de pedúnculo (kg)	Produção pedúnculo de mesa (kg)	Entrada de caixa (R$)	Saída de caixa (R$)	Fluxo de caixa (R$)	Depreciação (R$)	Fluxo de caixa acumulado (R$)
1	0	0	0	0,00	11337,48*	-11432,85	-429,83	-11862,68
2	75	360	180	771,00	1775,17	-1004,17	-429,83	-13296,69
3	262,5	1575	787,5	3045,00	3782,38	-737,38	-429,83	-14463,90
4	450	2700	1350	5220,00	3968,42	1251,58	-429,83	-13642,16
5	675	4050	2025	7830,00	6674,38	1155,62	-429,83	-12916,37
6	750	4500	2250	8700,00	6986,72	1713,28	-429,83	-11632,92
7	825	4950	2475	9570,00	8515,80	1054,20	-429,83	-11008,55
8	900	5400	2700	10440,00	7500,04	2939,96	-429,83	-8498,42
9	900	5400	2700	10440,00	8515,80	1924,20	-429,83	-7004,06
10	900	5400	2700	10440,00	7500,04	2939,96	-429,83	-4493,93
11	900	5400	2700	10440,00	8515,80	1924,20	-429,83	-2999,56
12	900	5400	2700	10440,00	7500,04	2939,96	-429,83	-489,43

...continuação da tabela 6

13	900	5400	2700	10440,00	8515,80	1924,20	-429,83	1004,93
14	900	5400	2700	10440,00	7500,04	2939,96	-429,83	3515,06
15	900	5400	2700	10440,00	8515,80	1924,20	-429,83	5009,43
16	900	5400	2700	10440,00	7500,04	2939,96	-429,83	7519,56
17	900	5400	2700	10440,00	8515,80	1924,20	-429,83	9013,92
18	900	5400	2700	10440,00	7500,04	2939,96	-429,83	11524,05
19	900	5400	2700	10440,00	8515,80	1924,20	-429,83	13018,42
20	900	5400	2700	10440,00	7500,04	2939,96	-429,83	15528,55
Total	**10237,5**	**61335**	**30667,5**	**170856,00**	**135297,93**			

Fonte: Elabora pelos autores.
* Custo de implantação mais custeio do primeiro ano.

Na tabela 4, onde foi feito apenas a exploração de 100% de castanha, é possível observar que o saldo do fluxo de caixa só fica positivo no último ano do projeto. Na tabela 5, onde o foco da atividade é a exploração de 100% da castanha e 50% do pedúnculo ambos para indústria o retorno financeiro ocorre no décimo segundo ano da atividade. Na tabela 6, onde se tem a modalidade de exploração de 75% de castanha, 50 % de pedúnculo para indústria e 25% de pedúnculo para comercialização *in natura*, o retorno financeiro ocorre no décimo terceiro ano de atividade.

É possível observa que os modelos 2 e 3 foram mais vantajosas do que aquele onde só ocorre a exploração da castanha. O modelo 2 de exploração obteve 1498% de receita superior do que aquele onde só ocorre a venda da castanha, enquanto o modelo de exploração 3 obteve sua receita 1072% superior. Apesar da entrada de caixa do modelo 3 ser maior, os custos, com mão de obra para colher o caju destinado a mesa, são superiores fazendo, assim, que o modelo 2 seja mais lucrativo.

Nas Tabelas 7, 8 e 9, será avaliado os modelos 1, 2 e 3, respectivamente, no sistema mão de obra familiar. Partindo do conhecimento que uma família de 5 pessoas, onde apenas 4 delas trabalham na atividade rural, dispõe de 22 dias úteis se obtém 88 H/d para utilizar em um mês e, de acordo com a tabela 3, 50% da mão de obra é alocada para colher castanha e os outros 50% para colher o caju para processamento industrial. Portanto, uma família tem disposição de 55 H/d para ambas as atividades, o que significa uma capacidade de colher 2.200 kg de castanha e 11.000 kg de pedúnculo. Segundo Montenegro (2021), um cajueiro anão precoce tem uma média de produção mensal de 300 kg de castanha e 2.700 kg de pseudofruto, com o aproveitamento de 50% do caju, a produção colhida seria de 1.350 kg, fazendo com o que uma família pudesse administrar, aproximadamente, 8 hectares de cajueiro.

Para o modelo 3 é gasto 28,57% para a colheita da castanha, 28,57% para o pedúnculo para indústria e 42,86% para a colheita do caju de mesa. Dessa forma, uma família consegue administrar cerca de 6 hectares, havendo uma redução de 25% na área de trabalho.

Tabela 7: Fluxo de caixa para a exploração de 1 hectare de cajueiro anão precoce em sequeiro, no sistema mão de obra familiar visando a comercialização de castanhas para indústria

Tempo (Anos)	Produção de castanha (Kg)	Entrada de caixa (R$)	Saída de caixa (R$)	Fluxo de caixa (R$)	Depreciação (R$)	Fluxo de caixa acumulado (R$)

1	0	0,00	3498,45*	-3498,45	-425,47	-3923,91
2	100	500,00	818,15	-318,15	-425,47	-4667,53
3	350	1750,00	2236,42	-486,42	-425,47	-5579,42
4	600	3000,00	1244,60	1755,40	-425,47	-4249,48
5	900	4500,00	2404,60	2095,40	-425,47	-2579,55
6	1000	5000,00	1244,60	3755,40	-425,47	750,38
7	1100	5500,00	2405,60	3094,40	-425,47	3419,32
8	1200	6000,00	1242,60	4757,40	-425,47	7751,25
9	1200	6000,00	2405,60	3594,40	-425,47	10920,18
10	1200	6000,00	1242,60	4757,40	-425,47	15252,12
11	1200	6000,00	2405,60	3594,40	-425,47	18421,05
12	1200	6000,00	1242,60	4757,40	-425,47	22752,98
13	1200	6000,00	2405,60	3594,40	-425,47	25921,92
14	1200	6000,00	1242,60	4757,40	-425,47	30253,85
15	1200	6000,00	2405,60	3594,40	-425,47	33422,78
16	1200	6000,00	1242,60	4757,40	-425,47	37754,72
17	1200	6000,00	2405,60	3594,40	-425,47	40923,65
18	1200	6000,00	1242,60	4757,40	-425,47	45255,58
19	1200	6000,00	2405,60	3594,40	-425,47	48424,52
20	1200	6000,00	1242,60	4757,40	-425,47	52756,45
Total	**19650**	**98250,00**	**33485,77**			

Fonte: Elaborado pelos autores.
* Custo de implantação mais custeio do primeiro ano.

Tabela 8: Fluxo de caixa para a exploração de 1 hectare de cajueiro anão precoce em sequeiro, no sistema mão de obra familiar visando a exploração de 100% da castanha e 50% do pedúnculo para a indústria

Tempo (Anos)	Produção de castanha (Kg)	Produção de pedúnculo (kg)	Entrada de caixa (R$)	Saída de caixa (R$)	Fluxo de caixa (R$)	Depreciação (R$)	Fluxo de caixa acumulado (R$)
1	0	0	0,00	3498,45*	-3498,45	-425,47	-3923,91
2	100	360	680,00	818,15	-138,15	-425,47	-4487,53
3	350	1575	2537,50	2236,42	301,08	-425,47	-4611,92
4	600	2700	4350,00	1244,60	3105,40	-425,47	-1931,98
5	900	4050	6525,00	2404,60	4120,40	-425,47	1762,95
6	1000	4500	7250,00	1244,60	6005,40	-425,47	7342,88
7	1100	4950	7975,00	2405,60	5569,40	-425,47	12486,82
8	1200	5400	8700,00	1242,60	7457,40	-425,47	19518,75
9	1200	5400	8700,00	2405,60	6294,40	-425,47	25387,68
10	1200	5400	8700,00	1242,60	7457,40	-425,47	32419,62
11	1200	5400	8700,00	2405,60	6294,40	-425,47	38288,55
12	1200	5400	8700,00	1242,60	7457,40	-425,47	45320,48

...continuação da tabela 8

13	1200	5400	8700,00	2405,60	6294,40	-425,47	51189,42
14	1200	5400	8700,00	1242,60	7457,40	-425,47	58221,35
15	1200	5400	8700,00	2405,60	6294,40	-425,47	64090,28

16	1200	5400	8700,00	1242,60	7457,40	-425,47	71122,22
17	1200	5400	8700,00	2405,60	6294,40	-425,47	76991,15
18	1200	5400	8700,00	1242,60	7457,40	-425,47	84023,08
19	1200	5400	8700,00	2405,60	6294,40	-425,47	89892,02
20	1200	5400	8700,00	1242,60	7457,40	-425,47	96923,95
Total	**19650**	**88335**	**142417,50**	**33485,77**			

Fonte: Elaborado pelos autores.
* Custo de implantação mais custeio do primeiro ano.

Tabela 9: Fluxo de caixa para a exploração de 1 hectare de cajueiro anão precoce em sequeiro, no sistema mão de obra familiar visando a exploração de 75% da castanha, 50% do pedúnculo para a indústria e 25% do caju para comércio *in natura*

Tempo (Anos)	Produção de castanha (Kg)	Produção de pedúnculo (kg)	Produção pedúnculo de mesa (kg)	Entrada de caixa (R$)	Saída de caixa (R$)	Fluxo de caixa (R$)	Depreciação (R$)	Fluxo de caixa acumulado (R$)
1	0	0	0	0,00	3498,45*	-3498,45	-425,47	-3923,91
2	75	360	180	771,00	818,15	-47,15	-425,47	-4396,53
3	262,5	1575	787,5	3045,00	2236,42	808,58	-425,47	-4013,42
4	450	2700	1350	5220,00	1244,60	3975,40	-425,47	-463,48
5	675	4050	2025	7830,00	2404,60	5425,40	-425,47	4536,45
6	750	4500	2250	8700,00	1244,60	7455,40	-425,47	11566,38
7	825	4950	2475	9570,00	2405,60	7164,40	-425,47	18305,32
8	900	5400	2700	10440,00	1242,60	9197,40	-425,47	27077,25
9	900	5400	2700	10440,00	2405,60	8034,40	-425,47	34686,18
10	900	5400	2700	10440,00	1242,60	9197,40	-425,47	43458,12
11	900	5400	2700	10440,00	2405,60	8034,40	-425,47	51067,05
12	900	5400	2700	10440,00	1242,60	9197,40	-425,47	59838,98
13	900	5400	2700	10440,00	2405,60	8034,40	-425,47	67447,92
14	900	5400	2700	10440,00	1242,60	9197,40	-425,47	76219,85
15	900	5400	2700	10440,00	2405,60	8034,40	-425,47	83828,78
16	900	5400	2700	10440,00	1242,60	9197,40	-425,47	92600,72
17	900	5400	2700	10440,00	2405,60	8034,40	-425,47	100209,65
18	900	5400	2700	10440,00	1242,60	9197,40	-425,47	108981,58
19	900	5400	2700	10440,00	2405,60	8034,40	-425,47	116590,52
20	900	5400	2700	10440,00	1242,60	9197,40	-425,47	125362,45
Total	**14737,5**	**88335**	**44167,5**	**170856,00**	**33485,77**			

Fonte: Elaborado pelos autores.
* Custo de implantação mais custeio do primeiro ano.

O fluxo de caixa, na tabela 7, do modelo 1 torna-se positivo no sexto ano. Na tabela 8, o modelo 2 de exploração torna o fluxo de caixa positivo no quinto ano de atividade e, na tabela 9, o modelo 3 de exploração o fluxo de caixa fica positivo no

quarto ano da atividade. Os modelos 2 e 3 obtiveram maior incremento de renda que o modelo 1 em 184% e 238%, respectivamente, demostrando que a cultura é viável economicamente para os moldes da agricultura familiar.

Tabela 10: Indicadores de viabilidade econômica do cultivo de cajueiro anão precoce

Indicadores de Viabilidade Econômica	Empreendimento Empresarial			Empreendimento Mão de Obra Familiar		
	modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 1	modelo 2	modelo 3
VPL - Valor Presente Líquido (R$)	-3.989,42	5.304,82	3.062,14	24.375,02	44.385,77	57.257,44
TIR - Taxa Interna de Retorno (%)	5	11,69	10,32	29	46	56
RBC - Relação Custo Benefício	-0,34	0,45	0,26	6,21	11,30	16,37
TRC - Tempo de retorno do Capital (Anos)	19,79	12,54	12,48	5,29	4,1	4,01
RMOP - Remuneração da Mão de Obra do Produtor (R$)	-	-	-	36,04	62,02	78,75

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando a taxa requerida de 7,96% a.a., a VPL apresentou negativa no primeiro modelo no sistema empresarial com R$ -3.989,42 e positiva para os modelos 2 e 3, nos valores de R$ 5.304,82 e 3.062,14, respectivamente. Mas para os empreendimentos utilizando a mão de obra familiar, a VPL apresentou positiva para os três modelos, mostrando que o projeto deve ser aceito, pois irá gerar valor de R$ 24.375,02 para o modelo 1, R$ 44.385,77 para o modelo 2 e R$ 57.257,44 para o modelo 3, após remunerar o capital investido.

O projeto apresentou a TIR menor que a taxa mínima de atratividade apenas no modelo 1, do empreendimento empresarial, por tanto, a TIR encontra-se distante da TMA, informando que há risco de investimento no projeto, diferente do que ocorre nos outros modelos no empreendimento empresarial, que a TIR foi positiva nos modelos 2 e 3 e positiva para o modelo da mão de obra familiar, com destaque para o modelo 3, que apresentou a TIR de 56%.

A relação Benefício/Custo no modelo 1 do empreendimento patronal, apresentou-se negativa, -0,34 e inferior a 1 nos modelos 2 e 3 constatando que esses projetos não devem ser aceitos. Nos modelos que utilizam a mão de obra familiar a RBC foi maior que 6,21 no modelo 1 e chegando a 16,37 no modelo 3, mostrando que o projeto é viável economicamente.

O TRC mostrou que os modelos que utilizam o sistema patronal obtiveram o retorno do capital acima dos 12 anos de vida útil do empreendimento para os modelos 2 e 3 e o modelo 1 apenas no décimo nono ano. Para os modelos que utilizam a mão de obra familiar, o retorno se dará no quarto ano, para os modelos 2 e 3, e no quinto ano para o modelo 1.

Par o indicador RMOP, calculado apenas nos empreendimentos que utilizam a mão de obra familiar, o valor gerado foi de R$ 36,04 para o modelo1, 62,02 para o modelo 2 e de 78,75 para o modelo 3, evidenciando que somente, no último modelo o produtor rural consegue uma renda superior ao pagamento da diária paga.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que todos os indicadores são favoráveis para a exploração do cajueiro anão precoce podendo a cultura ser competitiva nos 3 modelos de empreendimento, castanha, pedúnculo e consumo *in natura*, nos moldes da agricultura familiar.

O modelo de negócio 3, com a exploração de 75% da castanha, 50% do pedúnculo para indústria e 25% para o consumo *in natura*, demonstrou ser o mais rentável para o agricultor familiar, onde a RMOP foi de R$ 78,75, acima do valor pago na diária demonstrando que a cultura é vantajosa nesses moldes.

Um dos fatores mais limitantes para a agricultura familiar é o longo TRC que é de 4 a 5 anos. Nesta fase o agricultor precisará buscar outras atividades rentáveis até o pomar se tornar economicamente viável.

Para a exploração no sistema patronal ou empresarial, onde os investimentos são maiores e o custo com a mão de obra chega a 83,43% no ano de estabilização da cultura, nenhum dos modelos obteve retorno econômico, demonstrando o baixo interesse do setor na exploração exclusiva da castanha e pseudofruto. Como alternativa para o produtor rural no sistema empresarial é importante o investimento em processos da agroindústria da castanha, tal como a venda das amêndoas assadas, a exploração do líquido da castanha do caju [LCC], doces ou compotas de caju.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, N. dos S.; GONÇALVES, J. F.; OLIVEIRA, E. A. F., LUCENA, T. C.; SOUSA, R. M. (2018). Produção da Castanha de Caju nas Micro Regiões do Ceará no Período de 1993 a 2016. **RECODAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, 4(1), 103-116.

EMBRAPA Agroindústria Tropical. (2022). **Clones de cajueiro**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2020). **Production of Cashew Nuts, in shell**. Recuperado de https://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL/visualize

FIGUEIREDO, A. M.; SOUZA FILHO, H. M.; GUANZIROLI, C. E.; JUNIOR, A. S. V. (2010). Análise da Transmissão de Preços no Mercado Brasileiro de Castanha de Caju. **Revista Econômica do Nordeste**, 41(4), 715-730.

FIGUEIREDO JUNIOR, H. S. de. (2006). Desafios Para a Cajucultura no Brasil: O Comportamento da Oferta e da Demanda da Castanha de Caju. **Revista Econômica do Nordeste**, 37(4), 550-571.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). **Área plantada, área colhida e produção, por ano da safra e produto das lavouras**. Recuperado de https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1618#resultado

LAPPONI, J.C. (2007). **Projetos de Investimento na Empresa**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Elsevier.

MACÊDO, M. L., COSTA, R. N. T., NUNES, K. G. (2018). Viabilidade Econômica do Cultivo Irrigado do Cajueiro-anão Precoce na Agricultura Familiar. **Irriga**, 23(1), 55-71.

OLIVEIRA, V. H. (2008). Cajucultura. **Revista Brasileira de Fruticultura**, 30(1), 1-3.

PESSOA, P. F. A. P., LEITE, L. A. S. (2013). Desempenho do agronegócio caju brasileiro. *In*: J. P. P. Araújo (Ed.), **Agronegócio caju: práticas e inovações** (pp. 21-40). Brasília: Embrapa Informação Tecnológica.

RESENDE, J. L. P., OLIVEIRA, A. D. (2013). **Análise econômica e social de projetos florestais** (2nd ed.). Viçosa: UFV.

SOUZA, R. N. M. (2016). Análise da viabilidade econômica, no cultivo dos novos clones de cajueiro anão em sistema de plantio de sequeiro em empreendimentos patronais e familiares no estado do Ceará [Monografia, MBA em Agronegócio]. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

VIANA, I. E. T. (2019). **Comportamento de clones de cajueiro-anão ao oídio e o dano em flores e maturis**. Monografia de Graduação (Agronomia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

VIDAL NETO, F. C., BARROS, L. M., CAVALCANTI, J. J. V., MELO, D. S. (2013). Melhoramento genético e cultivares de cajueiro. *In*: J. P. P. Araujo (Ed.), **Agronegócio caju: práticas e inovações** (pp. 481-508). Brasília: Embrapa Informação Tecnológica.

Recebido em: 01/02/2025

Aprovado em: 25/08/2025

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA E O FAMILISMO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: IMPLICAÇÕES PARA O ACOLHIMENTO FAMILIAR

Roseli Spielmann[1]
Maria Geusina da Silva[2]

Resumo:
O objetivo deste artigo é lançar um olhar sobre a construção do significado de família, centralidade de seu papel nas políticas sociais e no serviço de acolhimento familiar adotado como medida protetiva excepcional e temporária para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, retirados do convívio familiar. Trata-se de uma revisão documental e bibliográfica, construída a partir normativas que regulamenta as ações, serviços, planos, programas, projeto e políticas nacionais. Analisa-se a concepção de família e sua centralidade como núcleo social na legislação nacional quanto à proteção de sua prole. Dada sua contradição e diferentes arranjos, discute-se o significado do familismo como eixo orientador da posição da família na política de assistência social como espaço de interseção entre os domínios público e privado. Conclui-se que, apesar das mudanças em sua estrutura, os papéis da família permanecem inalterados ao longo de séculos, cabendo ao Estado intervir apenas quando não se revela capaz de proteger sua prole, o que evidência persistentemente o familismo definido na Constituição Federal de 1988.
Palavras-chave: Assistência social; Família acolhedora; Familismo; Política social.

THE CENTRALITY OF THE FAMILY AND FAMILISM IN SOCIAL ASSISTANCE POLICY: IMPLICATIONS FOR FAMILY CARE

Abstract:
The objective of this article is to take a look at the construction of the meaning of family, the centrality of its role in social policies and in the family foster care service adopted as an exceptional and temporary protective measure for children and adolescents in situations of social vulnerability, removed from family life. This is a documentary and bibliographic review, constructed from regulations that regulate national actions, services, plans, programs, projects and policies. The concept of family and its centrality as a social nucleus in national legislation regarding the protection of its offspring are analyzed. Given its contradiction and different arrangements, the meaning of familism is discussed as a guiding axis of the position of the family in social assistance policy as a space of intersection between the public and private domains. The conclusion is that, despite changes in its structure, the roles of the family have remained unchanged over the centuries, with the State intervening only when it is unable to protect its offspring, which persistently highlights the familism defined in the Federal Constitution of 1988.
Keywords: Social assistance; Welcoming family; Familism; Social policy

LA CENTRALIDAD DE LA FAMILIA Y EL FAMILISMO EN LA POLÍTICA DE ASISTENCIA SOCIAL: IMPLICACIONES PARA EL CUIDADO FAMILIAR.

Resumen:
El objetivo de este artículo es lanzar un ollar sobre la construcción del significado de la familia, la centralidad de su papel en las políticas sociales y no servicio de acogimiento familiar adoptado como medida protectora excepcional y temporal para niños y adolescentes en situación de vulnerabilidad social, retirados de convivio familiar. Se trata de una revisión documental y bibliográfica, construida a partir de normas rectoras acciones, servicios, planes, programas, proyectos y políticas nacionales. Analizamos la concepción de la familia y su centralidad como núcleo social en la legislación nacional

[1] Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Educacional de Medianeira (2006) e em Sociologia pela UNINTER/MEDIANEIRA. Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA. E-mail: rosespielmann@gmail.com.
[2] Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1997), doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Atualmente é professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: maria.silva@unila.edu.br

en cuanto a la protección de su prole. Dada sua contradição e diferentes arreglos, discute-se o significado do familismo como eixo orientador da posição da família na política de asistencia social como espacio de interseção entre os domínios público y privado. Conclui-se que, apesar das mudanças em sua estrutura, os papéis da família permanecen inalterados ao longo de séculos, cabendo ao Estado intervir apenas quando não se revela capaz de proteger sus descendientes, lo que pone de relieve persistentemente el familismo definido en la Constitución Federal de 1988.
Palabras clave: Asistencia social; Familia acolhedora; Familismo; Políticas sociales.

1. INTRODUÇÃO

Ao se propor uma abordagem sobre familismo e sua correlação com o serviço de acolhimento familiar no âmbito da Política Social no Brasil destaca-se que esse tema é vasto e complexo formado essencialmente por um leque de características diferentes advindo das contradições que engendram o debate nas distintas e amplas discussões teórico-conceituais. De um lado, há pensadores que, em sua maioria conservadores, defendem um papel central da família na estrutura social por ser ela a base da formação de valores, da coesão social e do desenvolvimento individual. No outro lado posicionam-se aqueles, com pensamento progressista, que criticam essa visão e apontam para os riscos de perpetuar desigualdades, exclusões e violências dentro do ambiente familiar na defesa de que tal ambiente nem sempre é seguro e acolhedor, pois, não raro se torna palco de violência, negligência e abandono de crianças, adolescentes e jovens. Outros alertam que a centralidade da família como instituição voltada à resolução de situações sociais pode sobrecarregá-la, o que, em grande medida, tende a limitar o papel do Estado na garantia de direitos e proteção cidadã.

Nessa perspectiva, afirma-se que no Brasil, "[...] a política dirigida à família, mesmo que ofereça proteção, o faz para que ela seja apta a proteger seus membros, o que reforça as suas funções protetivas e a dependência do indivíduo das relações familiares, reforçando o 'familismo', ao invés de ser desfamiliarizante" (Teixeira, 2009, p. 206). Argumenta que toda reflexão sobre o papel ideal e universal da família conduz a se entender que este é sempre protetitivo, ou seja, essencialmente voltado às funções especializadas na formação da personalidade, educação e socialização de seus membros. Trata-se, então, do papel protetitivo "que a caracteriza e que deve ser desempenhado independentemente dos seus formatos, das condições de vida e acesso aos serviços sociais" (Teixeira, 2009, p. 259). Sob uma concepção conservadora e positivista de família, tais funções são típicas da família nuclear, ou seja, aquela formada por pai, mãe e seus filhos(as) dependentes (Parsons, 1991).

O papel protetitivo da família natural ou acolhedora é declarado na Constituição da República Federativa do Brasil (CF, Brasil, 1988), reforçado no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, Brasil, 1990) e em normas legislativas posteriormente editadas.

Neste artigo, foca-se na família acolhedora a partir do pressuposto de que o acolhimento familiar para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social retirados(as) do convívio da família natural se revela bem definido na legislação nacional, o que, em hipótese, abre a possibilidade de se ventilar a ideia que essa população está sendo assistida efetivamente pelas políticas públicas. Então, questiona-se por que retomar o debate a essa temática? Acredita-se que, em que se pese sua alargada abrangência, há pelo menos uma perspectiva de análise que motiva as reflexões propostas neste artigo. Trata-se de revisitar o entendimento de que a atual política social voltada a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social define duas modalidades de acolhimento: o institucional, predominante no país, acontece em uma instituição acolhedora, conhecido abrigo institucional, casa-lar; o acolhimento familiar que ocorre em uma família distinta do acolhido, a família acolhedora. Porém, o que se observa na pesquisa nacional no campo da Assistência Social é que há frequente predisposição para debater o acolhimento institucionalizado, em particular pelo legado histórico registrado da longa tradição brasileira da prática de internação

de crianças e adolescentes em instituições asilares, afastando do debate sobre a realidade vivenciada no acolhimento familiar. Além disso, há poucos estudos que abordam o familismo, mas nenhum deles tece uma correlação com o serviço de acolhimento familiar no campo da Política Social.

Não obstante, no cenário brasileiro pós-Constituição Federal de 1988 é notória a centralidade que a família encontra no debate e na organização da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), tendo na matricialidade sociofamiliar um eixo norteador. Esclarece-se, pois, que a "[...] matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social" (Brasil, 2004, p. 40).

Ao colocar a matricialidade sociofamiliar como um dos pilares do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a PNAS destaca a família em sua integralidade, em um contexto sociocultural que lhe é próprio para orientar suas ações e serviços.

Argumenta-se que a centralidade na família expressa no eixo matricialidade sociofamiliar nas diretrizes da PNAS evidencia uma tentativa de "[...] evitar a individualização do atendimento, e, assim, oculta a forte responsabilização e culpabilização sobre a família, que se torna compelida a prover grande parte de seu bem-estar social" (Fritzen; Moser; Pezzo, 2015, p. 1). Mesmo como lócus primário de socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas, a PNAS reconhece as intensas pressões exercidas pelos processos de exclusão sociocultural sobre as famílias, que acabam por acentuar suas fragilidades e contradições.

Na PNAS, a centralidade na família configura-se no âmbito das ações como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados para seus membros, mas que precisa ser cuidada e protegida. Não obstante, o trabalho social com as famílias requer necessariamente "[...] focar todos os seus membros e suas demandas, reconhecer suas próprias dinâmicas e as repercussões da realidade social, econômica e cultural vivenciadas por elas" (Souza, 2012, p. 2).

Diante da diversidade de pensamentos, instrumentos jurídicos e normativos que regulam esse serviço e considerando as lacunas deixadas pela pesquisa nacional, o objetivo deste artigo é lançar um olhar sobre a construção do significado de família, centralidade de seu papel nas políticas sociais e no serviço de acolhimento familiar adotado como medida protetiva excepcional e temporária para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, retirados do convívio familiar.

Trata-se de uma revisão documental e bibliográfica, construída a partir de um olhar sobre o arcabouço jurídico normativo que regulamenta ações, serviços, programas, planos, projeto e políticas nacionais voltadas à proteção de crianças e adolescentes.

2. A FAMÍLIA E SUA PROTEÇÃO LEGAL

No decorrer da história da humanidade, a organização familiar passa por diversas transformações, desde as configurações mais simples nas sociedades primitivas até as atualmente mais complexas (Engels, 2003). As mudanças nos modos de produção, relações de poder e estruturas sociais moldam diferentes modelos ou arranjos familiares, cada um com características, desafios e contradições. Reconhece-se, então, que o conceito de família precisa acompanhar as mudanças sociais, razão pela qual, no âmbito jurídico, há constante revisão e atualização para garantir a proteção de seus membros em consonância com os princípios de igualdade, dignidade e justiça social definidos na Constituição da República Federativa do Brasil (CF, Brasil, 1988).

Compreender a evolução da família moderna e seu conceito no ordenamento jurídico é fundamental para se entender o papel central que essa instituição desempenha na sociedade e os desafios que enfrenta no mundo contemporâneo.

Verifica-se que ao longo de séculos, a família passa a ser alçada a um lugar de responsabilidade pela proteção social de seus membros. Na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) reafirma-se a importância da família na proteção social de seus membros. No Brasil, os modelos protetivos norteadores das políticas públicas na área social têm instituído a centralidade na família, sendo-lhe imputado o lugar/espaço privilegiado de proteção de seus membros. Em especial referência à Constituição Federal (CF, Brasil, 1988), ao ECA (Brasil, 1990), à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, Brasil, 1993) e outras legislações procedentes.

Na Constituição Federal estabelece-se a família como "[...] base da sociedade" e "tem especial proteção do Estado" (art. 226, caput). Nela, define-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (§4º) e define-se que a assistência social tem como um de seus objetivos "a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice" (art. 203, CF, Brasil, 1988).

Em referência à proteção integral de crianças e adolescentes na forma de leis, na época de sua construção/aprovação, no ECA reconheciam-se duas formas de arranjo familiar: família natural e família substituta. Mas, a partir da Lei nº 12.010 (Brasil, 2009), no ECA inclui-se uma definição mais ampla para reconhecer a família como uma comunidade formada por pessoas unidas por laços de afinidade, parentesco ou afetividade (Valente, 2012).

A ampliação do conceito de família diante da aprovação da Lei nº 12.010 (Brasil, 2009) revela alguns aspectos importantes no ordenamento jurídico brasileiro. Em primeiro lugar, cita-se a nova definição de família que, independentemente de sua configuração, inclui arranjos formados por famílias homoafetivas,[3] anaparentais,[4] monoparentais,[5] interraciais[6] e recompostas ou reconstruídas[7]. Em segundo, além de permitir a adoção por casais homoafetivos, a Lei simplifica e acelera o processo de adoção, inclui a redução do tempo máximo de espera para iniciar o processo de adoção, a criação de cadastros de pretendentes. Em terceiro, reforça o papel do Estado na proteção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, incluiu a criação de mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária de acolhidos, a promoção da adoção tardia e de crianças com necessidades especiais (Grisard Filho, 2003; Dias, 2009; Schucman, 2018; Lépore; Rossato, 2022).

A alteração de dispositivos do ECA pelas Leis nº 12.010 (Brasil, 2009) e nº 13.509 (Brasil, 2017), que trouxe diversas modificações quanto a prazos em busca de celeridade processual, o procedimento de adoção representa importante avanço legislativo ao atribui competências jurídicas à proteção integral de crianças e adolescentes sempre atribuídas à família independentemente de seu arranjo.

No ECA pela Lei nº 12.010 (Brasil, 2009) define-se a família natural como "[...] comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes" (*caput,* art. 25). A família extensa ou ampliada é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (parágrafo único, art. 25). A família substituta (art. 19) é a que substitui a família natural em casos de guarda, tutela, adoção ou curatela. Tanto a família natural como a substitua têm o dever de assegurar à criança ou ao

[3] Expressão que indica o reconhecimento das famílias decorrentes da união entre pessoas do mesmo sexo (Dias, 2009).
[4] Diz-se às famílias formadas por irmãos sem pais (Dias, 2009).
[5] Configura-se pela "[...] convivência entre parentes ou entre pessoa, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito [...]" (Dias, 2015, p. 140).
[6] São formadas quando pelo menos um de seus membros é reconhecido como pertencente a outra raça (Schucman, 2018).
[7] Configura-se a partir do desdobramento de outras famílias, quando pelo menos uma criança provém de uma união anterior de um dos cônjuges e todos vivem sob o mesmo teto (Grisard Filho, 2003).

adolescente os direitos fundamentais previstos constitucionalmente e reafirmados no ECA (art. 4º). Porém, a família substituta tem o direito de receber apoio do Estado na forma de recursos para moradia, alimentação, educação, saúde, entre outros (Brasil, 1990).

Dentre outros dispositivos alterados no ECA pela Lei nº 12.010/2010 estão a guarda, tutela, adoção e curatela. Para a guarda, define-se que a família guardiã fica obrigada a "[...] prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais" (art. 33, Brasil, 1990).

No ECA, a tutela abrange a proteção legal de crianças e adolescentes menores de 18 anos que não possuem pais ou responsáveis legalmente. O deferimento da tutela pela autoridade judiciária "[...] pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda" (parágrafo único, art. 36, Brasil, 1990). Isso significa que ao ser deferida a tutela, os pais perdem ou têm seus direitos e deveres sobre os filhos suspensos por decisão judicial.

Define-se no ECA que adoção é uma "[...] medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa" (§1º, art. 39). Já a curatela é uma institucionalidade de caráter protetivo e assistencial para maiores de dezoito (18) anos incapazes de zelar por seus próprios interesses, reger sua vida e administrar seu patrimônio (Brasil, 1990).

No ECA é resguarda a defesa de direitos da criança e adolescente pela ação de um curador especial, sempre que seus interesses colidam com os de seus pais ou responsável, ou quando eventualmente carecer de representação ou assistência legal (art. 142, parágrafo único, Brasil, 1990). Mas, é de competência da Justiça da Infância e da Juventude "[...] designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente" (art. 148, parágrafo único, 'f', Brasil, 1990).

Ainda, prevê-se que as medidas de proteção à criança e adolescente são aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados: (I) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; (II) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; (III) em razão de sua conduta (art. 98, incs. I a III, Brasil, 1990). Às vezes, é indispensável à nomeação de um curador para tutelar os interesses infantojuvenil.

Sob a concepção de matricialidade sociofamiliar sustentada na CF (Brasil, 1988) e ECA (Brasil, 1990), na PNAS (Brasil, 2004), a família é concebida como um núcleo social fundamental que tem por finalidade efetivar ações e serviços do SUAS, o que revela seu caráter familista. Nesse âmbito, define-se a família como um "conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade", cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e compartilhamento de renda e/ou dependência econômica (Brasil, 2004, p. 41). Por tal, amplia-se o modelo 'padrão' da família natural, exclui a referência de tempo e de lugar e supera a imagem de família idealizada na concepção conservadora e positivista, composta por pai, mãe e filhos dependentes (Parsons, 1991).

Porquanto, acredita-se que os diferentes arranjos familiares presentes no ECA deveriam construir uma "visão pluralista de família [...] que permita enlaçar no conceito de entidade familiar todos os relacionamentos que têm origem em um elo de efetividade, independentemente de sua conformação" (Dias, 2015, p.133). Poderiam ser inclusas outras entidades como a família homoafetiva, anaparental, monoparental, interracial e recomposta ou reconstruída. Porém, de certa maneira, tal inclusão tenderia a se afastar da típica família nuclear na qual o provedor masculino e a mulher cuida da prole e da família inteira (Parsons, 1991). Por outro ângulo, tenderia a frustrar as expectativas familistas caso as diferentes unidades familiares não assumissem a responsabilidade pelo bem-estar social infantojuvenil.

A importância da família no contexto da vida social é claramente explicita na CF (art. 226, Brasil, 1988) ao defini-la como "base da sociedade" e colocá-la sob "especial proteção do Estado". Essa definição endossa o conceito de família presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que a traduz como o núcleo natural e fundamental da

sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. Essa base conceitual é reafirmada na legislação brasileira específica para a Assistência Social, ECA e LOAS, dentre outras. Então, a partir dessa base é que se discutem os significados de familismo, acolhimento familiar e institucional de crianças e adolescentes no contexto brasileiro.

3. FAMILISMO E ACOLHIMENTO FAMILIAR

Tem-se definido familismo "[...] como uma alternativa em que a política pública considera – na verdade exige – que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social" (Campos; Mioto, 2009, p. 170). Nesse sentido, familismo é concebido como responsabilização social da família, pois "tanto as definições legais quanto operacionais das políticas sociais brasileiras" têm forte caráter familista (Mioto, 2008, p. 136).

A fim de desvendar nuances do significado de família embutido nos conceitos de acolhimento familiar ou institucional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social retirados(as) do convívio familiar, é crucial se compreender a essência da palavra "acolher", o alicerce desses conceitos.

Acolher significa "dar ou receber refúgio, abrigo ou proteção", traduzindo-se em "abrigar, proteger, recolher e refugiar" (Prebitam, 2023). Alguns conceitos presentes nas Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança – *Guidelines of Alternative Child Care* – (DCAC, ONU, 2009) são relevantes para o significado de acolhimento familiar no Brasil pós-Constituição Federal de 1988.

Com base em Schuster (2010, p. 51-2), contempla-se o conceito de cuidados alternativos em família como um tipo de cuidado à criança e/ou adolescente que vive afastada(o) de origem biológica. Esse conceito envolve situações de acolhimento familiar, adoção, lares de convivência ou outros de natureza preventiva e protetiva definidos no Brasil pós-Constituição/1988, norteadores da Política Social na tentativa de se afastar do caráter imediatista do assistencialismo.

Nas DCAC (ONU, 2009), a família é definida como um grupo de indivíduos que pertencem a uma mesma descendência, sendo estabelecido ou não um vínculo de parentesco entre pai, mãe e filhos. Por tal definição, assegura Schuster (2010) que a família é concebida como o núcleo menor de pertença, de destinação natural, essencialmente constituído por laços socioafetivos significativos, mesmo que não exista nele a figura da mãe ou do pai.

Segundo as DCAC, a instituição de abrigamento se configura em uma residência a cargo de pessoas responsáveis pelo cuidado (ONU, 2009). Esta concepção inclui amplo espectro de espaços que vão desde os tradicionais orfanatos que, geralmente abrigam considerável número de crianças e adolescentes – os 'internos' – até outras expressões institucionais de abrigamento (Schuster, 2010).

Pelas DCAC, a institucionalização implica na inclusão de criança e/ou adolescente em residências institucionais, como as casas-lar, as quais são pequenas instituições dispostas a acolher reduzido número de crianças e/ou adolescentes e que têm como responsáveis uma figura estável. Trata-se, pois, de um espaço de convivência onde os cuidadores convivem em tempo integral com os(as) abrigadas(os), que contempla o significado atribuído à criança privada de cuidado parental (ONU, 2009).

A definição das DCAC enseja o acolhimento e a forma como toda criança que não vive com pelo menos um de seus pais, por qualquer causa, razão, sem importar as circunstâncias geradoras do afastamento (Schuster, 2010). Aqui há que se considerar que, certas circunstâncias tendem a ampliar as reais possiblidades de a criança se manter sob cuidados da família extensa ou no acolhimento institucional, o que pode comprometer seu desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial (Siqueira; Scott; Schmitt, 2019).

Na aplicação das DCAC prevalece o melhor interesse da criança privada de cuidados parentais, "levando em consideração o desenvolvimento pleno e pessoal, seus direitos no ambiente familiar, social e cultural e sua condição como sujeito de direito". Durante todo o

processo de acolhimento é preciso se atentar “para o direito da criança em ser ouvida e ter seus pontos de vista levados em consideração de acordo com sua idade e maturidade” (ONU, 2009, p. 4). Defende-se, pois, que “a retirada de uma criança da família de origem deve ser considerada como último recurso, e, deve ser, sempre que possível, temporária, e pelo menor prazo possível”. Por fim, define-se que “[...] nenhuma criança deverá ficar, em momento algum, sem o apoio e a proteção de um guardião legal ou de outro adulto reconhecido como seu responsável” (ONU, 2009, p.6).

A partir dessas considerações, busca-se entender o significado do acolhimento como medida alternativa de cuidado diante da realidade brasileira. Observa-se que, historicamente, estudos nas áreas da demografia, antropologia e outras de natureza social revelam a existência de uma antiga cultura de ajuda mútua entre as famílias brasileiras que, na atual literatura, é identificada como o cuidado familiar prestado a crianças e/ou adolescentes por uma família ou por alguém pertencente ou não à família extensa ou ampliada.

Até final do século XIX, os acolhidos no cuidado familiar eram conhecidos como ‘filhos adotivos’ e, raramente, chegava-se à regularização da guarda, tutela ou adoção (Avanci; Carvalho; Assis, 2013, p. 291), tratava-se do acolhimento informal (Valente, 2008), uma prática muito comum na América Latina que, comumente, acontecia dentro da própria família extensa ou por outros membros da comunidade sem a intervenção de algum órgão estatal (Schuster, 2010). Especificamente no Brasil, a cultura de ajuda entre as famílias no cuidado à criança e/ou ao adolescente – acolhimento informal – é investigada em várias pesquisas nacionais com abordagem em todas as classes sociais, mas se revela com maior ênfase naquelas famílias empobrecidas (Avanci; Carvalho; Assis, 2013).

Diferente do acolhimento informal, o acolhimento formal é visto como uma “prática mediada por profissionais, com plano de intervenção definido, administrado por um serviço, conforme política pública já estabelecida” (Cabral, 2004, p. 11).

O acolhimento formal pode ocorrer em ambiente institucional, casa abrigo, ou em ambiente familiar como definido na legislação brasileira pós-CF/1988. Especificamente no Brasil o acolhimento familiar se afasta definitivamente da informalidade e passa a ser legalmente reconhecido a partir da Lei nº 12.010, que define a *preferência da inserção* de crianças e adolescentes com seus direitos violados em *programas de acolhimento familiar* (Brasil, 2009, grifo nosso). A partir de então, define-se acolhimento familiar como uma das “[...] modalidades interventivas do Estado na proteção e defesa dos filhos negligenciados ou com direitos violados pela família natural” (Avelino; Barreto, 2015, p. 146).

O acolhimento familiar consiste, sobretudo, em um serviço especializado que proporciona a vivência em um contexto familiar alternativo, afastado da situação de vida da criança e/ou do adolescente no interior de sua família natural (Delgado, 2010). Em assim sendo, o acolhimento familiar é oficialmente uma medida protetiva que se destina a reduzir o impasse gerado no caso de acolhimento institucional em relação ao direito à convivência familiar (Valente, 2012) até porque a efetividade do acolhimento em família evidencia a real possibilidade de estreitamento de laços socioafetivos entre a família acolhedora, a criança e/ou o adolescente acolhido(a) (Costa; Rossetti-Ferreira, 2009). No acolhimento familiar, a construção de laços socioafetivos se revela saudável para todos os envolvidos (Costa, 2009).

O acolhimento familiar abre à criança e/ou ao adolescente a oportunidade de conviver em uma família extensa ou não, nem sempre consanguínea, oferece abrigo em “[...] um lar novo inteiramente desconhecido, na companhia de outros adultos e crianças que nunca vira até então, com os seus costumes, as suas regras, os seus valores, os seus afetos, um modo de ser muito provavelmente distinto do padrão a que estava habituado” (Delgado, 2010, p. 459).

A origem do acolhimento familiar se associa ao aumento de criticas ao modelo de abrigamento institucionalizado, a superlotação e as condições precárias de muitos abrigos institucionais, as quais geraram a busca por alternativas mais humanizadas e familiares para o acolhimento de crianças e adolescentes (Valente, 2012).

Daí porque a partir da Lei nº 12.010 (Brasil, 2009) fica estabelecido que o acolhimento institucional e/ou familiar "[...] são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade" (art. 101, Brasil, 2009). Por força da citada lei, o acolhimento fica instituído como medida de proteção, mas sem um arcabouço jurídico específico (Valente, 2013) e assume característica de serviço (SFA), afastado do significado de programa, isso porque revela características singulares para acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social por um período determinado. Em termos de políticas públicas, na qualidade de serviço socioassistencial, o acolhimento familiar se configura como uma alternativa vital à garantia da proteção integral de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social (Brasil, 2009a).

A incumbência do SFA é organizar o "acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas". Não sendo possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o SFA procede ao encaminhamento para adoção, sendo "[...] o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem" (Brasil, 2009a, p. 54).

A prestação de serviço em família acolhedora deve ser organizada e executada no âmbito da PNAS segundo princípios, diretrizes e orientações do ECA a fim de resguardar a preservação e a reconstrução dos vínculos com a família de origem.

Ao altera dispositivos do ECA (§1º, art. 19, Brasil, 1990), Lei nº 12.010 (Brasil, 2009) busca garantir a reavaliação periódica a cada seis (6) meses sobre a situação das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento familiar ou institucional. Mais tarde, pela Lei nº 13.509 (Brasil, 2017), tal reavaliação deve ser realizada a cada três (3) meses, com base em relatórios da equipe técnica que acompanha a criança ou adolescente e sua família de origem, é importante para garantir que a criança ou o adolescente permaneça em um ambiente seguro e adequado para seu desenvolvimento integral. Notadamente, além da atualização de informações relevantes para cada caso, tal reavaliação permite que a autoridade judiciária tome decisões mais acertadas sobre o melhor interesse da criança ou adolescente.

Mais uma vez, a norma legal (Brasil, 2017) recorre à instituição família como agente provedor de proteção social a fim de desempenhar seu salutar papel de solidariedade (Mioto *et al*, 2018). Na qualidade de prática social de ajuda entre os próprios membros da família, a solidariedade pode ocorrer desde assumir riscos e obrigações familiares até a ação de dar e receber ajuda. Então, como centralidade das políticas sociais brasileiras, notadamente a família, seja natural ou acolhedora, continua presente praticamente em todos os arranjos de proteção social. Expressivamente, a partir do *status* de política nacional, é o serviço da família acolhedora que assume a oferta de suporte e presta ações pontuais para promover a reinserção, reintegração ou reunificação familiar (Brito; Rosa; Trindade, 2014). Porém, esse serviço não significa a reunião física de crianças e adolescentes afastados dos cuidados de suas famílias de origem, sobretudo, requer um entendimento mais amplo com vistas à reunificação psicológica da família e da própria criança e/ou adolescente acolhida(o). Trata-se, pois, do processo planejado de reconexão que acontece por uma variedade de serviços e apoio a acolhidas(os), às suas famílias ou a outras pessoas envolvidas (Siqueira; Scott; Schmitt, 2019).

Considera-se, ainda, no âmbito do SUAS, que a família acolhedora presta um serviço de proteção social especial de alta complexidade, o qual visa acolher crianças e adolescentes que afastados de suas famílias de origem com o objetivo de proporcionar um ambiente acolhedor e seguro, enquanto eles/elas aguardam o retorno à família de origem ou passem pelo processo de adoção. Aqui, ressurge o pressuposto característico do familismo, uma vez que vem norteado pela centralidade da família na proteção social ao responsabilizar a família acolhedora pelo cuidado e proteção da criança ou do adolescente acolhida(o). Essa

responsabilização é expressa na exigência de que as famílias acolhedoras atendam a uma série de requisitos, como ter disponibilidade de tempo, espaço e recursos financeiros.

Em grande medida, o aprofundamento do caráter familista e as discutidas expressões do familismo que marcaram a história das políticas sociais brasileiras têm levado a intensificação do trabalho familiar. É nesse contexto que o familismo vem sendo "[...] entendido com a perspectiva em que a política pública considera – na verdade insiste – que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros" (Mioto; Dal Prá, 2012, p. 8).

Notadamente, o conceito de familismo se firma na ideia de que a responsabilidade pelo cuidado e bem-estar das(os) acolhidas(os) deve ser primordialmente atribuída às unidades familiares, independentemente do arranjo familiar. Isso sugere que o Estado e as instituições públicas não desempenham papel acentuado na provisão de políticas e serviços sociais. Nessa direção é fundamental reconhecer a importância das famílias e apoiá-las (Faco; Melchiori, 2009; Castilho; Carloto, 2010), garantir que o Estado cumpra seu papel em termos de igualdade social e acesso universal aos serviços essenciais, "[...] mais que ser reconhecida como instância de cuidado e proteção, deve ser reconhecida como instância a ser cuidada e protegida, enfatizando a responsabilidade pública" (Mioto, 2003).

Ao enfatizar a relevância do convívio familiar e comunitário considerado essencial para o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, acredita-se que é nesse ambiente que eles/elas aprendem sobre valores, normas e regras sociais, bem como desenvolvem suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas. Porém, deve-se considerar que, para isso acontecer, é preciso compartilhar as responsabilidades de forma coletiva entre as diversas instituições (família, comunidade, Estado, escolas, instituições de acolhimento) assumindo papéis cruciais e complementares.

Entende-se, pois, à luz da Constituição Federal de 1988 que, em termos de proteção social, é a família que assume a responsabilidade de cuidar e proteger a prole; o Estado tem o dever de tutelar de todas as formas de violência, negligência e exploração e garantir o acesso de crianças e adolescentes a serviços públicos de qualidade, como educação, assistência social e saúde; a sociedade civil deve desempenhar seu papel para garantir o direito à convivência familiar e comunitária para o desenvolvimento integral da população infantojuvenil.

Notoriamente, embora o acolhimento familiar apresente benefícios inegáveis para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, é crucial reconhecer suas implicações negativas, especialmente quando utilizado como justificativa para a omissão do Estado na garantia de políticas públicas eficazes. Sendo assim, atribuir a responsabilidade exclusiva do cuidado e da proteção de crianças e adolescentes às famílias acolhedoras, desconsiderando o papel fundamental do Estado, reforça-se a concepção familista e ignoram-se as diversas causas da vulnerabilidade social, muitas vezes resultantes de falhas estruturais e políticas públicas ineficazes. A imposição de requisitos rigorosos às famílias acolhedoras, às vezes de difícil cumprimento, pode criar barreiras desnecessárias ao acesso de crianças e adolescentes a esse tipo de cuidado. Acredita-se ser fundamental que esses critérios sejam revistos e adaptados à realidade das famílias brasileiras, priorizando a capacidade de oferecer um ambiente seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

É importante ressaltar que os processos de acolhimento envolvem questões privadas da vida da criança e do adolescente, como a história familiar de cada um(a), os motivos que levam ao afastamento do convívio familiar, suas necessidades e potencialidades. Por isso, advoga-se que a equipe técnica do acolhimento institucional e do SAF deverá ser composta por profissionais qualificados e com experiência na área, capazes de lidar com essas questões de forma ética e profissional.

Mediante a complexidade que norteia o acolhimento familiar e o institucional, considerado não apenas uma obrigação legal, mas também uma oportunidade de garantia

dos direitos fundamentais da criança e do adolescente é relevante que tal acolhimento envolva diversos aspectos, como o contexto familiar e social, as necessidades específicas e recursos disponíveis. É fundamental que o atendimento oferecido pelo Estado seja de qualidade, pois se trata de "acolher sujeito de direitos estatuídos, de acolher crianças e adolescentes em seus respectivos contextos de vida, suas histórias e singularidades" (Santos; Macedo, 106, p. 15).

Ao enfatizar que o acolhimento institucional demanda maior precisão em termos conceituais e operacionais, indaga-se sobre o sentido de ser desse tipo de acolhimento: quem acolhe e quem é acolhido? Qual o significado de 'acolhido' na história desse sujeito? O que é suportado ouvir, confrontar, apontar para a possibilidade de intervenção e, por outro lado, o que se faz preferível ocultar e mascarar, face à crueza da realidade que se apresenta? Acolhe-se o sujeito, em meio a sua história e a sua família, ou acolhe-se o sujeito que, enfim, 'encontra' na instituição social normativa 'possibilidade de existência'? (Barros, 2011). Até, então, não se encontram respostas definitivas para essas questões, "sugerindo-se que o sentido de ser do acolhimento institucional é uma questão complexa e que deve ser considerada a partir de diferentes perspectivas" (Barros, 2011, p 171).

O sentido de ser do acolhimento institucional é uma questão a ser discutida e refletida por todos os envolvidos no processo, até porque é uma medida temporária que visa preparar as crianças e adolescentes para retornar à família ou ser encaminhados para adoção. Sendo, assim, precisa ser realizado de forma humanizada e respeitosa a fim de garantir o bem-estar do(a) acolhido(a).

De maneira semelhante, deve-se considerar muito além do acolhimento institucional, o acolhimento familiar situa-se em um espaço de interseção entre o domínio privado e domínio público, o que se constitui uma contradição, isso porque

> [...] pretende ser um espaço de vida familiar normal, que contribua para o desenvolvimento da criança, mas integra-se ao mesmo tempo num sistema que faz solicitações que reduzem a qualidade da vida familiar, e, por consequência, a capacidade de proporcionar o desenvolvimento desejado (Twigg; Swan, 2007 *apud* Delgado, 2010, p. 462).

A inserção do acolhimento familiar no domínio privado decorre pelo fato de a família acolhedora se colocar na área da intimidade, da individualidade, e se define por sentimentos subjetivos de amor, ciúme, confiança, posse, além de outros. Insere-se no domínio público porque a família acolhedora se submete ao acompanhamento e a avaliação da competência feita por uma equipe técnica especializada, e, ainda, porque implica em um suporte financeiro que a obriga a celebração de contratos e à participação em reuniões ou atos administrativos e judiciais decorrentes, exatamente, mediante sua condição de família acolhedora (Delgado, 2010).

Importam referências à Declaração da ONU, válida partir de 1986, quanto aos princípios sociais e jurídicos da proteção e do bem-estar das crianças, quando se trata de colocação lares de guarda, onde o sentido da proteção e responsabilização da família pelo cuidado da prole revela nítido caráter familista.

Dentre seus princípios enunciados, destaca-se o primeiro deles (A) composto por cinco artigos que tratam do bem-estar geral da instituição família, definindo que "[...] todos os estados devem dar alta prioridade ao bem-estar da família e da criança" (art. 1º), posto que "[...] o bem-estar da criança depende do bem-estar da família" (art. 2º).

Como primeira prioridade determina-se que "[...] a criança deve receber cuidados de seus próprios pais" (art. 3º), porém ressalta que, casos em que os pais não

> [...] possam cuidar da criança ou seus cuidados sejam impróprios, deve ser considerada a possibilidade de que os cuidados sejam encarregados a outros familiares dos pais da criança, outra família substitutiva – adotiva ou de

> guarda – ou caso seja necessário, uma instituição própria (art. 4º, ONU, 1986).

Resguarda-se, por fim, que "[...] em todas as questões relativas ao cuidado de uma criança por pessoas que não sejam seus próprios pais, os interesses da criança, em particular sua necessidade de receber afeto e seu direito à segurança e aos cuidados contínuos, devem ser a consideração fundamental" (art. 5º) (ONU, 1986).

O segundo princípio (B) da Declaração da ONU trata da colocação em lares de guardas de crianças e reafirma que tais lares devem ser regulamentados por lei (art. 10), assegurando que a colocação em "[...] lares de guarda tem caráter temporal, mas pode continuar, ser necessário, até a idade adulta, porém não deverá excluir a possibilidade de restituição da própria família nem de adoção antes desse momento" (art. 11). Define que em "[...] todas as questões relativas à colocação das crianças em lares de guarda deverão ter participação adequada à futura família de guarda", assegurando o bem-estar da "[...] criança e de seus próprios pais". Reafirma que sempre "[...] uma autoridade ou órgão competente deverá ser encarregado da supervisão do bem-estar da criança" (art. 12, ONU, 1986).

A Declaração da ONU (1986) continua a ser um importante instrumento para a proteção dos direitos das crianças em situações de acolhimento familiar no Brasil e no mundo. Acredita-se que a implementação plena de seus princípios e diretrizes é essencial para garantir que todas as crianças em acolhimento familiar tenham acesso a um ambiente seguro, acolhedor capaz de promover seu desenvolvimento integral.

Ainda que a Doutrina de Proteção Integral tenha por objetivo garantir as condições mínimas necessárias à criança e ao adolescente pela situação peculiar de desenvolvimento, há que se concordar que essa estratégia recoloca sobre os ombros da família a responsabilidade primeira de responder por essa proteção, o que acaba por minimizar o papel do Estado na condução da política (Lépore: Rossato, 2002).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lançar um olhar sobre a construção do significado de família, centralidade de seu papel nas políticas sociais e no serviço de acolhimento familiar adotado como medida protetiva excepcional e temporária para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, retirados do convívio familiar, identifica-se a centralidade que a família ocupa na garantia da proteção integral de sua prole.

Notadamente, ao contemplar direitos e garantias à criança e ao adolescente, a legislação brasileira normatiza os serviços socioassistenciais com a máxima e primeiríssima centralidade na família. Essa máxima reproduz notável expressão do familismo como estratégia central da Política Social. Revela-se, sobretudo, em uma tendência incorporada pelo Estado que, ao adotá-la como estratégia operacional, delega a terceiros a responsabilidade pelo provimento de condições necessárias à garantia de proteção social estatuída constitucionalmente e reafirmada no ECA.

Sobretudo, o ECA reforça o familismo ao estabelecer diretrizes e critérios para o acolhimento institucional ou em família acolhedora, além de predizer a possibilidade de reintegração familiar ou, na impossibilidade de isso ocorrer, incentiva a busca por uma família substituta para que a criança e/ou o adolescente possa viver em um ambiente saudável e propício ao seu crescimento e desenvolvimento. Desta forma, o que se observa é que mesmo envoltas a tantas contradições, as medidas estatuídas no ECA e na legislação posterior objetivam garantir a proteção e o cuidado adequados a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social, mesmo que tais cuidados não sejam ofertados pela família natural.

Recupera-se particularmente que por força da Lei nº 12.010/2009 ocorrem alterações significativas no ECA que visam impulsionar as políticas socioassistenciais voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em particular no que se refere

à expressa preferência do legislador pelo acolhimento familiar (§1º, art. 34, ECA, nova redação, Brasil, 2009). Anteriormente, nas alterações propostas, observa-se havia maior ênfase para o acolhimento institucional, em abrigos e casas de passagem, o que propiciava certo afastamento do familismo refletido na CF (Brasil, 1988). Tal mudança busca proporcionar um ambiente mais afetivo e acolhedor às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social acabando por reconhecer os serviços de acolhimento familiar, nos quais são acolhidos por famílias substitutas temporárias ou permanentes. Porém, mesmo com as mudanças na legislação nacional e na composição familiar, concorda-se com a opinião de Castilho e Carloto (2010) que o familismo continua na centralidade da política nacional. Portanto, há que se considerar que, em sua essência, a família e os laços afetivos que incorporam sua convivência nada mudou.

Encerra-se com a expressão firmada no 2º Encontro do Sistema de Justiça "Prioridade pelo acolhimento familiar", em 2023, Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que mais uma vez reforça o caráter familista da política nacional: "Mudar o cenário do modelo institucional para o modelo familiar é um grande desafio e é preciso que as pessoas vençam a resistência em nome das vantagens que essa alternativa traz. O ambiente é favorável ao avanço" (Pereira, 2023).

Destaca-se, por fim, a necessidade de permanentes estudos e futuras pesquisas que se proponham a investigar sobre o acolhimento familiar e discutir o caráter familista da legislação nacional quando se trata do acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social retirados do convívio familiar.

REFERÊNCIAS

AVANCI, J. Q.; CARVALHO, M. J. B.; ASSIS, S. G. Serviço de acolhimento em família acolhedora. In: ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P.(Org.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 291-348.

AVELINO, D. A. O.; BARRETO, M. L. M. A família acolhedora e a política pública: um modelo em avaliação. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 26, n. 1, p. 143-73, 2015.

BARROS, P. C. M. Acolhimento institucional: um lugar de cuidado e de subjetivação. In:

BRASIL (país). **Constituição da República Federtiva do Brasil**. Brasília: CC, 1988.

BRASIL (país). **Leis ordinárias**. Disponível em: https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-ordinarias. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL (país). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**: PNAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. SUAS. **Sistema Único de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social – Brasília – DF. 2009a. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em 13 de fev. 2024.

BRITO, C. O.; ROSA, E. M.; TRINDADE, Z. A. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 401-13, 2014.

CABRAL, C. Perspectivas do acolhimento familiar no Brasil. In: CABRAL, C. (Org.) **Acolhimento familiar**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

CASTILHO, C. F. V.; CARLOTO, C. M. O familismo na política de assistência social: um reforço à desigualdade de gênero. *In*: **Anais**. I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2010, p. 13-21.

COSTA, N. R. A. Significações de vínculo afetivo de profissionais do acolhimento familiar. *In*: **Anais**. III Seminário Internacional de Acolhimento Familiar. Campinas, 2019.

COSTA, N. R. A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicologia e Desenvolvimento**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 111-18, 2009.

DELGADO, P. A experiência da vinculação e o acolhimento familiar: reflexões, mitos e desafios. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 457-67, 2010.

DIAS, M. B. **Uniões homossexuais, o preconceito e a justiça**, 2009. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/518/As+Uni%C3%B5es+Homoafetivas+na+Justi%C3%A7a Acesso em: 12 jun. 2023.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. São Paulo: Editoria Revista dos Tribunais, 2015.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. **SER Social**, Brasília, n. 12, p. 165-90, 2009.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 9. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FACO, V. M. G.; MELCHIORI, L. E. Conceito de família: adolescentes de zona rural e urbana. In: VALLE, T. G. M. (Org.). **Aprendizagem e desenvolvimento humano**: avaliações e intervenções. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 122-35.

FRITZEN, J.; MOSER, L.; PESSO, T. A centralidade da família na política de assistência social brasileira: Reflexões sobre a matricialidade sociofamiliar e a vigilância socioassistencial. *In*: **Anais**: I Coloquio Regional: ¿Familias Contemporáneas – Interveniones Contempoáneas? Familias y Nuevas Matriz de Protección Social. Montevideo, 2015.

GRISARD FILHO, V. **Famílias reconstituídas** (nova forma de conjugalidade e de parentalidade). Tese (Doutorado em Direito das Relações Sociais). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

LÉPORE, P.; ROSSATO, L. **Manual de direito da criança e do adolescente.** 2. ed. São Paulo: Juspodivm, 2022.

MIOTO, R. C. T. Família e proteção social: intervenções profissionais contemporâneas? *In*: TEIXEIRA, S. M. **Trabalho com família**: no âmbito das políticas públicas. Campinas: Papel Social, 2018, p. 25-44.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. *In*: **Anais**. XIII Enpess. Encontro Nacional de Pesquisadores do Serviço Social. Juiz de Fora, nov. 2012, p. 1-11.

MIOTO, R. C. T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I. *et.al* (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, R. C. T. **A centralidade da família na política de assistência social**: contribuições para o debate. Ministério da Assistência Social/Brasília. 2003. Disponível em: https://core.ac.uk/download/233143413.pdf. Acesso em: 09 set. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Diretrizes de cuidados alternativos à criança**. Conselho de Direitos Humanos, 15 jun. 2009. Disponível em: https://www.neca.org.br/images/apresent._II%20seminario/Guidelines%20Portuguese%20-%20ONU%20CUIDADOS%20ALTERNATIVOS%20(1).pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração sobre os princípios sociais e jurídicos relativos à proteção e ao bem-estar das crianças**, com particular referência à colocação em lares de guarda, nos planos nacional e internacional. 1986. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/dec86.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração universal dos direitos humanos** (DUDH). Nações Unidas. Brasil: ONU, 1948.

PARSONS, T. **The social system**. 1991. Disponível em: https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/10/The-Social-System-by-Talcott-Parsons.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

PEREIRA, J. F. **Notícia**. Experiências bem-sucedidas comprovam viabilidade do acolhimento familiar. Conselho Nacional de Justiça. 2023. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/experiencias-bem-sucedidas-comprovam-viabilidade-do-acolhimento-familiar/. Acesso em: 20 mar. 2024.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da língua portuguesa**. 2023. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/pol%C3%ADtica#google_vignette. Acesso em: 30 jan. 2024.

SANTOS, S. C. C. S.; MACEDO, L. E. M. Lyra (Org.). **Acolher**: orientações sobre o acolhimento institucional e familiar. Recife: Procuradoria Geral da Justiça, 2016.

SCHUCMAN, L. V. **Famílias inter-raciais**: tensões entre cor e amor. Salvador: EDUFBA, 2018.

SCHUSTER, R. Crianças e adolescentes sem cuidados parentais na América Latina: contextos, causas e consequências da privação do direito à convivência familiar e comunitária. **RELAF**: Red Latinoamericano de acogimiento familiar. 2010. Disponível em: https://www.relaf.org/portugues/doc_latinoamericano_portugues.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

SIQUEIRA, A. C.; SCOTT, J. B.; SCHMITT, F. M. Reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos: atuação do psicólogo em três estados brasileiros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 24, p. e41565, 2019.

SOUZA, F. O. A centralidade da família no sistema único de assistência social e questões de gênero. *In*: **Anais**: Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis, v. 1, p. 10, 2010.

TEIXEIRA, S. M. T. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista Políticas Públicas**, São Luiz, n. 2, v. 13 p. 255-64, 2009.

VALENTE, J. A G. **O acolhimento familiar como garantia do direito à convivência familiar e comunitária**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC, 2008.

VALENTE, J. A. G. **Família acolhedora**: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2012.

Recebido em: 07/02/2025
Aprovado em: 25/08/2025

LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE COMBATE AO ASSÉDIO NA ITAIPU BINACIONAL: UM ENFOQUE BRASIL-PARAGUAI

Maria Eduarda Fagundes de Oliveira[1]

Resumo:
O presente artigo explora as limitações e possibilidades de implementação de mecanismos de combate ao assédio moral, sexual e discriminações na Itaipu Binacional, empresa internacional regida por Brasil e Paraguai. A análise considera a complexidade cultural e jurídica envolvida em uma organização transnacional, destacando os desafios que surgem da coexistência de normas legais distintas e realidades sociais diversas. Utilizando uma abordagem qualitativa, documental e bibliográfica, o estudo examina as legislações brasileira e paraguaia, além de práticas institucionais da Itaipu para prevenir e enfrentar o assédio. A pesquisa analisa a criação revela como as diferenças culturais entre os dois países influenciam diretamente a criação de políticas eficazes e integradas de combate ao assédio, sublinhando a importância da cooperação binacional e do respeito à soberania de cada nação. Para tanto, buscou-se investigar a metodologia e resultados desenvolvidos pelo grupo de combate a assédio moral, sexual e discriminações na Itaipu Margem Esquerda. O trabalho conclui que a criação de grupos de estudos como estes são fundamentais para a construção de mecanismos de combate a assédios e discriminações e para o sucesso dessas iniciativas, é essencial que as políticas contemplem a diversidade cultural e sejam aplicadas de forma equitativa em ambas as margens da empresa.
Palavras-Chave: Direito Internacional; Mecanismos antiassédio; Violência de gênero.

LIMITATIONS AND POSSIBILITIES OF IMPLEMENTING MECHANISMS TO COMBAT HARASSMENT AT ITAIPU BINATIONAL: A BRAZIL-PARAGUAY FOCUS

Abstract:
This article explores the limitations and possibilities of implementing mechanisms to combat moral and sexual harassment, as well as discrimination, at Itaipu Binational, an international organization governed by Brazil and Paraguay. The analysis considers the cultural and legal complexities inherent in a transnational organization, highlighting the challenges posed by the coexistence of distinct legal frameworks and diverse social realities. Employing a qualitative, documentary, and bibliographic approach, the study examines Brazilian and Paraguayan legislation, along with Itaipu's institutional practices to prevent and address harassment. The research reveals how cultural differences between the two countries directly influence the development of effective and integrated policies to combat harassment, emphasizing the importance of binational cooperation and respect for each nation's sovereignty. To this end, the study investigates the methodology and results developed by the group dedicated to combating moral and sexual harassment, as well as discrimination, on Itaipu's Left Bank. The findings conclude that the creation of study groups like these is essential for establishing mechanisms to combat harassment and discrimination. For these initiatives to succeed, policies must account for cultural diversity and be equitably applied across both sides of the organization.
Keywords: International Law; Anti-Harassment Mechanisms; Gender-Based Violence.

[1] Graduanda em Direito no Descomplica UniAmérica - Centro Universitário. Técnica Agrícola pelo Instituto Federal do Paraná. E-mail: mfagundesdeoliveira260@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as mulheres foram tradicionalmente consideradas as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, enquanto os homens assumiam atividades ligadas ao campo, ao cuidado com os animais e às guerras. Essa visão, que ainda persiste no mercado de trabalho atual, reforçou a imagem da mulher como uma figura frágil, restrita a funções mais delicadas e domésticas, muitas vezes em posição de submissão (ASSIS, 2021).

A ampla participação das mulheres no mercado de trabalho, começou no período da Revolução Industrial e se intensificou no século XX. Esse fenômeno resultou não apenas de um movimento social, mas também de uma necessidade e interesse por parte das empresas, que buscavam ampliar o público consumidor e aumentar a oferta de mão de obra. Além disso, muitos homens, tradicionalmente responsáveis pelo sustento familiar, estavam afastados em função dos conflitos mundiais (VEIRA, 2006).

De acordo com Sina (2005), existiu uma quebra de paradigma acerca da fragilidade feminina. Mesmo a história, farta de exemplos como o exposto, as mulheres conquistaram o seu ingresso no mercado de trabalho, contrariando essa visão, ainda que persista o preconceito.

Apesar dos avanços significativos, os ainda homens possuem uma participação maior no mercado de trabalho que as mulheres, devido disparidades de educação e treinamento profissional, divisão sexual do trabalho rígida, discriminações de gênero, remuneração inferior e atribuição às mulheres dos encargos com a família e a casa (THOMÉ E SCHWARZ, 2016).

É inegável que as discriminações de gênero se manifestam de forma recorrente no ambiente de trabalho, tanto de maneira direta quanto indireta, desde atitudes enraizadas na sociedade até agressões físicas. Essas discriminações decorrem, principalmente, de uma cultura misógina e patriarcal estabelecida ao longo da história, que levou à desvalorização do trabalho feminino e à estigmatização da mulher como frágil e incapaz (FERNANDES *et al.,* 2019).

De acordo com Hirigoyen (2002), as principais vítimas de assédio são, predominantemente, as mulheres, evidenciando uma diferença clara entre os assediados quando se considera a questão de gênero.

> No ambiente de trabalho as principais vítimas de assédio são exatamente as mulheres, e então, destaca-se a clara diferença entre os assediados em relação ao gênero, onde demonstra que 70% dos assediados mulheres, enquanto que apenas 30% são homens. O caso da mulher em meio aos homens é a situação mais propicia, assim como as mulheres grávidas, casada, ou que possuem filhos como as que sofrem com a pratica desse fenômeno. As características físicas e biológicas das mulheres as remetem a situações que caracterizam o assédio, pois ainda existe o fato de poderem engravidar, o que faz com que as empresas a imporem as mulheres que não engravidem, deixando-as com receio e medo pela garantia do emprego. (HIRIGOVEN, 2002 *apud* ANDREATTA*, et al*., 2022, p.2).

A desigualdade de gênero favorece o capital, que continua aproveitando das relações desiguais para intensificar a exploração das mulheres tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo, criando um ambiente propício para o assédio moral contra as trabalhadoras (ALVEZ, 2016).

Neste contexto, o problema possui relação intima com a visão androcêntrica vislumbrada na divisão de trabalho, o que é perceptível nas diferenças salarias, na hierarquização e na precarização do trabalho feminino, que em muitas vezes se materializa em violências (MENDES E OLIVEIRA 2021).

Destaca-se que essas desigualdades de gênero nos espaços de trabalho tiveram o início com a inserção da mulher no mercado em 1943 a 1989 com o vigor do artigo 446 da CLT, parágrafo único. Tal dispositivo, outorgava ao marido a prerrogativa de pleitear judicialmente a rescisão do contrato de trabalho quando pudesse acarretar uma ameaça aos vínculos da família ou perigo manifesto às condições peculiares da mulher (MENDES E OLIVEIRA 2021).

Ademais, nas décadas de 1960 a 1990, o número de mulheres ativas economicamente na América Latina mais que triplicou, aumentando de 18 para 57 milhões. No entanto, este número não é proporcional a diminuição das desigualdades de gênero no ambiente de trabalho, materializando-se por meio de diversos atos discriminatórios, incluindo o assédio moral (WERMELINGER *et al.,* 2010).

Nesse cenário, a Itaipu Binacional, a maior usina geradora de energia sustentável do mundo, reconheceu em 2024 a necessidade de alinhar suas práticas de gestão de combate ao assédio, em consonância com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Esse compromisso reflete a crescente preocupação global para que grandes corporações adotem uma postura ativa na erradicação de práticas discriminatórias e abusivas, sobretudo em um contexto binacional como o da Itaipu, onde coexistem culturas e legislações de dois países, Brasil e Paraguai, que têm abordagens distintas para lidar com questões de assédio moral, sexual e discriminações.

Dessa forma, emerge a seguinte problemática: como uma empresa binacional, confrontada com culturas e legislações divergentes, pode implementar e efetivamente gerir mecanismos de combate ao assédio moral e sexual, garantindo a proteção de seus colaboradores?

O presente trabalho tem como objetivo analisar os diferentes conceitos de assédio moral, sexual e discriminações de gênero, e investigar como a Itaipu Binacional tem construído mecanismos de enfrentamento e prevenção, buscando, ao mesmo tempo, compreender os desafios institucionais que emergem em um ambiente de trabalho internacional, marcado por diferenças ordenamentos jurídicos e tradições culturais.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo, de cunho qualitativo, combina uma abordagem bibliográfica e documental, estruturada para fornecer uma análise abrangente e fundamentada sobre as diferentes formas de assédio moral, sexual e discriminações, bem como a implementação de políticas de combate a essas práticas na Itaipu Binacional.

Tal abordagem é justificada pela necessidade de uma investigação que combine tanto a revisão de materiais já publicados quanto a análise de documentos (SILVA, 2015).

A pesquisa bibliográfica permite um acesso direto a um vasto conjunto de obras, como livros, artigos acadêmicos, periódicos e publicações eletrônicas, com o objetivo de mapear o conhecimento acumulado sobre o tema estudado. Esse

levantamento é essencial para fornecer um panorama atualizado e consolidado, assegurando que o trabalho se baseie nas principais discussões e contribuições da literatura (SILVA, 2015).

Por sua vez, a pesquisa documental, complementa a metodologia ao incluir a análise de documentos internos e externos de instituições, como manuais, normas, relatórios e publicações governamentais, que fornecem dados e informações inéditas ou ainda não analisadas (SILVA, 2015).

Portanto, combinação dessas duas metodologias é estratégica, pois permite acessar tanto o conhecimento já estruturado e analisado pela comunidade científica, quanto fontes originais que servem como base para novos *insights* e interpretações (Silva, 2015).

Inicialmente, o trabalho concentrou-se na análise do desenvolvimento histórico dos conceitos de assédio moral, sexual e discriminações. Esta etapa teve como objetivo construir uma base conceitual sólida e atualizada, indispensável para a compreensão das dinâmicas de poder, abuso e discriminações no ambiente de trabalho.

Na sequência, procedeu-se à investigação da natureza jurídica da Itaipu Binacional, cuja estrutura singular como empresa binacional impõe desafios adicionais na implementação de políticas de combate ao assédio. Essa análise foi essencial para compreender o funcionamento de uma organização que opera sob a jurisdição de dois Estados soberanos, Brasil e Paraguai, cada um com suas especificidades culturais, políticas e jurídicas.

A investigação incluiu o estudo de tratados e acordos internacionais que regulam a Itaipu. O objetivo foi identificar como essa condição binacional influencia a criação e a execução de mecanismos de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual no âmbito da empresa, levando em consideração as divergências normativas e culturais entre os dois países.

Em seguida, o estudo avançou para uma análise comparativa das legislações do Brasil e do Paraguai, relacionadas ao enfrentamento do assédio moral e sexual no trabalho. Essa fase buscou identificar os pontos de convergência e divergência entre os marcos normativos de ambos os países, avaliando como essas legislações se articulam na prática de uma organização transnacional como a Itaipu.

Por fim, foi investigada a metodologia e os resultados do grupo de pesquisa de combate a assédios e discriminações implementado na margem esquerda da Itaipu, localizada no Brasil. Esse grupo foi criado como parte das iniciativas da empresa para promover um ambiente de trabalho seguro e inclusivo, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial os relacionados à igualdade de gênero (ODS 5) e ao trabalho decente (ODS 8).

3. RESULTADOS E DISCUÇÕES

3.1 CONCEITOS DE ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DISCRIMINAÇÕES: IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE CORPORATIVO

Assediar, segundo o dicionário Priberam da Língua Portuguesa, significa “o ato de perseguir com insistência, caracterizando a importunação como uma tentativa de contato ou relacionamento sexual.”

Ao longo da história, a conceitualização de assédio moral se modifica conforme as transformações sociais. O primeiro conceito de assédio moral surgiu com o autor Brodsky (1976), que utilizou o termo *harassment,* baseando-se do conceito de assédio sexual (*sexual harassment*).

Leymann (1989) escreveu em ”*Mobbing: psychoterror am arbeitsplatz*” (*Mobbing*: a perseguição no trabalho) utilizando a palavra *mobbing*, para referir-se ao assédio moral em um ambiente laboral, que seria o ataque de um grupo de pequenos animais gregários a um animal solitário maior.

O autor adota este termo para diferenciar a violência psicológica entre adultos (*mobbing*) daquela entre adolescentes (*bullying*), propondo que, o termo "*bullying*" seja utilizado exclusivamente para situações envolvendo crianças e adolescentes no ambiente escolar, enquanto "*mobbing*" seja reservado para descrever comportamentos adultos (ZAPF E LEYMANN, 1996).

Zapf e Leymann (1996), na apresentação de uma edição especial do “*European Journal of Work and Organizational Psychology”* os autores dissertaram acerca das questões que envolviam as nomenclaturas, em que afirmando, que em termos de significado, não existe diferenças nas concepções, pelo fato de que *mobbing, bullying e harassment* são termos similares, com o mesmo significado.

Segundo Marie-France Hirigoyen (1998), em seu livro “*Harcèlement moral: la violence perverse au quotidien*” as condutas abusivas são aquelas que, por meio de comportamentos, palavras, gestos, atos, têm o potencial de causar danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, além de colocar em risco seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.

Destaca-se que, este livro alcançou um impacto político significativo nos movimentos sociais que foi fundamental contra as formas de violência no ambiente de trabalho. A obra baseia-se nas histórias de vida dos pacientes de Marie, em que analisou o sofrimento das vítimas, e nomeou esses acontecimentos como assédio moral. Um ano após a publicação da obra, a França aprovou uma lei criminalizando essa conduta (BRADASCHIA, 2007).

Assim, pode-se observar que, historicamente, o conceito foi nominado de maneiras diferentes em diversos países. À medida em que as pesquisas foram avançando internacionalmente, esses diferentes termos, todos descrevendo o mesmo acontecimento, foram se espalhando entre os autores seguindo os estudos anteriores.

De acordo com Eurich e Souza (2023), as questões referentes ao antiassédio na América Latina são limitadas e iniciantes, comparada aos outros continentes. No período de 2011 a 2019, obteve-se a média de um estudo por ano sobre o tema. No ano de 2017 esse número aumentou para 1,6/ano, sinalizando a crescência do debate entre estes países.

A 108° Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em seu artigo 1°, alínea ‘a’, que trata sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho, definiu o conceito de assédio e violência como:

> (...) um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis” que visam, causam, ou são susceptíveis de causar dano físico, psicológico, sexual ou económico. E isso potencialmente abrange o abuso físico, abuso verbal, intimidação, assédio moral, assédio sexual, ameaças e perseguição, entre outras práticas. (OIT, 2019)

No Brasil, um dos primeiros conceitos de assédio moral partiu do trabalho da pesquisadora Margarida Barreto. Por meio de uma análise histórico-social, o assédio

moral foi delimitado como um ato de humilhação ou uma política da empresa para se livrar de trabalhadores indesejados (BARRETO, 2006).

Segundo a autora, os agressores utilizam diferentes práticas, tais como ameaças, gritos, cooptação e coações públicas para isolar ou atingir a vítima. Essas ações interferem nos sentimentos e emoções, na saúde e comportamento, e às vezes, culminam em morte (BARRETO, 2006).

De acordo com Barreto (2006), a repetição sistemática dessas ações, que humilham e desqualificam, evidencia um conflito entre o agente de poder e seus subordinados, originando-se frequentemente de atos de intolerância, racismo ou discriminações, que evoluem para perseguição, isolamento, negação de comunicação, entre outras formas de opressão.

Em junho de 2019, na 108ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho em Genebra (Suíça), foram aprovadas a Convenção 190 e a Recomendação 206, as quais trazem definições em relação à eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho.

Segundo o TRT-6° Região, a prática manifesta-se de diversas formas e espaços, podendo ocorrer em qualquer ambiente cotidiano, no laboral, bullying, assédio eleitoral, micro agressões, assédio moral organizacional, assédio sexual e discriminações (BRASIL, 2023).

De acordo com a Convenção n° 190 da Organização do Trabalho (OIT), assédio moral é definido como um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou de ameaças, que se manifestam apenas uma vez ou repetidamente, que tem por objetivam causar danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos, incluída a violência e o assédio em razão de gênero. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2019).

Além disso, a Assembleia Legislativa do Paraná (2019) entende que o assédio no ambiente de trabalho é um problema que compromete a dignidade, a saúde mental e o bem-estar dos empregados, trazendo consequências prejudiciais tanto para os indivíduos quanto para a organização.

> Em praticamente todas as leis municipais e estaduais, tem-se adotado a seguinte definição de assédio moral: Para fins do disposto nesta lei, considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência; subestimar esforços. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, 2019).

De acordo com Oliveira *et al.* (2020), o assédio moral no trabalho caracteriza-se pela degradação das condições de trabalho, prevalecendo atitudes hostis e condutas negativas no relacionamento entre chefias e subordinados, ou entre os colegas de trabalho.

Quanto às classificações existentes, o assédio moral pode ser vertical, do superior para o subordinado; ascendente, do subordinado contra o chefe; e horizontal entre um colega de trabalho do mesmo nível do que a vítima (HIRIGOYEN, 2002).

O assédio moral continua sendo um obstáculo significativo nas relações de trabalho. A análise e identificação das formas de assédio moral, tanto interpessoal quanto organizacional, permitem compreender como essas práticas se manifestam e os impactos que geram, desde prejuízos à vida do trabalhador e à dinâmica social até consequências diretas na produtividade e nos resultados financeiros das empresas (LIMA; SOUZA LIMA, 2018).

Diferentemente do assédio moral, o sexual manifesta-se por meio de cantadas, insinuações e outras condutas de caráter sexual, que visam constranger a vítima. Tais comportamentos são imperiosamente reprováveis, sendo vistos como impertinentes, ofensivos e opressores. A insistência, em especial, é uma característica marcante deste tipo de assédio (CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S/A)

Em regra, a prática de um único ato isolado não é suficiente para caracterizar o assédio sexual, sendo necessária a reiteração da conduta, diferentemente do assédio moral. Entretanto, a gravidade de um ato isolado mesmo sem a repetição, pode ser enquadro como assédio sexual.

Outro ponto relevante é o "não consentimento" da vítima, elemento essencial para a configuração do crime. A falta de adesão às investidas sexuais por parte do indivíduo deve ser amplamente interpretada. O assédio sexual decorre exclusivamente da conduta do assediador, sendo irrelevante qualquer tentativa de responsabilizar a vítima por seu comportamento ou aparência.

Em suma, o assédio sexual no ambiente de trabalho representa uma grave violação dos direitos da personalidade, e a legislação brasileira, por meio do artigo 216-A do Código Penal, busca proteger os indivíduos dessa forma de abuso, impondo sanções àqueles que, em posição de poder, se valem dessa superioridade para obter favores sexuais.

Por fim, é imperioso destacar que o termo discriminações, segundo o Decreto Legislativo nº 62.150 se configura como toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão (BRASIL, 1968).

Este Decreto, que adere à Convenção 111 da OIT, legisla que deve ser assegurado a todas as pessoas, sem discriminações, “a igualdade de oportunidades e de tratamento para o acesso, à colocação no emprego, à orientação e formação profissional, e às condições de trabalho” (BRASIL, 1968, P. 01).

3.2. O ASSÉDIO NO ÂMBITO LEGISLATIVO BRASILEIRO E PARAGUAIO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o debate acerca do assédio moral, sexual e discriminações tem evoluído de maneira significativa, refletindo a crescente conscientização sobre a importância de combater essas formas de violência em ambientes de trabalho e outros contextos sociais. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Código Penal contêm disposições específicas para punir e prevenir esses comportamentos, com o objetivo de garantir que os ambientes estejam mais justos e seguros.

A legislação também estabelece mecanismos de proteção e recursos legais para as vítimas, promovendo uma cultura de respeito e igualdade. Este cenário legislativo é fundamental para a construção de uma sociedade em que os direitos dos indivíduos sejam preservados, e o combate ao assédio seja efetivo e contínuo.

Embora o Brasil ainda não tenha uma legislação específica sobre Assédio Moral, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 1º, estabelece os fundamentos da República, entre os quais se destacam a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais da livre iniciativa (BRASIL, 1988).

No artigo 3º, a CF/88 define-se os objetivos fundamentais da República, incluindo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminações (BRASIL, 1988).

Ainda, o artigo 5º da Constituição Federal prevê que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade", e que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" (BRASIL, 1988).

No âmbito penal, a Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu o artigo 216-A no Código Penal, criminalizando o assédio sexual nas relações de trabalho e ascendência. Define-se o assédio sexual como "constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função" (BRASIL, 1940).

A pena prevista é de detenção de um a dois anos, sendo que as sanções restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade, conforme dispõe o artigo 44 do Código Penal, desde que o crime não envolva violência ou grave ameaça.

No âmbito do serviço público, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, embora não trate especificamente do assédio sexual, prevê que tal conduta pode ser punida por violar os deveres de moralidade e urbanidade. (BRASIL, 1990).

A Lei nº 8.906/1994, que regulamenta o Estatuto da Advocacia e da OAB, aborda a conduta ética e profissional dos advogados. Assédio relacionado a advogados pode se manifestar em casos de violação do respeito mútuo ou práticas antiéticas no exercício da advocacia. O artigo 7º, que trata das prerrogativas dos advogados, reforça o direito de respeito e proteção contra ofensas, prevenindo assédio moral ou desrespeito. Além disso, o Código de Ética e Disciplina da OAB complementa, promovendo sanções para atos de assédio entre advogados ou clientes.

As sanções para o assédio no serviço público incluem advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada. (BRASIL, 1990).

O Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído pela Lei n° 8.906/94 aborda a conduta ética e profissional dos advogados. Com a alteração promovida pela Lei nº 14.612/2023, o assédio moral, sexual e discriminações foram incluídos como infração disciplinar no art. 34, inciso XXX.

O dispositivo caracteriza o assédio moral como ações repetitivas que causem humilhação ou constrangimento, deteriorando o ambiente profissional e a saúde psíquica das vítimas, enquanto o assédio sexual envolve atos de conotação sexual impostos contra a vontade, violando a liberdade e dignidade sexual.

O Capítulo VII da Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022, traz as medidas para a prevenção e combate ao assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho, com foco especial na promoção de um ambiente laboral sadio e seguro para a inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho. Este capítulo estabelece uma série de diretrizes e obrigações para as empresas,

particularmente aquelas com Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa), no intuito de erradicar práticas violentas e promover um ambiente de respeito e igualdade.

O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Serviço Público Civil do Poder Executivo, também impõe restrições às condutas dos servidores, proibindo que perseguições ou interesses pessoais interfiram no trato com o público ou com colegas (BRASIL, 1994).

A aplicação dessas penalidades deve considerar a natureza e gravidade da infração, os danos ao serviço público e os antecedentes funcionais do servidor. A apuração dos fatos ocorre por meio de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar, garantindo a ampla defesa do acusado (BRASIL, 1994)

Já no âmbito legislativo do Paraguai, o assédio, tanto moral quanto sexual, é uma questão profundamente preocupante, que afeta não apenas o ambiente de trabalho, mas também as relações sociais e a dignidade dos indivíduos.

Como no Brasil, o Paraguai ainda não possui uma legislação específica sobre assédio moral. O Código Penal do país prevê a tipificação do assédio sexual em seu artigo 133, estabelecendo punições para aqueles que utilizam sua posição de autoridade ou influência para realizar avanços sexuais não desejados, configurando uma conduta abusiva e de aproveitamento de poder.

Adicionalmente, a Lei nº 5.777/16, também aborda o assédio sexual no ambiente de trabalho. O texto legal foca especialmente nas discriminações, assédio sexual e laboral, e na promoção da igualdade entre homens e mulheres. A lei ainda destaca a importância de implementar normas que responsabilizem servidores públicos por atos de violência contra mulheres, conforme dispõe o trecho a seguir:

> (...) en especial respecto a la discriminación, el acoso sexual y laboral, la igualdad en el trabajo para hombres y mujeres, así como la implementación de las normas relativas a la responsabilidad del funcionariado público por actos u omisiones que signifiquen actos de violencia hacia las mujeres. b) Sensibilizar y capacitar al personal de la administración pública desde una perspectiva de igualdad de derechos del hombre y de la mujer, la no discriminación y los derechos humanos de las mujeres, especialmente el derecho a una vida libre de violencia. (...) (PARAGUAI, 2016)

Por fim, o artigo 81 do Código de Trabalho paraguaio, previsto pela Lei nº 213/93 trata de causas justificadas para a rescisão unilateral de contrato pelo empregador. Entre as razões elencadas, destacam-se:

> Artículo 81°.- Son causas justificadas de terminación del contrato por voluntad unilateral del empleador, las siguientes:
> c) Los actos de violencia, amenazas, injurias o malos tratamientos del trabajador para con el empleador, sus representantes, familiares o jefes de la empresa, oficina o taller, cometidos durante las labores;
> d) La comisión de alguno de los mismos actos contra los compañeros de labor, si con ellos se alterase el orden en el lugar del trabajo;
> g) La comisión por el trabajador de actos inmorales, en el lugar del trabajo; (PARAGUAI, 93)

Esse dispositivo evidencia que atos de violência, ameaças, insultos ou maus-tratos cometidos por trabalhadores contra empregadores ou colegas de trabalho podem justificar a rescisão do contrato, especialmente se interferirem na ordem

laboral. Além disso, a realização de atos imorais no ambiente laboral também pode ser motivo para o encerramento da relação de trabalho.

Destaca-se que tanto o Brasil, como o Paraguai, ainda carece de legislações específicas para o combate às práticas de assédio moral, sexual e discriminações, o que pode implicar na dificuldade de estabelecer normativas gerais e internas para o combate dessas práticas.

Destarte que, de acordo com Cusciano (2023), a ausência de uma legislação específica acerca do tema pode ser vista como um fator de fomento para a realização de práticas de assédios e discriminações, diante da crença de impunidade.

3.3. A ITAIPU COMO UMA EMPRESA BINACIONAL DE DIREITO INTERNACIONAL

A Itaipu Binacional é uma empresa juridicamente internacional, criada pelo Tratado entre Brasil e Paraguai, de 26 de abril de 1973. Este tratado foi criado com o objetivo de aproveitar os hidrelétricos dos recursos hídricos do Rio Paraná, tal qual pertence ao Brasil e Paraguai.

> A entidade binacional denominada Itaipu, criada diretamente pelo Tratado entre Brasil e Paraguai, de 26 de abril de 1973, constitui uma empresa juridicamente internacional, consistente em uma pessoa jurídica emergente no campo do direito internacional público, por ser decorrente de um Tratado, com a vocação e a finalidade específica de desempenho de atividade industrial, como concessionária de serviço público internacional, comum a dois Estados. (ITAIPU, 2004, p. 13).

A Itaipu possui capacidade jurídica, financeira e administrativa, além de responsabilidade técnica, para planejar, projetar, gerenciar e executar as obras que lhe são atribuídas, além de colocá-las em operação e explorá-las. Em virtude dessas características e com o intuito de alcançar seus objetivos, realizando sua vocação específica, a entidade está autorizada a adquirir direitos e assumir obrigações (ITAIPU, 2004).

O rigoroso critério igualitário que orienta, em todos os momentos, a composição e a estrutura da Itaipu se refletem também na administração, que é formada por um número igual de representantes de ambos os países. A entidade possui duas sedes de igual categoria e importância, localizadas em Brasília e Assunção, sem que essa particularidade comprometa a unidade institucional (ITAIPU, 2004).

As sedes e o foro, em cada um dos países do Tratado, têm um significado especial em relação à norma acordada, pela qual a Itaipu se submete a duas jurisdições distintas, dependendo do território onde se encontram as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a entidade binacional estabelece relações jurídicas de qualquer natureza (ITAIPU, 2004).

Portanto, sem desconsiderar as disposições do Tratado e, na verdade, em decorrência delas, ocorre uma domiciliação ou sujeição ao ordenamento jurídico de ambos os países, especificamente no que tange à constituição de relações jurídicas, levando em conta a sede da contraparte (ITAIPU, 2004).

Contudo, a autonomia contratual da Itaipu permite que a entidade estabeleça livremente, sem o critério impositivo da cláusula, as condições nas relações contratuais de obras e fornecimentos com pessoas físicas ou jurídicas que não tenham domicílio no Brasil (margem esquerda) ou no Paraguai (margem direita) (ITAIPU, 2004).

O Tratado e o Estatuto não atribuem explicitamente à Itaipu a personalidade jurídica autônoma, mas essa autonomia está claramente implícita no Art. IV do Estatuto (ITAIPU, 2004).

> A ITAIPU terá, de acordo com o que dispõem o Tratado e seus Anexos, capacidade jurídica, financeira e administrativa, e também responsabilidade técnica, para estudar, projetar, dirigir e executar as obras que tem como objeto, colocá-las em funcionamento e explorá-las, podendo, para tais efeitos, adquirir direitos e contrair obrigações. (ITAIPU, 2004).

3.4. A IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS INSTITUCIONAIS DE COMBATE A ASSÉDIOS E DISCRIMINAÇÕES NA ITAIPU MARGEM ESQUERDA

Desde 2018, a Itaipu Binacional aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas. De acordo com Coutinho (2021), o Pacto apoia as empresas a:

> (i) fazer negócios com responsabilidade, alinhando suas estratégias e operações aos dez princípios detalhados a seguir, que abarcam temas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção; e (ii) realizar ações estratégicas para promover objetivos sociais mais amplos, em linha com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) preconizados pela própria ONU (COUTINHO, 2021, p. 503).

Em consonância com esse movimento global de promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis, inclusivos e igualitários, os Diretores da ITAIPU, Margem Esquerda (Brasil) em junho de 2024, constituíram o Grupo de Estudos para realização de diagnóstico e apresentação de propostas de diretrizes e recomendações de mecanismos institucionais para a prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e discriminações.

A Cláusula 71ª do Acordo Coletivo de Trabalho 2023-2025 da Itaipu Binacional estabelece um compromisso fundamental com a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual, por meio de medidas educativas e de acolhimento institucional. A empresa se compromete a desenvolver campanhas de conscientização voltadas tanto para os empregados quanto para os gestores, com o objetivo de prevenir práticas abusivas e coibir posturas discriminatórias no ambiente de trabalho e na sociedade.

A cláusula reforça a importância de um ambiente laboral saudável, promovendo o respeito mútuo e a dignidade de todos os envolvidos. Além disso, garante que as denúncias relacionadas a essas condutas sejam direcionadas a canais institucionais estruturados, como a Ouvidoria e o Comitê de Ética, que possuem a responsabilidade de apurar os relatos em conformidade com as normas vigentes, assegurando o devido acolhimento e a confidencialidade necessária.

Consoante com a determinação assinada por todas as diretorias, o Grupo composto por 7 setores da empresa e 14 empregados, tinha como objetivo apresentar mecanismos antiassédio e discriminações em um prazo de 120 dias. Para tanto, realizaram 16 reuniões presenciais e online ao longo de quatro meses.

Durante todo o período de coleta de informações e dados para diagnóstico, foram convidadas diversas áreas da empresa que atuam na prevenção e enfretamento contra assédios e discriminações para apresentarem e esclarecerem as práticas utilizadas na empresa de combate a esses tipos de violências.

Em um primeiro momento, o grupo se debruçou em pesquisas na literatura, legislações e jurisprudências acerca dos conceitos sobre assédio moral, sexual e discriminações, com o objetivo de balizar as discussões e subsidiar os materiais do relatório construído como produto.

A importância de conceituar previamente temas como o assédio moral, sexual e discriminações antes de discuti-los em profundidade pode ser corroborada pelas palavras de John Dewey (1979). Segundo o autor, "em toda fase de desenvolvimento, cada lição, para ser educativa, deveria conduzir a uma certa dose de conceptualização de impressões e ideias. Sem essa conceptualização ou intelectualização, nada se ganha que possa contribuir para uma melhor compreensão de novas experiências" (DEWEY, 1979, P. 155).

Em um segundo momento, o grupo realizou uma pesquisa qualitativa com setores-chave da empresa, que possuíam conhecimento e experiência relevantes no que tange ao combate de assédio moral, sexual e discriminações, como os Recursos Humanos, Ouvidoria, Compliance, Comitê de Ética, Sindicatos, Diretoria Jurídica e a Comissão interna de Prevenção de Acidentes.

Essas áreas contribuíram significativamente, trazendo dados sobre denúncias recebidas, os mecanismos já existentes para tratamento dessas questões e as experiências vividas no enfrentamento diário de práticas de assédio moral, sexual e discriminações.

Os dados coletados revelaram um panorama detalhado da atuação da Itaipu Margem Esquerda, na gestão de denúncias de assédio, evidenciando o esforço em promover a transparência nos processos e a eficiência dos canais de atendimento. A análise das denúncias recebidas e tratadas pela empresa destacou a importância de mecanismos internos sólidos para garantir que os casos de assédio moral, sexual e discriminações sejam adequadamente investigados e solucionados.

Ao trazerem suas experiências práticas no enfrentamento diário dessas situações, esses setores ofereceram uma visão ampla e crítica da realidade interna da empresa, destacando tanto os sucessos quanto os desafios persistentes.

No que diz respeito às denúncias, foram analisados não apenas os números brutos, mas também as categorias de assédio mais frequentemente relatadas, os perfis das vítimas e dos denunciados, e os desfechos dessas denúncias, como a aplicação de medidas corretivas e preventivas.

Além das reuniões realizadas com setores-chave da empresa, os integrantes do grupo de estudos também realizaram um benchmarking com a Petrobras, uma das maiores empresas estatais do Brasil, reconhecida por suas práticas avançadas de compliance e mecanismos de combate ao assédio. O objetivo foi identificar boas práticas que pudessem ser adaptadas e implementadas na Itaipu.

Destaca-se que, de acordo com Rodriguez e Flores (2017), o benchmarking é uma ferramenta essencial para a melhoria contínua nas práticas empresariais, pois permite conhecer informações importantes para a organização. Ele exige o estudo contínuo dos próprios processos de trabalho, bem como os de outras empresas, detectando constantemente oportunidades de aperfeiçoamento.

Nesse sentido, a experiência da Petrobras em gerenciar denúncias e promover um ambiente de trabalho seguro e ético ofereceu uma base valiosa para a formulação de diretrizes e mecanismos na Itaipu.

A partir desse intercâmbio de práticas, o grupo de estudos pôde identificar estratégias que promovem maior transparência nos processos de denúncia, maior acessibilidade dos canais de atendimento e maior eficácia nas ações preventivas

contra assédios e discriminações, adaptando-as à realidade institucional e cultural da Itaipu.

O grupo obteve como resultado a elaboração de um relatório final, que foi entregue à diretoria da Itaipu para tomarem as devidas providências no que tange a implementação. Este relatório contém uma análise abrangente dos conceitos de assédio moral, assédio sexual e discriminações, além do diagnóstico resultante da pesquisa realizada. Também estão incluídos as atas e os conteúdos das reuniões, bem como as considerações finais do grupo.

Destaca-se que o enfoque do presente trabalho foi trazer qualitativamente as experiências da Itaipu Binacional em relação à prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e discriminações. Essa abordagem permitiu um entendimento mais profundo das práticas, desafios e realidades enfrentadas dentro da organização, sem se aprofundar nos dados e nas conclusões do relatório final, os quais são de caráter sigilosos com base na Lei Geral de Proteção de Dados.

3.5. LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE COMBATE AO ASSÉDIO NA ITAIPU BINACIONAL: UM ENFOQUE BRASIL-PARAGUAI

O trabalho do grupo de estudos voltado para a prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e discriminações na Itaipu Margem Esquerda foi, em sua essência, um esforço concentrado no Brasil. Essa limitação se deve, em grande parte, à autonomia existente nas tomadas de decisões, característica intrínseca à estrutura da empresa. Com isso vislumbra-se que tanto o Brasil quanto o Paraguai desenvolvam e implementem políticas que atendam às suas respectivas realidades e interesses, refletindo a diversidade cultural e socioeconômica de cada país.

De acordo com Reale (2004), a empresa enfrenta o desafio de harmonizar diferentes normas culturais e jurídicas, e dessa forma existem impasses com a finalidade de garantir a implementação de políticas de combate a assédios e discriminações.

Para que a implementação dessa política futuramente seja efetivada, deve-se considerar que, a Itaipu, como sujeito de direito internacional, conforme apontado por Frontini (1974), possui um estatuto próprio regido pelos princípios de paridade e respeito mútuo, de acordo com Reale (2004).

Portanto, para que para esse mecanismo se consolide como uma política efetiva, é imprescindível que sua implementação ocorra de maneira abrangente, envolvendo toda a empresas, ou seja, Brasil e Paraguai.

Destaca-se, que os dois países latino-americanos possuem grandes diferenças culturais que influenciam diretamente as interações no ambiente de trabalho. Estas, podem se manifestar no dia a dia do ambiente coorporativo, especialmente em uma organização binacional como a Itaipu, em que funcionários de ambas as nacionalidades precisam colaborar estreitamente.

Na década de 1950 ocorreram diversas imigrações entre o Brasil e o Paraguai, principiante em relação aos brasileiros da região sul do país. Em 1970 houve uma intensificação do fluxo migratório entre Brasil e Paraguai, e o principal motivo foi a construção da Itaipu Binacional (ALBUQUERQUE, 2005).

Destaca-se que a região em que a usina de Itaipu Binacional foi construída, de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, possui diversas características que a tornam um espaço transnacional. Uma dessas particularidades é a ampla diversidade cultural,

resultado da convivência entre nativos e imigrantes de diferentes origens (FERNANDES, 2023).

Todos convivem em aparente harmonia, sem conflitos, guerras, intolerância e repressão típicas de seus países de origem. Esse contexto é fruto do que se pode chamar de capital social, que engloba variáveis ligadas à formação e organização de um grupo social, como a confiança, normas e sistemas. Esses fatores colaboram para o aumento da eficiência social, promovendo ações coordenadas entre os membros do grupo (PUTNAM, 2002).

A formação da confiança entre os povos é um fator determinante para a construção de uma sociedade em que existem diversas culturas diferentes (FUKUYAMA, 1996). No âmbito das relações intraorganizacionais, pequenas e médias empresas tendem a confiar em pessoas, e não nas organizações, o que leva a crer que a confiança interpessoal se reflete na confiança entre organizações (CUNHA, 2004).

Como a confiança é fundamentada no indivíduo e não na empresa, acredita-se que a formação desse indivíduo, a partir de suas características pessoais, identidade, valores morais, emoções e cultura, seja um aspecto essencial na construção de seu capital social (CUNHA, 2004).

Portanto, a diversidade cultural presente na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, especialmente no contexto da Itaipu Binacional, traz consigo desafios significativos no ambiente de trabalho.

Entre eles, destaca-se o assédio moral e laboral, que é uma ocorrência global, na qual determinantes como regiões, políticas e culturas exercem uma influência significativa (SALIN *ET AL*.,2019).

A ocorrência do assédio moral nas relações de trabalho difere entre os países, o que evidencia a necessidade de criar intervenções específicas que considerem tanto a realidade organizacional quanto as características culturais de cada região (SALIN ET AL.,2019).

Nesse sentido, a construção de mecanismos binacionais deve garantir que a autonomia da soberania entre os dois países seja respeitada, promovendo a valorização da diversidade cultural e assegurar a proteção dos trabalhadores em ambientes em que surgem conflitos culturais.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, que a ausência de mecanismos específicos para combater o assédio moral e laboral na Itaipu Binacional evidencia os desafios únicos enfrentados por uma gestão binacional, como as diferenças culturais e legislativas entre Brasil e Paraguai. A complexidade desta estrutura exige soluções que considerem as particularidades dos dois países, especialmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas e às políticas de combate ao assédio moral.

A criação de um grupo de estudos no Brasil, voltado para o enfrentamento do assédio moral na Itaipu, representa um passo positivo. No entanto, para ser efetivo, esse avanço precisa ser ampliado para incluir uma visão verdadeiramente binacional, onde as particularidades culturais e as legislações de ambos os países sejam analisadas e integradas.

O Brasil e o Paraguai possuem sistemas jurídicos distintos, com abordagens diferentes em relação aos direitos humanos e à proteção dos trabalhadores, o que reforça a necessidade de um diálogo constante e coordenado.

No Brasil, a legislação trabalhista aborda o tema do assédio moral com uma série de ferramentas jurídicas e doutrinárias que buscam proteger o trabalhador. No Paraguai, há também um reconhecimento da importância de tratar o assédio moral no ambiente de trabalho, ainda que as abordagens possam variar em função das particularidades legais e institucionais do país.

Dessa forma, a cooperação entre os dois países pode ser uma oportunidade de fortalecer o enfrentamento dessa questão, promovendo soluções robustas e inclusivas, sempre respeitando os princípios de soberania e autonomia de cada margem.

Contudo, essa expansão deve ser realizada com cautela, respeitando a soberania de ambos os países. A autonomia decisória de cada nação é um princípio central no direito internacional, e o Paraguai tem o direito de decidir, de forma independente, se deseja ou não adotar um grupo de estudos semelhante ao brasileiro. Qualquer esforço para estender tais iniciativas deve ocorrer no contexto de um consenso binacional, que respeite a autonomia e as diferenças culturais e legislativas de cada nação.

Superar essas barreiras exige não apenas a criação de grupos de estudos binacionais, mas também uma postura aberta e colaborativa entre os dois países. A Itaipu Binacional, como entidade gerida em conjunto por Brasil e Paraguai, tem uma responsabilidade ímpar em promover a integração e o respeito mútuo entre as legislações e culturas de ambos os países. Expandir o escopo de combate ao assédio moral dentro dessa estrutura não só protegeria os trabalhadores, mas também reforçaria a importância da cooperação binacional como um todo.

Em conclusão, o enfrentamento do assédio moral e laboral na Itaipu Binacional demanda uma abordagem conjunta, que respeite as diferenças culturais e jurídicas entre Brasil e Paraguai, adaptando as políticas de forma a garantir que elas sejam eficazes para todos os funcionários, respeitando suas diferentes visões de mundo e normas sociais. A criação de um grupo de estudos, por si só, é um passo promissor, mas é crucial que ele seja ampliado para incluir uma perspectiva verdadeiramente binacional.

REFERÊNCIAS

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**. Empregados da Itaipu contratados no Brasil, 2023-2025**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2023.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais:** a imigração brasileira no Paraguai. 2005.Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALVEZ, Sylvia de Aguiar. **Patriarcado, Capitalismo e Assédio Moral:** a desigualdade de gênero contra as mulheres no mercado do trabalho. In: CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAISL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 02, 2016, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/125.pdf Acesso em: 15 out. 2024.

ANDREATTA, C. B.; CEZANO, D. K.; CARVALHO, L. R. F. As Consequências do Assédio Moral Enfrentado pela Mulher no Mercado de Trabalho, 05/2022 (2022). Disponível em: https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/as-consequencias-do-assedio-moral-enfrentado-pela-mulher-no-mercado-de-trabalho.pdf. Acesso em 10/12/2024.

BRADASCHIA, C.A, **Assédio moral no trabalho: a sistematização dos estudos sobre um campo em construção**. 2007. Dissertação (Mestrado em Admistração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Assédio moral: a violência sutil** - análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil. 2005.Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BIBLIOTECA. *In*: PRIBERAN dicionário. **Brasil: Priberan Informática**, 2024. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/assediar. Acesso em: 02 de out. 2024.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 de ago. 2024.

BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Assédio Moral e Sexual**. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais deconteudo/campanhas/integridade-publica/assedio-moral-e-sexual. Acesso em: 03 de out. de 2024.

BRASIL. **Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Brasil. 1994

BRASIL. **Decreto n. 62.150, de 9 de janeiro de 1968**. Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprêgo e profissão. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Brasil. 1968.

BRASIL. **Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Brasil. 1994.

BRASIL. **Decreto Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto lei/del2848compilado.htm. Acesso em 02 de set. 2024.

BRASIL. **Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas, Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, federais, Brasil.1990.

BRASIL. **Lei n°8.906, de 04 de julho de 1994**. Dispõe sobre o estatuto da advocacia e a ordem dos advogados do brasil – oab, Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Brasil. 1994.

BRASIL. **Lei n° 14.457, de 21 de setembro de 2022**. Institui o Programa Emprega + Mulheres, Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, federais, Brasil.2022.

BRODSKY, C. M. **The harassed worker**. Toronto:Lexington Books, 1976.

COUTINHO, Leandro de Matos. O Pacto Global da ONU e o desenvolvimento sustentável = The UN Global Compact and sustainable development. **Revista do BNDES**, n. 56, 2021, v. 28, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22029/1/13-BNDES-Revista56-PactoGlobalONU.pdf. Acesso em: 21. set. de 2024.

CUNHA, C. R. **A Confiança nas relações interorganizacionais cooperativas:** estudo múltiplo de casos em empresas de biotecnologia no Brasil. 2004. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CUSCIANO, Dalton Tria. O Enfrentamento ao Assédio e a Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, n. 2, 2023, v. 89. Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/221557/2023_cusciano_dalton_enfrentamento_assedio.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 ago. de 2024.

DEWEY, John. **Como pensamos como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo: uma reexposição**. 3ª ed. São Paulo: São Paulo Nacional, 1959.

EURICH J.C., SOUZA S.R. Intervenções Antiassédio Moral na América Latina: uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, n.1, 2023, v.23. Florianópolis. Disponível em: https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/article/view/23620/1198. Acesso em: 10 set. 2024.

FERNANDES, A. M. A confiança nas relações interorganizacionais entre empresas oriundas de culturas diferentes: um estudo na região da fronteira entre Brasil e Paraguai. **Revista de Gestão e Secretariado**, n. 6, v. 14, São José dos Pinhais,2023. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2370. Acesso em: 24 out. 2024.

FERNANDES, Maria Neyrian de Fátima, *et al*. Assédio, Sexismo e Desigualdade de Gênero no Ambiente de Trabalho. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, n.1, 2019, v.14. Franca. Disponível em: https://revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/615/pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

FRONTINI, Paulo Salvador. A estrutura jurídica de Itaipu. *In*: Itaipu Binacional (org). **Natureza jurídica da Itaipu**. Curitiba, 2004. p. 64-71.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança –As virtudes sociais e a criação da prosperidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996

HIRIGOYEN, Marie France. **Assédio moral:** a violência perversa no cotidiano. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HIRIGOYEN, Marie France. ***Le harcèlement moral****: la violenceperverse au quotidien*. Paris: Syros, 1998.

LEYMANN, H. (1993). ***Mobbing. Psychoterror am Arbeitsplatz und wie man sich dagegen wehren kann.*** 1 ed. Alemanha: *Rowohlt E-Book*, 2013.

LIMA, E.A.; SOUZA LIMA, J.E. Assédio Moral Interpessoal e Organizacional: alcance e limites dos programas de compliance. **Revista Orbis Latina** - Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras, n.2, 2018, v. 8. Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1399. Acesso em: 23 out. 2024.

MENDES, J.S e Oliveira P.E.V. Assédio Sexual e as Desigualdades Patriarcais de Gênero no Ambiente de Trabalho. **DI@LOGUS**. n. 1 .2021. v. 10. Cruz Alta,2021. Disponível em: https://doi.org/10.33053/dialogus.v10i1.433. Acesso em: 19 ago. 2024.

Natureza Jurídica da ITAIPU. / **ITAIPU Binacional, Diretoria Jurídica**. - Curitiba: Itaipu Binacional, Diretoria Jurídica, 2004.

OLIVEIRA, R.T., *et al*, **Violência, Discriminação e Assédio no Trabalho.** 1 ed. Florianópolis: Editora Lagoa, 2020. Disponível em: https://neppot.paginas.ufsc.br/files/2021/03/cartilha-viol%C3%AAncia-e-ass%C3%A9dio-web.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

PARAGUAI. **Lei n° 213, de 1993**. *Código del Trabajo Paraguay.*

PARAGUAI. **Lei n° 1.160, de 1997**. Código Penal do Paraguai. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/codigo_penal_paraguay.pdf. Acesso em: 02 set. de 2024.

PARAGUAI. **Lei n° 5.777, de 2016**. *Lei de de protección integral a las mujeres, contra toda forma de violencia.* Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/ley5777-web.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

PUTNAM, Robert D. Making. ***Democracy work**: civic traditions in modern.* Revised ed. Italia: Princeton University Press, 1994.

SALIN, D., Cowan, *et al.* (2019). *Workplace bullying across the globe: A cross-cultural comparison.* **Emerald Publishing Limited**. N.1, 2019, v. 48, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1108/PR-03-2017-0092. Acesso em: 15 set. de 2024.

REALE, Miguel. A estrutura jurídica de Itaipu. *In*: Itaipu Binacional (org). **Natureza jurídica da Itaipu**. Curitiba, 2004. p. 49-62.

SCHWARZ, R.G. e Thomé, C.F. Desigualdade em Razão de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: suas consequências sobre a saúde das trabalhadoras. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**. v. 15. n. 2, 2016. Disponível em: https://revistas.unifieo.br/rmd/article/view/1056/pdf. Acesso em: 16 set. de 2024.

SILVA, Airton Marques. **Metodologia de Pesquisa**. 2 ed. Fortaleza: CE: EDUECE, 2015.

SINA, Amalia, **Mulher e trabalho: os desafios de conciliar diferentes papeis na sociedade**.1.ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2012.

VIEIRA, Andreza. **A expansão do trabalho feminino no setor de serviços**: uma análise nas cinco regiões do Brasil. 2007. Monografia (Especialização em Ciências Econômicas) - Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6° REGIÃO. **Cartilha sobre as diversas formas de assédio**. Pernambuco: Tribunal regional do trabalho da 6° região, 2023. Cartilha. Disponível em: https://www.trt6.jus.br/portal/sites/default/files/documents/cartilha_assedio_compressed_1_1c.pdf. Acesso em: 03 de set. de 2024.

WERMELINGER, Mônica, *et al.* A Força de Trabalho do Setor de Saúde no Brasil: Focalizando a Feminização. **Revista Divulgação em Saúde para Debate**, n.45, 2010, v. 2, 2010 Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/A%20Forca%20de%20Trabalho%20do%20Setor%20de%20Saude%20no%20Brasil%20.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

Recebido em: 24/01/2025

Aprovado em: 25/08/2025

O GIRO NATURAL – DECOLONIAL E O (RE)ENCONTRO COM NOSSA HERANÇA: (RE)CONSTRUINDO A ENCRUZILHADA HUMANOS/NATUREZA/AGRICULTURAS

Rodrigo Ozelame da Silva[1]
Josimeire Aparecida Leandrini[2]

Resumo

Este ensaio tem como objetivo analisar como o manejo humano nas plantas e nas paisagens contribuiu para transformar a América em casa/roça. A justificativa baseia-se na necessidade de resgatar a herança natural-decolonial, já que esse movimento é fundamental para valorizar nosso passado, compreender o presente e esperançar futuros outros. Como resultado, destaca-se a identificação de um processo complexo e heterogêneo que, milhares de anos antes da invasão europeia, já havia transformado a América em casa/roça. Reconhecer e problematizar esse processo no contexto atual do sistema-mundo é fundamental para orientar práticas agrícolas, políticas públicas e epistemologias outras, fortalecendo a multiplicação da vida na encruzilhada natureza/humanos/agriculturas.
Palavras-chave: domesticação de plantas; domesticação de paisagem; decolonialidade das agriculturas; agroecologia, sociobiodiversidade.

EL GIRO NATURAL – DECOLONIAL Y EL (RE)ENCUENTRO CON NUESTRA HERENCIA: (RE)CONSTRUYENDO LA ENCRUCIJADA HUMANOS/NATURALEZA/AGRICULTURAS

Resumen

Este ensayo tiene como objetivo analizar cómo el manejo humano de las plantas y de los paisajes contribuyó a transformar América en casa/chacra. La justificación se basa en la necesidad de rescatar la herencia natural-decolonial, ya que este movimiento es fundamental para valorar nuestro pasado, comprender el presente y esperanzar futuros otros. Como resultado, se destaca la identificación de un proceso complejo y heterogéneo que, miles de años antes de la invasión europea, ya había configurado América como casa/chacra. Reconocer y problematizar este proceso en el contexto actual del sistema-mundo es esencial para orientar prácticas agrícolas, políticas públicas y epistemologías otras, fortaleciendo la multiplicación de la vida en la encrucijada entre naturaleza, humanos y agriculturas.
Palabras clave: domesticación de plantas; domesticación del paisaje; decolonialidad de las agriculturas; agroecología; sociobiodiversidad.

THE NATURAL – DECOLONIAL TURN AND THE (RE)ENCOUNTER WITH OUR HERITAGE: (RE)CONSTRUCTING THE CROSSROADS BETWEEN HUMANS/NATURE/AGRICULTURE

Abstract

This essay aims to analyze how human management of plants and landscapes contributed to transforming the Americas into a home/field. The justification lies in the need to recover the natural-

[1] Graduação em Gestão Ambiental (FEPAR), especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR), mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR/UFFS). Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR). Atua no Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia - CEAGRO, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: rodrigoozelame@gmail.com.
[2] Graduada em Ciências Biológicas (UEM, 1993), Mestrado em Botânica (UFPR, 1999), doutorado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais (PEA/UEM, 2006). Atualmente, é tutora do Grupo PET/Políticas Públicas e Agroecologia e professora do programa de pós-graduação, Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da UFFS, campus de Laranjeiras do Sul. E-mail: jaleandrini@uffs.edu.br.

decolonial heritage, since this movement is fundamental to valuing our past, understanding the present, and envisioning other possible futures. As a result, the study highlights the identification of a complex and heterogeneous process which, thousands of years before the European invasion, had already shaped the Americas as a home/field. Recognizing and problematizing this process in the current world-system context is essential to guiding agricultural practices, public policies, and other epistemologies, thereby strengthening the multiplication of life at the crossroads of nature, humans, and agricultures.
Keywords: plant domestication; landscape domestication; decoloniality of agricultures; agroecology; sociobiodiversity.

1 INTRODUÇÃO

Está em curso o avanço de um modelo de globalização (ou modo de vida?), pautado em uma lógica colonial/moderna, que busca homogeneizar o sistema/mundo com uma única universal forma de existência. Essa lógica atua em diversas dimensões da vida, sendo que a imposição de uma relação dicotômica entre humanos e natureza baseada na dominação/exploração dos humanos, não humanos e os sistemas ecológicos é um aspecto estrutural e estruturante (SILVA, *et al.*, 2021).

No contexto da relação entre natureza/humanos/agriculturas – foco desta pesquisa –, essa dinâmica pode ser compreendida como uma encruzilhada. Esta encruzilhada é resultado de um processo coevolutivo milenar onde os grupos humanos, em cada tempo e espaço, (re)constroem modos de cuidar das plantas e paisagens que, somados a outras dimensões da vida, criam caminhos que podem promover ou eliminar a vida (SILVA, 2022).

A noção de encruzilhada natureza/humanos/agriculturas é aprofundada em Silva (2022), contudo, um aspecto central para sua compreensão é o resgate e a análise da herança natural e cultural, especialmente na América. Essa herança é, historicamente, desqualificada e invisibilizada ao ponto de ser considerada inexistente para certos setores hegemônicos da sociedade (SILVA, 2022).

Reconhecer e trazer essa herança para o campo do conhecimento válido ganha forma e conteúdo outro quando construído a partir de um giro natural-decolonial (ALIMONDA, 2011). Este giro dialoga com perspectiva teórica do grupo modernidade/colonialidade, que analisa a estrutura e o funcionamento do sistema/mundo colonial/moderno e propõe olhar para a realidade, sobretudo latinoamericana, a partir da perspectiva dos sujeitos que, historicamente, reexistem na América (SILVA, *et al.*, 2021).

De acordo com Alimonda (2011), o giro natural-decolonial tem como objetivo

> [...] ler e narrar a epopeia da modernidade desde seu avesso, de suas dimensões silenciadas. Se a perspectiva do Programa M/C supõe a recuperação dos discursos silenciados da resistência anticolonial, a perspectiva da história ambiental também busca suas vozes ocultas, suas consequências não assumidas nem confessadas, como a destruição ambiental e social ocultada nos projetos de desenvolvimento considerados exemplares, mas que se revelam muitas vezes insustentáveis (ALIMONDA, 2011a, p. 36, tradução dos autores).

Neste giro natural-decolonial (ALIMONDA, 2011), encontra-se a noção de que, antes de sermos seres culturais, somos seres biológicos, vivendo em um planeta

constituído por forças e processos de intensidade superior à nossa compreensão e adaptação (PORTO-GONÇALVES, 2018). Leonardo Boff (2016), provoca que essa herança vem dos anciões humanos (pais, avós, lideranças religiosas e comunitárias); da espécie *Homo sapiens* e seus mais de 300 mil anos; das demais espécies que convivem no planeta há de 3,8 bilhões de anos e; dos 5 bilhões de anos da Terra (ZIGGELAAR, 2009).

Essa herança, construída ao longo de bilhões de anos, pode ser compreendida como um imenso quebra-cabeça. Embora montá-lo e analisá-lo em sua totalidade não seja o foco desta pesquisa, destacar alguns aspectos naturais que moldaram a paisagem, contextualizar a chegada dos humanos à América e evidenciar como o cuidado com plantas e paisagens contribuiu para transformar esse território em casa/roça é a perspectiva que orienta este trabalho. Portanto, o objetivo central da pesquisa é: analisar a herança natural-decolonial da América, especialmente de sua parte sul, de modo a valorizar o passado, compreender o presente e esperançar a construção de futuros outros.

Este trabalho pode ser compreendido como um ensaio teórico, no qual são mobilizados mapas mentais e quadros-síntese. Trata-se de um resultado parcial da tese de Silva (2022), que analisou a encruzilhada natureza/humanos/agricultura. Além da *Introdução e das Considerações Finais*, a estrutura do ensaio organiza-se em dois itens principais. No primeiro, O *Giro Natural-Decolonial e o (Re)Encontro com Nossa Herança*, problematiza-se a influência de fatores ambientais e aspectos relacionados à chegada dos humanos à encruzilhada. No segundo, A *Transformação da Paisagem em Casa/Roça na América*, discutem-se algumas heranças e tendências desse processo.

2 O GIRO NATURAL-DECOLONIAL E O (RE)ENCONTRO COM NOSSA HERANÇA

Para analisar a encruzilhada natureza/humanos/agriculturas, é necessário adotar um olhar multidimensional sobre a realidade, pois nela se entrelaçam aspectos culturais, sociais, agronômicos, ambientais e espirituais. No subitem a seguir, começaremos pela análise dos aspectos ambientais que influenciam essa encruzilhada.

2.1 AS FORÇAS GEOLÓGICAS E CELESTIAIS NA (RE)CONSTRUÇÃO DOS REFÚGIOS FLORESTAIS E O ENCONTRO COM OS HUMANOS

Na análise dos aspectos naturais que contribuíram para constituir as paisagens, a perspectiva geológica problematiza a potência de alguns eventos, e uma certa moderação da importância dos humanos, na constituição das bases materiais que dão suporte à vida no planeta.

No caso da América, especialmente de sua parte Sul, a história geológica pode ser considerada um imenso e truculento caleidoscópio que está sendo (re)montado. Assim como no restante do planeta, um contínuo movimento de destruição e reconstrução forjou o continente (FIORAVANTI, 2011). Destaca-se dessa longa, incerta e truculenta história, o afastamento da placa Sul-americana do

supercontinente Pangea, iniciada a cerca de 220 milhões de anos, que resultou no encontro com a placa oceânica de Nazca. A força desse movimento originou a cordilheira dos Andes, situada na porção oeste da América do Sul. Cadeias montanhosas também se formaram na parte leste, dentro da Serra do Mar, em consequência da dissipação dessa energia. A cerca de 20 milhões de anos, o quadro geológico da porção meridional da América tornou-se relativamente estável e mantém-se assim até os dias atuais (FUCK; NEVES, 2008).

Ou seja, a força desses movimentos geológicos supera (e muito) a capacidade humana. Logo, um critério relevante do giro natural-decolonial para analisar a encruzilhada natureza/ humanos/agriculturas é o reconhecimento de forças e processos que atuam em uma escala muito superior às ações humanas e que podem gerar transformações além da resiliência e resistência da nossa espécie.

Outro caso representativo dessa força são as oscilações cíclicas na órbita da Terra relacionadas a processos celestiais identificados no início do século XX. Essas variações são intituladas de ciclos de Milankovitch e atuam na intensidade da radiação solar no planeta, promovendo uma tendência global de resfriamento do clima. Tais ciclos contribuem para ocorrência de episódios de glaciação, ou eras glaciais, que modificam a posição e distribuição das paisagens e da vegetação, sobretudo a redução das florestas tropicais com o avanço do frio e sua expansão nos períodos quentes (HAFFER, 1992).

Os momentos de expansão e retomada da área florestal são situações ecológicas complexas que não atuaram de forma linear. Nesse cenário, pesquisadores estão construindo teorias para entender como as flutuações climáticas repercutiram na distribuição e formação das paisagens na região neotropical (da Patagônia-ARG até a parte Sul do México), especialmente no Brasil (AB'SÁBER, 2003).

Ab'Sáber (1977), ensinava que nas regiões inter e subtropical na última era glacial, sobretudo na América do Sul, o nível do mar diminuiu em torno de 100 metros, a temperatura média baixou em 3 a 4 graus °C e a quantidade de gelo nas cordilheiras aumentou. Essa realidade diminuiu a circulação das correntes de ar quente e úmida e aumentou as massas frias e secas (AB'SÁBER, 2003).

Esse mecanismo teve maior incidência entre 13.000 e 18.000 anos AP (antes do presente) e expandiu o clima semiárido para boa parte da América do Sul (VIADANA; CAVALCANTI, 2006), o que acarretou mudanças na posição e composição do mosaico da paisagem do continente sul-americano, especialmente o avanço da caatinga, uma vegetação de clima semiárido, em direção às florestas biodiversas tropicais que ocupavam o litoral do oceano atlântico e a região amazônica (AB'SÁBER, 2003).

Esse é o cenário da teoria que busca compreender os mecanismos e a distribuição da flora e da fauna na região neotropical, a teoria dos refúgios (AB'SÁBER, 1977). Desenvolvida por pesquisadores brasileiros, a teoria, segundo seu fundador, centra-se

> [...] no campo das projeções espaciais das flutuações climáticas do Quaternário, responsáveis por sérias modificações na posição, distribuição areolar, e contornos do mosaico total dos espaços geoecológicos inter e subtropicais da América Tropical. Por seu caráter dinâmico, a teoria implica

> uma visualização integrada dos mecanismos e processos que foram capazes de fazer "retrair" ou "reexpandir" os diferentes domínios de vegetação inter e subtropicais sulamericanos (AB'SÁBER, 1992, p. 29).

Essa teoria demonstra que as florestas tropicais se retraíram com as mudanças climáticas, mas não desapareceram. No caso das florestas biodiversas, vales de rios perenes, brejos e partes altas mantiveram umidade suficiente para conservar fragmentos florestais. A fauna também migrou para essas ilhas de floresta que se configuraram em redutos de vegetação (AB'SÁBER, 2003) e refúgios da fauna (HAUCK, 2008). Milhares de anos depois (± 10 mil), esses espaços se tornaram “bombas de especiação”, gerando processos distintos e endemismos em cada reduto/refúgio (HAUCK, 2008).

Há cerca de 12.000 a 10.000 anos AP, a última era glacial retraiu-se e iniciou o processo conhecido como retropicalização holocênica. A temperatura média do planeta e o nível de água dos oceanos aumentaram, as calotas de gelo recuaram e as massas de ar quente e úmido voltaram a circular na América do Sul. As condições tropicais expandiram-se e atingem o *optimum* climático, isto é, “um tempo de maior calor na face da Terra, ocorridos entre 6.000 e 5.000 anos passados” (AB'SÁBER, 2007, p. 60).

Esse movimento contribuiu para que, naturalmente, a flora e a fauna presentes nos redutos/refúgios se expandissem “recriando espaços florestados, superiores em área ao daqueles existentes anteriormente à expansão dos climas secos. Criando, assim, por coalescência, os dois grandes contínuos de florestas tropicais biodiversas da América: a amazônica e a atlântica” (AB'SÁBER, 1992, p. 31).

Nas “novas florestas” as espécies e a distribuição geográfica da fauna e da flora, não foram iguais ao período tropical anterior, já que algumas se extinguiram e outras nasceram (especiação). Contudo, ocorreu uma tendência de ampliação da área e da diversidade de espécies nas florestas (re)criadas. Esse quadro se manteve estável até o início da invasão europeia no século XVI (AB'SÁBER, 2003).

Ou seja, a influência de aspectos naturais, como o avanço ou a diminuição das eras glaciais, repercutiu na formação do mosaico da paisagem da América. Deste processo, emergiu um mosaico complexo e heterogêneo da paisagem e da vegetação.

Por exemplo, Ab'Sáber (2003) classifica o mosaico paisagísticos brasileiro em seis grandes domínios. Isto é, seis grandes áreas com clima, paisagem, relevo e vegetação similares, sendo eles: 1) Amazônico: terras baixas da floresta tropical amazônica, ±3.700.000 km²; 2) Cerrados: chapadões da região tropical central recobertos por cerrados, cerradões e campestres, ±1.900.000 km²; 3) Caatingas: áreas baixas entre os planaltos (depressões interplanálticas) do tropical semiárido nordestino, ±800.000 km²; 4) Mares de Morros: área com morros convexos (mamelonares) com floresta tropical atlântica que acompanha boa parte da costa brasileira, ±650.000 km²; 5) Araucárias: localizado, principalmente, nos planaltos intertropicais do sul do Brasil, ±80.000 km²; e 6) Pradarias: planície vasta e aberta com algumas colinas (as coxilhas) composta por gramíneas mistas, localizadas dentro da zona de clima temperado do extremo sul do país, ±80.000 km². Também existem zonas afastados das áreas nucleares que mesclam características de dois ou mais

domínios, as faixas de transição entre os domínios, que somam ±1.000.000 km² (AB'SÁBER, 2003).

A partir da complexidade e heterogeneidade dos domínios morfoclimáticos brasileiros, é possível apresentar outra perspectiva relacionado ao giro natural-decolonial (ALIMONDA, 2011a): problematizar, certa ideia dominante, que a paisagem e vegetação do Brasil é composta, exclusivamente, por florestas úmidas e tropicais.

É fato que as florestas tropicais são importantes. Inclusive, elas estão nos domínios Amazônico (floresta amazônica) e Mares de Morros (mata atlântica), representando mais de 50% da área total dos domínios e da faixa de transição do mosaico de paisagens do Brasil. Embora essas florestas tenham similaridade, há especificidades que as distanciam, como o tipo de solo, relevo e altitude. No entanto, a comparação com a realidade dos demais domínios (que somam 37% da área total), deixa evidente essa heterogeneidade. Por exemplo, o cerrado, via de regra, tem clima pouco chuvoso e muito quente. A caatinga insere-se num clima semiárido com período seco de meses e na pradaria predomina uma vegetação rasteira de gramíneas e o clima é temperado (AB'SÁBER, 2003).

Tal complexo e heterogêneo mosaico paisagístico brasileiro, pode ser considerado uma herança natural recebida pelos humanos, afinal de contas:

> [...] todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza -mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro- atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma *herança*. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (AB'SÁBER, 2003, p. 9).

Portanto, os humanos herdaram as paisagens onde constroem seu modo de vida e são, ou deveriam ser, responsáveis por cuidá-las ao mesmo tempo, os processos que as formam e modificam excedem nossa capacidade de compreensão e, sobretudo, de controle.

Nesse paradoxo, embora identificar e valorizar a herança da paisagem seja fundamental para a construção de mundos outros, a relação entre humanos, natureza e agricultura não se limita apenas a esse nível: é preciso incluir o humano nessa história

2.2 O ENCONTRO DOS HUMANOS NA ENCRUZILHADA NATUREZA/AGRICULTURAS

Há mais dúvidas do que certezas na história da chegada dos humanos e, assim como a formação geológica, ela pode ser considerada um imenso quebra-cabeças em movimento. Parte destas peças estão sendo movimentadas por um conjunto de pesquisas coordenadas pela arqueóloga Niède Guidon, no Parque Nacional da Serra da Capivara, no estado do Piauí, desde o ano de 1973. As investigações apontam para “um povoamento da região que se inicia há 100.000 anos e somente foi interrompido pela invasão do colonizador” (GUIDON *et al*., 2007, p. 81).

Esse povoamento teria acontecido de forma direta do continente africano, motivado pelo começo da última era glacial (cerca de 150.000 anos AP) que resultou na emersão de ilhas no Oceano Atlântico. Nessa teoria, os primeiros humanos

chegaram ao Caribe e à costa norte do Brasil entre 130 mil e 110 mil anos AP. Alguns seguiram pela costa e chegaram à foz do rio Amazonas, outros entraram para o interior pelo rio Paranaíba. Com o passar do tempo, essas pessoas se estabeleceram, se dividiram, migraram e se encontraram com outros humanos vindos da Oceania e da Ásia (GUIDON, 2006).

Outra possibilidade para a chegada humana é a Teoria de Clóvis. Nela, os humanos chegaram à América da Ásia pelo então congelado estreito de Bering, cerca de 11.500 anos AP. Contudo, além de Guidon (2006), Neves e Pucciarelli (2005) questionam essa teoria ao indicarem a existência de fósseis com cerca de 15.000 anos no sul do continente. Há também as hipóteses que os humanos evoluíram no continente ou que vieram da polinésia para explicar a chegada humana na América (GUIDON, 2007).

Se por um lado há diversas incertezas sobre a chegada, por outro, é possível apontar que os processos e dinâmicas de povoamento da América do Sul não aconteceram de forma linear e homogênea. Já que os grupos humanos, o tempo da chegada, os pulsos de migração e os caminhos foram distintos.

Nessa movimentação, quatro rotas tornaram-se chaves. Ambas se baseiam na ideia de que os humanos entraram, ou intensificaram sua movimentação na América do Sul, pelo estreito de Darien, no encontro onde, atualmente, estão o Panamá e a Colômbia. A partir deste ponto, Anderson & Gillan (2010) e Bueno & Dias (2015) os caminhos foram diferentes, sendo eles:

1) Orla do Pacífico (cerca de 12000 anos AP) margeava tal oceano desviando da Cordilheira dos Andes até entrar no continente na região dos Lagos no centro sul do Chile;
2) Bacia do rio São Francisco (12.400 anos AP) contornava a Cordilheira dos Andes em direção a costa Atlântica até entrar no continente pela foz do rio São Francisco;
3) Bacia do rio Amazônia (11.145 anos AP) margeava a parte oriental dos Andes até o norte da planície amazônica e o planalto das Guianas, depois se expandia pelos vales dos rios Amazonas e Orenoco;
4) Bacia do rio da Prata é (10.810 anos AP) seu centro de origem é Chaco Boliviano, local de parada de um grupo humano que entrou no continente pela parte oriental dos Andes. Expandiu-se pelos vales dos rios Paraguai, Uruguai, Paraná e Prata, chegando até a costa sul do oceano Atlântico.

Portanto, a ocupação humana na América, especialmente na parte Sul, não aconteceu ao mesmo tempo, nem pelos mesmos grupos humanos e, possivelmente, teve vários sentidos. Entretanto, há indícios de algumas similaridades: a) a importância dos vales dos grandes rios na concentração e expansão dos grupos humanos; b) a procura de feições chaves da paisagem, isto é, aspectos do relevo facilmente localizados e reconhecidos, como os vales dos rios, áreas de várzea, colinas, cavernas e planícies. Esses locais possivelmente, receberam os primeiros núcleos populacionais; c) a pesca, coleta de ovos, caça de animais e consumo de frutos sazonais, tanto ao redor dos núcleos quanto nos caminhos de deslocamento, são considerados os mecanismos centrais para encontrar comida e; d) uma alta mobilidade entre os núcleos ou movimentos de toda a população em direção a novas paisagens (BUENO; DIAS 2015).

Entre 12.500 e 10.500 anos AP, a ocupação da América do Sul intensificou-se ao ponto que a paisagem "se tornou território, onde histórias, sentimentos e atividades foram definitivamente associados a marcos geográficos, criando uma sensação de apropriação, familiaridade e pertencimento" (BUENO; DIAS 2015, p. 123). Cerca de 10.500 anos AP, influenciado pelo aumento da tropicalidade (AB'SÁBER, 2003), o número de sítios arqueológicos cresceu consideravelmente e as dinâmicas de ocupação e deslocamento modificaram-se. Novos caminhos foram abertos ao redor das rotas antigas e das feições-chaves, alguns núcleos populacionais diminuíram sua área e aumentaram a densidade populacional, servindo de ponto de partida para criação de outros. Tal processo contribuiu para uma diversificação cultural inter-regional e foi a origem de vários modos de vida da América do Sul (BUENO; DIAS 2015).

Cerca de 8.000 anos AP, tal diversificação colaborou para o seguinte quadro: "a América do Sul já se encontrava ocupada por uma população estável de caçadores coletores, caracterizada por diversificadas estratégias de adaptação aos processos de transformação das paisagens holocênicas" (BUENO; DIAS, 2015, p. 119).

Embora seguir contando a origem e os traços culturais desses povos seja algo relevante, é um tema além do enfoque desta pesquisa. Mas, a partir do provocado, é razoável defender que milhares de anos antes da chegada dos europeus, boa parte da paisagem da América do Sul foi transformada em território por e para milhares de povos. Sendo tal transformação chave para a construção do giro natural-decolonial proposto neste trabalho e tratado a seguir.

3 A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM EM CASA/ROÇA NA AMÉRICA

Desde a chegada humana na América, plantas foram cuidadas, espalhadas e/ou eliminadas ao redor dos núcleos populacionais ou das rotas de migração. Essas alterações abrem caminho para problematizar o tema a agricultura.

A palavra agricultura tem sua origem nos termos latinos *ager* (campo) e *cultūra* (cultivo do solo). Usualmente, é traduzida como "a arte de cultivar campos". Embora seja importante cultivar campos, sendo o mosaico paisagístico da América algo heterogêneo e complexo, é natural que existam experiências que vão além do manejo dos campos ou das plantas adaptadas a essa paisagem. Logo, resgatar e valorizar essa diversidade é um aspecto-chave para compreender a encruzilhada natureza/humanos/agriculturas.

O primeiro aspecto dessa valorização é questionar a visão dominante, perpetuada desde a chegada dos europeus, de que os habitantes da América viviam exclusivamente da caça e da coleta, sem modificar a paisagem. Esse questionamento não é novo. Bermejo e Leon (1992) apresentam evidências contrárias, identificando 257 espécies de plantas cultivadas e modificadas pelos humanos antes da invasão europeia.

A cabaça de garrafa, porongo, poranga, cuia ou jamaru (*Lagenaria siceraria*) problematiza esse tema. Erickson *et al*. (2005), integrando abordagens genéticas e arqueológicas, identificaram a África como seu local de origem. A espécie acompanhou os movimentos migratórios humanos em direção à Ásia onde, há cerca

de 13.000 anos AP, emergiu uma nova variedade com casca mais grossa e maior quantidade de massa comestível: a *L. siceraria asiática*. Vestígios dessa variedade foram encontrados em sítios arqueológicos localizados nas partes sul, central e norte da América com sinais de cultivo/cuidado humano, datados de 10.000 a 8.000 anos AP. Para os autores, a movimentação do porongo iniciou com a entrada humana na América e seguiu sendo cultivada até se espalhar por boa parte do continente (ERICKSON *et al*., 2005).

A relação entre o porongo e os humanos demonstra que o processo ocorrido na América pode ter se repetido em outras partes do mundo. Além disso, desde a chegada dos grupos humanos e seu estabelecimento nas feições-chave do continente, há indícios do cultivo de plantas e da modificação das paisagens.

Nesse cenário, naturalmente, o local onde cada povo transformou em casa se tornou um ambiente fértil para o cuidado de plantas que nasciam espontaneamente dos restos de alimentos. Essa dinâmica se repetiu ao redor das rotas que tiveram espécies cuidadas, adicionadas e retiradas. Com o passar do tempo, de forma consciente e inconsciente, algumas populações de plantas e determinadas paisagem tiveram alterações consolidadas pelo cuidado humano (CLEMENT *et al*., 2009).

O cenário (hipotético), apresenta as linhas gerais do início dessas alterações: nas paisagens alteradas pelos humanos, os quintais ou nas margens das rotas de movimentação, abóboras (gênero botânico *Cucurbita*) de sabor mais agradável eram consumidas em maior quantidade. Após os humanos se alimentarem delas, parte das sementes caíam no solo, algumas continuavam na cabaça e outras, depois de passar pelo sistema digestivo, retornavam à terra e germinavam. Esse quadro contribuiu para nasceram mais abóboras de “gosto melhor” ano após ano, até a característica se tornar estável na população. Criando, assim, uma nova variedade, mais apta a conviver nas paisagens alteradas pelos humanos e agradável aos seus interesses.

Nesse processo de “criação” de novas características numa população de plantas ou nas paisagens manejadas pelos humanos, Clement (2001) conceitua duas domesticações como centrais. A primeira é a domesticação de plantas, definida como:

> Um processo coevolucionário em que a seleção humana, inconsciente e consciente, nos fenótipos de populações de plantas promovidas, manejadas ou cultivadas resulta em mudanças nos genótipos das populações que as tornam mais úteis aos humanos e melhor adaptadas às intervenções humanas no ambiente. (CLEMENT, 2001, p. 426).

A segunda, a domesticação da paisagem, é conceituada da seguinte maneira:

> Um processo inconsciente e consciente em que a intervenção humana na paisagem resulta em mudanças na ecologia da paisagem e na demografia de suas populações de plantas e animais, resultando numa paisagem mais produtiva e ‘segura’ para humanos (CLEMENT, 2001, p. 426).

Essas duas domesticações construíram um processo sinérgico e foram chave na transformação em casa, das diversas paisagens que os primeiros grupos humanos encontraram no continente americano. Na raiz etimológica do termo, há elementos para analisar esse argumento. Diferente da ideia de controle, domesticar vem da palavra latina *domus,* que significa casa ou caseiro (JORGE, 2004). Logo, domesticar

é trazer para casa, tornar caseiro, conviver, bem como alterar as espécies de plantas, animais e as paisagens.

Nesse movimento de transformar as plantas em algo caseiro, a síndrome de domesticação, isto é, alterações alélicas que modificam determinados fenótipos de um ser vivo e/ou um conjunto de seres, consideradas úteis aos humanos que passam a recrutá-los e promovê-los, foi um aspecto central (MEYER *et al*., 2012).

Nesse processo, consciente ou inconscientemente, poucos atributos foram selecionados. Via de regra, o *Homo sapiens* atentou-se a aspectos relacionados ao sabor, como da abóbora descrito anteriormente, o tamanho das sementes e dos frutos, a espessura da casca, a facilidade para manejar, o aumento ou a diminuição da capacidade de germinação. Ou o poder alucinógeno (teológico), a beleza, a adaptação aos novos ambientes habitados pelos grupos humanos e as paisagens manejadas por eles (PIPERNO, 2011).

Esse cuidado humano contribui para alterar processos vitais das plantas, originando, acelerando ou reduzindo a síndrome da domesticação (CLEMENT, 1999). Embora existam diferenças nas relações com plantas perenes ou anuais, multiplicadas por sementes ou pelo plantio de partes da planta mãe (propagação vegetativa) os atos de: colher frutos, retirar parte da planta, aumentar ou diminuir a quantidade e a diversidade de indivíduos por área e a intensidade da luz solar, são ações que estimulam a ativação de processos vitais das plantas e podem provocar alterações nos fenótipos (PIPERNO, 2011).

Pesquisas sobre a domesticação de cereais do gênero *Chenopodium*, no qual está inserido a quinoa (*Chenopodium quinoa*), simboliza a influência do manejo humano nas alterações fisiológicas. O ato de plantar as sementes em “berços mais profundos”, se comparado com a dispersão natural, o uso de ferramentas de pedra para cortar os cachos e o armazenamento “fora do solo”, estimulou o crescimento do envoltório protetor das sementes (popularmente chamado de casca e botanicamente de tegumento). Esse crescimento atuou na alteração de duas características selecionadas pelos humanos: 1) uma semente maior; e 2) com melhor capacidade de armazenamento (inibição da germinação). Com o decorrer das safras, essas características aumentaram até se tornarem estáveis e dominantes. Além disso, o desenvolvimento dessas populações se tornou intimamente ligado às paisagens cuidadas pelos humanos (FULLER *et al*., 2014).

Assim como o processo de domesticação de plantas, o cuidado humano se fez presente na transformação da paisagem em casa. Essa influência se inicia com a chegada dos primeiros grupos e ocupação das feições-chaves, que ao criar/adaptar locais de moradia modificaram a paisagem. As clareiras abertas para a organização dos primeiros assentamentos, o aumento de material orgânico deixado nesses espaços e o incremento, consciente e inconsciente, de plantas nas bordas entre os núcleos populacionais e nas rotas de movimentação são alguns exemplos (PRADO; MURRIETA, 2015).

Historicamente, a gestão do fogo, da água e do relevo esteve entre os principais mecanismos utilizados pelos humanos para transformar paisagens em casas. Essa estratégia se aplicou a diversos ambientes e desempenhou um papel central no surgimento das práticas agrícolas, como descrito a seguir.

> Há uma variedade de paisagens ao redor do mundo que são resultado da revolução agrícola e incluem modificações feitas em florestas, selvas, pradarias, desertos e semidesertos, pantanais e áreas costeiras. As mudanças produzidas abrangem toda uma série de alterações na estrutura, no funcionamento e na evolução dos ecossistemas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 35-36).

Embora o cuidado humano na paisagem seja algo diverso, de acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015), três desenhos se destacam:

1. Agricultura irrigada: manejo dos níveis de água em uma paisagem. A água é utilizada no alagamento sazonal de uma área, seja numa encosta ou numa planície, através de uma rede de canais e represas com diferentes níveis de complexidade e extensão;
2. Florestas manejadas (sistemas agroflorestais): cultivo de populações de plantas dentro de uma floresta ou promoção da sucessão florestal e do plantio de espécies de interesse em paisagens com predomínio de floresta;
3. Terraços agrícolas (terraceamento)*:* sua principal característica é o manejo da declividade de um ambiente. Existem terraços em forma de curva de nível, com ou sem canais de irrigação, em paisagens montanhosas de diversos níveis de inclinação em áreas úmidas, bem como aqueles que drenam e direcionam a escassa água das zonas semiáridas.

Esses desenhos nas paisagens contam com uma tendência de manutenção, e não raro, aumento da fertilidade do sistema. A água ao percorrer os canais de irrigação, lagos e curvas de nível, traz consigo nutrientes que adubam o sistema. Os terraços usam o relevo para acumular energia (matéria orgânica, água, solo) e criam locais férteis para o crescimento das plantas. O próprio fogo, quando manejado corretamente, nos sistemas agroflorestais auxilia no aumento de abundância (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Na Amazônia, por exemplo, a queima de matéria orgânica ao redor dos núcleos populacionais, resultou no acúmulo de carvão e na criação da Terra Preta de Índio, um tipo de solo fértil e diferente dos encontrados na região (LOMBARDO *et al*., 2021).

De fato, o manejo humano atuou em mudanças nos fenótipos das plantas e nas características das paisagens. Entretanto, outros elementos e dinâmicas precisam ser levados em conta nos processos de domesticações. É preciso ratificar a influência das forças geológicas, climáticas (AB'SÁBER, 2003) e até celestiais (HAFFER, 1992), na (re)construção dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Movimentos nas placas tectônicas, mudanças na temperatura e na quantidade de chuva, avanços e retrocessos de barreiras naturais, modificam de forma intensa, tanto as paisagens quanto as plantas, se comparado com o manejo humano (FUCK; NEVES, 2008).

Em relação às plantas, o milho (*Zea mays*) pode ser utilizado com um caso exemplar. Análises arqueobotânicas indicam o teosinto (*Zea mays parviglumis)* como ancestral do milho. A especiação iniciou na floresta quente e úmida ao redor do Vale do Rio Balsas no centro-sul do México, entre 11.000 e 9.000 anos AP (DOEBLEY, 2004). Nessa região, alterações na temperatura, umidade e a incidência de luz solar causadas pela retomada da tropicalidade induziram mudanças no fenótipo de certas populações de teosinto, especialmente no tamanho e quantidade de grãos por espiga.

Essas populações foram identificadas e promovidas pelos grupos humanos que cuidaram desses fenótipos até o nascimento (especiação) do milho, uma planta cultivada há milhares de anos na maior parte da América (FULLER *et. al*., 2014).

Se por um lado, a especiação do milho é um caso exemplar observado em outras espécies, por outro, nem toda população de planta manejada terá alterações genéticas ao ponto de gerar uma nova espécie ou ter mudanças significativas. Mesmo com indícios de cultivo há milhares de anos em raízes de propagação vegetativa, como o inhame (*Dioscorea* spp) e o ariá (*Calathea* spp), suas características genéticas praticamente continuam iguais. Entretanto, o cultivo dessas espécies pelos humanos estimulou o aumento do tamanho médio das plantas, sobretudo, das partes comestíveis (PIPERNO, 2011).

Nesse cenário, é possível identificar que nas domesticações de plantas e das paisagens, há uma sinérgica relação entre ambiente-paisagem-planta-gene-humano. Nem sempre todas as variáveis têm a mesma força, contudo, em maior ou menor grau, todas têm interferência e atuam de forma coevolucionária nos eventos de domesticação (FULLER *et al*., 2014; PIPERNO, 2011). Dito de outra forma: em cada tempo e espaço, os humanos (re)constroem processos coevolutivos de domesticações de plantas e das paisagens (SILVA *et al*., 2022).

Nessa perspectiva de (re)construção, a intensidade de manejo na paisagem e o grau de alterações genéticas e fenotípicas nas populações de plantas não são iguais. Cria-se, assim, um mosaico de possibilidades que é central para o entendimento da encruzilhada natureza/humanos/agriculturas. Clement (2001), define categorias a partir do grau de influência humana para analisar tal mosaico, descrita no Quadro 1.

Quadro 1. Categorias de domesticações de plantas e paisagens.

DOMESTICAÇÃO DE PLANTAS		DOMESTICAÇÃO DE PAISAGENS	
Categoria	**Característica central da população**	**Categoria**	**Característica central da paisagem**
1) Silvestre	Hipoteticamente sem contato com humanos. População “ancestral”	1) Intocada (pristine)	Hipoteticamente sem contato com humanos. População “ancestral”
2) Incidentalmente coevoluída	Nascem espontaneamente em paisagens modificadas pelos humanos	2) Promovida	Manejo humano modifica algumas características. No geral, mantem a fisionomia da paisagem ancestral
3) Incipientemente domesticadas	Modificada pelo cuidado humano. Aparência similar da população silvestre	3) Manejada	Manejo humano adaptou a paisagem para o predomínio de suas plantas de interesse. Tanto em diversidade quanto em abundância
4) Semi-domesticada	Modificada pelo manejo humano. Aparência distinta da população silvestre		
5) Domesticada	Fenótipo médio se tornou diferente do ancestral. Dificilmente sobrevive sem o manejo humano	4) Cultivada	A paisagem ancestral é, totalmente, modificada pelo manejo humano.
6) Sementes crioulas	Populações domesticadas ou semi-domesticadas manejadas por gerações em certo isolamento geográfico. Características diferentes da população ancestral	5) Roça de pousio	Mistura, no tempo e no espaço, de áreas de cultivo (manejada e cultivada) e de descanso.
7) Cultivar moderna	Clones/população de plantas altamente selecionada e modificada. Reduzida variabilidade fenotípica e genética. Adaptadas exclusivamente as monoculturas	6) Monocultura	Controle total da paisagem pelo uso de sementes modificadas geneticamente (cultivar moderna), mecanização, herbicidas, fungicidas e inseticidas.

Fonte: os Autores (2024), a partir de Clement (2001).

No quadro 1 em questão, observa-se a existência de sete categorias de domesticação de plantas e seis da paisagem. Note-se que, as categorias silvestre e

intocada não buscam a comunicar a existência de populações ou paisagens intocadas atualmente. Sim, a existência de um momento no tempo e no espaço em que o caminho dos humanos se cruzou com a trajetória evolutiva de um conjunto de plantas e/ou uma paisagem. Dando início a (re)construção do processo coevolutivo com plantas e paisagens.

A partir das categorias descritas, percebe-se que o mosaico de domesticações (de plantas e da paisagem) é heterogêneo e interdependente das condições naturais e culturais de cada momento histórico (FULLER *et al*., 2014).

Para compreender essa (re)construção e seu papel na transformação da América em casa, três categorias de centros são chaves. O primeiro é o centro de origem geográfica, uma região ampla onde um conjunto de indivíduos desenvolveu características novas, originando uma nova espécie. O segundo é o centro de domesticação ou centro de origem das plantas cultivadas. É o local (ou locais) onde ocorreu a transformação de populações silvestres ou incipientemente domesticadas, em semidomesticadas ou domesticadas. Por fim, há o centro de diversidade genética, ou regiões de diversidade, uma área geográfica com os maiores índices de diversidade genética de uma espécie cultivada na atualidade (CLEMENT, 2015).

Embora a identificação do centro de origem de uma espécie seja um desafio, principalmente pela falta de informações causada pela eliminação dos sistemas ecológicos originais e a natural mudança das paisagens e das culturas, é possível apontar dois cenários. No primeiro, existe sobreposição geográfica entre os três centros citados. No segundo, eles não estão na mesma área, criando uma intersecção entre espécies originárias e domesticadas. Tais cenários estão relacionados ao cuidado humano que manejou e movimentou populações de plantas durante a transformação da paisagem em casa.

Para analisar essa movimentação, pode-se recorrer ao trabalho de Vavilov (1992). O pesquisador coordenou um conjunto de pesquisas e ações em torno da origem e localização das plantas cultivadas e da agricultura, com o objetivo de levar espécies para cultivar nas frias terras soviéticas na primeira metade do século XX. As expedições identificaram oito centros de domesticação e três regiões satélites, isto é, uma área sobre influência do núcleo principal, mas geograficamente distante e com menor diversidade de processos: 1) Chinês; 2) Indiano e satélite Indo Malaio; 3) Asiático Central; 4) Oriente Próximo; 5) Mediterrâneo; 6) África Oriental; na América estariam dois centros de domesticação; 7) Mesoamericano; e 8) América do Sul, formando duas áreas satélites, o Brasileiro-Paraguaio (ou Guarani) e o satélite Chile.

Tais proposições foram e estão sendo questionadas e alteradas. Na atualidade, há uma tendência de aumento de área e/ou da quantidade de centros de domesticação. Porém, a ideia de força de Vavilov (1992) se mantém: existem regiões onde a relação entre os humanos e espécies de plantas e a paisagem se configuraram em núcleos férteis para criação de processos de domesticação. Com o passar do tempo, esses processos se multiplicaram para outros territórios (CLEMENT, 2015).

Atualmente, avanços nas investigações genéticas moleculares baseadas em pequenas porções conservadas de DNA (ácido desoxirribonucleico) em resquícios de ferramentas e na arcada dentária de fósseis humanos em diversos sítios arqueológicos, estão trazendo novas informações (FULLER *et al*., 2014). Essas pesquisas estão “contribuindo de forma cada vez mais robusta na elucidação da

história da relação do homem com as plantas e os processos evolutivos desta interação" (CLEMENT *et al*., 2015, p. 37). Sendo esse o tema do próximo subitem.

3.1 A HERANÇA DO PROCESSO NA AMÉRICA

No processo da América, as domesticações de plantas e paisagens não se originaram de uma única região, mas de centros dispersos pelo continente, formadas por diferentes grupos em diversos tempos (CLEMENT et al., 2015).

Essa herança, simbolizada pelo porongo (ERICKSON et al., 2005), começa com a chegada dos primeiros humanos e se intensifica com a retomada da tropicalidade, cerca de 11.000 anos AP (PIPERNO, 2011). Embora a localização exata e o momento da coevolução das plantas, paisagens e humanos ainda sejam debatidos, é possível identificar centros e populações chave (CLEMENT et al., 2015).

Quadro 2. Panorama geral da localização dos centros de domesticação na América.

PARTE	CATEGORIA	NOME	REFERÊNCIA GEOGRÁFICA	PERÍO-DO
1. Continuum Andino	Centros de domesticações	1.1 Colômbia 1. 2 Peru-Bolívia	Cordilheira dos Andes. Incluindo as terras altas e frias do altiplano adido, as encostas leste e oeste dos andes e planícies litorâneas do Pacífico	12.000 anos AP
	Centros Menores (Satélites)	1.3 Litoral Peruano 1.4 Llamos de Mojos 1.5 Chile		
	Centros de diversidade	1.6 Altitudes Médias Andinas Colômbia-Equador-Peru-Bolívia		
2. Continuum Amazônico	Centro de domesticação	2.1 Noroeste da Amazônia 2.2 Amazônia Central	Floresta Amazônica, especialmente no entorno do rio Amazonas. Engloba parte do rio Orinoco e do planalto das Guianas.	10.000 anos AP
	Centros Menores (Satélite)	2.3 Ilha de Marajó 2.4 Guiana 2.5 Médio Orinoco		
	Centro de diversidade	2.6 Alto Amazonas 2.7 Solimões 2.8 Alto Negro/Orinoco 2.9 Estuário Amazônico 2.10 Litoral das Guianas		
3. Gran Chaco	Centros Menores (Satélite)	3.1 Guarani (Brasileiro-Paraguaio)	Região do Chaco, sobreposto com boa parte do Paraguai, sul do Brasil e Bolívia e Noroeste da Argentina	8.000 anos AP
	Centro de diversidade	3.2 Norte da Argentina		
4. Litoral Nordeste do Brasil	Centro de diversidade	4. Litoral do Nordeste brasileiro	Faixa litorânea da parte norte da região nordestina do Brasil. Destaque para a Caatinga como vegetação principal	5.000 ano AP
5. Mata Atlântica	Centro de diversidade	5. Mata Atlântica	Faixa litorânea que acompanha a Mata Atlântica em boa parte da costa Brasileira	4.000 anos AP
6. América Central	Centro de domesticação	6. Mesoamericano	Florestas tropicais e de cactos da Região sudoeste do México e as terras baixas litorâneas da Guatemala, Honduras e Costa Rica	10.000 anos AP
7. América do Norte	Centro de domesticação	7. Bacia do médio Mississipi	Vale do rio Mississipi nos EUA, na junção com os rios Tennessee e Ohio	5.000 anos AP
Textos base	Clement (1999); Clement *et al*. (2015); Doebley (2004); Fuller *et al*. (2014); Piperno (2011); Smith (2006); Vavilov (1992).			

FONTE: os Autores a partir dos textos-base citados no quadro (2024).

Quadro 3. Exemplos de plantas domesticadas na América.

PARTE	EXEMPLOS DE PLANTAS DOMESTICADAS
1. *Continuum* Andino	**AO MENOS 70 PLANTAS DOMESTICADAS** **Raízes**: batata ou batatinha (*Solanum tuberosum*); batata dos andes (*Solanum andigena*); batata yacon (*Polymnia sonchifolia*); batata salsa (*Arracacia xanthorrhiza*); taioba (*Xanthosoma sagittifolium*) e; mashua (*Tropaeolum tuberosum*); **Grãos:** quinoa (*Chenopodium quinoa*); tremoço andino (*Lupinus mutabilis*); amaranto (*Amaranttls caudatus*); feijão (*Phaseolus vulgaris*); feijão fava (*Phaseolus lunatus*); **Vegetais:** tomate (*Solanum lycopersicum*) e; tamarillo (*Cyphomandra betaeea*); **Fibras:** algodão pima peruano (*Gossypium barbadense L.*) e; pita (*Fourcroya cubensis*); **Frutas:** maracujá doce (*Passiflora ligularis*); papaia-de-montanha (*Carica candamarcensis*); acerola (*Malpighia glabra*); goiaba (*Psidium guajava*) e; morango (*Fragaria chiloensis*); **Plantas de poder:** coca (*Erythroxylon coca*) e; tabaco (*Nicotiana tabacum*); **Diversos:** abóbora menina (*Cucurbita maxima Duch*); melão andino (*Solanum muricatum*) e; pimenta dedo de moça (*Capsicum frutescens*).
2. *Continuum* Amazônico	**AO MENOS 95 PLANTAS DOMESTICADAS** **Frutas arbóreas**: castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*); cacau (*Theobroma cacao*); biribá comum (*Rollinia mucosa*); jambu (*Spilanthes acmella*); abil (*Pouteria caimito*); cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e; mari-mari (*Poraqueiba paraenses*); **Raízes**: cará roxo (*Dioscorea trifida*) e; mandioca (*Manihot esculenta*) **Palmeiras**: pupunha (*Bactris gasipaes*) e; açaí (*Euterpe oleracea*) e; açaí solitário (*Euterpe precatória*); **Plantas de poder**: jagube (*Banisteriopsis caapi*); e; timbó (*Lonchocarpus nicou*); **Outras:** amendoim (*Arachis hypogaea*); abacaxi (*Ananas comosus*); pimenta murupi (*Capsicum chinense*); urucum (*Bixa orellana*) e; grama boiadeira (*Leersia hexandra*)
3. Gran Chaco	**AO MENOS 20 PLANTAS DOMESTICADAS** **Frutas**: pitanga (*Eugenia uniflora*); uvaia (*Eugenia uvalha*); jabuticaba (*Myrciaria jaboticaba*) e; goiaba serrana (*Feijoa sellowiana*) **Outras**: abacaxi (*Ananas comosa*); mandioca (*Manihot utilíssima*); amendoim (*Arachis hypogaea*); maracujá (*Passifiora edulis*); erva mate (*Ilex paraguayensis*)
4. Litoral Nordeste do Brasil	**AO MENOS 10 PLANTAS DOMESTICADAS** caju (*Anacardium occidentale*); mangaba (*Hancornia speciosa*) e; pequi (*Caryocar coriaceum*)
5. Mata Atlântica	**AO MENOS 15 PLANTAS DOMESTICADAS** juçara (*Euterpe edulis*); angico vermelho (*Anadenanthera colubrina*) e; jatobá (*Hymenaea courbaril*))
6. América Central	**AO MENOS 50 PLANTAS DOMESTICADAS** **Grão**s: milho (*Zea mays*); feijão (*Phaseolus vulgaris*); feijão fava (*Phaseolus lunatus*); feijão de porco (*Canavalia ensiforme*) e; amaranto (*Amarantus paniculatus*); **Abóboras:** abóbora gila (*Cucurbita ficifolia*); abóbora de pescoço (*Cucurbita moschata*) e; abóbora caipira (*Cucurbita mixta*); **Raízes:** batata doce (*Ipomoea batatas*); araruta (*Maranta arundinacea*) e; cará (*Dioscorea trifida*); **Frutas:** fruto da palma (*Opúncia Opuntia.*); ariticum (*Anona cherimólia*); mamão papaia (*Carica papaya*); coyo (Persea schiedeana) e; cajá mirim (Spondias mombi **Plantas de poder**: tabaco mapacho (*Nicotiana rustica*); chia (*Salvia chia Fernald*); **Outras:** pimenta (*Capsicum annuum*) e; pimenta malagueta (*Capsicum frutescens*); algodão (*Gossypium hirsutum*) e; algodão mocó (*Gossypium purpurascens*).
7. América do Norte	**AO MENOS 4 PLANTAS DOMESTICADAS** abobrinha (*Cucurbita pepo*); girassol (*Helianthus annuus*); ancião do pântano (*Iva annua*) e; erva formigueira branca (*Chenopodium berlandieri*)
Textos bases	Bitocchi *et al*. (2012); Clement (1999); Clement *et al*. (2015); Doebley (2004); Erickson *et al*. (2005); Fuller *et al*. (2014); Piperno (2011); Roullier *et al*. (2013); Smith (2006); Vavilov (1992).

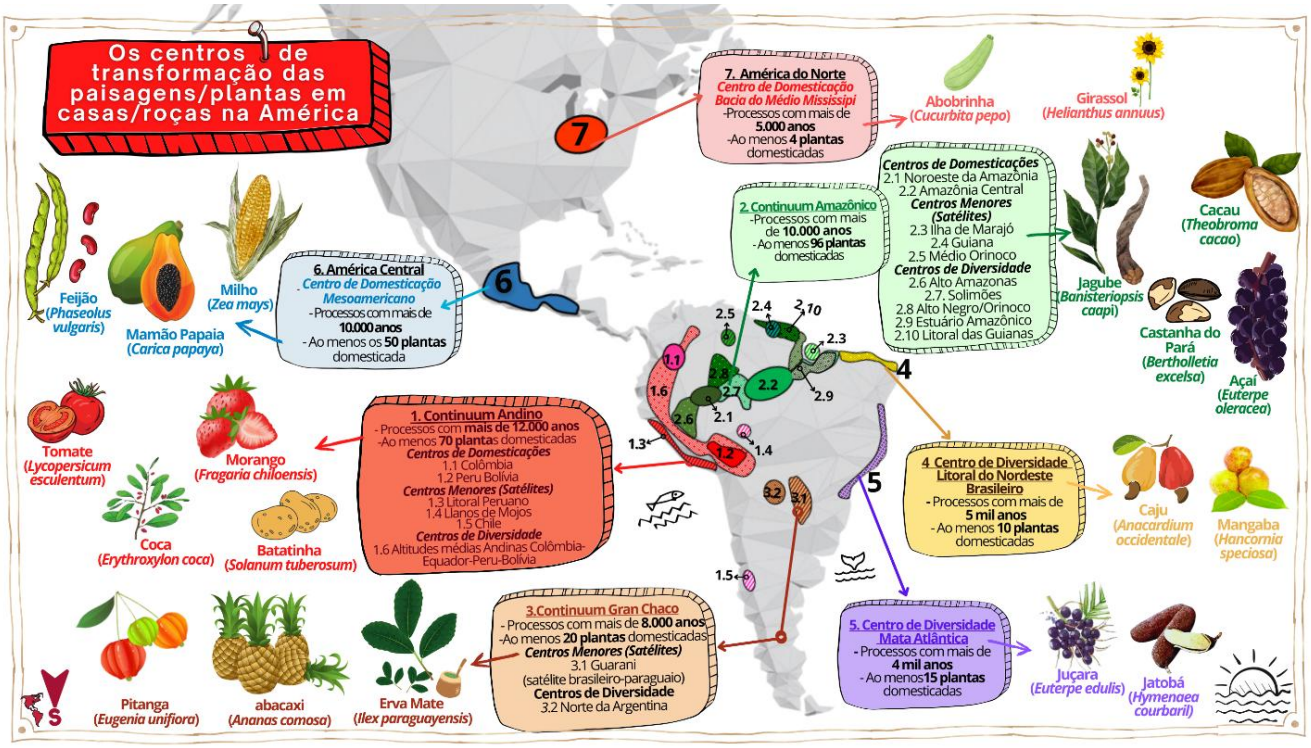
Fonte: os Autores a partir dos textos-base citados no quadro (2024).

Detalhar esse processo excede o foco da pesquisa, mas apresentar o momento de sua intensificação e identificar os centros e plantas domesticadas é fundamental para dar materialidade ao giro natural-decolonial proposto (ALIMONDA, 2011). Para isso, elaborou-se os dois quadros acima (quadros 2 e 3). No Quadro 2, são apresentados os principais centros, sua categoria, localização geográfica e o

momento de intensificação do processo. No Quadro 3, exemplificam-se populações de plantas domesticadas nesses centros.

Uma forma outra de comunicar as informações dos quadros citados, é a elaboração de um mapa mental, apresentado na Figura 1.

Figura 1. Mapa mental da intensificação das domesticações de plantas e paisagens na América.



Fonte: Os autores (2024).

Na Figura 1 e nos Quadros 2 e 3, os centros foram sistematizados em sete partes. Nesse material observa-se que determinados centros estão sobrepostos ou interligados, outros estão distantes. Proponho que os centros próximos e dentro de domínios morfoclimáticos similares sejam agrupados em três *continuuns*: 1) Andino; 2) Amazônico; e 3) Gran Chaco. As demais partes são: 4) Litoral Nordeste Brasileiro; 5) Mata Atlântica; 6) América Central; e 7) América do Norte.

Em tais sistematizações, **observa-se a existência de seis centros de domesticação, sete centros menores (regiões satélites) e nove centros de diversidade espalhados por todo o continente. Ao menos 300 espécies de plantas, com diversos usos, foram domesticadas nesses locais**.

Cabe pontuar que, possivelmente, ocorreram outros processos de domesticação na América além do descrito. O número de espécies e de paisagens domesticadas, provavelmente, seja também superior. Essas ressalvas, no entanto, não diminuem a importância da herança aqui provocada, mas sim o oposto. Afinal, tais informações problematizam a importância de continuar olhando para nossa herança e buscar pontos outros de partida para analisar a encruzilhada natureza/humanos/agriculturas.

3.2 SETE TENDÊNCIAS DO PROCESSO NA AMÉRICA

Apesar da identificação do tempo e do espaço em que as populações de plantas e paisagens foram domesticadas, seja um aspecto relevante do giro natural-decolonial (ALIMONDA, 2011a), há, aos olhos dos autores deste texto, um ensinamento tão ou mais relevante: como aconteceu o processo. Mesmo sendo algo heterogêneo, complexo, descontínuo e conflituoso no espaço e no tempo, propomos sete tendências que marcam seu início e influenciam a encruzilhada natureza/humanos/agriculturas, quiçá, até os dias de hoje.

1- Processo com similaridades e heterogeneidades

O processo da América tem alguns pontos em comum. Ele se intensificou com a retomada da tropicalidade, entre 12.000 e 7600 anos AP. Nesse período, os grupos humanos aumentaram o movimento migratório e o tempo que permaneciam em determinados pontos (PIPERNO, 2011). Via de regra, suas casas e trajetos foram construídas nas margens dos rios e nas feições-chaves da paisagem (BUENO; DIAS, 2015). Foram, especialmente, nesses locais que as domesticações de plantas e paisagens se intensificaram na América. Destaque para espaços com menos de 1 hectare, como os quintais ao redor das casas, terrenos alagados e férteis nas margens dos rios e clareiras abertas pelos humanos (CLEMENT *et al*., 2015).

Por outro lado, os processos de domesticação também aconteceram de maneira diversa. Espécies como o milho coevoluíram de forma convergente, ou seja, sua domesticação emergiu numa área restrita e foi semeada para outros contextos socioambientais, mas com resultados semelhantes (FULLER *et al*., 2014). Certas plantas, ou grupos taxonômicos próximos, foram domesticadas de forma paralela (ao mesmo tempo) em regiões diversas. Esse é o caso do feijão, vários tipos de pimentas, chuchu e algodão (PIPERNO, 2011). Além disso, existiram situações de hibridação entre plantas manejadas e nativas. Populações de leucena (*Leucena* spp) (HUGHES *et al*., 2007) no centro Mesoamérica (GRIFFITH, 2004), ou do amendoim no centro Guarani (PIPERNO, 2011), possivelmente, foram domesticadas dessa maneira.

2 - Diversidade com escolhas-chaves

A diversidade é outro aspecto relevante. Em relação às plantas, “é óbvio agora que os primeiros complexos de cultura não eram baseados em sementes, árvores ou raízes, mas sim misturas desses diferentes elementos” (PIPERNO, 2011, p. 459, tradução do autor).

Essa afirmação ressoa nas informações descritas neste artigo. Afinal, em cada centro coexistiu um conjunto de populações de plantas com características e usos diversos sendo domesticadas. Entretanto, naturalmente, os modos de vidas construíram processos coevolutivos (e foram construídos por eles), mais intensos com determinadas plantas, isto é: as espécies-chaves. As batatas no altiplano andino, as palmeiras na região amazônica e os milhos na Mesoamérica, são exemplos (CLEMENT *et al*., 2015).

A dinâmica na paisagem foi similar. Ocorreram processos em sistemas ecológicos heterogêneos, que vão de planícies, áreas alagadas, vales e encontro com

oceano, até as encostas e planaltos nas grandes cadeias montanhosas. Em cada contexto, um conjunto de técnicas se fez presente na transformação da paisagem em casa, mas alguns tipos de manejos foram chaves (PRADO; MURRIETA, 2015). Como os terraços nos Andes ou o uso do fogo para abertura de clareiras nas florestas tropicais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Além da diversidade com escolhas-chaves, o giro natural-decolonial também permite observar a floresta por uma perspectiva outra. Diferente da visão colonial/moderna que desconsidera a possibilidade de fazer agricultura em florestas, pesquisas arqueobotânicas estão descrevendo sua importância. Ao menos 50% das principais culturas agrícolas manejadas antes da invasão europeia, tiveram como centro de domesticação as florestas. Especialmente “nas zonas mais ótimas dos tipos mais ótimos de floresta que, nesse sentido, representavam locais de abundância de recursos” (PIPERNO, 2011, p. 461, tradução do autor).

3- Muitos e conectados centros

Como se observa na Figura 1, em boa parte do continente americano aconteceram processos de domesticações de plantas e da paisagem. No entanto, existiam núcleos com intensidade maior que serviram de base para outros territórios: os centros de domesticação (VAVILOV, 1992).

Se por um lado, classificá-los ou delimitá-los é um desafio, por outro, é possível afirmar que foram muitos. Nesta pesquisa, identificou-se 22 centros (domesticação, diversidades ou satélites) do norte ao sul do continente. Alguns podem ser agrupados em *continuuns* dos mesmos domínios morfoclimáticos, os casos do Andino e do Amazônico (CLEMENT *et al*., 2015). Outros estão mais afastados, como o centro bacia do médio Mississipi (SMITH, 2006).

Apesar da emergência de cada centro ter certa independência, a influência dos demais se fazia presente. As rotas migratórias desenvolvidas pelos grupos humanos e as primeiras ocupações nas feições-chaves na paisagem (BUENO; DIAS, 2015), sobrepõem-se ou estão próximas aos centros de domesticação. Sugerindo, assim, a existência de uma espécie de interligação entre os centros na América. Essa interligação pode ter acontecido de forma direta, onde o grupo que está promovendo a domesticação encontra e se relaciona com outro grupo. Ou indireta, quando o grupo que conheceu o processo comunica a experiência a outros que não conheceram (PIPERNO, 2011).

4- As populações de plantas se movimentaram junto com os humanos

A integração entre os centros pode ser observada nas evidências de movimentação de certas populações de plantas, como o milho. Sua origem é a floresta do Vale do rio Balsa no centro Mesoamericano, entre 11.000 e 9.000 anos AP (DOEBLEY, 2004). Num curto espaço de tempo, indícios de populações domesticadas foram observadas em boa parte do continente: na parte sul do centro Mesoamericano em 7.600 anos AP, no centro de domesticação Colômbia entre 7.000 e 6.000 anos AP, no satélite litoral peruano entre 6000 e 5000 anos AP (PIPERNO, 2011) e nos *continuum* Amazônico e Gran Chaco 6.000 e 5.000 anos AP (CLEMENT *et al*., 2015). Embora não seja evidência de populações domesticadas, resquícios de milho na alimentação humana foram encontrados há cerca de 10.000 anos AP nos sambaquis

do Vale do Ribeira, inseridos no centro Mata Atlântica (CAMPOS, 2019), e a 4.000 anos AP no sítio arqueológico Los Ajos, no sudoeste do Uruguai (PIPERNO, 2011).

O sentido dessas movimentações foi heterogêneo. Da mesma maneira que o milho, o porongo originária da África e domesticada na Ásia, se espalhou no continente do norte para o sul (ERICKSON *et al*., 2005). O caminho da dispersão de outras espécies, como a mandioca e o amendoim, foi no sentido oposto. Originárias do sul, localizaram-se populações domesticadas dessas espécies no centro Mesoamericano datadas de 7.600 anos AP (PIPERNO, 2011). Dito de outra forma: as plantas e os humanos caminharam juntos pelas rotas e em sentidos diversos durante o processo de construção de casa e de roça na América.

5- Encontros e trocas promoveram os processos de aprendizagem

A movimentação das plantas domesticadas é fruto de dois aspectos. O primeiro é a dispersão e o plantio, consciente e inconsciente, de espécies de interesse nas rotas de deslocamento e nos arredores dos núcleos populacionais de um determinado grupo humano. O segundo é resultado do encontro de grupos humanos diferentes. Nesses encontros se trocavam alimentos que germinaram após o consumo, mudas, ramas ou sementes (FULLER *et al*., 2014).

Um aspecto central, ao menos para os autores destas palavras, é o fato de que as trocas não se concentravam em aspectos materiais. Um grupo humano ao encontrar outro observava como as práticas agrícolas repercutiam em determinadas populações de plantas e a influência dessa relação nos seus modos de vida. Assim, junto com as sementes, mudas, frutas, ramas e ferramentas, foram intercambiados como trazer para casa determinada espécie. Esse movimento inspirou o cuidado em outras plantas e paisagens que, naturalmente, existiam nos territórios (PIPERNO, 2011).

Desse modo, os encontros e as trocas colaboraram para a construção de processos de aprendizagem de como cuidar de plantas nativas e exóticas de um dado sistema ecológico. No *continuum* amazônico, por exemplo, Clement (1999) identificou 138 espécies com algum nível de domesticação. Dessas, 101 (73%) são nativas do domínio morfoclimático amazônico e as demais, que correspondem a 37 espécies (27%), têm como centro de origem outros domínios.

6- Coevolução

Ainda que os processos de domesticações de plantas e paisagem devam ser analisados como algo heterogêneo, descontinuo, complexo e contraditório, é possível indicar que eles são frutos de uma coevolução envolvendo ambiente-paisagem-planta-gene-humano (PIPERNO, 2011; FULLER *et al*., 2014; CLEMENT, 2009).

Em certa medida, as tendências descritas até aqui colaboram com esse argumento, por exemplo: Fatores ambientais, como a retomada da tropicalidade há cerca de 12.000 anos AP, cooperaram na expansão dos humanos e das plantas que conviviam com eles (AB'SÁBER, 2003). Essa expansão encontrou paisagens diversas onde foram construídas dinâmicas específicas em cada local (PRADO; MURRIETA, 2015). Fatores genéticos alteraram fenótipos de certas populações que passaram a ter outra importância para os grupos humanos (PIPERNO, 2011). Aspectos culturais, como a escolha de espécies e paisagens-chaves para cada modo de vida (CLEMENT

et al., 2015), ou o encontro e a troca de saberes, fazeres e materiais genéticos (PIPERNO, 2011), historicamente promoveram alterações nos sistemas ecológicos e se entrelaçam no processo de coevolução entre ambiente-paisagem-planta-gene-humano, que transformou plantas e paisagens em casas e roças na América.

7- As plantas e as paisagens são "entes" dos modos de vida

O processo coevolutivo citado anteriormente não se constituiu apenas por aspectos técnicos (manejo), ambientais (temperatura, calor, humilde), geomorfológicos (relevo e tipo de solo) ou genéticos (síndrome de domesticação). Há uma dimensão espiritual, mitológica ou ritualista tão importante quanto as demais.

Espécies como coca, tabaco, jagube ou cipó, foram e são utilizadas em rituais de ligação com a dimensão espiritual, de cura e de passagem por diversos povos. O milho, caso exemplar de outros argumentos, também pode ser acionado nesse quesito. A planta é considerada uma divindade para Astecas, Maias e Incas. Para o povo Guarani Kaiowá, o milho (branco) é a morada do Deus Jakaira. Rituais anuais são realizados em homenagem ao Jakaira antes de iniciar uma roça até os dias atuais (JOÃO, 2011).

A araucária (*Araucaria angustifolia*) é outra planta simbólica da dimensão espiritual. Na última era glacial, as populações refugiaram-se, especialmente, nos vales da Serra Geral, um conjunto de montanhas na parte central do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (REIS *et al*., 2014). Com a retomada da tropicalidade, a área geográfica da espécie se expandiu por toda a região que Ab'Sáber (2003) dá nome ao domínio morfoclimático araucárias. Essa expansão teve relação com movimentações de povos do tronco linguístico Jê, intensificando-se há cerca de 3.000 anos AP (BITTENCOURT; KRAUSPENHAR, 2006).

Nesse movimento de expansão e domesticação, o valor nutritivo, a capacidade de atrair animais para caça, a ampla sazonalidade de frutificação ou a plasticidade em se adaptar às paisagens cuidadas pelos humanos, foram aspectos relevantes (REIS *et al*., 2014). Entretanto, a planta também se tornou um "ente" para diversas culturas, especialmente os povos do tronco Jê. Como simbolizado no Kikikoi, um ritual Kaingang relacionado com a morte e o nascimento, em que a araucária contribui na ligação com o mundo espiritual (KIMIYE, 2000).

Ou seja, determinadas plantas são parte constitutiva da religiosidade, símbolos, mitos e processos de cura de diversos grupos humanos. De modo similar, certas paisagens foram transformadas em locais sagrados para realização de diversos rituais e morada de Deusas e Deuses. Nesse processo, não raro, plantas e paisagens se tornaram "entes" dos modos de vida que habitaram a América.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas neste texto, ainda que reconhecidamente parciais diante da amplitude e complexidade do tema, permitem questionar a visão colonial/moderna de que não havia agricultura na América antes da invasão europeia. Além disso, desafiam a ideia de que a paisagem era composta apenas por florestas tropicais intocadas e por "povos selvagens sem conhecimento".

Ao contrário, a partir do giro natural-decolonial proposto, revela-se um processo complexo e heterogêneo que foi chave na transformação da América em casa/roça (em outros temos, na agricultura). Composto por sete tendências, o processo resultou na domesticação de mais de 300 espécies de plantas e na alteração de diversos tipos de paisagens, do sul ao norte do continente, envolvendo inúmeros povos e um vasto acúmulo de conhecimentos, milhares de anos antes da chegada dos europeus.

Esse resgate, contudo, não deve se limitar à reconstrução histórica, pois também aponta para implicações no presente. No âmbito das práticas agrícolas, compreender a agricultura como herança natural-decolonial reforça a importância de sistemas diversos e coevolutivos, como quintais produtivos, sistemas agroflorestais, manejos agroecológicos e a conservação *in situ* de sementes crioulas. Sobretudo, significa valorizar o processo de domesticação de plantas e paisagens que vem sendo tecido na América há mais de 12 mil anos.

No campo das políticas públicas, reconhecer essa herança significa valorizar os sujeitos que mantêm viva a sociobiodiversidade. Isso implica fortalecer políticas de apoio à agroecologia, à agricultura camponesa e aos povos tradicionais e indígenas, bem como garantir o acesso e a permanência nos territórios por meio da titulação de terras, da regularização fundiária e de uma reforma agrária ampla, capaz de democratizar a terra e recriar os processos de domesticação de plantas e paisagens conduzidos historicamente por esses sujeitos.

No plano epistemológico, evidenciar a herança natural-decolonial significa confrontar a monocultura do saber. Esse movimento, ao reconhecer a legitimidade de múltiplos saberes e práticas historicamente invisibilizados, abre caminho para epistemologias capazes de sustentar não apenas a crítica ao sistema vigente, mas também a construção de futuros outros.

Conclui-se, portanto, que a retomada da herança natural-decolonial é mais do que um exercício de memória. Trata-se de resgatar o processo de transformação das paisagens e plantas em casa/roça, para esperançar os caminhos que multipliquem a vida na encruzilhada natureza/humanos/agriculturas.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 8. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB'SÁBER, A. N. Os domínios morfoclimáticos da América do Sul: primeira aproximação. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 52, p. 1-21, 1977.

AB'SÁBER, A. N. A teoria dos refúgios: origem e significado. In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS, 2., 1992, São Paulo. **Anais**.... São Paulo: Instituto Florestal, 1992. p. 29-34.

AB'SÁBER, A. N. O optimum climático. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 60, p. 61-62, 2007.

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (Org.). **La naturaleza colonizada:**

ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO; Ediciones CICCUS, 2011a. p. 21-60.

ANDERSON, D. G.; GILLAN, S. C. Paleoindian colonization of the Americas: implications from an examination of physiography, demography, and artifact distribution. **American Antiquity**, v. 65, n. 1, p. 43-66, 2000. DOI: 10.2307/2694807.

BITENCOURT, A. L. V.; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia**, v. 9, n. 1, p. 109-116, 2006. DOI: 10.4072/rbp.2006.1.11.

BITOCCHI, E. et al. Mesoamerican origin of the common bean (*Phaseolus vulgaris* L.) is revealed by sequence data. **PNAS**, v. 109, n. 14, p. 788-796, 2012. DOI: 10.1073/pnas.1108973109.

BOFF, L. **De onde vem? Uma nova visão do universo, da Terra, da vida e do ser humano**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias Navegação Cultural, 2016.

BUENO, L.; DIAS, A. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 929, n. 83, p. 119-147, 2015. DOI: 10.1590/S0103-40142015008300008.

CAMPOS, R. L. **Populações humanas na Mata Atlântica: a longa duração de manejos e cultivos agroflorestais na região do Alto Ribeira – SP**. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CLEMENT, C. R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. II. Crop biogeography at contact. **Economic Botany**, v. 53, n. 2, p. 203-216, 1999. DOI: 10.1007/BF02866498.

CLEMENT, C. R. Melhoramento de espécies nativas. In: NASS, L. L. et al. (Orgs.). **Recursos genéticos & melhoramento de plantas**. Rondonópolis: Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso, 2001. p. 423-441.

CLEMENT, C. R. Os centros de origem e diversidade de Vavilov e os recursos genéticos do Brasil. **Revista RG News**, v. 1, p. 9-13, 2015.

CLEMENT, C. R.; BORÉM, A.; LOPES, M. T. G. Da domesticação ao melhoramento de plantas. In: BORÉM, A.; LOPES, M. T. G.; CLEMENT, C. R. (Orgs.). **Domesticação e melhoramento: espécies amazônicas**. Viçosa: Editora UFV, 2009. p. 11-38.

CLEMENT, C. R.; OLIVEIRA-FREITAS, F.; LISBÔA-ROMÃO, P. As origens da agricultura na América do Sul. In: ARRUDA-VEIGA, R. F.; QUEIRÓZ, M. A. (Orgs.). **Recursos fitogenéticos: a base da agricultura sustentável no Brasil**. Viçosa: Editora UFV, 2015. p. 30-38.

DOEBLEY, J. The genetics of maize evolution. **Annual Review of Genetics**, v. 38, p. 37-59, 2004. DOI: 10.1146/annurev.genet.38.072902.092425.

ERICKSON, D. L. et al. An Asian origin for a 10,000-year-old domesticated plant in the Americas. **PNAS**, v. 102, n. 51, p. 18315-18320, 2005. DOI: 10.1073/pnas.0509279102.

FIORAVANTI, C. Gigantescos blocos de rochas com idades e origens variadas formaram a América do Sul, que ainda se move. **Pesquisa FAPESP**, v. 22, n. 188, p. 18-27, 2011.

FUCK, R. A.; NEVES, B. B. B.; SCHOBBENHAUS, C. Rodinia descendants in South America. **Precambrian Research**, v. 160, p. 18-26, 2008. DOI: 10.1016/j.precamres.2007.04.019.

FULLER, D. Q. et al. Convergent evolution and parallelism in plant domestication revealed by an expanding archaeological record. **PNAS**, v. 111, n. 17, p. 6147-6152, 2014. DOI: 10.1073/pnas.1308937110.

GRIFFITH, M. P. The origins of an important cactus crop, *Opuntia ficus-indica* (Cactaceae): new molecular evidence. **American Journal of Botany**, v. 91, p. 1915-1921, 2004. DOI: 10.3732/ajb.91.11.1915.

GUIDON, N. Pedra Furada: uma revisão. ***FUMDHAMENTOS***, Fundação Museu do Homem Americano, v. 7, p. 380-403, 2006.

GUIDON, N. et al. Na pré-história uma mina de silexito, hoje uma mina de níquel. **FUMDHAMENTOS**, Fundação Museu do Homem Americano, v. 6, p. 74-91, 2007.

HAFFER, J. Ciclos de tempo e indicadores de tempos na história da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 15, p. 7-40, 1992. DOI: 10.1590/S0103-40141992000300002.

HAUCK, P. A teoria dos refúgios florestais e sua relação com a extinção da megafauna pleistocênica: um estudo de caso. **Estudos Geográficos** (UNESP), v. 5, p. 121-134, 2008.

HUGHES, C. E. R. et al. Serendipitous backyard hybridization and the origin of crops. **PNAS**, v. 104, n. 36, p. 14389-14394, 2007. DOI: 10.1073/pnas.0705939104.

JOÃO, I. **Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual jerosy puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y**, Mato Grosso do Sul. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

JORGE, M. H. A. **A domesticação de plantas nativas do Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004.

KIMIYE, T. **Kikikoi ritual dos Kaingang na área indígena Xapecó/SC: registro áudio-fotográfico do ritual dos mortos**. Londrina: Midiograf, 2000.

LOMBARDO, U. et al. Evidence confirms an anthropic origin of Amazonian Dark Earths. **Nature Communications**, v. 12, n. 1, p. 127-133, 2021. DOI: 10.1038/s41467-020-20235-0.

MEYER, R. S.; DUVAL, A. E.; JENSEN, H. R. Patterns and processes in crop domestication: an historical review and quantitative analysis of 203 global food crops. **New Phytologist**, v. 196, n. 1, p. 29-48, 2012. DOI: 10.1111/j.1469-8137.2012.04253.x.

PIPERNO, D. R.; STOTHERT, K. E. Phytolith evidence for early Holocene *Cucurbita* domestication in Southwest Ecuador. **Science**, v. 299, n. 5609, p. 1054-1057, 2003. DOI: 10.1126/science.1080365.

PIPERNO, D. R. The origins of plant cultivation and domestication in the New World tropics: patterns, process, and new developments. **Current Anthropology**, v. 52, n. S4, p. S453-S470, 2011. DOI: 10.1086/659998.

PORTO-GONÇALVES, W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. Presentes do passado. **Ciência Hoje**, v. 55, n. 326, p. 32-37, 2015.

REIS, M.; LADIO, A.; PERONI, N. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. **Ecology and Society**, v. 19, n. 2, p. 43-57, 2014. DOI: 10.5751/ES-06163-190243.

ROULLIER, C. et al. Correction: disentangling the origins of cultivated sweet potato (*Ipomoea batatas* L.). **PLOS ONE**, v. 8, n. 5, p. e62707, 2013. DOI: 10.1371/journal.pone.0062707.

SILVA, R. O.; BORDA, F.; FOPPA, C. C. O sistema/mundo colonial/moderno e a natureza: reflexões preliminares. **Revista Videre**, v. 13, n. 26, 2021. DOI: 10.30612/videre.v13i26.13491.

SILVA, R. O. **Os caminhos da encruzilhada natureza/humano(s)/agricultura(s): as resistências e os projetos com vida do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca e do Assentamento Recanto da Natureza**. 2022. 283 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

SILVA, R. O.; PEREZ-CASSARINO, J.; STEENBOCK, W.; SCHAFFRATH, V. R. Agroecologia, domesticação de plantas e sociobiodiversidade: (re)construindo o processo coevolutivo com as frutas nativas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, p. 354-375, jan./jun. 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.83993.

SMITH, B. D. Eastern North America as an independent center of plant domestication. **PNAS**, v. 103, n. 33, p. 12223-12228, 2006. DOI: 10.1073/pnas.0604335103.

TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VAVILOV, N. I. **Origin and geography of cultivated plants**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

VIADANA, A. G.; CAVALCANTI, A. P. B. A teoria dos refúgios florestais aplicada ao estado de São Paulo. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, v. 8/9, n. 1, p. 1-20, 2006.

ZIGGELAAR, A. The age of Earth in Niels Stensen's geology. **Geological Society of America Memoir**, v. 203, p. 135-142, 2009. DOI: 10.1130/2009.1203(09).

Recebido em: 06/03/2025
Aprovado em: 25/08/2025

O SISTEMA CENTRO-PERIFERIA DE RAÚL PREBISCH E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Eduardo de Pintor[1]

Resumo:
Raúl Prebisch (1901 - 1986) foi um dos principais, senão o principal, economista Latino-Americano. Sua trajetória foi extraordinária tanto profissional quanto acadêmica. Suas contribuições para a discussão sobre o atraso no processo de desenvolvimento das economias periféricas e como elas poderiam alcançar os países desenvolvidos está no âmago do seu sistema centro-periferia, permanecendo atual e relevante, principalmente quando levado em consideração que o território objeto dos estudos do autor foi a América Latina. As conjecturas teóricas nacionalistas e heterodoxas na América Latina sobre o desenvolvimento econômico se dinamizaram a partir de alguns princípios introduzidos por Prebisch. Logo, o objetivo deste artigo foi demonstrar a importância das ideias de Raúl Prebisch e sua contribuição para a teoria do desenvolvimento econômico. Pode-se concluir que os estudos do autor foram fundamentais para o surgimento de uma teoria originária da periferia e para o fomento de uma corrente de pensamento econômico genuinamente latino-americana.
Palavras-Chave: Desenvolvimento econômico; Prebisch; Centro-Periferia.

THE CENTRAL-PERIPHERY SYSTEM OF RAÚL PREBISCH AND ITS THEORETICAL IMPLICATIONS IN ECONOMIC DEVELOPMENT

Abstract:
Raul Prebisch (1901 - 1986) was one of the main, if not the main, Latin American economist. His career was extraordinary, both professional and academic. Their contributions to the discussion of the lag in the development process of peripheral economies and how they could reach the developed countries lies at the heart of their center-periphery system, while remaining current and relevant. Particularly when it was considered that Latin America was the target of the author's studies. The theoretical nationalist and heterodox theoretical conjectures in Latin America on economic development were only dynamized, according to the historical facts report, due to the principles introduced by Prebisch. Thus, the purpose of this article was to demonstrate the importance of the ideas of Raúl Prebisch and his contribution to the theory of economic development. It can be concluded that the author's studies were fundamental to elaborate an original theory of the periphery and to foment a genuinely Latin American current of economic thought.
Keywords: Economic development; Prebisch; Center-Periphery.

[1] Economista e professor do Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/*Campus* de Toledo. E-mail: eduardo.pintor@unila.edu.br.
O autor agradece o apoio financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana por meio do Programa Institucional Agenda Tríplice.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de Raúl Prebisch (1901-1986) foi singular, tanto no campo acadêmico como no profissional. No período da Segunda Guerra Mundial até o final do século XX, suas contribuições foram de suma importância para discussão da evolução das chamadas economias subdesenvolvidas e como elas poderiam alcançar o nível de desenvolvimento dos países desenvolvidos continua atual e relevante, principalmente quando considerada a América Latina, sendo este o principal território objeto dos estudos de Prebisch.

No campo profissional ele exerceu diversas funções, passando pelos cargos de professor de economia na faculdade de ciências econômicas de Buenos Aires (1925), subsecretário do Ministério da Fazenda Argentino (1930), diretor geral do Banco Central da república Argentina[2] (1935), secretário executivo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL (1949) e secretário geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD (1965).

Não obstante, sua carreira acadêmica seguiu o mesmo caminho não deixando a desejar. No decorrer da execução de suas atividades Prebisch observava a realidade preocupava-se com os problemas reais e imediatos presentes na economia, questionando a incapacidade do *mainstream* econômico vigente em explicar os fatos ocorridos na América Latina.

Assim, surgiram suas principais contribuições acadêmicas, estando elas sempre vinculadas às suas atividades profissionais, como: Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas (1949), Crescimento, desequilíbrio e disparidades: Interpretação do processo de desenvolvimento econômico (1950), Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico (1951), Dinâmica do desenvolvimento latino americano (1963), Nova política comercial para o desenvolvimento (1964), Transformação e desenvolvimento a grande tarefa da América Latina (1970), Capitalismo periférico: crises e transformação (1981), Cinco etapas de meu pensamento sobre o desenvolvimento (1982).

No próprio nome de seus trabalhos, é perceptível o entrelaçamento da sua vida profissional com a acadêmica pela simples evolução cronológica dos assuntos de suas obras. Deste modo, da sua trajetória profissional as elucubrações teóricas emergiriam o sistema centro-periferia e as discussões sobre: a deterioração dos termos de troca da América Latina, a teoria da dependência, os desequilíbrios externos, a corrente estruturalista latina e a discussão do subdesenvolvimento latino-americano.

Portanto, o objetivo do trabalho é demonstrar a importância das ideias de Raúl Prebisch e sua contribuição para a teoria do desenvolvimento econômico. Para tanto, ele está dividido em quatro seções a contar com a presente introdução. A segunda seção apresenta o debate entre crescimento econômico e desenvolvimento iniciado no período do pós-crise 1929 até seu *status quo.* A terceira seção demonstra a

[2] Em 1934, o ministro da Fazenda argentino solicita que Prebisch elaborasse o projeto do Banco Central argentino. Sendo ele o responsável pelo projeto e posteriormente pela direção geral, estando subordinado apenas ao cargo do presidente, tendo apenas 35 anos de idade (COUTO, 2017).

trajetória de Prebisch enquanto ele exercia suas funções públicas e elaborava suas concepções teóricas focando principalmente na teoria do sistema centro-periferia. Por fim, as considerações finais encerram o trabalho.

2 O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Até meados do século XX o pensamento econômico clássico era o predominante, o qual estava baseado nas ideias de Smith (1983) e Ricardo (1986). Ele supunha que o desenvolvimento de uma determinada região, ou nação, era dado pela sua capacidade de acumulação de capital e medido pelas taxas de crescimento econômico desse montante acumulado (DE CARVALHO, 1990). Contudo, a forma que este capital acumulado se distribuía entre as diversas classes não se constituiu em uma preocupação central na teoria clássica.

No período que se sucedeu, após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, os pressupostos da teoria econômica clássica foram amplamente debatidos por várias correntes econômicas iniciadas nesse período[3]. Tal discussão fomentou várias divergências sobre o quais seriam os fatores necessários para que um país seja considerado desenvolvido, caminhando para o entendimento de que o crescimento econômico seria condição necessária, mas não suficiente para atingir o desenvolvimento econômico. Essa percepção aflora quando se observa que as experiências do pós-guerra não revelaram nenhuma correlação entre o crescimento e econômico e a distribuição de renda e riqueza (HADDAD, 2009).

Assim, o crescimento econômico de uma região poderia se revelar contraditório ao processo de desenvolvimento, caso ele não permitir que haja melhoria de acesso a bens e serviços essenciais à população residente. Neste sentido, Oliveira (2002) afirma que o conceito de desenvolvimento deve ser resultado do crescimento econômico com aumento na qualidade de vida da população, ocorrendo quando há melhoria na distribuição dos recursos entre as diferentes classes sociais na economia. Melhoria esta que resultaria na elevação dos indicadores de bem-estar econômico e social.

A discussão do conceito de desenvolvimento permeia todo século XX, aprofundando-se no século XXI como um conceito multidimensional e ainda em construção, possuindo por base a elucubração sobre casos específicos ao invés de fórmulas padrões. Conforme apontado por Brandão (2008, p. 1):

> É preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista em cada situação real, em determinado Espaço-Tempo específico. A impossibilidade de tal teoria do desenvolvimento "pronta e acabada" deriva da incapacidade do estabelecimento de leis de validade universal no que diz respeito a um processo multidimensional e de transformações estruturais qualitativas que é o desenvolvimento.

No que diz respeito à ampliação deste debate para a América Latina, se observa que o atraso no processo de desenvolvimento dos países da América Latina,

[3] Como a corrente Keynesiana e Schumpeteriana ou evolucionista, ambas iniciadas na década de 1930 com os trabalhos de Keynes (2007) e Schumpeter (1986).

chamados a época de subdesenvolvidos, é introduzido a partir de Prebisch (2000). Isto ocorre principalmente com a intensificação da crítica Cepalina aos determinantes das disparidades nas condições econômicas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Neste período o viés da análise econômica está sobre os diferenciais de produtividade do trabalho[4] e o crescimento voltado para dentro do Estado, sendo uma de suas principais propostas o crescimento via substituição de importações[5] (CARNEIRO, 2006).

Já na década de 1980, a dinâmica do processo modifica-se possuindo as relações comerciais voltadas para o mercado externo como centro dinâmico das economias periféricas. O avanço do processo de desenvolvimento dos países asiáticos exemplifica esta mudança no contexto econômico mundial. Em parte, as bases para essa evolução dos países asiáticos estão contidas no direcionamento das políticas públicas adotadas pelos Estados sua especialização produtiva em indústrias intensivas em tecnologia e na sua inserção internacional. Processo este que não ocorreu da mesma forma em grande parta das economias da América Latina naquele período (CARNEIRO, 2006).

É possível perceber que há uma interminável discussão sobre quais fatores levaram as economias desenvolvidas a atingirem o progresso econômico e o desenvolvimento no século XXI. Como também, porque estes mesmos fatores não proporcionariam níveis similares de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos que almejavam os frutos do progresso econômico e social. Uma vez que os pressupostos do *mainstream* econômico clássico já não explicam as divergências de rendimentos das nações do centro e da periferia. Neste sentido, Bresser-Pereira (2007) também expõe uma ideia sobre o conceito de desenvolvimento econômico, a saber:

> O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade. Definido nestes termos, o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizaram sua Revolução Capitalista. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente autossustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 2).

Portanto, apesar de inúmeras divergências entre as correntes teóricas e suas contribuições originárias após a crise de 1929 e no decorrer do século XX, é evidente, no pensamento da maioria dos autores sobre a teoria do desenvolvimento econômico, que eles apresentam como paradigma fundamental e objetivo geral do processo de desenvolvimento a melhoria da qualidade de vida da população em várias dimensões, principalmente na econômica e social. Esta é a gênese que rompe com os pressupostos clássicos, uma vez que não mais se utiliza a acumulação absoluta de capital como medida de riqueza.

[4] Haja visto os modelos de crescimento desenvolvidos por Solow (1956) e Romer (1986).
[5] Estes diferenciais serão esmiuçados na seção seguinte.

Cabe destacar que essa evolução do debate entre crescimento e desenvolvimento econômico acabou por inserir mais elementos para o uso e elaboração de indicadores que eram usados para medir e padronizar os países em termo de renda e riqueza. O mais conhecido e usual para medir os níveis de crescimento é o Produto Interno Bruto (PIB), juntamente com a renda per capita eram e ainda são os parâmetros de comparação e medição do crescimento econômico entre nações.

Nesse contexto, o PIB, tornou-se o indicador-chave para evidenciar os avanços sociais dos países. No entanto, a insuficiência do PIB como único indicador de desenvolvimento começou a ser questionada conforme o debate sobre a teoria do desenvolvimento aflorava. O principal argumento residia no fato que o crescimento econômico nem sempre se traduzia em melhoria da qualidade de vida ou em desenvolvimento em um sentido mais amplo. Críticas apontaram que o cálculo do PIB desconsiderava relações extramercado, ignorava custos ecológicos, escondia desigualdades internas e valorizava mais os bens de troca do que os bens de uso (SIEDENBERG, 2003).

Em resposta a essas limitações, a necessidade de atrelar ao PIB indicadores de outras áreas, como saúde, educação, ocupação e habitação, foi sugerida para melhor definir o desenvolvimento. Isso impulsionou o debate e a busca por indicadores de desenvolvimento socioeconômico, que fossem além dos dados meramente econômicos e incluíssem aspectos sociais. Um marco importante foi a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pela ONU em 1990, o qual estava baseado nas ideias de Amartya Sen (2018). Ele consolidou uma concepção mais complexa de desenvolvimento ao mensurar a qualidade de vida com base em indicadores como esperança de vida ao nascer, alfabetização e poder de compra per capita. A partir dele, diversas outras propostas de indicadores surgiram para abordar dimensões sociais e ambientais, incluindo aspectos como nutrição, saúde, meio ambiente, habitação, índices de democratização e sustentabilidade (SIEDENBERG, 2003).

É neste contexto de fertilidade de teorias heterodoxas e amplo debate entre o processo de crescimento e desenvolvimento dos países que Prebisch exercerá suas funções profissionais como professor de economia, assessor de assuntos econômicos, secretário geral, entre outros, bem como, irá elaborar seus ensaios econômicos e sociais, dentre eles o Sistema centro-periferia. É também nesse contexto e com base no debate teórico entre crescimento e desenvolvimento que irão surgir outros indicadores visando mensurar os atributos do desenvolvimento inseridos pelo debate.

3 RAÚL PREBISCH E A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

Raúl Prebisch (1901-1986) foi um dos principais, senão o principal, economista Latino-Americano (BORJA, 2021). Sua contribuição para a discussão da evolução das economias denominadas a época como subdesenvolvidas e como elas poderiam alcançar o nível dos países desenvolvidos continua atual e relevante, principalmente quando considerada a América Latina (BIESLCHOWSKY, 2020), sendo este o principal território objeto dos estudos de Prebisch.

Seu trabalho seminal intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, foi publicado em 1949 e considerado

como ponto de partida (gênese) do pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) (BIESLCHOWSKY, 2020; BORJA, 2021). O referido trabalho acabou por constituir uma abordagem teórico-econômica dos acontecimentos mundiais a partir da visão dos países em desenvolvimento, refutando qualquer teoria pré-concebida em outras nações e importada para as escolas latino-americanas. Sendo ela genuinamente latino-americana (COUTO, 2007)

Neste trabalho, Prebisch (2000) relata que o modelo de divisão internacional do trabalho, derivado do princípio de vantagens comparativas de Ricardo (1982), remetia aos países da América Latina o papel de produtor de alimentos e matérias primas para os centros industriais. Ele visualizou que este sistema havia se constituído em uma forma de perpetuação da desigualdade em termos econômicos entre os países desenvolvidos (centro) em detrimento dos países subdesenvolvidos (periferia).

O autor inicia sua crítica reconhecendo as benesses econômicas da divisão internacional do trabalho. Contudo, considera falsa a alegação de que o fruto do progresso técnico causado por essa divisão é distribuído de maneira equitativa por toda sociedade. Esta divisão seria ocasionada pela distribuição dos ganhos da produtividade pelas diversas classes sociais. Isto ocorreria apenas nos países desenvolvidos, pois nos países subdesenvolvidos os ganhos da produtividade não seriam repassados em medida suficiente para atender a toda população (PREBISCH, 2000).

Neste sentido, é evidente que os países subdesenvolvidos necessitariam de elevar a sua produtividade de suas atividades em relação aos países desenvolvidos. Ocorre que a especialização das economias subdesenvolvidas em produtos primários não permitiria esta expansão da produtividade do trabalho. Isto é explicado pela superioridade desta produtividade nas atividades industriais, assim sendo, por mais que ocorram ganhos de produtividade do trabalho nas atividades primárias estas sempre estarão aquém das industriais.

Assim foi identificado por Prebisch (2000) que para a periferia desenvolver-se ela deveria industrializar-se. Mas não em detrimento do setor primário, pois primeiro este setor proporciona divisas aos países em desenvolvimento. Segundo a receita da exportação primária costuma constituir elevada parcela da renda da terra. Terceiro quanto maior for o potencial do comercio exterior de um país maior será sua capacidade de aumentar sua produtividade do trabalho. Deste modo, o fator chave consiste em saber extrair do comércio exterior, cada vez mais, os elementos propulsores do desenvolvimento, pois para uma nação industrializar-se sempre foi necessário voluptuoso volume de capital.

Duas décadas antes da publicação do trabalho de Prebisch, a grande depressão de 1929 veio à baila, revelando que os países da América Latina possuíam sua dinâmica econômica impulsionada de fora para dentro, pelo crescimento contínuo das exportações. Com a mudança radical no cenário nacional, após a crise houve uma retração do comércio internacional devido a redução da renda disponível para consumo e da implementação de diversas políticas protecionistas pelos países desenvolvidos como medidas anticíclicas. Com isso, o eixo dinâmico das economias na América Latina se modificou, passando a ser induzido pela industrialização para o consumo do mercado interno.

Ao vivenciar estes fatos Prebisch inicia seus questionamentos sobre a aplicação da teoria econômica ortodoxa e a validade de seus paradigmas quando

aplicados a realidade da América Latina. Além de vivência o autor sempre ocupou posições que permitiriam a ele a observação e execução de medidas econômicas na prática, pois em 1930 ele assumira o posto de subsecretário do Ministério da Fazenda da Argentina sendo responsável por conduzir a economia Argentina no período da grande depressão (COUTO, 2017). Assim além de seus estudos teóricos, Prebisch era conhecido como um homem prático, tanto que "seu pensamento estava sempre voltado para o mundo real, em particular aquele sobre o qual podemos agir" (FURTADO, 2011).

Destarte, uma das suas primeiras investigações para a interpretação da realidade que o cercava trata sobre o ciclo econômico. Ele inicia sua análise do ciclo econômico com uma crítica, pois na explicação clássica o ajuste no processo cíclico econômico ocorre devido às disparidades contínuas entre a oferta e a demanda global. Desta forma, na fase de crescimento do ciclo econômico a demanda supera a oferta e na fase de recessão ocorre o inverso. As variações do percentual de lucro ocorrem de acordo com os movimentos cíclicos, se expandindo na fase de crescimento e contraindo-se na fase de recessão via os ajustes nos preços (PREBISCH, 2000).

Devido ao ajuste do ciclo econômico, o lucro seria transferido dos empresários dos centros para os produtores de produtos primários na periferia. Isto aconteceria devido ao tempo necessário para elevar a produção primária, em relação aos outros processos produtivos, também da quantidade em estoque disponível determinada mercadoria. Estes dois fatores proporcionariam a elevação momentânea do lucro, possibilitando a referida transferência. Todavia, a análise histórica de distanciamento dos preços entre os produtos manufaturados do centro em detrimento dos produtos primários da periferia não corrobora tal explicação (PREBISCH, 2000).

Assim, Prebisch (2000) argumenta que se o lucro pudesse contrair-se, na fase de recessão, na mesma proporção que ocorreu sua ampliação, na fase de crescimento, não haveria razão alguma para que a relação de preços se deteriorar, ela ocorre exatamente devido a incapacidade do lucro se contrair na mesma proporção de sua expansão. Isto ocorre, pois durante a fase de crescimento uma parte dos lucros no centro solidifica-se na forma de aumentos de salários dos trabalhadores, seja pela pressão das organizações trabalhistas e sindicais ou pelo aumento da demanda dos empresários que eleva a remuneração. Quando o lucro se contrai na fase recessiva, há rigidez na queda dos salários dos trabalhadores das economias centrais, o que por sua vez, dificulta a retração do lucro nestas economias. Logo, a pressão se desloca para as economias periféricas, e devido a rigidez dos salários nas economias centrais, a magnitude da pressão sobre a retração do lucro e salários torna-se maior que a naturalmente exercida pelo ajuste. Sendo assim, quanto menos a renda se contrai nas economias centrais, mais ela tem de fazê-lo nas economias periféricas.

Isto acontece principalmente por causa da menor rigidez nos salários e lucros na periferia. Esta menor rigidez dos salários na periferia é explicada em parte devido a menor articulação da classe trabalhadora nessas economias, bem como, por boa parte da classe trabalhadora estar ligados a produção agropecuária. Mesmo que os países subdesenvolvidos possuam a inflexão salarial parecida com os países desenvolvidos, isso ocasionaria, *mutatis mutandis,* uma elevação da pressão do ajuste no lucro nas economias periféricas. Tal condição é evidenciada pelo fato de

que não havendo a contração do lucro na periferia ocorre um acúmulo de estoques de mercadorias manufaturadas no centro, se não há ajuste via o sistema de preços, haverá uma contração da demanda de produtos primários, acarretando menor demanda destes produtos das economias periféricas, contraindo a renda (PREBISCH, 2000).

Esta maior capacidade que a massa trabalhadora possui de aumentar seus rendimentos salarias nos períodos de crescimento e sustentar estes rendimentos nos períodos de recessão, bem como a capacidade que as economias centrais possuem em deslocar a pressão cíclica, seja pelo mecanismo de preços ou pela produção, para a periferia obrigando com isso que a contração da renda sempre seja superior nesta última, explicam a diferença histórica entre os preços dos produtos manufaturados (centro) e os primários (periferia). Logo, é evidente que este sistema permite as economias centrais não somente a apropriação do fruto do progresso técnico de suas atividades como também da apropriação de parte do progresso que ocorre na periferia (PRBISCH, 2000). Elucidado esta questão, fica patente que o desenvolvimento das economias periféricas está pautado na necessidade do rompimento com a iminente dependência que o ciclo econômico impõe.

Na época analisada pelo autor os Estados Unidos era o principal centro cíclico do mundo. Sendo assim, ele observou que grandioso desenvolvimento da produtividade do trabalho deste país desempenhou um papel importante, principalmente no que diz respeito a como ele afetava diretamente o comércio exterior, o ritmo de crescimento econômico e a distribuição internacional da riqueza. Por isso, Prebisch (2000) investigou a oscilação do volume importações dos EUA e seu impacto na economia global. Ele descobriu que no decorrer do tempo as importações dos EUA reduziam-se em relação ao aumento real da renda deste país impactando diretamente no comércio internacional mundial e nos países periféricos. Do mesmo modo, ele descobriu que dependendo do estágio do desenvolvimento de uma nação o progresso técnico pode contribuir para uma política protecionista, devido aos seus ganhos de produtividade e principalmente utilizada em épocas de crises como medidas anticíclicas, nas palavras do autor:

> O progresso técnico é um dos fatores que mais contribuem para explicar esse fenômeno. Ainda que isso pareça paradoxal, o aumento da produtividade contribuiu para que aquele país prosseguisse em sua política protecionista e a acentuasse, depois de atingir a etapa da maturidade econômica (PREBISCH, 2000, p. 90).

Este comportamento torna-se latente quando se observa o ocorrido com as importações dos EUA na crise de 1929. Isto também pode ser verificado na crise de 2008, várias medidas anticíclicas foram adotadas pelos países desenvolvidos para limitar as exportações dos países em desenvolvimento, seja por meio de barreias tarifárias explicitas ou barreiras não tarifárias. Os principais centros mundiais como EUA e a União Europeia adotaram uma postura protecionista com grande parte dos produtos primários, muitas vezes de origem agrícola dos países em desenvolvimento, como medida anticíclica pós-crise de 2008 (SILVA, 2014).

No mesmo sentido, Chang (2004) aborda a questão com uma crítica ao comportamento dos países desenvolvido depois que eles atingiram determinada maturidade econômica. Ele argumenta que estes países utilizaram de medidas

protecionistas[6] para avançar no seu processo de desenvolvimento e atualmente estes países desenvolvidos são terminantemente contra as mesmas medidas protecionistas usadas por eles no seu estágio inicial de desenvolvimento. Tais mudanças parecem ser amplamente aceitas entre estes países desenvolvidos, pois como suas economias possuem maior nível de competitividade, ou seja, apresentam elevada produtividade do trabalho, é melhor para eles que não haja barreiras comerciais a sua produção destinadas à exportação.

Retomando o pensamento de Prebisch (2000), é evidenciado que o processo de industrialização da América Latina inicia-se com aquela configuração do comércio internacional, já estando estabelecido os EUA como o grande *player* mundial, superando recentemente a Inglaterra, no período pós Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, o problema fundamental para a industrialização da América Latina estaria contido na adaptação destas condições mundiais estabelecidas procurando uma compatibilidade dessa nova realidade para avançar no processo de desenvolvimento da América Latina, uma vez que não haveria possibilidade da transformação dessa nova realidade, mas a busca de alternativas.

Caso isto não ocorresse, haveria uma permanente tendência ao desequilíbrio entre os rendimentos da produtividade do trabalho do centro em relação à periferia, principalmente devido a três fatores. Primeiro a demanda de bens de capital costuma ser atendida nos países do centro, configurando uma necessidade estrutural de fuga de capitais. Segundo os novos produtos são fruto do desenvolvimento técnico, ditando o estilo de vida da população e tornando-se necessidades de consumo, assim estes novos produtos se configuram como demanda substituta aos produtos fabricados internamente. Terceiro, com o advento destes novos produtos, mormente tecnológicos, há penetração de outros produtos complementares a estes devido ao marketing, modificando as preferências do consumidor para estes produtos de origem nos países desenvolvidos (PREBISCH, 2000).

Não obstante, como possível medida para sanar este problema, tendo em vista redução do diferencial de produtividade do trabalho, e por sua vez, da renda Prebisch (2000), *vis a vis* o senário internacional à época, propunha a industrialização da periferia, a saber:

> Já se afirmou que a industrialização da América Latina, se efetuada com discernimento, oferecerá a possibilidade de aumentar sensivelmente a renda nacional, por conferir um emprego mais produtivo às massas da população atualmente empregadas em ocupações de baixíssima produtividade (PREBISCH, 2000, p. 92).

Todavia, para avançar na proposição do autor aflorava um problema recorrente na história dos países em desenvolvimento no período pós-crise de 1929 até o final do século XX, a escassez de divisas. Prebisch (2000) não considerava o problema como meramente monetário, mas sim como um problema de caráter dinâmico e profundo relacionado com a forma e o ritmo em que ocorria o crescimento econômico nos diversos países. Explica ele que conforme ocorre a ação do centro principal, ela tende a dinamizar o processo de desenvolvimento quando a ação é

[6] A discussão basilar sobre protecionismo a indústria nascente está contida em List (1986) em sua obra sistema nacional de economia política.

voltada para expulsar divisas, ou de retraí-lo, quando ocorre um processo voltado para captação de divisas. Estes movimentos são ditados pelos ciclos econômicos e ocorreram de forma similar até a crise de 1929.

Sucedeu que, além do movimento normal de retração, o coeficiente de importação do centro principal também se reduziu diferentemente que ocorria até então. O efeito nefasto deste processo recai sobre a periferia, pois com a contração da renda e das importações primárias no centro principal, esta última se reduz em um volume maior que o resto do mundo, tornado mais acentuado o desequilíbrio da balança de pagamentos para os países periféricos (PREBISCH, 2000). Além disso, a falta de divisas constituía-se em um gargalo para a possibilidade de importação de bens de capital com a intensão de dinamizar a indústria interna.

Logo, a problemática da escassez de divisas é recorrente na obra do autor, salientando que nesse período o controle cambial foi a medida amplamente adotada para evitar a iminente fuga de capitais que se evidenciava no contexto mundial:

> A reação latino-americana foi semelhante à de outros países do resto do mundo: reduzir o coeficiente de importações por meio da desvalorização monetária, da elevação das tarifas alfandegárias, das cotas de importação e do controle cambial (PREBISCH, 2000).

Neste sentido, observa-se que as medidas adotadas tinham forte cunho intervencionista para o ajuste das economias periféricas. Entretanto, o fato gerado da necessidade das referidas medidas também não seguiu o explicitado pela teoria clássica. Prebisch (2000), com base em na teoria geral elaborada por Keynes (2007), crítica o pressuposto da existência do pleno emprego na economia. Argumenta ele que era impossível entender o comportamento das balanças de pagamentos e movimentações de capitais internacionais em 1930 pautados nas premissas clássicas, refutando assim, sua validade.

Após a grande depressão de 1929 e as três décadas que se sucedem, houve uma variedade de grandes autores que revolucionam o pensamento econômico com teorias heterodoxas com elaboras críticas ao pensamento clássico. Dentre eles[7], Keynes (2007)[8] com sua Teoria geral do empego do juro e da moeda, tecendo uma elaborada crítica ao *modus operandi* do sistema econômico apresentado pela teoria clássica; Schumpeter (1982) com a Teoria do desenvolvimento econômico, modificando a centralidade da análise do sistema econômico da tendência a equilíbrio da taxa de lucro (clássico) para a busca pelo lucro extraordinário como o determinante para a evolução do sistema econômico; e Hirschman (1961) com a Estratégia do desenvolvimento econômico, elabora ferrenha crítica ao pressuposto de equilíbrio geral na economia argumentando que o sistema econômico tem sua dinâmica ditada pelos desequilíbrios.

---

[7] Não há pretensão de esgotar a discussão sobre a teoria elaborada pelos autores citados, somente apresentar de forma sucinta suas obras, visando contextualizar o momento histórico que Prebisch elaborou a teoria do Sistema Centro-Periferia.

[8] Para Prebisch a leitura de Keynes foi extremamente importante, tanto que ele publicou uma obra chamada *Introducción a Keynes*, em 1947. Na verdade este foi o primeiro manual escrito na América Latina com objetivo de difundir as ideias presentes na obra de Keynes (COUTO, 2007).

Deste modo, para Prebisch (2000) era cristalino o entendimento de que a teoria clássica não correspondia a realidade observada nos períodos de crise. Para o autor, a forma que o ciclo econômico se manifestava, os desequilíbrios externos, os diferenciais de produtividade e a escassez de divisas eram fatores fundamentais dos diferenciais de condição econômicas das nações do centro em relação à periferia, ele visualizava que a industrialização dos países em desenvolvimento seria o caminho para reduzir esta dependência da periferia em relação ao centro.

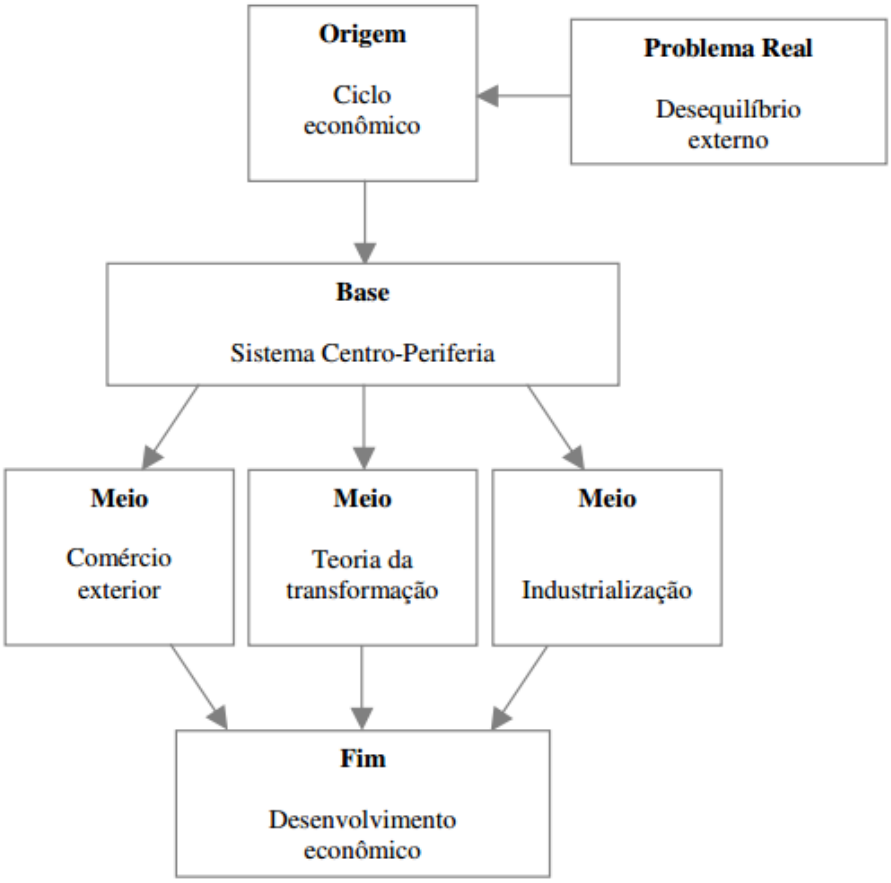
A industrialização da periferia via substituição de importações era apontada como um caminho promissor pelo autor. Posteriormente, se configurou como uma política pública amplamente utilizada na América Latina e no Brasil da metade do século XX até seu final. Isto ocorreu provavelmente pelo transbordamento das ideias de Prebisch junto a CEPAL onde houve o engajamento de vários países e teóricos da América Latina, dentre eles Celso Furtado.

Sobre a industrialização via substituição de importações merece destaque a escassez de moeda estrangeira. Tal como já apresentado, a fuga de divisas era um limitante da industrialização na América Latina para superar este gargalo e reduzir a disparidade entre as produtividades do trabalho no centro e na periferia seria necessário industrializar a periferia. Todavia, se não fossem direcionadas as importações para os bens de capitais, em detrimento de outros bens de consumo, este processo não poderia ser realizado devido à escassez de divisas. O autor demonstra claramente esta sua preocupação ao esboçar um planejamento de política anticíclica na tentativa de reduzir ou mitigar esta disparidade entre o centro e a periferia, Prebisch (2000, p. 135):

> [...] ao fazer este esboço dos principais problemas pertinentes ao nosso desenvolvimento econômico, se não dedicássemos atenção à política anticíclica. Essa política é um complemento indispensável da política de desenvolvimento econômico a longo prazo, pois a indústria, como já foi dito, faz com que se evidencie a vulnerabilidade da periferia às flutuações e contingências do centro. Não basta aumentar a produtividade, com isso absorvendo fatores desempregados e mal empregados. Também é preciso evitar que, uma vez alcançada a ocupação produtiva de seus fatores, eles tornem a ficar desempregados por obra das flutuações cíclicas.

Couto (2007) sintetiza o pensamento de Prebisch sobre o sistema econômico e sua relação com o centro e a periferia (Figura 1), enfatizando a preocupação do autor com os problemas reais. Tal que quando pode influenciar a política monetária da Argentina, por meio do exercício de seu cargo púbico a época, os desequilíbrios externos eram latentes levando-o a questionar a teoria econômica vigente e trazendo à tona seu eixo inicial de análise para elaboração de sua teoria sobre o sistema centro-periferia.

Figura 1 – Plano geral do pensamento de Raúl Prebisch



Fonte: COUTO, 2007, p.60.

O gatilho para sua crítica está contido no desequilíbrio externo o que ocasiona o questionamento de como o movimento do ciclo econômico tem ocorrido de forma a prejudicar as relações de troca da periferia em relação ao centro. Aí constituía-se seu sistema centro-periferia. O meio para superar este gargalo estaria contido nestes três elementos, comércio internacional, teoria da transformação e industrialização. A finalidade na superação destes entraves constitui-se em etapa fundamental para alcançar o desenvolvimento econômico.

Além das contribuições de sua teoria sobre o sistema centro-periferia, Prebisch foi um autor profícuo do lado acadêmico, e também quanto a sua atuação profissional, a qual exerceu com maestria, tendo cursado uma carreia memorável, tanto que Furtado (2011, p. 444) declara “Quando abandonou sua última função de assessoria, junto ao governo de Raúl Alfonsín, veio-lhe o sentimento de que sua vida ativa se esgotava. Não lhe interessava o papel de simples testemunha. Desejou que a morte lhe chegasse rápida, sem vacilações”.

Devido a sua essência de sempre procurar entender a realidade a sua volta em 1983, três anos antes de sua morte, Prebisch publica um artigo refletindo sobre sua vida e obra e as dividindo em cinco etapas de seu pensamento sobre o desenvolvimento. Na primeira etapa, de 1943 à 1949, é relatada como a aceitação de

Prebisch sobre o ciclo econômico e o repúdio as teorias do equilíbrio geral da economia clássica.

A partir da segunda etapa, de 1949 a 1959 ele expõe as ideias mais conhecidas como o sistema centro-periferia e a deterioração dos termos de intercâmbio e publica os textos basilares que desenvolverão as premissas de seu sistema. Já na terceira etapa, de 1959 a 1963, estando ele junto da CEPAL e nesse período em transição para o Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, ele trabalha em defesa pela criação de um mercado comum Latino-Americano e publica seus trabalhos sobre o conceito de insuficiência dinâmica da economia (COUTO, 2007; PREBISCH, 1983).

A quarta etapa, de 1963 a 1969, ele toma a frente da Unctad, como secretário geral, nesta fase ele trabalha com a cooperação internacional, resultando na ampliação da divulgação e respaldo de suas teorias. Contudo, é um período de trabalho exaustivo dificultando sua dedicação a academia. A última etapa, de 1970 até sua morte 1986, ele se aproxima teoricamente do pensamento de Karl Marx para propor uma síntese entre liberalismo e socialismo, elaborando sua teoria da transformação. Nesta fase Prebisch revisita alguns de seus conceitos e acrescenta a sua análise econômica, além das questões sociais, também as relações de poder (COUTO, 2007; PREBISCH, 1983).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as diferenças entre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico culminou em uma definição onde não haveria o segundo sem o primeiro. De modo geral, após a crítica heterodoxa do século XX, os países desenvolvidos, bem como os em desenvolvimento, tem buscado a melhoria da qualidade de vida da população conjuntamente com o crescimento econômico. Por isso, houve aumento na preocupação na forma como a renda é distribuída entre as classes nas sociedades modernas e com é o acesso da população a bens e serviços considerados essenciais (saúde, segurança, educação), seja por meio da renda ou pelas políticas públicas.

Desta forma, o debate em torno do conceito de desenvolvimento evoluiu gradativamente a partir da crise de 1929 até o início do século XXI, ampliando suas dimensões. Ele passou de um conceito puramente econômico para âmbito social, cultural, territorial e mental. Sendo assim, o debate sobre o processo de desenvolvimento de um país possui uma abordagem multidimensional.

Raúl Prebisch acompanhou intensamente grande parte deste debate no século XX, tornando-se um dos grandes teóricos da ciência econômica na América Latina. A sua teoria sobre o sistema centro-periferia constituiu o ponto de partida para o debate sobre o subdesenvolvimento na América-Latina, sendo a base para o pensamento da CEPAL e a corrente estruturalista.

Esta base constitui-se em uma das maiores contribuições de Prebisch para a teoria do desenvolvimento econômico, pois fomentou uma geração de autores latino-americanos a pensar este processo a partir de teorias críticas próprias. Elaborada pela observação dos fenômenos econômicos ocorrido na América Latina, sem importar modelos pré-concebidos em outros territórios, adaptando-os a realidade Latina.

Esta revolução liberta da dependência teórica imposto na América Latina pelos países centrais, abrindo caminho para uma geração de novos pensadores dispostos a questionar os pressupostos teóricos estabelecidos a partir da observação dos países desenvolvidos. Conforme demonstra Prebisch, os pressupostos teóricos clássicos não explicavam a realidade da América Latina, mas sim ocultavam os fatores que ampliavam a dependência da periferia.

Deste modo, o pensamento visionário de Prebisch é corroborado pela evolução histórica do conceito de desenvolvimento econômico que caminha para uma abordagem pautada na observação de outros indicadores para além dos econômicos e insere na análise características peculiares de cada território observado. Portanto, sua maior contribuição foi em iniciar e constituir uma corrente de economia política genuinamente latina.

REFERÊNCIAS

BIESLCHOWSKY, R. Do “manifesto latino-americano” de Raul Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na Cepal. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, 2020.

BORJA, B. Raúl Prebisch e seus manifestos: momentos de formação da CEPAL. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, 2021.

BRANDÃO, C. **A impossibilidade de uma teoria geral e abstrata do desenvolvimento**. mimeo, 2008. Disponível em: http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper36.pdf. Acesso em: 06/11/2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O processo histórico do desenvolvimento econômico. **EESP/FGV**. v. 12, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Bresser-Pereira/publication/266495722_O_processo_historico_do_desenvolvimento_economico/links/57c75cb608ae9d64047e9979.pdf. Acesso em: 06/11/2017.

CARNEIRO, R. O desenvolvimento revisitado. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 73-82, jul.- set. 2006.

CHANG, H. -J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, abr. 2007.

_____. Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia. **Revista de Economia Política**, vol. 37, nº 1, p. 65-87, jan.- mar. 2017.

DE CARVALHO, F. J. C. Mercado, estado e teoria econômica: uma breve reflexão. 1999.

FURTADO, C. Sobre Raúl Prebisch. In: **Cadernos do Desenvolvimento.** v. 6. n. 9. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p.442-444.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 35, n. 3, p. 119-146, set/dez. 2009.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. 1° ed. Rio de Janeiro: Fundo da cultura, 1961.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 2007.

LIST, G. F. **Sistema nacional de economia política**. Os economistas. São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

PREBISCH, R. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo, **El Trimestre Económico**, vol.50, n.198, p.1077-1096, abr.- jun. 1983.

_____. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL.** v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

_____. **Introducción a Keynes**. México e Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960.

RICARDO, D. **Princípios de econômica política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1986. Coleção Os Economistas

ROMER, P. M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of political economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Uma síntese. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SILVA, G. M. **O impacto da crise financeira de 2008 sobre as exportações paranaenses: uma aplicação do modelo gravitacional**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em desenvolvimento regional e agronegócio (UNIOESTE), Toledo, PR, 2014. 116p.

SMITH, A. **Uma investigação sobre a causa e a natureza da riqueza das nações**. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **The quarterly journal of economics,** v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

Recebido em: 23/05/2025
Aprovado em: 25/08/2025

VIRADA TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

Daniele Aparecida Pariz Trintinalia[1]
Suellen Paola Martins Pedrosa[2]

Resumo:
A virada territorial na América Latina refere-se ao movimento que reconheceu o direito à propriedade territorial pelo Estado às comunidades indígenas e afrodescendentes da região, especialmente a partir da década de 1990. A virada territorial representa uma forma diferente de como o desenvolvimento é pensado e implementado, colocando o território como elemento central das políticas sociais e econômicas. Esse artigo analisa a relação entre a virada cultural e o desenvolvimento, por meio de uma revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, que apresentam a origem desse movimento e seus desdobramentos. Como resultados verificamos que esse movimento foi impulsionado por políticas e órgãos internacionais neoliberais, como o Banco Mundial, sob alegação de desenvolvimento, o que gera um paradoxo: ao mesmo tempo em que garantiu direitos territoriais, também favoreceu a exploração econômica desses territórios, muitas vezes acompanhado de violência em favor do capital. Para exemplificar esse movimento, apresentamos algumas comunidades tradicionais da América Latina que tiveram a titulação de propriedade de seus territórios oficializada, mas que ainda assim enfrentam diversas ameaças e omissão do Estado na proteção de seus direitos fundamentais, são elas: Kue Tuvy Ache, no Paraguai, Yurumangui, Curvaradó e Jiguamiandó na Colômbia, Guarani de Itika Guasu, na Bolívia, Mayangna de Awas Tingni, na Nivarágua, e Avá-Guarani, no Brasil.
Palavras-chave: Desenvolvimento; Virada territorial; América-Latina.

GIRO TERRITORIAL EN AMÉRICA LATINA Y SUS IMPLICACIONES PARA EL DESARROLLO

Resumen:
El giro territorial en América Latina se refiere al movimiento que reconoció el derecho a la propiedad territorial por parte del Estado para las comunidades indígenas y afrodescendientes de la región, especialmente a partir de la década de 1990. El giro territorial representa una manera diferente de pensar e implementar el desarrollo, colocando al territorio como elemento central de las políticas sociales y económicas. Este artículo analiza la relación entre el giro cultural y el desarrollo, a través de una revisión bibliográfica de artículos académicos, que presentan el origen de este movimiento y sus desarrollos. Como resultado, encontramos que este movimiento fue impulsado por políticas y organismos internacionales neoliberales, como el Banco Mundial, bajo el pretexto del desarrollo, lo que crea una paradoja: al mismo tiempo que garantizaba derechos territoriales, también favorecía la explotación económica de esos territorios, muchas veces acompañada de violencia a favor del capital. Para ejemplificar este movimiento, presentamos algunas comunidades tradicionales de

[1] Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (2004). Atuou no setor público e privado; possui experiência em planejamento, monitoramento e avaliação de projetos e experiência em gestão das áreas da saúde e assistência social no terceiro setor. É especialista em Cuidados Paliativos e Gestão em Saúde. Já atuou como membro de Conselhos Municipais da Assistência Social, Saúde e Criança e Adolescente. Atualmente é assistente social no Hospital Ministro Costa Cavalcanti, coordenadora da Comissão de Humanização do hospital. É discente do mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento na Universidade Federal Latino Americana - UNILA. E-mail: danieletrintinalia@gmail.com.

[2] Possui Licenciatura Plena em Pedagogia. Especialista em Gestão Pública com Habilitação em Gestão de Pessoas. Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento na Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA). Atualmente é servidora pública da carreira dos Técnicos Administrativos em Educação do Instituto Federal do Paraná, Campus Foz do Iguaçu, com experiência na área de Gestão de Pessoas. E-mail: suellen.martins@ifpr.edu.br.

América Latina que han registrado oficialmente sus títulos de propiedad, pero que aún enfrentan varias amenazas y la incapacidad del Estado para proteger sus derechos fundamentales. Ellos son: Kue Tuvy Ache, en Paraguay, Yurumangui, Curvaradó y Jiguamiandó en Colombia, Guaraní de Itika Guasu, en Bolivia, Mayangna de Awas Tingni, en Nivarágua, y Avá-Guarani, en Brasil.
Palabras clave: Desarrollo; Giro territorial; América Latina.

1 INTRODUÇÃO

A virada territorial trata-se de um movimento que faz referência ao reconhecimento do direito à propriedade pelo Estado às comunidades indígenas e afrodescendentes na América Latina, a partir da década de 1990 (Correia, 2020).

O movimento ganhou importância por ter sido relacionado a mudanças políticas, econômicas e legais que emergiram um paradoxo do neoliberalismo, já que a virada foi impulsionada por órgãos internacionais, como o Banco Mundial e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento[3].

Não obstante a esse reconhecimento pelo Estado, as lutas pelos territórios eram consideradas, até a década de 1960, como lutas por direito agrário, o que os alinhava ao movimento político de esquerda, enfraquecido na década de 1970. Diante desse enfraquecimento, tais lutas passaram a ser relacionadas como direito ao território e seus recursos, o que enfatizou o significado político de propriedade, direcionando as reivindicações desse movimento sob a ótica dos direitos humanos, em que os povos indígenas e afrodescendentes teriam direitos a reconhecimento sob seus territórios e autogoverno.

O termo território transcende sua definição geográfica tradicional ao ser inserido no contexto das lutas em sua defesa como espaço de vida, pelos povos indígenas, afrodescendentes e camponeses. Ao reconhecer território como espaço legal, passível de reformas, demarcação, titulação, ele se torna um espaço politicamente governável, que não só reforça a ordem socioespacial existente, como ajuda a transformá-la, tornando-a passível de controle de suas terras e recursos.

Nesse contexto, o paradoxo da virada territorial é construído: pois, se por um lado favorece o reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais, por outro lado é um forte propulsor das estratégias hegemônicas de desenvolvimento capitalista, transformando esses territórios em espaços de exploração econômica.

Destaca-se que o crescimento econômico é parte intrínseca do desenvolvimento por contribuir para a superação da pobreza e das desigualdades sociais, porém, há muitos outros fatores a serem considerados - o desenvolvimento sustentável deve conciliar o crescimento econômico, a justiça social e o respeito e conservação da biodiversidade e diversidade cultural. Reconhecer a contribuição desses grupos e a pluri dimensão de desenvolvimento nesses territórios é fundamental para o sucesso dos acordos globais de sustentabilidade em prol do desenvolvimento mundial.

---

[3] O Banco Interamericano de Desenvolvimento ou BID é uma organização financeira localizada em Washington, Estados Unidos, que foi criada em 1959 com o objetivo de financiar ações cujo objetivo era o desenvolvimento econômico, social e institucional, além de fomentar a integração do comércio na América Latina e Caribe. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Interamericano_de_Desenvolvimento . Acesso em 11/fev/2025.

Esse artigo tem como objetivo principal analisar como o movimento da virada territorial na América Latina está relacionado ao desenvolvimento. Apresentaremos como o movimento ganhou força, impulsionado pelo neoliberalismo sob alegação de reconhecimento territorial e desenvolvimento, o que gera um paradoxo. A pesquisa se fundamenta em uma revisão bibliográfica, com levantamento de fontes em periódicos acadêmicos, em que se priorizou a análise crítica de artigos científicos com base nas palavras-chave: desenvolvimento, virada territorial e América-Latina. Para exemplificar esse movimento, apresentamos algumas comunidades tradicionais da América Latina que tiveram a titulação de propriedade de seus territórios oficializada, como os Kue Tuvy Ache, no Paraguai, as comunidades Yurumangui, Curvaradó e Jiguamiandó na Colômbia, a comunidade guarani de Itika Guasu, na Bolívia, a comunidade Mayangna de Awas Tingni, na Nivarágua, e Avá-Guarani, no Brasil. Essas comunidades receberam o reconhecimento legal de propriedade de suas terras, porém, enfrentam diversas ameaças e não possuem garantia de apoio do Estado na proteção de seus direitos fundamentais.

2 DESENVOLVIMENTO E DIVERSIDADE BIOCULTURAL

As políticas de desenvolvimento na América Latina entre as décadas de 1950 e 1970, segundo Oliveira (2002), buscavam o crescimento da renda e da proteção do mercado interno por meio da acumulação do capital e da industrialização que promovesse a produção interna do que antes era importado, como forma de tentar romper os laços de dependência. Para o autor, contudo, ampliou-se a produção, mas intensificou-se a lacuna entre as taxas de crescimento econômico e de desenvolvimento, visto que o desenvolvimento não se restringe ao avanço da industrialização e do crescimento econômico, mas sim em como os frutos do progresso são distribuídos para resultar na melhora da qualidade de vida da população (Oliveira, 2002).

As políticas neoliberais implementadas, especialmente a partir da década de 1970, foram marcadas pela ruptura de conquistas sociais e desenvolvimentistas conquistadas pós-crise de 1929, pela exploração desmedida de recursos naturais e aumento do grau de dependência econômica de regiões consideradas como periferias do capital, como a América Latina (Mesquita *et. al.*, 2020).

A busca incessante pelo desenvolvimento baseado na industrialização, urbanização e produção de monoculturas agropecuárias, trouxe danos de ordem socioeconômica e ambiental. A partir dos anos 1990, as preocupações com os prejuízos ocasionados pela ação humana em busca do crescimento econômico ganharam força, e o termo desenvolvimento sustentável virou pauta de organizações e ativistas que defendiam uma forma de desenvolvimento que conciliasse o crescimento econômico e a modernização de tecnologias, com a atenuação das desigualdades sociais e preservação ambiental.

A exemplo, o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o chamado Relatório de Brundtland, que tinha como objetivo principal propor estratégias de longo prazo para alcançar o desenvolvimento sustentável, destacava a interdependência entre humanos, desenvolvimento, meio ambiente e recursos naturais, estabelecendo objetivos comuns e cooperação entre as nações para se chegar a uma nova era de crescimento econômico social e

ambientalmente sustentável (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988).

É importante destacar que não é possível excluir o crescimento econômico do desenvolvimento sustentável por ser subsídio para superação da pobreza, porém, não é única condição para o desenvolvimento, pois este "deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social" (Oliveira, 2002, p. 40).

Esse alerta mundial sobre os impactos ambientais, a escassez e extinção dos recursos naturais proporcionados pela ação humana, há anos trazem à tona a preocupação com o meio ambiente para atingir o tão discutido desenvolvimento sustentável das nações, mas essa questão vai além: ao passo em que a industrialização, a globalização, a urbanização e manipulação humana de paisagens se expandem ao encontro do desenvolvimento econômico mundial, os impactos ambientais se expandem em conjunto, em níveis catastróficos para conservação da biodiversidade e diversidade cultural.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável relaciona-se com o conceito de diversidade biocultural elaborado por Maffi (2014), o qual trouxe uma perspectiva mais complexa e integrada de fatores sobre a diversidade da vida, que interliga a biodiversidade, a diversidade cultural e a diversidade linguística. Ao adaptar-se em determinados ambientes, os seres humanos adquiriram conhecimentos profundos sobre o espaço natural local para viver, conviver, extraindo o sustento dos recursos naturais e criando interações entre si e com o ambiente, desenvolvendo milhares de culturas e idiomas diferentes (Maffi, 2014).

Porém, as forças econômicas, políticas e sociais globais, determinam um modo de vida insustentável, que, além de degradar os recursos naturais, impõe idiomas dominantes (como o inglês, espanhol, chinês, por exemplo), e mudanças nas culturas, trazendo um prejuízo biocultural sem precedentes, especialmente aos povos intrinsecamente vinculados ao ambiente local, como indígenas e comunidades locais, que representam a maior parte da diversidade cultural e linguística do mundo (Maffi, 2014).

Para Levis *et. al.* (2024), embora existam esforços para conservação da biodiversidade, ignora-se o papel dos povos indígenas e comunidades locais na proteção dos ecossistemas e da manutenção da biodiversidade. É nos territórios que essas populações constituem suas ações e comportamentos de preservação e desenvolvimento, os quais moldam sua identidade coletiva. Segundo os mesmos autores, mais de um terço dos ecossistemas identificados como "áreas selvagens", com baixo impacto ambiental, estão em territórios indígenas, e muitas dessas áreas são habitadas por comunidades locais, que possuem a diversidade cultural como um fator marcante, pois dependem desses ecossistemas para práticas culturais e para a sua sobrevivência (Levis *et. al.,* 2024).

Reconhecer a importância da dimensão cultural nesses territórios é fundamental para o sucesso dos acordos globais de sustentabilidade, como a Agenda 2030, pois a contribuição desses grupos pode melhorar a governança ambiental, promover justiça social, redução de conflitos e consequentemente, contribuir para o desenvolvimento mundial (Levis *et. al.,* 2024). Todas as pessoas e todos os povos possuem o direito e são sujeitos de participação do desenvolvimento econômico, social, cultural e político (Sousa, 2008).

Essas dimensões territoriais e culturais são cruciais para compreender como as comunidades locais resistem ou se adaptam à influência do desenvolvimento hegemônico, moldando suas práticas, preservando suas identidades e contribuindo para a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

3 DESENVOLVIMENTO E LUTAS TERRITORIAIS A PARTIR DA VIRADA TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA

A virada territorial se refere à devolução, através da cessão de propriedade, do espaço geográfico do território e seus recursos a comunidades indígenas e afrodescendentes na América Latina. Segundo Bryan (2012), este momento está relacionado a várias transformações políticas, legais e econômicas.

Esse movimento surge a partir da década de 1960 com a necessidade dos povos indígenas e afrodescendentes de reconhecimento da sua autonomia e identidade a partir da oposição do reconhecimento destes pelo Estado, que os mantinha sob sua autoridade (Bryan 2012).

O avanço do neoliberalismo sob o pretexto de desenvolvimento na América Latina na década de 1990, transforma o posicionamento do Estado ao reforçar a necessidade de mudança na economia com reformas e privatizações estatais em espaços territoriais também reivindicados por povos indígenas. Essa oposição foi duramente defendida por movimentos sociais.

Bryan (2012) coloca que a pressão desses movimentos ao avanço das políticas neoliberais que tinham o pretexto do desenvolvimento econômico, fez com que instituições, como o Banco Mundial, expandisse entre os países latino-americanos a necessidade do reconhecimento dos direitos de propriedade territorial às comunidades, como forma de legitimação dos seus direitos coletivos, contribuindo com a concordância forçada ao Estado em abrir mão do seu controle pelas terras nacionais para dar continuidade às reformas impostas pelo mercado.

O reconhecimento pelo direito à titulação das terras, através da “virada” é tido, tanto por Bryan (2012) quanto por Correia (2020), como um processo inacabado, incompleto. O território é concebido como espaço inseparável de direitos e não somente espaço físico, portanto Correia destaca que “a luta dos povos indígenas não termina com a restituição territorial” (2020, p. 163), pois é um espaço “inseparável dos direitos, de forma que não ter um, é ser sem o outro” (Bryan, p.216), ou seja, território não é estático, mas um espaço que tende a perpetuar negociação e contestação.

As lutas por direitos dos povos e comunidades tradicionais como enfrentamento às consequências do desenvolvimento neoliberal pode ser analisada ainda do ponto de vista de como tais comunidades se relacionam com o território.

Através do conceito de ontologia relacional explorado por Escobar (2015), que considera que tais lutas não dizem respeito somente à garantia de direito à terra, mas da reafirmação da relação desse espaço vivido como conectado com sua identidade. Ao considerar o território como espaço relacional e ontológico, Escobar (2015) refere que além de um espaço de vida, o território sustenta ontologias relacionais que são modos de existência e de conexão com a natureza e espiritualidade. Essa inter-relação dos modos de vida, cultura e território, representa a ontologia relacional.

Ao exemplificar sua tese, Escobar (2015) demonstra a luta das comunidades afrodescendentes na Colômbia para manter suas formas de vida, que muitas vezes sofreram ataques cruéis sob o pretexto do desenvolvimento, onde mesmo com a concessão legal da propriedade não foi possível evitar episódios de violência contra populações afrodescendentes e indígenas desse território.

Escobar (2015) sustenta ainda que as lutas pelos modos de vida dos povos tradicionais ainda podem contribuir para enfrentamento às crises ecológicas e sociais, uma vez que a sabedoria dos povos tradicionais desafia os modos de vida dominados pelo capital, que propagam desigualdades e destruição do meio ambiente.

Tanto a perspectiva de Correia (2020), quanto a de Escobar (2015), nos fornecem subsídios para compreender que as lutas territoriais podem ser consideradas respostas ao desenvolvimento aos modos de vida hegemônico: O paradoxo territorial reflete à necessidade da resistência do território pelo mercado, enquanto as ontologias relacionais trazem a filosofia que sustenta essas resistências.

As políticas de desenvolvimento territorial, segundo Correa (2020) tendem a não estar acompanhadas da proteção efetiva do Estado, podendo gerar exclusão, violação de direitos e disputas internas no território, demonstrando uma desconexão com a cessão de títulos e garantia de direitos.

4 PARADOXO DA VIRADA TERRITORIAL NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

A virada territorial é trazida por Correia (2020) como um paradoxo ao enfatizar a importância do direito ao território para as políticas de desenvolvimento e desconsiderar a necessidade de preservar a territorialidade das comunidades indígenas e afrodescendentes. Como reação a esse contexto, as lutas pelo território emergem como alternativa adotada pelas comunidades para proteger não só seu território, mas seu direito à autonomia e identidade coletiva (simbólicas ou materiais), culturas e economias alternativas.

Um exemplo a ser considerado, segundo Correa (2020) são as lutas dos Kue Tuvy Ache pelo direito à terra, cuja comunidade está localizada a 35 km da fronteira entre Brasil e Paraguai, no departamento de Canindeyu (PY).

Historicamente, os Ache do Paraguai passaram por transformações sociais radicais como o avanço da colonização da sua área ocupada, devido a criação de assentamentos voltados à expansão agrícola e da falta de proteção do governo paraguaio, que chegou a ser acusado de genocídio dos Ache em tribunais internacionais. O Estado paraguaio favoreceu a expropriação da comunidade de seu território para reservas estatais, sofrendo epidemias e abandono, além da devastação de seu modo de vida tradicional. Embora tenha sido absolvido, pressões internacionais obrigaram o estado paraguaio a iniciar um processo de proteção aos seus povos indígenas através de políticas e direitos constitucionais. Em 1996, o Paraguai firmou um empréstimo com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para a construção de uma rodovia que cruzaria o território dos Ache, mas com condicionantes. Segundo Correia, o BID exigia que o Paraguai comprasse “11 mil hectares para melhorar as condições de posse da terra e cuidar das comunidades indígenas” (2020, p.172), o que ocorreu somente no ano de 2002. Mesmo com a compra das terras, o governo paraguaio resistiu por mais dez anos

para transferir oficialmente a propriedade à comunidade. Mesmo com a titulação das terras, os Ache continuaram enfrentando uma série de ameaças: invasão por produtores de maconha, madeireiros ilegais, apropriação ilegal, inclusive reinvindicadas por comunidades Guarani, que também consideram a região parte de seu território ancestral. Os conflitos se mostram violentos, e o Estado se apresenta ausente da defesa efetiva dos Ache, ficando a cargo da própria comunidade a vigilância e controle territorial.

Na Colômbia, em 1999, a comunidade de Yurumangui do município de Boaventura, recebeu o título coletivo de 52.144 hectares, abrangendo treze aldeias, onde a grande maioria é de afrodescendentes. Entretanto, essa concessão foi sucedida de uma guerrilha por grupos armados que provocou a morte de vários líderes comunitários e deslocamento dos povos dessas regiões para ocupação do território por indústrias de banana, narcotráfico e exploração econômica do território (Escobar, 2015).

Ainda sob o pretexto de desenvolvimento econômico, há de considerar as diversas manifestações de violência e crueldade com o pretexto do progresso: a comunidade Curvaradó e Jiguamiandó, departamento de Chocó, na Colômbia, antes mesmo da concessão dos títulos coletivos do território (46084 hectares para Curvaradó e 54973 hectares para Jiguaminadó), teve uma ação coordenada por militares, paramilitares em aliança com empresários, que promoveram uma guerrilha e causaram o deslocamento das comunidades, cuja motivação era a apropriação dos territórios para agricultura de exportação de produtos como a banana, a palma e da pecuária (Escobar, 2015).

Outro exemplo, abordado por Anthias (2012), retrata o paradoxo dos efeitos que o neoliberalismo trouxe aos povos indígenas localizados nas terras baixas, especialmente aos guaranis de Itika Guasu, na Bolívia. Durante a reforma agrária de 1952, que se caracterizava pela colonização das terras baixas por exploradores de gás, auxiliada pelo Estado boliviano, que pretendia estabelecer soberania no espaço e recursos da região, houve uma ocupação agressiva de empresas extrativas nas terras indígenas, e submissão dos guaranis a relações de trabalho exploradoras. Na década de 1980, os guaranis de Itika Guasu que se mantiveram na região, estavam escravizados por dívidas com fazendeiros, ou vivendo em áreas subjacentes de forma precária.

Em 1987, nesse contexto de exploração de território, trabalho e recursos, iniciou uma reforma multicultural e os guaranis de Itika Guasu começaram a se organizar em busca de seus direitos. Em 1996, uma nova reforma agrária concede formalmente à Itika Guasu a titulação coletiva de terras ancestrais, conhecidas como Terras Comunais Originais (TCO). Contudo, mesmo com a titulação como TCO concedida à Itika Guasu, a pressão para exploração dos recursos naturais, especialmente de hidrocarboneto, continuou a ameaçar as terras indígenas e a criar tensão entre interesses dos guaranis por proteção dos direitos territoriais, e interesses das empresas extrativas por exploração econômica. Mesmo a transição de um governo neoliberal para o governo de Evo Morales, que apesar de ter uma posição mais progressista para os povos indígenas, como a publicação de decretos e assinatura da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, reconhecendo o direito à consulta e consentimento sobre as ações de desenvolvimento em suas terras, não conseguiu sanar essas tensões devido aos interesses de desenvolvimento energético no país (Anthias, 2012).

A costa caribenha da Nicaraguá, segundo Wetterslev (2021), foi uma das áreas pioneiras na criação de propriedades comunais indígenas durante a virada territorial. Na década de 1990, membros da comunidade Mayangna em Awas Tingni, considerada a segunda maior comunidade indígena da Nicarágua, opuseram-se à concessão do Estado à exploração madeireira a uma empresa sul-coreana em terras que eram consideradas como parte de seu território ancestral. O caso foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que obrigou o Estado nicaraguense a delimitar e conceder titulação a povos indígenas e afrodescendentes na costa do Caribe. Após essa mobilização, o Estado, com auxílio de técnicos do Banco Mundial, iniciou o processo de delimitar e titular essas terras, formalizando a titulação de 73.394 hectares para a Comunidade Awas Tingni somente em 2008.

Porém, após essa titulação, houve um movimento acelerado de ocupação ilegal de colonos, que passaram a ocupar e controlar de forma violenta cerca de 90% das terras tituladas da comunidade Mayangna, o que foi possível devido à fragilidade dos mecanismos de controle de conflitos e garantias de direitos dos indígenas por parte do Estado. Além disso, os colonos passaram a comercializar ilegalmente parte dessas terras, inclusive para empresas internacionais, como a mineradora francesa MAPINICSA S.A., que em 2009 obteve ilegalmente 12 mil hectares dessas terras através de fundos concedidos pelo Banco Mundial e Corporação Financeira Internacional (IFC), que apoiavam financeiramente a silvicultura no norte do Caribe após destruição climática causada pelo furacão Félix.

Essas ocupações ilegais de não-indígenas trouxeram muitos impactos negativos ao território Awas Tingni: desmatamento; criação de estradas que facilitavam o acesso e a criação de assentamentos por terceiros; poluição do solo e das águas por uso de inseticidas e rejeito de dejetos; alteração do ecossistema, que ocasionou prejuízo para caça e pesca comunitárias; aculturação e mestiçagem; e imposição ao desenvolvimento hegemônico, fazendo com que alguns membros da comunidade Mayangna se rendessem à comercialização de terras ilegalmente consideradas como propriedades individuais e disponibilização de força de trabalho nas fazendas exploradoras dos arredores em troca de valores irrisórios, além da concepção da terra como instrumento de exploração econômica em termos cada vez mais voltados ao mercado, o que também resultava em conflitos internos na própria comunidade.

O contexto vivido pela comunidade Mayangna apresentado por Wetterslev (2021) reforça o paradoxo da virada territorial trazida por Correia (2020), ao conceber que a formalização dos direitos à terra, ao mesmo tempo em que legitima a posse dos povos tradicionais, concede abertura para avanço de práticas neoliberais e reinserção de práticas colonizadoras em territórios comunais, auxiliado pela fragilidade do Estado em fazer cumprir a legislação na proteção desses espaços considerados alienáveis, indivisíveis, intrínsecos da biodiversidade dos modos de vida comunitários.

Um caso bastante recente trata-se de um acordo autorizado pelo Estado brasileiro para compra, em caráter emergencial, de 3 mil hectares das Terras Indígenas Tekoha Guasu Guavira e Tekoha Guasu Okoy Jakutinga, localizadas no oeste paranaense, via usina hidrelétrica de Itaipu Binacional. O objetivo seria reparar os danos causados no território dos Avá-Guarani, devido à construção do reservatório da usina, em 1982, e conseguinte, dos danos causados pelos conflitos violentos entre ruralistas e indígenas. As lideranças das comunidades indígenas

beneficiadas com o acordo e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), reconhecem o empenho do Estado brasileiro, fruto da luta e resistência dos povos indígenas, e julgam ser um primeiro passo para iniciar a reparação dos danos causados pela construção da usina. Segundo a Itaipu (2025), além da compra de terras, o acordo também prevê acesso a serviços que garantam os direitos sociais e culturais dos Avá-Guarani, como moradia, saúde, educação, segurança alimentar e fortalecimento cultural. Essa garantia da Itaipu vai ao encontro do que argumenta Escobar (2015), de que essas ações, fruto da luta desses povos, prometem garantir o atendimento a seus direitos fundamentais, incluindo a proteção cultural para além do direito à terra, constituindo-se como um processo de reconhecimento identitário, em que o território é compreendido como espaço vital, intrinsecamente vinculado à história, cultura e modos de vida.

Apesar do reconhecimento territorial e de suas ontologias através da assinatura do acordo que beneficia os Avá-Guarani em 24 de março de 2025, após duas semanas, segundo noticiado pela Folha de São Paulo (2025), o Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro publicou decisão que expõe e rejeita pedido da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), que solicita suspensão do acordo. A FAEP justifica o pedido alegando que o ato privilegiaria a comunidade indígena e estimularia invasões de propriedades privadas, além de sugerir que os valores praticados na compra e venda das terras seriam dissonantes dos valores de mercado, e que deixaria os produtores rurais da região sem livre consentimento para alienação de suas propriedades. O STF, por sua vez, não reconhece a legitimidade da fundação para tal contestação, desconsiderando-a como parte do processo jurídico. Além disso, afirma em sua decisão que as aquisições das áreas serão realizadas a partir da disponibilidade de venda dos atuais proprietários e com valores de mercado, sem beneficiar unicamente as comunidades indígenas. Essa objeção da FAEP, que representa os produtores rurais, parece retratar a continuidade dos conflitos entre ruralistas e indígenas, cabendo ao Estado brasileiro o devido posicionamento para defesa e garantia dos direitos dessas comunidades.

As lutas dos povos/comunidades Kue Tuvy Ache, no Paraguai, as comunidades Yurumangui, Curvaradó e Jiguamiandó na Colômbia, a comunidade guarani de Itika Guasu, na Bolívia, a comunidade Mayangna de Awas Tingni, na Nivarágua, e Avá-Guarani, no Brasil retratados nesse artigo vão ao encontro da tese defendida por Escobar, o qual argumenta que o interesse nas terras está centrado no interesse das comunidades pela defesa de seus direitos, embasadas numa versão diferente de desenvolvimento. Através de “uma relação harmoniosa com a natureza e de uma outra forma de vida social (...), as comunidades lutam pelos seus recursos e pelos seus direitos, talvez pela sua autonomia” (Escobar, 2015, p.41).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento ao direito ao território através da legalização da propriedade às comunidades indígenas e afrodescendentes trouxe avanços significativos, porém não abrange a pluralidade de seu modo de vida, limitando-se ao direito à propriedade do território, mas desconsiderando o direito que transcende as fronteiras físicas ou ontologias relacionais.

Dessa forma, a regularização fundiária e a cessão dos títulos atendem reparação histórica e justiça social reivindicadas por movimentos sociais, porém,

torna o território elemento central para exploração econômica e desigualdades, violência, além de campo fértil para políticas impositoras de modos de vida hegemônicos.

Ao utilizar o território como instrumento de governança, o Estado não renuncia ao controle político sobre esse território, mas o transforma em instrumento de regulação, ou governança (Bryan 2012). Utiliza de demarcações e políticas de regularização que limitam o direito às práticas tradicionais das comunidades, além de servir como meio de mascarar projetos de expansão capitalista, como por exemplo, o avanço do agronegócio sob o pretexto de desenvolvimento e compensação ambiental.

Assim, podemos concluir que os direitos pelo território, instrumentalizado pelo neoliberalismo, embora faça uma reparação histórica, não reconhece a pluralidade das comunidades; suas lutas são o meio de resistência e perseverança de seus modos de vida contra um modelo hegemônico de mercado. Desafiar essa lógica hegemônica exige o reconhecimento e preservação da diversidade biocultural, além do estabelecimento de práticas econômicas alternativas que explorem de forma sustentável os arranjos produtivos locais. Preservar a diversidade biocultural fortalece a epistemologia desses povos, que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável. Contrapor essas lutas é, portanto, negar a pluralidade e os direitos dessas comunidades, além do tão almejado desenvolvimento sustentável das nações.

REFERÊNCIAS:

ANTHIAS, Penélope. Territorializing Resource Conflicts in “Post-Neoliberal” Bolivia: Hydrocarbon Development and Indigenous Land Titling in TCO Itika Guasu. **New Political Spaces in Latin American Natural Resource Governance**. In: HAARSTAD, Havard (org.). London: Palgrave Macmillan, p. 129-153, 2012.

BRYAN, Joe. Rethinking territory: social justice and neoliberalism in Latin America’s territorial turn. **Geography Compass,** v. 6, n. 4, p. 215-226, 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORREIA, Joel E. Descolonizar el território: Movilizaciones indígenas, el giro territorial y los límites del derecho a la tierra en la zona fronteriza entre Paraguay y Brasil. **Etnografías Contemporáneas: Revista del Centro de Estudios en Antropología**. 11 ed. Argentina: Instituto de Altos Estudios Sociales, p. 160-188, 2020.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de “los derechos al território”. **Cuadernos de antropologia social**. 45 ed. Argentina. p. 25-38, 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **STF rejeita pedido do agro e mantém plano de compra de terras para indígenas via Itaipu**. Folha de S.Paulo, 9 abr. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/04/stf-rejeita-pedido-do-agro-e-mantem-plano-de-compra-de-terras-para-indigenas-via-itaipu.shtml. Acesso em: 10 abr. 2025.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 02, p. 238 a 248, 2011.

ITAIPU BINACIONAL. **Acordo inédito vai permitir compra de 3 mil hectares de terras para indígenas**. Disponível em: www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/acordo-inedito-vai-permitir-compra-de-3-mil-hectares-de-terras-para-indigen. Acesso em: 10 abr. 2025.

LEVIS, Carolina et al. Contributions of human cultures to biodiversity and ecosystem conservation. **Nature Ecology & Evolution**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 210–219, Mar. 2024. Available at: https://doi.org/10.1038/s41559-024-02356-1. Acesso em 15/04/2025.

WETTERSLEV, Julie. Entre colonización y reconciliación: la fragmentación de los territorios indígenas en la costa caribe norte de Nicaragua. In: **Pensamiento social danés sobre América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2022, p. 131-146. Disponível em https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88bwk.12. Acesso em 08/04/2025.

Recebido em: 15/04/2025
Aprovado em: 25/08/2025

TRATADOS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS E DA JURISPRUDÊNCIA DO STF SOBRE A ITAIPU BINACIONAL

Pedro Henrique Contreira Castro[1]

Resumo:
Este artigo explora os pseudos conflitos jurídicos entre a Constituição Federal e o Tratado de Itaipu, que rege a usina hidrelétrica binacional construída entre Brasil e Paraguai. A pesquisa que utiliza metodologia de natureza qualitativa e bibliográfica, examina como o tratado, firmado com o intuito de promover a cooperação energética sustentável entre as nações, prevalece sobre normas constitucionais e infraconstitucionais brasileiras, no âmbito da administração e governança da Itaipu Binacional. Para analisar essa situação, o estudo considera decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que reafirmam a primazia do tratado em relação às leis internas, principalmente no que diz respeito a aspectos administrativos, como a contratação de serviços e concursos públicos. Os resultados indicam que essa prevalência do tratado ressalta a importância do direito internacional como ferramenta de solução de conflitos entre legislações e promoção da cooperação entre Estados. Este artigo também analisa a natureza jurídica da Itaipu Binacional, enfatizando seu papel como uma entidade pública de direito internacional, estabelecida e regulada por um tratado entre Brasil e Paraguai. Por fim, concluiu-se a partir desse estudo que a Itaipu, como uma empresa pública regida por normas do direito internacional, é regida pelas disposições firmadas pelo acordo entre os países, que prevalece acerca das disposições constitucionais e infraconstitucionais. Essa preeminência do tratado sobre as normas nacionais reafirma o compromisso assumido entre Brasil e Paraguai, garantindo que as operações e a administração da empresa binacional, estejam alinhadas com o acordo bilateral que lhe deu origem, independentemente das mudanças políticas e normativas internas que possam ocorrer em cada país.
Palavras-chave: Conflito de normas**;** Direito Internacional; Itaipu.

TRATADOS INTERNACIONALES: UN ANÁLISIS DE LOS CONFLICTOS Y DE LA JURISPRUDENCIA DEL STF SOBRE LA ITAIPU BINACIONAL

Resumen:
Este artículo explora los pseudo-conflictos jurídicos entre la Constitución Federal de Brasil y el Tratado de Itaipú, que regula la central hidroeléctrica binacional construida entre Brasil y Paraguay. A través de una metodología de investigación cualitativa y bibliográfica, el estudio examina cómo el tratado, establecido con el propósito de promover la cooperación energética sostenible entre ambas naciones, prevalece sobre las normas constitucionales e infraconstitucionales brasileñas en el ámbito de la administración y gobernanza de Itaipú Binacional. Para analizar esta situación, se consideran decisiones del Supremo Tribunal Federal (STF) de Brasil, que reafirman la primacía del tratado frente a las leyes nacionales, especialmente en lo que respecta a aspectos administrativos como la contratación de servicios y los concursos públicos. Los resultados indican que esta prevalencia del tratado destaca la importancia del derecho internacional como herramienta para resolver conflictos entre legislaciones y fomentar la cooperación entre Estados. Asimismo, este artículo analiza la naturaleza jurídica de Itaipú Binacional, enfatizando su papel como una entidad pública de derecho internacional, creada y regulada por un tratado entre Brasil y Paraguay. Finalmente, el estudio concluye que Itaipú, como una empresa pública regida por normas de derecho internacional, está sujeta principalmente a las disposiciones establecidas por el acuerdo entre ambos países, que prevalecen sobre las normas constitucionales e infraconstitucionales. La supremacía del tratado sobre las leyes nacionales reafirma el compromiso asumido entre Brasil y Paraguay, garantizando que las operaciones

[1] Graduando em Direito pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas - **UDC**. E-mail: pc1607072@gmail.com.

y la administración de la empresa binacional se alineen con el acuerdo bilateral que le dio origen, independientemente de los cambios políticos y normativos internos que puedan ocurrir en cada país.
Palabras clave: Conflicto de normas; Derecho Internacional; Itaipú.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo investigar os conflitos existentes, a partir de julgados, entre tratados internacionais e a legislação brasileira, com ênfase nas normas internas que regem a operação da Itaipu Binacional.

No âmbito das relações internacionais, os tratados representam mecanismos fundamentais para a consolidação de acordos entre Estados, promovendo não apenas o comércio e a segurança, mas também a cooperação em áreas sensíveis, como a gestão de recursos naturais e a infraestrutura energética.

No entanto, a eficácia desses tratados é constantemente desafiada por questões de soberania nacional, insuficiência de mecanismos de monitoramento e tendências unilaterais que podem surgir, especialmente em contextos de mudança política ou econômica.

A análise de tratados internacionais, portanto, exige uma abordagem que vá além de sua formulação; requer uma investigação minuciosa sobre os processos de implementação, aplicação e as consequências que tais acordos impõem às políticas internas dos Estados signatários.

No caso do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973 entre Brasil e Paraguai, esse entendimento se torna ainda mais essencial. Essa aliança se destaca não apenas como um marco nas relações bilaterais entre Brasil e Paraguai, mas como um exemplo de acordo de cooperação regional de profunda relevância para a América Latina, demonstrando a viabilidade de uma integração pacífica e economicamente produtiva em uma região historicamente marcada por disputas territoriais e tensões políticas.

O tratado estabeleceu as bases legais e institucionais para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, atualmente a maior do mundo em geração sustentável de energia, situada no rio Paraná, que forma a fronteira entre Brasil e Paraguai.

Esse empreendimento tornou-se um símbolo de integração regional e uma fonte estratégica de desenvolvimento para ambos os países, atendendo a uma parcela considerável de suas necessidades energéticas e promovendo a estabilidade e o crescimento econômico de suas regiões fronteiriças.

A relevância desse tratado transcende o aspecto energético, pois a usina e suas operações representam um ponto de intersecção entre o direito internacional e interno dos países signatários, gerando um campo fértil para o estudo de como tratados bilaterais impactam políticas nacionais e processos decisórios internos.

Assim, ao examinar o Tratado de Itaipu, este estudo busca aprofundar a compreensão dos conflitos e compatibilidades entre as normas internas e os acordos internacionais no contexto de uma entidade binacional.

Tal análise se torna indispensável para compreender o papel dos tratados como instrumentos que, além de promoverem cooperação, desafiam os limites da soberania ao exigir uma coordenação jurídica que respeite tanto o espírito do acordo bilateral quanto os princípios fundamentais do direito interno.

Ao lançar luz sobre esses aspectos, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a eficácia e a importância dos tratados na estruturação das normas de empresas binacionais, especialmente em contextos em que as dinâmicas políticas e econômicas regionais podem influenciar diretamente o cumprimento das obrigações assumidas internacionalmente.

Destaca-se que, nos últimos anos, diversas ações civis públicas foram apresentadas questionando a eficácia dos tratados internacionais, em regulamentar as normas internas de empresas binacionais, como a Itaipu.

Esses questionamentos abarcam aspectos fundamentais da gestão interna da empresa, incluindo normas administrativas, processos seletivos, concursos públicos e procedimentos licitatórios, que, conforme alegado, nem sempre encontram respaldo direto nos marcos regulatórios estabelecidos pelo tratado e podem se contrapor a dispositivos existentes na Constituição Federal de 1988.

Diante disso, surge a problemática: em que medida os tratados internacionais são eficazes para regulamentar as normas internas de uma empresa binacional e garantir sua consonância com os princípios administrativos e legais dos países signatários?

2 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, que permitiu realizar uma análise profunda dos aspectos legais e institucionais do Tratado de Itaipu, bem como de sua aplicação nas normas internas da empresa.

De acordo com Bello e Engelmann (2015), esse método de pesquisa permite alcançar, com um universo de amostragem menor, as tendências quanto às compreensões compartilhadas entre os agentes que atuam no Poder Judiciário e os consumidores da prestação jurisdicional.

Dessa forma, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de entender a eficácia da aplicação dos tratados internacionais em contextos em que surgem conflitos constitucionais.

Esse levantamento teórico incluiu doutrinas, artigos científicos e livros especializados em direito internacional e constitucional, constituindo uma base sólida para abordar a relação entre normas externas e legislações internas (Silva, 2015).

Em seguida, procedeu-se à análise dos procedimentos de tramitação e incorporação do Tratado de Itaipu tanto no Brasil quanto no Paraguai, considerando que a empresa é gerida conjuntamente pelos dois países. Essa etapa visou esclarecer como o acordo internacional é integrado aos ordenamentos jurídicos de ambos, respeitando as particularidades legais e as soberanias nacionais, aspecto essencial para compreender os desafios de sua aplicação prática.

Além disso, discutiu-se a natureza jurídica da Itaipu Binacional, investigando suas características como empresa de direito público internacional e as implicações de seu status jurídico específico.

Esse ponto revelou-se central para o entendimento da interação entre o direito interno e os compromissos internacionais assumidos pelos países, já que as normas da empresa devem equilibrar as exigências jurídicas e administrativas do Brasil e Paraguai.

Também, se desenvolveu uma análise detalhada do próprio Tratado de Itaipu, abrangendo sua estrutura, objetivos e mecanismos de cooperação entre os dois países. Buscou-se, aqui, identificar as disposições que influenciam diretamente a regulamentação e as operações da empresa, evidenciando os desafios administrativos e legais enfrentados para manter a harmonia entre as legislações dos Estados signatários.

Por fim, para consolidar a análise, foram examinadas jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente aquelas relativas às Ações Civis Originárias, que discutiram a interpretação e a aplicação do Tratado de Itaipu.

Essa análise jurisprudencial buscou compreender como o tribunal tratou questões relacionadas às normas administrativas, licitações e outros aspectos internos da empresa, fornecendo uma perspectiva prática e fundamentada sobre a aplicação do tratado no contexto brasileiro, à luz dos precedentes estabelecidos pela corte.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL ACERCA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS

Os tratados são a principal fonte do direito internacional, pois refletem a vontade dos Estados ou das Organizações Internacionais em um determinado momento, ao aceitarem regular uma relação jurídica através de uma norma comum. Nas palavras Razek (2002), o instrumento jurídico se refere a um acordo bilateral entre as nações.

> O primeiro registro seguro da celebração de um tratado, naturalmente bilateral, é o que se refere à paz entre Hatusil III, rei dos hititas, e Ramsés II, faraó egípcio da XIXª dinastia. Esse tratado, pondo fim à guerra nas terras sírias, em momento situado entre 1280 e 1272 a.C., dispôs sobre paz perpétua entre os dois reinos, aliança contra inimigos comuns, comércio, migrações e extradição. (Razek, 2002, p. 12)

Preliminarmente, deve-se observar o conceito que a Convenção de Viena traz em seu artigo 2º: “tratado” significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer seja sua denominação específica.”

Para Razek (2002), tratado é todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos. Hildebrando Accioly (1964) expressa seu entendimento sobre tratado como: “o ato jurídico por meio do qual se manifesta o acordo de vontades entre duas ou mais pessoas internacionais.”

Os tratados internacionais, por serem acordos juridicamente cogentes, constituem hoje a principal fonte de obrigação do direito internacional. Ganharam maior importância com a Convenção de Viena de 1969, conhecida como a “Lei dos tratados”, cuja finalidade foi a regulação do processo de formação das normas jurídicas internacionais (Piovesan, 2008).

Lafayette Rodrigues Pereira contribui trazendo o conceito de que o tratado internacional consiste no consentimento recíproco de duas ou mais nações para constituir, alterar, extinguir um vínculo de Direito. (Pereira, 1902.)

3.2. VIGÊNCIA E STATUS DOS TRATADOS NO DIREITO BRASILEIRO

Não há como abordar o presente tema sem citar Hans Kelsen, um dos maiores juristas do século XX. Kelsen estabelece como princípio metodológico o conhecimento do Direito a partir de si mesmo, excluindo do seu campo de estudo tudo o que não pertença ao seu objeto, ou seja, à norma. Ele afirma que tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito deve ser excluído dessa análise.

> A Teoria Pura do Direito é uma teoria do Direito Positivo – do Direito Positivo em geral, não de uma ordem jurídica especial. É teoria geral do Direito, não interpretação de particulares normas jurídicas, nacionais ou internacionais. Como teoria, quer única e exclusivamente conhecer o seu próprio objeto. Procura responder a esta questão: o que é e como é o Direito? Mas já não lhe importa a questão de saber como deve ser o Direito, ou como deve ele ser feito. É ciência jurídica e não política do Direito. (Kelsen, 2006, p. 1)

A Teoria da Norma de Hans Kelsen propõe uma análise estrutural do objeto dos tratados, formado por uma série de ordenamentos subordinados a uma hierarquia de graus sucessivos de extensão e eficácia decrescentes (normas que emanam umas das outras), desde o ordenamento internacional até o Estado (Ramiro e Herrera, 2015).

Portanto, Kelsen concebeu o Direito como um sistema normativo específico, cujo fundamento de validade não se encontrava em outros sistemas, como a moral ou a religião, tampouco na ordem dos fatos, como na política (Ramiro e Herrera, 2015).

Para Ramiro e Herrera (2015), em outras palavras, uma norma jurídica não é válida por ser moralmente correta ou útil, mas simplesmente por ser uma norma dentro do próprio sistema jurídico. A obrigatoriedade de uma norma decorre, portanto, de sua posição hierárquica em relação a uma norma superior.

Por isso, o Direito pode ser visualizado como uma "pirâmide normativa", no topo da qual se encontra a Constituição. Contudo, como ela também necessita de um fundamento, a construção lógica rigorosa da teoria de Kelsen o levou a postular a existência de uma “norma fundamental” que confere validade à própria (Ramiro e Herrera, 2015).

No que diz respeito à superioridade da norma internacional em relação à norma nacional, o judiciário brasileiro proferiu decisões que reconhecem a primazia do direito internacional sobre o direito nacional. No entanto, existem diferentes pontos de vista, especialmente após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 80.004-SE. (Mazzuoli, 2000).

Após o julgamento do referido recurso, o Supremo Tribunal Federal tem adotado o sistema paritário ou monismo nacionalista moderado, segundo o qual, tratados e convenções internacionais têm status de lei ordinária.

> De setembro de 1975 a junho de 1977 estendeu-se no plenário do Supremo Tribunal Federal, o julgamento do Recurso Extraordinário 80.004, em que

> assentada, por maioria, a tese de que, ante a realidade do conflito entre o tratado e lei posterior, esta, porque expressão última da vontade do legislador republicano deve ter sua prevalência garantida pela Justiça – sem embargo das consequências do descumprimento do tratado, no plano internacional. (...). Admitiram as vozes majoritárias que, faltante na Constituição do Brasil garantia de privilégio hierárquico do tratado internacional sobre as leis do Congresso, era inevitável que a Justiça devesse garantir a autoridade da mais recente das normas, porque paritária sua estatura no ordenamento jurídico. (Razek, 1996).

Diversos doutrinadores manifestaram insatisfação com o entendimento da Suprema Corte. Entre eles, Celso de Albuquerque Mello que aborda o tema da seguinte maneira: “Qual o valor de um tratado se um dos contratantes, por meio de lei interna, pode deixar de aplicá-lo?” (Mello, 2001, p. 119). Ele conclui afirmando: “Se o STF considera que as convenções do direito uniforme estão ultrapassadas, cabe ao Executivo denunciá-las conforme o procedimento estabelecido pelas próprias convenções, e não ao STF” (Mello, 2001, p. 119).

No mesmo sentido, Mazzuoli (2000) corrobora essa visão ao declarar que seria corriqueiro burlar todo o pactuado internacionalmente se por disposições legislativas internas fosse possível modificar tais normas.

No julgamento do HC 72.131, o STF incorporou ao critério cronológico a aplicação da regra da especialidade, estabelecendo que a lei específica prevalece sobre a lei geral. No caso em questão, discutia-se a possibilidade de prisão civil do depositário infiel. O Min. Moreira Alves concluiu que o artigo 7.7 da Convenção Americana de Direitos Humanos, por ser uma norma de caráter geral, não poderia se sobrepor às disposições mais específicas contidas na Lei nº 4.728/65 e no Decreto-Lei nº 911/69, que tratam da alienação fiduciária em garantia.

Dessa forma, como regra geral prevalece a decisão do STF no RE 80.004, de 1977, complementada pelo julgado no HC 72131: não há hierarquia entre tratados internacionais e lei infraconstitucionais, devendo os conflitos entre eles ser resolvidos com fundamento nos critérios cronológicos.

Por outro lado, a partir da Emenda Constitucional 45 de 2004, foi acrescentado o §3° ao art. 5º da Constituição: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (Brasil, 2004).

Portanto, a partir dessa modificação constitucional, surgiu a possibilidade de incorporar tratados internacionais relacionados a Direitos Humanos, com força de Emenda à Constituição, ou seja, de dispositivo constitucional.

3.3 RITO DE TRAMITAÇÃO DOS TRATADOS NO BRASIL

No que tange ao processo de formação dos tratados internacionais no Brasil, depreende-se da Constituição de 1988 que esses instrumentos de avenças serão assinados e negociados pelo Poder Executivo.

Assim sendo, com base nas prerrogativas que lhe confere o texto constitucional, o Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, detém com exclusividade a iniciativa das conversações diplomáticas com o objetivo de

celebrar um tratado internacional. Também compete ao Chefe do Estado, privativamente, a negociação dos termos do projeto de acordo, o que costuma fazer por meio de seus representantes.

No seu art. 84, inciso VII, a Constituição brasileira delega competência privativa ao presidente da República para "celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional" (Brasil, 1988).

No Brasil há dois processos de celebração dos tratados, o primeiro rito é simples e abreviado e o segundo é solene e complexo (Galindo, 2002). De acordo com Portela (2010), o processo simplificado:

> (...) normalmente requer apenas a participação do Poder Executivo em sua conclusão e prescinde da ratificação, usualmente este tipo de tratado é utilizado para dar executividade a outro tratado de escopo mais amplo. (Portela 2010, p. 88).

Portela (2010) contribui expondo que, o processo acima referido, normalmente requer apenas a participação do Poder Executivo em sua conclusão e prescinde da ratificação. Usualmente este tipo de tratado é utilizado para dar executividade a outro tratado de escopo mais amplo e age como um ajuste complementar que não acarretará a assunção de novos compromissos.

O rito do processo complexo é o mais comum no Brasil. Neste processo há várias fases de verificação de vontade do Estado e grande participação do Poder Executivo e Legislativo (Portela, 2010). O processo de celebração dos tratados inclui a fase de contratação, em que as partes promovem a negociação, discutindo, a redação e adoção do texto daquilo que firmaram.

Consequentemente, na assinatura, o artigo 12 da Convenção de Viena dispõe sobre a forma de manifestação do consentimento do representante estatal no próprio tratado. A decisão de assinar o acordo cuja negociação foi concluída, também incumbe ao Poder Executivo. A assinatura manifesta a concordância dos negociadores com seus termos. De acordo com a Convenção de Viena:

> A assinatura do tratado é um "aceite precário e provisório, não irradiando efeitos jurídicos vinculantes. Trata-se de mera aquiescência do Estado em relação à forma e ao conteúdo final do tratado. A assinatura do tratado, via de regra, indica tão somente que o tratado é autêntico e definitivo. (Piovesan, 2002, p. 71)

A ratificação, aceitação ou aprovação, previstas no artigo 14 da Convenção de Viena, constitui uma modalidade de confirmação, não havendo no direito internacional diferenciação significativa entre os termos empregados.

Uma vez concluída a fase de negociação internacional do tratado, bem como realizada a assinatura e estando o ato sob reserva de ratificação, deverá o Presidente da República, por meio de Mensagem, enviar seu texto para análise do Congresso Nacional (Gabsch, 2012).

Ainda de acordo com Gabsch (2012), o Poder Executivo possui discricionariedade em relação ao envio de tratados ao Legislativo. Isso significa que, ele pode optar por arquivar um tratado ou segurá-lo para uma aprovação futura, dependendo de sua estratégia política ou de considerações de interesse nacional.

Essa flexibilidade permite ao Executivo gerenciar melhor suas prioridades e o contexto político em que está inserido. No entanto, é importante que essa prática esteja alinhada com os princípios da transparência e da responsabilidade governamental (Gabsch, 2012).

Por fim, a adesão pode ser entendida como ato jurídico mediante qual o Estado interessado, e que não participou da discussão e celebração do tratado internacional, resolve a ele se submeter, assim como às obrigações nele estipuladas. Para Celso de Albuquerque Mello (2001, p. 229), "a publicação é condição essencial para o tratado ser aplicado no âmbito interno".

3.4 O TRATADO DE ITAIPU E SUA NATUREZA JURÍDICA

Brasil e Paraguai sempre estiveram ligados historicamente. De acordo com Moraes, a amizade entre os dois países se estreitou com a assinatura, em 1960, do "Convênio para Revisão de Textos de Livros Didáticos de Forma a Não Prejudicar a Amizade entre os Dois Países". Esse acordo foi especialmente relevante, pois o Paraguai ainda carregava as cicatrizes da Guerra da Tríplice Aliança, na qual foi derrotado pelo Brasil, com o apoio da Argentina e do Uruguai (Moraes, 2000).

> Evidentemente que a convivência proporcionada pela construção de Itaipu não apagou a pesada memória do conflito, que é especialmente forte no Paraguai. Mas, aproximação foi importante para o conhecimento mútuo dos cidadãos nacionais sob a política de aproximação entre o Brasil e o Paraguai. Nesse sentido, a geração dos filhos e netos de "barrageiros" brasileiros e paraguaios podem ensinar sobre convivência com o outro fronteiriço não porque teorizou, mas porque experimentou o processo integrador na prática. (Silva, 2024)

A Itaipu Binacional está situada numa região de fronteira, especificamente em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad Del Este (Paraguai). Os países firmaram tratado em 26 de abril de 1973, com intuito de realizar o "aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto grande de Sete Quedas ou Salto de Gauirá, até a Foz do Rio Iguaçu." (Natureza Juridica Itaipu, 2004, p. 53).

No final do governo de Juscelino Kubitscheck, o presidente brasileiro realizou estudos na região de Sete Quedas, situada na fronteira com o Paraguai. O objetivo desses estudos era avaliar o potencial hidrelétrico da área, considerando a crescente demanda por energia que o Brasil enfrentava na época.

O Paraguai, sabendo do potencial hídrico de Sete Quedas, apresentou diversos documentos ao governo brasileiro argumentando que tal região não havia sido demarcada, sendo por isso a necessidade de caracterizar a fronteira (Menezes, 1987).

Após diversas ações diplomáticas, Brasil e Paraguai decidiram em conjunto desenvolver estudos hídricos em Sete Quedas e construir uma usina hidrelétrica binacional (Menezes, 1987).

A partir do diálogo entre as diplomacias do Brasil e do Paraguai, foi possível resolver, em 1966, as questões relacionadas à área litigiosa em Sete Quedas. Assim, foi assinada em Foz do Iguaçu, no dia 22 de junho daquele ano, a Ata do Iguaçu, um

tratado entre os dois países que, juntamente com o Tratado de Itaipu (1973), viabilizou o aproveitamento das águas e a construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional no rio Paraná. As obras da usina foram realizadas entre 1975 e 1982 (Vargas, 2017).

De acordo com Reale (2004) a Itaipu foi constituída pelos capitais advindos de participações iguais pela Eletrobrás (Brasil) e Ande (Paraguai). Todavia, considerando a estrutura jurídica *sui generis* da Itaipu, ambas as empresas não possuem a prerrogativa de alterar o Estatuto, sem autorização dos dois Governos.

Portanto, é incorreto afirmar que a Itaipu seria uma empresa pública ou privada, mas sim juridicamente uma entidade binacional. Libbrecht (2004) denomina a Itaipu simplesmente, como empresa juridicamente internacional, com a finalidade específica de desempenho de atividade industrial, a que se aplica como concessionária de serviço público.

Como já exposto, a região na qual se localiza a Usina é local com características *sui generis*, pelo fato de ser condominial no âmbito internacional e transfronteiriça. Em relação ao terreno, a soberania das margens nunca foi renunciada por país algum, ou seja, as fronteiras se mantêm as mesmas. Todavia, a ordem jurídica que se aplica dentro do terreno que delimita a Usina, funciona com uma lógica pessoal e não local (Reale, 2004).

3.5 A ITAIPU BINACIONAL E SUA SUBMISSÃO AO TRATADO FIRMADO ENTRE BRASIL E PARAGUAI

De acordo com Rodrigues e Albuquerque (2024), os tratados não constituem regimes jurídicos autônomos apartados das demais regras de direito internacional e do direito interno. Nesse sentido, o Tratado de Itaipu, conforme mencionado, deve reger as normas aplicáveis à empresa, especialmente as que digam respeito a aspectos:

> a) diplomáticos e consulares;
> b) administrativos e financeiros;
> c) de trabalho e previdência social;
> d) fiscais e aduaneiros;
> e) de trânsito através da fronteira internacional;
> f) urbanos e habitacionais;
> g) de polícia e de segurança;
> h) de controle do acesso às áreas que se delimitem em conformidade com o Art. XVII. (Itaipu,1973)

Esse conjunto normativo visa assegurar que a gestão da usina seja conduzida em consonância com os interesses de ambos os países, Brasil e Paraguai, de forma a garantir a cooperação bilateral e o uso equitativo dos recursos hídricos compartilhados. Além disso, a autonomia administrativa e financeira conferida pela estrutura do tratado, possui implicações diretas na caracterização jurídica da empresa (Itaipu, 2004).

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem consolidado um entendimento claro sobre a prevalência do Tratado de Itaipu como a principal norma regulamentadora da empresa. Isso significa que a hidrelétrica opera em um regime jurídico que difere do direito administrativo convencional aplicável às entidades públicas brasileiras,

especialmente no que tange à obrigatoriedade de observância das normas de licitação e contratação previstas na legislação nacional.

Diversas ações discutiram essa questão, incluindo a Ação Civil Originária n° 1904/PR. Na origem, trata-se de ação civil pública proposta no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pelo Ministério Público Federal em face da Itaipu Binacional e da União, visando à proteção do erário contra a contratação de serviços e aquisição de materiais sem a devida licitação.

Nesta ação, o autor argumentou que, por ter sido criada mediante tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, e por ser constituída com recursos públicos, a Itaipu Binacional possui natureza jurídica de pessoa de direito público.

Consequentemente, defendeu que a empresa deveria ser regida pelas normas brasileiras, especialmente o Decreto nº 8.666/1993 (revogado pela Lei nº 14.133/2021), que atribui à União, em caráter exclusivo, os serviços e instalações de energia elétrica.

Segundo a interpretação do STF, considerando o tratado constitutivo, a configuração supranacional da hidrelétrica afasta qualquer tentativa de tê-la como integrante da Administração Pública brasileira. (Brasil, 2020)

Em contraponto aos pedidos do Ministério Público Federal, o STF entendeu que não se aplicam as normas internas do país, mas sim o Tratado de Itaipu, tendo em vista a natureza jurídica da empresa. Por essa razão, os pedidos do autor foram julgados improcedentes, como demonstrado no acórdão da Corte:

> ITAIPU BINACIONAL – ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES – PROCESSO LICITATÓRIO – INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional (Brasil, 2024)

Além da ação supracitada, o STF julgou a ACO 1905, que pretendia atribuir ao Tribunal de Contas da União poder de controle externo sobre as contas nacionais da Itaipu.

Segundo a decisão do relator, o controle financeiro da empresa deve seguir os termos do tratado que a constituiu, permitindo ao TCU fiscalizá-la em conformidade com os acordos firmados entre Brasil e Paraguai, materializados em instrumentos diplomáticos, e não nos moldes do artigo 71, inciso V, da Constituição Federal de 1988.

Por conseguinte, a Corte julgou improcedente os pedidos:

> ITAIPU BINACIONAL – FISCALIZAÇÃO – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (Brasil, 2020)

Por fim, ressalta-se no presente trabalho a decisão proferida no julgamento da ACO 1957 em que o Ministério Público Federal defendia que a Itaipu Binacional pertencia à administração pública brasileira e que, portanto, deveria seguir os preceitos constitucionais acerca da seleção de empregados por concurso público.

Fato é, que o relator da Corte em sua decisão afirmou que, não se aplica à empresa o artigo 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura de cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, mas sim em conformidade com o artigo XX do Tratado Constitutivo, que estabelece que as normas de contratação dos empregados devem ser regidas pelo instrumento internacional firmado entre Brasil e Paraguai.

> ITAIPU BINACIONAL – CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS – CONCURSO PÚBLICO – INEXIGIBILIDADE. Não se aplica o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal às contratações de empregados realizadas por Itaipu (Brasil, 2024).

Portanto, a análise dos casos julgados pelo STF evidencia que o Tratado de Itaipu prevalece como norma superior às leis nacionais quando se trata de regular a operação e a administração da usina.

As decisões refletem a interpretação do tribunal de que o regime jurídico da Itaipu é essencialmente supranacional, resultante de um tratado internacional que regula suas atividades de forma autônoma. O entendimento consolidado pelo STF contribui para o reconhecimento da hidrelétrica como um ente binacional, cuja administração e operações são determinadas pela vontade soberana dos Estados signatários, conforme expressa no tratado (Itaipu, 1973).

4. CONCLUSÃO

Os tratados internacionais ocupam um papel central nas interações entre Estados, estabelecendo um marco jurídico essencial para a cooperação e a regulamentação de interesses comuns, além de proporcionar estabilidade nas relações internacionais.

A criação da Itaipu Binacional como uma empresa de direito internacional, regida por um tratado que consolidou as bases da cooperação energética entre Brasil e Paraguai, ilustra de forma notável a capacidade de duas nações, historicamente marcadas por divergências territoriais e culturais, de superar esses desafios e trabalharem conjuntamente para desenvolver a maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia sustentável.

Nesse contexto, a Itaipu se destaca como uma empresa pública regida por normas internacionais, nas quais o tratado prevalece sobre disposições constitucionais e infraconstitucionais dos países signatários. Essa preeminência do tratado sobre as normas nacionais reafirma o compromisso assumido entre Brasil e Paraguai, garantindo que as operações e a administração da empresa binacional estejam alinhadas com o acordo bilateral que lhe deu origem, independentemente das mudanças políticas e normativas internas que possam ocorrer em cada país.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em sua jurisprudência, tem sustentado a posição de que as normas internas de direito administrativo não são aplicáveis à Itaipu Binacional. Ao avaliar questões que envolvem a regulamentação administrativa da empresa, a corte tem enfatizado que as diretrizes estabelecidas pelo Tratado de Itaipu devem prevalecer.

Esse entendimento abrange aspectos cruciais como regras para a contratação de serviços, controle externo e realização de concursos públicos, todos os quais, segundo o STF, devem ser regidos pelo Tratado Internacional, em respeito à autonomia e à finalidade binacional da empresa.

Esse posicionamento jurisprudencial evidencia a importância dos tratados como instrumentos que não apenas promovem a cooperação, mas também estabelecem um regime jurídico próprio, que assegura a funcionalidade e a independência de entidades internacionais, como a Itaipu.

Ao reforçar a necessidade de aplicação exclusiva das normas internacionais para a administração e a operação da Itaipu Binacional, o STF contribui para o fortalecimento do compromisso internacional firmado e reafirma o papel do direito internacional como vetor de segurança jurídica e estabilidade nas relações entre Estados.

REFERÊNCIAS:

ACCIOLY, Hildebrando. **Tratado de Direito Internacional Público**. vol. I, 2a. Ed. Rio de Janeiro,1956. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/manual_de_direito_internacional_-_hildebrando_accioly_g._e._do_.pf. Acesso em 12 de out. 2024

BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson. **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul, RS : Educs, 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Civil Originária N° 1904/PR**. Brasília, DF:

Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4189638 Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Civil Originária N° 1905/PR**. Brasília, DF. Disponível em:https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4189634. Acesso em 15 out. 2024

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Civil Originária N° 1957/PR**. Brasília, DF. Disponível em:https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4240900. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009**. Convenção de Viena sobre o Direito dos tratados, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm Acesso em: 13 de out. 2024.

Constitución de la República de Paraguay, 1992 Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoeseeventos/livros.html/constituicao-paraguai. Acesso em: 06 de out. 2024.

CAROLINA, C.; SANTANA, D. **35 Artigos Doutrinários - Fernando Capez**. O controle de constitucionalidade dos tratados internacionais. Disponível em:

<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/37365/controle_constitucionalidade_tratados_santana.pdf>. Acesso em 19 de out. 2024.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público - Curso Elementar**. 8a ed SãoPaulo:Saraiva,2000. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/42122/direito_internacional_publico_rezek_19.pdf Acesso em 01 de out. 2024.

SILVA, M. A Itaipu Binacional e a Experiência Fronteiriça na Tríplice Fronteria (Argentina, Brasil, Paraguai) **Revista Orbis Latina - Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras**. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/4748 Acesso em 21/11/2024.

MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/216/200 Acesso em: 05 de out. 2024.

ESPÓSITO NETO, Tomaz**. Itaipu e as relações brasileiro paraguaias de 1962 a 1979 fronteira, energia e poder**. Curitiba: Appris, 2020. Disponivel em: https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/3424/1/TOMAZ%20ESPOSITO%20NETO.pdf Acesso em: 05 de out. 2020.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. **Tratados internacionais de direitos humanos e constituição brasileira**. Belo Horizonte: Del Rey. 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/357699/mod_resource/content/1/U3%20GALINDO%20-%20tratados%20Internacionais%20de%20Direitos%20Humanos.pdf Acesso em: 16 de out. 2024.

ITAIPU Binacional. **Natureza Jurídica da ITAIPU**. / ITAIPU Binacional, Diretoria Jurídica. - Curitiba: Itaipu Binacional, Diretoria Jurídica, 2004.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 7. ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4375607/course/section/2096955/Hans%20Kelsen%20-%20Teoria%20Pura%20do%20Direito%20-%20Obra%20completa.pdf

Acesso em: 18 de out. 2024.

Portal Oficial del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República del Paraguay. Dirección de tratados. Disponível em: https://www.mre.gov.py/index.php/institucion/autoridades-y-dependencias/viceministerios/viceministerio-de-relaciones-exteriores/direccion-de-tratados. Acesso em: 29 out. 2024.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Principios de Direito Internacional**. Tomo I. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1902. Disponível em: http://ila-brasil.org.br/blog/1175-2/. Acesso em: 21 out. 2024.

RAMIRO, Caio Henrique Lopes; HERRERA, Luiz Henrique Martim. Hans Kelsen Filosofia jurídica e democracia. **Revista de Informação Legislativa**, ano 52, número 205, jan./mar. 2015. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p235.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro. Renovar, 2001.

SILVA, Airton Marques. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. Fortaleza, CE: EDUECE, 2015.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público - Curso Elementar**. 8a ed SãoPaulo: Saraiva, 2000. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/42122/direito_internacional_publico_rezek_19.pdf Acesso em 01 de out. 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. Curitiba: Juruá, 2004. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Fl%C3%A1via%20Piovesan%20DH%20Direito%20Constitucional.pdf. Acesso em: 04 de out. 2024.

Recebido em: 24/01/2025
Aprovado em: 25/08/2025

UNIÃO CONSENSUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2010: UMA ANÁLISE BIVARIADA

José Alderir Silva[1]
Ricardo Monteiro de Carvalho[2]

Resumo:
Este artigo tem como objetivo principal a análise e explicação da formação de uniões consensuais no estado de São Paulo no ano de 2010, adotando uma perspectiva sociodemográfica. O estudo visa investigar a magnitude da relação entre variáveis demográficas selecionadas, como gênero, idade, raça/cor, nível educacional, renda e religião, e a prevalência de uniões consensuais. Para tanto, os microdados do Censo Demográfico de 2010, fornecidos pelo IBGE são a principal fonte de informações. A pesquisa parte da hipótese de que indivíduos com certas características sociodemográficas são mais propensos a escolher uniões consensuais em vez de outras formas de união. Os resultados, obtidos através de análises descritivas e bivariadas, revelam que o perfil dos indivíduos em uniões consensuais está alinhado com as evidências relatadas na literatura existente.
Palavras-chave: Censo; Escolaridade; Casamento; Coabitação.

CONSENSUAL UNION IN THE STATE OF SÃO PAULO IN 2010: A BIVARIATE ANALYSIS

Abstract:

This article aims to analyze and explain the formation of consensual unions in the state of São Paulo in 2010, adopting a sociodemographic perspective. The study aims to investigate the magnitude of the relationship between selected demographic variables, such as gender, age, race/color, educational level, income and religion, and the prevalence of consensual unions. To this end, the microdata from the 2010 Demographic Census, provided by IBGE, are the main source of information. The research is based on the hypothesis that individuals with certain sociodemographic characteristics are more likely to choose consensual unions over other forms of union. The results, obtained through descriptive and bivariate analyses, reveal that the profile of individuals in consensual unions is in line with the evidence reported in the existing literature.
Keywords: Census ; Education ; Marriage ; Cohabitation.

[1] Doutorado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - (2021). Mestre em Economia pela (UFRN) - (2014). Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - (2011). Professor na Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFERSA, lotado no Departamento de Engenharias. Doutorando em Demografia - (UFRN). E-mail: josealderir16@hotmail.com.

[2] Mestrando em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Pesquisador do Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC/URCA) e do Laboratório de Estudos de Mobilidade Populacional Nordestina (LEMON/PPGDEM/UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: ricardo.monteiro.011@ufrn.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Na Europa, a coabitação é frequentemente interpretada como resultado de uma maior igualdade de gênero e de um questionamento das convenções sociais tradicionais. Em contrapartida, na América Latina, de acordo com de Vos (2000), as uniões consensuais têm desempenhado um papel central no sistema familiar ao longo de séculos. Suas origens históricas remontam ao período colonial, quando as tentativas de impor o modelo de casamento católico encontraram resistência em uma sociedade caracterizada por diversidade étnica e cultural. Além desse legado histórico e cultural, os padrões de formação de uniões na região também foram moldados por fatores socioeconômicos.

Em 1970, a coabitação era rara no Brasil, que tinha baixos índices dessa prática em comparação com outros países latino-americanos. A rápida expansão da coabitação no Brasil, descrita por Lesthaeghe (2020) como parte da Segunda Transição Demográfica (STD), revela que a prevalência desse tipo de união varia amplamente entre os indivíduos, influenciada por características sociodemográficas como idade, raça/cor, renda, nível educacional e religião, como diversos estudos também têm observado.

Martín (2002), por exemplo, investiga os padrões de nupcialidade na América Latina e no Caribe após a década de 1970, utilizando um modelo logit para identificar os fatores associados ao casamento formal e informal. O estudo analisa as diferenças entre mulheres em uniões legais e consensuais, considerando o contexto socioeconômico e as trajetórias de formação familiar. Os resultados empíricos indicam que as uniões consensuais são mais prevalentes entre mulheres mais jovens, especialmente aquelas com menor nível de escolaridade.

Já Fussell e Palloni (2004) analisaram o regime de casamentos na América Latina entre 1950 e 2000, utilizando variáveis como disponibilidade de parceiros, condições econômicas e mudanças na valorização do casamento, sem distinguir entre união consensual e casamento formal. Eles encontraram uma tendência persistente de casamentos em idade jovem na região. Em contraste, Rosero-Bixby *et al*. (2009) questionam a universalidade do casamento e da maternidade na América Latina, evidenciando que mulheres com maior nível educacional têm menor probabilidade de se tornarem mães e tendem a formar uniões em idade mais avançada.

Carmichael (2011) analisou dados de 77 países em desenvolvimento e concluiu que a capacidade de decisão autônoma das mulheres é reduzida quando elas se casam muito jovens e com uma grande diferença de idade em relação aos seus cônjuges. A educação emerge como o principal fator determinante da idade ao casamento, no qual passam a ocorrer mais tarde, tendo diferenças de idade entre os cônjuges diminuindo conforme o nível educacional aumenta. Entretanto, a pesquisa revelou que alguns países enfrentam práticas extremas, como casamento infantil e escolha de cônjuges conforme regras tradicionais ou pela decisão dos pais.

Esteve *et al*. (2012) investigaram o aumento da coabitação na América Latina durante os trinta anos do século XX e encontraram uma expansão das uniões consensuais tanto em regiões com tradições de coabitação quanto em áreas sem essas práticas, inclusive entre segmentos da população com maior escolaridade. Os autores sugerem que esse aumento pode estar associado a fatores econômicos e a uma maior aceitação social dessas novas formas de união.

Verona *et al*. (2012) examinaram a relação entre a frequência a cultos e a escolha entre casamento e união estável. Seus resultados mostram que, para os católicos, uma maior frequência às missas está negativamente correlacionada com a

probabilidade de optar por uma união consensual. A mesma correlação é observada entre os protestantes, mas com menor intensidade. Isso se deve ao fato de que membros desses grupos frequentemente seguem normas morais conservadoras que desaprovam uniões não formalizadas oficialmente.

Em outro estudo, Verona *et al*. (2015) destacam a influência da religião na escolha entre casamento e união consensual no Brasil. Os autores observam que o casamento possui um alto valor simbólico, especialmente entre os jovens evangélicos, que tendem a casar mais cedo e preferem o casamento formal como a primeira forma de união, em comparação com os católicos. Além disso, indivíduos de baixa renda também buscam casamentos coletivos organizados por secretarias municipais ou instituições religiosas, indicando que a formalização do casamento em cartório ou igrejas ainda é relevante.

Vieira e Alves (2016) compararam a idade média à união e ao casamento de homens e mulheres nas 27 unidades federativas do Brasil em 2000 e 2010, investigando associações com a disponibilidade de parceiros, a viabilidade do casamento e mudanças na percepção do valor do casamento. Usando a metodologia de Hajnal (1953), os autores encontraram que a idade média à união variou pouco durante o período estudado, enquanto a idade média ao casamento aumentou significativamente, refletindo condições materiais e econômicas. A idade média à união, por sua vez, foi associada à disponibilidade de parceiros e a mudanças culturais que oferecem alternativas ao casamento formal.

Cunha e Verona (2022) investigam a relação entre a expansão educacional e o aumento das uniões consensuais no Brasil entre 1980 e 2010, considerando também raça/cor e religião para um subgrupo de mulheres de 25 a 29 anos. Os resultados mostram que a diferença entre mulheres com níveis educacionais baixos e altos aumentou ao longo do tempo, com aquelas com ensino superior tendo menor probabilidade de optar por uniões consensuais. Mesmo entre mulheres mais escolarizadas, aquelas de grupos socioeconômicos mais baixos e de cor preta ou parda têm maior probabilidade de estar em uniões consensuais. Esses achados contrastam com a Segunda Transição Demográfica proposta por Esteve *et al*. (2016) e Lesthaeghe (2020), mas estão alinhados com a ideia de que a religião influencia as decisões sobre a união conjugal, conforme indicado por Verona *et al*. (2015).

Perelli-Harris e Kuang (2024) destacam uma tendência global de substituição do casamento formal por uniões consensuais, que podem servir tanto como uma etapa preliminar ao casamento quanto como uma alternativa para relacionamentos duradouros. Eles associam esse aumento na coabitação a fatores como menor escolaridade, emprego instável e secularização. No entanto, ressaltam que essas associações variam conforme o contexto de cada país, indicando que aspectos culturais, legais e sociais são determinantes nas escolhas de parceria.

Este artigo visa investigar e contribuir com a literatura ao analisar a formação de uniões consensuais no estado de São Paulo durante o ano de 2010, com foco nas variáveis que potencialmente influenciam a prevalência desse tipo de união na população paulista. A estrutura desse estudo é composta por mais quatro seções, além desta introdução. A seguinte fornece uma análise detalhada das variáveis envolvidas e suas expectativas em relação às uniões formais e consensuais. Na terceira são descritos os métodos empregados para a análise dos dados. A quarta apresenta a análise dos resultados obtidos. Por fim, a quinta trata das conclusões e considerações finais do estudo.

2 INFLUÊNCIA DAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS NA FORMAÇÃO DE UNIÕES FORMAIS E INFORMAIS

Nos últimos quarenta anos, pesquisas no Brasil em diversas áreas acadêmicas têm destacado a importância de características sociodemográficas — como sexo, idade, raça/cor, renda, nível educacional e religião — na escolha de cônjuges ou parceiros. Essas características não apenas influenciam a seleção de parceiros, refletindo preferências conjugais, mas também determinam o tipo de união escolhida, seja formal ou consensual. Adicionalmente, elas afetam a convivência e a duração das uniões, uma vez que diferenças marcantes nessas variáveis podem aumentar a probabilidade de dissolução do relacionamento.

A análise das motivações na escolha de parceiros sugere que, em contraste com a crença popular de que os opostos se atraem, os indivíduos tendem a preferir companheiros que compartilhem características semelhantes, incluindo aspectos sociodemográficos como raça/cor, nível educacional e renda, bem como preferências pessoais e atributos físicos. Esta seção tem como objetivo examinar essas variáveis e sua relação com a união consensual, com base na literatura existente.

De acordo com Levy (2006), a **idade** desempenha um papel crucial no mercado matrimonial, pois pode refletir um maior grau de responsabilidade e maturidade no relacionamento. Em relação a essa variável, espera-se que a idade para o início de uma união seja menor em uniões consensuais do que em uniões formais, ou seja, é previsto que a coabitação seja mais comum entre os jovens e que a prevalência dessa forma de união diminua com o avanço da idade.

No Brasil, a idade média ao casamento varia entre as diferentes regiões e tem mostrado um aumento ao longo dos anos, sendo esse incremento mais acentuado entre as mulheres em comparação com os homens. Esse fenômeno tem levado a uma redução das diferenças etárias entre cônjuges, visto que, conforme Longo (2011), as mulheres tendem a se casar com homens mais velhos. O adiamento do casamento no Brasil é amplamente atribuído à expansão da educação e à crescente participação feminina no mercado de trabalho.

A **religião**, semelhante a outras variáveis sociodemográficas abordadas neste estudo, desempenha um papel fundamental na análise das uniões consensuais. De acordo com Lazo e Moraes (2004) e Verona *et al*. (2012), a afiliação religiosa pode ter um impacto significativo nas probabilidades de formar uma união consensual.

Longo (2011) argumenta que, para indivíduos cuja religião valoriza o casamento como uma instituição sagrada e promove ensinamentos a respeito, as chances de optar por uma união informal são menores. Em contraste, a ausência de tais valores religiosos tende a aumentar a probabilidade de escolha por uma união informal. A religião, em geral, exerce uma influência importante na formação da família, facilitando a escolha do parceiro, o tipo de união conjugal e a estabilidade do relacionamento. Além disso, afeta a dinâmica da interação entre os cônjuges, influenciando tanto a duração quanto a qualidade da relação e podendo aumentar ou diminuir os conflitos.

No Brasil, tem-se observado uma mudança significativa na composição religiosa da população, com a diminuição do número de católicos e o aumento de evangélicos, de indivíduos sem religião e de pessoas associadas a “outras religiões”. Conforme Verona *et al*. (2011) e Alves *et al*. (2012), essas transformações estão provocando alterações substanciais na formação das uniões, dado que a religião está intimamente relacionada ao tipo de união escolhida. Assim, espera-se que indivíduos menos vinculados a dogmas religiosos apresentem uma maior tendência a adotar

uniões estáveis. Portanto, a prevalência de uniões informais tende a ser maior entre pessoas sem religião do que entre aquelas que são religiosas.

Embora não haja um consenso uniforme no Brasil, a classificação racial frequentemente se baseia em características fenotípicas, como cor da pele, tipo de cabelo e formato do nariz, distinguindo cinco categorias principais: preto, branco, pardo, amarelo e indígena. Petrucelli (2001) esclarece que, na literatura brasileira sobre relações raciais, há um consenso de que as desigualdades sociais estão profundamente entrelaçadas com a diferenciação racial e por cor, reforçando a ideia de que a questão racial continua sendo um critério importante na classificação social.

Segundo Longo *et al*. (2012), as **diferenças raciais** tornam-se relevantes na escolha de parceiros matrimoniais, uma vez que refletem não apenas uma posição distinta no mercado matrimonial, mas também podem indicar uma mobilidade social para indivíduos de raça/cor com status social mais baixo que se unem a parceiros de maior status. Nesse contexto, o casamento pode ser visto como um meio de mobilidade social, no qual um indivíduo de raça/cor mais escura pode buscar um parceiro de cor mais clara, com o objetivo de melhorar o status social dos filhos dessa união e legitimar a mudança na posição social.

Longo *et al*. (2012) afirmam que essa dinâmica pode ser explicada pelo conceito de "compensação racial". Em outras palavras, apesar de as uniões inter-raciais serem frequentemente vistas como uma forma de romper barreiras raciais, a cor da pele mais escura ainda carrega um estigma que é percebido como desvantajoso. Como resultado, indivíduos com cor de pele mais escura podem sentir a necessidade de compensar essa desvantagem no casamento por meio de atributos que indicam status social, como um nível educacional mais alto. Costa (2004) observa que essa tendência é visível quando um indivíduo de raça/cor com status social considerado inferior, mas com maior nível educacional, se casa com alguém de raça/cor de maior status social, porém com menor nível educacional.

Embora tenha havido um aumento na aceitação das uniões inter-raciais nos últimos anos, ainda é frequente a ocorrência de uma "compensação" de status para facilitar a formação dessas uniões. Além disso, a partilha de uma mesma religião pode desempenhar um papel significativo na mitigação das diferenças raciais, uma vez que as uniões inter-raciais são mais comuns entre indivíduos que compartilham a mesma fé. Em contraste, as barreiras raciais tendem a ser mais acentuadas entre grupos que pertencem a diferentes religiões[3]. Portanto, é esperado que, de forma geral, as uniões consensuais sejam mais comuns entre indivíduos de raças mais escuras em comparação com aqueles de cor branca e amarela.

López *et al*. (2008) afirmam que a **educação** é uma das características sociodemográficas mais significativas ao se analisar a formação de uniões, sendo altamente valorizada no mercado matrimonial. Segundo Greene e Rao (1992), essa valorização resulta do rápido processo de modernização econômica, política e social ocorrido no Brasil nas últimas décadas, aliado aos altos índices de desigualdade social, que elevaram a educação a um critério crucial na hierarquização social.

A literatura destaca a forte correlação entre o nível educacional e o tipo de união escolhido, sugerindo que indivíduos com maior escolaridade tendem a optar por uniões formais, enquanto aqueles com menor escolaridade frequentemente escolhem uniões informais. Assim, espera-se que um maior nível de instrução esteja associado a uma maior formalização das uniões. Essa preferência pode ser atribuída a fatores

[3] Vide Longo *et al*. (2010) sobre a união inter-racial e a religião.

como maior estabilidade econômica, valores sociais e expectativas de vida. Pessoas com maior nível educacional geralmente possuem melhores oportunidades de emprego e rendimentos mais elevados, permitindo-lhes sustentar uma família dentro de um modelo formal de união.

Por outro lado, indivíduos com menor escolaridade são mais propensos a optar por uniões informais, como a união consensual. Essa escolha pode ser influenciada por fatores como instabilidade econômica, menores oportunidades de emprego e diferenças culturais. Em muitos casos, a união informal pode ser considerada uma alternativa mais flexível e menos onerosa em comparação ao casamento formal. Costa (2004) sugere que essa preferência reflete uma falta de recursos financeiros para realizar um casamento formal, embora esses indivíduos possam estar dispostos a assumir compromissos menores associados à coabitação.

Adicionalmente, a decisão entre uniões formais e informais pode ser impactada por fatores culturais e regionais, onde tradições locais e práticas sociais desempenham um papel importante. Em áreas onde as uniões informais são mais prevalentes e socialmente aceitas, o nível educacional pode ter um impacto menor na escolha do tipo de união.

Pesquisas[4] indicam que indivíduos com **rendimentos** mais baixos tendem a optar por uniões informais, como a coabitação, enquanto aqueles com rendimentos mais elevados são mais inclinados a escolher uniões formais, como o casamento civil.

Essa preferência pode ser atribuída a vários fatores econômicos. Em primeiro lugar, os custos associados ao casamento formal, incluindo despesas com cerimônias, recepções e documentação legal, podem ser excessivos para pessoas de baixa renda. Por outro lado, uniões informais não implicam esses gastos iniciais elevados, tornando-se uma alternativa mais acessível economicamente.

De acordo com Cabella (2006), a estabilidade financeira desempenha um papel crucial na capacidade de planejamento a longo prazo. Indivíduos com rendimentos mais elevados geralmente gozam de maior segurança financeira, o que lhes possibilita planejar e investir em uma união formal. Em contraste, aqueles com rendimentos mais baixos frequentemente enfrentam incertezas econômicas que dificultam o planejamento a longo prazo, levando-os a preferir uniões informais, que oferecem maior flexibilidade e exigem menos compromisso financeiro imediato.

Além disso, as uniões formais são mais frequentemente escolhidas por indivíduos das camadas mais abastadas, pois elas atendem a interesses específicos, como a legitimação da família, a proteção do patrimônio e a transmissão de herança, conforme destacado por Quinteiro (1993). Quadro 1 resume as variáveis e suas relações esperadas com a escolha do tipo de união.

[4] Vide Castro e Martin (2002), Brand (2008) e Lazo e Moraes (2012).

Quadro 1: Sinais esperados das variáveis em estudo

Variáveis	União Formal	União Informal	Referências
Idade	+	–	Levy (2006), Longo (2010).
Religião	+	–	Lazo e Moraes (2004), Verona *et al*. (2012), Longo (2011) Alves *et al*. (2010).
Raça/Cor	–	+	Costa (2004), Petrucelli (2001), Longo *et al*. (2012).
Educação	+	–	Costa (2004), López *et al*. (2008), Brand (2008), Longo (2011) Lazo e Moraes (2012).
Renda	+	–	Castro e Martin (2002), Cabella (2006), Lazo e Moraes (2012).

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, a literatura sugere que indivíduos com maior idade, maior adesão aos princípios religiosos, nível educacional mais alto, maior renda e de raça branca têm uma probabilidade maior de optar pelo casamento formal em comparação com a união consensual.

3 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma análise descritiva, utilizando uma amostra complexa da população do estado de São Paulo que se encontra em união formal ou consensual no ano de 2010, diferenciando por raça, grau de escolaridade, religião, situação de domicílio, beneficiário de programas sociais e rendimento per capita. Diante disso, a principal fonte de informações são os microdados dados do Censo Demográfico de 2010, captados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o tratamento das informações foi utilizado o software R[5], sintetizados no Quadro 2. Diante disso, além das variáveis selecionados e a partir das variáveis contínuas “Idade” e “Renda domiciliar *per capita* em salários-mínimos”, foi necessário criar mais duas de classificação categórica, sendo “Grupo etário” e “Salário”. A primeira foi agrupada em i) Até 18 anos; ii) Entre 19 e 29 anos; iii) Entre 30 e 39 anos; iv) Entre 40 e 49 anos; v) Entre 50 e 59 anos e vi) 60 anos ou mais, enquanto a segunda foi categorizada: i) Até 1 salário; ii) Entre 1 e 3 salários; iii) Entre 3 e 5 salários; iv) Entre 5 e 10 salários e v) 10 salários ou mais.

Quanto as variáveis categóricas, duas delas foram manipuladas para sinterizar suas respostas, sendo “Natureza da união”, onde incialmente eram compostas por: i) “União consensual”; ii) “Casamento civil e religioso”; iii) “Só casamento civil”; iv) “Só casamento religioso” e v) “Não informado”, após a manipulação ficou sintetizada em apenas “Sim” ou “Não” para união consensual. Outra variável manipulada foi “Religião”, no qual as respostas foram simplificadas em i) Sem religião, agnóstico e ateu; ii) Católico; iii) Evangélico; iv) Não declararam e v) Outra religião.

[5] R *(Project for Statistical Computing)*, versão 4.3.3, fazendo-se uso da função *svydesign*, da biblioteca *survey* do próprio software.

Quadro 2: Descrição das variáveis e categorias

Código	Variável	Categorias
V0639	União consensual	Sim Não
V0601	Sexo	Feminino Masculino
V6036	Idade	Até 18 anos Entre 19 e 29 anos Entre 30 e 39 anos Entre 40 e 49 anos Entre 50 e 59 anos 60 anos ou mais
V6531 V6532	Renda	Até 1 salário[6] Entre 1 e 3 salários Entre 3 e 5 salários Entre 5 e 10 salários 10 salários ou mais
V1006	Situação do Domicílio	Rural Urbana
V0606	Raça	Amarela Branca Ignorado Indígena Parda Preta
V6400	Nível de instrução	Fundamental completo e médio incompleto Médio completo e superior incompleto Sem instrução e fundamental incompleto Superior completo
V6121	Religião	Católico Evangélico Não declararam Outra religião Sem religião, agnóstico e ateu
V0657	Recebe benefício programa social	Sim Não

Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Demográfico de 2010.

Além disso, aplicou-se um filtro para "1- Sim" na variável V0637 (Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a), excluindo as demais respostas: "2- Não, mas viveu", "3- Não, nunca viveu" e "Branco". Outra manipulação necessária foi feita a partir da função *na.omit*, a fim excluir da base as linhas com NA's ou sem respostas.

Inicialmente, foi realizada uma análise individual das variáveis em foco. Posteriormente, conduziu-se uma análise bivariada comparando a variável "União Consensual" com as variáveis sociodemográficas, considerando estatisticamente significativos os valores de $p \leq 0,05$.

O método utilizado para testar a significância da associação entre duas variáveis qualitativas foi o teste Qui-Quadrado de Pearson[7], que é uma técnica eficaz para a análise entre variáveis qualitativas que envolvem duas ou mais categorias que é uma técnica eficaz para a análise entre variáveis qualitativas que envolvem duas ou

[6] O salário-mínimo de 2010 que era de 510,00 R$.

[7] Hipótese nula (H0): As variáveis são independentes, caso p-value < 0,05; Hipótese alternativa (H1): As variáveis não são independentes, caso p-value > 0,05.

mais categorias, e o T de Student[8], adequado para comparação de duas médias (Bassetto, 2021). É importante destacar que, quanto ao primeiro, foi ajustado pela correção de segunda ordem de Rao-Scott, no qual leva em consideração o efeito do plano de amostragem, além de que se levou em consideração o intervalo de confiança de 95% para ambos.

4 RESULTADOS E DISCURSÕES

Nesta seção, primeiro será realizada uma análise descritiva das variáveis sem discriminar por união formal ou consensual. Essa diferenciação será feita através da metodologia bivariada procurando identificar um perfil para união consensual no estado de São Paulo em 2010.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVAS

Conforme a Tabela 1, a população que apresentava algum tipo de união era de 18.024.860 pessoas, sendo 9.010.603 mulheres e 9.014.257 de homens. Desse total, 70,54% (12.714.123 pessoas) eram de união formal e cerca de 30% (5.310.737 pessoas) de união consensual. E como pode ser observado na Tabela 3, a população é predominantemente urbana (95,63%) e não a maioria não recebe nenhum benefício social (97,74%).

Quando se analisa por faixa etária, observa-se que as menores proporções de pessoas em algum tipo de união se encontram abaixo dos 18 anos e acima dos 60 anos, menos de 1% e 15%, respectivamente. Por outro lado, entre 30 e 49 anos se concentra a maior parte da população de São Paulo em algum tipo de união, alcançando quase 50% da amostra.

No que diz respeito a raça, tem-se que 64,93% das pessoas que se encontravam em alguma forma de união é da cor branca, mais do que o dobro da população parda, que detinha 27,87%. A população de cor preta aparece em terceiro com 5,53% seguido da população de cor amarela com 1,54%, indígena e de cor ignorada com menos de 1% cada.

Já em relação a escolaridade, mais de 7 milhões de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto se encontravam em alguma forma de união (39,68%), enquanto as pessoas com ensino médio completo ou superior completo eram mais de 5 milhões (28,68%), fundamental completo e médio incompleto somavam 3,2 milhões (18,01%). As pessoas com ensino superior vivendo em alguma forma de união em 2010, somavam 2,4 milhões, ou seja, 13,63% do total.

No quesito religioso, os católicos predominam com mais de 60% da amostra, sendo seguido pelos evangélicos com 25,45%, das pessoas sem religião, agnóstico e ateu (6,92%), outra religião (6,65%) e, por último, das pessoas que não declararam com menos de 1% de representatividade.

Os dados também mostram que as pessoas com menores salários viviam em algum tipo de união, sendo as pessoas com renda de 1 a 3 salários tendo uma representatividade superior a 83%. Por outro lado, as pessoas com rendimentos de 3 a 10 salários tinham uma representatividade de cerca de 16%.

[8] Hipótese nula (H0): As médias são iguais, caso p-value < 0,05; Hipótese alternativa (H1): As médias não são iguais, caso p-value > 0,05.

Tabela 1. Características sociodemográficas de São Paulo em algum tipo de união – 2010

Características	N = 18.022.436 (95% CI)[1,2]
Estava em união consensual?	
Sim	5.310.525 (29,47) (0,29%, 0,30%)
Não	12.711.911 (70,53) (0,70%, 0,71%)
Sexo	
Masculino	9.013.060 (50,01) (0,50%, 0,50%)
Feminino	9.009.375 (49,99) (0,50%, 0,50%)
Idade	43,52 (14,47) (43,49, 43,55)
Grupo etário	
Até 18 anos	84.866 (0,47) (0,00%, 0,00%)
Entre 19 e 29 anos	3.174.229 (17,61) (0,18%, 0,18%)
Entre 30 e 39 anos	4.710.970 (26,14) (0,26%, 0,26%)
Entre 40 e 49 anos	4.209.490 (23,36) (0,23%, 0,23%)
Entre 50 e 59 anos	3.139.662 (17,42) (0,17%, 0,17%)
60 anos ou mais	2.703.219 (15,00) (0,15%, 0,15%)
Raça ou cor	
Branca	11.703.548 (64,94) (0,65%, 0,65%)
Preta	996.280 (5,53) (0,05%, 0,06%)
Amarela	277.637 (1,54) (0,02%, 0,02%)
Parda	5.024.045 (27,88) (0,28%, 0,28%)
Indígena	20.925 (0,12) (0,00%, 0,00%)
Nível de instrução	
Sem instrução e fundamental incompleto	7.149.301 (39,67) (0,40%, 0,40%)
Fundamental completo e médio incompleto	3.245.453 (18,01) (0,18%, 0,18%)
Médio completo e superior incompleto	5.170.269 (28,69) (0,29%, 0,29%)
Superior completo	2.457.413 (13,64) (0,14%, 0,14%)
Religião	
Católico	10.975.350 (60,90) (0,61%, 0,61%)
Evangélico	4.586.561 (25,45) (0,25%, 0,26%)
Sem religião, agnóstico e ateu	1.248.167 (6,93) (0,07%, 0,07%)
Outra religião	1.199.417 (6,66) (0,07%, 0,07%)
Não declararam	12.939 (0,07) (0,00%, 0,00%)
Situação do domicílio	
Urbana	17.234.365 (95,63) (0,96%, 0,96%)
Rural	788.070 (4,37) (0,04%, 0,04%)
Tinha rendimento de programa social?	
Sim	408.017 (2,26) (0,02%, 0,02%)
Não	17.614.418 (97,74) (0,98%, 0,98%)
Rendimento domiciliar per capita	1.156,28 (3.718,66) (1.147,05, 1.165,50)
Rendimento domiciliar em salários-mínimos	
Até 1 salário	7.265.997 (40,32) (0,40%, 0,40%)
Entre 1 e 3 salários	7.781.722 (43,18) (0,43%, 0,43%)
Entre 3 e 5 salários	1.473.826 (8,18) (0,08%, 0,08%)
Entre 5 e 10 salários	995.772 (5,53) (0,05%, 0,06%)
10 salários ou mais	505.119 (2,80) (0,03%, 0,03%)

[1] n (%); Média (Desvio Padrão)

[2] IC = Intervalo de confiança

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Assim, de um modo geral e sem fazer a diferenciação entre união formal e consensual, os dados indicam que o perfil da população paulista vivendo em alguma forma de união é formado em sua maioria por pessoas de 30 a 49 anos, de cor branca, com baixo nível de escolaridade, católico e recebendo abaixo de três salários-mínimos. Isto é, quanto maior a idade, mais clara a cor da pele, menor o grau de instrução, mais religioso e quanto menor a renda, maior a possibilidade dessa pessoa viver em algum tipo de união. O caso inverso, também é verdadeiro.

4.2 ANÁLISE BIVARIADA

A segunda etapa desta pesquisa consiste em realizar uma análise bivariada, correlacionando a variável “União Consensual” com as variáveis sociodemográficas. Tem como objetivo explorar a associação entre duas variáveis, identificando se existe uma relação estatisticamente significativa entre elas. No contexto desta pesquisa, a variável “União Consensual” é comparada com cada uma das variáveis sociodemográficas para identificar padrões e possíveis influências.

Diante disso, são aplicados testes estatísticos que verificam a significância da associação entre a variável dependente (União Consensual) e cada uma das variáveis independentes (sociodemográficas). Um método comum para este tipo de análise é o teste Qui-Quadrado de Pearson, que foi utilizado para examinar a relação entre duas variáveis categóricas e, cujo resultado rejeitou-se a hipótese nula de ausência de associação entre as variáveis, exceto para a variável sexo em que o p-valor foi de 0,7. Outro teste aplicado foi o T de Student, cujo a proposta é identificar se há diferença significativa entre a variável dependente em relação as independentes (idade e renda domiciliar). O resultado do teste apontou em um p-value inferior a 0,05%, indicando que não há igualdade nas médias.

Como visto na Tabela 2, o total de mulher vivendo em alguma forma de união conjugal foi de 9.010.603. Desse total, 6.355.937 se encontra em uma união formal e 2.654.666 em união consensual, ou seja, 70,54% e 29,46%, respectivamente conforme a Tabela 4. Esses valores são similares para os homens, representando 70,53% e 29,47%, respectivamente. Assim, como esperado se observa uma equivalência entre homens e mulheres, seja em união formal ou consensual.

Tabela 2. Análise bivariada das características sociodemográficas de São Paulo – 2010

Características	**Sim**, N = 5.310.525	**Não**, N = 12.711.911 (**95% CI**)[1,2]	**Valor p**[3]
Sexo			0,7
Masculino	2.655.965 (29,47) (0,29%, 0,30%)	6.357.095 (70,53) (0,70%, 0,71%)	
Feminino	2.654.560 (29,46) (0,29%, 0,30%)	6.354.815 (70,54) (0,70%, 0,71%)	
Idade	36,76 (12,36) (36,71, 36,81)	46,34 (14,35) (46,30, 46,37)	<0,001
Grupo etário			<0,001
Até 18 anos	71.479 (84,23) (0,83%, 0,85%)	13.387 (15,77) (0,15%, 0,17%)	

...continuação

Entre 19 e 29 anos	1.645.739 (51,85) (0,52%, 0,52%)	1.528.490 (48,15) (0,48%, 0,48%)	
Entre 30 e 39 anos	1.680.932 (35,68) (0,35%, 0,36%)	3.030.038 (64,32) (0,64%, 0,65%)	
Entre 40 e 49 anos	1.077.106 (25,59) (0,25%, 0,26%)	3.132.383 (74,41) (0,74%, 0,75%)	
Entre 50 e 59 anos	552.879 (17,61) (0,17%, 0,18%)	2.586.783 (82,39) (0,82%, 0,83%)	
60 anos ou mais	282.391 (10,45) (0,10%, 0,11%)	2.420.829 (89,55) (0,89%, 0,90%)	
Raça ou cor			<0,001
Branca	2.916.260 (24,92) (0,25%, 0,25%)	8.787.288 (75,08) (0,75%, 0,75%)	
Preta	396.060 (39,75) (0,39%, 0,40%)	600.220 (60,25) (0,60%, 0,61%)	
Amarela	46.506 (16,75) (0,16%, 0,17%)	231.132 (83,25) (0,83%, 0,84%)	
Parda	1.942.851 (38,67) (0,38%, 0,39%)	3.081.194 (61,33) (0,61%, 0,62%)	
Indígena	8.848 (42,28) (0,40%, 0,45%)	12.077 (57,72) (0,55%, 0,60%)	
Nível de instrução			<0,001
Sem instrução e fundamental incompleto	2.248.592 (31,45) (0,31%, 0,32%)	4.900.709 (68,55) (0,68%, 0,69%)	
Fundamental completo e médio incompleto	1.130.979 (34,85) (0,35%, 0,35%)	2.114.473 (65,15) (0,65%, 0,65%)	
Médio completo e superior incompleto	1.518.149 (29,36) (0,29%, 0,30%)	3.652.119 (70,64) (0,70%, 0,71%)	
Superior completo	412.805 (16,80) (0,17%, 0,17%)	2.044.609 (83,20) (0,83%, 0,83%)	
Religião			<0,001
Católico	3.383.913 (30,83) (0,31%, 0,31%)	7.591.437 (69,17) (0,69%, 0,69%)	
Evangélico	958.063 (20,89) (0,21%, 0,21%)	3.628.498 (79,11) (0,79%, 0,79%)	
Sem religião, agnóstico e ateu	631.348 (50,58) (0,50%, 0,51%)	616.819 (49,42) (0,49%, 0,50%)	
Outra religião	331.446 (27,63) (0,27%, 0,28%)	867.972 (72,37) (0,72%, 0,73%)	
Não declararam	5.754 (44,47) (0,41%, 0,48%)	7.185 (55,53) (0,52%, 0,59%)	
Situação do domicílio			<0,001

...conclusão

Urbana	5.062.297 (29,37) (0,29%, 0,29%)	12.172.068 (70,63) (0,71%, 0,71%)	
Rural	248.228 (31,50) (0,31%, 0,32%)	539.842 (68,50) (0,68%, 0,69%)	
Tinha rendimento de programa social?			<0,001
Sim	221.232 (54,22) (0,54%, 0,55%)	186.786 (45,78) (0,45%, 0,46%)	
Não	5.089.293 (28,89) (0,29%, 0,29%)	12.525.125 (71,11) (0,71%, 0,71%)	
Rendimento domiciliar per capita	845,78 (2.686,44) (832,74, 858,82)	1.285,99 (4.066,12) (1.273,98, 1.297,99)	<0,001
Rendimento domiciliar em salários-mínimos			<0,001
Até 1 salário	2.817.995 (38,78) (0,39%, 0,39%)	4.448.002 (61,22) (0,61%, 0,61%)	
Entre 1 e 3 salários	1.966.995 (25,28) (0,25%, 0,25%)	5.814.727 (74,72) (0,75%, 0,75%)	
Entre 3 e 5 salários	270.075 (18,32) (0,18%, 0,19%)	1.203.751 (81,68) (0,81%, 0,82%)	
Entre 5 e 10 salários	168.398 (16,91) (0,17%, 0,17%)	827.375 (83,09) (0,83%, 0,83%)	
10 salários ou mais	87.063 (17,24) (0,17%, 0,18%)	418.056 (82,76) (0,82%, 0,83%)	

[1] n (%); Média (Desvio Padrão)

[2] IC = Intervalo de confiança

[3] chi-squared test with Rao & Scott's second-order correction; t-test adapted to complex survey samples

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico (IBGE, 2010)

Quando se analisa por grupo etário, observa-se que os jovens abaixo de 29 anos preferem a união consensual em detrimento da união formal. Até 18 anos, cerca de 84% dos jovens vivam em união consensual em 2010, enquanto apenas 15,77% estavam em união formal. Entre as pessoas de 19 a 29 anos, 51,84% estavam em uma relação consensual e 48,16% viviam em união formal. Para os grupos etários de idade maiores, a preferência pela união formal aumenta conforme aumenta a idade, passando de 64,32% da população com idade entre 30 e 39 anos para 89,55% da população com 60 anos ou mais. Por outro lado, a união consensual diminui, passando de 35,68% para 10,45% nas mesmas faixas etárias mencionadas. Portanto, observa-se que o resultado está de acordo com o esperado, ou seja, de que a união consensual é maior entre os jovens e que tende a diminuir conforme a idade aumente, como mostram Levy (2006) e Longo (2011).

No que diz respeito a raça, os dados mostram que existe uma preferência maior pela união formal em todas as raças, mas tendo uma diminuição conforme a cor declarada seja mais escura. Com o inverso ocorrendo no caso da união consensual. As pessoas brancas vivendo em união formal representava 75%, enquanto as pessoas vivendo em união consensual representava 25%. Já as pessoas

autodeclaradas pardas e pretas vivendo em união formal eram de 61,33% e 60,25% em 2010. Por outro lado, as pessoas que estavam em união consensual eram de 38,67% para pardos e de 39,75% para os autodeclarados pretos. Vale destacar ainda que entre os autodeclarados amarelos predominam a preferência pela união formal (83,25%) em contrapartida a união consensual (16,75%). Assim, o resultado encontrado para raça corrobora com os achados de outros estudos, de que a união consensual é maior entre as pessoas de cores escuras, como mostram Costa (2004), Petrucelli (2011), Longo *et al*. (2012).

Quando se analisa o tipo de união por escolaridade, verifica-se que existe uma preferência pela união formal à medida que o indivíduo tem maior escolaridade. União formal entre as pessoas sem instrução e com fundamental incompleto representavam 68,56%, esse percentual é de 65,15% para os que tem fundamental completo e médio incompleto, de 70,64% para os que tem médio completo e superior incompleto e de 83,20% para os que possuem ensino superior. Os que declararam viver em união consensual em 2010 no estado de São Paulo, 31,44% não tinham instrução ou fundamental incompleto, 34,85% tinham o ensino fundamental completo e médio incompleto, 29,36% o ensino médio e superior incompleto e 16,80% tinham o ensino superior. Dessa forma, observa-se um resultado similar aos de outros trabalhos de Brand (2008), Longo (2011) e Lazo e Moraes (2012) que mostram uma relação negativa entre o nível de escolaridade e a preferência por união consensual.

No aspecto religioso, os resultados mostraram uma preferência maior da união formal entre os evangélicos em relação aos católicos, uma vez que quase 80% dos evangélicos estão em união formal enquanto quase 70% dos católicos vivam esse tipo de união. Em contrapartida, 20% dos evangélicos estavam em união consensual enquanto 30% dos católicos estavam na mesma situação matrimonial. Entre as pessoas que se declararam não ter religião, observa-se uma leve preferência pela união consensual, 50,58%. Entre os que se declararam ter outra religião, 72,37% vivam em união formal (valor maior que os católicos) enquanto 27,63% estavam em união consensual. Desse modo, existe uma relação negativa entre religião e união consensual para os dados do estado de São Paulo, uma vez que quanto mais fiel o indivíduo a sua religião, menor a preferência pela união consensual, como encontrado também por Verona *et al*. (2011) e Alves *et al*. (2012).

Em relação a renda, os resultados indicam uma tendencia da preferência pela união formal à medida que a renda aumenta e, consequentemente, uma diminuição da união consensual. Enquanto mais de 80% das pessoas com rendimentos entre 3 e 10 salários viviam em união formal, as pessoas com essa renda e vivendo em união consensual não apresentaram uma representatividade maior que 18% no estado de São Paulo em 2010. Embora a preferência pela união formal se mantenha entre as pessoas com rendimentos abaixo de três salários, ocorre uma diminuição nos respectivos percentuais. Até um salário, 61,23% estavam em uma união formal enquanto 38,77% estavam em união consensual. Já entre os que recebem de 1 a 3 salários, 74,72% vivam em união formal e 25,28% viviam em união consensual no estado de São Paulo. Portanto, tem-se uma relação inversa entre renda e união consensual no estado de São Paulo no ano de 2010, ou seja, quanto maior ao rendimento da pessoa menor a preferência pela união consensual. Esse achado está de acordo com os encontrados por Cabella (2006).

No critério situação do domicílio, tanto a população rural quando a urbana apresentou maior preferência pela união formal (68,50% e 70,63%, respectivamente) em relação a união consensual (31,50% e 29,37%, respectivamente). O mesmo ocorrendo entre os não beneficiários de programas sociais, 71,11% viviam em união

formal e 28,89% em união consensual. Já entre os beneficiários de algum programa social, 54,22% estavam em uma união consensual enquanto 45,78% em união formal. Em relação a esse último resultado, pode ser explicado pela questão de grande parte desses beneficiários ser de baixa renda e baixo nível de escolaridade, podendo essas duas características estarem sendo balanceadas pelo lado religioso, o que talvez justifique o percentual levemente superior da união consensual em relação a união formal.

Com os dados para o ano de 2010 expostos na Tabela 4, é possível concluir que o perfil das pessoas que tendem a preferir a união consensual é formado por pessoas mais jovens (abaixo dos 29 anos), autodeclarados de cor escura, com nível de escolaridade inferior ao médio completo, com princípios religiosos e uma renda abaixo de três salários, tendem a preferir a união consensual no estado de São Paulo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou e explicou a união consensual no estado de São Paulo em 2010, utilizando uma perspectiva baseada em variáveis sociodemográficas que possivelmente influenciam a prevalência dessa forma de união. A análise revelou perfis demográficos distintos para indivíduos vivendo em uniões formais e consensuais, oferecendo uma compreensão detalhada das características que distinguem esses dois tipos de união.

Os resultados indicam que a população paulista vivendo em alguma forma de união é predominantemente composta por indivíduos de 30 a 49 anos, de cor branca, com baixo nível de escolaridade, católicos e recebendo menos de três salários-mínimos. Isso sugere que fatores como idade, cor da pele, grau de instrução, religiosidade e renda são determinantes significativos na formação de uniões, sejam formais ou consensuais. Observou-se que quanto maior a idade, mais clara a cor da pele, menor o grau de instrução, maior a religiosidade e menor a renda, maior é a possibilidade de viver em alguma forma de união, e vice-versa.

Especificamente para a união consensual, os dados revelam que o perfil típico das pessoas que preferem esse tipo de união inclui indivíduos mais jovens (abaixo de 29 anos), autodeclarados de cor escura, com escolaridade inferior ao ensino médio completo, com princípios religiosos e uma renda abaixo de três salários-mínimos. Esses achados corroboram a literatura existente, que sugere que uniões consensuais são mais comuns entre grupos demográficos mais vulneráveis e com menor capital social e econômico.

Em conclusão, este estudo contribui para a compreensão das uniões consensuais no estado de São Paulo, oferecendo uma base empírica sólida para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas que considerem as especificidades demográficas da população. Com base nas evidências apresentadas, é recomendável que iniciativas sociais e políticas sejam direcionadas para apoiar os grupos mais vulneráveis, promovendo a inclusão social e econômica e garantindo que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades equitativas de desenvolvimento pessoal e familiar.

REFERÊNCIAS:

ALVES, J. E. D.; BARROS, L. F. W.; CAVENAGHI, S. M. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de

hegemonia. **Revista de Estudos da Religião (REVER)**, v. 12, n. 2, p. 145-174, 2012.

BARNABÉ, G. C. F. R. R. **União consensual no Estado de São Paulo a partir dos anos oitenta: características sociodemográficas e tendências recentes**. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2017.

BRAND, L. J. **Análise das uniões consensuais no Brasil usando regressão logística**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 2008.

CABELLA, W.; FERNÁNDEZ, M. S. **Evolución reciente de las uniones consensuales entre los jóvenes del Uruguay**. 2017.

CARMICHAEL, S. Marriage and power: Age at first marriage and spousal age gap in lesser developed countries. **The History of the Family**, v. 16, n. 4, p. 416-436, 2011.

COSTA, C. S. **Uniões informais no Brasil em 2000: uma análise sob a ótica da mulher**. 2004. Dissertação (Mestrado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2004.

COSTA, I. G. D. **Padrão de formação familiar em diferentes grupos religiosos no Brasil**. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2015.

COVRE-SUSSAI, M; MATTHIJS, K. Socio-economic and cultural correlates of cohabitation in Brazil. ***In*: Chaire Quételet Conference, Louvain-la-Neuve. Catholic University Leuven, Centre for Sociological Research, Leuven, Belgium**. 2010.

CUNHA, M. A; VERONA, A. P. Uniões conjugais consensuais entre mulheres com educação de alto nível: entendendo a heterogeneidade do contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, 2022.

DE SOUZA, G. A. **Dissoluções e formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai**. (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006.

ESTEVE, Albert *et al*. Cohabitation in Brazil: historical legacy and recent evolution. **Cohabitation and marriage in the Americas: geo-historical legacies and new trends**, p. 217-245, 2016.

ESTEVE, A.; GARCÍA, J.; MCCAA, R. La enumeración de la soltería femenina en los censos de población: sesgo y propuesta de corrección. **Papeles de población**, v. 16, n. 66, p. 9-40, 2010.

ESTEVE, A.; GARCÍA-ROMÁN, J.; LESTHAEGHE, R. The family context of cohabitation and single motherhood in Latin America. **Population and Development Review**, v. 38, n. 4, p. 707-727, 2012.

ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R.; LÓPEZ-GAY, A. The Latin American cohabitation boom, 1970–2007. **Population and development review**, v. 38, n. 1, p. 55-81, 2012.

FUSSELL, E.; PALLONI, A. Persistent marriage regimes in changing times. **Journal of Marriage and Family**, v.66, n. 5, p. 1201-1213, 2004.

GREENE, M. E.; RAO, V. A compressão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 9, n. 2, p. 168-183, 1992.

GREENE, M. E. **The importance of being married: Marriage choice and its consequences in Brazil**. University of Pennsylvania, 1991.

GUIGINSKI, J; WAJNMAN, S.; CHEIN, F. Evidências sobre o prêmio salarial masculino do casamento e da coabitação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 40, 2023.

HAJNAL, J. Age at marriage and proportions marrying. **Population studies**, v. 7, n. 2, p. 111-136. 1953.

LAZO, A. C. G. V.; MORAES, J. R. As uniões consensuais no Estado do Rio de Janeiro em 2000: um estudo utilizando regressão logística. **Encontro Nacional De Estudos Populacionais. *In*: Anais... Caxambu, Abep**, 2004.

LESTHAEGHE, R. J. The second demographic transition: Cohabitation. ***In*: Cross-cultural family research and practice**. Academic Press, p. 103-141, 2020.

LEVY, M. F. **Temas conjugais: um diálogo entre os costumes e as leis**. 2006.

LONGO, L. A. F. B.; BARROS, F. **Uniões intra e inter-raciais, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000**. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2011.

LONGO, L. A. F. B.; MIRANDA-RIBEIRO, P. **Convivendo com as diferenças: União interracial, status marital e religião**, 2010.

LONGO, L. A. F. B.; MIRANDA-RIBEIRO, P. Bem-Me-Quer, Mal-Me-Quer: Raça/Cor, Educação e Seletividade Marital Feminina no Brasil em 2010. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, n. 2, 2012.

LONGO, L. A. F. B. **Uniões intra e inter-raciais, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000**, 2011.

MARCONDES, G. La normalización jurídica de la familia, vida conyugal y reproducción en Brasil. **Nupcialidad y familia en la América Latina Actual**, v. 11, p. 255-283, 2011.

MARTIN, T. C. Consensual unions in Latin America: Persistence of a dual nuptiality system. **Journal of comparative family studies**, v. 33, n. 1, p. 35-55, 2002.

PERELLI-HARRIS, B.; KUANG, B. Demographic perspectives on cohabitation. In: **Research Handbook on Marriage, Cohabitation and the Law**. Edward Elgar Publishing, p. 296-312, 2024.

PETRUCCELLI, J. L. Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, p. 29-51, 2001.

QUINTEIRO, M. C.; PRANDI, R. **Casados não casados: uniões consensuais nas camadas médias e populares**, 1988.

ROSERO-BIXBY, L.; CASTRO-MARTÍN, T.; MARTÍN-GARCÍA, T. Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing? **Demographic Research**, v. 20, p. 169-194, 2009.

RUIZ, L. L.; PALÓS, A. E.; PLA, Anna María Cabré. Distancia social y uniones conyugales en América Latina. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 2, n. 2, p. 47-71, 2008.

VERONA, A. P.; DIAS JR, C. S.; FAZITO, D.; MIRANDA-RIBEIRO, P. First conjugal union and religion: Signs contrary to the Second Demographic Transition in Brazil? **Demographic Research**, v. 33, p. 985-1014, 2015.

VERONA, A. P.; MIRANDA-RIBEIRO, P.; FAZITO, D. **Tipos de união e religião entre adolescentes e jovens no Brasil**, 2012.

VIEIRA, J. M.; ALVES, L. C. O comportamento da idade média à união e ao casamento no Brasil em 2000 e 2010. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 10, n 19, p. 107-125, 2016.

VOS, S. Nuptiality in Latin America: The view of a sociologist and family demographer. Madison, Wisconsin: Center for Demography and Ecology, **University of Wisconsin-Madison**, 1998.

Recebido em: 01/05/2025
Aprovado em: 25/08/2025

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: O USO DE TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE NO ROMPIMENTO DE BLOQUEIOS CRIATIVOS

Liliane De Alcantara Bordignon Michuel[1]
Claudio Alexandre de Souza[2]
Eliane Nascimento Pereira[3]

Resumo:
A criatividade é uma habilidade necessária e exigida em cargos e empresas que buscam posicionamento e inovação no mercado. Porém, o desenvolvimento dessa habilidade está concatenado a uma série de fatores, do próprio desenvolvimento humano; ambientais; sociais e até crenças limitantes. Como o mito da singularidade, em que existe a equivocada percepção de que apenas pessoas com peculiaridades são aptas a terem e desenvolverem a criatividade. Quando na verdade todo ser humano nasce criativo e tem a capacidade de desenvolvê-la. Seja utilizando técnicas de criatividade que podem servir para potencializá-la, ou no rompimento de dificuldades, barreiras ou bloqueios criativos. Nessa perspectiva o presente estudo, tem como objetivo de, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura – RSL, analisar quais produções acadêmicas abordam a utilização de técnicas de criatividade no rompimento ou resolução de bloqueios criativos. As consultas foram realizadas em quatro bases de pesquisas, a saber, portal de periódicos da Capes; Scopus; *Web Of Science* e da *ERIC*. Como resultado da RSL não foi encontrado, um estudo (enquadrado nos critérios de busca) que abordasse especificamente o rompimento de bloqueios criativos com a utilização de técnica de criatividade, porém foram considerados 4 estudos que, de certa forma, apresentavam importante relevância para compilação do estudo desejado. Os estudos apresentam perspectivas sobre a influência dos ambientes do desenvolvimento de bloqueios criativos ou facilitadores da habilidade criativa, bem como, a utilização de técnicas de criatividade no fortalecimento e desenvolvimento da criatividade. Conteúdo importante para compilação do estudo desejado.
Palavras-chave: Inovação; Processo criativo; Análise qualitativa.

SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW: THE USE OF CREATIVITY TECHNIQUES TO OVERCOME CREATIVE BLOCKS

Abstract:
Creativity is a necessary and required skill for positions and companies that seek market positioning and innovation. However, the development of this skill is connected to a series of factors, including human development itself, environmental and social influences, and even limiting beliefs. One such belief is the myth of singularity, which is the mistaken perception that only people with unique traits are capable of possessing and developing creativity. In reality, every human being is born creative and has the ability to nurture this potential—either through the use of creativity techniques to enhance it or by overcoming difficulties, barriers, or creative blocks. From this perspective, the present study aims, through a Systematic Literature Review (SLR), to analyze which academic publications address the use of creativity techniques in overcoming or resolving creative blocks. Searches were conducted in four research databases: the CAPES journal portal, Scopus, Web of Science, and ERIC. As a result of the SLR, no study (that met the search criteria) was found to specifically address the overcoming of creative blocks through the use of creativity techniques. However, four studies were considered relevant to the compilation of the intended study. These studies present perspectives on the influence of environments on the development or facilitation of creative blocks, as well as the use of creativity techniques in strengthening and developing creativity—content that is important for compiling the desired study.
Keywords: Innovation; Creative process; Qualitative analysis.

[1] Administradora, Centro Universitário União das Américas (UNIAMERICA), Especialista em Assessoria e Gerenciamento Empresarial, Mestra em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: lilianebordignon@gmail.com.
[2] Bacharel em Turismo e Hotelaria. Doutor em Geografia. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. E-mail: claudio.souza@unioeste.br.
[3] Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1999), mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de São Carlos (2008) e doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2015). Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Foz do Iguaçu. E-mail: eliane.pereira@unioeste.br.

1. INTRODUÇÃO

O processo de aceleração da digitalização global, impulsionado por vários cenários sociais globais e pela Revolução Tecnológica tem causado a extinção de alguns cargos, e a criação de outros novos no mercado de trabalho (Schwab, 2016). Exigindo dos atuais e futuros profissionais, um perfil diferente, voltado para inovação, com altas habilidades, adaptabilidade, análise crítica e criatividade.

O termo criatividade tem variados conceitos, elaborados por estudiosos de diferentes áreas, por isso é fácil encontrar, aplicado em vários contextos e particularidades. Jácome (2011, p.122) comenta essa vasta gama de conceitualização do termo quando cita que, não existindo um conceito único deste fenômeno, fundamentais estudiosos seguem estudando a criatividade contribuindo para este conceito numa versão diferenciada que a justifica em cada ciência.

E vão caracterizando a criatividade na sua complexidade como um termo multidimensional, comunicando os seus resultados criativos, ora como novas invenções, como a capacidade de síntese e análise, como um produto novo, como a resolução de problemas, de uma ideia nova, ou como uma nova técnica.

Enfim os componentes criativos se apresentam de formas sempre variadas e múltiplas, fazendo jus ao termo criatividade na sua complexidade dentro da necessidade de cada sociedade na individualidade e precisão sociocultural.

De acordo com Papalia e Feldman (2013) o desenvolvimento e o exercício da criatividade estão envoltos em uma série de fatores do próprio desenvolvimento humano, síncrono a fatores, ambientais, sociais, entre outros. E as vezes o processo de desenvolvimento da criatividade pode esbarrar no mito da singularidade, em que a criatividade é vista como uma habilidade particular de apenas algumas pessoas, com características especiais.

Esse mito contribui para os fatores que podem gerar bloqueios mentais criativos, que são posturas e atitudes pessoais, que prejudicam o processo criativo. Por esses motivos existem percepções equivocadas sobre a criatividade (Zugman, 2018).

Outro fato importante é que pesquisas, como a realizada por Land e Jarman (1993) demonstram que o comportamento e o pensamento não criativos são aprendidos. E eles consideram que a educação é uma das responsáveis por esse resultado, principalmente a estrutura educacional fundada na era da Revolução Industrial, uma formadora de funcionários adequados às organizações que surgiram na época.

A educação era voltada para a formação de funcionários que se enquadrassem aos padrões que as empresas buscavam e assim, esses, acabavam renunciando suas habilidades, principalmente das que os diferenciavam (Robinson, 2012).

Desta forma, percebe-se que esses fatores influenciam a autoanálise das pessoas que não se consideram criativas ou que possuem dificuldades em desenvolver essa habilidade, e que a grande maioria delas, possuem barreiras, bloqueios, que impedem desenvolver sua criatividade (Michuel; Souza, 2022).

A criatividade é uma habilidade maleável e possível para qualquer pessoa desenvolver, desde que, os ambientes em que ela vive sejam propícios e favoráveis, tolerante e estimuladores da mudança de pensamentos e atitudes, que são fundamentais no processo de desenvolvimento da habilidade criativa. Diferentes técnicas foram desenvolvidas para estimular e desenvolver a criatividade,

principalmente para empresas, a fim de criarem ideias, produtos, serviços e inovações.

A questão que norteia a pesquisa é saber se existem estudos ou pesquisas que abordam a utilização de técnicas de criatividade como instrumento no rompimento de bloqueios ou barreiras criativas. Sendo esse problema a razão da pesquisa, identificar nos estudos existentes, como os bloqueios criativos são descritos e trabalhados, resolvidos, quais técnicas de criatividade são utilizadas nesse propósito.

Na sequência é apresentado o planejamento da revisão sistemática, as ferramentas utilizadas na elaboração do protocolo da pesquisa e suas etapas, bem como, a estratégia de pesquisa utilizada. Em seguida é possível identificar como e em quais portais foram realizadas as buscas utilizando as s*trings* criadas a partir do protocolo. E os dados sobre a quantidade de artigos encontrados por meio da busca das *strings* em cada portal, como eles foram selecionados e organizados para análise dos resultados.

Depois, é apresentada a seção de Análise dos Resultados, a análise de quatro artigos selecionados e suas possíveis contribuições para o estudo desejado e por fim as considerações finais.

2. PLANEJAMENTO DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Para Petticrew e Roberts (2006) a revisão sistemática da literatura proporciona uma análise ampla e imparcial sobre o conhecimento que existe sobre o assunto pesquisado. É uma ferramenta eficaz na avaliação, resumo, e comunicação dos resultados e implicações de quantidade de dados que de outra maneira seriam difíceis de controlar.

Nessa perspectiva o presente estudo, tem como objetivo de, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura – RSL, analisar quais produções acadêmicas abordam a utilização de técnicas de criatividade no rompimento ou resolução de bloqueios criativos.

A RSL foi realizada com o auxílio da plataforma Parsifal, na qual foi possível organizar o protocolo da revisão que incluiu as etapas de: Planejamento; Coleta; Condução; e Comunicação da pesquisa.

As revisões sistemáticas precisam ter base em um protocolo que relata a fundamentação, a hipótese e os métodos, que são características no planejamento da revisão, a descrição detalhada do protocolo, facilita o entendimento e a avaliação dos métodos de revisão e outras informações importantes (Moher; Shaseer; Clark, 2015).

A utilização da plataforma Parsifal, contribuiu em todo o processo, desde o planejamento da RSL, a montagem do protocolo, coleta e análise dos estudos, além de fornecer ao final da condução da pesquisa gráficos e estatísticas que ajudam a compreender e visualizar os resultados obtidos. Após a definição da questão de investigação, a etapa seguinte foi a elaboração do protocolo de investigação.

Como estratégia de pesquisa foi utilizada uma adaptação do PICO, Kitchenham (2004), relata em seu trabalho essa possibilidade. A estratégia surgiu para elaboração de estudos clínicos, sua estrutura está baseada em quatro termos: População; Intervenção; Comparação/Controle e Resultados (*Outcomes*) (Bergin; Wraight, 2006). Foi utilizada a estratégia POV em que P representa a população ou problema de pesquisa, V representa as variáveis e O representa o Desfecho. Sendo:

P: Bloqueios criativos.

V: Aplicação de técnicas de criatividade.

O: Rompimento/resolução de bloqueios criativos.

Foram então definidos: Objetivo da pesquisa; A pergunta norteadora: Questões da pesquisa; Palavras-chave e sinônimos. E a partir delas foram criadas as *Strings* de busca com a utilização de operadores booleanos para conectar as palavras-chave de pesquisa de acordo com a necessidade de cada base de pesquisa.

Os critérios de inclusão e exclusão foram definidos para as buscas e escolha das fontes bases para pesquisa, com relação as abrangências das áreas, tipo e condição de acesso desses materiais.

No decorrer do estudo cada etapa realizada foi detalhada, a fim de apresentar uma visão completa de todo o processo. Como resultado do Protocolo, a pergunta que se pretende responder, por meio da RSL, é: Quais estudos acadêmicos abordam a utilização de técnicas de criatividade no rompimento de bloqueios criativos?

Sendo o objetivo da pesquisa, elaborar uma RSL que apresente artigos acadêmicos, que abordem o tema. Não foi estabelecido na busca um recorte temporal, dado que o tema possui uma gama de produções mais antigas, e que foram consideradas suas apreciações.

As seguintes perguntas foram elaboradas a fim de nortear a pesquisa:

- O estudo aborda o uso de técnicas de criatividade no rompimento de bloqueios criativos?
- O estudo aplica técnicas de criatividade?
- O estudo analisa resultados da aplicação de técnicas de criatividade?
- O estudo aborda bloqueios de criatividade?

As palavras-chave e sinônimos foram elaboradas no idioma português e inglês, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Palavras-chave e sinônimos

Palavras-chave	**Sinônimos**	**(POV) - Relacionado a**
Bloqueios criativos	Barreiras criativas Bloqueios de criatividade	População
Técnicas de Criatividade	Ferramentas de criatividade Técnicas Criativas	Intervenção
Creative blocks	*Creativity barriers* *Creativity blocks* *Creativity hurdles*	População
Creativity techniques	*Creative techniques* *Creativity tools*	Intervenção

Elaborado pelos autores (2023)

A partir das palavras-chave foram formuladas três *strings* de busca, no idioma português e inglês. E a utilização de operadores booleanos *OR* e *AND* para conectar corretamente os descritores, facilitando a adaptação de cada *string* nas buscas nas bases de pesquisa.

Em português:

- *String* 1: “Técnicas de criatividade” *OR* “Técnicas criativas” *OR* “Ferramentas de criatividade” *AND* “Bloqueio criativo” *OR* “Bloqueios de criatividade” *OR* “Barreiras criativas”;
- *String* 2: “Técnicas de criatividade” *OR* “Técnicas criativas” *OR* “Ferramentas de criatividade”;

- *String* 3: “Bloqueio criativo” *OR* “Bloqueios de criatividade” *OR* “Barreiras criativas”.

Em inglês:

- *String 1: “Creative techniques” OR “Creativity techniques” OR “Creativity tools” AND “Creative blocks” OR “Creativity hurdles” OR “Creativity blocks” OR “Creativity barriers”*
- *String 2: “Creative techniques” OR “Creativity techniques” OR “Creativity tools”*
- *String 3: “Creative blocks” OR “Creativity hurdles” OR “Creativity blocks” OR “Creativity barriers”*

As *strings* em português e inglês foram utilizadas para facilitar a pesquisa no banco de dados do Periódico da Capes. E as *strings* em inglês foram utilizadas nas bases *SCOPUS*, *Web of Science* e na *ERIC.* Sendo essas bases escolhidas para realização da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta os critérios de inclusão e exclusão que foram adotados.

Tabela 2 - Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de inclusão	**Critérios de exclusão**
Possuem resultados da aplicação de técnicas de criatividade em resolução de bloqueios criativos	Estudos duplicados
Abordam bloqueios criativos	Estudos não convergentes com o tema
Abordam obstáculos de criatividade	Estudos das áreas de artes
Abordam barreiras de criatividade	Estudos com foco na geração de ideias
Abordam técnicas de criatividade	Estudos das áreas computacionais
Abordam técnicas criativas	Estudos das áreas de saúde
	Estudos de população ou tema específico
	Literatura cinza

Elaborada pelos autores (2023)

Além dos critérios descritos, as buscas também foram limitadas em cada base de pesquisa com os seguintes filtros: Pesquisa de somente artigos de periódicos, revisado por pares, com disponibilidade de textos completos e nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram escolhidas as bases de pesquisas: Periódicos da Capes, *SCOPUS (Elsevier), Web Of Science (Clarivate Analytics)* que são bases que possuem pesquisas da área de ciências sociais aplicadas, e a base *Educational Resources Information Center – ERIC* que possui pesquisas da área de educação. A intenção foi buscar bases que possuíssem estudos, da área de treinamento e desenvolvimento de pessoas (T&D) em criatividade.

Na realização de todas as buscas utilizando a sequência das *strings,* foram aplicados os seguintes filtros:

Tipo de material: Somente artigos
Revisado: Periódicos revisados por pares
Idiomas: português, inglês e espanhol
Disponibilidade: Somente textos completos e acesso aberto

Para facilitar a identificação será utilizado o termo: “Filtros comuns” para se referir ao uso no refinamento da pesquisa utilizando esses filtros. E em algumas bases de periódicos ainda foram utilizados os campos NÃO, que excluem da pesquisa os estudos que contêm termos inseridos no campo, também foram utilizados descritores

limitantes de assuntos, ou palavras-chave, como é relatado a seguir na descrição da realização das buscas.

2.1 BUSCA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

Strings em português utilizada para realizar a pesquisa no portal de periódicos da Capes:
- *String* 1: “Técnicas de criatividade” *OR* “Técnicas criativas” *OR* “Ferramentas de criatividade” *AND* “Bloqueio criativo” *OR* “Bloqueios de criatividade” *OR* “Barreiras criativas”.

Não houve resposta da busca para *string* 1.

- *String* 2**:** “Técnicas de criatividade” *OR* “Técnicas criativas” *OR* “Ferramentas de criatividade”.

A busca com a *string* 2 resultou em 51 materiais. Com a aplicação dos filtros: Somente artigos, periódicos revisados por pares, em português, inglês e espanhol e somente textos completos e acesso aberto se obteve 26 resultados. No campo “Não” do filtro de busca, foram incluídos os termos: Em inglês, *nurse, nursing,* e em português, enfermeira, enfermagem e saúde.

Com filtro de exclusão de estudos na área da saúde se obteve 26 resultados, 4 artigos foram rejeitados por estarem duplicados, e 20 rejeitados por algum critério de exclusão estabelecido no protocolo da RSL. Sendo aceitos 2 estudos para a análise completa.

- *String* 3: “Bloqueio criativo” *OR* “Bloqueios de criatividade” *OR* “Barreiras criativas”

Obteve 1 resultado que foi rejeitado por não ser convergente com o tema.

No Portal Periódicos da Capes foram aplicadas buscas com as *strings* em inglês:

- *String 1: “Creative techniques” OR “Creativity techniques” OR “Creativity tools” AND “Creative blocks” OR “Writer's block” OR “Creativity hurdles” OR “Creativity blocks” OR “Creativity barriers”.*

Não houve resultado para *String* 1.

- *String 2: “Creative techniques” OR “Creativity techniques” OR “Creativity tools”.*

A busca com a string 2 resultou em 1.034 materiais. Com a aplicação dos filtros, descritos anteriormente, e no campo “Não” do filtro de busca, foram incluídos os termos: *Nurse, Nursing, health, children*. O que resultou em 195 estudos.

Excluindo os assuntos: *Engineering; Computer Science; Life Sciences & Biomedicine; Arts & Humanities.* E excluindo idiomas: Norueguês; Russo; Alemão; Tcheco; Indonésio; Italiano; Catalão.

Resultou em 123 artigos, 40 foram rejeitados por estarem duplicados, 79 rejeitados por algum critério de exclusão. Aceitos 4 artigos para análise completa.

- *String 3: “Creative blocks” OR “Creativity hurdles” OR “Creativity blocks” OR “Creativity barriers”.*

Houve 46 resultados. Com a aplicação dos filtros: Somente artigos, periódicos revisados por pares, em português, inglês e espanhol e somente textos completos e acesso aberto, resultou em 18 artigos,16 foram rejeitados por algum critério de exclusão e 2 aceitos para análise completa.

A tabela 3 demonstra a triagem dos artigos no periódico da Capes.

Tabela 3 - Resultados da triagem dos artigos no Periódico da Capes

Etapa da Análise	Número de Artigos
Artigos inicialmente identificados (Título e palavras-chave)	168
Artigos excluídos por duplicidade	44
Artigos excluídos com base nos critérios de exclusão	116
Artigos incluídos para leitura na íntegra	8

Elaborada pelos autores (2023)

2.2 BUSCA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA *SCOPUS*

- String 1: "Creative techniques" OR "Creativity techniques" OR "Creativity tools" AND "Creative blocks" OR "Creativity hurdles" OR "Creativity blocks" OR "Creativity barriers".

Apresentou 1 resultado de artigo, feita a leitura do título e palavras chaves foi aceito.

- String 2: “Creative techniques” OR “Creativity techniques” OR “Creativity tools”.

Essa *string* obteve 865 resultados. Com a aplicação dos filtros comuns e os filtros por área temática limitado a: Ciências Sociais; Negócios, Gestão e Contabilidade; a Multidisciplinar.

Utilizando o campo limitante de palavras chaves: Alunos; Aprendizado; Técnicas de Criatividade; Pensamento criativo; Pesquisa Participativa; Gestão de Recursos Humanos; Criatividade Individual; Criativos; Criatividade da equipe; Treinamento de Pessoal; Desempenho criativo; Sistema de Apoio à Criatividade; Técnicas Criativas.

Resultaram em 108 artigos. Foram rejeitados por duplicidade 15. Rejeitados por algum critério de exclusão 88 e foram aceitos 6.

- String 3: “Creative blocks” OR “Creativity hurdles” OR “Creativity blocks” OR “Creativity barriers”.

Essa *string* obteve 55 resultados. Com a aplicação dos filtros comuns e filtro por área temática limitado a: Ciências Sociais; Psicologia; Artes e Humanidades; Negócios, Gestão e Contabilidade; Multidisciplinar.

Limitado aos campos: Alunos; Aprendizado; Técnicas de Criatividade; Pensamento criativo; Pesquisa Participativa; Gestão de Recursos Humanos; Criatividade Individual; Criativos; Criatividade da equipe; Treinamento de Pessoal; Desempenho criativo; Sistema de Apoio à Criatividade; Técnicas Criativas. Resultou em 42 resultados

Filtrado pelas utilizações do campo palavra-chave: Criatividade; Humano; Inovação; Humanos; Pensamento criativo; Bloco Criativo; Análise; Aprendizado; Barreiras à criatividade; Criativos; Processo criativo; Motivação para aprender; Ciências da Educação; Educação; Crenças de criatividade; Criatividade; Soluções criativas; Autoeficácia Criativa; Bloqueios Criativos; Barreiras Criativas; Criativo; Conhecimento; Treinamento; Bloqueios.

Restaram 23 artigos e na leitura do título e palavras chaves foram rejeitados 10 artigos por duplicidade e 9 por algum critério de exclusão, sendo selecionados 4 para análise completa.

No total no Periódico da *Scopus*, foram analisados a princípio pela leitura do título e palavras-chave, e aplicado os critérios de exclusão em 132 artigos. Foram rejeitados 25 por duplicidade e 102 por algum critério de exclusão, sendo aceitos para análise completa 5 artigos.

2.3 BUSCA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA *WEB OF SCIENCE*

- *String 1: "Creative techniques" OR "Creativity techniques" OR "Creativity tools" AND "Creative blocks" OR "Creativity hurdles" OR "Creativity blocks" OR "Creativity barriers".*

A aplicação da busca resultou em 363 materiais. Com a aplicação dos filtros restaram 79 artigos e na leitura dos títulos e palavras-chaves foram rejeitados 19 artigos por duplicidade e 54 por algum critério de exclusão, sendo aceitos 6 artigos para análise completa.

- *String 2: "Creative techniques" OR "Creativity techniques" OR "Creativity tools".*

Obteve-se com a aplicação da string 465 resultados. Com a aplicação dos filtros, restaram 93 artigos e na leitura do título e palavras chaves foram rejeitados 82 artigos por duplicidade e 11 por algum critério de exclusão, não havendo seleção de nenhum artigo.

- *String 3: "Creative blocks" OR "Creativity hurdles" OR "Creativity blocks" OR "Creativity barriers".*

Obteve-se 25 resultados, com a aplicação dos filtros, restaram 5 artigos e na leitura do título e palavras chaves foram rejeitados 4 artigos por duplicidade e 1 por algum critério de exclusão, não havendo seleção de nenhum artigo.

A tabela 4 demonstra a triagem dos artigos nos periódicos *Web Of Science*.

Tabela 4 - Resultados da triagem dos artigos nos Periódicos *Web Of Science*

Etapa da Análise	Número de Artigos
Artigos inicialmente identificados (Título e palavras-chave)	177
Artigos excluídos por duplicidade	105
Artigos excluídos com base nos critérios de exclusão	66
Artigos incluídos para leitura na íntegra	6

Elaborada pelos autores (2023)

2.4 BUSCA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA *ERIC*

- *String 1: ("Creative techniques" OR "Creativity techniques" OR "Creativity tools") AND ("Creative blocks" OR "Creativity hurdles" OR "Creativity blocks" OR "Creativity barriers").*

Obteve-se 56.409 resultados ao aplicar a busca com a *string* 1. Com a aplicação dos filtros, restaram 5.966 para o refinamento foram limitados aos seguintes descritores: Ensino Superior; Criatividade; Pensamento criativo. Como resultado se obteve 73 artigos e na leitura do título e palavras chaves foram rejeitados 69 artigos por algum critério de exclusão definido no protocolo RSL, e 4 artigos aceitos para análise completa.

- *String 2: ("Creative techniques" OR "Creativity techniques" OR "Creativity tools").*

Essa *string* obteve 3.367 resultados. Com a aplicação dos filtros, restaram 461 artigos, no refinamento foram limitados aos seguintes descritores: Método de Ensino; Criatividade, restando 103 artigos e na leitura do título e palavras-chave foram rejeitados 101 por algum critério de exclusão da RSL, e 2 artigos aceitos para análise completa.

- *String 3: ("Creative blocks" OR "Creativity hurdles" OR "Creativity blocks" OR "Creativity barriers").*

A *string* 3 teve como resultado 369 artigos. Com a aplicação dos filtros, resultaram 55 artigos e na leitura do título e palavras-chave, foram rejeitados 8 artigos por duplicidade e 46 por algum critério de exclusão, e aceito 1 artigo para análise completa.

A tabela 5 demonstra a triagem dos artigos nos periódicos *ERIC*.

Tabela 5 - Resultados da triagem dos artigos nos Periódicos da *ERIC*

Etapa da Análise	Número de Artigos
Artigos inicialmente identificados (Título e palavras-chave)	231
Artigos excluídos por duplicidade	08
Artigos excluídos com base nos critérios de exclusão	216
Artigos incluídos para leitura na íntegra	7

Elaborada pelos autores (2023)

2.5. SUMARIZAÇÃO DAS BUSCAS

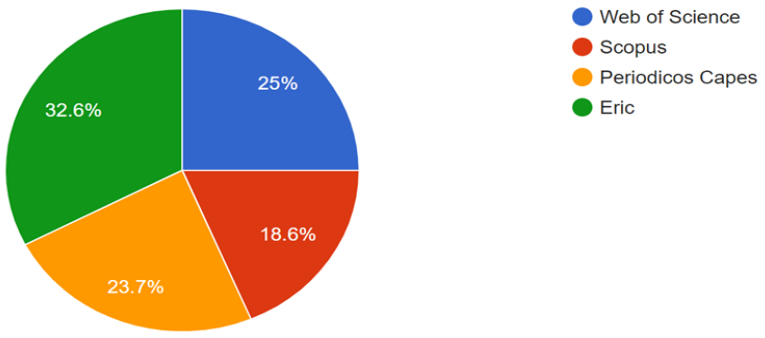
Em resumo nas quatro bases de dados escolhidas para seleção um total de 708 artigos foram obtidos, de cada busca realizada foi feita a exportação do resultado da pesquisa em formato *Bibtex* e salvas em pastas com o nome das respectivas bases de periódico em que a busca foi realizada.

A base da *ERIC* fornece a importação da pesquisa no formato *(nbibn*) que não é aceito pelo Parsival, pois aceita importações somente em formato *(bibtex)*, então se utilizou o aplicativo *Mendeley* versão *desktop* 1.19.8 que disponibiliza a possibilidade de conversão de alguns formatos para *bibtex.*

Dos 708 artigos selecionados, 182 artigos foram rejeitados por estarem duplicados, 500 por estarem enquadrados em algum critério de exclusão definida na RSL. E aceitos 26 artigos por estarem enquadrados em algum critério de inclusão.

Em relação ao total de artigos selecionados para análise preliminar, a Figura 1 demonstra em porcentagem os resultados obtidos em cada base de periódicos.

Figura 1 – Resultado das buscas por periódico



Fonte: Parsifal.al (2023)

Do Periódico da Capes foram analisados 168 artigo, 8 foram aceitos para análise, do Periódico da *Scopus* foram analisados 132 artigos, 5 foram aceitos para análise, do Periódico da *Web of Science* foram analisados 177 artigos, 6 foram escolhidos para análise e do Periódico *ERIC* foram analisados 231 e aceitos 7 artigos para análise.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na leitura dos resumos, os artigos foram pontuados de acordo com perguntas classificatórias sobre o tema: Aborda rompimento de bloqueios criativos por meio de técnicas de criatividade? Abortada Técnicas de criatividade? Aborda Bloqueios criativos? Possui relevância para a pesquisa?

Para resposta: Sim, foi atribuído 1.0. Parcialmente 0.5. E não 0.0 Ponto. A tabela 6 apresenta a pontuação e classificação inicial dos artigos.

Tabela 6 – Classificação dos artigos

Título, autores e ano	Pontos
Título: *Creative development, self-esteem and barriers to creativity inuniversity students of education according to their participation inartistic activities* **Autores:** (Chacon-Lopez, Helena *and* Maeso-Broncano, Ana. 2023)	3.5
Título: *Common barriers in teaching for creativity in K-12 classrooms: A literature review* **Autores:** (Bullard, Annessia J. *and* Bahar, A Kadir. 2023)	3.5
Título: *Barriers to personal creativity among elementary to higher education teachers* **Autores:** (Alencar, Eunice ML Soriano. de *and* Fleith, Denise de Souza. 2003)	3.0
Título: *Do creativity techniques enhances employees soft skills?* **Autores:** (Orlando, Lima Rua. *and* Maia, Ana Rita. 2023)	3.0
Título: *The Effects of Creative Problem-Solving Process Training on AcademicWell-being of Shahid Chamran University Students* **Autor:** (Hajiyakhchali, Alireza. 2013)	3.0
Título: *What Do We Know about Creativity?* **Autor: (**Gomez, Jose G. 2007)	3.0
Título: *Games for Science Education: Is This Technique Effective for Developing Students' Creativity and Scientific Competence?* **Autores:** (Daniyarova, Akmaral and Suad, Alwaely and Vecherinina, Elena *and* Seluch, Marina *and* Ananishnev, Vladimir. 2022)	2.5
Título: *Improved Creative Thinkers in a Class: A Model of Activity Based Tasks for Improving University Students' Creative Thinking Abilities* **Autor:** (Oncu, Elif Celebi. 2016)	2.5
Título: *Using the C-K Theory to Develop Student's Creativity: A Case Study of Creative University.* **Autor: (**Suacamram, Mayuree. 2019)	2.5
Título: *Creativity and Innovation Skills in University STEM Education: The CHETProject Approach* **Autores:** (Garcia-Aranda, Cesar *and* Molina-Garcia, Agustin *and* Morillo Balsera, Maria del Carmen *and* Martinez-Cuevas, Sandra *and* Rodriguez Hurtado, Encarnacion *and* Perez Rodriguez, Javier *and* Rodriguez-Chueca, Jorge *and* Torroja Fungairino, Yago *and* Rodriguez Hernandez, Manuel *and* Gonzalez Miquel, Maria *and* Diaz Moreno, Francisco Ismael *and* Gonzalez Gomez, Emilio Jose *and* de la Fuente Garcia-Soto, Maria del Mar *and* Giannakis,Stefanos *and* del Castillo Gonzalez, Isabel *and* Martinez Nunez, Margaritaand Blasco Contreras, Fernando *and* Izquierdo Garcia, Pilar Cristina. 2020)	2.5
Título: *Creativity and problem-solving: Closing the skills gap* **Autores:** (Martz, Ben *and* Hughes, Jim *and* Braun, Frank. 2017)	2.5
Título: *Creativity training in organizations: a ready-to-implement concept; [Kreativitätstraining in Organisationen: ein umsetzbares Konzept]* **Autor:** (Gumula, Julia. 2020)	2.5
...continua	

...conclusão	
Título: Técnicas de criatividade como meio facilitador do processo criativo nas organizações **Autores:** (Pinheiro, Cristiano Max Pereira e Schreiber, Dusan e Haubert, Bruna. 2016)	2.5
Título: *Using Creative Techniques in Leadership Learning and Development: An Introduction* **Autores:** (Edwards, Gareth *and* Elliott, Carole *and* Iszatt-White, Marian *and* Schedlitzki, Doris. 2015)	2.5
Título: *Exploring the Effects of Creativity Training on Creative Performance and Creative Self-Efficacy: Evidence from a Longitudinal Study* *Autores:* (Meinel, Martin and Wagner, Timm F. and Baccarella, Christian V. and Voigt, Kai-Ingo. 2019)	2.5
Título: *Systematic Integration of Solution Elements: How Does Digital Creativity Support Change Group Dynamics?* **Autores:** (Perteneder, Florian *and* Hahnwald, Susann *and* Haller, Michael *and* Gaubinger, Kurt. 2013)	2.5
Título: *The Creativity Diamond—A Framework to Aid Creativity* **Autores:** (Childs, Peter and Han, Ji *and* Chen, Liuqing *and* Jiang, Pingfei *and* Wang, Pan *and* Park, Dongmyung *and* Yin, Yuan *and* Dieckmann, Elena *and* Vilanova, Ignacio. 2022)	2.5
Título: *Creative block: A brief inquiry* **Autor:** (Crosson, Carrie W. 1982)	2.0
Título: *Creative management techniques and methods as a part of the management education: analytical study on students' perceptions* **Autores:** (Ali Taha, Viktoria *and* Tej, Juraj and Sirkova, Michaela. 2015)	2.0
Título: *The Significance of Creativity in Our Lives* **Autor:** (Forster, Jill. 2015)	2.0
Título: A COMPLEXIDADE E A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE NA GESTÃO DO CONHECIMENTO **Autores:** (Angelica Conceição Dias Miranda; Lourdes de Costa; Remor; Fernandes Luciano Lazzaris; Ana Paula Perfeto Demarchi; Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier e Neri dos Santos. 2008)	1.5
Título: *Active methodologies and knowledge management to promote creativity and innovation in the classroom* **Autores:** (Ines Nobile, Cecilia and Gauna Dominguez, Celeste del Valle and Aude Berozonce, Maria Paz and Perez, Julian. 2021)	1.5
Título: *Analysis of the Impact of Creative Technique on the Motivation of Physical Education Students in Dance Content: Gender Differences* **Autores:** (Amado, Diana *and* Del Villar, Fernando *and* Sánchez-Miguel, Pedro Antonio *and* Leo, Francisco Miguel *and* García-Calvo, Tomás. 2016)	1.5
Título: *Creative methodologies to enhance communication* **Autores:** (Kennedy, Lucille *and* Brewer, Gayle. 2016)	1.5
Título: *Building Passion and Potential for Creative Learning in Higher Education* **Autor:** (Keller-Mathers, Susan. 2011)	1.5
Título: *Creative and Functional Education: The Challenges and Prospects in a Comatose Economy* **Autores:** (Agbowuro, Christine *and* Saidu, Shuaibu *and* Jimwan, Christiana S. 2017)	1.5

Elaborada pelos autores (2023)

Após a classificação inicial foi realizada a leitura completa e a análise de cada artigo e uma triagem dos artigos por grau de relevância. A seguir são apresentadas as Tabelas 4, 5 e 6 que constituem respectivamente artigos com alta relevância, média relevância, e baixa relevância. Durante a leitura completa de cada artigo, foi feito o detalhamento das respostas das perguntas classificatórias e um breve comentário do motivo da classificação de relevância que cada estudo apresentou para pesquisa. Como apresenta a Tabela 7. os artigos foram organizados por cronologia do ano de publicação.

Tabela 7 – Artigos com alta relevância

Alta relevância		
Nome do artigo	**Aborda bloqueios de criatividade e o rompimento.**	**Aborda técnicas de criatividade.**
The Effects of Creative Problem-Solving Process Training on AcademicWell-being of Shahid Chamran University Students (Hajiyakhchali, Alireza. 2013)	Aborda aspectos relacionados ao afeto na escola, eficácia acadêmica percebida e comportamento disruptivo.	Sim aborda, porém não detalha quais técnicas são utilizadas.
Aborda a perspectiva dos alunos em relação à educação, e a mudança de comportamento e atitude diante da apresentação de técnicas de criatividade e apresenta resultados da prática da aplicação de técnicas de criatividade no ensino.		
The Significance of Creativity in Our Lives (Forster, Jill. 2015)	Não aborda rompimento, mas aborda perspectivas relacionadas aos ambientes promotores da criatividade	Apresenta como exemplo a utilização da Sinética (significa juntar elementos diferentes, aparentemente não relacionados entre si).
Possui alta qualidade e atualidade do embasamento teórico.		
Técnicas de criatividade como meio facilitador do processo criativo nas organizações (Pinheiro, Cristiano Max Pereira e Schreiber, Dusan e Haubert, Bruna. 2016)	Não aborda o rompimento de bloqueios mentais. Não aborda bloqueios de criatividade, mas evidencia algumas as dificuldades em relação ao desenvolvimento da criatividade.	Aborda de forma clara a utilização de algumas técnicas de criatividade.
Possui um bom embasamento teórico.		
Do creativity techniques enhances employees soft skills? (Orlando, Lima Rua. *and* Maia, Ana Rita. 2023)	Aborda aspectos ambientais que podem gerar bloqueios mentais criativos. Aborda de forma geral alguns fatores que influenciam bloqueios.	Aborda com bastante precisão a utilização de técnicas de criatividade.
Tem qualidade no embasamento teórico e demonstra resultados práticos.		

Elaborada pelos autores (2023)

Os artigos considerados de alta relevância apresentavam um embasamento teórico bem fundamentado, atualizado e alguns apresentaram resultados práticos da aplicação de técnicas de criatividade, inclusive a mudança de comportamentos e atitude diante da apresentação das técnicas, que são perspectivas e aspectos que podem ser considerados na análise do objeto de estudo da RSL.

A Tabela 8 apresenta os artigos considerados de média relevância para a pesquisa, e receberam essa avaliação, geralmente por ter algum foco específico ou não abordar alguma das perguntas classificatórias elaboradas no protocolo.

Tabela 8 – Artigos com média relevância

Média relevância		
Nome do artigo	**Aborda bloqueios de criatividade e o rompimento.**	**Aborda técnicas de criatividade.**
Creative block: A brief inquiry (Crosson, Carrie W. 1982)	Não aborda rompimento. Em uma perspectiva de autoanálise, o estudo aborda alguns bloqueios de criatividade, expressos por mulheres artistas, respondentes de um questionário.	Não aborda.
Possui média relevância para pesquisa.		
Barriers to personal creativity among elementary to higher education teachers (Alencar, Eunice ML Soriano. de *and* Fleith, Denise de Souza. 2003)	Aborda de maneira mais enfática os bloqueios à criatividade: inibição/timidez; falta de tempo e oportunidade; repressão social e falta de motivação.	Não aborda técnicas de criatividade.
De maneira superficial aborda condições que podem favorecer a expressividade da criatividade por parte de professores e bloqueios relevantes na expressão da criatividade desses, que atuam diretamente na formação de estudantes, futuros profissionais.		
What Do We Know about Creativity? (Gomez, Jose G. 2007)	De maneira geral aborda bloqueios e rompimentos, relacionando questões ambientais, psíquicas e pessoais. E de maneira geral, fatores que favorecem a identificação de barreiras e os fatores que influenciam.	Aborda práticas criativas.
Possui embasamento teórico satisfatório, porém não apresenta resultados de aplicação de técnicas de criatividade.		
Creative management techniques and methods as a part of the management education: analytical study on students' perceptions (Ali Taha, Viktoria *and* Tej, Juraj and Sirkova, Michaela. 2015)	Não aborda rompimento de bloqueios. Não aborda bloqueios criativos, mas a importância da curricularização para o desenvolvimento da criatividade em futuros profissionais.	Aborda algumas técnicas de criatividade específicas de um curso que trabalha a criatividade na gestão.
Relata que embora a criatividade e a capacidade de pensar “fora da caixa” é fundamental para o sucesso dos estudantes (futuros gestores) no mercado de trabalho, as abordagens pedagógicas “tradicionais” (centradas no professor e passivo-receptivas) ainda dominam a estrutura existente no currículo, faltam cursos que apoiem ou “deem espaço suficiente” para a criatividade. Conclui-se que a introdução do curso CMM&MG no currículo como parte do ensino e desenvolvimento da criatividade dos alunos teve sucesso.		
Using the C-K Theory to Develop Student's Creativity: A Case Study of Creative University (Suacamram, Mayuree. 2019)	Não aborda	Não aborda
Estuda a abordagem da teoria CK é um princípio sistemático usado para projetar produtos, serviços ou soluções, revisando as ideias básicas do design, é utilizada como uma ferramenta para gerar ideias criativas em design. Este estudo colocou em prática uma teoria e princípios aplicando a teoria CK para criar planos de aulas de oficinas para o desenvolvimento da criatividade para um grupo de alunos de graduação do Curso “Design e Visualização para Filmes”. Possui embasamento teórico bem fundamentado.		

...continua

		...conclusão
Creativity training in organizations: a ready-to-implement concept; [Kreativitätstraining in Organisationen: ein umsetzbares Konzept (Gumula, Julia. 2020)	Não aborda.	Aborda especificamente a utilização da técnica de Design *Thinking* com algumas variações.
Apresenta resultados práticos da aplicação da técnica de criatividade.		
The Creativity Diamond A Framework to Aid Creativity (Childs, Peter and Han, Ji *and* Chen, Liuqing *and* Jiang, Pingfei *and* Wang, Pan *and* Park, Dongmyung *and* Yin, Yuan *and* Dieckmann, Elena *and* Vilanova, Ignacio. 2022)	Não aborda.	Aborda a estrutura da metodologia "Diamante da Criatividade" multidisciplinar para indicar quais ferramentas generativas podem ser úteis para desenvolver a criatividade.
Aborda metodologia baseada em uma estrutura desenvolvida que incorpora princípios fundamentais para orientar a criatividade. A estrutura incorpora os princípios da divergência, a geração de muitas ideias, através da seleção e do refinamento, a convergência pode ocorrer com a seleção de ideias preferidas para desenvolvimento posterior. Tem qualidade de produção, porém, não apresenta resultados da aplicação de técnicas de criatividade.		
Games for Science Education: Is This Technique Effective for Developing Students' Creativity and Scientific Competence? (Daniyarova, Akmaral and Suad, Alwaely and Vecherinina, Elena and Seluch, Marina and Ananishnev, Vladimir. 2022)	Não aborda.	Utiliza técnicas específicas e métodos pedagógicos.
Os resultados do estudo mostraram que as atividades lúdicas melhoram a qualidade da aprendizagem dos alunos, tanto em sala de aula como online, e melhoram o funcionamento de muitos processos, incluindo a velocidade e flexibilidade de pensamento, capacidade de memória e atenção. Este estudo demonstra que as atividades lúdicas utilizadas no processo educacional podem desempenhar um papel positivo no ensino dos alunos.		
Common barriers in teaching for creativity in K-12 classrooms: A literature review (Bullard, Annessia J. and Bahar, A Kadir. 2023)	Aborda o mito da singularidade da criatividade.	Não aborda técnicas de criatividade.
Aborda de forma superficial algumas perspectivas de como barreiras ao ensino da criatividade na educação, poderiam ser analisadas e as possíveis adequações para um ensino pautado na criatividade. A análise é limitada as barreiras enfrentadas pelos professores no ensino fundamental, em relação as dificuldades em ensinar de forma criativa		

Elaborada pelos autores (2023)

Os artigos considerados de média relevância possuíam qualidade de produção, bom embasamento teórico, porém, não apresentaram resultados da aplicação de técnicas de criatividade. E alguns estudos estão focados em um grupo ou técnica específica.

A Tabela 9 apresenta artigos considerados de baixa relevância para a pesquisa, receberam essa avaliação, geralmente por ter algum foco específico ou não abordar alguma, ou nenhuma das perguntas classificatórias elaboradas no protocolo.

Tabela 9 – Artigos com pouca relevância

Pouca relevância		
Nome do artigo	**Aborda bloqueios de criatividade e o rompimento.**	**Aborda técnicas de criatividade.**
A COMPLEXIDADE E A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE NA GESTÃO DO CONHECIMENTO (Angelica Conceição Dias Miranda; Lourdes de Costa; Remor; Fernandes Luciano Lazzaris; et. Al. 2008)	Não faz menção.	Aborda a técnica brainstorming 6-3-5, como possível método na gestão do conhecimento.
Tem foco maior na conceituação de análise da Gestão do conhecimento.		
Building Passion and Potential for Creative Learning in Higher Education (Keller-Mathers, Susan. 2011)	Não aborda rompimento. Aborda bloqueios de maneira geral.	Não especificamente.
Possui embasamento teórico satisfatório, porém não apresenta aplicação de técnicas de criatividade na prática.		
Systematic Integration of Solution Elements: How Does Digital Creativity Support Change Group Dynamics? (Perteneder, Florian *and* Hahnwald, Susann *and* Haller, Michael *and* Gaubinger, Kurt. 2013)	Não aborda.	Aborda técnica específica.
Aborda especificamente a técnica de criatividade *SIS* (*Systematic Integration of Solution)* (Integração Sistemática da Solução), configuração baseada em múltiplas superfícies interativas em um ambiente digital.		
Using Creative Techniques in Leadership Learning and Development: An Introduction (Edwards, Gareth *and* Elliott, Carole *and* Iszatt-White, Marian *and* Schedlitzki, Doris. 2015)	Não aborda.	Aborda técnicas de criatividade na área de artes, como encenação, teatro, música.
Possui pouca relevância para pesquisa.		
Improved Creative Thinkers in a Class: A Model of Activity Based Tasks for Improving University Students' Creative Thinking Abilities (Oncu, Elif Celebi. 2016)	Não aborda	Não utiliza técnicas usuais, mas sim tarefas e práticas de imaginação e ideação.
Os resultados desta pesquisa indicaram que as atividades educativas baseadas na criatividade têm um impacto positivo no pensamento criativo dos alunos, e mencionaram que aprenderam a pensar de forma divergente no seu dia a dia.		
Creative methodologies to enhance communication (Kennedy, Lucille *and* Brewer, Gayle. 2016)	Aborda algumas características de pessoas com dificuldade de aprendizagem e comunicação.	Aborda metodologia ativa, baseada em criatividade, especificamente para trabalhar com pessoas com dificuldade de aprendizagem e comunicação
Não possui relevância para pesquisa.		

...continua

...continuação

Creative and Functional Education: The Challenges and Prospects in a Comatose Economy (Agbowuro, Christine *and* Saidu, Shuaibu *and* Jimwan, Christiana S. 2017)	Não faz menção a rompimento e nem de bloqueios criativos.	Não aborda a utilização de técnicas de criatividade.
Retrata particularmente a economia e educação na Nigéria, e a atualização curricular da educação para formação de profissionais com habilidades e competências criativas aptos ao mercado atual.		
Creativity and problem-solving: Closing the skills gap (Martz, Ben *and* Hughes, Jim *and* Braun, Frank. 2017)	Não aborda o rompimento de bloqueios criativos. Aborda bloqueios criativos de forma superficial.	Aborda algumas técnicas de criatividade na resolução de problemas.
A análise apenas conclui que os alunos expostos ao ensino de técnicas de criatividade na resolução de problemas, são capazes de identificar e utilizar as técnicas.		
Exploring the Effects of Creativity Training on Creative Performance and Creative Self-Efficacy: Evidence from a Longitudinal Study (Meinel, Martin and Wagner, Timm F. and Baccarella, Christian V. and Voigt, Kai-Ingo. 2019)	Não aborda.	Aborda algumas técnicas específicas.
O estudo, tem um foco direcionado em analisar quão duradouros são os efeitos do treino da criatividade, se todos os participantes beneficiam igualmente de tais formações em termos de desempenho criativo e se as formações em criatividade também podem ser capazes de aumentar a autoeficácia criativa.		
Creativity and Innovation Skills in University STEM Education: The CHET Project Approach (Garcia-Aranda, Cesar *and* Molina-Garcia, Agustin *and* Morillo Balsera, Maria del Carmen. Et.al 2020)	Não aborda.	Não aborda.
O projeto CHET promove a adoção de práticas inovadoras no ensino superior STEM *(Science, Technology, Engineering, and Mathematics)*, proporcionando aos professores as aptidões e competências necessárias para apoiar abordagens de aprendizagem personalizadas, aprendizagem colaborativa e pensamento crítico. O objetivo é que os alunos aprendam diferentes assuntos enquanto usam e adquirem habilidades de criatividade.		
Active methodologies and knowledge management to promote creativity andinnovation in the classroom (Ines Nobile, Cecilia and Gauna Dominguez, Celeste del Valle and Aude Berozonce, Maria Paz and Perez, Julian. 2021)	Não aborda rompimento, mas menciona bloqueios de forma geral.	Não aborda, especificamente. Mas analisa metodologias criativas.
Possui pouca relevância para pesquisa.		
Creative development, self-esteem and barriers to creativity inuniversity students of education according to their participation in artistic activities (Chacon-Lopez, Helena *and* Maeso-Broncano, Ana. 2023)	Não aborda rompimento. Aborda bloqueios criativos de forma geral e superficial.	Aborda técnicas artísticas de criatividade.

...continua

...conclusão		
O objetivo principal deste estudo foi analisar a importância da prática de atividades artísticas na competência criativa de estudantes universitários, ainda que se constate que essas práticas melhoram a criatividade. A comparação entre o grupo que participou em atividades artísticas e o que não participou mostra que os primeiros obtiveram pontuações mais elevadas.		
Analysis of the Impact of Creative Technique on the Motivation of Physical Education Students in Dance Content: Gender Differences (Chacon-Lopez, Helena *and* Maeso-Broncano, Ana. 2023)	Não aborda.	Aborda técnicas específicas do ensino da dança.
O objetivo deste estudo foi conhecer a eficácia de duas técnicas de ensino de dança, a técnica de exame criativo e a técnica de instrução direta, na satisfação das necessidades psicológicas básicas, no nível de autodeterminação, na percepção de utilidade, no prazer e esforço dos estudantes de educação física.		

Elaborada pelos autores (2023)

Todos os artigos, com exceção de dois, apresentaram algum grau de relevância para a pesquisa, não sendo desconsiderada a possibilidade de reanálise de cada um durante a compilação do estudo em foco, e durante a realização de alguma parte do processo de construção do estudo e que possam apresentar alguma perspectiva ou relevância para o estudo.

3.1 ANÁLISE DOS ARTIGOS CONSIDERADOS DE ALTA RELEVÂNCIA.

Após a triagem dos artigos selecionados no protocolo da RSL, foram considerados com alta relevância quatro artigos, como representado na Tabela 4, e na sequência é apresentada uma descrição analítica de cada um bem como as contribuições que podem oferecer na construção do estudo objeto da RSL.

Título: *The Effects of Creative Problem Solving Process Training on Academic Well-being of Shahid Chamran University Students*

Autor: Shahid Chamran (2013)

O artigo investiga os efeitos do treinamento no processo de resolução criativa de problemas (CPS, na sigla em inglês para *Creative Problem Solving*) no bem-estar acadêmico de estudantes universitários. O estudo foi conduzido por Alireza Hajiyakhchali, professor assistente da universidade. O principal objetivo foi examinar se o treinamento no processo de CPS poderia melhorar o bem-estar acadêmico dos estudantes, que foi avaliado em três componentes:

1) Afeto na escola (sentimentos positivos em relação ao ambiente escolar);
2) Eficácia acadêmica percebida (crença dos estudantes em sua capacidade de ter sucesso acadêmico);
3) Autorrelato de comportamento disruptivo (comportamentos que interferem no aprendizado).

O estudo utilizou um design experimental de campo com pré-teste e pós-teste, envolvendo um grupo experimental e um grupo de controle. Com uma amostra de 60 estudantes universitários da Universidade *Shahid Chamran* selecionados aleatoriamente e divididos em dois grupos (30 no grupo experimental e 30 no grupo de controle).

Intervenção: O grupo experimental recebeu treinamento no processo de CPS, que incluiu 12 técnicas de criatividade divididas em duas fases: pensamento criativo e pensamento crítico. O grupo de controle não recebeu nenhum treinamento.

Medidas: O bem-estar acadêmico foi avaliado por meio de um questionário composto por 18 itens, que mediu os três componentes mencionados anteriormente. A confiabilidade interna do questionário foi verificada usando o alfa de *Cronbach,* com valores de 0,78 para afeto na escola, 0,80 para eficácia acadêmica percebida e 0,85 para comportamento disruptivo.

Segundo o estudo, os resultados da análise de covariância (ANCOVA) mostraram que o treinamento em CPS teve um impacto significativo no bem-estar acadêmico dos estudantes. Em relação ao afeto na escola: o grupo experimental apresentou um aumento significativo no afeto positivo em relação à escola após o treinamento; Eficácia acadêmica percebida: os estudantes do grupo experimental relataram uma maior crença em sua capacidade acadêmica após o treinamento; comportamento disruptivo: o grupo experimental apresentou uma redução significativa no autorrelato de comportamentos disruptivos.

Os resultados indicam que o treinamento em CPS pode ser uma estratégia eficaz para melhorar o bem-estar acadêmico dos estudantes. Além de melhorar a capacidade de resolução de problemas, o CPS também contribui para uma atitude mais positiva em relação à escola e para uma maior autoconfiança acadêmica. O estudo sugere que a educação criativa não apenas melhora as habilidades cognitivas dos estudantes, mas também tem um impacto positivo em seu bem-estar emocional e comportamental.

O estudo conclui que o treinamento em CPS pode ser uma ferramenta valiosa para educadores que buscam melhorar o bem-estar acadêmico dos estudantes. A implementação de estratégias de CPS no currículo escolar pode ajudar os estudantes a lidarem de forma mais eficaz com os desafios acadêmicos e a desenvolver uma atitude mais positiva em relação ao ambiente escolar.

O estudo sugere que o CPS pode ser aplicado em diversos níveis educacionais, desde o ensino fundamental até o ensino superior, e que o desenvolvimento de habilidades metacognitivas é essencial para maximizar os benefícios do processo de CPS. Além disso, o estudo destaca a importância de criar condições que facilitem o funcionamento criativo dos estudantes, especialmente quando há um ensino deliberado e estruturado.

O estudo foi considerado como relevante na RSL, pois, tanto seu formato metodológico como a estrutura da aplicação da pesquisa se assemelha com o estudo desejado aborda a perspectiva dos alunos em relação à educação, e a mudança de comportamento e atitude diante da apresentação de técnicas de criatividade e apresenta resultados da prática da aplicação de técnicas de criatividade no ensino, tendo objetivo semelhante ao que se espera desenvolver no estudo objeto da RSL.

O artigo a seguir não aborda o rompimento de bloqueios criativos, mas contempla perspectivas relacionadas aos ambientes promotores da criatividade e inovação e apresenta como exemplo a utilização de uma técnica de criatividade específica. Tanto em relação aos ambientes promotores de criatividade e inovação, quanto a apresentação da técnica de criatividade serão proveitosos na compilação do estudo objeto. Como demonstra a análise do estudo a seguir.

Título*: "The Significance of Creativity in Our Lives"*
Autor: Jill Forster (2015)

O artigo de Jill Forster (2015) é um ensaio teórico que explora a importância da criatividade na vida cotidiana e no desenvolvimento humano. A autora defende que a criatividade não apenas traz satisfação pessoal, mas também é essencial para

resolver problemas e inovar em diversas áreas, como ciência, negócios, arte e educação.

Enfatiza que a criatividade é uma necessidade, pois molda a capacidade de adaptação e inovação diante de um mundo em constante mudança. Argumenta que a educação deve preparar os alunos para desafios imprevisíveis, ensinando-os a resolver problemas de maneira criativa.

A autora critica os sistemas educacionais tradicionais, que frequentemente tratam a escola como um ambiente isolado da vida real. Segundo ela, o ensino deve focar no desenvolvimento do pensamento criativo e crítico, permitindo que os alunos adquiram habilidades como: resolução de problemas; adaptação a novas situações e aprendizado com erros e experimentação. O relatório Pisa (2012) e o Currículo Australiano (2012) são citados como exemplos de documentos que reconhecem a necessidade de ensinar habilidades criativas para preparar os alunos para um mundo imprevisível.

Forster (2015) diferencia criatividade e inovação em que a criatividade se refere à capacidade de gerar novas ideias e a inovação é a aplicação dessas ideias para produzir mudanças significativas. Destaca a importância da motivação e da persuasão para transformar ideias criativas em inovação. Inspirando-se no trabalho de Daniel Pink (2012), a autora sugere que os educadores devem "vender" desafios aos alunos, incentivando-os a resolver problemas reais com soluções inovadoras.

O estudo reafirma que criatividade é essencial em diversas disciplinas e apresenta exemplos concretos de inovação em áreas como: literatura em que escritores transformam experiências de vida em ficção, tornando a narrativa mais envolvente do que a realidade; culinária em que grandes chefs reinventam pratos tradicionais, criando novas combinações de sabores; perfumaria em que a inovação em fragrâncias, como a de Coco Chanel, resulta da combinação de técnica e imaginação; ciência e tecnologia em que pesquisadores e engenheiros desenvolvem descobertas que mudam a sociedade, como a criação do *Wi-Fi* por John O'Sullivan e a descoberta da telomerase por Elizabeth Blackburn. Enfatiza que a criatividade é a chave para progresso em qualquer campo, transformando elementos conhecidos em algo novo e significativo.

Segundo o estudo, para que uma ideia criativa se torne inovação, são necessárias algumas características como: assumir riscos, pessoas criativas não temem errar; ao contrário, usam os erros como aprendizado; persistência, o sucesso vem da repetição e da melhoria contínua; colaboração, muitas descobertas e inovações surgem da interação entre mentes criativas. Enfatiza que a colaboração na ciência, engenharia e arte tem sido um fator crucial para grandes avanços. O trabalho em equipe permite que diferentes perspectivas se juntem para resolver problemas complexos.

No artigo é destacado o método *Synectics*, que usa analogias para ampliar o pensamento criativo e gerar novas ideias. Essa técnica ajuda alunos a enxergarem problemas de maneira diferente e a conectarem conceitos aparentemente não relacionados.

Exemplo de exercício com *Synectics* aplicado à literatura:

Comparar um sobrevivente a algo inesperado (exemplo: "Um sobrevivente é como uma ilha").

Criar descritores para essa analogia (exemplo: "isolado", "forte", "desafiante").

Combinar palavras incomuns para criar ideias (exemplo: "barreira transparente", "força frágil").

Segundo o estudo, essa técnica permite que os alunos desenvolvam conexões inesperadas e encontrem soluções inovadoras.

A autora (2015) cita um estudo da IBM, que identificou a criatividade como a principal competência de liderança no século XXI. Grandes líderes, segundo a autora, combinam imaginação e coragem para tomar decisões inovadoras. Destaca-se que as empresas estão investindo em criatividade para impulsionar o crescimento e que escolas precisam ensinar habilidades empreendedoras para preparar os alunos para um mercado de trabalho dinâmico.

E argumenta que a imaginação deve ser incentivada tanto na escola quanto no ambiente de trabalho. A sobrecarga de informação, segundo ela, pode ser prejudicial, pois impede a reflexão e a criatividade. Cita Alain de Botton (2009), que defende que a inovação vem da capacidade de questionar o que já existe e imaginar novas possibilidades.

Segundo o estudo, a criatividade é essencial para todos os aspectos da vida, desde a educação até a inovação e o sucesso profissional. Enfatiza que se deve incentivar a curiosidade, o pensamento crítico e a experimentação para preparar indivíduos capazes de enfrentar os desafios do futuro em um processo contínuo de descoberta e transformação.

Apesar do estudo em questão não apresentar de forma direta a utilização de técnicas de criatividade em relação ao rompimento de bloqueios criativos, possui uma abordagem teórica importante em relação à influência dos ambientes no desenvolvimento da criatividade nas várias esferas da vida cotidiana e organizacional. O artigo foi um dos escolhidos para apreciação pois sua fundamentação teórica pode corroborar e enriquecer o estudo base da RSL.

Título: Técnicas de Criatividade como Meio Facilitador do Processo Criativo nas organizações
Autores: Bruna Haubert; Cristiano Max Pereira Pinheiro e Dusan Schreiber (2016)

O artigo explora a importância da criatividade no desenvolvimento econômico e sua aplicação no ambiente organizacional, busca identificar e apresentar técnicas de criatividade que facilitem a geração de ideias e soluções inovadoras.

Defende que no contexto organizacional, a criatividade não pode ser tratada de forma padronizada, como acontecia na era industrial. Ela deve ser incentivada de maneira estratégica para que possa gerar inovação e diferenciação no mercado. Cita Richard Florida (2011) que defende que a criatividade está diretamente ligada à resolução de problemas, sendo um fator determinante para o crescimento das empresas. No entanto, para que ela seja efetiva, são necessários um ambiente propício e o uso de técnicas adequadas que estimulem a geração de novas ideias.

O artigo tem como objetivo apresentar técnicas de criatividade utilizadas no meio organizacional para facilitar o desenvolvimento de ideias e a solução de problemas, utiliza um método exploratório e descritivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica. A coleta de dados foi realizada em bases de referência acadêmica como SCOPUS e SCIELO, utilizando os termos *"creative tools" e "tools for creativity".* Os critérios de seleção dos materiais incluíram a relevância para o tema, bem como a aplicabilidade prática no ambiente organizacional. Foram analisados livros, artigos científicos e relatórios institucionais.

Segundo o estudo a criatividade no ambiente de trabalho é fundamental para a inovação e a competitividade e está relacionada à capacidade de resolução de problemas, permitindo que os colaboradores contribuam para a criação de novos

produtos, serviços e processos, no entanto, um dos desafios enfrentados pelas organizações é a dificuldade em criar um ambiente que estimule a criatividade.

Esta seção do artigo tem importante relevância para o estudo objeto da RSL, pois identifica possíveis interferências que ambientes rígidos e inflexíveis podem causar no desenvolvimento da criatividade e que as vezes podem criar bloqueios criativos, sendo esse um dos motivos da apreciação do estudo.

O artigo relata que pesquisas indicam que apenas 2% dos novos modelos de gestão incluem a criatividade como um dos elementos centrais em sua concepção, porém algumas empresas ainda exploram minimamente o potencial criativo de seus funcionários, restringindo a inovação a departamentos específicos, como Pesquisa & Desenvolvimento (Moraes & Lima, 2010).

Segundo o estudo, de acordo com Amábile (1998), a criatividade é influenciada por três elementos principais:

Especialidade – Conhecimento técnico e experiência no domínio do trabalho.

Habilidade de Pensamento Criativo – Capacidade de encontrar novas combinações e soluções.

Motivação – Pode ser intrínseca (motivação pessoal) ou extrínseca (incentivos externos).

A combinação desses três fatores pode aumentar a criatividade dentro de uma organização e um ambiente que encoraja a experimentação e a troca de ideias é essencial para o sucesso dos processos criativos.

A análise desses fatores faz-se necessária quando se busca descrever os elementos que influenciam o desenvolvimento da criatividade, bem como, a relação da motivação para criatividade que pode ser inerente da própria pessoa ou estimulada pelo ambiente interno. Essa abordagem pode trazer contribuições para a construção do artigo da RSL, quando for compilado o estudo sobre as questões motivacionais da criatividade nos indivíduos.

O artigo apresenta cinco técnicas de criatividade aplicáveis ao ambiente organizacional, divididas em dois grupos: Técnicas para definição de problemas (Redefinição Heurística, Bússola) e Técnicas para geração de soluções (*Brainstorming,* Desafiando Pressupostos, Oposto)

Todas as técnicas são descritas detalhadamente, bem como suas possíveis contribuições e resultados. As técnicas apresentadas oferecem métodos estruturados para facilitar a criatividade e a inovação, permitindo que as empresas desenvolvam novas soluções para problemas complexos.

O estudo reforça a importância da criatividade para o crescimento das organizações e destaca que seu potencial ainda é subutilizado no ambiente corporativo, ressalta que a criatividade não é um dom exclusivo de algumas pessoas, mas pode ser estimulada por meio de técnicas adequadas, o fator humano é essencial para o sucesso dos processos criativos, e as empresas devem incentivar a motivação e a interação entre os colaboradores.

Embora o artigo apresente diversas técnicas eficazes, ele ressalta que nenhuma técnica, por si só, gera resultados sem o envolvimento humano. O verdadeiro diferencial das organizações criativas está na forma como elas estimulam seus colaboradores a inovarem continuamente e reforça que o ambiente organizacional deve ser propício à criatividade, permitindo que os colaboradores experimentem e compartilhem ideias livremente.

O artigo foi um dos selecionados, por apresentar uma demonstração detalhada de como as técnicas de criatividade e ambientes propícios juntamente com os fatores

motivacionais podem impactar no desenvolvimento da criatividade e evitar o desenvolvimento de bloqueios criativos.

O artigo a seguir aborda aspectos ambientais que podem gerar bloqueios mentais criativos e de forma geral alguns fatores que influenciam os bloqueios, apresenta com bastante precisão a utilização de algumas técnicas de criatividade específicas. Não fazendo relação com o rompimento de bloqueios por meios das técnicas de criatividade.

Título: *Do creativity techniques enhances employees soft skills?*
As técnicas de criatividade melhoram as competências transversais dos trabalhadores?
Autores: Orlando Lima Rua e Ana Rita Maia (2023)

O artigo apresenta um estudo empírico que visa compreender como as técnicas de criatividade melhoram as *soft skills* dos funcionários e pretende compreender de que forma o ambiente que rodeia os trabalhadores das empresas pode afetar o seu desempenho.

A amostra foi retirada de várias empresas localizadas em todo o território português, empresas mais focadas no mundo do Marketing e Gestão e com um elevado número de trabalhadores, o estudo não especifica as empresas.

O estudo tem como objetivo compreender a relação entre as técnicas de criatividade, as *soft skills* e o desempenho dos trabalhadores, principalmente na área de Marketing e Gestão. É utilizada uma metodologia quantitativa e pretende responder a seguinte questão de investigação: Como é que as técnicas de criatividade podem melhorar as *soft skills* dos trabalhadores e melhorar o seu desempenho nas empresas?

A investigação se deu por meio da aplicação de um questionário com 87 questões e respostas de funcionários das empresas selecionadas. Foi aplicado de 18 de maio a 29 de maio de 2022. Foram obtidos 87 questionários completos e validados.

No questionário foi testado empiricamente as seguintes hipóteses: As técnicas de criatividade têm um efeito positivo na resolução de problemas. As técnicas de criatividade têm um efeito positivo na criatividade e inovação. As técnicas de criatividade têm um efeito positivo na negociação.

Os construtos do estudo foram medidos com escalas de investigações anteriores. As três dimensões de *soft skills* escolhidas foram resolução de problemas, criatividade e inovação e negociação, uma vez que foram as que melhor se adequam ao perfil das empresas, segundo o estudo. As dimensões foram avaliadas utilizando uma ferramenta de autoavaliação da ELene4Work (EC, 2019), em uma escala de 1 a 7, com "1 - Discordo totalmente" e "7 - Concordo totalmente".

Para medir as técnicas de criatividade utilizadas nas empresas, foi utilizado um questionário com uma escala de 1 a 3, com "1 - Não utilizo" e "3 - Utilizo muitas vezes". Esta dimensão foi avaliada de acordo com a ferramenta de avaliação de Rodrigues (2009).

As Técnicas de Criatividade pesquisadas foram: 1. *Brainstorming;* 2. *Brainstorming* Inverso 3. *Storyboarding;* 4. *Brainwriting;* 5. Sinética; 6. Seis Chapéus; 7. Pensamento Lateral; 8. Mapa Mental.

Os resultados mostram que a maioria das empresas abordadas se sente confortável em utilizar as técnicas de criatividade como forma de estimular o potencial criativo e valorizar as *soft skills* dos trabalhadores, como a negociação, a resolução de problemas e a inovação.

Verificou-se também que a maioria utiliza apenas as técnicas mais conhecidas, como o *Brainstorming* e o Mapa Mental.

O estudo aponta para a necessidade de implementar técnicas mais criativas e um ambiente em que os trabalhadores se sintam à vontade para expor as suas ideias. Recomenda ainda que as empresas comecem considerar o potencial criativo dos trabalhadores, uma vez que isso permite que uma empresa se diferencie em um mundo de trabalho cada vez mais competitivo.

Em relação às limitações e recomendações, o artigo considera que a amostra utilizada foi não probabilística e de conveniência, ou seja, os dados não podem ser generalizados para todas as empresas do setor e recomenda para as pesquisas futuras ampliarem o estudo para incluir pequenas e médias empresas do setor de Marketing e Gestão. Explorar outras indústrias além de Marketing e Gestão para verificar se os resultados se repetem e investigar o impacto de outras técnicas de criatividade e inovação no ambiente corporativo.

O estudo conclui que um ambiente de trabalho que valoriza a criatividade é essencial para o sucesso empresarial. Empresas que adotam essas práticas se tornam mais inovadoras, eficientes e competitivas no mercado.

O estudo em questão não apresenta de forma direta a utilização de técnicas de criatividade em relação ao rompimento de bloqueios criativos, mas apresentou uma fundamentação teórica relevante e propícia na utilização da construção do referencial teórico do estudo, objetivo desta RSL, em relação às técnicas de criatividade como potencializadoras nas competências de trabalhadores e como elas contribuem para a inovação e competitividade no mercado, bem como explica a relação dos ambientes organizacionais como geradores de bloqueios ou facilitadores da criatividade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante analisar que, apesar de alguns artigos apresentaram uma pontuação mais elevada na classificação preliminar, após a leitura na íntegra eles não foram classificados com maior relevância e outros que possuíam uma classificação preliminar mais baixa apresentaram uma relevância considerável para pesquisa. Foram considerados e analisados, a estrutura, metodologia e métodos, resultados, qualidade do referencial teórico, em relação à questão que a pesquisa buscou responder.

A leitura na íntegra possibilitou identificar a real contribuição de cada estudo em relação ao que se esperava identificar e explanar na pesquisa que está sendo realizada. O que evidencia a importância da leitura mais profunda e analítica de cada estudo.

Utilizando o protocolo que foi elaborado nas bases de buscas selecionadas, não foi encontrado, um estudo (enquadrado nos critérios de busca) que abordasse especificamente o rompimento de bloqueios criativos com a utilização de técnicas de criatividade, fato que não desconsidera a existência deles, e que possam ser resultados em outras formulações de protocolos de buscas. Salienta-se ainda que este estudo considerou analisar somente a produção de artigos acadêmicos, não sendo considerados outros materiais como a literatura cinzenta.

Porém os artigos encontrados abordavam, em perspectivas diferentes, técnicas de criatividade ou bloqueios criativos, de forma correlacionadas ou separadamente, e que possuíam, de certa forma, relevância para compilação do estudo desejado, fosse pelo embasamento teórico, pela estrutura metodológica ou apresentação de

resultados da aplicação prática de técnicas de criatividade, sendo essas informações importantes na construção do estudo.

Sendo assim desde o planejamento ao final a RSL teve um resultado satisfatório e que será proveitoso na compilação do estudo em foco. Além de apresentar informações importantes sobre todas as etapas da realização dela, e que pode contribuir posteriormente para elaboração de estudo da mesma área ou semelhantes.

REFERÊNCIAS:

MICHUEL, Liliane A.B. & SOUZA, Claudio A. (2022). A criatividade e os bloqueios mentais - Estudo de caso: As percepções dos colaboradores da Encopel papelaria sobre aspectos da criatividade**. RECIMA21** - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, 3(3), e331241. https://doi.org/10.47820/recima21.v3i3.1241.

BERGIN, S., & WRAIGHT, P. (2006). Silver based wound dressings and topical agents for treating diabetic foot ulcers. **Cochrane Database of Systematic Reviews**.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial.** tradução Daniel Moreira Miranda. - São Paulo: Editora: Edipro, 2016. Título original: *The Fourth Industrial Revolution*. ISBN 978-85-7283-978-5 Disponível em: https://pt.scribd.com/document/525207931/A-Quarta-Revolucao-Industrial-Klaus-Schwab. Acesso em 26 de jan. 2022.

JÁCOME, Suely Fagundes. O COMPUTADOR E A INTERNET: Uma Possível Estratégia para Desenvolver a Criatividade. **Revista Ciências Humanas,** 7(2), 19. Disponível em: https://doi.org/10.32813/2179-1120.2014.v7.n2.a150. Acesso em 8 de fev. 2022.

PAPALIA, Daiane E. FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano,** tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.]; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... et al.]. - 12. ed. - Dados eletrônicos. - Porto Alegre: AMGH, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/40318074/Desenvolvimento_Humano_12_edicao. Acesso em 17 de jan. 2022.

ROBINSON, Ken. **Libertando o poder criativo:** A chave para o crescimento pessoal e das organizações. São Paulo: HSM, 2012.

ZUGMAN, Fabio. **O Mito da Criatividade. Desconstruindo verdades e mitos.** Rio de Janeiro. Alta Books, 2018. Disponível em: O Mito da Criatividade - Google Books Acesso em 15 de fev. 2022.

LAND, George. JARMAN, Beth. - ***Breakpoint and Beyond: Mastering the Future Today*** *Paperback – January* 1, 1992

MOHER, D., SHAMSEER, L., Clarke, M. et al**.** Declaração de itens de relatório preferenciais para protocolos de revisão sistemática e meta-análise (PRISMA-P) 2015. **Sistema Rev 41** (2015). Disponível em: https://doi.org/10.1186/2046-4053-4-1. Acesso em 15 de fev. 2022.

PETTICREW, M. & ROBERTS, H. **Systematic reviews in the social sciences: A practical guide.** Oxford: Blackwell, 2006.

KITCHENHAM, B. (2004). **Procedures for performing systematic reviews.** Keele, UK, Keele University, 33(2004), 1-26.

Recebido em: 01/05/2025
Aprovado em: 25/08/2025

SISTEMAS SOCIAIS E AS IMPLICAÇÕES NA INTELIGÊNCIA COMPETITIVA/COLABORATIVA E NA GESTÃO DO CONHECIMENTO NOS ARRANJOS DA SOCIEDADE DIGITAL

Amarildo Jorge da Silva[1]
Elisa Angela Dal Moro de Medeiros[2]
Daniel Ribeiro do Vale de Medeiros[3]
Hayrton Francis Ximenes de Andrade[4]
Weimar Freire da Rocha Júnior[5]

Resumo:
O objetivo do ensaio é refletir e compreender as implicações de sistemas sociais na Inteligência Competitiva/Colaborativa e na Gestão do Conhecimento na dinâmica social, econômica e individual da sociedade digital. O objetivo secundário é analisar as implicações do ato de educar no processo de conversão de conhecimento implicado em conhecimento explicado. A premissa é que a dinâmica de construção dos sistemas sociais em sua gênese tem o devir poiético de converter saber implicado em saber explicado na educação de novos homines em processo permanente de transformação e de aprendizado. A construção filosófica, teórica e metodológica do texto se deu na perspectiva sistêmica, na biologia do amor e em alguns excertos da teoria da complexidade. A questão inquietadora é: quais as implicações dos sistemas sociais no processo de conversão do conhecimento implicado individual em conhecimento coletivo explicado? Um olhar mais atento mostra um sistema educativo no ocidente, principalmente no Brasil, fragmentado, performático e alienante do sujeito em sua essência. Observa-se que qualquer que seja o ambiente (virtual, social, empresarial, organizacional/institucional) pode ser convertido em ambiente educativo e de aprendizado permanente (permacultura e comunidade de prática). O aparato educativo é um espaço de construção do sujeito com o outro, da reelaboração de conteúdos e da sua responsabilidade no meio ecológico em que se insere.
Palavras-Chave: Amorosidade; Complexidade; Paradigma.

[1] Professor Aposentado do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Foz do Iguaçu - PR. Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. E-mail: rizomapoiesi@gmail.com.
[2] Graduanda do Curso de Turismo do CCSA da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu - PR. Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade Paulista (2006). Tecnóloga em Gastronomia pela FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) São Paulo/SP (2009). Possui extensão em Gastronomia Hospitalar pelo Instituto de Educação e Ciências do Hospital Alemão Oswaldo Cruz (2010). Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC (2012). E-mail: elisa.medeiros1@unioeste.br.
[3] Graduando do Curso de Turismo do CCSA da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu - PR. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Paulista (2005). Pós-graduado em Influência Digital pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS, 2021). Possui extensão em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2012) e em Marketing Turístico pelo Senac (2024). E-mail: danielribeiro1@gmail.com.
[4] Professor Assistente do CCSA da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu - PR. Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC. Docente do Cursos de Direito, Ciências Contábeis, Administração e Turismo. E-mail: hayrton.andrade@unioeste.br.
[5] Possui graduação em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal de Lavras (1989), mestrado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: weimar.junior@unioeste.br.

SOCIAL SYSTEMS AND THE IMPLICATIONS FOR COMPETITIVE/COLLABORATIVE INTELLIGENCE AND KNOWLEDGE MANAGEMENT IN THE ARRANGEMENTS OF DIGITAL SOCIETY

Abstract:
The aim of the essay is to understand and reflect on the implications of social systems in Competitive/Collaborative Intelligence and Knowledge Management for the social, economic and individual dynamics of the digital society. The secondary objective is to analyze the implications of the act of educating in the process of converting implied knowledge into explained knowledge. The premise is that the dynamic construction of social systems in their genesis has the poietic becoming of converting implied knowledge into explained knowledge in the education of new homines in a permanent process of transformation and learning. The philosophical, theoretical and methodological construction of the text was based on the systemic perspective, the biology of love and some excerpts from complexity theory. The question is: what are the implications of social systems in the process of converting individual implicit knowledge into explained collective knowledge? A closer look shows an educational system in the West, especially in Brazil, that is fragmented, performative and alienates the subject in its essence. It can be seen that any environment (virtual, social, business, organizational/institutional) can be converted into an educational and lifelong learning environment (permaculture and community of practice). The educational apparatus is a space in which the subject can build with the other, re-elaborate content and take responsibility for the ecological environment in which they live.
Keywords: Amorosity; Complexity; Paradigm.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do ensaio é compreender, analisar e refletir sobre as implicações de sistemas sociais na Inteligência Competitiva/Colaborativa e na Gestão do Conhecimento na dinâmica social, econômica e individual da sociedade digital. Os objetivos secundários do ensaio são: indicar um novo modo paradigmático de pensar sistemas sociais e educativos eficientes e eficazes considerando os novos modos de geração de trabalho e renda na sociedade digital da informação e do conhecimento e apontar que a permacultura e o permaturismo são exemplos de comunidades de práticas colaborativas e sustentáveis no mundo rural e no mundo urbano (GUATTARI, 1983; GALBRAITH, 1996; GARCIA, 2002).

Trata-se de um ensaio reflexivo de natureza qualitativa ancorado na teoria da autopoiese e na teoria da complexidade. O texto é uma reflexão filosófica e teórica sobre a sociedade hodierna da informação e do conhecimento. Tem como discussão subjacente a transformação da sociedade analógica que existiu até o século 20 na sociedade virtual e digital do século 21.

Na seção dois apontam-se os papéis que os sistemas sociais têm na construção da sociedade digitalizada e virtualizada na era da informação e do conhecimento. Abordam-se quais os papéis que a inteligência competitiva/colaborativa e a gestão do conhecimento terão na construção de novos arranjos educacionais, sociais, comerciais, econômicos, ambientais e modelos sustentáveis de governança nesta nova economia criativa. Na seção três apresentam-se as considerações finais do ensaio. Finaliza-se indicando as referências que foram utilizadas para produzir o escrito.

2 SISTEMAS SOCIAIS

Os sistemas sociais do mundo globalizado são estruturas subjacentes que fazem parte da construção da chamada sociedade em rede (CASTELLS, 1999). A sociedade burguesa até a virada do século estava organizada, em vários segmentos, em várias partes, sejam elas unidades fabris, lojas comerciais, bancos etc. A mesma lógica pode ser apontada de sua estratificação em classes sociais, predominando área de definição de espaço, de fronteiras, imperando um determinado isolamento (MATURANA, 1997, 1998; MORIN, 2003).

Com o advento da tecnologia informática (LÉVY, 2001), a chamada idade do barro passa por grandes turbulências, crises e tende ao desaparecimento, na medida em que novas realidades são constituídas e construídas. A distinção dessa nova realidade da antiga sociedade burguesa é o fim da fragmentação em benefício de uma visão mais completa e, também o fim do isolamento, em função de uma totalidade muito mais ampla (MORIN, 2002a).

O mundo da produção ancorada na tecnologia informacional e em rede virtual conseguiu alcançar a meta que fora sempre o objetivo do processo industrial, isto é, produzir o máximo possível, em espaços de tempo, cada vez mais reduzidos, em qualquer parte do planeta (DRUCKER, 1980, 1996). É obvio que isso traz no seu bojo toda uma série de consequências, como, por exemplo, o que fazer para que o brutal aumento da produção possa ser consumido (incentivo ao hedonismo e ao consumismo exacerbado). Nesse sentido, os mercados nacionais são superados, barreiras comerciais são destruídas, a mídia busca criar uma cultura nova, novos hábitos e costumes, visando a ampliação do consumo, os bancos ampliam suas políticas de crédito e a publicidade cria novos desejos, agora em escopo mundial (MORIN, 2002a).

A sociedade em rede indicada anteriormente aponta uma nova realidade que está sendo constituída, em que todos estão conectados com todos, simultaneamente. Assim, a construção de cidades, por exemplo, se não existissem, atualmente não fariam falta, porque se pode produzir o que desejarmos, em qualquer lugar do mundo, da mesma maneira que começam a surgir novas formas de trabalho primando pela sua autonomia (LÉVY, 2001). Pode-se escrever uma obra, como escritor ou cientista, na parte do mundo que parecer mais conveniente levando em conta a nossa vida pessoal e naturalmente o nosso trabalho.

Percebe-se que a sociedade em rede tem implicações em várias questões que aparecem agora e tomam diversos e diferentes formatos. Assim, o importante atualmente é deter o conhecimento que só era factível e possível para as grandes economias mundiais. Países ricos detêm hoje a maioria de patentes internacionais, dominam completamente a premiação do Nobel, nas áreas científicas e tecnológicas e, graças a isso consegue manter o seu processo de dominação no mundo agora globalizado/desglobalizado[6], digitalizado e em constante processo de transformação.

O conhecimento produzido não está mais fechado em uma universidade ou mesmo talvez, como fora na Idade Média, em um convento, nas bibliotecas existentes (MORIN, 2003). O colapso da Idade Média coincide com a ampliação do conhecimento graças ao desenvolvimento da escrita e a invenção da prensa de tipos

[6] Processo de desconstrução da economia globalizada pela atual guerra comercial entre Estados Unidos e China e outras guerras nacionais.

móveis de John Gutemberg. Com isso o conhecimento disseminou-se, mundo afora, realizando imensas transformações.

Hoje com a informática o conhecimento extrapola os muros das universidades e, por todo o planeta, ele passa a ser utilizado em uma velocidade, realmente impressionante (LÉVY, 2001). Pode-se entender que os grandes museus do mundo, eram difíceis de acesso, localizados em países ricos. Eram locais fixos onde as pessoas se deslocavam até eles para o seu conhecimento.

Atualmente pode-se visitar, virtualmente, qualquer museu do mundo e dele tirarmos imenso proveito para a área do conhecimento que acharmos conveniente e necessária. Os museus permanecem estáticos nos mesmos lugares, mas a acessibilidade hoje é muito maior, graças à utilização da informática.

Chega-se assim no âmago de uma questão que, por mais que seja conhecida, tem hoje dimensões muito distintas. Trata-se da educação ou, melhor dizendo, dos sistemas educacionais. Não resta a menor dúvida de que esse é um sistema essencial na sociedade atual e, se existe um consenso, em qualquer parte do mundo, este é feito na base da necessidade de grandes melhorias nos sistemas educacionais.

Pensa-se que a educação tem um invólucro muito maior do que a simples escolarização que se tem ainda hoje. Não é mais possível pensar que se pode estudar num determinado período de nossas vidas e pronto esse conhecimento adquirido é suficiente para caminhar por toda vida. O que se constata é exatamente o contrário, isto é, na medida em que a sociedade do conhecimento avança, tem-se necessidade de ampliar a visão de mundo, ter diferentes olhares, ter consciência que muito pouco ou quase nada se sabe em relação àquilo que está sendo desenvolvido em termos de conhecimentos e saberes para a vida (FREIRE, 2000).

Parte-se, portanto, de uma nova concepção visando entender que o sistema educacional deve estar atento e preparado para trabalhar com aprendizes, durante todo o ciclo de suas vidas. Evidente que isso tem um começo e depois modificações fundamentais, mas o retorno aos processos educacionais acompanha as pessoas por toda a vida e disso não há dúvida e já está em pleno andamento com a proliferação de cursos sequenciais, técnico, de pós-graduação, educação a distância e a ideia oriental de melhoria contínua (MATURANA, 1997).

A educação será cada vez mais universalizada, em que todos, sem exceção terão acesso ao sistema. Do modo como se está a caminhar nada impedirá o acesso das pessoas ao sistema educacional. Pensar que os impedimentos atuais desaparecerão como, por exemplo, distâncias, aspectos financeiros, transportes, materiais. Isto tudo passa a ser secundário, em função de novas perspectivas (FREIRE, 2001; GALBRAITH, 1996). Paulo Freire poeticamente expressa sobre a escola dos sonhos:

A Escola
Escola é...
O lugar onde se faz amigos.
Não se trata só de prédios, salas, quadros,
programas, horários, conceitos [...]
Escola é, sobretudo, gente,
gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.
O diretor é gente.
O coordenador é gente, o professor é gente,
o aluno é gente,
cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor
na medida em que cada um
se comporte como colega, amigo, irmão.
Nada de uma **ilha cercada de gente por todos os lados.**
Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir
que não tem amizade a ninguém.
Nada de ser como o tijolo que forma a parede,
indiferente, frio, só [...]
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
é também criar laços de amizade,
é criar ambiente de camaradagem,
é conviver, é se **amarrar** nela!
Ora, é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil
estudar, trabalhar, crescer,
fazer amigos, educar-se...
Ser feliz.

Essa é a nova escola definida magistralmente por Paulo Freire, escola dos sonhos impossíveis, possíveis e factíveis. É preciso que a escola possa ser mesmo esse espaço, de sorte a tornar-se prazerosa, amorosa. Uma das questões que se coloca para o insucesso da educação é que a escola continua sendo um lugar fechado, repleto de punições, autoritarismo de todo tipo, proibições e tem mais a aparência de um presídio (hospício) do que propriamente de uma escola.

Muito do que a escola fazia no passado recente agora está completamente disponível para quem desejar, por exemplo, na internet, nas redes sociais. Assim, a função da escola que é essencial na sociedade tem que passar por grandes transformações porque a ela cabem atividades muito além do repasse, puro e simples, do conhecimento. É preciso desmistificar a diferença fundamental entre instruir, treinar e educar. Repassar conhecimento é coisa da sociedade institucional (era do barro, instruir e treinar na lógica cartesiana de vigiar e punir). Na educação amorosa e na Gestão do Conhecimento trabalha-se com a lógica sistêmica de vigiar e educar amorosamente, fraternalmente, respeitosamente e solidariamente. Isto implica levar em conta todos os saberes dos quais o ser humano necessita para viver tanto prosaicamente quanto poeticamente (FREIRE, 1997, 2001; MATURANA, 1997, MORIN, 2002a, 2003; GALBRAITH, 1996).

Como trabalhar o conhecimento para a realização pessoal do ser humano? Essa é realmente uma tarefa extremamente complexa e bastante difícil, de ser realizada, do ponto de vista da individualidade em que se vive hodiernamente.

Mas, as escolas e as comunidades de práticas (permacultura e permaturismo representam comunidades de práticas sociais educativas), devem também estar ligadas em rede, entre si, nos sistemas educacionais e com o mundo. As escolas e as instituições/organizações/empresas precisam conectar-se com as universidades, centros de pesquisa, comunidades, museus, laboratórios enfim com todos os que trabalham a questão do conhecimento e da educação ambiental, no mundo hodierno (DRUCKER, 1996).

O conhecimento, por si só, é altamente prazeroso, porque todo ser humano deseja conhecer, tem imensa curiosidade, quer sentir, tocar, ver, enfim o ato de conhecer transforma a vida das pessoas seja para o bem ou não. Livre arbítrio e escolhas formam a díade dessa transformação (FREIRE, 1997, 2000, 2001).

Sabe-se que hoje a ciência, a arte e a tecnologia têm grandes aproximações (MORIN, 2003). Não se pode mais pensar na fragmentação do conhecimento em coisas distintas, separadas como se cada uma delas detivesse autonomia. Todas elas têm laços em comum que hoje, mais do que nunca, podem e devem estar cada vez mais próximos. Compreender a teia da vida pode ser uma boa metáfora para compreender a tessitura do conhecer e de seu processo de governança (CAPRA, 2002; CASTELLS, 1999).

Pensa-se também que a finalidade da educação é formar cidadãos para uma sociedade nova, democrática na sua essência, com visão de liberdade, cada vez mais ampla e mais plena. Mas, também formar gente para dominar o mundo do trabalho, ser autônoma, possibilidade hoje mais viável do que no passado, graças às aplicações da informática (GALBRAITH, 1996; ROGERS, 1986, FREIRE, 2001).

Talvez essas ideias possam ser mais bem entendidas se utilizarmos o termo eficiência não apenas para a acumulação de capitais, muito mais para a realização plena do ser humano. Essa nova realidade indica novos caminhos a serem percorridos, superando a atual fragmentação da vida social, com segmentos fechados em classes sociais, bairros, cidades etc. para uma visão de complementaridade, de aproximação, de uma vivência mais plena para todos (MORIN, 2002a, 2002b).

No mundo do conhecimento a fragmentação que deu origem ao conhecer específico, especializado deve também avançar nas aproximações com outros saberes, científicos ou não, no sentido de maior entendimento da complexidade da vida e do próprio ser humano que deve ser o objeto último do viver social (MORIN, 2002b).

Colocar juntos para pensar de forma comum, cientistas de várias procedências é algo ainda bastante restrito e muito difícil de realizar, mas deverá ser a prática para se criar uma melhor forma de vida social. Evoluir e colocar dialogando em comunhão amorosamente cientistas, artistas, tecnólogos no sentido de poderem trabalhar novas realidades sociais quer da produção de bens ou mesmo de sua distribuição é algo novo e inusitado, mas que, com o passar do tempo, será cada vez mais necessário (MORIN, 2002a, 2002b, 2003). Na sequência indica-se como a permacultura e o permaturismo podem corroborar na construção de uma sociedade mais humanizada e virtualizada no sentido de educar o ser humano para ter vida de qualidade e retornar a teia da vida (CAPRA, 2002).

2.1 PERMACULTURA, PERMATURISMO E TURISMO REGENERATIVO

Permaturismo é uma articulação da palavra **permacultura** com **turismo**, significando um turismo permanente, portanto sustentável (GUATARRI, 1983).

O termo permacultura é uma contração das palavras permanente e agricultura[7] e surgiu na década de 1970 para descrever um sistema agrícola de fornecimento de alimentos. Foi cunhado pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren, que ao estudar o conceito, perceberam a necessidade de incluir aspectos sociais. Em seu Manual de ***design* (planejamento)** de permacultura, Mollison (1988) define permacultura como um método de *design* de sistemas agrícolas sustentáveis baseados na utilização de princípios ecológicos (MORIN, 2002b).

[7] Salienta-se que a expressão cultura geral deriva do termo cultivar a terra oriundo da agricultura e do mundo rural.

A permacultura é uma forma de planejamento holístico (LÉVY, 1996, 1999, 2001; GUATARRI, 1980; MATURANA, 1997; BOHM, 2009) integrado e cíclico que possibilita a existência de um ambiente propício, cíclico e sustentável. Fundado nos princípios éticos do cuidado com a terra e de todas as formas de matéria existentes no planeta e no cuidado com as pessoas e todos os seres vivos que habitam Gaia. Funda-se também no princípio básico de partilha dos excedentes. Em outras palavras, estes princípios possibilitam uma melhor utilização dos recursos existentes reduzindo assim, o desgaste do ambiente, por conseguinte acarretando menor impacto ao ecossistema.

Segundo Mollison e Slay (1991), a permacultura extrapola a simples prática da agricultura ecológica (orgânica). Ela inclui todos os elementos essenciais para a sobrevivência e o bem-estar e o bem viver das comunidades humanas. Leva em consideração saberes como economia, princípios éticos, gestão da água e seu reaproveitamento, uso de tecnologias sustentáveis como a energia solar e, construções baseadas na bioarquitetura. Trata-se de um sistema integrado e holístico (BOHM, 2009; CAPRA, 2002; MATURANA, 1997, 1998; MORIN, 2002a; 2002b; SENGE, 2002) voltado para o planejamento consciente e sustentável da nossa presença no planeta Terra (GUATTARI, 1990).

O Turismo em sua démarche trata da ciência do ir e vir e tem por princípios o desígnio principal de promoção da paz. Isso ocorre por meio do ato perceber, do conhecer e interagir e do modificar o ambiente quando necessário. Assim, fica explicito a necessidade de um planejamento adequado (MINTZBERG, 2001).

Ruschmann (1997) argumenta que o processo de planejamento e de estratégia são fundamentais e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em sintonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, impedindo, assim, que o turismo corrobore com a destruição negativa das bases que o fazem existir. (RUSCHMANN,1997; VIOLANTE; DA SILVA, 2009).

Acontece que com o avanço tecnológico da sociedade, o turismo tem se tornado um dos segmentos da economia que mais cresce em todo o mundo, sua evolução hodierna se dá principalmente com o avanço dos meios de comunicação, e com a própria globalização (IANNI, 2002a; 2002b). Acontecimentos que possibilitaram a disseminação de informações pela rede de lugares anteriormente conhecidos como também de lugares remotos e desconhecidos, lugares que devido à falta de informação não eram visitados. A facilidade de deslocamento proporcionado pela modernização dos meios de transporte, também foi outro fator que aumentou muito o fluxo de turistas (CAPRA, 2002; CASTELLS, 1999; LÉVY, 2001).

Os turistas, excitados pelas informações, buscam novos lugares a fim de descobrirem o belo, o exótico, o extraordinário, a aventura ou apenas um lugar desconhecido para satisfazer suas necessidades e buscas íntimas, variando de pessoa a pessoa (TUAN, 1980; 1983). Nessa pegada, a busca por novos produtos, serviços e lugares tornam a atividade turística cada vez mais difundida entre os povos aumentando a cada ano as divisas econômicas e as especialidades requeridas pelos turistas.

Ruschmann (1997) salienta com propriedade que os indicadores assinalam um crescimento contínuo da atividade turística, de cerca de 4% a 5% ao ano, e nessa pegada os desdobramentos negativos de destruição sobre o meio ambiente também se intensificaram. Equilibrar crescimento e desenvolvimento é um desafio nos arranjos da sociedade do século 21. Os autores deste ensaio sustentam que a inteligência

competitiva/colaborativa, a gestão do conhecimento, a permacultura, o permaturismo e o turismo comunitário tem o devir e o potencial para corroborar eficientemente na construção de uma sociedade mais justa, democrática, descentralizada, digitalizada, virtualizada, humanizada e inclusiva.

Essa crescente movimentação de pessoas causa implicações e choques ao meio ambiente, seja ele direto ou indireto, positivo ou negativo, dependendo do manejo (governança) adotado quer pelo proprietário ou gestor público (GUATARRI, 1990). A repercussão dessas atitudes pode se apresentar de formas negativas se o planejamento for inadequado. Pode causar danos, desde a destruição total do ambiente ou apenas a modificação temporária do lugar ou do costume. No entanto, se a escolha for a forma positiva e adequada o homem antes destruidor passa a contribuir para a conservação do ambiente (TUAN, 1980, 1983).

Uma coisa é certa, positiva ou negativa, adequada ou inadequada, a ação antrópica influenciará o ecossistema local, que reagirá naturalmente, com ajuda ou sem ajuda humana, o meio terá que se adaptar as mudanças ou chegará à extinção. Salienta-se que Gaia faz naturalmente autopoieses. Seguindo esta lógica Ruschmann (1997) aduz que necessário se faz que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de balanceamento, no sentido de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da degradação e da destruição da terra.

Para compreender a relação entre permacultura e turismo, é preciso começar explicando o turismo regenerativo, já que a permacultura faz parte dele. Autores como Teruel (2018), Reyes, Rojas e Casasola Guerrero (2021) indicam que o turismo é uma resposta à crise climática das últimas décadas e propõem uma mudança de perspectiva em questões ambientais, sociais e econômicas. Partem da noção de *design* proposital e suas abordagens são sistêmicas. Os autores apontam que a visão sistêmica promove a geração de desdobramentos positivos para melhorar o destino visitado. Seus princípios incluem a coexistência holística do homem com a natureza, consigo mesmo e com a comunidade.

Nessa pegada, o turismo regenerativo é uma forma de viajar que visa restaurar o meio ambiente e as comunidades locais, ao invés de apenas visitar um destino (TUAN, 1983; MORIN, 2002b).

Os princípios do turismo generativo têm como elementos basilares:

a) promover a sustentabilidade;
b) reduzir a degradação ambiental;
c) devolver mais do que se recebe (lei do plantio e lei da colheita);
d) apoiar as economias locais;
e) respeitar a cultura local;
f) valorizar a educação ambiental e cultural.

A práxis do turismo regenerativo ancora-se em:

a) plantar árvores;
b) reconstruir áreas devastadas;
c) plantar corais;
d) apoiar projetos de conservação;
e) promover o turismo responsável;
f) empoderar as comunidades locais;
g) gerar benefícios socioeconômicos.

Os objetivos e propósitos fundamentais do turismo generativo são:

a) restaurar ecossistemas;
b) promover o bem-estar socioambiental;
c) criar uma relação mais harmoniosa entre a sociedade, a natureza e os indivíduos;
d) deixar o destino melhor do que o encontrado.

Naturalmente praticar esta forma de turismo requer dos homines:

a) planejar viagens de forma consciente;
b) manter uma atitude de abertura e curiosidade;
c) contribuir conscientemente com os recursos do lugar;
d) manter práticas sustentáveis;
e) encontrar bons operadores e serviços turísticos.

Assim, o turismo regenerativo é uma abordagem do turismo que busca promover a regeneração dos ecossistemas e das comunidades locais por meio de atividades turísticas responsáveis, conscientes e politicamente corretas.

Cita-se como exemplo de comunidade de prática sustentável a proposta de Veiga (2001) de que com mais de 124 anos de atraso, as elites governantes (dirigentes) se dão conta das vantagens de uma agricultura organizada primordialmente por empreendimentos de caráter familiar. Ressalta-se que as elites dirigentes são orientadas pela lógica da racionalidade instrumental de **Chronos** (urbanidade) e as famílias que praticam agricultura tradicional e agroecologia são orientadas pela natureza (Gaia) e gestionadas seguindo a lógica de Kairós (ruralidade e urbanidade).

2.2 SISTEMAS SOCIAIS, O CONHECIMENTO E A SUA IMPORTÂNCIA NA SOCIEDADE HODIERNA

Punset (2010) em sua démarche sobre o poder da mente expõe com muita propriedade que o grande desafio da educação do século 21 será o desenvolvimento de metodologias que além de auxiliarem no processo de aprender a aprender possibilitem ao ser humano o desenvolvimento de formas para desaprender saberes individuais, coletivos e da espécie.

Para Arruda (2009, p. 53), a “educação ao longo da história humana se conforma com o contexto socioeconômico e cultural ao qual serve”. Argumenta também que a educação está “sempre a serviço de uma visão de mundo e de homo e de um sistema de organização e desenvolvimento da sociedade”. Portanto, a educação permite que o homo se torne autônomo e consciente dessa autonomia (FREIRE, 2001).

Compreender a teia da vida pode ser uma boa metáfora para compreender a tessitura do conhecer, do seu processo de aprendizagem e da Gestão do Conhecimento, naturalmente do conhecer tácito e intrínseco e do conhecer explícito e extrínseco (CAPRA, 2002). Nonaka e Takeuchi (2008, p. 20) expressam com propriedade que “o conhecimento não é explícito ou tácito. O conhecimento é tanto explícito quanto tácito”. É por excelência paradoxal, porque é formado do que aparenta ser um oximoro. Para os autores, “a essência da criação do conhecimento está profundamente enraizada no processo de construir e administrar sínteses”. Por ser

tratar de algo dinâmico “o conhecimento é criado apenas pelos indivíduos (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p. 25)”. O indivíduo é o criador do conhecimento e a organização é o amplificador do conhecimento. O grupo e as equipes de trabalho funcionam como o sintetizador do conhecimento.

2.2.1 A importância do conhecimento na sociedade virtual e digitalizada do século 21

Percebe-se que o novo século trouxe inúmeras mudanças para os indivíduos, bem como sua vivência e convivência em sociedade (RAMOS, 1983; LÉVY, 1996, 1999, 2001). Uma delas é a volta do conhecimento como centro de apoio na tomada de decisões no âmbito individual, familiar e nas empresas. Estas decisões durante pelo menos oitenta anos, foram embasadas apenas na equação tempo versus lucro nas organizações utilitárias.

O conhecimento historicamente fora entendido como uma ciência que remonta às linhas antigas de pensamentos e dispõe de possibilidades de serem escritas novas teorias em um muro que se fixa no espaço e que transpõe as linhas do tempo. Fica evidente que o conhecimento ao longo dos séculos ocupou diferentes funções sociais em todos os modelos de sociedades que foram construídas.

A função ocupada pelo conhecimento torna-se importante no modelo de sociedade hodierna tendo em conta a volta da concepção de que o homem não nasce, forma-se (FREIRE, 2000; VAN MANEN, 1990, ROGERS, 1986) e o ato de formar o homem provém diretamente de saberes no campo da empiria, filosofia, teologia, mitologia, científico, técnico, poético. Naturalmente saberes conscientes que levam em conta uma tríade interessante do homo (intelecto, intuição e instinto). Esse entendimento de tornar-se pessoa em processo de educação continuada na concepção da empresa dialética do século 21 está em constante movimento na construção de conceitos orientadores paradoxais. Salienta-se que estes saberes são adquiridos pela capacidade humana de observar, adquirir, reter, desenvolver, socializar e partilhar o conhecimento no âmbito interno da empresa e outras comunidades de práticas.

Sabe-se que possuir o conhecimento após seu processo virtuoso proporciona à organização vantagem competitiva em nichos de mercados aparentemente preenchidos por organizações possuidoras dos mesmos serviços e/ou produtos disponíveis aos consumidores.

2.2.2 A Gestão do conhecimento

As organizações do novo século são consideradas entidades vivas e em movimento, porque em vossos cotidianos precisam lidar com alterações rápidas de contexto, haja vista que as inovações do mundo dos negócios globalizados seguem uma linha exponencial e infinita. Essas mudanças podem ser vistas como grandes paradoxos, levando a maioria das empresas a enfrentarem situações qualificadas como o fio da navalha (ARRUDA, 2009).

Na história hominídea (MATURANA, 1997, 1998) e na história da administração (FAYOL, 1990) sem a apreensão e a percepção do conhecimento, qualquer nova mudança fora encarada administrativamente como a concepção de dois caminhos a serem seguidos, um deles levava para o passado e fazia a empresa repetir os mesmos processos para lidar com o novo ambiente e o outro a levava para

a inovação completa, desde o *design* de seus processos até a concepção de um novo modelo de pensamento. Ambos os caminhos foram criados por visões ocidentais de administração, tanto o de erro-repetição, quanto do novo pelo novo, assim, os paradoxos eram tomados por partes e não pelo todo, como é proposto por Nonaka e Takeuchi que ao definirem a empresa dialética do novo século, utilizam a ênfase na mudança, uma maneira rápida de adaptação quanto à alteração do meio e a ênfase nos opostos, uma forma de utilizar as contradições como modelo de orientação. O Diretor Geral da Canon Fujio Mitaraide expressa que "encarando um paradoxo, nós o abraçamos e seguimos em frente enfrentando-o. Estamos constantemente em movimento", explicita essa nova concepção de mundo.

Nonaka e Takeuchi (1997) observam com propriedade que as empresas em movimento necessitam é de um novo paradigma de administração, baseado na criação do conhecimento. Este novo paradigma é mais bem equipado para lidar com as turbulências, as incertezas, as inconsistências, as contradições e os paradoxos. Esse novo paradigma é ancorado e fundamentado na Gestão do Conhecimento, sendo esta gestão uma ferramenta de sintetização de conhecimentos tácitos e explícitos dos indivíduos que formam o corpo social da empresa.

O conceito que define Gestão do Conhecimento foi consolidado na década de 1990 e possui inúmeros autores que contribuíram para essa realização. Uma boa definição da gestão do conhecimento é apresentada por Bukowitz e Willians (2002, p.17) que o conceituam como "o processo pelo qual a organização gera riqueza, a partir de seu conhecimento ou capital intelectual". Morgan (1996) argumenta com muita propriedade que o conhecimento organizacional se encontra imanente no seu interior na mente e nas expertises individuais de seus colaboradores. Cabe ao gestor estrategista transformar esse conhecimento em conhecimento estratégico para a organização. Em outras palavras, o desafio do governante é transformar expertises individuais em expertises coletivas e socializá-las para o corpo social (FAYOL, 1990).

Como um processo, a gestão do conhecimento é uma disciplina sistemática e um conjunto de abordagens que favorece a difusão da informação e do conhecimento para criar valor em uma organização. Isso envolve pessoas, fluxos de informação, ferramentas adequadas e alianças estratégicas (OROFINO, 2011; MINTZBERG, 2001; MATURANA, 1997).

2.2.3 A importância da gestão do conhecimento

O novo milênio é caracterizado pela intensidade de transformações que impactaram diretamente nos setores econômico, político e social. Frente a esse novo mundo repleto de inúmeras particularidades, encontra-se a necessidade de as organizações realizarem esforços dobrados a fim de compreender, analisar e identificar os novos desafios que permeiam as constantes mudanças que as empresas enfrentam e que afetam diretamente tanto seu ambiente interno quanto externo (DA SILVA, 2004, 2006; MINTZBERG, 2001).

O contexto de transformação do século 21 indica a necessidade de percepção dos reais valores que as empresas possuem. É preciso levar em conta que nesse rol não sejam considerados apenas valores monetários ou bens patrimoniais, mas sim, os valores que acompanham seus funcionários, isto é, o conhecimento que cada um deles tem e a importância que esse conhecimento agrega no funcionamento e nas operações da empresa (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, MORGAN, 1996).

Segundo Davenport e Prusak (1998), a partir do momento que foi difundido o conceito de que “somente as empresas que aprendem continuamente conseguem prosperar em um mercado competitivo”, surgiu e aumentou o interesse pelo conhecimento organizacional e, após vários anos cometendo erros por ignorar a sua importância, as empresas agora estão lutando para entender melhor o que sabem e o que possuem como patrimônio intangível na sua estrutura empresarial.

Portanto, para solucionar essa necessidade, a Gestão do Conhecimento (GC) torna-se evidente e emerge como área estratégica da gestão porque permite adquirir, reter, desenvolver e partilhar o conhecimento com todos na empresa, tornando explícitas as informações que outrora eram de posse de um pequeno número de pessoas. Figueiredo (2005, p. 08) complementa a ideia seguindo essa lógica afirmando que:

> A iniciativa de gestão do conhecimento é qualquer ação intencional ou não, criada, organizada e implantada pela empresa, através da sua equipe de GC ou não, para cumprir propósitos da gestão do conhecimento, com foco no aprendizado, fluxo de conhecimento relevante, processos de transferência, criação, disseminação, compartilhamento, codificação e reutilização efetiva do conhecimento.

O gestor do conhecimento tem o dever de gerir dados e informações explícitos alinhando com todas as formas de expertises individuais existentes na organização visando alcançar objetivos organizacionais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida tanto dos clientes internos quantos dos clientes externos. E ainda ajudar a melhorar a qualidade de vida de todos os entes vivos da mãe gaia (CAPRA, 2002).

2.2.4 Adquirindo o conhecimento

Hodiernamente é comum notar um excesso de informações disponíveis para os administradores das empresas, porém, apesar dessa disponibilidade de informações, muitos desses administradores sentem-se mal-informados. Possuir dados e informações de toda ordem, exceto aquelas que verdadeiramente são necessárias, é uma constante comum no mundo empresarial. O que falta ao gerente é uma forma de boas práticas informacionais de acessar um ambiente no qual ele possa identificar as informações e conhecimentos específicos, sejam estes internos ou externos à empresa (PROBST; RAUB; ROMHARDT, 2002).

Davenport e Prusak (1998) afirmam que a gestão do conhecimento pode se tornar o diferencial para uma empresa no momento que ajude a fazer da melhor forma, uma enorme gama de atividades que ela já realiza. Práticas de construção do conhecimento são realizadas diariamente e simultaneamente em uma empresa nos seus mais diversos espaços e áreas, por isso, mostra-se necessário gerenciar não apenas a construção do conhecimento, mas também o compartilhamento deste conhecimento (CHOO, 1998).

As empresas precisam saber, em nível estratégico, que o processo espontâneo de transferência do conhecimento não pode ser o único meio para a ocorrência da troca de informações que geram valor à empresa. Nesse sentido, é necessário ir além das transferências informais, é de capital importância estimular e alavancar as transferências formais de conhecimento para a obtenção de velocidade e de qualidade de informações disponíveis. Para que se obtenha esse estímulo em prol da formalização da troca de informações, a empresa deve dispor de pessoas

capacitadas a encontrar, desenvolver e disponibilizar as informações, isto é, deve dispor de gestores do conhecimento.

Para Figueiredo (2005, p. 69), a gestão do conhecimento implica aqueles:

> que devem interferir positivamente e de forma competente no processo de transferência do conhecimento, pois estas iniciativas criam competências e conhecimento novos, disseminam conhecimentos mais apreciados pelos clientes, habilitam pessoas, geram empowerment [empoderamento], habilitam a empresa a oferecer o melhor dela aos seus clientes, garantem qualidade e imagem homogênea dos talentos percebida por terceiros etc.

É importante frisar que um projeto de gestão do conhecimento só é viável se for apoiado por mudança cultural, já que, em sua essência, a gestão do conhecimento tem como ponto de partida e ponto de chegada as pessoas da organização (DA SILVA, 2004). Destarte, para existir realmente a gestão do conhecimento na empresa, torna-se necessário possuir no seu quadro social pessoas capacitadas em notar quais são as práticas de maior influência na geração de valor, e, a partir daí, observar qual é a estratégia que a empresa pode executar para influenciar essas práticas. A partir disso, devem ser escolhidos os meios que auxiliem e facilitem a disseminação desse conhecimento.

Para complementar o raciocínio em torno da implantação de práticas e políticas de gestão que tenham o conhecimento como gerador de valor para a estratégia empresarial, Terra e Angeloni (2003, p.5) afirmam que:

> Os desafios relacionados à adoção das práticas e modelos associados à Gestão do Conhecimento não são, evidentemente, triviais. Neste sentido, é preciso avaliar as várias experiências (estudos de casos, em particular) reportadas na literatura, de empresas que se engajara, e, grandes processos de mudanças. De maneira geral, eles apontam, antes de qualquer coisa, para significativos esforços de conscientização e de comunicação e ativa participação pessoal da alta administração.

Fica evidente que o diálogo é de capital importância para comunicar saberes nas organizações e corroborar eficazmente no processo de transformação de expertises individuais em coletivas.

2.2.5 A geração do conhecimento

A geração do conhecimento é produzida à medida que a organização interage com o ambiente interno e externo. Porém, apenas a interação não é suficiente para que a empresa aproveite as oportunidades de aprendizado que surgem na interação com o seu entorno. Para que haja a criação do conhecimento, é necessário que a empresa e seus indivíduos e grupos aprendam a aprender e aprendam rapidamente a reconhecer e desaprender conhecimentos inúteis (PUNSET, 2010).

Na era da informação e do conhecimento ter apenas conhecimento explicado não é suficiente para o devir tanto do indivíduo como da empresa que aprende (BOHM, 2009; SENGE, 2002; MORGAN, 1996). É preciso buscar em outras fontes como, por exemplo, na poesia, no mundo consensual, na filosofia, na teologia, na mitologia e naturalmente nas relações cotidianas formas humanizadas de gerenciamento organizacional (ARRUDA, 2009; FREIRE, 2000; MORIN, 2002a, 2002b, 2003).

2.3 SISTEMA SOCIAIS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA/COLABORATIVA

Antes de compreender o conceito de Inteligência Competitiva, é importante entender o termo organização, que pode ser conceituado como um sistema de ações propositais, constituído por um grupo de indivíduos que aderem a procedimentos coordenados que transformam, de forma direta ou indireta, um conjunto de entradas em saídas e que sua efetividade está associada a qualidade da base de conhecimento disponível para realizar escolhas estratégicas (MORGAN, 1996; FAYOL, 1990; DRUCKER, 1980; RAMOS, 1983, HALL, 2004).

O mercado competitivo hodierno está cada vez mais acirrado entre as organizações (PORTER, 1999; SENGE, 2002), devido à concorrência cada dia voraz e as tecnologias desenvolvidas constantemente, as empresas têm que se virar para não ficar de fora dessa competição. Autores como Senge (2002), Drucker (1980, 1996), Carvalho (2012) advogam que a Inteligência Competitiva visa transformar informação subjetiva e desagregada em vantagem competitiva para agregar valor aos negócios, e este propósito empresarial pode ser alcançado articulando a referida inteligência competitiva com gestão do conhecimento (NONAKA; TAKEUCHI,1997, 2008).

Percebe-se que neste novo mundo competitivo do século 21 é de extrema importância compreender a inteligência competitiva, processo fundamental para as organizações criarem e utilizarem informações estratégicas no processo decisório considerando vários motivos, como por exemplo, para gestores e colaboradores desenvolverem atividades profissionais, para as unidades de trabalho planejarem no setor estratégico, suas ações táticas e operacionais, tendo em vista o mercado dinâmico e fluído, a competitividade e a globalização, além das necessidades informacionais da organização, em diversos níveis de complexidade, que são satisfeitas por meio do processo da Inteligência Competitiva, conforme afirmam Valentim et al. (2003).

Nota-se que autores como Prusak e Porter, tem a tendência de encaixar a inteligência competitiva na perspectiva do planejamento estratégico como procedimento gerencial necessário para desenvolver sistema de inteligência sobre os concorrentes (CAPUANO et al., 2009). Diante dessa percepção, é imprescindível conhecer os diversos ambientes organizacionais para se manter no mercado competitivo. Contudo, utiliza-se da concepção de que “a Inteligência Competitiva é o processo que investiga o ambiente onde a empresa está inserida, com o propósito de descobrir oportunidades e reduzir os riscos, bem como diagnosticar o ambiente interno organizacional, visando o estabelecimento de estratégias de ação em curto, médio e longo prazo” (VALENTIM et. al. 2003, p. 01). Em outras palavras, a inteligência competitiva é o processo que promove a análise, o mapeamento e a captação de informações e conhecimentos do ambiente externo, assim como convertendo e processando esses elementos em conhecimento estratégico aplicado à competitividade das empresas (CARVALHO, 2012).

Todavia, há a necessidade de compreender do que é constituído esse processo e como é realizado estrategicamente a Inteligência Competitiva no ambiente organizacional. Também é necessário saber que “obter vantagem competitiva significa ter segurança em relação à direção do negócio, isto é, para onde e de que forma a organização deve caminhar, além disso, ter segurança para tomar decisões” (SOUTO,

2014, p. 51). Isto é, a organização deve ter perceptibilidade sobre os possíveis cenários futuros, apesar de lidar com os imprevistos da sociedade. Segundo Souto (2014), para amenizar essas incertezas do ambiente organizacional, aplicam-se métodos, técnicas e ferramentas que integram a Inteligência Competitiva. Este procedimento disponibiliza à organização dados, informações e conhecimento (que são considerados insumos da Inteligência Competitiva Organizacional) para que os gestores governem o propósito organizacional (*foresight*), isto é, a visão do futuro da organização.

Os insumos da Inteligência Competitiva, são: os dados, informações e conhecimento, que bem analisados, são essenciais obtê-los para definir as competências e as estratégias de ações fundamentais. Consideram-se as definições de Davenport e Prusak (1998) apresentada no quadro a seguir:

Quadro 1 – Dados, Informação e Conhecimento

DADOS	INFORMAÇÃO	CONHECIMENTO
Simples observação sobre o estado do mundo:	Dados dotados de relevância e propósito:	Informação valiosa da mente humana. Inclui reflexão, síntese e contexto:
a) facilmente estruturado; b) facilmente obtido por máquinas; c) facilmente transferível.	a) requer unidade de análise; b) exige consenso em relação ao significado; c) exige necessariamente a mediação humana.	a) de difícil estruturação; b) de difícil captura em máquinas; c) frequentemente tácito; d) de difícil transferência.

Fonte: Davenport e Prusak (1998)

Os insumos indicados no quadro 1 direcionados à tomada de decisões da empresa consistem na essência do processo da Inteligência Competitiva organizacional, segundo Souto (2014). O referido autor ainda enfatiza que, nessa perspectiva de dados, informações e conhecimento, por se tratar de matéria-prima da Inteligência Competitiva, é importante salientar: relevância, consistência e confiabilidade, que são características imprescindíveis do processo para que ganhe de fato valor à tomada de decisão (SOUTO, 2014). Portanto, o processo de tomada de decisão requer não só conhecimento prévio das condições internas e externas da empresa, como também na avaliação das decisões já tomadas e suas respectivas consequências. Assim, a informação deixa de ser um componente comum do cotidiano, e passa assumir um papel importante a ser considerado tão vital quanto os recursos humanos (capital intelectual), materiais ou financeiros, que são indispensáveis para a sobrevivência da empresa (VALENTIM et. al., 2003; CARVALHO, 2012).

Carvalho (2012), levando em conta este contexto, explica que gerir informação como recurso organizacional tem algumas implicações e etapas. Na primeira etapa faz-se levantamento das necessidades informacionais das pessoas da organização. Na segunda etapa prospecta-se e coleta-se o que é relevante e pertinente para a organização. Na terceira etapa objetiva-se selecionar (filtrar), organizar, tratar, armazenar a informação. Na quarta etapa o propósito é disseminar, transferir e gerar novas necessidades. Nesse sentido busca-se metodologias e ferramentas para desenvolver essas atividades de modo eficiente, objetivando gerar conhecimento e inteligência para subsidiar o processo decisório.

Na próxima seção indica-se como é articulado a gestão do conhecimento com a inteligência competitiva/colaborativa.

2.4 ARTICULANDO GESTÃO DO CONHECIMENTO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA/COLABORATIVA

Sabe-se que a chave do desenvolvimento da inteligência competitiva é a informação, permitindo assim, com métodos de análise e estruturação, a transcrição do conhecimento para os usuários. Portanto, deixando evidente uma ligação natural entre a gestão da informação, a gestão do conhecimento e a inteligência competitiva que se demonstra pouco desenvolvida, embora seja notório a tendência de integração desses conceitos em diversas áreas de pesquisas, como na administração, economia, turismo (CAPUANO et all, 2009). Evidentemente, implica não somente a integração de conceitos, mas de políticas e práticas de inteligência competitiva e gestão do conhecimento nas empresas, deixando em evidência um movimento sinérgico no sentido “do conhecimento de si mesmo e conhecimento do inimigo” (SUN TZU, 2008, p. 41).

Prescott e Miller (2001) demonstram conexões direta entre Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva ao observar que a inteligência competitiva tem se usufruído dos avanços da tecnologia em infraestrutura e do crescimento da gestão do conhecimento a patamares elevados nas empresas. E argumentam que a integração da Gestão do Conhecimento nas estruturas das organizações, auxilia a Inteligência Competitiva a ser reconhecida. Outro ponto a ser enfatizado pelos autores citados é que esses constructos se concentram em argumentos bastante convincente: o conhecimento deve ser produzido e analisado antes de ser repassado e gerenciado.

Nota-se conforme indicado no ensaio que há profundas implicações de sistemas sociais tanto na inteligência competitiva/colaborativa quanto na gestão do conhecimento. Portanto, gerir informações e conhecimentos representa novos desafios para todos as formas de governabilidade das orgaizações de qualquer natureza.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do ensaio foi compreender, analisar e refletir sobre as implicações de sistemas sociais na Inteligência Competitiva/Colaborativa e na Gestão do Conhecimento na dinâmica social, econômica e pessoal da sociedade digital.

Pode-se dizer que os sistemas sociais têm profunda implicação no processo de adquirir expertise individual e coletiva. O desafio do líder do século 21 é a transformação de conhecimento implicado em conhecimento explicado. Isto é, conhecimento tácito em conhecimento explícito coletivo. Aduz-se também que os sistemas sociais têm profundas implicações na inteligência competitiva individual e empresarial, principalmente na articulação da Gestão do Conhecimento com a Inteligência Competitiva tanto pessoal quanto empresarial (coletiva). Expressa-se também que o Modelo de Socialização, Externalização, Combinação e Internalização – SECI, de conversão do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997, 2000, 2008) é adequado para transformar expertises individuais tácitas em expertises coletivas explícitas.

Infere-se também que a sociedade da informação e do conhecimento é celere, virtual e instatânea. Esta sociedade requer novos arranjos sociais e organizacionais visando atender as novas exigências de geração de trabalho e de renda. É básico repensar também sistemas educativos capazes de educar toda a gente para a referida sociedade levando em conta aprendizado continuo, geração de postos de trabalhos flexiveis e geração de riqueza. A ideia do ócio criativo de Domênico de Masi é capital nesta sociedade célere, cambiável e dinamicamente mutante.

Infere-se que a permacultura, o permaturismo e o turismo regenerativo em formatos de sistemas sociais sustentáveis corroboram inexoravelmente para que Gaia faça naturalmente autopoieses.

REFERÊNCIAS:

ALTIERI, M. A. **Agroecologia:** as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ARRUDA, M. **Educação para uma economia do amor:** educação da práxis e economia solidária. Prefácio de Gaudêncio Frigotto. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

BOHM, D. **A totalidade e a ordem implicada.** Tradução Mauro de Campos Silva. Revisão Técnica: Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2009.

CAPRA, F. **As conexões ocultas.** São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPUANO, E.; CASAES, J.; COSTA, J.; JESUS, M.; MACHADO, M. Inteligência competitiva e suas conexões epistemológicas com gestão da informação e do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília , v. 38, n. 2, p. 19-34, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 março de 2018.

CARVALHO, F. C. A. **Gestão do Conhecimento.** São Paulo: Pearson, 2012.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CHOO, C. **The knowing organization:** how organizations use information for construct meaning, create knowledge and make decisions. New York: Oxford Press, 1998.

DA SILVA, A. J. **A História de Vida do Gerente e o Processo da Estratégia:** O Caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. 291f. 2004. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

DA SILVA, Amarildo Jorge; SANTOS, Ana Oliveira Castro dos; BEHR, Ricardo Roberto. A educação como mundo-vida: de professor à diretora escolar. **Gest. Ação**, Salvador, v.9, n.3, p. 319-338, set./dez. 2006.

DAVENORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial:** como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DRUCKER, Peter F. **A gestão numa época de grande mudança.** Lisboa: Difusão Cultural, 1996.

DRUCKER, Peter F. **Administração em tempos turbulentos.** São Paulo: Pioneira,1980.

FIGUEIREDO, S. P. **Gestão do conhecimento:** estratégias competitivas para a criação e mobilização do conhecimento na empresa: descubra como alavancar e multiplicar o capital intelectual e o conhecimento da organização. Rio de Janeiro: Qualimark, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade justa:** uma perspectiva humana. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

GARCIA, Rolando. **O conhecimento em construção:** das formulações de Jean Piaget à teoria de sistemas complexos. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias.** Campinas: Papirus, 1990.

HALL, Richard H. **Organizações:** estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

LÉVY, P. **A conexão planetária**: o mercado, o ciberespaço consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, P. **O que é o virtual.** São Paulo: Ed. 34, 1996.

MATURANA, R. Humberto. Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. In: MATURANA, R. Humberto. **A ontologia da realidade.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** 2. ed. São Paulo: Martins Fonte, 1999.

MINTZBERG, H. QUINN, J. B. **O processo da estratégia.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOLLISON, B.; SLAY, R. M. **Introdução a Permacultura.** Tradução de André Luis Jaeger Soares. Australia: Tagari, 1991.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização.** São Paulo: Atlas, 1996.

MORIN, E. **Amor, poesia, sabedoria.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

MORIN, E. **O método 4:** as ideias, habitat, vida, costumes, organização. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002b.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Gestão do conhecimento.** São Paulo: Bookman, 2008.

PORTER, Michael E. **Competição:** estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PRESCOTT, John E.; MILLER, Stephen H. (Ed.). **Proven strategies in competitive intelligence:** lessons from the trenches. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2001.

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. **Gestão do Conhecimento:** os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2002.

PUNSET, E. **El viaje al poder de la mente.** Los enigmas más fascinantes de nuestro cerebro y del mundo de las emociones. Barcelona: Ediciones Destino S.A., 2010.

ROGERS, Carl. **Liberdade de aprender em nossa década.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas (SP): Editora Papirus, 1997.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina:** arte e prática da organização de aprendizagem. 12. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SOUTO, L. F. **Gestão da Informação e do Conhecimento:** práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

TERRA, J. C. C.; ANGELONI, M. T. Understanding the difference between information management and knowledge management. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE INTERNATIONAL ASSOCIATION OF MANAGEMENT OF TECHNOLOGY, 12, 2003, Nancy. **Proceedings...**Nancy, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VALENTIM, M.; LENZI, L.; CERVANTES, B.; CARVALHO, E.; GARCIA, H.; CATARINO, M.; TOMAÉL, M. O Processo de Inteligência Competitiva em Organizações. **Revista Ciência da Informação,** Brasil, v.4, n.3, jun. 2003.

VEIGA, J. E. da (Coord.) FAVARETO, A.; AZEVEDO, C. M. A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. **Convenio: FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD)**, Brasília: 2001.

VIOLANTE; A. C.; DA SILVA, A. J. Turistas e Ilhéus: a difícil convivência de diferentes grupos sociais**. Congresso Internacional de Administração**. Anais de 2009. Disponível em: admpg.com.br. Acesso em: 15.01.2025.

Recebido em: 30/04/2025
Aprovado em: 25/08/2025

ESTILOS COGNITIVOS E ESCOLHAS ESTRATÉGICAS: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS EM PEQUENAS EMPRESAS

Olivia Regina Dotto Sotelo[1]
Elói Junior Damke[2]
Gabrielle Ribeiro Rodrigues da Silva[3]

Resumo:
Compreender como os dirigentes de pequenas empresas, a partir de suas cognições, fazem as escolhas estratégicas é tema recorrente em administração estratégica. O objetivo do presente artigo é investigar os relacionamentos entre estilos cognitivos propostos por Kirton (1978) e o comportamento estratégico de dirigentes sob a perspectiva de Miles e Snow (1976) em pequenas empresas de Foz do Iguaçu- PR. Dados coletados por meio de casos múltiplos e analisados de forma hibrida, através de análise de conteúdo, adicionados de análise de referências cruzadas (*crosstabs*) revelaram distintos estilos cognitivos relacionados às escolhas estratégicas. O estilo cognitivo inovador produziu maiores relacionamentos com comportamentos analíticos, possivelmente em detrimento da dinamicidade ambiental. Por sua vez, o estilo adaptador se relacionou com escolhas defensivas e reativas. Este resultado em particular evidencia uma menor preocupação dos gestores acerca da munificência ambiental, o que acarreta comportamentos estratégicos mais limitados em termos de exploração de oportunidades e inovações.
Palavras-chave: Cognição; Estratégia; Comportamentos estratégicos; Estilos cognitivos.

COGNITIVE STYLES AND STRATEGIC CHOICES: A MULTIPLE CASE STUDY IN SMALL BUSINESSES

Abstract:
Understanding how small business managers make strategic choices based on their cognitions is a recurring theme in strategic management. The aim of this article is to investigate the relationships between cognitive styles proposed by Kirton (1978) and the strategic behavior of small business managers under the perspective of Miles and Snow (1976) in Foz do Iguaçu, Paraná. Data collected through multiple cases and analyzed in a hybrid way, through content analysis, added to cross-reference analysis (croostabs) revealed different cognitive styles related to strategic schools. The innovative cognitive style produced greater relationships with analytical behaviors, possibly to the detriment of the dynamism of the environment. In turn, the adaptive style was related to defensive and reactive choices. This result in particular shows that managers are less concerned about environmental munificence, which leads to more limited strategic behavior in terms of exploiting opportunities and innovations.
Keywords: Cognition; Strategy; Strategic behaviors; Cognitive styles.

[1] Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2024) - Foz do Iguaçu. E-mail: regina.sotelo@hotmail.com.
[2] Pós-doutorado pela Universidade Federal do Paraná (2023). Doutorado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2012). Mestrado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2004). Especialização em Desenvolvimento Gerencial (2000). Graduação em Administração pela UNICS (1999). Professor e pesquisador da Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor do Doutorado em Administração - PPGADM - Unioeste - Câmpus Cascavel. Professor do Mestrado em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade - PPGTGS - Câmpus Foz do Iguaçu. E-mail: eloi.damke@unioeste.br.
[3] Formada em Administração (2013) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Recebeu os graus de Mestra e Doutora em Administração em 2015 e 2020, respectivamente, pela linha de pesquisa de Estratégia e Análise Organizacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Administração, UFPR. De 2018 a 2019 foi pesquisadora visitante no International Business Centre, na Aalborg University, Dinamarca. É membro ativo da Academy of International Business e European International Business Academy, desde 2016 e 2018, respectivamente. E-mail: gabii.ribeiiro@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Compreender a interação dinâmica entre estilos cognitivos e comportamentos estratégicos é fundamental na pesquisa e prática organizacional contemporânea. As obras seminais de Kirton (1978) e Miles e Snow (1976) fornecem *insights* valiosos de como as predisposições cognitivas podem influenciar a tomada de decisão estratégica nas organizações.

A estratégia, como define Mintzberg (1994), é um processo que envolve um padrão em uma corrente de decisões. Nesse sentido, a cognição desempenha um papel fundamental na determinação desse padrão. Na mesma linha, Walsh e Fahey (1986), enfatizam que "...a formulação de estratégias é um processo altamente cognitivo". Portanto, compreender os estilos cognitivos dos tomadores de decisão pode esclarecer como diferentes perspectivas e abordagens influenciam a formulação estratégica.

A Teoria de Adaptação-Inovação de Kirton postula que os indivíduos exibem estilos cognitivos distintos ao longo de um *continuum* que vai de adaptadores a inovadores. Por outro lado, a tipologia de orientações estratégicas de Miles e Snow (1978) delineia quatro estratégias arquetípicas - prospectores, analisadores, defensores e reatores - cada uma representando uma abordagem única para adaptação ambiental e posicionamento competitivo.

Apesar de oriundos de estruturas teóricas diferentes, existe uma razão convincente para explorar as interseções e sinergias potenciais entre a teoria cognitiva de Kirton (1976) e a tipologia estratégica de Miles e Snow (1978). Ao sintetizar essas perspectivas, pode-se obter ideias mais profundas sobre como preferências cognitivas individuais interagem com estratégias organizacionais, moldando as capacidades adaptativas e resultados competitivos das empresas.

Este artigo visa preencher a lacuna entre teoria cognitiva e gestão estratégica, examinando o alinhamento entre estilos cognitivos, conforme concebidos por Kirton (1976), e comportamentos estratégicos delineados por Miles e Snow (1978). Por meio de uma abordagem integradora, buscamos elucidar os mecanismos pelos quais predisposições cognitivas influenciam processos de tomada de decisão estratégica. Além disso, foi proposto um quadro conceitual que integra estilos cognitivos e orientações estratégicas, fornecendo uma base para futuras pesquisas.

Em suma, a interseção entre os estilos cognitivos individuais e os comportamentos estratégicos organizacionais é crucial para uma compreensão abrangente da dinâmica da estratégia empresarial. Esta abordagem não só reconhece a importância da cognição na formulação estratégica, mas também destaca como as diferenças individuais influenciam a trajetória estratégica de uma organização. Diante do exposto, esta pesquisa buscou responder a seguinte problemática de pesquisa: **- Como os estilos cognitivos se relacionam ao comportamento estratégico de dirigentes em pequenas empresas de Foz do Iguaçu- PR?**

Apresentada a seção introdutória e problemática da pesquisa, as próximas seções apresentam os fundamentos teóricos do estudo, antecedendo os procedimentos metodológicos, resultados e conclusões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ESTRATÉGIA

A administração estratégica, em particular, os processos envolvidos na formulação de estratégica tem sido tema de estudo recorrente nos últimos anos. O desenvolvimento conceitual acerca desse tema reflete a necessidade da sociedade contemporânea, mostrando a preocupação das organizações em obter um alto grau de competitividade em ambientes dinâmicos.

De acordo com Serra *et al*. (2003) e Johnson *et al*. (2011), a estratégia é definida como o complexo de recursos e orientações utilizados para alcançar os objetivos desejados. Já para Porter (1986, p. 45), o conceito de estratégia pode ser definido como: ‘’...o conjunto de ações defensivas ou ofensivas para criar uma posição defensável em uma indústria, para enfrentar com sucesso as cinco forças competitivas e, assim, obter um retorno sobre o investimento maior para a empresa". Rezende (2011) complementa afirmando o conceito estratégico como sendo meios ou caminhos pelos quais a organização busca atingir seus objetivos.

Para Miles e Snow (1978), a estratégia é definida como um comportamento cíclico e adaptativo entre o ambiente e a organização e se baseia em três ideias centrais: O ambiente dá forma e é formado pelas ações organizacionais, cujo é um ciclo virtuoso, se bem executado, onde há o ambiente e há uma resposta a este ambiente, e nessa resposta forma-se um conjunto de ações que interferem ao menos no microambiente desta organização. As escolhas estratégicas feitas pelo gestor da organização dão forma à estrutura e aos processos organizacionais. Todos os processos realizados na empresa são definidos a partir de escolhas estratégicas. Adicionalmente, processo e estrutura condicionam a estratégia, e a tomada de uma decisão estratégica deve se adaptar ao ambiente organizacional e estrutural da organização e também ao ambiente externo (MILES; SNOW, 1978).

Miles e Snow (1978) em sua abordagem, apresentam três principais grupos de problemas em que os gerentes devem constantemente sanar: (i) Problemas empreendedores: esses problemas definem o domínio da organização, produtos/serviços, mercado focado e a orientação da empresa; (ii) Problemas tecnológicos: os problemas apresentados abrangem a criação de sistemas operacionais que resultam da solução do problema empreendedor e seleciona qual a tecnologia apropriada para produção e distribuição dos serviços/produtos e garantir sua operação através da tecnologia, comunicação e controle adequado e; (iii) Problemas administrativos: nessa etapa do ciclo busca-se a estabilização das atividades que sanaram os problemas anteriores de forma efetiva, ainda há a formulação e implementação de novos processos que visam a constante evolução.

Considerando os problemas em que os gestores se deparam na administração de seus empreendimentos, Miles e Snow (1978) abordam quatro tipos de comportamentos estratégicos, também conhecido como escolhas estratégicas, que podem variar de acordo com o processo de adaptação ao ambiente organizacional e sua relação com os níveis de incerteza e complexidade. Essas variações resultam das percepções que os executivos têm do ambiente e de como fazem suas escolhas estratégicas para manter a organização competitiva no mercado. As tipologias estratégicas são definidas em: prospectora, defensiva, analítica e reativa.

A tipologia prospectora busca novas oportunidades mercadológicas e são orientadas pelos produtos. Este comportamento estratégico exibido pelos seus dirigentes tende a ser adotado em organizações com ideias inovadoras, comportamento este que pode causar incertezas no mercado. A tendência desse comportamento é a dominação de tecnologias de produção, comercio e distribuição e permite uma grande flexibilidade e respostas rápidas quando necessário; possui um estilo organizacional mais descentralizado. Nessa tipologia os custos derivados da experiência com novos produtos, podem levar a empresa a ter baixas taxas de lucratividade e eficiência (MILES; SNOW, 1978).

Na tipologia analítica as organizações tendem a ser mais estáveis, pois levam em consideração vários ramos do mercado e os processos de mudança são voltados para a concorrência. Um pouco diferente do modelo prospector, há certa flexibilidade que está voltada para a lucratividade. Nesse comportamento, há uma busca pela garantia e estabilidade do negócio, através de uma linha limitada de produtos, porém não desconsideram a inserção de novos produtos, desde que sejam consolidados por outras organizações (MILES; SNOW, 1978).

Na tipologia defensiva a produtividade é o principal foco, permeado pela busca no aumento da eficiência das operações. O esforço da produção é focado em produtos de mercado específicos. Raramente os defensores buscam novas oportunidades fora da sua área de expertise e atuação. Nesse modelo estratégico, a tecnologia de produção é atualizada de forma constante em contrapartida o processo de inovação ocorre de forma lenta e normalmente ocorre no mesmo produto. Há um alto grau de centralização da gestão e controle de processos em cada etapa. O foco na estabilidade dos processos de produção pode reduzir a capacidade de respostas as mudanças de mercado, reduzindo assim a competitividade da empresa (MILES; SNOW, 1978).

Na tipologia reativa os dirigentes dificilmente se arriscam em novos produtos e/ou serviços. Normalmente nesse comportamento estratégico, os gestores percebem as mudanças e incertezas, porém não conseguem reagir de forma efetivas a essas mudanças. As mudanças acontecem quando se sentem forçadas pela pressão do ambiente. Esse tipo de comportamento pode ser entendido como uma não estratégia (MILES; SNOW, 1978).

O quadro 1 na sequência apresenta a síntese de cada uma das tipologias.

Quadro 1: Categorias estratégicas de Miles e Snow (1978)

Categoria estratégica	Descrição
Estratégia defensiva	Uma empresa seguindo esta estratégia procura localizar e manter uma linha de produtos/serviços relativamente estável. Seu foco concentra-se em uma gama de produtos/serviços mais limitada do que seus concorrentes e tenta proteger seu domínio através da oferta de produtos com melhor qualidade, serviços superiores e/ou menores preços. Não procura estar entre os líderes da indústria, restringindo-se àquilo que sabe fazer tão bem ou melhor que qualquer um
Estratégia prospectora	Uma empresa que adota esta estratégia está continuamente ampliando sua linha de produtos/serviços. Enfatiza a importância de oferecer novos produtos/serviços em uma área de mercado relativamente mais ampla. Valoriza ser uma das primeiras a oferecer novos produtos, mesmo que todos os esforços não se mostrem altamente lucrativos
Estratégia analítica	Uma empresa que segue esta estratégia tenta manter uma linha limitada de produtos/serviços relativamente estável e ao mesmo tempo tenta adicionar um ou mais novos produtos/serviços que foram bem sucedidos em outras empresas do setor. Em muitos aspectos é uma posição intermediária entre as estratégias defensiva e prospectora
Estratégia reativa	A firma que adota uma estratégia reativa exibe um comportamento mais inconsistente do que os outros tipos. É uma espécie de não-estratégia. Não arrisca em novos produtos/serviços a não ser quando ameaçada por competidores. A abordagem típica é esperar para ver e responder somente quando forçada por pressões competitivas para evitar a perda de clientes importantes e/ou manter lucratividade

Fonte: Gimenez (1998, p.30).

2.2 COGNIÇÃO

De acordo com Hayes e Allinson (1994), a cognição está relacionada ao modo como os indivíduos adquirem, armazenam e utilizam o conhecimento. Destaca-se ainda, a importância de analisar os eventos organizacionais sob o ponto de vista dos estilos cognitivos. São listadas 22 dimensões onde o estilo cognitivo é observado, dentre essas o modelo apresentado por Kirton (1976), a teoria da adaptação-inovação, encontra-se presente.

Kirton (1976) desenvolveu a teoria da adaptação- inovação, sugerindo que os indivíduos adotam estilos preferidos de criatividade, solução de problemas e tomada de decisão. Sua teoria propõe que existem dois polos distintos: um polo indicando preferência por fazer as coisas melhor (adaptador) e o outro polo indica a preferência por fazer as coisas de forma diferente (inovador). Kirton (1976) após constatar que os indivíduos possuem traços adaptadores ou inovadores, explorou os tipos de comportamentos relacionados à esses dois estilos cognitivos, como ilustra o quadro 2.

Para Gimenez (1998, p.31), ‘’...indivíduos que têm estilo adaptativo enfatizam precisão, eficiência, disciplina e atenção às normas’’, assim, os adaptadores tendem a ser previsíveis e solucionar os problemas baseado em métodos conhecidos e játestados. Já o estilo inovador, para Gimenez (1998, p.31) ‘’ é caracterizado como sendo indisciplinado, desafiador de regras, e que procura maneiras novas e diferentes de resolver problemas.’’ Desse modo, as decisões podem ser arriscadas e não confiáveis, já que essas decisões não seguem um padrão para resolução dos problemas. Entretanto, para Vasconcelos *et al.* (2007), não há uma busca em estabelecer o melhor estilo, mas sim identificar os estilos de Kirton (1976) e como se diferem na tomada de decisão estratégica.

Quadro 2: Principais características de adaptadores e inovadores

Adaptadores	Inovadores
Caracterizados pela precisão, confiança, eficiência, prudência e disciplina.	Visto como indisciplinados, desafiadores de regras.
Buscam poucas soluções que são novas, criativas, relevantes e aceitáveis.	Produzem numerosas ideias que podem não parecer relevantes ou aceitáveis para outros.
Preferem situações bem estruturadas e estabelecidas.	Preferem situações não estruturadas.
Importantes para situações em andamento.	Importantes para situações de mudança e crise.
Vistos pelos inovadores como confiáveis, conformados, previsíveis, inflexíveis.	Vistos pelos adaptadores como não confiáveis, não práticos, ameaçadores do sistema estabelecido.
São capazes de manter alta exatidão em longos períodos de trabalho detalhado.	Suscetíveis a rotinas detalhadas somente por curtos períodos.
São autoridades na estrutura organizacional.	Tomam o controle em situações desestruturadas.
São essenciais para o funcionamento da empresa.	Mostram-se sem dúvidas quando geram ideias.
Sensíveis, mantêm a coesão do grupo e cooperam.	Insensíveis, ameaçam a coesão do grupo.

Fonte: Adaptado de Kirton (1976).

Apresentados os aspectos teóricos que fundamentam este estudo, a próxima seção apresenta o percurso metodológico adotado para a pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adotou o procedimento de estudos de casos múltiplos como estratégia para a obtenção dos dados. De natureza descritiva e cunho qualitativo, a amostra por conveniência, não probabilística, de 10 pequenas empresas foi assumida para avaliar como os estilos cognitivos dos gestores influenciam as escolhas estratégias.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado a partir da adaptação das escalas de mensuração propostas por Kirton (1976) para a dimensão “cognição” e a de Conant, Mokwa e Varadarajan (1990) para a dimensão de escolhas estratégias, assumindo nesta instância a tipologia adotada por Miles e Snow (1978). A análise das respostas permite indicar para cada empresa, a escolha de uma estratégia defensiva, prospectora, analítica ou reativa em termos de conteúdo estratégico dos dirigentes. Cabe salientar que as escalas foram adaptadas em formato de entrevistas estruturadas, dada a natureza qualitativa do estudo. A entrevista no âmbito cognitivo foi estruturada em dois blocos, o primeiro foi referente a qualificação da empresa e do respondente, o segundo bloco foi composto por 15 perguntas que permitiam indicar para cada organização um estilo cognitivo inovador ou adaptador. Quanto a entrevista relacionada aos comportamentos estratégicos, a entrevista foi estruturada em um bloco de 11 perguntas que permitiram indicar para cada organização uma escolha estratégica, prospectora, analítica, defensiva ou reativa, e a partir desta adaptação,

foi realizado um pré-teste com dois dirigentes de pequenas empresas. Efetivado o pré-teste e realizados os ajustes semânticos das escalas para o formato de entrevistas estruturadas, o próximo passo efetivou a coleta dos dados junto à 10 dirigentes de pequenas empresas. A coleta de dados foi realizada no período de 10/01/2024 a 22/02/2024.

A análise dos dados se implementou por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). A técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), em termos operacionais se efetiva em 3 fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Em linhas gerais, a análise de Conteúdo inicia-se pela pré-análise. Nesta instância, o pesquisador faz a separação do material que será útil à pesquisa. Para esta etapa, Bardin (2004) sugere que seja realizada a sistematização das ideias iniciais em quatro etapas: a leitura fluente a respeito do tema escolhido, escolha dos documentos, reformulação de objetivos e hipóteses, seguido pela formulação dos indicadores, por conseguinte, finalizando a preparação do material.

Na segunda etapa, tratar-se a respeito da exploração do material, nesta fase será elaborada a categorização ou codificação do estudo. As categorias são classificadas apresentando seus elementos constitutivos, ou seja, a análise categorial compreende o desmembramento, seguido pelo agrupamento e/ou reagrupamento das unidades de registro do texto. Para Bardin (2010), a repetição de palavras é utilizada no processo de codificação para que possa ser utilizada no processo de codificação e posteriormente utilizada para criar categorias de análise iniciais.

Na terceira etapa é feito o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Bardin (2010) expõe que esta fase é uma operação lógica na qual há uma ligação das proposições com outras proposições já aceitas como verdadeiras. Desta maneira, a última etapa é a busca de significado de mensagens através da análise crítica e reflexiva.

Por fim, uma análise de referências cruzadas foi implementada a fim de reforçar os achados da fase qualitativa. Desse modo, para caracterizar numericamente os estilos cognitivos e comportamentos estratégicos, as seguintes categorizações foram assumidas, conforme apresentado no quadro abaixo:

Tabela 3: Categorização dos estilos cognitivos e comportamentos estratégicos

DEFINIÇÕES	
Comp. Estrategico	Identificação
Prospector	1
Analítico	2
Defensivo	3
Reativo	4
Aspecto Cogn.	Identificação
Inovador	1
Adaptador	2

Fonte: Autores (2024)

Nessa tabela, os comportamentos estratégicos foram caracterizados de 1 a 4, sendo 1 prospector, 2 analíticos, 3 defensivos e 4 reativos. Já para a variável dependente do estudo, aspecto cognitivo, 1 para inovador e 2 para adaptador.

Apresentados os aspectos teóricos e metodológicos do estudo, a próxima seção apresenta os resultados do estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na primeira parte dessa seção são apresentadas as análises qualitativas, caracterizando as empresas estudadas quanto ao setor de mercado, antecedendo a análise de como os estilos cognitivos se relacionam com os comportamentos estratégicos em cada organização.

A empresa A atua no mercado automotivo e está no mercado há 3 anos. Nesta organização em particular foi verificado que o gestor apresenta uma cognição inovadora. Tal constatação pode ser identificada quando o dirigente evidencia na entrevista que: “Somos capazes de desenvolver novos produtos e serviços, buscando novos mercados e isso de maneira consistente e confiável”. Tal estilo cognitivo se coaduna a proposta de Kirton (1976), de que indivíduos preferem situações não estruturadas e são importantes para situações de crise e incerteza. Quanto ao comportamento estratégico desta empresa pode-se verificar características do estilo analítico, onde a organização apresenta uma linha de serviços relativamente estáveis buscando implementar novos serviços que tiveram bons resultados em outras organizações. Este comportamento pode ser confirmado, haja visto que o gestor cita: ‘’A gente oferece serviços seletivos de alta qualidade, estamos sempre buscando melhorias e produtos novos que possam trazer um resultado mais legal, de qualidade melhor’’.

A empresa B atua no ramo ótico de Foz do Iguaçu, e atua nesse mercado há 10 anos. Nesta organização se pode notar que o gestor possui uma cognição inovadora, na qual o indivíduo produz ideias que podem parecer irrelevantes para os outros e mostra não haver dúvidas quando cria novas ideias, afirmando ‘’ Costumo pensar muito em novas ideias e em como colocá-las em prática o mais rápido possível, o tempo todo, não tenho medo de sair da caixinha’’. Já em relação ao comportamento estratégico, o conteúdo da fala revela escolha analítica, que, proposto por Miles e Snow (1978), é caracterizada pela busca de uma linha de produtos estáveis ao mesmo tempo que busca implementar novas ideias que foram bem sucedidas em outras organizações do ramo, este estilo é latente na organização, de tal forma que ‘’ A gente trabalha para se desenvolver, para crescer mas sempre analisando com muita cautela nossas decisões juntamente o time gerencial, nem todas as estratégias serão boas para a organização’’.

A empresa C atua no ramo de TI (tecnologia da informação), desenvolvendo softwares e aplicativos no Brasil, atua nesse ramo há 7 anos. Na entrevista foi possível constatar que sua cognição era inovadora onde o dirigente tende a manter o controle durante momentos de crise, visto pelos adaptadores como uma ameaça do sistema já estruturado, de tal maneira que ‘’ Na maioria das vezes crio do zero as ideias’’ e ‘’ Sempre busco inovar em meus softwares e aplicativos’’. O comportamento prospector foi fortemente notado na entrevista, conforme o gestor exibe em sua narrativa: ‘’ A gente escolheu o mercado totalmente desassistido’’ e ‘’ Estamos sempre inovando e

constantemente buscando novas áreas de aplicação do nosso negócio'' confirmando os aspectos apresentados por Miles e Snow (1978), o qual propõe que para esse estilo estratégico a organização busca ser a primeira apresentar novos produtos/serviços e constantemente ampliando os mesmos.

A empresa D atua no mercado da perfumaria na cidade de Foz do Iguaçu, personalizando essências e perfumes para uso pessoal, decoração e eventos há 9 anos. A gestora desta empresa se caracterizou com uma cognição adaptativa, estilo este onde o indivíduo busca poucas soluções novas ou criativas e trabalha muito bem em atividades a longo prazo, com rotinas bem estruturadas, o gestor apresenta tais características a partir da seguinte fala: ''Acho que tenho algumas ideias originais mas eu sou melhor em adaptar ideias que vejo por ai de outras pessoas''. Na área estratégica pode-se perceber um estilo analítico, pois a gestora afirma ''Nós temos uma linha da perfumaria e tentamos sempre incrementar algo novo. Para saber mais sobre a perfumaria, sobre o marketing olfativo, em especial como a gente fez o curso fora, a gente está sempre se atualizando com informação que vem pra gente de fora da escola da perfumaria. Então às vezes chega uma matéria prima nova que é ou sintética ou algum outro, e estamos sempre nos atualizando de inovações e novidades'', Miles e Snow (1978) descreve este estilo estratégico presente na organização através de uma linha relativamente estável de produtos e serviços mas que busca atualizações e tendências para o mercado assim como tenta implementar ideias aplicadas em outras organizações que foram bem-sucedidas.

A empresa E atua no ramo de joias em Foz do Iguaçu há 1 ano. O estilo cognitivo analisado no gestor define-se como adaptativo, na qual o indivíduo é essencial para a organização e trabalha com rotinas bem estabelecidas, e costumeiramente o gestor afirma ''Eu tenho mais facilidade em aperfeiçoar as ideias já existentes do que criar ideias do zero.'' E ''Eu faço o que está prescrito mesmo não estando de acordo''. O estilo estratégico defensivo proposto por Miles e Snow (1978) caracteriza-se quando a organização procurar manter uma linha limitada de produtos em relação ao concorrente, buscando manter seu domínio através de produtos com maior qualidade, dessa maneira o gestor afirma '' Eu acho que a gente busca ter um produto melhor, que a pessoa compre um pouquinho mais caro mas seja um produto de qualidade melhor que não seja um produto ruim para não ter um *feedback* ruim e para a pessoa poder ter uma experiência boa com o produto.''

A empresa F atua no mercado ótico de Foz do Iguaçu há 14 anos, considerada uma empresa tradicional na cidade, sem filiais. Foi possível analisar características de uma cognição adaptativa. A organização é conhecida por ser precisa e eficiente, prefere situações que são mais estáveis e estruturadas, como o próprio gestor afirma:

> A gente trabalha dentro de um sistema, uma metodologia então a gente tem que ter rigor dentro dela, nesse sentido a gente não abre mão, por isso tudo que a gente entende que deva ser mudado, por experiência ou alguma coisa, o próprio dia a dia, a gente vai procurando ajustar isso com o decorrer do tempo.

É possível analisar também que há extensiva análise antes de implementar um novo produto na empresa, de tal forma que a empresa se enquadra dentro do estilo estratégico analítico proposto por Miles e Snow (1978). O gestor relata possuir uma receita na organização:

> A gente trabalha dentro de um assim, eu vou te chamar de receita. E a gente procura seguir essa receita que a gente se envolveu nesses 25 anos que a gente está. É uma receita que veio se ajustando com o passar do tempo e a gente conseguiu consolidar uma receita, então obviamente que a gente trabalha em cima dos P's e dos S's, de tudo aquilo, mas de uma forma muito particular.

A empresa G atua no mercado ótico de Foz do Iguaçu, está no mercado há cerca de 45 anos e possui filiais. Nessa organização, pode-se analisar que o gestor possui uma cognição inovadora. Esse estilo caracteriza-se por inovar sem medo da mudança, não costuma seguir rotinas já estabelecidas e podem ameaçar a coesão do grupo como apresentado por Kirton (1976), o gestor está sempre em busca de novos mercados, como ele citou '' Eu sigo com a franquia da minha loja X, a qual é um pouco mais selecionada e no meio do caminho enxerguei a oportunidade de começar um novo mercado, ou seja, tenho duas franquias que atendem a públicos diferentes'' complementou. Em relação ao comportamento estratégico, o conteúdo da fala revela comportamento analítico: ''Geralmente eu penso muito, discuto muito, volto a pensar, ouço os que as pessoas que eu acho que devem ser ouvidas falam e mesmo as contrariando eu decido, mas eu presto atenção no que eu ouço também''.

A empresa H atua no mercado de tabaco e industrialização de embalagens no estado de Santa Catarina, há cerca de 30 anos. Pode-se perceber características de uma cognição inovadora a partir da seguinte fala: ''Tenho muita facilidade em criar ideias do zero e coloca-las em prática, de certo modo, rapidamente'', em momentos de crise e mudanças, ela afirma '' Costumo manter a calma e resolver de forma pacífica e com ideias diferentes do que as outras empresas escolheriam tomar para mesma situação'' caracterizando tal estilo cognitivo apresentado por Kirton (1976) no Quadro 2. O gestor apresenta ter muitas ideias autenticas e afirma ''Eu gosto de inovar nos serviços e produtos mas eu e o José costumamos analisar muito bem o mercado e a situação, ver se a ideia que temos já deu certo em outra empresa'', tal frase caracteriza a escolha estratégica analítica.

A empresa I atua no mercado de produção de lentes em Foz do Iguaçu há cerca de 8 anos. A empresa se caracteriza pela confiança e qualidade em seu produto, serviço e atendimento de acordo com a seguinte fala: ''Eu gosto de seguir a rotina que já foi estabelecida dentro do laboratório para não atrapalhar a produção e também a qualidade do nosso produto e serviço''. Entretanto, não costuma criar novas ideias ou inovar em seus produtos e serviços, dessa maneira ela se enquadra dentro das características proposta por Kirton (1976) quanto a cognição adaptativa. No que tange o comportamento estratégico, o gestor apresenta ''Eu tento sempre analisar o que o concorrente vai fazer, para conseguir reagir a ideia que ele vai colocar em prática, normalmente não tenho tempo para analisar o mercado, tenho que tomar uma decisão rápida para reagir a ideia do concorrente'', evidenciando o comportamento reativo.

A empresa J atua no mercado de industrialização de embalagens em Foz do Iguaçu há cerca de 25 anos. A organização apresentou características de um estilo cognitivo adaptador, de tal maneira que '' Nós não temos costume de ter muitas ideias criativas e aplica-las, normalmente vamos fazendo o que funciona para nossa empresa, o que nos traz lucro'', Kirton (1976) afirma que nesse estilo cognitivo, em geral, não costuma quebrar ou contornar regras já estabelecidas, confirmando a ideia

do gestor de que ‘’Aqui nós trabalhamos com uma rotina que levamos algum tempo para conseguir implementar, então seguimos ela certinho’’. A organização busca aplicar ideias bem sucedidas de outras empresas como o gestor cita ‘’ A gente não deixa de inovar, mas focamos na nossa tecnologia de produção, essa sim estamos sempre buscando nos atualizar, quanto ao produto em si, não temos como apresentar muitas inovações nele, são poucas ideias que podem ser aplicadas’’, dessa maneira pode-se analisar características de um comportamento estratégico defensivo, onde a organização, de acordo com Miles e Snow (1978), possui inovação constante quanto aas tecnologias de produção entretanto as inovações em produtos e serviços são relativamente baixas, e quando ocorrem, são no mesmo produto.

Apresentados os resultados da fase qualitativa, na sequência, foram identificadas as frequências entre estilos cognitivos e comportamentos estratégicos. Nesta instância, foi elaborado um quadro de identificação relacionando os estilos cognitivos e comportamentos estratégicos, sintetizados no quadro 4.

Quadro 4: Identificação das referências cruzadas

Empresa	Genêro	Segmento	Tempo de Mercado	Asp_Cog	Comp_est
A	Feminino	Automotivo	3 anos	1	2
B	Masculino	Ótico	10 anos	1	2
C	Masculino	TI	7 anos	1	1
D	Feminino	Perfumaria	9 anos	1	2
E	Masculino	Joias	1 ano	2	3
F	Masculino	Ótico	14 anos	2	2
G	Masculino	Ótico	45 anos	1	2
H	Feminino	Industria de embalagens	30 anos	1	2
I	Masculino	Pordução de lentes	8 anos	2	4
J	Masculino	Industria de embalagens	25 anos	2	3

Fonte: Autores (2024).

Conforme pode ser apreciado no quadro de identificação das referências cruzadas, os resultados da fase qualitativa são reforçados a partir das relações encontradas na análise de frequências, adicionadas as referências cruzadas entre a assunção dos estilos cognitivos nas escolhas estratégias. Conforme a tabela 4 das referências cruzadas, seis organizações pesquisadas exibiram estilo cognitivo inovador relacionado a comportamentos estratégico analíticos. Estes dirigentes, de acordo com as relações encontradas, possivelmente tendem a tomar decisões estratégicas analíticas por verem o ambiente com muitas incertezas e mudanças, ou seja, um ambiente dinâmico e consequentemente analisam minuciosamente o meio antes de tomarem uma decisão. Os estudos de Mintzberg (2010) reforçam tal constatação, enfatizando a importância da análise no processo decisório, frisando que estratégias eficazes emergem, muitas vezes de um processo frequente de pensamento estratégico e devem ser desenvolvidas de forma rápida e superficial. Foi possível analisar também o comportamento estratégico prospector juntamente com o estilo cognitivo inovador, dessa maneira, comprovando a premissa de Miles e Snow (1978), de que o comportamento prospector está fortemente ligado ao estilo inovador.

Kirton (2021) demonstrou que líderes inovadores geralmente impulsionam estratégias disruptivas que podem transformar mercados e criar novas oportunidades

de negócios. Esses líderes são fundamentais para a exploração de novas tecnologias e a redefinição de modelos de negócios tradicionais.

Adicionalmente a análise das frequências, uma análise de *crosstabs* foi empregado a fim de evidenciar os relacionamentos entre os estilos cognitivos com distintas escolhas estratégicas, e os resultados, sintetizados no quadro 5.

Quadro 5: Análise referências cruzadas

COGNITIVO * COMP_EST Tabulação cruzada

Contagem

		COMP_EST				Total
		1,00	2,00	3,00	4,00	
COGNITIVO	1,00	1	5	0	0	6
	2,00	0	1	2	1	4
Total		1	6	2	1	10

Fonte: Autores (2024).

A partir da análise de frequências, foi possível reforçar os achados na fase qualitativa. Para o estilo cognitivo adaptador foram encontrados 4 perfis, reagindo ao ambiente com escolhas estratégicas analíticas, defensivas e reativas. Essas escolhas de acordo com Damke (2014), são típicas do comportamento defensivo como resultado das possíveis pressões externas do ambiente, limitando por sua vez a escolha das decisões estratégicas. Dessa maneira, focam na eficiência da organização para consecução do desempenho. Tais resultados evidenciam que gestores não são inovadores por assumirem uma tendência maior de defesa e reação ao ambiente.

Streufert e Nogami (2020) revelaram que líderes adaptadores são eficazes na implementação de estratégias que otimizam recursos e melhoram a eficácia operacional, contribuindo para a estabilidade e a sustentabilidade da organização. Esses líderes tendem a ser mais meticulosos na execução de planos estratégicos e na gestão de riscos associados a mudanças organizacionais.

A interação entre estilos cognitivos inovador e adaptador pode ser especialmente benéfica em ambientes organizacionais complexos e dinâmicos. Hunter, Bedell-Avers e Mumford (2021) sugeriram que a presença de ambos os estilos cognitivos em equipes de liderança pode melhorar a capacidade estratégica da organização, combinando a criatividade e a capacidade de inovação dos inovadores com a prudência e a eficiência dos adaptadores. Essa complementaridade permite que as organizações se adaptem rapidamente às mudanças externas enquanto mantêm a eficácia interna, resultando em uma vantagem competitiva mais robusta e sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo teve por objetivo investigar como os estilos cognitivos de Kirton (1976) se relacionam com os comportamentos estratégicos proposto por Miles e Snow (1978) em 10 organizações de diferentes ramos do mercado. Considerando a problemática apresentada e a metodologia implementada neste trabalho, o estudo

revelou que o estilo cognitivo inovador tende a se relacionar com o estilo estratégico prospector e analítico. Entre as empresas entrevistadas, cinco delas apresentaram um estilo cognitivo inovador com comportamento estratégico analítico, uma delas apresentou estilo cognitivo inovador com comportamento estratégico prospector. Dentre as cinco organizações que apresentaram estilo cognitivo adaptador, duas apresentaram comportamento estratégico defensivo, e somente uma organização apresentou estilo cognitivo adaptador com comportamento estratégico reativo. Uma única organização apresentou estilo cognitivo adaptador com comportamento estratégico analítico.

Através deste estudo pode-se concluir que o estilo cognitivo inovador tende a se relacionar com comportamento estratégico prospector e analítico, sendo este último em maior proporção, enquanto o estilo cognitivo adaptador tende a se relacionar com comportamento estratégico defensor e reativo.

Por fim, o estudo apresenta limitações. A primeira refere-se ao tamanho amostral, que não foi probabilístico. Em pesquisas futuras, recomenda-se implementar levantamentos com amostras significativas para reforçar o corpo de conclusões deste estudo. Adicionalmente, outras variáveis de pesquisa poderiam ser incorporadas ao estudo, como a incerteza ambiental, uma vez que as escolhas estratégicas também são conectadas teoricamente a esta dimensão. Tais recomendações são úteis para elucidar as distintas variantes que compõem as escolhas estratégicas de dirigentes de pequenas empresas.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOTT, M.G. Uma abordagem estratégica baseada na tipologia de Miles e Snow. **CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO**. v. 14, n.2, p. 68-78, jul/dez. 2006

DAMKE, E. J.; GIMENEZ, F. A. P. Configurações estratégicas e desempenho organizacional:um estudo em Micro e Pequenas empresas do setor de varejo. **XXXVIII ENANPAD**. Rio de Janeiro: 2014.

DRUCKER, Peter, F., **Prática de Administração de Empresa**, Rio de Janeiro, tradução portuguesa da Editora Fundo de Cultura, 1962.

FERNANDO A. R. S; TORRES, MARIA C. S.; TORRES, ALEXANDRE PAVAN. **Administração Estratégica**. RIO DE JANEIRO: REICHMANN & AFFONSO EDITORES, 2003.

JOHNSON, G.; SCHOLES, K.; WHITTINGTON, R. **Fundamentos de estratégia**. PORTO ALEGRRE: BOOKMAN EDITORA, 2011.

KIRTON, M. J. Adaptors and Innovators: Styles of Creativity and Problem Solving. **Journal of Business Venturing,** 36(3), 345-36, 2021.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. **Organizational strategy, structure and process**. New York, McGraw-HillBook, 1978

HAMEL, Gary. **Leading the revolution: How to thrive in turbulent times by making innovation a way of life**. Boston, MA: Harvard Business School Press.

HAYES, J.; ALLINSON, C. W. Cognitive style and its relevance for management practice. **British Journal of Management**, v. 5, n. 1, 1994.

HUNTER, S. T., BEDELL-AVERS, K. E., MUMFORD, M. D. The Role of Cognitive Styles in Strategic Leadership: Innovators and Adaptors. **Academy of Management Journal**, 64(2), 389-414, 2021.

ROSSETTO, C. R. **Adaptação Estratégica Organizacional: Um estudo multi-caso na indústria da construção civil – Setor de edificações**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 1998.

GIMENEZ, F. A. P. **Patterns of strategic choice of small firm owners and managers.** Manchester, 1996. Thesis (PhD) - University of Manchester.

GIMENEZ, F. A. P. Escolhas Estratégicas e Estilo Cognitivo: um estudo com pequenas empresas. **RAC- Revista de Administração Contemporânea**, v.2, n.1, Jan./Abr. 1998: 27-45.

KIRTON, Michael J. Adaptors and Innovators: A Description and Measure. Journal of Applied Psychology, 61(5), 622–629, 1976.

LÖBLER, M. L. et al. AS INFLUÊNCIAS NA INTENÇÃO DE USO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: UMA ABORDAGEM ENTRE A TEORIA DE ESTILOS COGNITIVOS DE KIRTON E ATEORIA UNIFICADA DE ACEITAÇÃO E USO DA TECNOLOGIA. **RAI –Revista de Administração e Inovação**, 25 fev. 2011.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce W; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia:** um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 392 p. ISBN 9788577807215

MINTZBERG, Henry. **The Rise and Fall of Strategic Planning.** New York: Free Press, 1994.

PORTER, M., 1980, **Estratégia Competitiva-Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**, Editora Campus, Lda., trad. 1986.

REZENDE; D. A**. Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócio**. São Paulo: Editora Atlas, 2011

SANTOS, S. C. M. DOS. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 31 dez. 2020.

STREUFERT, S., NOGAMI, G. Y. Cognitive Styles and Strategic Management: Adaptors vs. Innovators. **Strategic Management Journal**, 41(9), 1668-1685, 2020.

VASCONCELOS, A.C.F., GUEDES, I.A., & CANDIDO, G.A. (2007). **Aplicação dos modelos de Miles e Snow e Kirton em pequenas e médias empresas: um estudo exploratório**. Gestão de Produção, Operações e Sistemas

WALSH, J. P., & FAHEY, L. **The Role of Cognition in Strategic Management: An Integrative Approach**. Journal of Management Studies, 23(2), 185–202, 1986.

Recebido em: 14/06/2025
Aprovado em: 25/08/2025

AS FÁBULAS E CONTOS DE FADAS COMO MEDIADORES NA FORMAÇÃO DAS VIRTUDES EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Wallesa Dayana Martinek Queiroz dos Santos[1]
Claudio Alexandre de Souza[2]

Resumo:
Este estudo investigou como as fábulas e contos de fadas poderiam ser utilizados como mediadores na formação de virtudes em crianças do Ensino Fundamental. A questão que norteou esta pesquisa foi: i) Como as fábulas e contos de fadas podem ser utilizados como mediadores na formação de virtudes em crianças do Ensino Fundamental? O objetivo foi analisar como o uso dessas narrativas poderia contribuir para o desenvolvimento de virtudes morais em crianças do 3º ano, por meio de oficinas pedagógicas. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e empírica, fundamentada na aplicação de atividades práticas e interativas baseadas na contagem de histórias. Foram realizadas três etapas principais: apresentação de histórias, atividades cooperativas inspiradas nas narrativas e reflexão coletiva. Os resultados indicaram que as narrativas clássicas, aliadas a dinâmicas lúdicas, promoveram uma compreensão significativa das virtudes discutidas, como empatia, bondade e colaboração. Além disso, as oficinas pedagógicas favoreceram o engajamento dos alunos e a aplicação dos valores aprendidos em situações reais. Concluiu-se que as fábulas e contos de fadas são ferramentas para a educação em valores, contribuindo para a formação moral e social das crianças, bem como para um ambiente escolar cooperativo.
Palavras-chave: Fábulas; Contos de Fadas; Virtudes; Ensino Fundamental; Oficinas Pedagógicas.

FABLES AND FAIRY TALES AS MEDIATORS IN THE FORMATION OF VIRTUES IN ELEMENTARY SCHOOL CHILDREN

Abstract:
This study investigated how fables and fairy tales could be used as mediators in the development of moral virtues in elementary school children. The guiding question was: i) How can fables and fairy tales be used as mediators in the development of virtues in elementary school children? The objective was to analyze how the use of these narratives could contribute to the development of moral virtues in third-grade children through pedagogical workshops. The research adopted a qualitative and empirical approach, based on the application of practical and interactive activities based on storytelling. Three main stages were carried out: story presentation, cooperative activities inspired by the narratives, and collective reflection. The results indicated that classic narratives, combined with playful dynamics, promoted a meaningful understanding of the virtues discussed, such as empathy, kindness, and collaboration. Furthermore, the pedagogical workshops favored student engagement and the application of the values learned in real-life situations. It was concluded that fables and fairy tales are tools for educating children about values, contributing to the moral and social development of children, as well as to a cooperative school environment.
Keywords: Fables; Fairy Tales; Virtues; Elementary School; Pedagogical Workshops.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Gestão e Sustentabilidade - PPGTGS - UNIOESTE, com foco no Uso de ambientes virtuais de aprendizagem na inclusão de crianças com TEA no ensino público municipal. Possui graduação em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de Maringá CESUMAR (2013). Especialização nível Pós-Graduação Lato Sensu nas áreas: Educação e Informática. Atualmente, professora de Informática Educativa nível III da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Dedicação exclusiva. E-mail: wallesa82@gmail.com.
[2] Pós-Doutor em Gestão de Negócios pela Université du Québec `a Montréal - UQAM (2017). Doutor em Geografia - UFPR (2014). Mestre em Hospitalidade - UAM (2005). Especialista em Ecoturismo, Educação e Interpretação Ambiental - UFLA (2001). Bacharel em Turismo e Hotelaria - UNIVALI (1997). Professor Associado do Programa de Mestrado Profissional em Tecnologia, Gestão e Sustentabilidade (PPGTGS) e do Curso de Bacharelado em Hotelaria da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: claudio.souza@unioeste.br.

1. INTRODUÇÃO

As fábulas e contos de fadas representam uma tradição milenar que transcende barreiras culturais e temporais, consolidando-se como uma ferramenta educativa essencial no desenvolvimento moral e social das crianças. A literatura infantil, em especial as narrativas fantásticas, desempenha um papel significativo na formação de virtudes e valores fundamentais, contribuindo para o crescimento integral de estudantes do Ensino Fundamental. Histórias como 'A Lebre e a Tartaruga', 'A Cigarra e a Formiga' e 'A Bela e a Fera' oferecem uma rica simbologia que facilita a reflexão sobre dilemas éticos e comportamentos desejáveis, utilizando personagens e situações imaginárias para abordar questões reais do cotidiano.

A relevância do tema justifica-se pela necessidade de promover a formação moral em uma sociedade desafiadora, onde as crianças enfrentam dilemas complexos desde a tenra idade. A educação no Ensino Fundamental, como etapa do desenvolvimento, encontra nos contos de fadas um instrumento pedagógico eficiente para ensinar virtudes como empatia, bondade, perseverança e trabalho em equipe. Ao proporcionar experiências que combinam ludicidade e reflexão, essas narrativas atendem às demandas por metodologias inovadoras e centradas na formação integral do aluno.

Nesse contexto, a questão que norteia esta pesquisa é: como as fábulas e contos de fadas podem ser utilizados como mediadores na formação de virtudes em crianças do Ensino Fundamental? Essa indagação surge da percepção de que o ensino de valores, muitas vezes tratado de forma abstrata, pode ser abordado por meio de experiências concretas e significativas que envolvam elementos do universo infantil.

O objetivo desta pesquisa é investigar como o uso de fábulas e contos de fadas pode contribuir para o desenvolvimento de virtudes morais em crianças do 3º ano do Ensino Fundamental, utilizando oficinas pedagógicas como instrumento de ensino.

Este texto está estruturado de forma a garantir a compreensão progressiva do tema proposto. Inicialmente, apresenta-se o referencial teórico que embasa a discussão sobre a importância das narrativas fantásticas na educação. Em seguida, a metodologia utilizada é detalhada, destacando as oficinas pedagógicas realizadas e os critérios de seleção das fábulas. Nos tópicos de discussão e resultados, os dados obtidos são analisados à luz do objetivo da pesquisa. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as conclusões e sugestões para aplicações futuras da metodologia proposta.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A utilização de narrativas como ferramenta pedagógica tem sido amplamente discutida por diversos estudiosos da área educacional. A inserção das histórias no contexto escolar proporciona o desenvolvimento da subjetividade infantil e a construção de valores essenciais para a formação integral dos alunos. Neste sentido, este estudo fundamenta-se em obras clássicas e contemporâneas que abordam a relevância das narrativas para o processo educativo.

Freire (2019, p. 45) ressalta a importância da relação dialógica entre educador e educando, enfatizando que "a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade, sob pena de ser uma farsa, não pode fugir à discussão criativa, sob pena de não ser educação".

Nesse contexto, o papel do professor transcende a simples transmissão de conhecimento, favorecendo a construção de uma aprendizagem significativa. Da mesma forma, Vigotski (2007, p. 89) argumenta que "o desenvolvimento cognitivo da criança está intrinsecamente ligado às interações sociais", corroborando a ideia de que a aprendizagem ocorre de maneira colaborativa, estimulando a autonomia e a participação ativa dos alunos.

Mendonça (2019) destaca a importância das histórias infantis na construção da identidade das crianças, afirmando que:

> As histórias infantis desempenham um papel fundamental na construção da identidade da criança, proporcionando experiências simbólicas que auxiliam na compreensão do mundo. Elas oferecem espaços de experimentação e reflexão, contribuindo para o desenvolvimento emocional e cognitivo. (Mendonça, 2019, p. 112).

Souza (2016, p. 76) complementa essa visão ao afirmar que "os contos de fadas exercem influência direta na formação moral das crianças, pois apresentam dilemas éticos que estimulam a reflexão sobre questões de certo e errado". Lima (2014) ainda afirma que o uso de narrativas no ambiente escolar promove um espaço de acolhimento e compartilhamento, essencial para o desenvolvimento emocional e social das crianças.

A formação ética das crianças também é um desafio contemporâneo. Nogueira (2005) pontua que:

> A educação para os valores é um processo contínuo que deve ser integrado às práticas pedagógicas diárias. Esse processo envolve a reflexão crítica e a vivência dos valores no cotidiano escolar, possibilitando que a criança compreenda seu papel na sociedade e desenvolva sua autonomia moral. (Nogueira, 2005, p. 135).

Nessa perspectiva, Campos (2015, p. 54) afirma que "a inclusão de histórias na educação possibilita uma abordagem mais sensível e humanizada para questões sociais complexas". Luckesi (2011, p. 89) também destaca que "uma educação humanizadora é aquela que considera a realidade do educando, seus sentimentos e emoções, promovendo um processo de ensino-aprendizagem que respeite sua individualidade e estimule sua participação ativa". Esses entendimentos reforçam a importância do uso de narrativas como um meio para abordar temas complexos de forma reflexiva.

Piaget (2006, p. 39) complementa essa ideia ao destacar que "o desenvolvimento moral está diretamente relacionado ao crescimento cognitivo, sendo essencial a experiência ativa para a internalização de valores". Nesse sentido, as histórias, ao apresentarem dilemas e desafios éticos, promovem a construção do pensamento crítico e a autonomia infantil.

Por fim, Zabala (1998) apresenta perspectivas práticas para a aplicação de narrativas, destacando que:

> A integração de contos de fadas no planejamento pedagógico estimula a criatividade e a capacidade crítica das crianças. A abordagem narrativa favorece a compreensão de questões abstratas, proporcionando aos alunos um meio de expressão autêntico e significativo. (Zabala, 1998, p. 128).

Essa afirmação ressalta o valor pedagógico das narrativas na educação ao possibilitar que as crianças desenvolvam não apenas a imaginação, mas também habilidades cognitivas essenciais. No contexto do planejamento pedagógico, a inclusão de contos e histórias deve estar alinhada aos objetivos educacionais, garantindo que os conteúdos abordados favoreçam a construção do conhecimento de maneira lúdica e interativa.

A prática pedagógica baseada em narrativas permite que os professores desenvolvam estratégias dinâmicas que engajem os alunos, favorecendo um ambiente de aprendizado participativo. Além disso, a utilização de histórias em sala de aula possibilita uma abordagem interdisciplinar, conectando diferentes áreas do conhecimento e tornando o ensino mais significativo. Como enfatiza Zabala (1998), o uso estruturado de narrativas auxilia na organização das atividades, garantindo que os estudantes não apenas absorvam conteúdos, mas também os relacionem com suas experiências pessoais e sociais.

Dessa forma, a utilização de narrativas no planejamento pedagógico não apenas enriquece a experiência educacional, mas também fomenta um ambiente de ensino que respeita a subjetividade infantil e promove o desenvolvimento integral do aluno, proporcionando um aprendizado mais contextualizado e efetivo.

Com base na literatura analisada, é possível concluir que as narrativas desempenham um papel essencial na formação integral das crianças, contribuindo para o desenvolvimento moral, cognitivo e social. A abordagem pedagógica baseada em histórias promove a interação significativa entre os alunos, fortalecendo sua autonomia e compreensão do mundo. Assim, a educação deve incorporar cada vez mais o uso de narrativas como um recurso didático fundamental.

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada na pesquisa segue uma abordagem qualitativa, de natureza empírica, fundamentada na realização de oficinas pedagógicas com alunos do 3º ano do Ensino Fundamental. O estudo foi realizado na Escola Municipal Gabriela Mistral, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. Participaram da pesquisa 30 crianças, com idades entre 8 e 9 anos, provenientes de famílias de renda média. As oficinas foram estruturadas com atividades práticas e interativas, tendo como principal recurso a contação de histórias, que visava promover a reflexão e a aplicação de virtudes no cotidiano dos alunos.

Para a seleção dos contos, optou-se por narrativas clássicas, como ‘A Lebre e a Tartaruga’, ‘A Cigarra e a Formiga’ e ‘A Bela e a Fera’, devido à riqueza de ensinamentos que abordam valores humanos essenciais, como perseverança, empatia, bondade e trabalho em equipe. Esses contos foram utilizados como ponto de partida para reflexões e discussões, tendo em vista que, conforme Campbell (2003), os mitos e narrativas fantásticas oferecem estruturas simbólicas que ajudam o ser humano a compreender dilemas e desafios da vida, a imaginação torna-se um recurso fundamental nesse processo.

O planejamento das oficinas foi dividido em três etapas principais. A primeira etapa consistiu na introdução e contação de histórias, em que as crianças foram acolhidas e estimuladas a refletir sobre os valores apresentados nos contos por meio de perguntas direcionadas, como: 'Por que a Lebre subestimou a Tartaruga?' e 'Como podemos ajudar os outros a não desistirem?'. Essa interação buscou despertar o interesse e engajamento dos alunos com o conteúdo.

A segunda etapa envolveu atividades práticas e cooperativas, como a 'Corrida Cooperativa', inspirada no conto 'A Lebre e a Tartaruga', que incentivou o trabalho em equipe e a reflexão sobre paciência e colaboração. Outra atividade realizada foi o 'Quebra-cabeça Cooperativo', baseado no conto 'A Cigarra e a Formiga', que destacou a importância do planejamento e da cooperação. Além disso, a atividade 'Corações que Falam', inspirada em 'A Bela e a Fera', promoveu a escrita de mensagens motivacionais, reforçando a gentileza e o respeito entre os colegas.

A terceira etapa consistiu em uma reflexão coletiva, em que os alunos compartilharam suas percepções e identificaram as virtudes que consideraram relevantes durante as atividades. Essa etapa contou com o uso de tecnologias digitais para a criação de uma nuvem de palavras, onde os valores citados pelos alunos foram projetados em destaque, proporcionando uma visualização coletiva e reforçando a internalização dos conceitos trabalhados.

Os dados foram coletados por meio de registros fotográficos, anotações das respostas reflexivas dos alunos e observações sobre o envolvimento nas atividades. Esses instrumentos permitiram documentar e avaliar a aplicação prática dos valores abordados, bem como o impacto das oficinas no desenvolvimento cognitivo e emocional dos participantes. A apresentação de dados teve como foco a compreensão das dinâmicas de aprendizagem e a eficácia das estratégias utilizadas na promoção de virtudes entre os alunos.

4. RESULTADOS

A utilização de contos de fadas e atividades cooperativas demonstrou ser uma abordagem para promover o desenvolvimento de virtudes entre os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental. As atividades realizadas foram projetadas para explorar diferentes aspectos das virtudes humanas e envolveram três momentos principais. No primeiro momento, as histórias foram apresentadas aos alunos com o apoio de vídeos, proporcionando um ponto de partida envolvente para as discussões.

Figura 1 - Vídeo A Lebre e a Tartaruga



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Figura 2 - A Cigarra e a Formiga



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

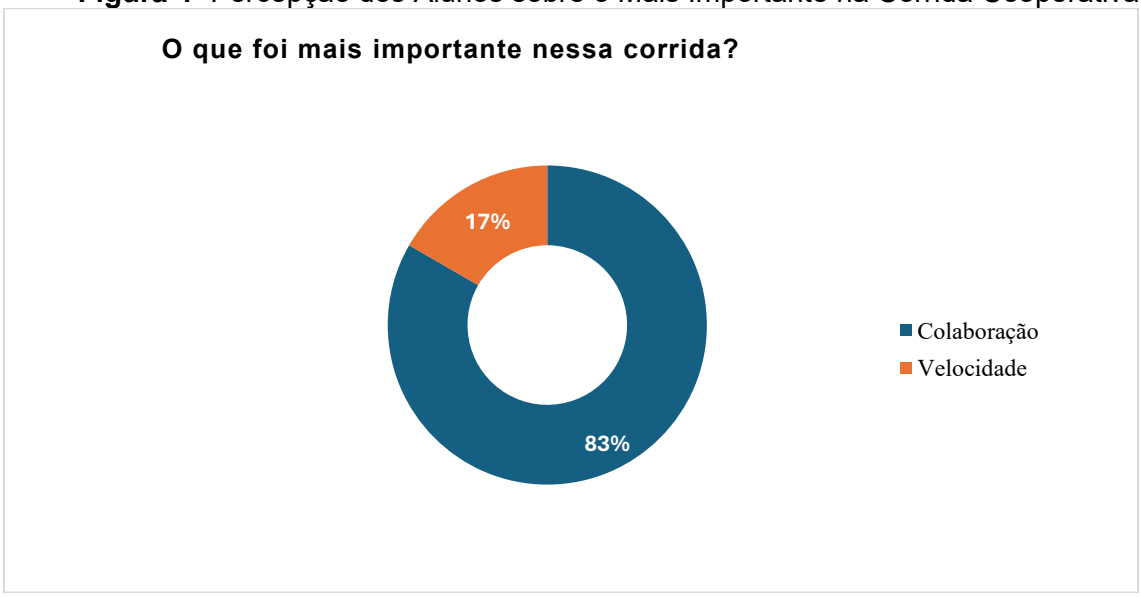
Figura 3 - Vídeo A Bela e Fera



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

As atividades práticas, realizadas no segundo momento, foram organizadas em três etapas distintas. A primeira atividade, intitulada 'Corrida Cooperativa', foi inspirada no conto A Lebre e a Tartaruga. Os alunos foram divididos em duplas, onde um representava a Tartaruga e outro a Lebre, e o objetivo era cruzarem juntos a linha de chegada. Essa dinâmica reforçou a importância do trabalho em equipe, da paciência e do esforço compartilhado. Após a realização da atividade, os alunos responderam à pergunta: 'O que foi importante nessa corrida? Velocidade ou colaboração?' As respostas foram analisadas e representadas graficamente.

Figura 4- Percepção dos Alunos sobre o Mais Importante na Corrida Cooperativa

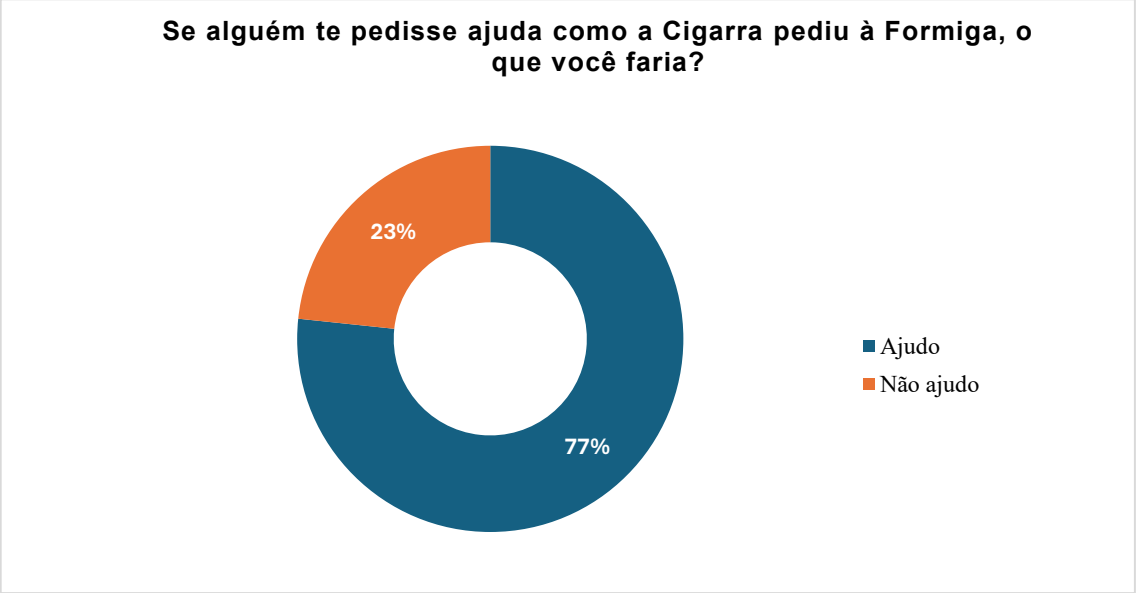


Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Na segunda atividade, denominada 'Quebra-cabeça Cooperativo' e inspirada no conto A Cigarra e a Formiga, os alunos foram organizados em grupos de cinco participantes. Eles receberam um quebra-cabeça para montar coletivamente, destacando a necessidade de planejamento, organização e interdependência. Ao

término da atividade, foi proposta a seguinte reflexão: ‘Se alguém te pedisse ajuda como a Cigarra pediu à Formiga, o que você faria?’

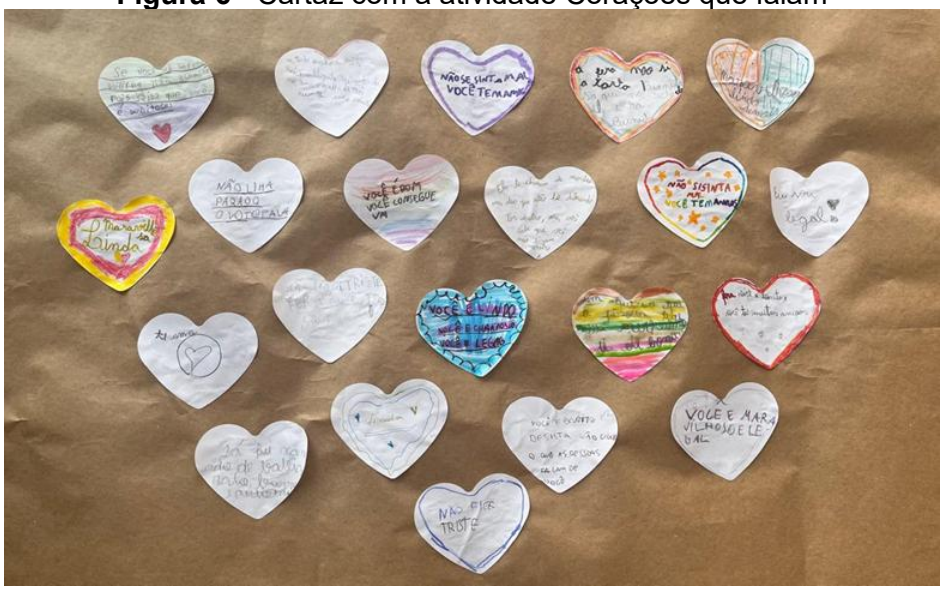
Figura 5 - Distribuição das Respostas dos Alunos sobre ajudar como a Formiga



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A terceira atividade, ‘Corações que Falam’, foi baseada no conto A Bela e a Fera. O objetivo foi promover a compreensão do valor interior das pessoas e a importância da gentileza nas relações interpessoais. Cada aluno recebeu um coração de papel para escrever uma mensagem motivacional ou um elogio a um colega.

Figura 6 - Cartaz com a atividade Corações que falam

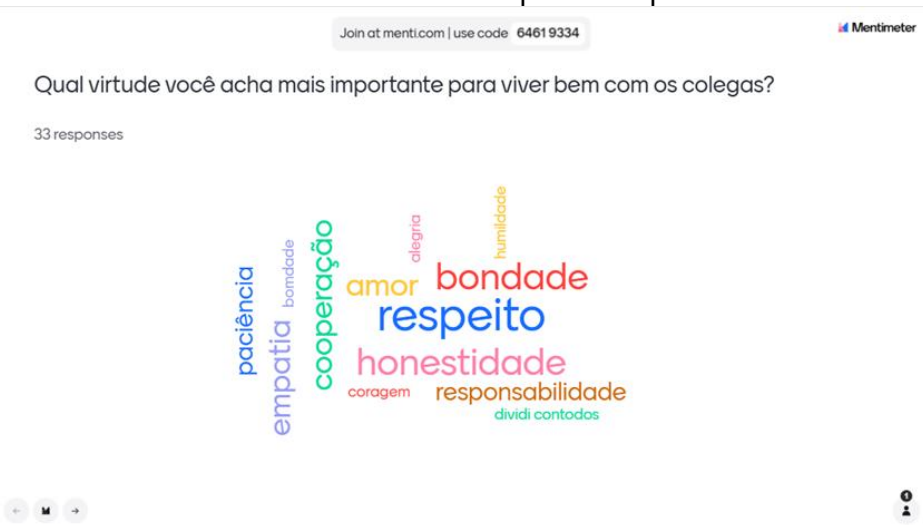


Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O momento final foi dedicado à reflexão coletiva e à conclusão. Uma nuvem de palavras foi criada com as virtudes destacadas pelos alunos durante as atividades.

Cada participante registrou, em notebooks, as virtudes que mais o marcaram, e essas palavras foram projetadas em uma smart TV. Os termos citados, como ‘bondade’, ‘colaboração’ e ‘perseverança’, apareceram em tamanho maior na projeção.

Figura 7- Nuvem de Palavras das Virtudes Mais Importantes para Viver Bem com os Colegas



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A avaliação das atividades foi realizada por meio de registros fotográficos, anotações sobre o envolvimento dos alunos e análise das respostas reflexivas. Os resultados indicaram que a combinação de narrativas e práticas cooperativas contribuiu para o desenvolvimento moral e social das crianças, evidenciando a eficácia dessa abordagem pedagógica.

Figura 8 - Corrida cooperativa



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Figura 9 – Montagem de quebra-cabeça coletivo



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Figura 10 – Alunos confeccionando o coração com elogios



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Figura 11 – Alunos escrevendo no Mentimeter uma palavra de virtude



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

5. DISCUSSÃO

A apresentação de dados permite refletir sobre o papel das fábulas e contos de fadas como mediadores na formação de virtudes, evidenciando a relevância dessa metodologia no contexto do Ensino Fundamental. As narrativas, ao introduzirem situações lúdicas e imaginativas, estimularam o engajamento dos alunos, promovendo não apenas a compreensão teórica das virtudes discutidas, mas também sua vivência em atividades concretas. Esse aspecto está em consonância com as ideias de Mendonça (2019), que enfatiza o poder dos contos de fadas na construção de valores morais de forma significativa.

As atividades propostas evidenciaram que a associação entre narrativas e dinâmicas práticas reforça a internalização dos valores apresentados. A 'Corrida Cooperativa', por exemplo, demonstrou como a colaboração alinha-se aos princípios defendidos por Freire (2019), que destaca a importância do trabalho coletivo para a aprendizagem. De forma semelhante, o 'Quebra-cabeça Cooperativo' destacou o papel da organização e do planejamento no sucesso de iniciativas conjuntas, corroborando as perspectivas de Vigotski (2007) sobre a aprendizagem mediada por interações sociais.

As atividades também permitiram uma experiência concreta na construção de virtudes. A reflexão coletiva sobre os valores trabalhados, como empatia, bondade e perseverança, evidenciou que os alunos não apenas compreenderam os conceitos morais apresentados, mas também os relacionaram às suas próprias vivências e relações interpessoais. Esse processo de construção de valores reforça o papel da educação em valores como um componente essencial para o desenvolvimento integral, conforme argumentado por Lima (2014), que destaca a relevância do envolvimento emocional na consolidação dos valores morais.

A atividade 'Corações que Falam' ressaltou o impacto das atitudes gentis e empáticas nas relações interpessoais, demonstrando que a prática de elogiar e motivar os colegas promoveu uma atmosfera de respeito e apoio mútuo na sala de aula. Essa dinâmica reafirma a importância de criar espaços educacionais que favoreçam a construção de virtudes por meio de experiências concretas e afetivas.

O uso da nuvem de palavras na etapa final serviu como uma estratégia de visualização coletiva, permitindo aos alunos perceberem a dimensão dos valores discutidos ao longo das atividades. Essa abordagem está alinhada com os princípios de Luckesi (2011), que destaca a importância de processos avaliativos que estimulem a reflexão e a construção coletiva do conhecimento. Por meio dessa visualização, os alunos puderam consolidar o aprendizado e compreender a relevância dos valores para suas vidas cotidianas.

Dessa forma, conclui-se que as fábulas e contos de fadas, integrados a práticas pedagógicas dinâmicas, são ferramentas essenciais para a formação de virtudes em crianças. Essa abordagem não apenas promoveu o desenvolvimento moral e social dos alunos, mas também fortaleceu a compreensão de que os valores aprendidos podem ser aplicados em situações reais, contribuindo para um ambiente escolar colaborativo e harmonioso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos ao longo desta pesquisa permitiram responder à pergunta que norteou o estudo: como as fábulas e contos de fadas podem ser utilizados como mediadores na formação de virtudes em crianças do Ensino Fundamental? As atividades realizadas evidenciaram que esses elementos narrativos possuem um potencial significativo para estimular reflexões sobre valores humanos e promover a internalização de virtudes por meio de experiências lúdicas e interativas. A associação entre as histórias apresentadas e as práticas cooperativas permitiu que os alunos vivenciassem situações que os levaram a compreender, de maneira concreta, o impacto de atitudes como empatia, bondade, colaboração e perseverança no cotidiano escolar.

As dinâmicas aplicadas demonstraram que as fábulas e contos de fadas podem ser utilizados como instrumentos pedagógicos para trabalhar questões morais e éticas de forma acessível às crianças. A introdução das histórias, seguida de atividades práticas, revelou-se uma estratégia que favorece não apenas a compreensão cognitiva dos valores discutidos, mas também sua aplicação em situações reais. Ao final de cada atividade, a reflexão coletiva possibilitou aos alunos uma síntese dos conceitos apresentados, evidenciando o aprendizado significativo e a formação de uma consciência moral apurada.

Entre os principais achados, destaca-se o impacto positivo das narrativas na criação de um ambiente de discussão e aprendizado, onde as crianças puderam explorar dilemas morais de maneira segura e desenvolver competências sociais importantes. As respostas dos alunos às atividades e questionamentos propostos indicaram uma maior compreensão sobre os valores trabalhados, além de uma disposição para aplicar as virtudes aprendidas em seus relacionamentos interpessoais e no contexto escolar. Essas evidências ressaltam que as fábulas e contos de fadas podem atuar como mediadores para o ensino de valores, principalmente por sua capacidade de integrar o imaginário infantil à prática pedagógica.

O estudo contribui para a área educacional ao demonstrar a relevância de metodologias que integram elementos culturais e narrativos ao processo de ensino e aprendizagem, promovendo o desenvolvimento integral das crianças. A abordagem proposta amplia as possibilidades de intervenção pedagógica, fornecendo aos educadores ferramentas práticas para abordar temas morais e éticos de forma criativa

e engajadora. Além disso, os resultados sugerem que essa metodologia pode ser adaptada e expandida para diferentes faixas etárias e contextos escolares, ampliando seu alcance e impacto.

Porém, apesar dos achados positivos, reconhece-se a necessidade de estudos complementares que explorem outros aspectos da aplicação das fábulas e contos de fadas na educação. Investigações futuras podem examinar, por exemplo, os efeitos dessa abordagem em diferentes contextos culturais ou analisar como essas narrativas influenciam outros aspectos do desenvolvimento infantil, como a criatividade e a resolução de problemas. Além disso, seria pertinente ampliar a pesquisa para um período longo, a fim de avaliar o impacto duradouro dessas práticas no comportamento e nas atitudes das crianças.

Esta pesquisa confirma que as fábulas e contos de fadas são recursos para a educação em valores, especialmente quando associados a atividades que envolvam os alunos de maneira ativa e reflexiva. Os resultados obtidos reforçam a importância de um ensino voltado para a formação moral, contribuindo para a construção de um ambiente escolar cooperativo, bem como para o desenvolvimento de indivíduos preparados para os desafios éticos da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS:

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. 21. ed. São Paulo: Palas Athena, 2003.

CAMPOS, Claudia. **Educação e valores: desafios contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LIMA, Marisa M. **Narrativas e subjetividade: o poder das histórias na formação humana**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDONÇA, Mariana Assis. **Contos de fadas: mediação de leitura e formação de leitores**. São Paulo: Duna Dueto, 2019.

NOGUEIRA, Sandra M. **Educação e ética: contribuições para a formação de valores**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

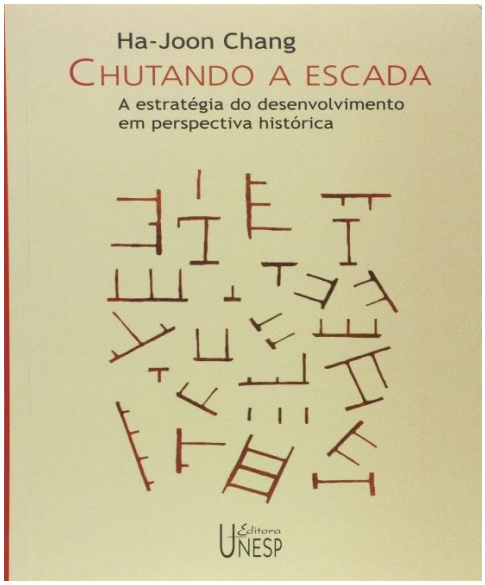
SOUZA, Sandra Regina Simonis de. **Contação de histórias e a formação do leitor**. Curitiba: CRV, 2016.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em: 24/01/2025
Aprovado em: 25/08/2025

RESENHA DO LIVRO “CHUTANDO A ESCADA: A ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA” DE HA-JOON CHANG



Livro: Chutando a escada:
A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.
Autor: Ha-Joon Chang.
Editora: UNESP (2004).

Giovanna Rocha Cristofoli[1]
Pietra Regina de Oliveira Vacarin[2]

O autor Ha-Joon Chang é um economista sul-coreano, professor da Universidade de Cambridge na Inglaterra. Seu livro “Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica” sugere uma análise distinta sobre como os países mais desenvolvidos do mundo chegaram a esse estágio.

[1] Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialista em Integração Paraguai-Brasil: Relações bilaterais, desenvolvimento e fronteiras pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bacharel em Engenharia Ambiental pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Presidente Prudente. E-mail: cristofoligiovanna@gmail.com.
[2] Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (2023) pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA); Integrou um Projeto de Extensão Universitária como bolsista remunerada (Proex) em "Projeto Educação Ambiental e Difusão das Abelhas Nativas Brasileiras e sem Ferrão em Escolas Municipais de Foz do Iguaçu PR, Conhecer para Preservar" durante o ano de 2018; Participou como bolsista remunerada do Observatório das Agriculturas Familiares da América Latina pelo Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA) durante o ano de 2019; Integrou um Projeto de Iniciação Científica como bolsista CNPq "Atualização de Mapeamentos de Políticas Públicas de Soberania e Segurança Alimentar", em 2020; Participou como voluntária no Projeto de Extensão Universitária "Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar no Âmbito da REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul) no decorrer de 2019; Foi membro do Observatório AFLA. E-mail: pietravacarin@gmail.com.

O autor examina o processo gradual e cheio de obstáculos na implementação das instituições de “boa governança” nesses países, diferentemente do que é exigido hoje aos países em desenvolvimento. Chang argumenta que para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, é preciso adaptar as abordagens às realidades locais, ao invés de transferir modelos prontos dos países mais desenvolvidos.

O livro é composto pelas seguintes partes:

1. Como os países ricos enriqueceram de fato?
2. Políticas de desenvolvimento econômico: perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica;
3. Instituições e desenvolvimento econômico: a “boa governança” na perspectiva histórica;
4. Lições para o presente.

No primeiro capítulo de Chutando a Escada, Ha-Joon Chang apresenta suas questões centrais: Como os países ricos enriqueceram de fato? Será que os países desenvolvidos, enquanto ainda estavam em processo de crescimento, aplicaram as mesmas políticas e instituíram os mesmos modelos que hoje recomendam às nações em desenvolvimento? É válido questionar até que ponto os países desenvolvidos não estão tentando ocultar os verdadeiros fatores que levaram ao seu sucesso.

O autor sugere que eles não teriam alcançado o nível de desenvolvimento atual se, no passado, tivessem seguido as mesmas políticas e instituído os mesmos modelos que hoje sugerem aos países em desenvolvimento. Ele argumenta que essa postura é contraditória e prejudicial às nações em desenvolvimento, pois as impede de utilizar os mesmos mecanismos que foram essenciais para o crescimento dos países ricos.

Chang recorre à metáfora da "escada" para exemplificar essa questão: as nações desenvolvidas alcançaram seu progresso utilizando medidas como protecionismo tarifário, subsídios e políticas industriais, mas agora buscam "derrubar a escada" para impedir que outros sigam o mesmo caminho. Esse primeiro capítulo apresenta a ideia central do livro, questionando a visão comum sobre desenvolvimento econômico e mostrando que as regras estão sendo ajustadas para favorecer os países que já são ricos.

No segundo capítulo, o autor dá continuidade à sua análise histórica do desenvolvimento das nações ricas, mostrando que elas se industrializaram por meio de fortes intervenções do Estado e políticas protecionistas. Chang procura desmistificar a crença de que o livre mercado sempre foi essencial para o crescimento, argumentando que os países desenvolvidos só adotaram esses princípios depois de já terem fortalecido suas economias.

Ha-Joon Chang oferece uma análise detalhada das políticas econômicas adotadas por grandes potências como os Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha e o Japão durante o período de industrialização. Ele argumenta que esses países utilizaram tarifas alfandegárias elevadas, subsídios estatais e regulação do investimento estrangeiro para proteger suas indústrias nascentes. Apenas depois de atingirem um nível significativo de desenvolvimento é que esses países passaram a pregar os princípios do livre mercado para as nações em desenvolvimento.

Chang explica que os países ricos, após se desenvolverem utilizando políticas protecionistas, agora estão sugerindo aos países pobres adotar medidas que eles mesmos nunca aplicaram, e isso revela uma contradição fundamental nas políticas de desenvolvimento global. Temos como modelo disso os Estados Unidos, que hoje são

vistos como um exemplo de economia de mercado livre. Mas, nos séculos XIX e XX, aproveitaram muito o protecionismo.

Do mesmo modo, o Reino Unido, antes de se tornar um defensor do livre comércio, adotou políticas protecionistas para impulsionar a Revolução Industrial. O governo britânico ofereceu subsídios às indústrias de manufatura e criou monopólios comerciais, o que deu às suas empresas uma vantagem competitiva. O objetivo era dar tempo e proteção para que as indústrias em desenvolvimento pudessem se firmar e crescer.

Outro exemplo mencionado por Chang é o da Alemanha, que, sob a liderança de Friedrich List, também adotou uma política protecionista no século XIX. List acreditava que o protecionismo era essencial para o crescimento industrial, defendendo que proteger temporariamente as indústrias emergentes era crucial para garantir sua competitividade a longo prazo. Chang explica que a Alemanha, ao seguir o modelo de List, fez grandes investimentos em infraestrutura e educação, criando condições favoráveis para sua industrialização.

O Japão seguiu um caminho parecido, com forte atuação do governo e proteção de suas indústrias. Após a Restauração Meiji, o país implementou políticas de subsídios e tarifas para estimular a industrialização. Chang aponta que o Japão conseguiu se tornar uma potência industrial graças a políticas de intervenção estatal, que incluíam a proteção de suas indústrias-chave.

Outro ponto central da obra é a hipocrisia dos países ricos ao recomendarem políticas neoliberais para os países pobres, enquanto eles próprios se beneficiaram do protecionismo durante sua fase de crescimento. Chang critica instituições como o FMI e o Banco Mundial, que impõem aos países em desenvolvimento políticas de liberalização econômica, como a abertura de mercados, a privatização e a redução do papel do Estado. Para ele, essas políticas, se aplicadas no passado, teriam impedido o crescimento das economias que hoje dominam o cenário global.

Chang sugere que, ao impor regras de mercado livre, os países ricos estão efetivamente empurrando para longe a possibilidade de ascensão de nações em desenvolvimento e isso perpetua a desigualdade global e limita as oportunidades de crescimento para as economias mais pobres. As recomendações de políticas econômicas globais frequentemente mantêm a hegemonia dos países ricos, ao invés de realmente ajudar os países pobres a se desenvolverem.

No capítulo 3, Chang vai tratar do desenvolvimento das instituições. Os PADs em nome da boa governança, pressionam para que países em desenvolvimento adotem um pacote de “instituições boas”. De acordo com o autor, esse conjunto de instituições incluem a democracia, a burocracia, um judiciário transparente e eficiente, a proteção das propriedades intelectual e privada, além de instituições financeiras bem desenvolvidas.

Contudo, essas instituições exigidas podem opor-se a valores e normas sociais de alguns países. Alguns críticos enfatizam que impor um padrão institucional copiado de outra nação, pode não alcançar bons resultados. A recomendação de que os países aguardem o processo de evolução natural das instituições com o passar dos anos pode, além de demorar, na realidade, não gerar melhorias concretas nas instituições. A abordagem que Chang enfatiza como mais adequada seria de aprender com os erros que os PADs cometeram ao longo de seus processos históricos.

Ao tratar da democracia, Chang discorre que se defende hoje a necessidade indispensável da democracia para alcançar o desenvolvimento. É evidente que o autor não discorda da importância da democracia, mas nos convida a refletir sobre o

processo histórico dos PADs até chegar ao pleno direito ao voto por todos os cidadãos. Através de exemplos de diversos países, é possível perceber que, não muito tempo atrás, o direito ao voto estava vinculado a fatores como patrimônio e renda, raça e gênero. O sufrágio universal, em muitos países europeus, por exemplo, se restringia a homens brancos de determinada idade que detinham posses.

"Por exemplo, na França, entre 1815 e 1830, só podiam votar os homens com mais de trinta anos que pagassem pelo menos trezentos francos em impostos diretos, o que significava que apenas oitenta-cem mil pessoas (isto é, 0,25%-G,3% de uma população de 32 milhões) iam às urnas." (CHANG, 2004, p. 128)

Nos EUA, os homens negros tiveram direito ao voto no ano de 1870, pela Quinta Emenda da Constituição, que proibia os estados de negarem o voto em virtude da raça. Ao passo que os estados, então, estipularam exigências de propriedade e testes de analfabetismo aos negros. Desse modo, o que parecia um direito consolidado não operava de fato, pois poucos homens negros nos estados do Sul dos EUA conseguiam exercer seu direito ao voto.

No que diz respeito ao voto feminino, Chang aponta que foram a Austrália e a Nova Zelândia os primeiros países a permitir o voto das mulheres, nos anos 1903 e 1907, respectivamente. Enquanto em vários países europeus, o voto feminino só se consolidou como direito após a Segunda Guerra Mundial. O autor finaliza afirmando que os países em desenvolvimento, estão se saindo melhor no processo democrático frente aos PADs quando estavam em estágios de desenvolvimento semelhantes.

Chang disserta sobre a importância de alcançar o profissionalismo na burocracia, mas nem sempre os países desenvolvidos tiveram um sistema burocrático eficiente. A venda de cargos públicos existiu abertamente até meados do século XVIII. Sendo assim, os cargos públicos eram considerados como propriedade privada em certos países.

Ademais, no caso dos EUA, foi difícil regulamentar a burocracia para ser não partidária, visto que imperava um sistema de favorecimento dos cargos públicos a pessoas membros do partido que porventura se encontrava no poder. Para mais, o nepotismo era frequente em parte dos países europeus. O autor menciona que, em países como Alemanha e França, há registros de que, em média, 20% dos cargos públicos de alto escalão eram ocupados por administradores que tinham pais que também ocupavam cargos importantes no governo.

Para modificar essa realidade, medidas foram adotadas pelos países desenvolvidos, como processos seletivos de admissão aos cargos públicos, salários adequados e a existência de uma fiscalização mais rigorosa.

O autor disserta que outro fator do discurso de "boa governança", está relacionado à garantia do direito da propriedade, pois a segurança desse direito é um incentivo aos investimentos. Diferentemente dos outros aspectos, segundo Chang, mensurar a qualidade das instituições de direito da propriedade é mais complexo, em função de envolver vários segmentos como "[...]Lei de Contrato, Lei de Empresa, Lei de Falência, Lei de Herança, Lei Tributária e leis de regulamentação do uso da terra [...] "(CHANG, 2004, p. 143)

Diante disso, o autor optou por analisar o direito da propriedade intelectual nos PADs, dado que as leis nesse contexto são mais claras e identificáveis. Embora os países desenvolvidos tenham estabelecido há muito tempo sistemas de patente sobre arte e invenções de maquinários, a exemplo da cidade de Veneza em 1474, ou estados alemães no século XVI, ou ainda a Inglaterra em 1623, esses sistemas careciam de regularidades. O autor observa que, em vários PADs, não era necessária

a certificação de originalidade das invenções para requerer a patente. Sendo assim, patentear invenções estrangeiras era uma realidade até por volta do final do século XIX.

No que diz respeito às instituições financeiras, os países altamente desenvolvidos demoraram para estabelecer bons sistemas bancários, visto que a regulamentação das atividades bancárias se estendeu por um longo percurso até ocorrer. Chang apresenta novamente exemplos dos processos históricos de vários países, para demonstrar essa questão.

De forma breve, ele cita que a Inglaterra só estabeleceu a integração financeira total em 1920, mesmo mais tarde, sendo considerada por seu avançado sistema bancário. Na Suécia, bancos de fato só passaram a operar no final do século XIX. Ainda, os bancos só se tornaram instituições profissionais de crédito nos PADs no início do século XX. Também, o empréstimo de dinheiro nesses países, acontecia por meio de associações mercantis até não muito tempo atrás.

As instituições voltadas ao bem-estar social são essenciais para garantir o desenvolvimento de um país, especialmente porque crises econômicas têm ocorrido com mais frequência. Em decorrência disso, países em desenvolvidos são pressionados a elaborar garantias de bem-estar social para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Todavia, de acordo com Chang, é notável que a pressão para o desenvolvimento de políticas de bem-estar social não seja tão forte quanto outros aspectos da agenda da “boa governança”.

Os países altamente desenvolvidos possuem um conjunto de instituições voltadas à garantia do bem-estar social de suas populações. Contudo, esses benefícios são considerados um tanto quanto recentes nas políticas desses países, pois, quando foram implementados, a maioria dos PADS já se encontrava em estágios avançados de desenvolvimento. A criação desses benefícios nos PADs começa a datar do século XIX, principalmente pela atuação dos movimentos sindicais e da iniciativa popular, que ganhavam força nesse período. Um país que se destacou nessa área foi a Alemanha, pioneira em diversos auxílios, como o seguro contra acidentes industriais, estipulado em 1871, e o seguro de saúde, instituído em 1883.

Com relação a regulamentação do trabalho infantil, os PADs vêm ameaçando de impor sanções econômicas a países em desenvolvimento, caso não erradiquem o trabalho infantil. É evidente que o trabalho infantil fere direitos e não é algo positivo, mas comenta-se que essas ameaças de sanções não se relacionam efetivamente com a preocupação com a exploração das crianças, e que os países em desenvolvimento enfrentariam sérios problemas econômicos, o que poderia piorar a situação.

Além disso, os PADs demoraram muitos séculos para acabar com o trabalho infantil, um reflexo disso está no período da industrialização.

“O trabalho infantil se disseminava nos PADs na aurora da industrialização. Relata-se que, na década de 1820, as crianças inglesas trabalhavam entre 12,5 e dezesseis horas por dia. Entre 1840 e 1846, cerca de 20% da força de trabalho industrial da Alemanha era constituída de crianças com menos de quatorze anos de idade. Na Suécia, até 1837, podiam-se empregar meninos de cinco ou seis anos” (CHANG, 2004, p. 179)

As tentativas que vieram da Inglaterra a partir de 1819 para regulamentar o trabalho infantil, não previam de fato acabar com ele. O *Cotton Factories Regulation Act* do mesmo ano, propunha que crianças a partir de nove anos tivessem suas horas de trabalho reduzidas por 8 horas diárias nas indústrias têxteis. Porém, a Câmara dos

Lordes Inglesa não aceitou, com a justificativa que o “o trabalho deve ser livre”. (CHANG, 2004, p. 180)

Em 1844 na Inglaterra, as crianças “ganharam” o direito de pausar o trabalho para poder se alimentar, que foi compensado pela diminuição da idade mínima permitida para iniciar a trabalhar, sendo de oito anos. Na Suécia em 1846, foi aprovada uma lei para permissão do trabalho infantil a partir de doze anos, e em 1881, se reduziu a jornada de trabalho para seis horas diárias. Na Dinamarca, só se aprovou uma legislação para regulamentar o trabalho infantil em 1892, proibindo o emprego de menores de dez. A Itália só propôs reduz a idade mínima do trabalho infantil no ano de 1902, Portugal propôs mais tarde ainda, apenas em 1913. Além disso, não havia nenhum tipo de fiscalização série que cumprisse essas normas. O autor aponta que somente no século XX, a regulamentação e a fiscalização passaram a ser tratadas com maior seriedade.

O autor finaliza o capítulo trazendo comparativos, referentes ao processo de maturidade industrial dos PADs. Percebe-se pelos apontamentos históricos, que durante todo o século XX, muitas das instituições dos países altamente desenvolvidos eram ainda bastante precárias. Nesse contexto, Chang argumenta que, ao compararmos os processos dos países em desenvolvimento atualmente com os dos países desenvolvidos referentes à mesma época, podemos concluir que os países altamente desenvolvidos, naquele momento, estavam institucionalmente menos avançados.

Na parte 4 do livro, Chang argumenta que os países desenvolvidos usaram políticas ativas para impulsionar suas economias, mas agora impõem regras diferentes aos países em desenvolvimento, dificultando seu crescimento. A história mostra que as economias avançadas usaram protecionismo e incentivos à indústria, enquanto hoje defendem o livre comércio para os outros.

O autor traz algumas críticas e argumentos sobre o assunto. A primeira é que os países em desenvolvimento precisam adotar as políticas e instituições dos países desenvolvidos porque, basicamente, os mais fortes ditam as regras. Embora os países ricos realmente influenciem os países em desenvolvimento por meio de ajuda e controle de instituições financeiras, isso não significa que as “novas regras” não precisem mudar.

A segunda objeção de Chang é a ideia de que os países em desenvolvimento devem seguir as recomendações porque os investidores internacionais desbloqueiam isso. Mesmo que seguir os padrões internacionais atraia mais investimentos, isso nem sempre resulta em crescimento. O valor de uma política ou instituição deve ser mais sobre como ela pode ajudar no desenvolvimento interno do que agrada aos investidores.

Em terceiro lugar, algumas instituições “boas”, mesmo que impostas pela pressão externa, podem não funcionar como esperado se não puderem ser aplicadas corretamente. Mesmo que a pressão externa ajude a introduzir instituições que o governo resista à implementação, é importante considerar que, se o país não estiver preparado, essas instituições podem não funcionar bem ou até falhar. Se as mudanças não forem feitas com participação local, elas não poderão funcionar de verdade.

Por último, o argumento de que, em muitos casos, os altos padrões globais de instituições são positivos para os países em desenvolvimento, principalmente para os reformistas. Esses países não precisam lutar tanto quanto os países desenvolvidos no passado, quando enfrentarem resistência a mudanças como o voto feminino ou a

criação de bancos centrais. Os países em desenvolvimento deverão aproveitar essa oportunidade para melhorar suas instituições e alcançar um alto nível de desenvolvimento institucional. No entanto, o autor salienta que o problema é tratar as instituições como algo simples, achando que todos os países deverão atingir rapidamente os padrões globais. Embora os países em desenvolvimento possam avançar mais rápido do que os países pioneiros, é importante lembrar que os países desenvolvidos demoraram décadas ou até gerações para construir e melhorar suas instituições.

Além disso, impor padrões institucionais elevados rapidamente é irrealista, pois os países ricos levaram séculos para desenvolvê-los. A adaptação das políticas ao contexto de cada nação é essencial. Chang sugere que os países em desenvolvimento tenham liberdade para escolher estratégias adequadas à sua realidade, permitindo um crescimento mais rápido e sustentável, o que beneficiaria tanto eles quanto os países desenvolvidos.

Para o autor, a atitude de "chutar a escada" até pode surgir de uma boa fé, baseada na convicção de que as políticas de livre comércio que impulsionaram o desenvolvimento de seus próprios países seriam igualmente eficazes para outros. No entanto, a boa intenção não diminui os danos causados por essas medidas, pois elas podem, na prática, bloquear o caminho para o progresso dos países em desenvolvimento.

O problema não está apenas na adoção dessas políticas, mas na crença inabalável de que elas são infalíveis. Essa atitude, de insistir em suas próprias soluções sem considerar os contextos e desafios específicos de outras nações, é mais prejudicial do que a simples ação de "chutar a escada" para proteger os interesses nacionais, pois cria uma imposição de normas que não se adaptam à realidade dos países em desenvolvimento, dificultando ainda mais seu avanço.

O livro é de extrema relevância por expor a hipocrisia dos países desenvolvidos, especialmente ao abordar as questões discutidas até aqui. Ele traz evidências de como esses países, ao longo da história, se desenvolveram adotando políticas protecionistas e intervencionistas, contrastando com as políticas de livre comércio que agora defendem para os países em desenvolvimento.

A obra torna-se ainda mais essencial ao reforçar a importância da soberania dos países em desenvolvimento, permitindo-lhes definir suas próprias metas institucionais e adaptá-las de acordo com suas realidades econômicas, sociais e políticas sem a imposição de normas externas que não consideram as particularidades e as peculiaridades de cada nação.

REFERÊNCIA:

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

Recebido em: 30/04/2025
Aprovado em: 25/08/2025

RESENHA CRÍTICA: "NOSSO FUTURO COMUM"



Livro: Nosso Futuro Comum.
Autor: Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
Editora: Fundação Getúlio Vargas (1991).

Rebecca Cañete de Farias[1]

INTRODUÇÃO

A Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1983, na época o Secretário-Geral da ONU convidou a médica, mestre em saúde pública Gro Harlem Brundtland para estabelecer e presidir essa comissão; sendo escolhida devido a sua visão da saúde que ia além da medicina, abordando também assuntos ambientais e desenvolvimento populacional.

A então conhecida como "Comissão Brundtland" publicou o relatório "Nosso Futuro Comum" em 1987, a ideia desse relatório era trazer o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público, sendo um dos motivos que levaram à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, e respaldou a "Agenda 21", um programa criado para distanciar e modificar o modelo de crescimento econômico que é considerado insustentável devido ao uso

[1] Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Enfermeira, bacharel e licenciada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus Foz do Iguaçu (2023). Possui interesse na área de saúde, ciências humanas e políticas públicas. E-mail: Rebeccacnt13@gmail.com.

demasiado de materiais naturais finitos, tentando então direcioná-lo para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, pois o crescimento e o desenvolvimento dependem disso.

Algumas das áreas que abrangiam o programa incluíam: a proteção da atmosfera, alinhado com o combate ao desmatamento, a perda de solo e a desertificação de áreas não desertas; prevenção da poluição da água e ar; impedir a destruição das populações de peixes devido a pesca predatória e resíduos nos oceanos, além de promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos que também podem danificar o solo e a saúde da população. Ademais de abordar assuntos como: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento além da estrutura da economia internacional; e os padrões insustentáveis de produção e consumo (Comissão..., 1991).

A segunda edição do livro publicado do encontro “Nosso Futuro Comum” tem no total 430 páginas, sendo produzido pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, no ano de 1991, na cidade do Rio de Janeiro – RJ; sendo o nome original do livro “*Our Common Future*”, publicado em Oxford – NY, pela *Oxford University Press*, em 1987.

O livro contém notas sobre as terminologias e siglas utilizadas, um prefácio escrito pela presidente do programa Gro Harlem Brundtland, além de uma introdução sobre a visão da da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; com isso começa o texto, que é separado em 3 partes, cada uma dessas partes é dividida em capítulos, sendo no total 12 capítulos (Comissão..., 1991).

DESENVOLVIMENTO

O livro relembra de início a ida do homem à lua, como era possível ver a terra do espaço pela primeira vez, onde se via o planeta como “uma bola frágil e pequena” coberta por um conjunto de nuvens, oceanos, vegetações e solos (Comissão..., 1991).

Os primeiros homens chegaram à lua em 20 de julho de 1969, considerando que o livro foi escrito em 87’ sabemos que a escritora não sabe que o primeiro robô chegou em marte em 1997, existem a anos foguetes e satélites na orbita do planeta vermelho coletando informações sobre o planeta, existindo atualmente planos de colonizar ou recolher recursos desse ambiente, iniciando a exploração espacial (West *et al,* 2010; Firpo, 2024).

A bola frágil e pequena, claramente não é o suficiente para a caça de matérias primas nos dias atuais, e se tem a ideia de que será necessário pegar matérias primas em outro lugar, como no próprio satélite natural ao redor da Terra, e outro planeta, como Marte (Reuters, 2023).

Essa procura de matérias primas utilizadas no desenvolvimento e avanço da civilização causaram e causam alterações que trazem ameaças a vida, não apenas a dos humanos, mas a biomas – fauna e flora. Podendo usar como exemplo inúmeras espécies de animais e plantas que foram extintas ou inteiramente adaptadas para se adequar as mudanças que a evolução humana trazia.

Um dos símbolos da extinção de animais é o Dodô, as aves viviam nas Ilhas Maurícias, e devido à falta de predadores naturais, tendo a ancestralidade com pombos acabaram evoluindo sem desenvolver as habilidades de voo,

desenvolvendo seus ninhos em solo e sendo descrita como uma ave curiosa e dócil, tendo meio metro de altura e um andar desajeitado. Todos esses fatores fizeram com que ela fosse uma presa fácil dos colonizadores que chegaram a ilha no Século XV, e aproveitaram que a ave era fácil de caçar para se alimentar dela, além de ser uma ave robusta, então tinha mais carne e alimentaria mais pessoas do que um periquito-de-Maurício por exemplo; também acredita que com a chegada dos colonizadores, veio também animais de fazenda nos barcos – costume comum para a época, assim teriam alimentos nas viagens longas de caravelas; então outras aves, macacos e porcos acabavam adoecendo, ou matando os Dodô restantes; sendo assim acreditasse que a espécie foi completamente extinta em 1680. (Comissão..., 1991)

Mas a extinção Dodô não foi suficiente para nos ensinar sobre cuidados com espécies, e sua história se repete todos os anos, posso usar como exemplo uma ave que lembra muito o grande pombo – o Kakapo; sendo ele uma espécie de ave, que evoluiu do papagaio – não voa, tem mais de meio metro de altura e pesa até 5 kg, endêmica da Nova Zelândia, tendo o costume de ficar imóvel se se encontrar em perigo, por mais que suas penas verdes a camuflem na mata, não impede que essa ave seja caçada. Por mais que essa espécie possa viver por mais de 50 anos, a caça predatória e o seu contato com animais domésticos e de fazendas, além do desmatamento de seu bioma resulta na existência de menos de 100 aves na natureza, vivendo atualmente sobre proteção do Estado em ilhas na Nova Zelândia. (Comissão..., 1991)

Os Pinguins-de-Humboldt sofrem por uma diminuição acelerada da espécie devido a poluição e aquecimento dos oceanos, além da falta de supervisão de animais domésticos nas costas do litoral no Chile e a evolução de vírus como o da Gripe aviaria, que afetou inúmeras espécies de aves ao redor do mundo (Reuters, 2024).

Mas não são apenas aves que sofrem pelas mazelas do ser humano, os peixes conhecidos popularmente como Limpa-fundo, de nome científico *Scleromystax macropterus* estão na lista de “ameaçados de extinção” devido ao declínio da espécie, que ocorre por conta da perda de habitat natural que ocorre devido ao desmatamento próximo de nascentes e a retirada de matas ciliares, poluição dos rios e riachos, além da introdução de espécies exóticas para esses ambientes como a tilápia (Rizzato, 2024).

A espécie de anfíbio perereca-gladiadora-de-sino foi uma das últimas espécies de animais declaradas como extintas da Mata Atlântica, ocorrendo no ano de 2023, essa espécie agora acompanha 7 outros animais já declarados extintos neste bioma, que é conhecido como o bioma brasileiro com maior histórico de ocupação humana (ECOA, 2023).

Ou os Rinocerontes-brancos-do-norte, cuja espécie foi levada a extinção devido a caça predatória pelo chifre do animal, além do seu couro, e atualmente se tem a esperança de poder realizar a clonagem ou reprodução em vitro do animal, utilizando material genético guardado (Ferrell, 2024).

Quando se fala sobre a extinção de plantas e biomas podemos usar como exemplo o aumento exponencial da desertificação de áreas no Brasil, além de alertas da ONU sobre a seca que ocorre em escala global, isso se une aos dados obtidos onde demonstram que o desmatamento segue em alta, ocorrendo cerca de 100 milhões de hectares de desmatamento por ano (Oliveira, 2024).

Como podemos ver, as coisas não mudaram muito desde 1987, ou melhor, desde 1680 em relação aos cuidados com a natureza e a exploração de

recursos; claro, existem projetos e lei de proteção as plantas e animais, mas quando chega a certo ponto – quando não existe mais variabilidade genética ou as poucas espécies vivas não têm como carregar uma gravidez; a espécie pode já ser considerada extinta. Sem contar que o desmatamento ocorre de maneira ilegal, com a caça de madeiras naturais, mineração e solo para a agropecuária, então as leis existentes não são suficientes para proteger essas espécies e biomas. (Comissão..., 1991)

A obra sobre "Nosso Futuro Comum" traz uma visão extremamente positiva do futuro – o presente que vivemos; trazendo um gosto de pessimismo aos que leem ele atualmente, a sensação que nada mudou nos últimos 40 anos. Por mais que exista uma rapidez e fluidez na passagem de informações pelo mundo, sendo possível ter hortas verticais, utilizando assim menos espaço de solo e produzindo mais alimentos; utilizando os avanços científicos que temos a disposição poderíamos por exemplo ter melhor filtragem de água usada em usinas nucleares, melhores métodos e incentivo a reciclagem em larga escala, utilização de energias menos prejudiciais ao meio ambiente etc. Esse tipo de ação e projetos normalmente não vão para frente, devido a inúmeros motivos, algumas empresas dizem que é devido ao custo – recitando que reciclagem é mais custoso do que fazer o produto do zero; outras empresas não veem necessidade de compartilhar as tecnologias que elas criam para facilitar alguns processos, como a filtragem de "água radioativa". (Comissão..., 1991)

Claro que nem tudo é pessimismo, a mortalidade infantil segue em queda em muitas partes do mundo, isso se une com a expectativa de vida que – após uma queda durante a pandemia de COVID-19 em 2020, segue em alta em alguns países e estagnada em outros, existem poucos países que não seguem a regra devido a conflitos políticos, guerra, entre outros. O percentual de analfabetismo também está em declínio, enquanto mais crianças estão inscritas em escolas todos os anos.

Um fato que ela cita como importante, é a produção global de alimentos, que sim, a previsão dela era correta, esse percentual aumenta mais e mais todos os anos, mas ao mesmo tempo existem muitas pessoas que passam por insegurança alimentar ou fome, pois esses alimentos não chegam para essas pessoas.

Podemos citar alguns exemplos, como 27 pessoas que foram diagnosticadas com escorbuto – doença que surge quando existe a deficiência prolongada de vitamina C no organismo; no Canada, mais especificamente em Saskatchewan – La Ronge, uma comunidade rural de 2500 habitantes em uma área remota no país, população que passa por insegurança alimentar a anos (Silberman, 2024).

Outra população que sofre com falta de alimentos, ou se alimenta apenas de itens pobres em conteúdo nutricional, é a cidade de Chamula, no México. Uma cidade com um índice alto de diabetes e obesidade por um motivo simples, eles têm um alto consumo de refrigerante, em especial a Coca-Cola, isso se deve a dois fatores: A escassez de água potável na região, tornando-a cara; e que, ao redor da cidade existe uma fábrica de engarrafamento da empresa Coca-Cola, tornando a bebida barata e acessível. O próprio motivo da escassez de água pode ser a fábrica, que utiliza cerca de 1 milhão de litros de água por dia, tudo isso com permissão governamental; outro motivo da escassez de água pode vir do mau planejamento estrutural da cidade e falta de investimento do Estado na infraestrutura local (Miranda, 2024).

Uma comunidade pode ser um exemplo muito pequeno e especifico, mas se formos falar de um pais inteiro, a Argentina é um bom exemplo, tendo seu presidente atual, Milei, que “afunda” a população argentina na pobreza; nos primeiros 6 meses de governo a taxa de pobreza atingia 50% da população do pais – que é estimada em 47 milhões de habitantes; 32% das crianças e adolescentes sofreram por insegurança alimentar; e 8 milhões de argentinos, ou seja, 17,5% da população está abaixo da “linha da Indigência”. No próprio Brasil a fome aumenta, tendo 33 milhões de habitantes que passaram por insegurança alimentar no ano de 2023 (Soria *et al*., 2024; Welle, 2024).

Um exemplo diferente dos demais é o que acontece contra a população palestina, onde a fome é utilizada como arma de guerra conta a população que é constituída principalmente de crianças e mulheres; a população na faixa de Gaza especificamente é dita em cerca de 2 milhões de pessoas, todos em situação de insegurança alimentar e/ou fome prolongada, além da falta de água potável na região, existe também o assassinato de “trabalhadores humanitários” que tentam ajudar a população com recursos médicos ou alimentos (UN, 2024; Haddad, 2024).

Sendo que essas situações acontecem devido a interferência política externa, como a venda de armas e subsídios dos Estados Unidos e alguns países Europeus para Israel (Radford, 2024).

Mas esse não é o único exemplo de interferência de países considerados desenvolvidos em países subdesenvolvidos. O Haiti tem um longo histórico de intervenções militares e políticas vindas dos EUA, além do pagamento de “dívidas” que o país precisa pagar para seus colonizadores após conseguirem sua independência; essas interferências além de desastres naturais que assolam o país, acabaram causando uma crise econômica e populacional (Paiva, 2024).

O recém presidente eleito dos Estado Unidos da América – Donald Trump; segue fazendo ameaças de escalada das guerras e aumento de impostos internacionais pela plataforma X (antigo Twitter), um exemplo é um post feito onde ele ameaça em colocar tarifas comerciais de 100% nos países do BRICS que não utilizarem o dólar em vendas internacionais – uma das ideias do BRICS é a criação de uma moeda própria para compra e venda de produto entres os países para não depender do dólar (Reuters, 2024).

Essas intervenções causam um aumento no espaço entre “nações ricas e pobres”, uma diferença que vem aumentando com o passar dos anos e é uma tendencia que não irá se inverter tão cedo, talvez nunca se inverta.

CONCLUSÃO

O livro demonstra que a comissão acredita que os homens podem construir um futuro mais prospero, justo e seguro; eles não planejavam que o relatório, seria uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais que piorariam com o passar dos anos; eles queriam que as pessoas acreditassem na possibilidade de uma “nova era”, onde se teria o crescimento econômico sustentável e universal, onde se mitigaria a pobreza que ocorre pelo mundo, diminuído a diferença dos “países desenvolvidos” dos “não desenvolvidos”.

Infelizmente, o período de mudanças já passou, e chegamos no *Point of no return* (PNR ou PONR), no ano de 2022 a Organização das Nações Unidas

já disse que passamos desse ponto, e que precisamos de mudanças urgentes e essenciais, mas o ano é 2024 e essas mudanças não aconteceram, pelo contrário, se vê a normalização de crises climáticas, como o aquecimento dos oceanos e as mudanças climáticas drásticas (United Nations, 2022).

REFERÊNCIAS:

Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ECOA. Perereca extinta: Mata Atlântica perdeu 28 mil campos de futebol. **Ecoa Uol**, 25 mai. 2023. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/deutsche-welle/2023/05/25/mata-atlantica-perdeu-28-mil-campos-de-futebol-em-um-ano.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 15 dez. 2024.

FARRELL, Riley. A vida do último macho de uma espécie que virou ícone da preservação animal. **BBC future**. 30 jan. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c80n7grwr0no. Acesso em: 15 dez. 2024.

FIRPO, Mafê. O 'Impossivel plano' de Elon Musk de colonizar Marte. **Veja**, 25 nov. 2024. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/o-impossivel-plano-de-elon-musk-de-colonizar-marte/#google_vignette. Acesso em: 15 dez. 2024.

HADDAD, Mohammed; ALI, Marium. Targeting humanitarians? More aid Workers killed in 2024 than ever. **Aljazeera**, 25 nov. 2024. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2024/11/25/murdering-humanitarians-more-aid-workers-killed-in-2024-than-ever. Acesso em: 18 dez. 2024.

MIRANDA, Maria Dulce. Chamula: cidade mexicana usa Coca-Cola como oferenda aos mortos. **Estado de Minas** – Internacional. 29 jan. 2024. Disponível em: https://www.em.com.br/internacional/2024/01/6794698-chamula-cidade-mexicana-usa-coca-cola-como-oferenda-aos-mortos.html. Acesso em: 18 dez. 2024.

OLIVEIRA, Jose Carlos. Desertificação aumenta no Brasil em meio a alerta da Onu sobre seca em escala planetária. **Câmara dos Deputados** – Meio ambiente e energia. 12 jun. 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1072212-desertificacao-aumenta-no-brasil-em-meio-a-alerta-da-onu-sobre-seca-em-escala-planetaria. Acesso em: 19 dez. 2024.

PAIVA, Pedro. EUA e Haiti: uma história de intervenções e lucro sobre a barbárie. **Brasil de Fato**. 23 mar. 2024. EUA – Nova York. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/03/23/eua-e-haiti-uma-historia-de-intervencoes-e-lucro-sobre-a-barbarie. Acesso em: 20 dez. 2024.

RADFORT, Antoinette. Quem fornece as armas utilizadas por Israel na guerra no Oriente Médio? **CNN Brasil**, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-fornece-as-armas-utilizadas-por-israel-na-guerra-no-oriente-medio/. Acesso em: 20 dez. 2024.

REUTERS. Ameaça de Trump aos Brics será tiro pela culatra, diz Kremlin. **CNN Brasil**. 02 dez. 2024. Disponível em:

https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/ameaca-de-trump-ao-brics-sera-tiro-pela-culatra-diz-kremlim/. Acesso em: 21 dez. 2024.

REUTERS. Nasa planeja teste de mineração na Lua na próxima década, explica cientista de foguetes. **CNN Brasil**. 28 jun. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/nasa-planeja-teste-de-mineracao-na-lua-na-proxima-decada-diz-cientista/. Acesso em: 22 dez. 2024.

REUTERS. População de pinguins-de-humboldt diminui e gera alerta para extinção no chile. **CNN Brasil**. 11 jun. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/populacao-de-pinguins-de-humboldt-diminui-e-gera-alerta-para-extincao-no-chile/. Acesso em: 22 dez. 2024.

RIZZATO, Pedro Pereira. 4 peixes da mata atlântica que estão ameaçados de extinção. **Parque das aves**. 21 ago. 2024. Disponível em: https://www.parquedasaves.com.br/blog/4-peixes-ameacados-mata-atlantica/. Acesso em: 22 dez. 2024.

SILBERMAN, Alexandre. Scurvy is back na La Ronge is searching for solutions. **CBC News**. 29 nov. 2024. Disponível em: https://www.cbc.ca/news/canada/saskatchewan/scurvy-northern-searching-solutions-1.7396348. Acesso em: 15 jan. 2025.

SORIA, Horacio; CORBALÁN, Javier; SIGAL, Lucila. Medidas de austeridade de milei levam metade da Argentina à pobreza. **Agência Brasil** – Internacional. 27 set. 2024. Argentina – Buenos Aires. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-09/medidas-de-austeridade-de-milei-levam-metade-da-argentina-para-pobreza. Acesso em: 15 jan. 2025.

United Nations – UN. As Gaza Faces Starvation, Food Rights Expert tells third committee 'You did not act' on Genocide Risk. **Meetings Coverage and press releases – UN**, 18 out. 2024. Disponível em: https://press.un.org/en/2024/gashc4414.doc.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

United Nations – UN. Climate Crisis Past Point of No Return, Secretary-General Says, Listing Global Threats at General Assembly Consultation on 'Our Common Agenda' Report. **Meetings Coverage and press releases – UN**. 10 mar. 2022. Disponível em: https://press.un.org/en/2022/sgsm21173.doc.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

WELLE, Deutsche. Nas mãos do Deus do Mercado: Enquanto quase um quarto da população argentina passa fome, segundo Milei "alguém vai resolver". **Sintrajufe**, 10 jun. 2024. Brasil – RS. Disponível em: https://sintrajufe.org.br/enquanto-quase-um-quarto-da-populacao-argentina-passa-fome-segundo-milei-alguem-vai-resolver/. Acesso em: 16 jan. 2025.

WEST, Michael D.; CLARKE, Jonathan D.A.. Potential martian mineral resources: Mechanisms and terrestrial analogues. **Planetary and Space Science**, V. 58, 4ª ed., p. 574-582 2010. ISSN 0032-0633. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0032063309001627. Acesso em: 17 jan. 2025.

Recebido em: 15/02/2025
Aprovado em: 25/08/2025

RESENHA DO LIVRO “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE” DE AMARTYA SEN



Livro: Desenvolvimento como Liberdade.
Autor: Amartya Sen.
Editora: Companhia das Letras (2010).

Pietra Regina de Oliveira Vacarin[1]
Giovanna Rocha Cristofoli[2]

Amartya Sen é um professor, economista e filosofo indiano. Publicou o livro “Desenvolvimento como Liberdade” ao final da década de 90. O livro é um complemento a sua pesquisa anterior, que culminou na criação do Índice de

[1] Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (2023) pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA); Integrou um Projeto de Extensão Universitária como bolsista remunerada (Proex) em "Projeto Educação Ambiental e Difusão das Abelhas Nativas Brasileiras e sem Ferrão em Escolas Municipais de Foz do Iguaçu PR, Conhecer para Preservar" durante o ano de 2018; Participou como bolsista remunerada do Observatório das Agriculturas Familiares da América Latina pelo Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA) durante o ano de 2019; Integrou um Projeto de Iniciação Científica como bolsista CNPq "Atualização de Mapeamentos de Políticas Públicas de Soberania e Segurança Alimentar", em 2020; Participou como voluntária no Projeto de Extensão Universitária "Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar no Âmbito da REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul) no decorrer de 2019; Foi membro do Observatório AFLA. E-mail: pietravacarin@gmail.com.
[2] Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialista em Integração Paraguai-Brasil: Relações bilaterais, desenvolvimento e fronteiras pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bacharel em Engenharia Ambiental pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Presidente Prudente. E-mail: cristofoligiovanna@gmail.com.

Desenvolvimento Humano (IDH), que lhe rendeu um Nobel de Economia por sua colaboração nesse importante indicador. Amartya Sen discute em seu livro que é preciso pensar o desenvolvimento para além do viés do crescimento econômico. Nele, o autor defende que para que o desenvolvimento de fato aconteça, é preciso expandir as liberdades individuais. Ao melhorar a qualidade de vida das pessoas, por meio de educação e saúde de qualidade, disponibilidade de alimento, empregos remunerados e garantia de direitos civis e políticos, cada pessoa teria a oportunidade de atingir seu pleno potencial. Dessa forma, aumentando de forma significativa as chances de viver uma vida digna, de realizações.

O livro está dividido nos seguintes capítulos:

1. A perspectiva da liberdade;
2. Os fins e os meios do desenvolvimento;
3. Liberdade e os fundamentos de justiça;
4. Pobreza como privação de capacidades;
5. Mercados, Estado e oportunidade social;
6. A importância da democracia;
7. Fomes coletivas e outras crises;
8. A condição de agente das mulheres e a mudança social;
9. População, alimento e liberdade;
10. Cultura e direitos humanos;
11. Escolha social e comportamento individual;
12. Liberdade individual como um comprometimento social

Ao iniciar o primeiro capítulo de seu livro, Amartya Sen apresenta um diálogo entre dois personagens da filosofia Hindu, que nos faz refletir a relação entre poder econômico e a possibilidade de viver a vida da forma como desejar. O desejo por mais riqueza está associado a possibilidade de desfrutar de maiores liberdades. Se desenvolvimento é entendido como liberdade e liberdade é riqueza econômica, então desenvolvimento viria a ser acumulação de renda? Sen é enfático em destacar que a renda é apenas uma das variáveis ao se pensar o processo de desenvolvimento, ainda que seja uma variável importante, o crescimento do Produto Interno Bruto de um país, por exemplo, não é indicador suficiente de que os cidadãos estejam gozando de maior qualidade de vida. O autor considera que o desenvolvimento está associado a diversos fatores, que envolvem sobretudo a melhoria na qualidade de vida e a não privação da liberdade.

No que diz respeito às privações de liberdade, o autor considera que há várias formas de privação de liberdade que impedem os indivíduos de viver plenamente, como a fome ou subnutrição, ou mesmo a falta de acesso a serviços básicos de saúde que podem levar a morte prematura. Além da privação de liberdades básicas à sobrevivência propriamente dita, também se destaca a falta de oportunidades de ter um emprego remunerado, de ter educação de qualidade, de ter segurança econômica e social (Sen, 2010, p. 23). Ainda, é ressaltado pelo autor, a privação de liberdade no que tange aos direitos civis e políticos de cada indivíduo quando se encontram submetidos a sistemas políticos autoritários, sendo negado o direito de opinar e participar das decisões e assuntos públicos.

No segundo capítulo “Os Fins e os Meios do Desenvolvimento”, Sen aprofunda a discussão acerca do tema da expansão da liberdade, que é compreendida pelo autor

como o fim e o principal meio para o processo de desenvolvimento, de modo que a liberdade é o objetivo final do desenvolvimento, mas para além disso, a liberdade é um instrumento, um meio, eficaz que contribui para atingir o progresso econômico.

O papel da liberdade pode ser entendido através de duas perspectivas, constitutivo e instrumental. Constitutivo representa as liberdades substantivas, que são as capacidades elementares, em outras palavras, são as condições materiais e sociais básicas, essências, que permitiriam a um indivíduo decidir sobre si próprio e alcançar seus objetivos. Já o papel instrumental está associado a ampliação das liberdades substantivas. Ambos os papéis estão fortemente interligados, o autor destaca que para a eficácia da liberdade como instrumento ao desenvolvimento, é necessário considerar que cada tipo de liberdade favorece a presença de liberdades de outros tipos. (Sen, 2010, p. 49)

Em sequência, o autor retoma a reflexão sobre as liberdades instrumentais, as divide em: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora. A combinação das liberdades instrumentais expande a capacidade real de um indivíduo, isto é, a possibilidade de alcançar seu potencial. Para exemplificar a interdependência das liberdades instrumentais, podemos pensar que o acesso a educação de qualidade pode contribuir para o crescimento econômico, já o desenvolvimento econômico pode reduzir taxas de fome e mortalidade.

Encaminhando-se para o fim do capítulo, Sen afirma que é necessário o fortalecimento de estruturas governamentais e privadas que permitam, sustentem e incentivem as capacidades humanas, contudo, cabe as pessoas não se limitarem a apenas beneficiários passivos, mas que estejam envolvidas ativamente com o próprio destino. (Sen, 2010, p. 68)

No capítulo III, Sen disserta acerca da relação entre liberdade e justiça, construindo uma crítica as abordagens tradicionais de justiça social, sobretudo, ao utilitarismo, o libertarismo e a teoria da justiça de Rawls (Sen, 2010). O autor discorre que o utilitarismo gira em torno da “utilidade”, definida como prazer, felicidade, satisfação ou bem-estar da maioria de uma população por exemplo, mesmo que isso implique na redução da liberdade de alguns, justificando circunstâncias desiguais a grupos minoritários, intitulados pelo autor como destituídos, desde que a maioria do conjunto de pessoas estejam satisfeitas.

O libertarismo aborda um distinto viés, considerando as liberdades individuais ao máximo, com ênfase na proteção da propriedade privada e na autonomia dos indivíduos, onde intervenções do Estado devem ser limitadas. O autor reflete que esse viés desconsidera as desigualdades sociais presentes na nossa sociedade, visto que, apesar de uma pessoa ter liberdade em fazer suas escolhas, se não possuir acesso a direitos básicos, como educação ou alimentação, na realidade esse poder de escolha é inexistente.

A teoria da justiça de John Rawls, de forma resumida, trata da prioridade absoluta a liberdade formal, essa sendo entendida como os direitos civis e políticos. Sen concorda com a importância da liberdade formal e a considera essencial, porém não prevalecendo a frente de outros aspectos importantes, como econômicos e sociais. Para o autor, ambas as teorias são limitadas e falham em determinados pontos, como desconsiderar a desigualdade social. Todavia, Sen ressalta ao final do capítulo, a importância de articular aspectos das três teorias.

> Em particular, a perspectiva baseada na liberdade pode levar em conta, *inter alia*, o interesse do utilitarismo no bem-estar humano, o envolvimento do libertarismo com os processos de escolha e a liberdade de agir e o enfoque da teoria rawlsiana sobre a liberdade formal e sobre os recursos necessários para as liberdades substantivas. (Sen, 2010, p. 107)

No capítulo IV, Amartya Sen vai apresentar uma reflexão acerca do que entendemos por pobreza. A questão é compreendida pelo autor, para além das métricas tradicionais, perpassando "apenas" a falta de uma renda mínima. Pobreza é vista também, e principalmente como a privação de capacidades. É evidente que não possuir renda ou ter uma renda baixa implica na privação de capacidades de uma pessoa, o autor sugere que existem outras influências acerca das privações de capacidades além do baixo nível de renda.

A relação entre renda e capacidades é afetada por muitas variações importantes, as quais uma pessoa pode não ter controle ou controle limitado (Sen, 2010, p. 111), como a faixa etária, condições de saúde em que se encontra, pela localidade onde reside, ou mesmo pelo gênero em que nasceu. Esse combinado de condições, que o autor destaca como desvantagens frente a outras, devem ser levados em consideração, pois implicam em maior dificuldade para possuir renda e converter essa renda em capacidades. Fatores culturais também impactam na privação de capacidades. Em alguns países, membros masculinos de uma família serão menos negligenciados e poderão usufruir de maiores oportunidades, frente a privação de capacidades das meninas.

Sen enfatiza nesse capítulo, que quando uma pessoa tem seu potencial aumentado, através da qualidade de vida, que envolve o acesso a educação de qualidade, bons serviços de saúde, distribuição mais equitativa de terras, dentre outros. Essa pessoa será mais produtiva, ampliando a própria renda, mas também contribuindo ao desenvolvimento socioeconômico de seu país. De acordo com o autor "Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda". (Sen, 2010, p. 115)

Encaminhando-se para o final do capítulo, o autor sugere que, ao se pensar em políticas públicas de combate à pobreza, é essencial adotar a perspectiva das capacidades, levando em conta o contexto em que as pessoas estão inseridas. Além disso, é fundamental promover a expansão das capacidades reais dos indivíduos, com ênfase não apenas no aumento da renda, mas na garantia de oportunidades e condições que possibilitem uma vida digna.

O capítulo V tem o título de "Mercado, Estado e Oportunidade Social". Amartya Sen dá início a discussão, defendendo a relevância dos mercados econômicos para o desenvolvimento. Os mercados expandem oportunidades econômicas, geram inovações e empregos. Contudo, o papel do Estado como interventor e regulador dos mercados é necessário para mitigar efeitos não positivos dos mercados, como a desigualdade e a exclusão social. Mesmo Adam Smith idealizador da teoria de livre mercado, reivindicava que cabia ao Estado regulamentar as taxas de juros máximas que poderiam ser cobradas sobre empréstimos (Sen, 2010, p. 154). O Estado além de ser responsável em garantir o acesso da população a recursos básicos, deve atuar como facilitador das liberdades. De modo geral, Sen defende que é preciso adotar uma abordagem pluralista, em que mercados e Estados devem ser articulados de maneira complementar.

No capítulo VI, Amartya Sen vai tratar acerca da importância da democracia. O autor inicia o texto destacando que, em muitas distintas realidades ao redor do mundo, as necessidades econômicas têm um peso muito maior do que outras questões, como as liberdades políticas e direitos civis. “Não é difícil pensar que concentrar-se na democracia e na liberdade política é um luxo que um país pobre “não se pode dar”. (Sen, 2010, p. 180)

Contudo, o autor discorda dessa afirmação, frequentemente utilizada por governos do Leste Asiático por exemplo, que justificam que eliminar a pobreza é mais importante do que a garantia de liberdade política, pois consideram que, para os pobres, essas questões teriam pouca serventia. Sen aborda que a liberdade política é muito necessária para se obter melhores condições de vida a população. A partir do direito à liberdade de expressão, é possível que debates públicos, manifestações e reivindicações públicas possam existir.

No capítulo VII da obra, intitulado “Fomes Coletivas e Outras Crises”, vamos acompanhar a reflexão do autor acerca dessa grave privação de liberdade, que já acometeu e acomete ainda considerável parcela das populações em todo mundo. O autor inicia esse trecho abordando que é necessário compreender as causas das fomes coletivas, para propor medidas a evitá-las. A disponibilidade de alimentos não é o único fator relevante a se considerar. Amartya Sen salienta que uma pessoa pode estar cercada de uma grande abundância de alimentos, porém sem seu potencial para poder comprar, devido ao desemprego por exemplo, essa pessoa passará fome. Contudo, mesmo em uma crise de falta de alimento em um país, se a divisão for mais equitativa, pode se evitar desastres de fome coletiva. O autor cita que “fomes coletivas são influenciadas pelo funcionamento de toda a economia e de toda a sociedade e não apenas pela produção de alimentos e atividades agrícolas”. (Sen, 2010, p. 197)

A crise de fome coletiva em Bangladesh no ano de 1974, é um dos vários exemplos citados pelo autor, que não estão associados à de fato uma escassez de alimento disponível. Esse ano específico, o país detinha uma disponibilidade de alimentos maior por pessoa. No entanto, em 74, Bangladesh sofreu com inundações, que por sua vez, geraram desemprego e acarretaram falta de renda aos trabalhadores rurais atingidos. A perspectiva de haver escassez de arroz (produto importante na cultura alimentar do país), estimulou o pânico, os preços do alimento em questão, subiram de forma superestimada. Como a escassez prevista do arroz se quer se consolidou, os preços voltaram a baixar, mas nesse ponto a fome já havia atingido milhares de bengaleses.

Sen é enfático sobre a necessidade da prevenção das fomes coletivas. É apresentado pelo texto, que mesmo em uma crise alimentar, as vítimas em potencial costumam ser menos do que imaginamos, estimativas apontam em média 10% da população de um país. Assim, recursos destinados a manter políticas e programas governamentais para proteção contra a fome e combate a pobreza, mesmo em países empobrecidos, seria possível. É válido ressaltar a importância do crescimento econômico de um país ao pensar a fome, visto que, ao não ter bom crescimento econômico, a população está mais vulnerável a privações. A propensão a fome é mais evidente em países onde a população é generalizadamente mais empobrecida. (Sen, 2010, p. 214). Por fim, ressalta-se que em países com sistemas democráticos, há maior segurança protetora, as incidências de crises alimentares são reduzidas.

No oitavo capítulo do livro, o autor nos leva a pensar sobre questões de gênero, onde a liberdade feminina é considerada fundamental ao desenvolvimento,

promovendo também transformações sociais. De acordo com o autor, as mulheres ao longo da história, foram vistas num papel de beneficiárias passivas de políticas de assistencialismo, políticas essas voltadas ao bem-estar e a tratamentos mais justos as mulheres. Essas demandas são válidas e relevantes no contexto da realidade de desigualdade de gênero que vivemos. Porém, felizmente, o panorama vem se transformando para enxergar as mulheres na condição de agentes de mudanças, cujas ações podem impactar positivamente em melhorias de suas próprias vidas e no desenvolvimento das comunidades que fazem parte. O fortalecimento da voz ativa das mulheres, contribui para a autonomia e independência econômica feminina. Quando uma mulher desfruta de maior liberdade - podemos considerar como trabalhar fora de casa, receber formação, possuir bens- suas demandas ganham mais espaço e relevância, inclusive na participação das decisões familiares.

Ainda, Sen aponta que a condição de agente da mulher contribui positivamente em questões importantes, como a redução da mortalidade infantil. O autor também traz para o texto, uma pesquisa promovida na Índia, que relacionou o acesso das mulheres à educação e ao emprego com a redução em taxas de fecundidade. Isso significa, que quando uma mulher aumenta seu poder decisório, consegue priorizar áreas da sua vida, realizar decisões mais conscientes para seu bem-estar e para o planejamento familiar, optando, ou não, pela maternidade.

É válido mencionar o exemplo trazido por Amartya Sen, acerca da iniciativa do Banco Grameen, em Bangladesh, que resultou em um Nobel da Paz ao idealizador, Muhammad Yunus. Essa iniciativa possibilitou o empréstimo de microcrédito voltado as mulheres do país, principalmente as mulheres do espaço rural, que não eram atendidas no mercado de crédito anteriormente. Tal ação viabilizou maiores oportunidades as mulheres, resultando em significativas mudanças sociais e econômicas.

> Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do “desenvolvimento como liberdade. (Sen, 2010, p. 246)

No capítulo seguinte, intitulado como “População, Alimento e Liberdade”, o economista Amartya Sen vai traçar uma crítica a teoria malthusiana, refutando a ideia de que a superpopulação é a principal causa para a fome. O autor retoma o argumento presente no capítulo anterior, de que a fome não é causada necessariamente por escassez de alimentos, mas está muito mais atrelada a problemas estruturais, como desigualdade de renda e a ineficiência de políticas públicas.

O autor introduz os leitores questionando, será que a produção mundial de alimentos está ficando insuficiente para atender uma população cada vez maior? Malthus, em seus escritos, pensando que se tratava de um contexto de 1798, acreditava que a produção de alimentos não demoraria a ser insuficiente frente ao tamanho da população. É evidente que Malthus não contava com a modernização da agricultura, um fenômeno que sucedeu muitos anos após seus escritos. Sen utiliza de uma tabela da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Cultura), que indica que não estamos passando por um declínio na produção de alimentos. Pelo contrário, em regiões mais densamente povoadas de países de “Terceiro Mundo”, especialmente países asiáticos, há um aumento na produção per capita de alimentos. Embora refute a teoria malthusiana, Sen considera importante a desaceleração do

crescimento populacional, especialmente se tomamos em conta os problemas e desafios ambientais.

No capítulo X, Amartya Sen realiza reflexões acerca da universalidade dos direitos humanos com relação a diversidade cultural. O autor inicia o capítulo, discorrendo que ao longo das últimas décadas, a ideia de direitos humanos universais foi ganhando espaço em agendas políticas e discursos internacionais. Todavia, apresenta a questionamento “seria a ideia dos direitos humanos realmente tão universal? “.

O autor aborda o tema ao refletir sobre o Oriente e os valores éticos que parecem moldar essas culturas. Em uma concepção ocidental simplista, imagina-se a Ásia a partir dos ensinamentos do confucionismo, onde a ordem, a disciplina e a lealdade são priorizadas frente aos direitos e as liberdades individuais. Essa percepção do que seriam os valores asiáticos é perigosa, pois governos autoritários asiáticos utilizam dessa justificativa para manter medidas políticas antidemocráticas. Para aprofundar a reflexão, o autor questiona se os valores asiáticos e suas raízes realmente estão relacionados à ausência de liberdades individuais e à falta de tolerância à diversidade. Além disso, ele propõe a refletirmos sobre o que realmente entendemos por "valores asiáticos". Seria na realidade uma visão homogênea de um território tão vasto e diverso?

A Ásia é um grande continente composto por muitos países, com uma população bastante heterógena, e é lugar de incontáveis línguas, tradições e expressões culturais. Pensando assim, o autor considera grosseira a generalização de culturas asiáticas tão distintas, ao desconsiderar suas particularidades e englobá-las todas sob o preceito de "valores asiáticos". O autor aponta que preceitos autoritários presentes na Ásia, são corroborados por linhas de pensamento também encontradas no Ocidente. Por exemplo, escritos de Aristóteles abordavam conceitos de liberdade pessoal e igualdade, mas excluíam mulheres e pessoas escravizadas, pois as noções de igualdade que defendemos hoje, são construídas a partir de concepções mais recentes. Dessa maneira, rompe a ideia de que a liberdade política é uma herança ocidental, com raízes firmadas na cultura ocidental. Ademais, o restante do capítulo, busca desmistificar valores e ideais atribuídos ao confucionismo, juntamente trazendo exemplos de milenares filósofos indianos (hindus e budistas) que defendiam ideais de liberdade e tolerância.

> A valorização da liberdade não está limitada a uma só cultura, e as tradições ocidentais não são as únicas que nos preparam para uma abordagem do pensamento social baseada na liberdade. (Sen, 2010, p. 289)

Amartya Sen inicia o capítulo XI, “Escolha Social e Comportamento Individual”, considerando que precisamos conhecer as principais teorias, três delas discutidas no texto, que afirmam que não seria possível tomar decisões coerentes pelo uso da razão. Começamos pelo “teorema da impossibilidade” de Kenneth. De modo geral, o argumento utilizado nessa teoria é de que os diferentes interesses e valores morais e éticos encontrados em cada pessoa, impedem que as decisões e escolhas sejam fundamentadas de fato pela racionalidade. Ao aprofundar essa reflexão, o autor destaca que todos utilizamos de valores próprios ao escolher e tomar decisões, o problema está em basearmos uma decisão social, a partir de pouca base informativa.

As informações disponíveis afetam as tomadas de decisão. No exemplo da divisão das fatias de bolo entre três pessoas, a regra para ocorrer o processo da

divisão estava firmada pela escolha da maioria, mesmo que, isso significasse que uma das três pessoas poderia ficar sem pedaço algum do bolo. Pelo ponto de vista das duas pessoas que tiveram seus pedaços de bolo aumentados, estava havendo uma melhora para a maioria. Através desse exemplo, Sen discorre que a perspectiva da maioria pode ser bastante limitada e perigosa ao considerar justiça social, uma vez que, as escolhas para a divisão do bolo não se basearam em qualquer outra informação relevante, como quem era o mais pobre ou ainda, ou quanto cada um ganharia em bem-estar. (Sen, 2010, p. 303)

Quando se leva o exemplo para o âmbito das decisões relacionadas a políticas públicas, regras sociais coerentes para determinar questões econômicas e de bem-estar, tenderiam a levar em conta diversas variáveis. O autor ainda menciona que "[...]o que é possível e o que não é pode depender crucialmente de que informações são efetivamente levadas em conta na tomada de decisões sociais" (Sen, 2010, p. 304). Nesse contexto da relevância da ampliação das informações, que Sen colaborou para desenvolver o IDH, como um indicador pudesse ser um aliado ao analisar desenvolvimento. É válido mencionar também, o argumento trazido pelo autor, que trata da noção de consenso. A ação social prática, segundo Sen, não deve esperar que todos estejam em plena sintonia, mas que, acordos viáveis sejam definidos. Pois, quando os ideais de justiça são utilizados excessivamente, medidas para necessidades imediatas da população não são atendidas.

De forma breve, a segunda teoria sobre a ineficácia do uso da razão, vai tratar da imprevisibilidade. Alguns pesquisadores defendem que o uso da razão ao tomar decisões não teria de fato muito sentido, visto que, importantes feitos da história mundial, ocorreram pelo pleno acaso ou como consequência impremeditada de erros da ação humana. De acordo com o autor, consequências impremeditadas não precisam necessariamente ser imprevisíveis, pois, aceitar os erros como aprendizado é importante na elaboração de futuras políticas públicas, uma vez que, fornece informações sobre o que não fazer ou o que pode ser menos eficiente na resolução de um problema público.

O terceiro argumento vai se aprofundar na reflexão sobre auto interesse e valores sociais. O autor nesse trecho do livro, aborda sobre os valores dentro do sistema capitalista. De acordo com ele, conceber o capitalismo como apenas um conglomerado de comportamento ganancioso é uma visão simplista. A ideia discutida é que o capitalismo segue códigos éticos, que geram de certo modo, comportamentos mutuamente benéficos. Esses comportamentos que fazem parte da ética capitalista, se referem principalmente ao sentido da confiança, como confiança na palavra ou confiança nas instituições. Quando esse código ético está enfraquecido, o capitalismo não consegue ser bem-sucedido. Todavia, é evidente que o autor concorda que a ética capitalista é muito limitada quanto a aspectos como a desigualdade social e os problemas de cunho ambiental.

Amartya Sen ressalta que, mesmo em países desenvolvidos, mas com elementos de "subdesenvolvimento", há dificuldades para implementar instituições que sigam normas e regras éticas previamente estabelecidas. Consequentemente, emergem problemas de corrupção política e econômica. Ao adentrar no tema da corrupção, o autor enfatiza que a corrupção é uma grande barreira para que as políticas públicas venham a ser eficazes. A corrupção diz respeito a violação de regras para obtenção de ganhos pessoais. Sen considera que combater a corrupção é algo bem complexo e requer uma reforma organizacional.

Contudo, mesmo instaurando sistemas de inspeção que venham a gerar punições para quebra de regras, ou aumentar salários e pagar bonificações anticorrupção aos servidores públicos, pode não ser o suficiente para impedir ações corruptas. O autor explica que “qualquer cargo executivo importante pode ser potencialmente corrompido” (Sen, 2010, p.331). Frente a isso, se estabelece o valor da influência, já que, aparentemente, quanto menos as regras e normas estabelecidas forem cumpridas, mais se intensifica a corrupção, pois cria-se uma percepção de que “todos estão fazendo, logo me dá o direito de fazer também”. Ademais, destaca-se que o comportamento de servidores públicos de grande poder deve se pautar, ao máximo, pela transparência e ética, em virtude da perspectiva da imitação. Uma vez que “[...] o comportamento dos altos funcionários do governo seja especialmente importante no estabelecimento das normas de conduta.” (Sen, 2010, p.332)

Porém, Sen ressalta que “os modos de comportamento não são imutáveis” (Sen, 2010, p.332). Essencialmente, por meio da educação e do fortalecimento dos valores de justiça e dever, é possível mudar esse panorama da corrupção.

O último capítulo é intitulado “Liberdade Individual como Comportamento Social”. Nele, Amartya Sen vai tratar da relação entre liberdade e responsabilidade. Todos nós temos responsabilidade, de alguma forma, pelo mundo em que vivemos. Segundo o autor, nosso senso de responsabilidade não precisa recair apenas sobre o nosso próprio comportamento e as consequências diretas dele. Um exemplo disso são as mudanças climáticas, que se intensificaram ao longo dos anos, causando catástrofes pelo mundo. Mesmo que não sejamos, diretamente, os maiores causadores desse problema, ainda sim, como habitantes deste planeta, temos responsabilidades com essa questão, pois a forma como escolhemos agir pode contribuir positivamente ou não.

Contudo, Sen afirma que “Responsabilidade requer liberdade” (Sen, 2010, p.341). Nos capítulos anteriores, a definição do que seriam as liberdades básicas foi abordada várias vezes. Elas significam, basicamente, qualidade de vida e bem-estar, pelo acesso a alimentação, saúde, moradia, segurança, direitos políticos e renda. No entanto, o que o autor quer dizer com essa afirmação é que, para que se cobre ou se espere que um indivíduo assuma responsabilidades individuais com seu futuro e sua realidade, é preciso antes que ele tenha acesso à liberdade e a oportunidades. Pois, a responsabilidade depende de circunstâncias pessoais. É através do acesso as oportunidades que uma pessoa pode se esforçar para alcançar uma vida de realizações.

> O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla. Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõe à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade. (Sen, 2010, p. 341)

Para finalizar, outro aspecto abordado por Sen nesse capítulo, refere-se ao fato de que ter liberdade implica em escolher fazer uso dela ou não. A escolha é um aspecto intrínseco à liberdade. Dessa forma, alguns indivíduos podem optar por rejeitá-la. O exemplo citado é de Mahatma Gandhi, que no seu protesto político contra a opressão britânica na Índia, escolheu jejuar, rejeitando, portanto, a opção de comer.

O autor evidencia por meio desse exemplo, que Gandhi só jejuou porque tinha a opção de se alimentar caso quisesse, era preciso ter a opção de comer para que esse ato político fosse simbólico. Sen diz que "uma vítima da fome coletiva não poderia ter feito um protesto político semelhante". (Sen, 2010, p. 350)

"Desenvolvimento como liberdade" é um excelente material para aprofundar os estudos na área do desenvolvimento e das políticas públicas. Amartya Sen demonstra sensibilidade ao tratar de temas que por vezes são negligenciados no processo de desenvolvimento dos países, como a preocupação com a fome e com o papel das mulheres na sociedade, questões discutidas com primor pelo autor em diversos momentos da leitura. Talvez, devido à sua origem, que hoje se refere ao atual Bangladesh, o autor retrata com responsabilidade como realidades cruéis podem impactar na vida e nas oportunidades das pessoas, privando-as de liberdades básicas, assim como ocorre em muitos países, assim como ocorre no Brasil.

Se faz necessário, dado o contexto em que vivemos, reforçar as ideias apresentadas em sua obra, ao nos depararmos com o cenário político global atual, onde uma onda de conservadorismo vem ganhando força, ameaçando as liberdades duramente conquistadas. Grupos em diversos países pedem pela diminuição dos próprios direitos, ao invés de expandir as liberdades. Enquanto, em outras realidades ao redor do mundo, como no Afeganistão nesse momento, imperam leis que não "apenas" proíbem as mulheres de estudar e dirigir, mas as impede de falar, de emitir qualquer som em público, a "lei do silencio". Afinal, é preciso usufruir da liberdade para ter o privilégio de ser contrária a ela.

Reforçar a importância da democracia, dos direitos humanos, da justiça social, da igualdade de gênero, do combate à pobreza é urgente. Sen, termina seu texto nos fazendo refletir que: "O desenvolvimento é realmente um compromisso muito sério com as possibilidades de liberdade". (Sen, 2010, p. 357)

REFERÊNCIA:

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento, fronteiras ou temas de políticas públicas e planejamento urbano e regional. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciadas por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

i) **Artigos Científicos** – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.

ii) **Resenhas** – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente.

iii) **Demais Contribuições** – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente.

A formatação dos trabalhos submetido deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *Times New Roman* 12 ou Arial 12 e espaçamento simples.

Os artigos, resenhas e demais colaborações não devem conter identificação. O(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico e ORCID) devem ser informadas apenas no sistema da revista.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista - https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis*.